
projeto **HISTÓRIA** ³⁵

história e imprensa

Nº 35
Julho/Dezembro/07

**REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

PUC-SP

edue

ISSN 0102-4442

Projeto História	São Paulo	Nº 35	p. 1 - 411	Dezembro/07
------------------	-----------	-------	------------	-------------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri / PUC-SP

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - - São Paulo : EDUC, 1981-

Periodicidade: anual até 1997.
semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

Marcia Mansor D'Alessio

Chefe do Departamento de História

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Projeto História

Editores

Antonio Rago Filho

Heloisa de Faria Cruz

Vera Lúcia Vieira

Conselho Editorial

Adilson José Gonçalves

Afrânio Garcia (EHESS/Paris)

Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)

Antonio Rago Filho

Cliff Welch (GVSU/Michigan)

Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Estefânia Canguçu Knotz Fraga

Fernando Torres-Londoño

Hermes Reis de Araújo (UFU)

Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)

Jean Hebrard (EHESS/Paris)

Jerusa Pires Ferreira

Márcia Mansor D'Aléssio

Maria Odila da Silva Dias

Marcos Antonio da Silva (USP)

Marion Aubrée (EHESS/Paris)

Vera Lúcia Vieira

Yvone Dias Avelno

Conselho Consultivo

Angelo Del Vecchio (Unesp)

Antonio Paulo Resende (UFPE)

Beatriz Carolina Crisório (UBA/Argentina)

Christian Castillo (UBA/Argentina)

Elias Thomé Saliba (USP)

Fernando Faria (UFF)

Hernán Veregas Delgado (UH/Cuba)

Irma Aurélia Antognazzi (UNR/Argentina)

Janaina Amado (UnB)

João José Reis (UFBA)

José Carlos Barreira (Unesp/Assis)

Margarida Souza Neves (PUC-RJ)

Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)

Pablo F. Luna (Sorbonne/Paris)

Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)

Editora da PUC-SP

Direção

Miguel Wady Chaia

Coordenação Editorial

Sonia Montone

Revisão

Renata Batista de Oliveira

Ricardo B. Smith

Revisão de Texto em Inglês

Ricardo Iannuzzi

Editoração Eletrônica

Aline de Vasconcelo Silva, Rodrigo Pereira Chagas

Capa

Gravura: *Descente dans les ateliers de la liberté de la presse* de J.J. Grandville (1832)

Arte: *Rodrigo P. Chagas*

educ Editora da PUC-SP

Rua Monte Alegre, 971, sala 38CA

05014-001 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (55) (11) 3670-8085

E-mail: educ@pucsp.br

www.pucsp.br/educ



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

TRADUÇÃO

**A IMPRENSA E A CULTURA POPULAR:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA** 15
History Press and the popular culture: an historical perspective
Raymond Williams

ARTIGOS

**PELO VIÉS DA COLABORAÇÃO: A IMPRENSA NO PÓS-1964
SOB OUTRO PRISMA** 27
Through the bias of collaboration: the post-1964 press seen from another angle
Beatriz Kushnir

A IMPRENSA NA CIDADE DE SANTOS: 1849-1930 39
The press in the city of Santos: 1849-1930
Alexandre Alves

**O ATENTADO: TENTANDO ENCONTRAR A HISTÓRIA NOS RELATOS
DE UM ASSASSINATO QUE NÃO HOUE** 63
*The attempted murder: trying to retrieve history in the reports of an assassination
that did not happen*
Clifford Andrew Welch

ANUNCIANDO A CIVILIZAÇÃO: IMPRENSA, COMÉRCIO E MODERNIDADE FIN-DE-SIECLE EM DIAMANTINA E JUIZ DE FORA, MG	97
<i>Advertising Civilization: press, commerce and fin-de-siecle modernity in Diamantina and Juiz de Fora, MG</i>	
James William Goodwin Junior	
DEL AUGE ALGODONERO AL LIDERAZGO POLÍTICO. UNA UTOPIA PERIODÍSTICA CHAQUEÑA (1906-1922).	119
<i>From the cotton summit to the political leadership. A journalistic utopia in Chaco Territory (1906-1922)</i>	
Adelaida Sagarra Gamazo	
THE RIO NEWS DE A. J. LAMOUREUX: UM JORNAL ABOLICIONISTA CARIOCA DE UM NORTE-AMERICANO	141
<i>A. J. Lamoureux's The Rio News: a "carioca" abolitionist newspaper published by an American</i>	
Antonio Penalves Rocha	
MEIO ANJO – MEIO DEMÔNIO: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA IMPRENSA OPERÁRIA.	161
<i>Half angel - half devil: female representations in the worker's press</i>	
Ângela Maria Roberti Martins e Maria Izilda Santos de Matos	
IMPRENSA, CINEMA E MEMÓRIA. OS FILMES LAMARCA E O QUE É ISSO COMPANHEIRO? NA FOLHA DE S. PAULO, N' O ESTADO DE S. PAULO E NO JORNAL DO BRASIL	179
<i>PRESS, CINEMA AND MEMORY. The films Lamarca and O que é isso companheiro? in Folha de São Paulo, O estado de São Paulo and Jornal do Brasil</i>	
Marco Alexandre de Aguiar	
OLAVO BILAC E LIMA BARRETO, JORNALISTAS.	201
<i>Olavo Bilac and Lima Barreto, journalists</i>	
Ricardo Luiz de Souza	
IMPRENSA FEMININA, REVISTA FEMININA. A IMPRENSA FEMININA NO BRASIL	221
<i>Female Press, Feminine Magazine: The Feminine Press in Brazil</i>	
Sandra Lúcia Lopes Lima	

SEXO LACRADO: O CONTROLE POLÍTICO NO JORNALISMO ERÓTICO (1964-82).....	241
<i>SEALED WAX SEX: The political control on erotic journalism (1964-82)</i>	
Valmir Costa	
NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA.....	253
Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto	
VARRENDO A IMPRENSA: A ASCENSÃO DE JÂNIO QUADROS E O PERIODISMO PAULISTANO (1947-1951).....	271
<i>Sweeping out the press: Jânio Quadros' ascension and the São Paulo journalism (1947-1951)</i>	
Felipe Santos Magalhães	
 ENTREVISTA	
COM A PALAVRA, O EDITOR OSWALDO SICILIANO	291
<i>Intellectuals and dictatorship: The Coordination of the Post-graduation Programs in Engineering Course of Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE)</i>	
Adilson José Gonçalves	
 PESQUISA	
IMPRENSA, DITADURA E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DA AUTO- IMAGEM DOS JORNAIS DO GRUPO FOLHA (1978/2004).....	305
<i>Press, dictatorship and democracy: The construction of the self-image of the Grupo Folha newspaper's</i>	
Elaine Muniz Pires	
PEDRO LOZANO S.J., UN HISTORIADOR OFICIAL.....	315
Josefina G. Cargnel	

IMPrensa e Medo Branco. A Criminalização dos Pequenos Quilombos Sergipanos (1871/1876)	325
<i>Press and the "White fear": Criminalization of small Quilombos (hiding places of runaway slaves) in Sergipe</i>	
Igor Fonsêca de Oliveira	
IMPrensa e Protestantismo no Brasil (1864-1930)	337
<i>Press and Protestantism in Brazil (1864-1930)</i>	
Micheline Reinaux de Vasconcelos	
Canal 100 – A Trajetória de um Cinejornal.	347
<i>Canal 100: the newsreel lifetime</i>	
Paulo Roberto de Azevedo Maia	
Um Combatente do Lápis em Vigília: As Crônicas de Belmonte contra o Autoritarismo.	357
<i>Pencil-armed combatant in vigil: Belmonte's chronicles against authoritarianism</i>	
Sandra Maret Scovenna	
Considerações acerca do uso de Máquinas Elétricas no Ambiente Doméstico	367
<i>Considerations on the electrical devices utilization in the households</i>	
Márcia Bomfim de Arruda	
 RESENHAS	
Paulo Evaristo, Leitor de São Jerônimo.	383
Alfredo Bosi	
Livro: ARMS, Don Paulo. <i>A técnica do livro segundo São Jerônimo</i> . São Paulo: Editora Cosac-Naify, 2007.	
O Consenso Midiático.	387
Rosa Maria Vieira	
Livro: <i>O consenso forjado - A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal na Brasil</i> . São Paulo: Editora Hucitec, 2005.	
Cidade, Espaço Social e Territorialidades Urbanas	393
Nataniél Dal Moro	
Livro: SOUZA, Ana Maria. <i>Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: Cuiabá, MT: segunda metade do século XX</i> : Editora Entrelinhas/EduFMT, 2007.	

NOTÍCIAS DO PROGRAMA.....	397
TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2006	403
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	407
FORMULÁRIO PARA ASSINATURA E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS	409
PRÓXIMOS NÚMEROS.....	411

APRESENTAÇÃO

Por ocasião das comemorações dos 200 anos da imprensa no Brasil, somando esforços com iniciativas de outros centros universitários e outras publicações, a Revista *Projeto História* traz a público um número temático sobre “Imprensa e História”.

Cientes que a importância crucial dos meios de comunicação de massa faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea e, motivados pela oportunidade da comemoração, a intenção foi organizar um número da *Projeto História* que abrisse espaço para a reflexão crítica sobre a História da Imprensa na atualidade. Logo de início algumas questões se impunham para a crítica histórica: No espaço do Bicentenário o que se comemorar? Quem podia comemorar o quê? Que marcos de memória seriam atualizados? O que seria lembrado? O que seria esquecido? Que significados do passado revivido seriam articulados às disputas sobre o lugar e o papel dos meios de comunicações e, em particular, da imprensa brasileira na atualidade? E, principalmente, como os estudiosos da imprensa, com diferentes estudos, temas e abordagens, poderiam contribuir para este debate?

Nos últimos dois anos, os meios acadêmicos foram mobilizados por diferentes apelos e se organizaram para participar das comemorações do Bicentenário. Professores e pesquisadores ligados às diversas áreas envolvidos com a temática - da Comunicação às Ciências Sociais, da Arquivologia à História - desenvolveram pesquisas e debates e prepararam livros e artigos sobre a história da imprensa e do impresso. Várias revistas acadêmicas destas áreas organizam dossiês sobre o tema. As semanas de jornalismo de vários cursos, os encontros e seminários de diversas associações acadêmicas propuseram destaque em suas agendas à história da imprensa e a comemoração dos 200 anos. A tônica de preparação destes eventos e publicações tem sido a chamada para a reflexão e a avaliação sobre o desenvolvimento dos estudos sobre a atuação da imprensa e os meios de comunicação entre nós.

No diálogo com agenda pública nacional que coloca em pauta a questão da democratização dos meios de comunicação e do direito a informação e a canais de audiência como questões urgentes da democracia brasileira, a intenção da *Revista Projeto História* ao organizar um número especial foi também trazer para o espaço das comemorações

estudos e pesquisas sobre *Imprensa e História*, que dando vitalidade as nossas reflexões sobre memória e História neste campo, contribuam para o desenvolvimento da reflexão crítica e para o repensar das perspectivas de presente sobre o tema.

Na configuração de diferentes áreas de pesquisa do pensamento social brasileiro nas últimas décadas e, particularmente, no campo da historiografia, é crescente a presença de estudos sobre a imprensa e/ou que fazem uso de jornais e outras publicações periódicas como principal fonte de pesquisa. Tais estudos, desenvolvidos sob a ótica de diferentes abordagens e procedimentos metodológicos, abrem-se para inúmeros campos teóricos e temáticos.

Este número sobre “História e Imprensa” é composto por artigos, notícias de pesquisa e resenhas que dão visibilidade a reflexão teórico-metodológica e campos e temáticas de pesquisa que na atualidade articulam a diversidade do trabalho de historiadores e outros pesquisadores sobre a Imprensa.

As reflexões que emergem de suas páginas nos remetem tanto à análise da própria imprensa e sua atuação nas diversas conjunturas e situações históricas, quanto a própria atividade jornalística, representada pelos profissionais da área, assim como às análises que fazem emergir das páginas de diferentes veículos impressos múltiplos aspectos da história de nossa sociedade. Remetem também a preocupação com dimensões teórico-metodológicas do trabalho de pesquisa e análise histórica da imprensa e suas relações com outras dimensões da vida social.

Os artigos abordam temas e publicações de diferentes períodos e regiões do Brasil, incorporando também reflexões sobre a atuação da imprensa no contexto da América do Sul. Destaque-se como emergente para os estudos sobre história da imprensa entre nós, a importância assumida pela reflexão voltada para nosso passado mais recente e que indaga sobre facetas diversas das relações imprensa e ditadura no Brasil. Demonstrando o desenvolvimento da pesquisa em diferentes espaços do campo social articulado pela comunicação impressa, para além de sinalizar a importância crucial dos jornais comerciais que a cada conjuntura constituem o que se convencionou chamar de grande imprensa, o trabalho de pesquisa diversifica-se abrangendo publicações da imprensa regional, da imprensa feminina, da imprensa operária, entre outras. A pesquisa nestes diferentes materiais dá visibilidade a um repertório de indagações instigantes e que remetem a campos essenciais da reflexão histórica na área, tais como: as relações entre imprensa, poder e a configuração dos sistemas políticos em diferentes situações; a atuação da imprensa como espaço de mobilização, difusão e generalização de diferentes projetos, valores e personagens de

grupos que disputam/afirmam a hegemonia a cada conjuntura histórica; os mecanismos de controle e censura que a cada momento regulam os conteúdos e o acesso aos meios impressos de maior circulação bem como a atuação de publicações alternativas.

A tradução do artigo clássico de Raymond Williams sobre imprensa e a cultura popular na Inglaterra do século XIX, citado por inúmeros estudos, mas de difícil acesso aos pesquisadores, busca contribuir para a expansão das perspectivas históricas do debate na área. Nele, Williams desenvolve perspectivas teóricas e metodológicas instigantes para o estudo das relações entre Imprensa e História Social. No estudo sobre a experiência inglesa no século XX, o artigo aborda temas fundamentais como o dos caminhos e sentidos históricos da popularização da imprensa comercial e o da emergência de espaços alternativos, radicais ou dissidentes no campo da comunicação impressa.

Desde fins do século XIX até períodos bem recentes, atribui-se à imprensa múltiplos significados e finalidades, tais como já o haviam feito desde tempos imemoriais, por exemplo, Olavo Bilac e Lima Barreto, os quais a consideravam válida quando cumpria sua função de auxiliar na implantação de reformas tidas como essenciais à sociedade brasileira. Tal finalidade atribuída à imprensa é recuperada no artigo em que se discute como um Jornal como o *Rio News*, discute, no período abolicionista, os preceitos e os projetos abolicionistas, assim como as propostas de reorganização da sociedade brasileira depois da abolição. Ou ainda quando se observa a contribuição de um noticiário para o processo de transformação de uma cidade, suas lutas sociais, ou seja, para a constituição de sua identidade. Particularmente, observa-se esta relação no desenvolvimento do primeiro jornal santista, a *Revista Commercial*, desde fins do século XIX até meados de 1930. Conforme o autor, “a repercussão que tiveram os movimentos abolicionista, republicano e operário em Santos se deve, em larga medida, ao vigor do jornalismo e da imprensa na cidade, que estimularam e potencializaram a circulação de novas idéias”.

Muito distante da atuação em prol do bem público conforme enfatizava Lima Barreto, observa-se em outro artigo, o uso do poder de formar opinião, inerente a este veículo de comunicação de massa, em prol de interesses privados. Com tal ótica dois enfoques se destacam. De um lado, o historiador que recupera o uso da mídia impressa como facilitador da aceitação de acordos internacionais firmados entre nações e de outro, o uso deste mesmo canal de comunicação para fazer ascender à cena pública indivíduos a serviço de interesses privados.

No primeiro caso a historiadora espanhola analisa como os jornais do Chaco (região entre o Paraguai, a Bolívia, Argentina e Brasil) traduziram, no início do século XX, a expectativa da população de participar da vida nacional, na ilusão de que, para tanto, deveriam acompanhar a dinâmica norte-americana. Tomando como documento o principal

jornal dessa região que aspirava ser província, demonstra como esse divulga notícias internacionais em detrimento dos acontecimentos locais ou regionais, embora contasse com a colaboração de “todos los chaqueños para exponer problemas y proponer soluciones y manifestar las diversas inquietudes”.

No segundo aspecto, emerge para o leitor o uso da imprensa como veículo de ascensão de figuras inexpressivas à cena pública. Observa-se como tal uso tem sido possível quando os periódicos de grande circulação passam a associar a imagem do indivíduo à determinadas expectativas da população. Tal perspectiva é aqui analisada a partir da visibilidade que adquire, no início do segundo quartel do século XX, um político como Jânio Quadros, o qual, através da imprensa, vai construindo “uma figura sedutora aos olhos do eleitorado, cuja desconfiança aumentava progressivamente em relação aos seus oponentes”.

No entanto, assim como as associações podem ser positivas para os interesses político/particulares, o podem também ser negativas para indivíduos que atuam na área. Tal se observa, por exemplo, em artigo que analisa a “saia justa” em que se vêem, tanto o próprio jornal, quanto seus colaboradores, jornalistas e proprietários, após terem, de alguma forma, pactuado com ditaduras militares, das quais a burguesia se utiliza para fazer valer seus interesses de forma autocrática. Nesta perspectiva, resgata-se das páginas de grandes matutinos em tempos bem recentes, os esforços empreendidos por estes sujeitos, para desvincular sua imagem da última ditadura vigente no país. Analisa-se, não a trajetória do jornal, mas a de “jornalistas íntimos ou não do círculo policial repressivo, os quais trocaram intencionalmente a narrativa de um acontecimento pela publicação de versões que acabam por corroborar o ideário autoritário oficial, interpretado tanto como autocensura como colaboração e nos tempos subseqüentes, o acompanhamento da trajetória destes indivíduos, quando não se afastam das atividades jornalísticas, se readaptam ou mesmo constroem para si uma imagem positiva e ‘até mesmo heróica’”.

Jornais que no período ditatorial se viram na contingência de se submeterem aos ditames do bonapartismo quanto à censura que se estendeu também ao controle do erotismo e da “pornografia para homens, mulheres e gays” e cujas ações denotam a moralidade vigente nos “procedimentos da sociedade e do governo brasileiro para controlar o sexo no jornalismo. [...] Era em nome da vigilância de atos, exposição, desenho, pintura, distribuição ou qualquer objeto obsceno que o discurso repressor se propagava.

Como se observa, os usos que a imprensa possibilita aos historiadores são múltiplos e por isso demandam um repertório de procedimentos teórico-metodológicos capazes de garantir a objetividade no entendimento da imprensa como força social ativa, inerente à historicidade que circunscreve cada conjuntura estudada. Desta assertiva resulta,

conforme se recupera nas páginas desta revista, a indicação de instrumentais que possam auxiliar o historiador na empreitada de “articular a análise de qualquer jornal ou material da imprensa periódica que se estude, ao campo de lutas sociais no interior do quais se constituem e atuam”.

Tal instrumental é tanto mais necessário quando se evidencia o uso do material impresso como fonte de informações sobre uma dada realidade, o que abre um leque de muitas outras possibilidades temáticas e de resgate de especificidades históricas. Essa perspectiva se evidencia claramente, por exemplo, no texto em que o autor analisa o papel da imprensa na propagação de conceitos de progresso e civilização versus o arcaísmo, particularmente destacados na contraposição entre o urbano desenvolvido e o rural atrasado. Observa-se como os anúncios publicados nos jornais de cidades como Diamantina e Juiz de Fora permitem ao historiador “indagar sobre o cotidiano, sobre as mudanças nos valores, sobre o impacto dessas novidades sobre aqueles que as consumiam - e também sobre o caráter excludente dessa nova cidade que se vendia nas páginas impressas, nas quais nem todos têm o mesmo espaço, e o consumo passa a ser uma marca distintiva de pertencimento à civilização e ao progresso”. Neste sentido, conforme afirma ainda o autor, “no arfar das caldeiras, no mover das impressoras, os *homens de imprensa* em Diamantina e Juiz de Fora deixaram no papel suas impressões, sua representação de uma cidade moderna, da tecnologia e do progresso. Através dos anúncios, abriram espaço para produtos e serviços, ligados a uma nova sociabilidade, novos hábitos de higiene e consumo, novas demandas geradas pela civilização moderna. Buscavam atender, também, às necessidades tradicionais, dentro de uma lógica, também esta, moderna - negócios eram negócios, e os anúncios eram parte do negócio da imprensa”.

A partir das informações da imprensa também se recupera as contradições de classe e as lutas sociais que se expressam a partir do noticiário de eventos que, aparentemente, explicitam contendas individuais. Tal perspectiva se destaca no texto em que o autor norte americano radicado no Brasil, a partir de um estudo de caso, identifica as versões antagônicas que emergem dos depoimentos divulgados pela imprensa sobre o assassinato de um líder do MST. Assim, não tanto pela interpretação do jornal, mas pelos depoimentos reproduzidos pelos matutinos, demonstra-se como as entrevistas concedidas pelos protagonistas e reproduzidas nas páginas dos noticiários, auxiliam o historiador na análise das diferentes representações que cada um dos envolvidos elabora, a partir de seus interesses e nas circunstâncias sócio/econômico/culturais que os condicionam. Conforme apontado pelo autor, a “aproximação íntima do atirador e da vítima nos diz mais sobre a realidade brasileira do que uma imagem dos dois como lutadores de classes. Aqui estavam dois vendedores, dois homens que viviam de seus próprios punhos, um dos quais se tornou

um porta-voz para os camponeses arrendatários, enquanto o outro se tornou, talvez, por apenas um momento, um agente dos interesses latifundiários”.

As disputas pela memória, agora sobre determinado período histórico, são evidenciadas em análise que toma as repercussões na mídia de dois filmes que têm como pano de fundo a última ditadura militar brasileira. Trata-se do artigo que reflete sobre a repercussão dos filmes *Lamarca* (1994) e *O que é isso companheiro?* (1997) em três grandes jornais, a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*.

Recupera-se ainda as representações sobre o feminino vigente em nossa sociedade no início do século XX, particularmente no meio operário que fazia circular jornais em defesa de seus interesses corporativos ou de classe. Toma-se como fonte de informações jornais de tendências anarquistas, os quais, de forma mais enfática, se colocavam como libertários em relação ao gênero feminino. Com a preocupação de ir além da informação e da reflexão crítica sobre a realidade, suas assertivas encontram-se “repletos (as) de opiniões e posições, [...] valores, constituindo um campo de tensões no qual surgiram referências variadas ao feminino”. Este universo de informações possibilita hoje ao analista recuperar a posição relativa das mulheres naquele universo, as expectativas de comportamentos, atitudes e preceitos aceitos ou rejeitados, atribuídos ao feminino.

Editoras Científicas
Heloisa de Faria Cruz
Vera Lucia Vieira

TRADUÇÃO

A IMPRENSA E A CULTURA POPULAR: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA*

Raymond Williams**

*Tradução de Ricardo B. Iannuzzi****

*Revisão técnica de Heloisa de Faria Cruz*****

Ainda é difícil escrever a história de qualquer dimensão da nova cultura industrial urbana do século dezanove na Inglaterra. Analogamente, é muito mais difícil fazer um balanço geral, ainda que de forma esboçada, dessa cultura como um todo, nos seus aspectos históricos específicos e nas suas conexões internas e externas. A emergência de uma imprensa popular, na primeira metade do século dezanove, pode muito bem ser assumida como elemento condutor. Ainda assim, se a história da imprensa for isolada, não apenas de outras formas cognatas de escrita, edição e leitura, mas como usualmente acontece, de outros tipos de formação e organização política e cultural - decorrentes de movimentos políticos, novas organizações industriais, desenvolvimentos educacionais, mudanças no teatro - ela poderá ser vista meramente como uma fase na história da imprensa, do século dezanove ao vinte, determinada retrospectivamente por si mesma, pelas definições daquilo que a imprensa *se tornou*. No caso da emergente imprensa popular do século dezanove, qualquer procedimento deste tipo é particularmente inadequado porque oculta aqueles que são provavelmente seus dois aspectos mais importantes: em primeiro lugar, a história decisiva da instituição com posterior incorporação e eventual transformação de uma imprensa popular e radical; em segundo lugar, o problema do conteúdo, que só pode ser verdadeiramente abordado pela comparação com outras formas de editoração popular e com o teatro popular.

O erro-padrão mais significativo, no que se refere à imprensa do século dezanove, é uma ênfase na história do jornal popular *diário*, baseada na correlação entre as escolas corporativas (“board-schools”)¹ do último terço do século dezanove e novo público leitor popular dos jornais baratos de Northcliffe e seus contemporâneos. Mas a verdadeira história da imprensa popular do século dezanove deve ser centrada no desenvolvimento dos *Sundays*, jornais dominicais, que até mesmo no século vinte apresenta diferenças

culturais significativas. E depois, não é somente pelo fato de que na história do jornalismo popular o jornal *Dominical* chegou em primeiro lugar, uns 60 anos antes.

É também porque, para compreender a folha *Dominical* como forma cultural, com sua seleção específica e influente de conteúdo, é necessário compreender certos aspectos gerais da cultura popular urbana como um todo. Passarei a discutir aqueles que me parecem os mais significativos destes aspectos - a alfabetização, a edição popular, o teatro, as conferências - antes de retornar ao desenvolvimento específico da imprensa popular.

A exata extensão dos alfabetizados no início do século dezenove é virtualmente impossível de ser quantificada. Um tipo de evidência é a partir do comparecimento escolar, e calculou-se que em 1816 cerca de 875.000 crianças - de um potencial de 1.500.000 - freqüentaram algum tipo de escola por algum tempo, passando em 1835 a cerca de 1.450.000, de um potencial de 1.750.000. Calculou-se também que, na segunda data, a duração média da freqüência escolar era de um ano. Por volta de 1851, a duração média foi considerada como sendo de dois anos, e a proporção de comparecimento em algum tipo de escola tinha também se elevado. Foi só no final do século que virtualmente todas as crianças freqüentaram a escola até os doze anos.

Outro tipo de evidência é o bem conhecido registro de habilitação para assinar a certidão de casamento, para o qual existem dados nacionais a partir de 1837. Uma amostra exemplifica:

	Homens	Mulheres	Total
Capazes de assinar	%	%	%
1839	66,3	50,5	58,4
1873	81,2	74,6	77,9
1893	95,0	94,3	94,65

Aqui, tanto a constância geral da tendência, quanto a equalização entre homens e mulheres, são significativos. Ainda assim, como acontece com os dados de freqüência escolar, não se pode assumir que o desenvolvimento da imprensa popular seja uma simples consequência da expansão da alfabetização. Na verdade, ao longo de todo o século dezenove, o número de pessoas que, ou compravam ou liam jornais estava muito abaixo das menores estimativas possíveis sobre o número de pessoas que eram capazes de ler. Pelos meus cálculos, o público leitor de jornais em 1820 correspondia a 1% da população adulta; em 1860, o público leitor de jornais diários era de 3% e o público do jornal de

domingo era de 12%. Estas estimativas são inevitavelmente rudimentares, mas fica claro que a alfabetização geral estava muito longe à frente da leitura de jornais, e de forma alguma pode ser vista como fato causador.

O crescimento de publicações em geral, além de jornais, é bastante acentuado no período da Revolução Industrial. Os números sobre títulos anuais são expressivos. Nos anos 1750, este número situava-se ao redor de 100 títulos - um número que havia sido excedido na primeira metade do século dezessete, mas que havia declinado e se fixado depois da Restauração. Por volta de 1790 a média anual subira abruptamente para cerca de 370, e em 1829 superou os 500 títulos - chegando a mais de 2.600 em 1850. Este total viria a subir para acima de 6.000 em 1900, para mais de 17.000 no fim de 1930, e mais de 20.000 no final de 1950.

Dentro do extraordinário desenvolvimento no final do século dezoito e na primeira parte do século dezenove, quando as características gerais da nova cultura industrial urbana foram sendo definidas, existem tendências distintas e em alguns aspectos contraditórias. Nos formatos tradicionais de publicações havia, de um lado, uma tendência marcante para edições reduzidas a preços elevados, mas no outro lado, havia a publicação regular de reimpressões baratas, com poesia e drama sendo vendidos em grande escala a seis “pence” a cópia.² A partir de 1780, publicações de ficção aumentaram rapidamente, apesar da permanência de edições reduzidas e do alto preço. Ocorreu então uma autêntica invasão de publicações ortodoxas, por parte de piratas, aviltadores de preço, e oficinas de reimpressão, os quais expandiram decisivamente o público comprador de livros. Enquanto isso, as mais antigas bibliotecas circulantes associavam-se a novas formas de bibliotecas e de compra coletiva. Havia ainda a crucial extensão de publicações em folhetins e em seriados, que em meados do século viria expandir significativamente o público leitor de ficção. No início do século, as lideranças de vendas de ficção somente ocasionalmente atingiam 10.000 cópias; mas no meio do século este número chegava a 100.000.

Em um período de intensas lutas políticas, uma exceção deve ser aberta para determinados livros políticos notáveis. “*Os Direitos do Homem*”, de Paine, a um custo de três “shillings”, vendeu 50.000 cópias no curto espaço de poucas semanas, em 1791. O “*Discurso aos Artesãos e Trabalhadores*”, de Cobbett vendeu 200.000 exemplares em 1826. A existência de um público leitor radical, que se formava às margens e até mais além, de um público de classe média em expansão, é evidente e decisiva para o diagnóstico do desenvolvimento do jornal.

Ao mesmo tempo, havia um outro tipo de configuração: um mercado popular, servido formatos populares mais antigos: almanaques de previsões, livros de contos e modinhas, de baladas e volantes impressos de um só lado. Eram todos vendidos, desde o século

dezessete a níveis muito acima do total dos livros; como na casa de Catnach, vendas bastante significativas foram realizadas: o “Último Discurso e Confissão na hora da Morte” do assassino de Maria Marten vendeu mais de 1.100.000 cópias.

A verdadeira sociologia desses diferentes públicos leitores é muito difícil de se determinar, a não ser em termos bastante gerais. Existem diferenciais de classe óbvios, mas é quase certo existir também um diferencial preponderante entre os públicos urbano e rural, e - no âmbito do público urbano - entre Londres e as outras cidades. Os métodos de distribuição que iriam nivelar estes diferenciais, só tiveram modificação radical no meio do século, com o estabelecimento da rede ferroviária.

Uma instituição cultural em mutação, o teatro, lança alguma luz comparativa sobre estas questões. Para fazer esta avaliação, precisamos primeiramente olhar para trás, voltando alguns séculos. O drama medieval havia se transferido das igrejas para as ruas, tornando-se um drama genuinamente popular, mas também estritamente ocasional. Com o crescimento de Londres, no final do século dezesseis, os teatros regulares se estabeleceram pela primeira vez, e entre 1580 e 1620, atendiam uma audiência mista, predominantemente popular.

A partir de 1620 houve uma evidente redução de público, devida aos teatros em ambientes internos, e então ocorreu uma abrupta - para não dizer total - ruptura, com os fechamentos, durante a Guerra Civil e a Commonwealth. Durante a Restauração, aconteceu uma redução deliberada. Em 1600, existiram seis teatros bem-sucedidos, em Londres. A partir de 1660 e, em condições legalizadas, até 1843, somente dois teatros londrinos foram licenciados para a representação dramática. Na realidade, por volta de 1700, outros teatros se desenvolveram, em Londres e nas cidades provincianas, servindo as classes médias e classes médias baixas em expansão.

Os horários de representação refletem as mudanças de classe na audiência, deslocando-se das primeiras horas da tarde, no caso da corte da Restauração e seu círculo social, em direção às horas do entardecer e da noite, quando as pessoas podiam estar presentes, depois dos negócios e do trabalho. No início do século dezenove, as representações começavam às seis da tarde e freqüentemente se prolongavam por quatro ou cinco horas. O tradicional e elegante público do período da Restauração mudou-se, dos lugares de fundo da platéia para camarotes, e daí completamente para fora. Tentativas para aumentar o preço dos ingressos, e deixar “a ralé” do lado de fora dos teatros, acabaram em verdadeiros tumultos, como o de Covent Garden em 1809. Em Londres, pelo menos, até mesmo os teatros reconhecidos, assim como os teatros menores - os quais, legalmente proibidos de encenar dramas, usavam de todos os artifícios para chegar perto disso - tinham platéias socialmente mistas.

Nesse meio tempo, no princípio do século dezenove, ocorria um desenvolvimento significativo, dentro do rápido crescimento londrino. Teatros novos e amplos foram construídos nas partes sul e leste do rio: os “transpontines” (para além das pontes); eles serviam, sem sombra de dúvida, a um grande público popular. Foi nos teatros de porte menor e nos “transpontines” que o melodrama se tornou uma forma popular dominante. Em parte, isto se relaciona com o monopólio do “drama” legitimado, que os teatros reconhecidos detinham; a representação que tinha canto e espetáculo era freqüentemente planejada para escapar dessa restrição, com a conseqüente confusão de classificações. Em 1832, a Casa dos Comuns havia votado pelo fim do monopólio dos teatros reconhecidos, mas fora bloqueada pela Casa dos Lordes. A revogação veio finalmente em 1843.

A reputação do melodrama como verdadeira sensação é muito merecida, mas como formato, ele apresenta interessantes características contraditórias, de uma natureza diretamente relevante para o caráter do jornal dominical. Crime, aventura e espetáculo eram a matéria-prima desse formato. Ao mesmo tempo, certas figuras clássicas - o senhorio impiedoso, o rico sedutor, a pobre e inocente vítima - são centrais. Não é que o melodrama seja politicamente radical; *A Garota da Fábrica*, de Jerrold (1832), foi talvez a primeira peça da escrita inglesa criativa, a lidar com a nova exploração industrial, mas no palco, ela era representada aos berros. O que existe aí é um radicalismo social mais generalizado, do tipo de uma aliança entre a classe média e as forças políticas da classe trabalhadora antes de 1832, na qual os ricos e ociosos podiam ser isolados como vilões, mas sendo a inocência e a magia (ou seja, a respeitabilidade e a Divina Providência), as únicas forças alternativas eficazes. É significativo que as peças sobre a Bastilha, amplamente importadas da França, fossem esvaziadas do seu conteúdo político e se tornassem simples tramas de aprisionamento e fuga.

Um efeito da separação por muito tempo imposta entre os dramas considerados legítimos e outros tipos de representação, foi o crescimento de outras formas populares: teatro de variedades, pantomima e circo. Foi o elemento “variedade” - cantorias, monólogos, esquetes - que acabou por criar um novo endereço fora dos teatros, abrangendo desde performances em “pubs”, até salões de música e bebidas, os quais surgiram nos finais de 1840 e permaneceriam importantes século vinte adentro.

O teatro e os salões de música chamam nossa atenção para um fato que é normalmente desconsiderado, ao analisarmos a nova cultura popular urbana a partir dos registros que permaneceram. A cultura impressa - em livros, panfletos, revistas e jornais - estava se desenvolvendo rapidamente, como vimos, nas novas condições urbanas. Mas ela ainda era, em quase todos os níveis, uma cultura minoritária, e em certos níveis, significativamente interativa, com uma cultura oral predominante, a qual assumia novas formas, com o desenvolvimento das cidades.

Por volta de 1881, a maioria dos ingleses vivia em cidades com cerca de 20.000 habitantes. No início do século dezenove, Londres já havia ultrapassado a marca do milhão; pela metade do século, sua população ultrapassava 2 milhões e meio, e em 1900 estava acima dos seis milhões. As novas cidades industriais cresciam a taxas ainda mais explosivas. Em meio a tais condições sem precedentes, antigas formas de comunicação oral, tais como o sermão, cresciam e se ampliavam; e outras formas orais relativamente novas, como os encontros políticos de grandes dimensões tanto em locais fechados como ao ar livre, mais as séries de conferências populares, tornaram-se elementos centrais da cultura urbana.

Aos encontros políticos que se ampliavam devemos, acrescentar as recentes e significativas demonstrações, desde Peterloo aos Chartists,³ e também os “tumultos” de Hyde Park, em 1867. Eles trouxeram contribuições exclusivas à cultura popular, com o extraordinário desenvolvimento dos estandartes e faixas: uma tendência que deve ser enfatizada, no crescente movimento sindical, cujas elaboradas bandeiras são uma expressiva manifestação de cultura popular. Ademais, nas novas condições urbanas, a canção folclórica no seu antigo sentido rural, evoluía para a canção popular urbana, que até muito recentemente era negligenciada e desvalorizada pelos historiadores da música.

Em meio às complexas mudanças do século, inúmeros, senão todos estes elementos incorporavam-se em uma nova cultura popular *comercial*, como de fato é muito evidente na história da imprensa. Encontros radicais de protesto iriam evoluir, em parte, para encontros de campanha, dentro do novo sistema eleitoral. Novas formas de exposição visual seriam amplamente incorporadas à publicidade comercial, e a partir da metade do século, invadiriam as ruas das cidades, em velocidade alarmante, embora ainda fossem rigorosamente excluídas da imprensa, nas suas formas de exposição. Centros locais de letristas e produtores de canções associavam-se, e freqüentemente eram suplantados por criadores de letras comerciais, que publicavam canções de um tipo mais moderno, significativamente em conexão com os salões de música e os teatros de variedade. Além disso, a partir de meados do século, o esporte organizado, principalmente o futebol e as corridas de cavalo, desenvolviam-se dentro da nova cultura urbana.

As conferências merecem uma especial menção, pelo fato de serem tão freqüentemente subvalorizadas ou tratadas como uma forma extremamente minoritária. É significativo avaliar o quanto do pensamento social de importância assumiu a forma de conferência: de Coleridge, passando por Carlyle, e de Ruskin até Morris. É muitíssimo pouco o que sabemos sobre os ouvintes dessas palestras, mas nos casos onde foram feitas pesquisas - como as conferências de Ruskin em Bradford - fica claro que platéias generalizadas e de grandes proporções eram uma característica da cultura popular urbana do

século dezenove. Sabe-se também que nos Institutos de Mecânica, a conferência era uma forma de central importância. Algumas dessas palestras sobrevivem impressas em livros, outras em relatórios textuais de jornais. Elas são um indicador do fato relativamente óbvio de que na nova cultura urbana houve expressiva expansão em cada nível de interesse e de qualidade. Elas também nos lembram que, dentro do que pode ser definido como a nova cultura popular urbana, - a da nova classe trabalhadora urbana e dos pobres, a expansão ocorreu em todos os níveis de interesse e de qualidade, e portanto em questões crescentemente complexas de relações com instituições e formas de uma cultura mais tradicionalmente organizada.

Ao explicar o Ato de Taxação de Jornais por meio de Selo, de 1819,^(N.T.) Lorde Ellenborough disse que “não era contra a imprensa de respeito que esta cobrança se dirigia, mas contra a imprensa pobre”. Esta distinção é crucial para a compreensão da história da imprensa na primeira metade do século XIX: uma história que muito frequentemente tem sido escrita segundo uma única perspectiva.

Acontece que a “imprensa de respeito” não era particularmente respeitável; já haviam ocorrido casos de franco e pesado suborno de jornalistas por parte de Ministros, e a publicidade oficial era dirigida a periódicos favoráveis aos pareceres governamentais. A independência política, nos termos de opinião geral instituída, ainda permanecia em algum lugar muito à frente.

A “imprensa pobre” é uma coisa completamente diferente. Depois de 1815, os jornalistas radicais - notadamente Cobbett e Wooler - tinham alcançado novas e grandes audiências, contra qualquer tentativa de reprimi-los. Cobbett conseguira escapar da “Taxação por Selo”,⁴ que naquela época era prioritariamente uma taxa política - por meio de excluir notícias e publicar somente opiniões. O seu *Registro Político* (*Political Register*) vendia mais de 44.000 exemplares semanais a 2 “pence”, e o *Anão Negro* (*Black Dwarf*) de Wooler alcançava 12.000, ao redor dos anos 1820, quando a circulação do *The Times* elevava-se para acima de 7.000. O que fica evidente é o surgimento de uma nova base social - essencialmente uma nova base de classe social - para um novo tipo de jornalismo político agindo em campanha.

Entretanto, na complexa história política dos anos entre 1815 e 1848, a independência desta imprensa radical em campanha somente era mantida com grande dificuldade, sendo alvo, entre os anos 1820 e início de 1830, de todas as formas de intimidação e ações processuais. Uma geração antes, a classe governante no poder havia se colocado em oposição, ou tentado, através de suborno e subsídios, deter o controle da imprensa da classe média. No intrincada armação de alianças políticas dos anos 1820, e antes da *Reform Bill* de 1832, uma imprensa independente “respeitável” começou a emergir, liderada

pelo *The Times*, como parte do mesmo e complexo processo dentro do qual a imprensa popular radical vinha sendo perseguida e confinada. Durante os anos dos Cartistas (*Chartists*), uma imprensa popular radical foi novamente ativa; mas diversas formas de pressão combinaram-se, na época, para delimitar a sua expansão e eventual isolamento.

É este isolamento de uma imprensa política radical, e mais a firme incorporação e instituição de uma nova imprensa popular comercial, os pontos que devemos enfatizar, como desenvolvimentos decisivos dentro de uma cultura popular alfabetizada, como um todo.

Um fator crucial era de natureza econômica. Quando Cobbett e Wooler competiam diretamente com a imprensa respeitável nos anos posteriores a 1815, a tecnologia do jornal era ainda relativamente subdesenvolvida, e os custos - a esses níveis de circulação - mantinham-se em um relacionamento razoavelmente competitivo, para ambos os tipos de imprensa. A verdadeira expansão social da leitura de jornais, que se iniciou neste período e que a princípio seguiu linhas de classe relativamente claras, iria se tornar profundamente complicada, e finalmente determinada, pelos custos e capitalização envolvidos em avanços técnicos precisos, dos quais dependia qualquer expansão de porte. A impressão a vapor do *Times* teve início em 1814 e a velocidade de produção elevou-se firmemente por meio de aperfeiçoamentos mecânicos. A combinação final da impressão rápida a vapor com a nova, além de um sistema de distribuição veloz, tornado possível pela expansão da malha ferroviária, originaram as condições para a expansão de maior importância - mas ao nível de capitalização, ao qual - pela própria definição, a “imprensa pobre” não poderia se equiparar.

A liderança na imprensa - até este ponto, e apesar da repressão política, largamente determinada pela mera competição por leitores - era, desde esse período até nossos dias inerentemente associada ao acesso a montantes de capital, cada vez mais altos.

Os desenvolvimentos técnicos - que iriam finalmente tornar possível a total distribuição da imprensa popular - ocorriam dentro de relações sociais e econômicas precisas, que tornaram a verdadeira competição por leitura entre as imprensas radical e a respeitável mais e mais desigual, e na realidade, em alguns níveis - pré-determinada. Ao longo do século dezenove, o desenvolvimento do jornal, desde um empreendimento capitalista de pequena escala até os consórcios capitalistas dos anos 1880 e além, foi até certo ponto essencial para o crescimento de diferentes elementos da cultura popular.

E ainda assim não era um processo somente econômico. Fatores de mercado assumiram seu lugar dentro de um complexo desenvolvimento social e cultural. Isto pode ser melhor observado no crescimento das folhas dominicais, que permitem uma interessante comparação com os “respeitáveis” jornais diários e a imprensa autenticamente radical.

Desde o início do século, apesar das muitas tentativas de que fossem declarados ilegais, os jornais dominicais tinham circulação muito acima dos diários - um fator constante de expansão da imprensa até os nossos dias atuais. Seu público leitor era também mais amplo, em termos sociais, do que a da imprensa diária. Eles eram comprados e trazidos não somente para clubes e cafeterias, mas também para barbearias, onde a visita dominical do trabalhador, poderia significar sua única oportunidade de ler um jornal, ou ouvi-lo sendo lido.

Politicamente falando, a maioria dos jornais dominicais era a favor da Reforma, e isto continuou sendo assim bem depois de meados do século. Ao mesmo tempo, como um fenômeno cultural, o *Dispatch* ou *Bell's* eram essencialmente diferentes do *Registro Político* ou do *Anão Negro*. O jornal dominical era, desde o começo, um empreendimento comercial dentro da nova cultura popular urbana (na realidade predominantemente metropolitana). Ele continha informações políticas e de caráter geral, assim como notícias do exterior, mas tinha um conteúdo específico de reportagens sobre crime e escândalos. Uma boa parte das populares baladas, volantes, e ainda discursos finais de moribundos - sempre com vendas acima de todos os materiais de leitura - encontraram seu caminho dentro desta redefinição essencial de "jornal".

Os novos jornais dominicais dos anos 1840 - o *Notícia do Mundo* e o *Lloyds* atestam esse desenvolvimento muito mais fortemente; e havia ainda um efeito adicional sobre os conteúdos, em virtude da Lei do Selo, que poderia ser contornada se a ficção, ou às vezes as histórias de antecedentes, substituíssem as notícias verdadeiras. O subtítulo do novo *Bell's* era *Gazeta Esportiva e Policial, e Jornal de Romance*. Teve de imediato uma seqüência cultural e técnica com as baladas e os livros de contos e modinhas ("chapbooks"). Uma primeira página de 27 de fevereiro de 1842, tinha como título *Audaciosa Conspiração e Tentativa de Violação* e uma grande xilogravura acima da reportagem detalhada - um "layout" típico de formatos anteriores não-jornalísticos.

Com uma circulação conjunta de aproximadamente 275.000 exemplares (a ser comparada com a circulação conjunta dos diários, cerca de 60.000), e com a grande maioria de leitores concentrada em Londres, os dominicais constituíam uma imprensa popular de uma nova espécie. E estritamente comparável, em termos sociais, ao teatro contemporâneo de Londres, ele próprio agora com grande popularidade em audiência, e tendo o melodrama como forma dominante. Ainda persistiam alguns elementos radicais - dirigidos mais contra a velha classe dominante do que contra os novos sistemas industriais capitalistas dominantes - e que foram um fator vital na formação da nova cultura popular. A complexidade desta formação pode ser estudada na obra de G.W.M. Reynolds (cuja publicação *Notícias de Reynolds's* chegou até o século vinte como órgão do movimento

Cooperativo radical), o qual vinha a ser um porta-voz Chartista líder, que por diversos anos sobrepujou em vendas o escritor Dickens, autor de obras de ficção melodramática em fascículos, centralizadas em escândalos aristocráticos. Os limites e as pressões de todo o desenvolvimento social estão muito bem resumidos nesta poderosa e contraditória personagem.

“Popular”, portanto, tem três sentidos, que na prática, firmemente divergem entre si. Havia, primeiro, o antigo sentido radical, como sendo “pelo povo”: a imprensa política de Cobbett, Wooler, Hetherington, Carlyle, dos Chartistas, de Blatchford dos anos 1890s, da imprensa do Movimento Trabalhista do século vinte. Economicamente limitados, pela sua inerente desvantagem em capitalização, estas formas vieram também a ser contidas culturalmente, em uma considerável extensão. Na própria dificuldade e prioridade de manterem a independência da opinião política existente, freqüentemente não tinham outra escolha senão a de excluir outros elementos da cultura popular - nos quais milhões de seus leitores potenciais estavam interessados - incluindo-se aqueles que eram os novos e positivos prazeres da cultura urbana, e também aqueles que eram vistos como a sua exploração.

Havia depois, um sentido intermediário de “popular” - uma habilidosa e vigorosa combinação de atitudes políticas generalizadas com os materiais já estabelecidos, para leituras de crime, escândalos, romance e esporte.

Finalmente, sofrendo pressão crescente na segunda metade do século dezenove, e tornando-se dominante no século vinte, havia o sentido de “popular” em termos puramente de marketing. Isto havia sido emanado de um movimento constante, fora do radicalismo político independente, ele mesmo profundamente afetado pela extensão do direito de voto e a formação de partidos políticos dentro de um novo estilo; com uma confiança cada vez mais franca nas predileções e mercados habituais, a alternativa social e as visões políticas dos genuinamente radicais empurradas até as margens e para além delas. E se achava agora, decididamente realizada, pela nova produção e sistema de distribuição, centralizados, baseada em relações sociais modificadas entre os jornalistas e seus leitores, e entre estes e os proprietários. O resultado era o jornal popular, como um produto de mercado altamente capitalizado, dirigido a uma “massa” de leitores diferenciada.

Dentro das linhas gerais de desenvolvimento de uma economia capitalista, as “inevitabilidades” deste processo têm dois gumes. As tendências em direção à alta capitalização, da propriedade combinada, e da dependência dos lucros decorrentes de publicidade programada (efetivamente instituída por Northcliffe em 1890, uma vez que o jornal do

século dezenove, antes desta década, confiando nos anúncios classificados, havia resistido vigorosamente à exposição programada de anúncios), - seguia bem de perto tendências muito mais generalizadas da economia como um todo.

Ao mesmo tempo, a repressão, o isolamento, a contenção e, por fim, a incorporação de uma imprensa popular autônoma nada tinham de inevitável a seu respeito: iniciaram-se como atos políticos conscientes e continuaram como um efetivo desdobramento de recursos financeiros, a fim de que os interesses de leitura de homens pobres, se mantivessem nas mãos de homens ricos. Na segunda metade do século dezenove, os jornais dominicais ampliaram sua circulação para cerca de um milhão, e atrás deles veio o novo jornalismo do *Telegraph*, a partir de 1850 (“eles, naturalmente” - comentou Labouchere, a respeito dos proprietários - “sacrificam todo o decoro, ao desejo de fazer do jornal uma especulação remuneradora”). Então, a partir do final dos anos 1860, até os 1880, surgiram os novos jornais baratos vespertinos, os quais, incorporando as novidades esportivas de crescente interesse, são os autênticos precursores dos jornais populares do século vinte, e dos novos diários de baixo preço, a partir do *Mail*, de 1896.

A cada estágio do crescimento dos jornais, tipos correspondentes de revistas e periódicos passaram a se desenvolver: o escandaloso *John Bull*, partir de 1829, mas também os extrordinariamente bem-sucedidos jornais educativos a custo de tostões (*Chambers*, *Penny* e *Saturday*), a partir de 1830, as revistas para a família, dos anos 1840 aos 1870; o novo *Answers* e o *Tit-Bits* dos anos 1880. Os efeitos econômicos dos novos progressos técnicos, que viriam por fim a estreitar o significado de “popular” nas revistas - assim como haviam feito muito antes nos jornais, somente se fizeram sentir inteiramente a partir de meados do século vinte.

Os três sentidos de “popular” são ainda de importância crucial, e necessitam sempre ser bem distintos, na cultura ainda em expansão dos anos 1970. O complexo desenvolvimento histórico dos diferentes tipos de “imprensa popular” fornece evidência essencial para a interpretação de todo o desenvolvimento cultural moderno.

Tradução autorizada em março/2007

Notas

* Publicado em *News Paper History* (História do Jornal - do século XVII aos dias de hoje) por George Boyce, James Curran e Pauline Wingate, Londres, Constable, 1978. O texto de Raymond Williams constitui-se no segundo capítulo do livro, pp. 41-50.

** Raymond Williams (1921-1988) é considerado um dos principais historiadores do marxismo inglês.

Desenvolveu ensaios de crítica literária, estudos sobre “cultura comum” e tradições de classe, novas tecnologias e mídia. Foi membro ativo da *New Left Review*. Em nosso país, foram publicadas várias obras: *Cultura e Sociedade* (1969); *O Campo e a Cidade* (1989); *Marxismo e Literatura* (1978); *Cultura* (1992) e *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (2006).

*** Publicitário e formado em língua inglesa na Alumni Association.

**** Doutora em História Social e professora do Programa de Estudos Pós-graduados em História e Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

¹ N.T. Criadas na Inglaterra pelo Ato Educacional de 1870, as “board-schools” eram centros de ensino elementar financiados pelo Parlamento e administrados por um Conselho Escolar.

² N.T. Depois da conquista normanda de 1066, a libra inglesa subdividiu-se em 20 shillings ou 240 pence - sendo pence o plural de penny. Assim permaneceu a moeda até ocorrer a decimalização, em 15 de fevereiro de 1971.

³ N.T. O Cartismo (“Chartism”) foi um movimento por uma reforma política e social democrática, na Inglaterra, com base nos princípios incorporados na “People’s Chart”, ou Carta do Povo, de 1838.

⁴ N.T. O Imposto do selo foi introduzido na Inglaterra em 1694, seguindo um modelo holandês, e variava de 1 penny a diversos shillings. Ele passou a onerar, ao longo dos anos, documentos legais; apólices de seguros; provas documentais nos tribunais; inventários. Chegou a levantar 50.000 libras por ano e, embora surgisse como medida temporária, comprovou-se um sucesso continuado. O Ato do Selo na Inglaterra era uma taxa sobre produtos envolvendo o papel, e pagável por meio de selos. Na imprensa extinguiu-se em 1855.

ARTIGOS

PELO VIÉS DA COLABORAÇÃO: A IMPRENSA NO PÓS-1964 SOB OUTRO PRISMA*

*Beatriz Kushnir***

Resumo

O cerne da reflexão centra-se na análise do papel desempenhado pela maioria dos órgãos da grande imprensa nas vésperas do golpe de 1968, no pós AI-5 e, principalmente, na construção da memória dos “homens de jornal” no contemporâneo acerca de suas ações no passado recente do país.

Palavras-chave

Censura; imprensa; golpe civil-militar.

Abstract

The center of this reflection is the analysis of the role performed by most of the great press organs on the eve of the 1968 coup, during the post-AI-5 period, and mainly on the construction of the “press men’s” memory, during the contemporary time, regarding their actions in the country’s recent past.

Keywords

Censorship; press; civil-military coup.

Os “homens de jornal”

O intuito da reflexão é o de buscar a gênese dos intrincados caminhos e relações entre imprensa e poder a partir dos encontros de jornalistas e censores. Assim, foi possível constatar que, se muitos dos censores eram jornalistas, em uma parte da grande imprensa, no período pós-1968, havia jornalistas que eram policiais. Neste sentido, trata-se de mapear uma experiência de *colaboracionismo* de uma parcela da imprensa com os órgãos de repressão no pós-AI-5. Ou seja, tem-se como mote a atuação de alguns setores das comunicações do país e suas estreitas (permissivas) conexões com a ditadura civil-militar do pós-1964. Além de não fazer frente ao regime e às suas formas violentas de ação, parte da imprensa também apoiou a barbárie. Assim, como Cláudio Abramo sublinha, se existe

[...] um equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura. [...] A ditadura jogava bruto, censurava o jornal, sonegava notícias, mentia, manipulava índices de custo de vida. [...] Houve um período em que não se podia acreditar em nada que saía impresso; era publicado nos jornais que um guerrilheiro tinha morrido atropelado, quando na verdade tinha morrido numa cela, sob torturas mais bárbaras”.¹ (Abramo, 1988:118 e 120).

Na ponderação de Abramo, há sua visão particular acerca do tema da censura. Seu olhar encontra, entretanto, respaldo na realidade vivida, como se poderá notar. Isto porque, o jornalista sinaliza para um acordo entre parte da imprensa e o Estado autoritário do pós-1964.

As empresas jornalísticas no país podem ser vistas como clãs, feudos, oligarquias. É importante destacar que os quatro principais jornais do eixo Rio/São Paulo - *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, e *O Estado de S. Paulo* - são, ou foram, até bem pouco tempo, empresas familiares. Molde, aliás, copiado também por outros periódicos e por algumas editoras, tanto de livros, como de revistas, como as Editoras Bloch e Abril.

Escolheu-se conjecturar com o que há de mais forte nessas relações de cooperação, apreendendo o ato de colaboracionismo² como tendo cores e tonalidades várias. Tanto podia ser exercido de maneira individual, como coletiva. Vale salientar, este modo de agir não é exclusivo do jornal selecionado. Suas características peculiares, no entanto, tornaram-no um *locus* privilegiado desta análise.

O objeto eleito é o periódico denominado *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã. Este jornal foi criado em 1/7/1949, com o *slogan* “o vespertino das multidões” e, assim

permaneceu até 31/12/1959. Retornou em 19/1/1967 e foi extinto em 21/3/1999. O intervalo de tempo que inquieta esta análise, todavia, é o que vai do seu ressurgimento até o dia 7/5/1984.³ Nesses dezessete anos, entre 1967 e 1984, o país foi dos “anos de chumbo” ao processo das “Diretas Já”; e a *Folha da Tarde* teve tanto uma redação de esquerda engajada, como de partidários do autoritarismo que reinava no Brasil.

Assim, nas páginas desse jornal há desde denúncias sobre os tempos vividos, como e principalmente, o reflexo do seu aval às conjunturas do momento. Os homens e mulheres que lá trabalharam, ou seja, o seu corpo de jornalistas é um grupo diverso e múltiplo. Viveram tanto as forças do arbítrio, nas prisões e mortes não só relatadas, mas também sentidas na própria pele, como muitos igualmente pactuaram com os agentes da repressão. Como se poderá notar, a trajetória da *Folha da Tarde* espelha tanto as rupturas e mudanças no panorama brasileiro, como ainda os caminhos percorridos pelo Grupo Folha da Manhã para se adaptar aos percalços e à efervescência política daquele período, perdendo poucos anéis, mas jamais os dedos.

O início da década de 1960, portanto, foi um momento de grandes mudanças internas no Grupo. Por um lado, alterações de forma: três jornais são reunidos em um, que recebe o nome de *Folha de S. Paulo*; de outro, as de estrutura, com a nova direção da empresa. Com a substituição de Nabantino Ramos por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, a linha editorial, a partir de então, se tornou francamente anti-janguista. Como outros jornais, os do Grupo, além disso, apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1º de abril de 1964.

Concomitantes ao alinhamento editorial ocorriam transformações em âmbito empresarial. A *Folha de S. Paulo* a partir de então buscou ampliar seu público, adquirindo uma frota própria e, ao conquistar o leitor do interior do estado, aumentou sua influência. Quanto às metamorfoses na forma e no conteúdo do jornal, o cargo de diretor de redação do *Folhãõ* foi ocupado por José Reis, homem do jornal desde 1948, e que esteve à frente da *Folha* até 1967.

Cláudio Abramo assumiu o *Folhãõ* em 1967 e esteve à sua frente quando, entre 1969 e 1972, este viveria um momento de censura, imposta pelo regime a toda a imprensa e que não findou no início dos anos de 1970 para a totalidade da imprensa. O ano de 1967 foi o período inicial das transformações da *Folha*, quando o Grupo investiu em tecnologia, com a aquisição de máquinas *offset*, e no aumento da frota para acelerar a entrega de seus jornais. Essas modificações se iniciaram pelo jornal *Cidade de Santos* em 8/7/1967 e chegaram à *Folha de S. Paulo* em 1/1/1968. No meio do caminho, em 19/1/1967, relançou-se a *Folha da Tarde*, como o primeiro jornal paulistano a publicar fotos coloridas na primeira página.

Credita-se, deste modo, a esses primeiros anos do Grupo uma ampliação substancial do seu público leitor e a conformação do seu perfil empresarial. Assim é que, em 1965, o Grupo adquiriu o jornal *Notícias Populares*, fundado dois anos antes.⁴ E doze anos após a posse de Frias e Caldeira, a *Folha de S. Paulo* transformou-se no jornal mais lido no interior do Estado de São Paulo, segundo o Ibope.

E a *Folha da Tarde*, que imagem deixou? É impossível refazer esse desenho nos prendendo somente ao espaço da redação. O corpo de redação da *Folha da Tarde*, de 1967 a 1984, é formado por dois grupos distintos: os de antes e os de depois do AI-5. A existência dessas duas *castas* se cruza intimamente com os acontecimentos políticos do momento. Além de reportar a realidade para as folhas impressas, muitos dos que lá trabalharam tiveram engajamento contra ou a favor da repressão.

De tal modo, compreender o porquê da *Folha da Tarde* renascer em 1967 também é uma forma de adentrar nessa trama. As uniões e separações dos Frias com figuras como Cláudio Abramo e seus pares indicam os difíceis caminhos que unem idealismo e realidade no Brasil pós-1968, tendo como palco o prédio amarelo. Para ver e rever alguns desses embates, faz-se importante trazer à tona a trajetória desse periódico.

As trajetórias da Folha da Tarde?

A *Folha da Tarde* que nasceu naquele outubro de 1967 era um jornal completamente diferente do que existiu entre 1949 a 1959. O projeto a queria moderna, colorida, impressa em *offset*. Nas suas páginas deveriam estar as questões nacionais do momento e, principalmente, a efervescência que transpirava pelas ruas do país. Quando o jornal foi para as bancas, o cenário político era de constante movimento e havia uma permanente ebulição. Dirigida primeiramente pelo jornalista carioca Jorge Miranda Jordão, egresso da *Última Hora*, contou nesse momento com “velhos jornalistas” que tinham pouco mais de trinta anos de idade, e pessoas que começavam suas carreiras. Muitos deles, como Raimundo Pereira, Frei Betto, Paulo Sandroni, Chico Caruso, viriam a ter um papel de destaque em sua profissão nas décadas seguintes.

A linha editorial era de oposição ao governo, até quando este permitiu; nesses primeiros tempos, o jornal caminhava ainda para encontrar seu perfil e definir bem seu público-alvo. Foram o desenrolar do panorama e o posicionamento pessoal dos jornalistas daquela redação o que deu o tom do jornal. No fundo, portanto, ele se constituiu como um reflexo do momento vivido. Assim, como refletiu Paulo Sandroni, “não creio que fosse um jornal de esquerda, mas ganhou esse caráter depois”.

Nas manchetes da *Folha da Tarde* de 1968 o tom é quase sempre político. Em abril, trazem as torturas sofridas durante oito dias, no Rio, por dois irmãos e cineastas durante

a missa de sétimo dia do estudante Edson Luís, morto no mês de março em um conflito com a Polícia Militar no restaurante estudantil Calabouço, no Rio. Em 2 de outubro, em letras garrafais, o jornal diz: “Conheça Vladimir, ele quer o poder”.

Fica claro o quanto a efervescência política ganhava espaço nas ruas e nas páginas dos periódicos. A maioria dos jornalistas tinha alguma militância, mesmo que apenas como simpatizante. Muitos dos jornalistas daquela redação ou eram ou tinham amigos engajados politicamente. No prédio da Alameda Barão de Limeira, a *Folha da Tarde* ainda noticiou, no dia 13 de dezembro, a libertação de José Dirceu e a transferência de outros estudantes, presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, para outras unidades militares e do DOPS em todo o país.

O mais drástico estava por vir. Carlos Penafiel, responsável pela diagramação do jornal, resumiu o que aconteceu ali horas depois, quando, à noite, o locutor da agência Nacional, Alberto Cúri, tendo ao seu lado o ministro da Justiça, Gama e Silva, leu o Ato Institucional nº 5:

[...] o AI-5 mexeu na redação. Nossa primeira reação foi que, como jornal, estávamos mortos. Daí em diante a linha à esquerda do jornal era meio impossível. Sabíamos que o pouco de liberdade que poderíamos ter da censura oficial, [seria confrontada] com a censura interna (Frias, Caldeira e Cia.). Houve um desânimo geral e muitos saíram nessa ocasião. Só continuaram os que não tinham muita opção, afinal o AI-5 tinha mexido com toda a Imprensa. [Assim,] ou se partia para fazer jornais clandestinos ou se ficava onde estava (Depoimentos à autora, por e-mail, em 18 a 22/5/2000).

O AI-5: a imposição de outra realidade

Com a decretação do AI-5, muitos proprietários de empresas de jornal criam alternativas para se adaptarem aos “novos tempos”. Na mesma semana que o regime autoritário *endureceu*, em vários órgãos de imprensa os jornalistas mais combativos foram demitidos. Jorge Miranda Jordão permaneceu à frente da *Folha da Tarde* por mais alguns meses e foi demitido do Grupo nos primeiros dias de maio de 1969. O dono do jornal, Octávio Frias de Oliveira, chamou-o na sua sala e disse: “não posso mais ficar com você”.

Alguns jornalistas da *Folha da Tarde* eram simpatizantes da militância armada de esquerda, abrigo reuniões em suas casas, hospedando pessoas ou participando da rede de apoio, como o próprio Miranda Jordão, que acabou sendo preso em agosto de 1969. Afora as demissões do jornal, a repressão pós-AI-5 os surpreendeu com máxima violência, com invasões de domicílio e prisões ou forçando-os à clandestinidade, como ocorreu com Paulo Sandroni. A “caça às bruxas” intensificou-se após o seqüestro do embaixador norte-americano, em 4/9/1969, e o cerco a Carlos Marighella, morto em São Paulo, exatamente dois meses depois.

Nas alterações na direção do jornal, entre a saída de Miranda Jordão e a posse de Pimenta Neves, exerceu o cargo um *prata da casa*. Posteriormente, o editor responsável,

[...] que andava com uma capanga armada pela redação, e fomos todos demitidos. A linha do jornal tinha mudado completamente, a ponto de que quando fui demitido por motivos políticos, junto com 8 colegas, em agosto de 1969, de toda a antiga equipe não restava mais ninguém (Depoimentos à autora, por e-mail, em 18 a 22/5/2000).

A partir de julho de 1969, com o fim da equipe de redação formada a partir de outubro de 1967, o jornal, torna-se, nas palavras de Cláudio Abramo, sórdido. O papel desempenhado pelo grupo Folha da Manhã durante os anos de 1970 recebe muitas críticas. Para Freire, Almada e Ponce,

[...] a imprensa, censurada aqui e ali, não oferecia resistência mais séria ao governo quando se tratava das organizações de esquerda revolucionária. E aqui distinguimos muito bem os jornalistas dos donos de jornal. É preciso que se diga, a bem da verdade, que muitos jornalistas arriscaram seus empregos e mesmo a vida, enviando notícias para o exterior e passando algumas informações apesar da censura. Jornais, como a *Folha de S. Paulo*, transformaram-se em porta-vozes do governo militar e mesmo cúmplices de algumas ações (Freire, 1997:42).

Acusam-se o jornal e a empresa Folha da Manhã de algo extremamente sério: de terem sido entregues à repressão como órgãos de propaganda, enquanto papel, tinta e funcionários eram pagos pelo Grupo. Neste sentido, buscando um perfil desse periódico, encontrei muitos depoimentos que se auto-atribuíam a criação da célebre frase que definiu a *Folha da Tarde* a partir de julho de 1969. O jornal era tido como “o de maior tiragem”, devido ao grande número de policiais que compunham sua redação no pós-AI-5. Muitos também a conheciam, por isso, como “a delegacia”.

Os homens da “lei”

DIÁRIO OFICIAL DA OBAN

O jornalista Antônio Aggio dirigiu o jornal *Cidade de Santos*, do mesmo Grupo Folha da Manhã, de julho de 1967 a junho de 1969. Declaradamente um repórter policial, com bom trânsito nas fontes de polícia, foi convocado para a *Folha da Tarde* porque “o jornal não vendia”. O recorde de venda teria sido com as imagens dos combates na Rua Maria Antônia, em 3/1/1968, quando se comercializaram onze mil exemplares/dia, enquanto a média era 2.5 exemplares por dia. Havia sido esta, aliás, a “explicação oficial” permanente para se substituir Miranda Jordão: a baixa venda do jornal e a falta de recursos para executar um similar competitivo com o *Jornal da Tarde*. De Santos, Aggio trouxe ainda

Holey Antônio Destro e José Alberto Moraes Alves, o *Blandy*, e “tomou posse” do jornal a partir de 19/6/1969. O então jornalista Ítalo Tronca, que era remanescente da redação de Miranda Jordão, lembrou que da antiga equipe que sobreviveu ao AI-5, permaneceu quem precisava do emprego.

Até que chegou o Aggio. Ele trazia para dentro da redação um estojo que parecia um violão. Não sabíamos o que era. Mas ele gostava de exibi-lo na sua sala: uma carabina turca. Nós não sabíamos de onde vinha essa gente [Aggio, Horley e Torres]. O Horley vinha armado de uma automática. Torres era relações públicas do IVº Comar e fazia um gênero amigo. Os outros dois eram acintosamente policiais (Depoimentos à autora, por e-mail, em 18 a 22/5/2000).

Rememorando esta trajetória, o jornalista Adilson Laranjeira, que, muito mais tarde, em meados da década de 1980, comandou a *Folha da Tarde*, em substituição a Aggio, “talvez fosse conveniente, naqueles tempos, manter a *Folha da Tarde*”, como um jornal “de maior tiragem”, onde muitos jornalistas eram policiais ou se tornaram lá dentro. Além do próprio editor-chefe, o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia; o coronel da PM, na época major, Edson Corrêa, era repórter da Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; e o chefe da Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira tornou-se delegado, por concurso, em 1972 (Entrevista à autora, em 7/7/1999).

A proposta de Antônio Aggio, quando assumiu a *Folha da Tarde*, era torná-lo o oposto daquele do período dirigido por Miranda Jordão, intensificando a ênfase às narrativas policiais. Tem-se a impressão, ao consultar o periódico, que a gestão de Miranda foi percebida por Aggio como uma ilha. O novo editor construiu uma ponte sobre ela, unindo outra vez o jornal à sua suposta “gênese”, com exceção, é claro do reconhecimento e manutenção da tecnologia *off-set*, o grande avanço de modernização gráfica da época.

Um exemplo que corrobora essa aparente necessidade de distanciar as redações de Miranda Jordão e de Aggio foi a cobertura dada à prisão de Frei Betto. Em nenhum momento a *Folha da Tarde* mencionou que o jornalista teria pertencido aos quadros do jornal. Nem Betto, nem nenhum dos outros militantes presos e que tinham trabalhado no jornal. No mesmo dia 11/11/1969, a *Folha da Tarde*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* relataram a prisão do dominicano no Rio Grande do Sul. O *Estadão* foi o único a mencionar que Frei Betto era ex-chefe de reportagem da *Folha da Tarde*.

A pressão sobre os donos do jornal era muito grande e, além da presença policial na equipe de redação, da substituição do espaço do editorial – o lugar onde a equipe de redação opina sobre as questões do momento – por *charges* e da guinada à direita, o tablôide adotou a censura interna e autocensura. Neste sentido, sublinha Boris Casoy, que foi

editor-chefe da *Folha de São Paulo*, “por uma questão de sobrevivência, o Grupo Folha não tinha censor. Tinha decidido não enfrentar o regime. Fez autocensura” (Entrevista à autora, em 18/3/1999).

Do mesmo modo, as manchetes da primeira página da *Folha da Tarde*, além de difundirem informes oficiais – que davam outra versão à verdade dos fatos –, além disso, criavam um pacto com o cativo público leitor. O tom agressivo apregoava, aumentava as vendas:

- ⇨ "**Honras militares para a vítima de Marighella**", de 8/11/1969, sobre o enterro da investigadora Stela Borges Morato, baleada no cerco a Carlos Marighella;
- ⇨ "**Oban desmantela quadrilhas do terror**", de 28/1/197, acerca dos mais de 32 militantes políticos presos;
- ⇨ "**Cônsul livre: começa a caça**", de 16/3/197, sobre a troca de presos políticos pelo cônsul japonês;
- ⇨ "**Prisão para os 14 terroristas da ALN**", de 1/4/197, acerca do indiciamento de 143 “criminosos”, dos quais 14 já com prisão preventiva decretada;
- ⇨ "**Terrorista fere e morre metralhado**", em 4/4/197, sobre a morte de Dorival Ferreira;
- ⇨ "**Fim do seqüestro: 4 bandidos na Argélia**", de 16/6/197, sobre a troca de presos políticos pelo embaixador alemão;
- ⇨ "**Chantagem sexual é arma do terror**", de 28/7/1971, sobre a militante Solange Lourenço Gomes, que se entregou à repressão em março daquele ano, e que, anos mais tarde, se suicidou;
- ⇨ "**Terror mata e rouba em hospital carioca**", de 3/9/1971, sobre o assalto à clínica Dr. Eiras por militantes de esquerda;
- ⇨ "**Amor, fé e orgulho. Para sempre Brasil**", de 8/9/1971, sobre as paradas militares do dia anterior;
- ⇨ "**Lamarca deixou 2,5 milhões de dólares**", de 2/9/1971, acerca da morte de Carlos Lamarca;
- ⇨ "**Eis os assassinos e inimigos do povo**", de 28/9/1971, com fotos dos militantes procurados;
- ⇨ "**DOPS paulista desmascara infiltração comunista**", de 23/1/1975, divulgando 15 indiciados na Lei de Segurança Nacional.

O padrão manteve-se nos quinze anos de gestão de Antônio Aggio à frente da *Folha da Tarde*, de 1/7/1969 a 7/5/1984. Ainda na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, na plenária de 25/4/1984, pelas “Diretas Já”, todos os jornais do país noticiaram a intimidação que o general Newton Cruz realizou, fazendo *exercícios militares* e cercando

o Congresso Nacional, com tropas da PM, do fim da tarde até às 21 horas. O general Cruz, ex-chefe do SNI, era, desde agosto de 1983, responsável pelo Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar, com sede em Brasília, e o executor de medidas de emergência. Usando desse instrumento, o general declarou ter antecipado o esquema de segurança em 24 horas, para evitar o acesso não autorizado ao Congresso. No entanto, o cerco se deu após oitocentos estudantes terem se concentrado no saguão para uma vigília cívica até a votação. Para a *Folha da Tarde*, todo o episódio não passou de um teste de adestramento.

Homens de jornal e Homens da lei: quem era quem

A *Folha da Tarde* foi um porta-voz, e, como tal, conhecida como o *Diário Oficial da Oban*, ao reproduzir informes do governo como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal. As imagens, construídas para além da verdade dos fatos, ditavam uma direção de raciocínio. Esses foram os “serviços prestados” pelo jornal, de julho de 1969 a 7/5/1984. O grande poder da *Folha da Tarde*, segundo Aggio, estava na sua alta vendagem. Se este foi um dos motivos que justificaram a linha policialesca durante a década de 1970, em meados dos anos 80 a realidade começou a se alterar. Na perspectiva de Carlos Brickman,

[...] quando o grupo de Aggio deixou de vender jornal, caiu. Ao meu ver, Boris Casoy definiu a coisa com mais precisão: a *Folha da Tarde* era de extrema direita porque o regime era de extrema direita. Se o regime fosse de extrema esquerda, a *Folha da Tarde* seria igualzinha, com os mesmos dirigentes, e seria de extrema esquerda. Na verdade, a *Folha da Tarde* era o jornal da Polícia. Se a Polícia fosse a Gestapo, como a nossa parecia aspirar ser, seria Gestapo. Se fosse KGB, seria KGB numa boa, sem problemas. Não havia, no direitismo da *Folha da Tarde*, nenhuma raiz econômica: era apenas a supremacia da ordem que valia (Entrevista à autora, em 21/4/1999).

O destino do jornal já estava, porém, selado. Em meados de abril de 1984, Antônio Aggio foi convidado à sala de Octávio Frias de Oliveira, onde também estava o filho. Não havia, segundo os donos do jornal, mais espaço para *aquela Folha da Tarde* no prédio da rua Barão de Limeira. Na primeira sexta-feira de maio, dia 4 – pouco mais de uma semana depois da derrota das “Diretas Já” –, Antônio Aggio assinou um longo artigo de página inteira. Contrariando o acordado, em uma espécie de editorial intitulado “Plebiscito e referendo, instrumentos de salvação nacional”, com *charges*, citações da Constituição de 1967 e análises políticas e definições de Estado e democracia, ficavam patentes as sincronias da *Folha da Tarde* com os novos rumos da empresa.

Na sua versão, Aggio deixou o jornal depois de escrever essa sua “carta de princípios”, e não porque, para o Grupo Folha, ele simbolizava um passado que devia sair de

cena e ser esquecido. O país buscava novos ares, e a *Folha de S. Paulo* se engajara em informar o público leitor sedento dessas informações. Assim, era definitivamente imprescindível retirar os “tiras” da redação. Eles eram um dos símbolos de um Brasil obsoleto e, como a anistia era recíproca, não se julgariam também os seus atos. Em seu último dia de jornal, 7/5/1984, Aggio publicou uma pequena nota, despedindo-se de seu público, que vinha rareando, e agradeceu à sua equipe “aguerrida que sempre praticou a lealdade acima de tudo”. Novamente são as vendas que justificam as mudanças da *Folha da Tarde*.

Aggio se tornou repórter especial da Agência Folhas e se aposentou em 1986. Enquanto policial, manteve o vínculo empregatício na Secretaria de Segurança Pública. O delegado Sequeira também continuou no jornal até 1988, dirigindo a Internacional. Do antigo trio, Horley Antônio Destro engajou-se no mercado publicitário.

Visto desta forma, ao que parece, tudo tomou um lugar, apaziguando dilemas, o que pode causar certo desconforto para quem não se enquadrou na “nova ordem social”. Por isso, é importante sublinhar o tom dessa transição, tanto na *Folha da Tarde*, como no país. Ela pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios, e em muitos outros, a tradição da conciliação.

Temas tão caros e complexos – conciliar, negando a dor, e reafirmar sempre uma herança democrática brasileira – são imagens fortes que desfocam as análises. Quase sempre vista como um *dado*, algo intrínseco, as raízes democráticas do país são sublinhadas constantemente, tentando perceber os períodos de arbítrio como exceções. Por esse raciocínio, aparar arestas sem exorcizar fantasmas é um preço que deve ser pago para garantir a inquestionável democracia. Por esse olhar, os crimes não existem ou são passíveis de perdão. Tudo em nome da preservação desse sistema político, envolto também em fragilidade. Qualquer ação, assim, poderia desestabilizar a democracia, que não é percebida como uma conquista, mas está e sempre esteve deitada em [nosso] berço esplêndido.

No caso da *Folha da Tarde*, os jornalistas responsáveis, íntimos do círculo policial repressivo, trocaram intencionalmente a narrativa de um acontecimento pela publicação de versões que corroborassem o ideário autoritário oficial. Certamente, acreditavam em suas ações, compactuando sempre com o poder vigente. A essa atitude se pode dar o nome de autocensura, como também colaboração.

Fieis aos seus “donos”, esses *cães de guarda* farejaram uma brecha, protegeram uma suposta morada e, principalmente, ao defender o *castelo*, venderam à sociedade uma imagem errônea. Quando o “tabuleiro do poder” modificou-se, muitos desses *servidores* foram aposentados, outros construíram para si uma imagem positiva e até mesmo heróica, distanciando-se do que haviam feito. Outros tantos se readaptaram e estão na mídia como sempre. De todos esses esquemas e estruturas para perder poucos anéis, algo deve ser

sublinhado. O jornal, impresso ou televisionado, é um produto que vende um serviço, a informação, comprada pelos leitores. Assim, muitos pagaram pelo jornal impresso para saberem o que se passava nos seus mundos. Outros sofreram com o que estava impresso no jornal, mesmo que no dia seguinte este tenha virado simples papel de embrulho de peixe nas feiras.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007

Notas

* Esse paper apresenta um resumo dos capítulos 4 e 5 da minha tese de doutoramento em História, defendida junto ao Departamento de Pós-graduação e publicada, em 2004 [Cães de guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo]. Parte destas reflexões foi publicada também nos Anais do 1964-2004: 40 anos do Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil (UFRJ/CPDOC/APERJ/UFF – 22 a 26/3/2004). RJ, 7 Letras, 2004. pp. 80-90.

** Doutora, professora visitante do Departamento de História da UFF, diretora do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. E-mail: bkushnir@uol.com.br

¹ Abramo, Claudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 118 e 120.

² Gostaria de sublinhar que utilizo esse termo porque compreendo as atitudes tomadas como algo mais que uma adesão aos pressupostos do pós-1964 e principalmente do pós-1968. Além de apoio também é compromisso, por isso colaborar tornou-se mais acertado do que aderir.

³ No dia 21/3/1999, a *Folha da Tarde* circulou pela última vez. Fazendo um balanço dos 43 anos de atividade, a matéria descreveu que “nos anos 70, [o jornal teria mudado o] seu perfil, tornando-se mais conservador, em consonância com as demandas do eleitorado da época”.

⁴ No início de 2001, foi a vez de outro jornal, de mesmo perfil e também pertencente ao Grupo Folha da Manhã chegar ao fim. Em 2/1, o jornal *Notícias Populares*, definido como um “veículo de informação para o trabalhador, principalmente dos grandes centros urbanos”, deixou de circular. O jornal *Notícias Populares (NP)* foi criado por Herbert Levy para proporcionar uma “substância popular” à sua própria candidatura ao governo de São Paulo pela UDN. Com a decretação do AI-2, em outubro de 1965, o periódico perdeu a sua função e, para Levy, tornava-se inútil manter um jornal já que não teria direito a voto no ano seguinte. Percebe-se, na análise de Maia, que as diretas para governador também “foram enterradas pelo AI-3, baixado em fevereiro de 1966. O NP tornou-se propriedade da família Frias e do Caldeiras logo depois da abertura das urnas em outubro de 1965, quando se constatou a perda eleitoral dos candidatos governistas no Rio e em Minas. O ambiente político ficou completamente alterado e a derrota de Carlos Lacerda, na Guanabara, turvou as perspectivas de poder da extinta, [pelo AI-2], UDN. O Ministério da Justiça, como as lideranças políticas do Congresso Nacional, já discutiam abertamente o fim das diretas programadas para 1966. Levy seria candidato ao governo por São Paulo e Lacerda concorreria como civil a presidente”. Adquirido pelo Grupo Folha, o jornal manteve em seus quadros o editor, o romeno Jean Mellé, e o duplê de jornalista e policial Waldemar Ferreira de Paula. Waldemar veio a se tornar, anos depois, editor da seção policial, com a saída de Ramão Gomes Portão, o primeiro editor dessa área no jornal, que deixou o NP brigado, em 1970, pouco antes da morte de Mellé. Jean Mellé foi substituído por um escrivão de polícia e, cerca de um ano e meio depois, o NP passou ao comando de Ibrahim Ramadan, oriundo do *Jornal do Brasil*, que permaneceu com Waldemar e seu parceiro, Percival Gould Faro (Peri Faro). À guisa de curiosidade, em 2/12/1975, dentro do processo trabalhista que envolveu Waldemar e o grupo Folha, a prostituta Iracy Gomes da Silva, casada havia cerca de sete anos com Waldemar e mãe

de dois de seus filhos, fez uma denúncia sobre pagamento a jornalistas das *Folhas* por parte de policiais de São Paulo. Em 4/6/1976, a acusadora retirou a denúncia justificando ter sido manipulada para tal (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo Deops/SP, documento OP 1529. Maurício Maia, O juízo da morte: a violência letal dolosa nas páginas de Notícias Populares e no Tribunal do Juri de São Paulo, 196-1975. São Paulo, tese de doutoramento, ECA-USP, 2004).

A IMPRENSA NA CIDADE DE SANTOS: 1849-1930

Alexandre Alves*

Resumo

O propósito deste artigo é analisar o desenvolvimento da imprensa na cidade de Santos, de 1849 (quando surgiu o primeiro jornal santista, a Revista Commercial) a 1930 (fim da República Velha). Neste período, os jornais foram instrumentos essenciais no processo de transformação da cidade, nas lutas sociais e na constituição da identidade da mais importante cidade portuária do Brasil. A repercussão que tiveram os movimentos abolicionista, republicano e operário em Santos se deve, em larga medida, ao vigor do jornalismo e da imprensa na cidade, que estimularam e potencializaram a circulação de novas idéias.

Palavras-chave

Santos; imprensa; cidade; abolicionismo; movimento operário.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the historical development of the press in the city of Santos, from 1849 (when the first santista journal, Revista Commercial appeared) to 1930 (end of the Brazilian first Republic). During this period, the newspapers had been essential instruments for the city's transformation process, having a role on the social contents and the construction of the identity of the city that shelters the most important Brazilian seaport. The repercussion of the abolitionist, republican and worker movements in Santos are due, mainly, to the strength of a journalism that stimulated and potencialised the circulation of new ideas inside the city.

Keywords

Santos; press; city; abolitionism; worker movement.

Introdução

Nascida dos intermináveis debates sobre a liberdade de expressão e de opinião, a partir da segunda metade do século XVIII, no bojo do movimento iluminista, a imprensa se tornou um elemento essencial e característico da experiência de mundo do homem moderno. Até o início do século XX, os jornais eram o principal meio de formação da opinião pública, principalmente a chamada “grande imprensa”, ou seja, os jornais diários. Nessa época, os jornais já ofereciam uma grande quantidade de notícias nacionais e internacionais, mas tendiam a se enraizar, sobretudo, no ambiente imediato e familiar aos leitores, apresentando-lhes os acontecimentos que pontuavam o seu cotidiano e concitando-os a tomar uma posição ativa diante deles. Na França de 1912, por exemplo, existiam mais de trezentos jornais diários em Paris e 242 no interior, além de centenas de folhas semanais ou bissemanais, que muitas vezes chegavam a ser mais populares que os próprios diários.¹

Porém, no Brasil a imprensa chegou tardiamente. A administração colonial portuguesa não se limitava a censurar livros e impressos, como já era praxe na Metrópole, mas proibia completa e terminantemente a presença de tipografias e as atividades de impressão nos domínios portugueses. Livros, bibliotecas e materiais impressos eram muito raros e considerados perigosos no Brasil colonial, por serem fonte potencial de subversão. Imprimir era um crime e um sacrilégio: quem exercesse atividades tipográficas nas colônias portuguesas era preso e deportado para o Reino, além de ter seus prelos destruídos. No mundo colonial português, temia-se, mais que qualquer outra coisa, a difusão de idéias contrárias aos interesses do Estado e aos dogmas da Igreja.

Foi somente após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que passaram a haver atividades tipográficas regulares no país. Nos porões de um dos navios que trouxeram a corte portuguesa para cá, foi embarcado um prelo adquirido na Inglaterra e destinado à Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Um decreto de maio daquele ano autorizava a utilização de tipografias e instituía a Impressão Régia do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, chegavam livros e imprensa ao país com aval do governo.

A propagação da imprensa na modernidade está associada fundamentalmente ao crescimento das cidades, à intensificação da vida urbana, com a conseqüente demanda de informação por uma classe média culta e educada. Foi assim que houve o *boom* da imprensa na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX. Entretanto, num país escravocrata e analfabeto, recém-saído da condição colonial, como o Brasil no período imperial, a imprensa demorou a ser viável como atividade comercial. A urbanização

incipiente e precária, a falta de dinamismo de uma economia agrária fundada no trabalho escravo, as poucas atividades comerciais e industriais e a inexistência de uma classe média educada e numericamente representativa são fatores que contribuíram significativamente para o atraso do surgimento da cultura impressa no Brasil.

Nesse contexto desolador, o caso da cidade de Santos é excepcional, pois nesta cidade do litoral paulista desenvolveu-se ainda no século XIX uma imprensa ativa e vigorosa, que primava por sua resistência às difíceis condições para o jornalismo no Brasil da época. Desta forma, o objetivo desse estudo é identificar os fatores que permitiram o surto jornalístico na cidade de Santos, relacionando imprensa e vida urbana num período que vai da fundação do primeiro jornal da cidade, em 1849, até o fim da República Velha.

A imprensa santista e o processo de urbanização da cidade

Em sua monografia sobre a imprensa em São Paulo, Lafayette de Toledo² arrola 123 títulos, entre jornais e revistas, em Santos, no período de 1848 a 1896. Entre 1827 e 1896, segundo o seu levantamento, foram publicados 1536 periódicos no Estado de São Paulo. Destes, a maior parte (664) pertence à cidade de São Paulo. Santos vem a seguir com 130 títulos, na frente de Campinas (66) e Taubaté (52). Somente no ano de 1896, quando foi escrita monografia, verifica-se a fundação de 96 jornais e revistas no Estado.

No decorrer do segundo reinado, a imprensa se expande nas regiões mais prósperas da província de São Paulo, acompanhando o roteiro do café. Santos representa, nesse contexto, um caso particular, tendo sido uma das primeiras cidades paulistas a ter imprensa. Entre 1849 e 1930, houve quase duzentos jornais e mais de duas dezenas de revistas em Santos e, embora a maior parte tenha sido de duração efêmera, essa quantidade de títulos impressiona e demanda hipóteses para explicá-la. Que relação guarda a imprensa com o devir da cidade portuária entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX? Que fatores propiciaram os empreendimentos jornalísticos na cidade e qual o perfil da sua imprensa? Que vínculo pode-se estabelecer entre essa imprensa e as lutas sociais das quais a cidade foi palco nesse período?

Até meados do século XIX, Santos era uma Vila pequena e sem grande expressão. Uma exígua população vivia basicamente do que produzia o mar: de pesca e de atividades econômicas como a extração do sal marinho e a comercialização de óleo de baleia, utilizado na época para acender os lampiões. Porém, com o deslocamento do centro dinâmico da economia cafeeira das fazendas fluminenses para o Vale do Paraíba e posteriormente para o Planalto Paulista, a partir da década de 1830, o porto de Santos assumiu uma posição cada vez mais estratégica na economia nacional. O crescimento da cidade e a riqueza

de Santos, portanto, se devem ao porto e ao “eixo” que a cidade forma com São Paulo, de tal maneira que até hoje a maior parte das exportações brasileiras ainda passa pelo porto santista.

O destino de Santos esteve, desde o início, ligado ao da cidade de São Paulo. Em seu estudo sobre a geografia de São Paulo, Caio Prado Júnior as considerava “cidades casadas”, formando um único “sistema” São Paulo-Santos, no qual Santos desempenha o papel de ponto de articulação com o exterior, por intermédio do porto, enquanto São Paulo é o centro de convergência dos fluxos provenientes do planalto paulista.³ A importância do sistema Santos-São Paulo seria justamente o maior responsável pela preponderância econômica do Estado de São Paulo, a “locomotiva”, na economia nacional.

Em 1823, segundo o historiador Francisco Martins dos Santos,⁴ a cidade possuía apenas 4.700 habitantes, dos quais 2.000 eram escravos e 2.700 livres; entre os livres, 1.400 eram mestiços. Em 1839, quando a Vila foi elevada à categoria de cidade, Santos era “o tipo apurado de uma povoação colonial sem fortuna e as praias lodosas do porto [...] freqüentadas por bandos de urubus davam a nota característica local”.⁵

É nesse contexto, algo desolador, que surge a imprensa em Santos, apenas dez anos após a elevação de vila a cidade. O primeiro jornal santista foi a *Revista Commercial*, fundada em 1849 pelo alemão Guilherme Délius, com tipografia própria. Surge em seguida *O Nacional* (1850), de Martim Francisco de Andrada (filho do célebre irmão de José Bonifácio), impresso na Tipografia Imparcial e no mesmo formato que o *Ipiranga*, da capital.⁶ Martim Francisco foi compelido a vender a tipografia devido a dificuldades financeiras. O comprador, o português Manoel Raposo de Almeida, fundou *O Mercantil* (1850), que durou dois anos, na tentativa de concorrer com a *Revista Commercial*. Em 1851, foram editados na cidade ainda dois pequenos jornais - *O Precursor* e o *Médico Popular* - que tiveram vida efêmera. Em 1857, começou a circular *O Commercial*, dos irmãos Joaquim Roberto e Roberto Maria de Azevedo Marques. O jornal, de linha conservadora, contava com o apoio do poder municipal e publicava as atas municipais, mas conseguiu manter-se apenas até 1860. A maior parte das publicações desse período não conseguiu manter-se por muito tempo, devido às mesmas dificuldades que assinalamos no caso de São Paulo: alto custo do papel, ausência de mão-de-obra qualificada, público leitor e anúncios insuficientes para viabilizar comercialmente os periódicos.

O único jornal que se sustentou foi a *Revista Commercial*, devido em grande parte à dedicação e competência de Guilherme Délius, que trouxe a Santos todo o *know-how* e a experiência adquiridos na cidade de Hamburgo, na Alemanha. Délius era um médico extremamente culto: conhecia diversas línguas antigas e modernas, tendo sido professor de latim, inglês e alemão no *Colégio Alemão* de Santos, além de tradutor juramentado da Alfândega de Santos.⁷

Desde o início, o periódico manteve uma linha marcadamente liberal e antiescravista. Entre janeiro e março de 1851, a *Revista Commercial* publica, em partes secessivas, o famoso discurso de José Bonifácio na Constituinte de 1823, onde o patriarca da independência defendeu a abolição da escravidão no Brasil. Desde seus primeiros números, o jornal faz campanha sistemática pela abolição. No entanto, Délius evita o confronto direto com o governo e a retórica política inflamada dos jornais e pasquins da época. Através de dados numéricos e tabelas, a *Revista* procura comprovar economicamente a inviabilidade do trabalho escravo e as vantagens do trabalho livre. Outra estratégia é transcrever discursos, cartas e outros textos, publicados no Brasil e no exterior, para conferir credibilidade e consistência às posturas adotadas pelo jornal. Entre 1851 e 1852, reflete-se em suas páginas a luta com o concorrente *O Mercantil*, de Manoel Raposo de Almeida, tomando posição em favor dos brasileiros no conflito entre os nacionais e os portugueses, que se desenrolava naquele momento. A partir de 1860, a *Revista* já não tem perfil estritamente comercial. Em crise financeira, estava à procura de um público mais amplo; precisava ampliar sua circulação. Em 1865, Délius é obrigado a vendê-la, junto com a tipografia comercial. Depois de passar pela mão de diferentes donos, a *Revista Commercial* para de circular em 1872, quando se encerra todo um primeiro ciclo da imprensa santista.

Um dos fatores que facilitavam a circulação de informação em Santos era o fato de nesta cidade funcionar a única linha regular de correio com São Paulo e com a corte, no Rio de Janeiro. As comunicações com o interior de São Paulo só se tornaram regulares após a construção da ferrovia SPR em 1867, interligando Santos a Jundiaí. Não por acaso, foi justamente nas cidades situadas ao longo da linha - como Campinas, Jundiaí e Guaratininguetá - onde a imprensa floresceu no interior do Estado. A partir de 1874, também ficará mais fácil obter informações do exterior. Até então, chegavam notícias do exterior apenas por carta, mas neste ano, a primeira agência de notícias do mundo, a Reuter-Havas, instalou uma sucursal no Rio de Janeiro.⁸ O *Jornal do Comércio* recebia o noticiário da agência por telegrama e depois o repassava aos outros jornais, que passaram a ter uma página internacional.

Foram fundamentais também as tipografias existentes em Santos, a primeira das quais teria sido a *Commercial* de Guilherme Delius. A informação sobre a impressão de livros nesse período nos dá uma idéia das tipografias santistas. Em 1851, foi impresso o drama “A estrangeira”, de Francisco Luiz d’Abreu, na *Typographia Commercial* de Guilherme Délius. Em 1852, pela mesma tipografia, a “Oração de Santa Thereza” do padre José Norberto de Oliveira e, em 1860, foi impressa a comédia “Os grandes da época, ou A febre eleitoral”, de Antonio Pereira dos Santos, na *typographia de V.A. de Mello*. Segundo o *Almanak da Cidade de Santos*, em 1871, havia três tipografias em funcionamento na

cidade: a *Typographia Commercial* que editava a *Revista* às terças, quintas e sábados, a *Typographia do Commercio*, que imprimia o jornal *Commercio de Santos* às segundas, quartas e sextas e a *Typographia Imparcial*, que publicava *A Imprensa* às terças e quintas.⁹

A partir da década de 1870, a cidade se enriquece cada vez mais com o comércio e a exportação do café plantado nas grandes propriedades do interior paulista.¹⁰ O porto santista tinha se tornado indispensável para a economia nacional, mas faltava à cidade uma infra-estrutura urbana compatível com sua importância estratégica. O período decisivo na transformação da paisagem urbana de Santos vai de 1870 à década de 1910, no decorrer do qual a sua fisionomia se modifica radicalmente: Santos deixa de ser uma cidade semi-colonial para ingressar na modernidade.

Na reforma urbana de Santos, o maior problema a ser equacionado era o das epidemias, que assolavam a região (a preocupação com as epidemias já se reflete nos últimos números da *Revista Commercial*, em 1872). Os dados revelam a magnitude do problema: entre 1891 e 1895, morreram, só de febre amarela, 5.740 pessoas e, entre 1890 e 1900, morreram no total 22.588 pessoas vítimas das epidemias, quase metade da população do município, que em 1900 era de 50.389 habitantes.¹¹

Impulsionada pelo crescimento das exportações de café e também de açúcar, a cidade se desenvolve continuamente e passa por um processo acelerado de adensamento da malha urbana. Com a vinda de imigrantes europeus, mas também de migrantes de São Paulo e do nordeste, há expressivo aumento populacional. Em 1890, Santos tinha 13.012 habitantes, passou a ter 88.967 em 1913 e, em 1935, atingiu a cifra de 142.059 habitantes.¹²

Mas esse crescimento tem seu custo. A presença da lama escura, típica de mangues e áreas pantanosas, marcava tanto a fisionomia da cidade que vista à distância do mar a cidade parecia negra, como observava o escritor Júlio Ribeiro em 1888: “vista do mar, do estuário a cidade é negra: *black town* lhe chamavam os ingleses”.¹³ A insalubridade da cidade era famosa e afastava dela visitantes, investimentos e trabalhadores. A cidade foi construída sobre antigos mangues e estava rodeada por áreas pantanosas, além do clima quente e úmido e dos verões prolongados que os santistas conhecem bem até hoje. Contam os relatos que, nos dias de chuva, as ruas sem calçamento transformavam-se em verdadeiros lagos. Quando a maré baixava, enormes lamaçais mal-cheirosos contaminavam a cidade. Esses fatores a tornavam propícia às infestações: na segunda metade do século XIX, proliferam doenças como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica, a difteria, a tuberculose, entre outras moléstias.

As medidas adotadas pelo poder público para controlar as epidemias eram paliativas e ineficientes, como a limpeza das praias, as quarentenas no porto e a construção de um

hospital para isolamento dos doentes. Só foram tomadas providências sérias quando as moléstias começaram a “subir a serra”, junto com os passageiros da ferrovia inglesa, ameaçando a cidade de São Paulo. Obrigado a tomar atitudes, o governo da província instituiu duas comissões, independentes da municipalidade e diretamente subordinadas ao governo estadual: a *Comissão Sanitária*, responsável por vistoriar habitações, promover desinfecções e fiscalizar a limpeza de quintais e terrenos baldios, e a *Comissão de Saneamento*, responsável pelas obras de canalização de água e pela construção da rede de esgotos. Para higienizar a cidade e implementar um plano urbanístico, foi contratado o engenheiro Saturnino de Brito. Era preciso remodelar o traçado das ruas, modernizar o porto e prevenir a ocorrência de infestações. Saturnino formulou seu plano, posto em prática a partir de 1905, com o engenhoso sistema de canais de drenagem, ainda em pleno funcionamento hoje.

A afluyente burguesia da região, composta principalmente pelos comissários do café, impulsiona a expansão urbana da cidade. Na passagem do século XIX para o século XX, começa a circular o sistema de bondes, inicialmente puxados por burros, antes da eletrificação das linhas em 1909. A iluminação pública passa do sistema a gás para a eletricidade em 1904. Nos bairros ricos são edificadas casarões e palacetes, surgem hotéis caros e cassinos na orla da praia e no Monte Serrat. Abrem-se grandes avenidas, calçadas e iluminadas, como a Conselheiro Nébias e a Ana Costa. Há mudanças de hábitos e comportamentos, sintomas do novo século: os santistas começam a freqüentar as praias e a expor seus corpos ao sol. O último canal, conforme o projeto de Saturnino, é construído em 1927, completando o processo de transformação da paisagem urbana santista.

Paralelamente, os trabalhadores portuários e os descendentes dos escravos libertos vão sendo empurrados para os morros, num modelo excludente de ocupação do espaço urbano típico das grandes cidades brasileiras. Em Santos, forma-se o primeiro contingente significativo de proletariado urbano do Estado de São Paulo. O processo de higienização foi também um processo de segregação espacial, como ressalta a historiadora Ana Lanna:

[...] encontramos a população local sendo atacada, transformada e responsabilizada por todos pelas mazelas e vícios da cidade. É sobre ela que estas intervenções “modernizadoras” recairão com violência, definindo novos lugares./ A discussão e implementação de uma cidade higiênica e bela e associação entre salubridade física e social foi uma das formas fundamentais de generalização dos valores burgueses, de controle desta população móvel e instável.¹⁴

Todas essas transformações ecoarão nas páginas de uma imprensa que se expande a partir das últimas décadas do século XIX. Impulsionados pelas melhorias nas técnicas de impressão e pelo crescimento demográfico, multiplicam-se os periódicos na cidade.

A imprensa tende a se segmentar e se partidizar, refletindo as lutas políticas e ideológicas do período. Surge uma imprensa republicana e abolicionista, que faz ásperas críticas ao governo monarquista, principalmente após a catástrofe da Guerra do Paraguai. Surge também uma imprensa monarquista e conservadora, vinculada ao governo imperial e à Igreja e, mais tarde, na passagem do século XIX ao século XX, aparecerá também uma imprensa operária, que introduz uma nova voz na imprensa da cidade.

Vicissitudes do jornalismo no Segundo Reinado

Entre as décadas de 1860 e 1870, começa a se afirmar a cultura escrita no Brasil, com surtos editoriais, fundação de jornais e revistas, publicação de opúsculos e folhetins, além dos populares almanaques das cidades. A intensificação da vida urbana e o crescimento de um classe média sequiosa de cultura e informação permitiram a ampliação da cultura impressa no país. Aumentam o número de tipografias existentes e se multiplicam as casas editoras, como a de Francisco Alves de Oliveira (1872), antiga Livraria Clássica, no Rio de Janeiro.

Até a década de 1850, a imprensa brasileira era feita de modo artesanal e com distribuição bastante restrita. O jornalismo era uma aventura solitária: tudo era improvisado e era até mesmo possível alguém fazer um jornal sozinho e depois lutar para distribuí-lo. A partir das décadas seguintes, no entanto, o jornal passará a ser encarado como uma empresa, que exige investimentos e implica divisão de trabalho. As inovações técnicas e o aprimoramento da apresentação gráfica dão ensejo ao surgimento das revistas ilustradas, humorísticas e de caricaturas. Nas revistas de caricaturas, o humor funcionava como uma válvula de escape para as tensões políticas e o desenho era uma forma de comunicação imediata e de fácil compreensão.

A primeira caricatura foi impressa no *Jornal do Commercio* em 1837, de autoria do pintor Manoel de Araújo Porto-Alegre e, sugestivamente, era uma cena de suborno. A *Lanterna Mágica - Periódico Plástico-Filosófico* (1844), idealizado por Araújo Porto-Alegre e Rafael Mendes de Carvalho, durou até 1845 e representou o primeiro avanço técnico na imprensa brasileira. Em 1864, era lançado em São Paulo *O Diabo Coxo*, de Luiz Gama e Ângelo de Agostini. Impresso na Tipografia Alemã, saía aos domingos e trazia quatro páginas de ilustrações e quatro páginas de textos. Foi a primeira revista ilustrada paulista e marcou época pelas críticas impiedosas que fazia aos políticos e à Igreja, utilizando o humor corrosivo como uma verdadeira arma.¹⁵

Os romances de folhetim tornaram-se populares no segundo reinado, especialmente no Rio de Janeiro, onde eram publicados por jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil*. Os escritores eram um dos maiores atrativos

desses jornais. Além dos folhetins, eles escreviam artigos e crônicas, em que refletiam sobre os acontecimentos mundiais e as transformações pelas quais passava o Brasil do segundo reinado. O escritor Manuel Antonio de Almeida publicou seu romance, *Memórias de um Sargento de Milícias* (1853), nas páginas do *Correio Mercantil*. José de Alencar, que era redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, publicou nas suas páginas os romances *Cinco Minutos* (1856), *Viúvinha* (1857) e *O Guarani* (1857). Escritores como Joaquim Manuel de Macedo, Golçanves Dias, Bernardo Guimarães, Castro Alves, Alexandre Herculano e Feliciano de Castilho freqüentavam amiúde as páginas dos jornais da corte. Foi num pequeno jornal, *A Marmota*, que Machado de Assis iniciou sua carreira, tendo escrito crônicas, contos e crítica literária para vários jornais. Até o surgimento das grandes empresas jornalísticas, na passagem do século XIX ao século XX, era raro o tratamento objetivo da notícia, que em geral mimetizava a linguagem ornamentada da literatura. Nesta época de imprensa artesanal, não havia separação de seções, nem segmentação. Literatura e imprensa se conjugavam, unindo a demanda de uma classe média urbana por informação e cultura à necessidade dos autores nacionais de encontrar canais de expressão.

Não obstante, o folhetim também cumpria a função de desviar a atenção das tensões sociais e dos conflitos políticos do império escravista de Pedro II, tensões e conflitos que eclodiram com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870). Após a fundação do Partido Republicano, em 1870, cria-se uma imprensa partidária, destinada a difundir o ideário republicano e formar uma opinião pública anti-monarquista. Em dezembro de 1870, é lançado no Rio de Janeiro o jornal *A República*, órgão do Clube Republicano dirigido por Quintino Bocaiúva. A imprensa da corte tendeu a se manter monarquista, mas mesmo lá penetrou a propaganda republicana, com jornais como a *Gazeta de Notícias* (1875), o *Diário de Notícias* (1875) e, principalmente, *O Paiz* (1884), dirigido por Quintino Bocaiúva. Na última década da monarquia no Brasil, multiplicam-se os jornais e pasquins republicanos, lutando por reformas como a separação entre a Igreja e o Estado, o federalismo e o fim dos castigos corporais nas forças armadas.

Em São Paulo, destacam-se o *Correio Paulistano* (1872), que muda de orientação, convertendo-se em órgão do Partido Republicano Paulista, e *A Província de São Paulo* (1875), futuro *O Estado de São Paulo*. O *Correio Paulistano* tornou-se abolicionista após ser comprado por Antônio da Silva Prado em 1887. Foi o primeiro jornal paulista impresso em rotativa. *A Província de São Paulo* foi lançada por uma sociedade em comandita por iniciativa de Francisco Rangel Pestana e outros empresários do interior paulista, principalmente da cidade de Campinas. Constitui um dos primeiros exemplos de organização empresarial da imprensa no Brasil. Dependia exclusivamente de anúncios e assinaturas

para sobreviver e também introduziu a venda avulsa nas ruas. Passou a se chamar *O Estado de São Paulo* após ter passado para a direção de Júlio de Mesquita em 1891.

Max Leclerc, correspondente de um jornal parisiense, esteve no Brasil em 1889 para cobrir a queda da monarquia de Pedro II e fez observações cortantes sobre a imprensa brasileira no período, criticando tanto os jornais comerciais, quanto a imprensa paridária:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. [...] Em tôrno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções d'esses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível.¹⁶

A partir de 1870, setores urbanos que faziam parte da elite cultural do país, como intelectuais, jornalistas e escritores, se engajaram na luta pela abolição do trabalho escravo no Brasil. Eles participavam ativamente dos clubes abolicionistas e denunciavam em artigos de jornal e palestras os atos de violência contra os escravos e a injustiça do regime escravista. Assim, eles influenciaram a opinião pública, causando um sentimento de revolta diante da escravidão. A imprensa abolicionista teve um papel muito importante na difusão do ideal abolicionista e na formação dessa opinião pública.

Nesse contexto, surgiu uma série de jornais que tinha como causa maior a supressão da escravidão. Em diferentes cidades do Brasil, mas principalmente no Rio de Janeiro, esses jornais denunciavam, pressionavam e mobilizavam a população em defesa da causa abolicionista. Na capital surgiram a *Gazeta de Notícias* (1875), a *Gazeta da Tarde* (1880), dirigida por José do Patrocínio, além de muitos outros jornais pequenos que eram distribuídos à população, por vezes em improvisadas cópias manuscritas.

Em 1884, o jornal *O libertador* anunciou a libertação total dos escravos da Província do Ceará. O fato foi saudado pelos mais célebres intelectuais abolicionistas da época, como José do Patrocínio, que se deslocou do Rio de Janeiro especialmente para testemunhar esse evento. Joaquim Nabuco também comemorou com entusiasmo esse acontecimento que ele registrou numa carta escrita alguns anos depois em Paris: “A emancipação do Ceará foi o acontecimento decisivo para a causa abolicionista. O efeito moral da existência de uma Província livre, resgatada e, desde então, fechada para a escravidão foi imenso; o efeito político imediato”.¹⁷

Como vimos acima, o abolicionismo era uma causa defendida pela imprensa santista desde a *Revista Commercial* de Guilherme Délius. Contribuiu para isso o fato de Santos

nunca ter sido um grande centro escravista. Pelo contrário, muitos santistas colaboraram intensivamente, através dos clubes abolicionistas e da criação de quilombos, para o fim da escravidão. A partir de 1870, setores cada vez mais amplos da população livre da cidade envolviam-se na luta abolicionista, acoitando escravos, patrocinando fugas, reunindo fundos para obter alforrias, defendendo escravos foragidos na justiça. Os escravos fugitivos das fazendas do interior paulista eram encaminhados pelos *caifases* ao quilombo Jabaquara, fundado em 1882 em Santos. Os *caifases* eram a facção mais radical e combativa do movimento abolicionista paulista. Sob a liderança do advogado Antônio Bento, eles agenciavam fugas coletivas, perseguiram capitães-do-mato e ameaçavam senhores de escravos. Os negros foragidos eram enviados ao quilombo Jabaquara e à Província do Ceará, que era território livre desde 1884. Devido à ação dos abolicionistas, a maioria das cidades paulistas já havia abolido a escravidão antes da Lei Áurea, em 1888.¹⁸

A cidade de Santos tornou-se, na última década do regime escravista, um pólo aglutinador desses escravos em fuga. Em Santos, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, o abolicionismo estava intimamente ligado ao movimento republicano. Nos anos finais da escravidão, estima-se que cerca de 10.000 negros fugidos tenham se estabelecido na cidade. A repercussão que teve o movimento abolicionista em Santos se deve, em larga medida, ao seu jornalismo e à sua imprensa. A cidade foi declarada território livre em 1886, antes portanto, da abolição oficial. Mas alguns supostos abolicionistas se aproveitavam da situação para ganhar dinheiro com uma causa humanitária ou obter mão-de-obra barata, num momento em que crescia a oferta de empregos e havia dificuldade em conseguir trabalhadores.¹⁹

Entre os jornais que se engajaram na causa abolicionista em Santos, destacamos em primeiro lugar *O Raio* (1875), hebdomadário que apoiava o abolicionismo de Luis Gama, mas durou apenas cerca de um ano. Após o seu fechamento outro jornal, *A Tesoura*, dava com tristeza a seguinte notícia: “A maior novidade da semana foi o fechamento do *Raio*, que bastante contristou aos seus numerosos leitores. Depositamos, como signal de gratidão, uma saudade sobre sua sepultura”.²⁰ Vários jornais, feitos por estudantes, que eram membros de clubes abolicionistas como a célebre *Bohemia Abolicionista*, circularam em cópias manuscritas entre 1881 e 1883: *O Porvir*, *O Embrião*, *O Pirata*, *O Guarani*, *O Periquito* e *O Papagaio*. Em seguida surgiram *O Alvor* (1884) e *O Piratiny* (1885), fundados por membros do Partido Republicano de Santos, entre os quais Antônio Augusto Bastos, Guilherme de Melo e o poeta Vicente de Carvalho. Em 1886, circula o jornal *Vinte e Sete de Fevereiro*, vinculado ao clube abolicionista de mesmo nome. Em 1887, circulou um pequeno jornal, de distribuição gratuita, redigido por Alberto Sousa, João Emmerich e

Gastão Bousquet, *A Vila Da Redenção*, título que faz referência ao quilombo do Jabaquara de Quintino de Lacerda. Já para comemorar a abolição, passa a circular, em 21 de maio de 1888, o jornal *Luiz Gama*, vinculado ao clube de mesmo nome.

O líder dos negros no quilombo Jabaquara era o ex-escravo Quintino de Lacerda. Amigo do abolicionista Silva Jardim e do governador Bernardino de Campos, Quintino foi a ponte entre a elite branca e os negros libertos. Na grande greve no Porto de Santos em 1891, ele boicotou os operários grevistas, arregimentando a pedido de Bernardino “turmas de homens de cor” (na expressão usada pelo *Correio Paulistano* de 21 de maio de 1891) para manter as cifras de embarque e não prejudicar as exportações de café. Em 1893, quando houve a Revolta da Armada, tomou o partido do governo e ofereceu seus serviços a Floriano Peixoto, pelo que foi condecorado Major Honorário do Exército Brasileiro. Foi eleito vereador da Câmara Municipal em 1895, mas impedido de tomar posse pelos outros vereadores brancos, que se negavam a compartilhar o poder com um negro analfabeto. Quintino de Lacerda era um personagem interessante e contraditório. Chegou a ser célebre em Santos, ocupando o noticiário dos jornais e recebendo elogios das autoridades. Ao mesmo tempo em que defendia os direitos dos negros libertos, principalmente o de permanecer nas terras do quilombo após a abolição, Quintino era cooptado pelas elites locais, que se utilizavam de seus serviços e se aproveitavam de sua liderança sobre os negros.

Os grupos e associações abolicionistas foram dissolvidos após o fim da escravidão, quando teoricamente sua missão estava concluída. Não havia nenhum plano para a integração dos libertos à sociedade e ao mercado de trabalho livre. Excluídos da participação política e do mercado de trabalho, expulsos das terras do Quilombo, foram condenados à marginalização. Com a aceleração do processo de urbanização, entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, a população de negros pobres foi cada vez mais empurrada para a vida perigosa e precária nas encostas dos morros santistas.

A grande imprensa na passagem do século XIX ao século XX

No Brasil, a partir da última década do século XIX, há um expressivo incremento da imprensa, devido ao aperfeiçoamento técnico das oficinas gráficas, mas também à intensificação do crescimento urbano nas grandes cidades do país. Em grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, surgiram as “revistas ilustradas” no início do século XX, que incorporavam a ilustração e a fotografia. No Rio de Janeiro, as principais foram a *Revista da Semana*, *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon!* (1907) e *Careta* (1908).

No início do século XX, as elites cultas de países como Estados Unidos, França e Alemanha liam jornais como o *The Times*, o *Journal des Débats* e a *Neue Freie Presse*. Mas surge uma imprensa de massa, que recorre cada vez mais a inovações visuais para popularizar a informação: cabeçalhos em caixa-alta, *lay-out* da página, mistura de texto e imagem e incrementos na publicidade. Havia modificações não só no plano da forma, mas também do conteúdo, que era dividido em seções e porções pequenas e independentes, adaptando-se a um tipo de leitor de menor nível cultural e pouco acostumado a se concentrar em longos textos. Essas mudanças permitiram a ampla difusão dos jornais. Por volta de 1890, grandes diários ingleses, por exemplo, chegavam a alcançar tiragens de um milhão de exemplares.²¹ Nessa mesma época, no Brasil, grandes diários como *Jornal do Brasil*, e *O Estado de São Paulo*, conseguiam vender, no máximo, alguns milhares de exemplares. Em 1900, o *Jornal do Brasil* atingiu a tiragem de 50 mil exemplares diários e, em 1903, chegou a 62 mil exemplares. Em 1896 *O Estado de São Paulo* imprimia 8 mil exemplares, em 1906 atingiu a tiragem de 35 mil.²²

Como esclarece Werneck Sodré, ²³ a partir do momento em que o jornal se torna uma empresa capitalista, suas rela es com anunciantes, leitores e com o poder se modificam completamente. Surge o problema das sucessões políticas e a necessidade dos detentores do poder comprarem a opinião da imprensa para garantir a manuten o do mando político. O problema se agrava nas sucessões presidenciais, quando se torna praxe a compra de jornalistas pelo governo: “  agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.²⁴ Evidentemente, continuam havendo jornais críticos, que fazem oposi o virulenta ao governo, mas os ataques visam mais indivíduos do que idéias: algumas personalidades são sacralizadas, enquanto outras são enxovalhadas diante dos olhos do público leitor.

De qualquer maneira, tende a desaparecer o jornal como aventura e empreendimento individual, apoiado em alguma figura de prestígio (político ou intelectual) como redator e impresso em oficinas artesanais. Uma das conseq ncias da passagem do jornalismo como aventura solitária ao jornalismo empresarial é a redu o do número de periódicos, pois abrir um jornal passa a ser um empreendimento de risco que exige vultosos investimentos.

A ado o da racionalidade econ mica pelos jornais também implicou mudanças na linguagem jornalística: a notícia passa a ser tratada de maneira mais objetiva, o jornal deixa de mimetizar a linguagem literária e rebuscada dos escritores. Apesar de estes continuarem a ser requisitados como redatores dos principais jornais. Olavo Bilac, Alphonsus de Guimarães, João do Rio, Coelho Neto, Arthur Azevedo, são para citar nomes famosos, contribuiram regularmente para jornais. As contribui es literárias passam a ser se es

fixas, separadas das notícias, geralmente postas no rodapé, junto com as críticas literárias. As revistas ilustradas, que começam a proliferar na *Belle Époque*, são agora os meios mais adequados para a criação e discussão estético-literária.

Observam-se, além disso, outras mudanças relativamente lentas: o folhetim tende a ser substituído pelas colunas e reportagens, o artigo político pela entrevista, a doutrinação ideológico-partidária pela informação. Temas, antes secundários, como o noticiário policial, o esporte e a moda, ocupam um espaço cada vez maior. A profissão de jornalista ainda não era reconhecida e os escritores tinham que se esforçar para redigir reportagens e notícias objetivamente, evitando a linguagem retórica e ornamentada com que haviam se acostumado.

Todo esse dinamismo foi, em parte, antecipado pela imprensa santista, que desde o final do século XIX já possuía jornais diários, de ampla circulação, como o *Diário de Santos* (1872), a *Tribuna do Povo* (1894) e o *Santos Comercial* (1894). O *Diário de Santos* foi o jornal mais importante da cidade depois da *Revista Commercial*, de Guilherme Délius, e o mais duradouro, depois da *Tribuna do Povo*, de Olímpio Lima. Foi também o primeiro jornal santista organizado como empresa e gerido por uma sociedade comercial. Para ele contribuíram alguns dos melhores jornalistas da cidade na época, tanto que foi considerado uma verdadeira “escola de jornalismo”. A partir de 1877, passou a ser impresso em tipografia a vapor, que também imprimia a *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* (1877), editada pelo escritor Inglês de Sousa, introdutor do naturalismo na literatura brasileira. Republicano e abolicionista, o *Diário de Santos* fazia virulentas e inflamadas críticas à Igreja e ao governo monarquista.

Ao contrário do que se costuma divulgar, não há nenhuma relação entre a *Revista Commercial*, que fechou em 1872, e o *Diário de Santos*. O *Diário* comprou a tipografia do *Comércio de Santos* (1869), que fechou também no ano de 1872 devido a dificuldades financeiras.²⁵ No editorial de 21 de julho de 1876, o *Diário de Santos* já destacava a necessidade de reformas no porto de Santos para facilitar as exportações: “[...] é dever nosso insistir sobre a conveniência e necessidade de um caes e esse melhoramento cada dia se torna mais indeclinável. / A nossa cidade é a segunda na província, e sob alguns pontos, a primeira, pelo menos encarada quanto a seu commercio [...]”. Somente em 1892 essa necessidade se concretizaria, com a inauguração do primeiro trecho de 260 metros do cais do porto pela Companhia Docas de Santos. A partir de 1911, o *Diário de Santos* esteve sob a direção de Rangel Pestana que, entretanto, não conseguiu mantê-lo funcionando, acabando por fechar em 1918.

O principal rival do *Diário de Santos* era o jornal *Santos Comercial* (1894). Em 15 de novembro de 1895, declarou-se explicitamente monarquista, afirmando que [...] a

República não foi obra do Povo, mas sim dos militares. O povo apenas ficou surpreso com o golpe”. Uma clara provocação aos republicanos, que responderam com o empastelamento do jornal em 5 de dezembro de 1895. O jornal foi obrigado a interromper sua publicação, mas reapareceu em 29 de dezembro, com o seguinte relato do ocorrido, que nos ajuda a entender o significado de um empastelamento, tão comum naquela época:

[...] encontramos tudo em destroços: machina quebrada, cavaletes partidos, caixas viradas, marmore espatifado, janellas arrebentadas, cartões, caixas de papel, participações tudo pelo chão, numa desordem medonha ! Um relógio de parede levou 11 machadadas no mostrador; um clichê com o retrato do Sr. D. Pedro II e que ia servir para o numero especial, sobre o quarto anniversario do fallecimento do grande brasileiro, todo quebrado á machado; espigões de rolo torcido; lampeões amassados, furados; mesa de paginação partida; estandes escangalhadas; boladeiras, galês, componedores arremessados á distancia.

A luta entre republicanos e monarquistas após a Proclamação prosseguiu na imprensa brasileira. Após a renúncia de Deodoro da Fonseca, os republicanos se reagruparam em torno da figura de Floriano Peixoto, veterano da Guerra do Paraguai. Os monarquistas criticavam o autoritarismo do governo republicano, defendendo o liberalismo e o parlamentarismo. Entre seus adeptos estavam Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e o líder abolicionista José do Patrocínio. *O Paiz*, de Quintino Bocaiúva, apoiava a política oficial de Floriano, tal como o *Estado de São Paulo*, de Júlio Mesquita. *O Jacobino* e *O Nacionalista* também eram jornais de propaganda florianista.

Em 1891, surge o *Jornal do Brasil*, com nomes de peso como Joaquim Nabuco e José Veríssimo, em ferrenha oposição ao governo republicano. Organiza-se como empresa, possuindo rotativas modernas e também é o primeiro jornal brasileiro a ter uma equipe de correspondentes no exterior. Após dar destaque à notícia da morte de Pedro II, em dezembro de 1891, suas oficinas foram depredadas. O jornal monarquista *A Tribuna Liberal* - que mudou de nome, a partir de 1890, para *A Tribuna* - foi empastelado em 29 de novembro de 1890 por suas críticas ao governo de Deodoro. Esse acontecimento gerou uma onda de protestos em todo o meio jornalístico brasileiro. O jornal *A Platéia*, de Eduardo Prado, também se engajou na luta anti-florianista.

Em Santos, *A Tribuna do Povo* (1894), fundado pelo maranhense Olímpio Lima, tomou partido contra o governo republicano. Apesar de intitular-se um jornal “desligado das peias partidárias [...] independente e livre”, *A Tribuna* afrontou de forma aberta e virulenta os florianistas.

Nesse momento, os ânimos estavam acirrados, devido principalmente à fracassada revolta da armada em 1893. A Marinha de guerra uniu-se aos Federalistas dos Estados do sul do país contra as práticas centralistas e autoritárias de Floriano. O almirante Custódio

de Melo, ex-ministro da Marinha, liderou a revolta, bombardeando a capital federal em 6 de abril de 1893. Em seguida, rumou para o sul, com o objetivo de se reunir às tropas federalistas em Desterro. No caminho, tentou estabelecer uma base em Santos, com o apoio do almirante Saldanha da Gama.²⁶ Em seus ataques, logo no lançamento do jornal, Olímpio acusa Floriano de tirania, despotismo e bonapartismo, chamando-o, entre outras coisas, de “o carniceiro do Paraguai” e “salteador”. Em consequência, *A Tribuna* foi empastelada logo após o primeiro número, em março de 1894. Ela seria empastelada mais duas vezes: em abril de 1895 e dezembro do mesmo ano, pouco depois do empastelamento do *Santos Comercial*. Participou das ações de vandalismo o chamado Batalhão Patriótico “Silva Jardim”, liderado por Quintino de Lacerda, que atuava a mando do governador do Estado, Bernardino de Campos.

A Tribuna do Povo foi um dos primeiros jornais paulistas a ter duas tiragens diárias, com o lançamento da edição vespertina em 1898. Com a morte de Olímpio Lima em 1907, assumiu a administração José de Paiva Magalhães, até 1909, quando o jornal foi vendido a M. Nascimento Júnior. A partir de 1912, passou a ser impresso numa rotativa Albert, que permitiu ampliar a quantidade de páginas impressas.

Uma voz dissonante: a imprensa operária

Para compreender o surgimento da imprensa operária em Santos, é preciso entender o processo de enriquecimento e transformação da cidade entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, decorrente da economia do café. Entre 1880 e 1929, o Brasil respondia por aproximadamente três quartos da comercialização de café no mundo; as exportações de café desse período chegaram a representar 75% de toda a balança comercial brasileira. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi desbancado pelo café produzido na Colômbia, considerado de melhor qualidade, e hoje o café brasileiro ainda participa com cerca de um quarto das exportações mundiais de café.²⁷

O porto de Santos foi fundamental na constituição de um complexo portuário capitalista no Brasil. Ao contrário do porto do Rio de Janeiro, mantido pelo Estado, o porto de Santos era administrado por uma empresa privada sob concessão do governo. Após duas tentativas frustradas do poder público de modernizar o porto, a Companhia Docas de Santos recebeu uma concessão para realizar as obras e administrá-lo por 90 anos, de 1890 a 1980. Entretanto, desde as primeiras diligências para a construção do porto, desenvolveu-se um conflito entre a Companhia Docas, que detinha a concessão, e os comerciantes da cidade, donos das pontes e trapiches que se encontravam no local de construção do cais. As obras se iniciaram em 1892 e prosseguiram até 1909, quando o cais, dotado de armazéns, pátios, frigorífico e linha férrea, atingiu 4.720 metros de rampa. O movimento de

mercadorias no porto cresce exponencialmente, devido às obras. Em 1860 o movimento no porto foi de 36.250 sacas de café, em 1895 chegou a 2 milhões de sacas e em 1909 atingiu a marca de 13.130.933 sacas exportadas.²⁸ A modernização do porto e o saneamento da cidade podem ser consideradas obras interligadas, fazendo parte do processo de reestruturação da paisagem urbana de Santos, que transcorreu entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

A Companhia Docas, o “império de Guinle”, pode ser considerada o maior grupo capitalista brasileiro da época e um dos maiores impérios empresariais da história do capitalismo no Brasil.²⁹ Mas, se em Santos se faz sentir a força do Capital, nos inícios da industrialização brasileira, também do outro lado, o do Trabalho, se faz sentir a força da classe operária: Santos foi palco de um dos mais fortes e bem organizados movimentos de trabalhadores do Brasil, sob a liderança da categoria dos estivadores. Nas últimas décadas do século XIX, ocorreram na cidade algumas das primeiras greves do país, ligadas aos trabalhadores do porto: 1877 (portuários),³⁰ 1888 (construção civil), 1889 (estivadores e cocheiros). Em 1891, ocorreu na cidade a primeira greve geral do Brasil,³¹ iniciada por duas categorias profissionais essenciais para a vida da cidade: os estivadores do porto e os cocheiros de bondes.

Na época dos imigrantes, podia-se falar verdadeiramente numa “Babel portuária”, composta por trabalhadores das mais variadas origens e com diversos interesses e cuja organização foi tarefa do Sindicato dos Estivadores de Santos. A maior parte dos trabalhadores era constituída de imigrantes portugueses e espanhóis, que desembarcavam em contingentes cada vez maiores no porto. Santos era a porta de entrada dos imigrantes estrangeiros em direção às fazendas de café do interior paulista. Entre 1850 e 1930, teriam entrado aproximadamente 4 milhões e meio de imigrantes no Brasil. Calcula-se que teriam entrado no país, principalmente em São Paulo, 1.485.000 italianos, 1.321.000 portugueses e 583.000 espanhóis nesse período.³²

A burguesia comercial santista, enriquecida com as exportações de café, também fazia questão de evidenciar o seu poder. Em 1922, ficou pronta a sede da Bolsa Oficial do Café, construída pela Companhia Construtora de Santos de Roberto Simonsen e financiada pela Associação Comercial de Santos. A Bolsa Oficial, hoje convertida em museu, é um imponente edifício em estilo eclético, encravado no centro histórico de Santos, cuja função original era centralizar, organizar e controlar as operações do mercado cafeeiro. Construído em apenas dois anos e com o que havia de melhor e mais caro em termos de materiais na época - cúpulas de cobre, mosaicos de mármore, colunatas de granito - além de esculturas, vitrais e três enormes painéis do pintor Benedicto Calixto, o edifício era um

monumento à burguesia santista, um verdadeiro totem do capital cafeeiro.³³ Como ressalta a historiadora Ana Lanna, a Bolsa Oficial era uma espécie de “propaganda edificada”:

Pretendia difundir a riqueza do café atraindo para São Paulo capitais e trabalhadores. Fica patente nas suas intenções o projeto de cidade e de nação que a elite cafeeira formulara 80 anos antes da edificação desse monumento: a construção de uma nação e seu povo com suporte no capital internacional e nos trabalhadores brancos europeus, que aqui viriam, para com suas noções de progresso e civilidade formar o povo brasileiro, amortecendo os efeitos de 400 anos de escravidão.³⁴

Os órgãos da imprensa operária nasceram para desafiar a prepotência do capital cafeeiro e romper o monopólio da burguesia na imprensa, introduzindo novas vozes, heréticas e divergentes. Após as lutas pela abolição e pela República, nasce em Santos um movimento operário forte e combativo, impulsionado por uma imprensa vibrante que foi responsável pela organização dos trabalhadores e pelas primeiras greves gerais que o Brasil conheceu. O historiador Francisco Foot Hardman ressalta o papel da imprensa na organização da classe operária nesse período:

Numa época em que os grandes meios de comunicação de massa inexistiam, a imprensa, em especial o jornalismo, possuía um papel decisivo como veículo social de informação e formação: a imprensa operária, em particular, destaca-se por sua função de articuladora de interesses históricos de classe, como fatos de agitação e propaganda, na tentativa de aglutinar elementos de uma consciência operária comum.³⁵

Em 1889, surgiu na cidade o primeiro núcleo socialista de que se tem notícia no Brasil, fundado por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos de Escobar. Silvério Fontes era médico da Santa Casa de Misericórdia de Santos e, assim como os outros dois integrantes, havia participado ativamente das campanhas abolicionista e republicana (em 1886, já havia fundado o jornal abolicionista *A Evolução*), antes de converter-se ao socialismo. Silvério é pai do famoso poeta Martins Fontes (1884 - 1937), muito lido na época, também médico sanitaria e adepto do anarquismo.³⁶ O Centro Socialista, voltado inicialmente para a divulgação das idéias socialistas e a formação de cooperativas de ajuda mútua a trabalhadores, era responsável pela publicação do jornal *A Ação Social* (1892). Além de difundir o ideário socialista, o Centro organizava palestras aos participantes e construiu uma biblioteca para trabalhadores.

Em 1895, Silvério Fontes lançou *A Questão Social*, criticando logo em seus primeiros números a “sociedade dos adoradores do Deus Milhão”, “sua majestade o dinheiro” e defendendo a socialização dos meios de produção como a base econômica de uma sociedade mais justa. Devido, em grande parte, à sua formação como médico e cientista e ao clima intelectual da época, entendia o socialismo em termos evolucionistas, não como um projeto revolucionário, mas como um progresso e uma evolução natural do corpo social

para um estágio superior. Como o pai, o poeta Martins Fontes participou da campanha sanitária, mas em política sentiu-se muito mais atraído pelo socialismo libertário do russo Piotr Kropotkin.

Em 1891, começa a circular o jornal *União dos Operários*, de Cirilo Costa, editado pela associação mutualista de mesmo nome, constituída principalmente por mestres da construção civil. Em 1892, Benedito Figueiredo Ramos publicava *O Operário*, pequeno jornal vinculado ao Partido Operário, que difundia um socialismo doutrinariamente vago e abstrato, cujo objetivo era defender os interesses da classe trabalhadora. As três organizações - o *Centro Socialista*, a *União Operária* e o *Partido Operário* - unem-se em 1896 para formar o Partido Operário Socialista, que teve duração efêmera devido à falta de base social. Benedito Ramos fundaria em 1897 o jornal *A Greve* e Silvério Fontes participaria da criação do diário redigido em italiano *Avanti!* em 1900, além de colaborar na organização do Segundo Congresso Socialista Brasileiro (1902), no qual foi criado o Partido Socialista Brasileiro.

Em 1904, constitui-se a Sociedade Primeiro de Maio, formada por operários da construção civil. Neste mesmo ano, começa a circular o jornal *União dos Operários*, editada pela Sociedade Internacional União dos Operários, fundada em 7 de agosto de 1904. Criada inicialmente para representar os interesses das categorias dos trabalhadores portuários e dos ferroviários, a União logo passou a agrupar trabalhadores de todos os setores, chegando a ter milhares de membros. O jornal opunha-se à imprensa conservadora e defendia o direito à voz dos operários. Sua ação foi fundamental na organização da grande greve de 1905, dos portuários.

No *Congresso Operário* que se reuniu no Rio de Janeiro em 1906, é lançado *O Proletário*, jornal de tendência anarco-sindicalista, que marca o início do predomínio desta corrente sobre o movimento operário. Em 1907 aparece *A Aurora* e, em 1909, *A Aurora Social*. Neste último ano, surge também *A Tribuna Operária*, editada pela Sociedade União dos Operários. Lutava pela diminuição da jornada de trabalho para oito horas (nesse ano, um projeto de lei garantindo esse direito estava sendo votado no Rio de Janeiro) e criticava jornais como a *Cidade de Santos* e *A Tribuna do Povo*, que defendiam os interesses da Companhia Docas e se opunham ao direito de greve dos trabalhadores. Na edição de 7 de agosto de 1907, publicava: “*A Tribuna* de hoje não é a de outros tempos, que era um jornal do povo, hoje Ella é do *polvo*” (o “*polvo*” era o nome sob o qual era conhecida a Companhia Docas de Santos).

O Proletário, de 1911, periódico anarquista, ia além das reivindicações trabalhistas, conclamando os leitores a uma revolução total em todas as esferas da vida, à guerra contra a sociedade capitalista e contra o “princípio religioso”, responsável pela resignação social

e a manutenção do *status quo*. *A Revolta* (1911), *A Dor Humana* (1911) e *A Rebelião* também eram periódicos em linha com o anarco-sindicalismo. Foi ao longo das duas primeiras décadas do século XX que Santos ficou conhecida pelo epíteto de “Barcelona brasileira”, com a emergência de um movimento operário forte, organizado e combativo. O anarco-sindicalismo constituía o ideal comum aos trabalhadores do porto, brasileiros de várias regiões do país e imigrantes de várias partes do mundo, aos quais se deve, sem dúvida, o caráter multicultural e cosmopolita que marca a cidade portuária até a atualidade.

Após o *crash* da bolsa de Nova York em 1929, o café entra em colapso. Os preços caem vertiginosamente e a crise econômica leva ao início do processo de industrialização induzido e tutelado pelo Estado autoritário comandado por Getúlio Vargas. As exportações do Porto se diversificam, incluindo os bens de consumo produzidos por empresas subsidiadas pelo Estado. Nessa época, o café já havia perdido a importância que tivera até então. A crise mundial do capitalismo, na década de 30, afetou a economia cafeeira no Brasil. Depois de sucessivas quedas de preço e queima de safras, a *Bolsa Oficial do Café* foi fechada em 1937 por tempo indeterminado, sendo reaberta somente em 1942, no contexto do esforço de guerra, passando a se chamar *Bolsa Oficial de Café e Mercadorias*.

Durante toda a Era Vargas, a cidade perde sua autonomia por ser considerada área de segurança nacional, o que provocou um forte impacto negativo na imprensa da cidade, que perdeu o dinamismo e o vigor que tivera nas décadas anteriores. Foi nessa época que se difundiu o mito da “Moscou Brasileira” e do “Porto Vermelho”, por causa da combatividade do movimento dos estivadores e dos sindicatos da região.³⁷

Em 1937, os portuários deflagraram a primeira greve geral do Estado Novo, desafiando o autoritarismo do governo Vargas, que nesse momento flertava com os regimes fascistas europeus. Os trabalhadores se recusavam a embarcar uma carga de café destinada às tropas do ditador Francisco Franco, que seria levada à Espanha por um navio da Alemanha nazista. A solidariedade aos revolucionários que resistiam ao fascismo de Franco na Guerra Civil Espanhola foi o motivo da paralização. Entretanto, no estado de exceção instaurado pelo Estado Novo, qualquer tentativa de paralização do trabalho era considerada um crime contra a segurança nacional e julgado como traição à pátria por um Tribunal de Segurança. O movimento durou dez dias, no decorrer dos quais o governo Vargas efetuou prisões e torturas, demissões em massa e decretou intervenção federal em Santos. Ocupado o Porto pelo exército, os estivadores foram obrigados a trabalhar à força, sob as ordens de um coronel integralista. Esse evento, amplamente divulgado na imprensa brasileira da época, foi relatado, em cores heróicas mas com fidelidade aos fatos, pelo escritor Jorge Amado no romance “Os subterrâneos da liberdade”.

Eventos como esse mostram com clareza que não pode haver imprensa livre onde não há autonomia e liberdade política.

Conclusão

O desenvolvimento da imprensa em Santos decorre, em larga medida, como vimos, do fato de ser a maior cidade portuária do país, por onde circulava parte da riqueza gerada com o café. Um dos elementos que permitiram o surto cafeeiro foi a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em 1867, pela *São Paulo Railway Company*. De toda a malha ferroviária paulista, era a única estrada de ferro explorada diretamente pela firma inglesa. Um investimento altamente rentável, pois implicava o monopólio do transporte de toda a produção de café do interior do estado de São Paulo e de outras áreas vinculadas ao porto de Santos. A “Inglesa”, como era conhecida na época, fazia a ligação entre as fazendas produtoras de café do planalto paulista e o porto de Santos. Antes de sua inauguração, as sacas de café eram transportadas com muita lentidão e perdas consideráveis no lombo de mulas pela velha Estrada da Maioridade, que ligava Santos a São Paulo. Com a ferrovia, o café que chegava a Santos ia diretamente das fazendas para os trapiches dos comissários do café, na área portuária, de modo rápido e seguro. Os comissários eram encarregados de classificar, manipular, misturar, ensacar e rotular as variedades de café a serem exportadas. Fortunas foram feitas na atividade de exportação do café, chegando a ponto de os comissários financiarem a safra dos fazendeiros.³⁸

No decorrer das últimas três décadas do século XIX, após a construção da ferrovia e com a modernização do porto - justamente o período de florescimento da imprensa na cidade - as exportações cresceram vertiginosamente. No final do século, o movimento no porto santista era frenético. Somente no ano de 1897, para dar apenas um exemplo, foram embarcadas 6 milhões de sacas de café. Poucos anos depois, o porto chegou a monopolizar 95% do volume total das exportações brasileiras. Entre os anos de 1880 e 1929, o Brasil respondia por três quartos do comércio mundial de café.³⁹

Toda essa riqueza passava pelas mãos ávidas dos comissários do café, o que fez com que em Santos se formasse uma burguesia e uma classe média urbana relativamente numerosa, em termos de Brasil, que necessitava da informação, do entretenimento e da cultura oferecida pelos jornais e revistas. Ao mesmo tempo, com a construção do complexo portuário, a cidade tornou-se pólo de atração para trabalhadores estrangeiros (principalmente portugueses, espanhóis e italianos, mas minoritariamente também ingleses, alemães, japoneses e libaneses), que nela se estabeleceram. Essas comunidades de imigrantes ajudaram a impulsionar a imprensa na cidade, fundando uma diversidade de jornais, muitos deles em língua estrangeira, voltados para a associação e a ajuda mútua

entre seus membros ou para propalar suas reivindicações face às duras condições de trabalho, cimentando a sua união em torno de ideais em comum.

Contudo, após 1930 há um relativo declínio da imprensa na cidade, que decorre de diversos fatores conjugados. Em primeiro lugar, temos a crise da economia do café após o *crash* da bolsa de Nova York em 1929, o que diminuiu substancialmente o movimento no porto de Santos por longos anos e, conseqüentemente, afetou a economia da cidade. Em segundo lugar, destacamos a intervenção federal em 1930, após o golpe de Estado de Getúlio Vargas. Os prefeitos passaram a ser subordinados ao governo estadual e governavam sem a Câmara Municipal. A partir de 1937, com o golpe que instituiu o Estado Novo, a imprensa foi amordaçada pela censura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) da ditadura varguista. Em terceiro e último lugar, com a difusão do rádio nas décadas de 1920 e 1930 e, mais tarde, com a difusão da televisão, a partir da década de 1950, a imprensa perde espaço. A concorrência com outros meios de informação faz com que diminua drasticamente a quantidade de jornais diários e também as tiragens, de uma maneira geral.

O valor estratégico do porto, o perfil cosmopolita que a cidade adquiriu após as reformas urbanas e com a vinda dos imigrantes, a força que os movimentos sociais manifestaram na cidade, todos esses fatores, fizeram com que Santos fosse considerada potencialmente perigosa e, por isso, sujeita à intervenção de regimes e governos autoritários. A autonomia municipal subtraída em 1930 por Vargas só seria recuperada em 1953, para ser perdida novamente com o golpe militar de 1964, que passou a ser governada diretamente pelos militares por ser considerada área de segurança nacional. Nesse ínterim, a imprensa havia mudado completamente no país. O jornalismo havia deixado de ser atividade de escritores para se tornar profissão e os jornais passaram a ser empresas capitalistas que obedecem aos ditames da concorrência e da racionalidade econômica. Os grandes jornais da cidade, como a *Cidade de Santos* e *A Tribuna*, foram cooptados pelo poder e a multiplicidade de pequenos jornais simplesmente desapareceu sem deixar vestígio. É claro que isso não se deve apenas à repressão política e aos imperativos econômicos, mas também ao desenvolvimento de outras mídias.

Os periódicos impressos passam a concorrer com outros meios de comunicação (TV, rádio, hoje a internet), numa sociedade em que a palavra escrita não é mais soberana. Podendo chegar simultaneamente a todos os lugares, os meios audiovisuais passam a dominar o acesso à informação e impõe uma outra relação com a notícia. Os meios audiovisuais de comunicação desenraizam a informação, que é retirada de seu contexto, e enfocam preferencialmente o mundo privado em vez da vida pública. Na era da imagem, a publicidade e o *marketing* reinam soberanos e contribuem para uniformizar e padro-

nizar estilos de vida, modos de pensar e agir: “[...] a rede das comunicações é tal que, mesmo sem um acordo prévio, todos se interessam pelos mesmos assuntos nos mesmos momentos, para desenvolver as mesmas opiniões.”⁴⁰ Ao contrário dos velhos jornais, o meio de comunicação deixa de ser o espaço de formação de uma opinião pública, deixa de ter o papel de uma tribuna, passando a ser um instrumento de recepção passiva, de difusão de modas e de reprodução do conformismo social. Perdeu-se a autonomia e a arte que caracterizava a imprensa artesanal e o jornalismo combativo oitocentista.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007

Notas

* Professor doutor da Universidade Paulista.

¹ TUDESQ, A. J. L'évolution de la presse quotidienne em France au XXe. Siècle. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n° 3 (1982), pp. 500-7.

² TOLEDO, Lafayette de. *Imprensa paulista: memória histórica extrahida da Revista do Instituto Histórico de São Paulo, 1827-1896*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1898.

³ PRADO JR., Caio. *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo, Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1958, p. 122 e seg.

⁴ SANTOS, Francisco Martins. *História de Santos*, vol.2, São Vicente: Caudex, 1986, p. 4.

⁵ Observação de Guilherme Álvaro, apud GITAHY, Maria Lúcia C. *Ventos do mar: Trabalhadores do Porto, Movimento operário e Cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: UNESP/Prefeitura Municipal de Santos, 1992, p. 23.

⁶ O Ipiranga, que surgiu em 1849, contava com a participação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, primo do irmão de José Bonifácio, Martim Francisco de Andrada e Silva.

⁷ SANTOS, Francisco Martins, opus cit., p. 270.

⁸ SODRÉ, Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 215.

⁹ *Almanak da Cidade de Santos*, 1871.

¹⁰ O porto tornou-se estratégico a partir do fim do século XVIII para a exportação do açúcar produzido no planalto paulista. Em 1789, o governador Bernardo José M. de Lorena tornou-o o único porto da Capitania de São Paulo e em 1792, inaugurou uma via, que ficou conhecida como “Calçada do Lorena”, ligando o planalto ao litoral. Com essas medidas, o porto de Santos passou a monopolizar as exportações da Capitania de São Paulo. A cidade passou a ser valorizada a partir do momento que obteve a exclusividade do tráfego de mercadorias com o planalto, formando um binômio com São Paulo. Cf. CERQUEIRA, Rita Martins et alii, *Santos na formação do Brasil: 500 anos de história*, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 2000, p. 28.

¹¹ Dados retirados de LANNA, Ana L. D. *Santos: Uma cidade na transição 1870-1913*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996, pp. 52 e 69.

¹² ANDRADE, Wilma Therezinha et alii. *Santos: um encontro com a história e a geografia*. Santos: Leopoldianum, 1992, p. 61.

¹³ Citado em GITAHY, Maria Lúcia C., opus cit., p. 23.

¹⁴ LANNA, Ana L. D., op. cit., p. 80.

¹⁵ O periódico foi publicado em edição fac-similar; cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Ed.), *Diabo Coxo*. São Paulo, 1864-1865. Edição fac-similar, São Paulo: Edusp, 2005.

- ¹⁶ Apud SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 252.
- ¹⁷ Apud AFFONSO, Almino. *A Abolição antes da Lei Áurea*, Folha de São Paulo, 7 de maio de 2000.
- ¹⁸ FONTES, Alice A. de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo: os caifases (1882-1888)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP/FFLCH, 1976.
- ¹⁹ LANNA, Ana L. D., op. cit., p. 193 e seg.
- ²⁰ *A Tesoura*, 5 de novembro de 1876.
- ²¹ HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 332.
- ²² MARTINS, Ana L. Martins e LUCA, Tania R. de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 42.
- ²³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., pp. 296-7.
- ²⁴ Idem, p. 276.
- ²⁵ Werneck Sodré se equivoca ao dizer que a Revista Commercial “se transformaria” no Diário de Santos em 1872, cf. Hist. da Imp. no Br., p. 178.
- ²⁶ SANTOS, Francisco Martins dos., op. cit., p. 256 e seg.
- ²⁷ Dados de VILAS-BOAS, Sérgio. *Santos: o centro histórico, o porto e a cidade*. São Paulo: Audichromo Editora/Horizonte Geográfico, 2005, p. 53.
- ²⁸ Dados retirados de GITAHY, Maria Lúcia C. Op. Cit., p. 30.
- ²⁹ Sobre a formação da Cia. Docas, sua importância e os conflitos que gerou, cf. HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto*. A Cia Docas de Santos (1888-1914), São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- ³⁰ A greve de 1877, que pode ser considerada a primeira paralisação de trabalhadores do Brasil, foi retratada no filme “Libertários” de Lauro Escorel, em 1976.
- ³¹ Sobre essa greve cf. GITAHY, Maria Lúcia C., op. cit., p. 79-82.
- ³² Cf. PETRONE, Maria T. Shorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 11.
- ³³ Sobre todo o processo de construção da Bolsa Oficial do Café e sua importância no contexto da economia cafeeira, cf. BARBOSA, Gino C. et alii, *O palácio do café*, São Paulo: Magma Cultural Editora, 2004.
- ³⁴ LANNA, Ana L. D. A transformação urbana: Santos 1870-1920, *Revista da USP*, nº 41, 1999, p. 108.
- ³⁵ HARDMANN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 311.
- ³⁶ Sobre a trajetória de Silvério Fontes, cf. PEREIRA, Astrogildo. Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil, *Estudos Sociais*, nº 12, Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962, pp. 401-9.
- ³⁷ Sobre o contexto político desse período e os estivadores do Porto, cf. SILVA, Fernando T. da. *A Carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: Direitos e cultura de solidariedade 1937-1968, São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995 e SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho. Os estivadores santistas no sindicato e na política*, São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- ³⁸ Sérgio Vilas Boas. op. cit. p. 53.
- ³⁹ Idem, *Ibidem*.
- ⁴⁰ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado, in: *História da Vida Privada*, Vol. 5, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 148.

O ATENTADO: TENTANDO ENCONTRAR A HISTÓRIA NOS RELATOS DE UM ASSASSINATO QUE NÃO HOUEVE*

Clifford Andrew Welch**

Resumo

O artigo examina as varias representações e memórias do momento quando o líder camponês Jôfre Corrêa Netto baleado em Santa Fé do Sul, São Paulo, durante um conflito de terras em 1959. São poucos minutos de história, mas a cobertura da imprensa foi alta. São analisadas diversas reportagens, relatórios de policia e outras autoridades, entrevistas com participantes, incluso a vítima, que lembrou o evento em maneiras diferente, dependendo em quem o entrevistou e quando foi entrevistado. O artigo utiliza a teoria do discurso e metodologia de história oral para encontrar a melhor versão da história.

Palavras-chave

Luta pela terra; campesinato; história oral; Jôfre Corrêa Netto.

Abstract

The article examines various representations and memoirs of the moment when Jofre Correa Netto was shot in Santa Fé do Sul, São Paulo, during a land dispute in 1959. Although the shooting took less than a couple of minutes, press coverage was extensive. The article analyzes this press coverage, police and other official reports, and interviews with participants, including several with the victim, who recalls the event in different manners, depending on who interviewed him and when he was interviewed. The article utilized discourse theory and oral history methodology to arrive at the best version of the history.

Keywords

Land struggle; peasantry; oral history; Jofre Corrêa Netto.

Introdução

Na quarta-feira, 5 de agosto de 1959, o líder camponês Jôfre Corrêa Neto estava prestes a viajar do município de Santa Fé do Sul à capital do estado de São Paulo, quando foi atingido no rosto por um tiro à queima roupa. Uma bala calibre 38 esraçalhou seus dentes antes de alojar-se na base da língua; outra bala atingiu a parte superior de sua perna quando ele virou-se para escapar de seu agressor. Na confusão, o atirador fugiu e espalhou-se o boato de que Jôfre tinha sido assassinado. Mas, o homem que muitos chamavam de “Capitão Jôfre” e os jornais apelidaram de “o Fidel do Sertão” não fora morto. Severamente ferido, ele foi levado a uma clínica local, onde esperou, aproximadamente, sete horas, antes que se iniciasse uma longa jornada até o Hospital das Clínicas de São Paulo, a uns 640 quilômetros ao sudeste. Logo que Jôfre chegou a São Paulo, militantes, líderes trabalhistas e políticos denunciaram a tentativa de homicídio e uma enchente de repórteres e simpatizantes foi visitá-lo no hospital. Jôfre, cujo nome e fotos dramáticas tinham se tornado, ultimamente, um destaque regular na mídia brasileira, deixara de se tornar um mártir por uma fração de milímetros.¹

O estado de São Paulo é raramente associado a lutas de camponeses. Quando as pessoas ouvem o nome São Paulo, elas, comumente, o associam com a metrópole, a cidade global de São Paulo, com seu perfil de prédios altos, seus imensos parques industriais e seus severos contrastes sociais. Outros podem associar o nome às vastas fazendas de café que, uma vez, cobriram todo o estado. Hoje em dia, é o agronegócio da cana-de-açúcar e suas usinas de álcool que predomina como representativa do seu campo em geral. Em qualquer caso, são raras as pessoas que vão lembrar imagens de camponeses lutando para proteger seu território das ondas da modernização abusiva.

No entanto, a história de São Paulo é pontuada por disputas sobre o controle de terra. Até o início do século XX, conflitos com o povo indígena foram comuns quando as fronteiras de café se estendiam para dentro de seu território. Enquanto a ocupação capitalista expandiu, o valor da terra aumentou e os grileiros organizaram bandas de jagunços para expulsar os camponeses que, gradualmente, tivessem ocupados o mato com suas posses de subsistência, na tentativa de escapar à exploração da agricultura capitalista. Nas décadas mais recentes, os camponeses tornaram-se uma força dinâmica na disputa pelo controle do território brasileiro com a mobilização de milhares de famílias em organizações como o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) e a *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* (CONTAG). Há aproximadamente quatro décadas, um grupo mais antigo de trabalhadores rurais pobres confrontou-se com um latifundiário e o Estado em terras no município de Santa Fé do Sul, na divisa de São Paulo com Mato Grosso. Segundo a maioria dos relatos, Jôfre Corrêa Neto era seu líder.

Os detalhes da organização e luta que Jôfre liderou merecem uma cobertura mais extensa do que um simples artigo pode proporcionar.² Clodomir Moraes, que foi o primeiro autor a oferecer uma síntese dos movimentos sociais rurais do Brasil, descreveu Jôfre como um dos “dois líderes camponeses autênticos de reputação nacional”, que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) podia contar em suas fileiras. E a imprensa, tanto a de corrente predominante quanto a militante, cobriu suas façanhas com regularidade de 1959 a 1964, um período de fermentação social sem precedentes no Brasil, que terminou com a expulsão do governo constitucional e a instituição de uma ditadura militar que durou mais que vinte anos.³

A reputação nacional de Jôfre começou em Santa Fé do Sul, quando ele se tornou o porta-voz de centenas de camponeses, entre eles um grupo maior de arrendatários, todos a fins de preservar sua ocupação na área. Depois de três anos de inquilinato, poucos arrendatários haviam conseguido uma colheita substancial, devido à seca e outras condições negativas. Mas, o latifundiário e seus agentes queriam tirá-los da terra para torná-la campo de pastagem de gado durante o inverno, uma invernação. O latifundiário e os sublocadores ordenavam aos ocupantes que extirpassem suas lavouras e plantassem capim. Quando eles resistiam, as tensões cresciam na região.

Jôfre, cuja origem da presença na área permanece obscura, parece ter, então, trabalhado para atrair considerável atenção da imprensa e da política para o conflito. Fotos dramáticas de Jôfre arrancando o capim colonial apareceram no jornal populista *Última Hora*, entre outros diários e revistas. Um cenário que se repetia, frequentemente, era ele, provocativamente, desafiando o proprietário a comer capim, questionando, rigorosamente, a justiça por forçar as pessoas a deixarem a terra, que as alimentava, para dar lugar à pastagem de gado de corte, cuja carne, por ser cara, eles, dificilmente, conseguiriam comer. Foi nesse contexto que Jôfre se tornou vítima das balas de um pistoleiro.

O incidente dos tiros é um dos mais dramáticos de uma série de acontecimentos surpreendentes que merece, cada um deles, um exame mais apurado. Porém, a elevada atenção causada pelo quase assassinato de Jôfre oferece uma oportunidade única para se estudar o problema distinto da reconstrução de um evento específico. Como o antropólogo Gerald Sider descobriu, ao analisar a história e comemoração da greve dos trabalhadores têxteis de 1912, em Lawrence, Massachusetts - EUA, a escrita histórica pode ser dirigida mais pela perspectiva dos historiadores e comentaristas do que pela evidência.⁴ É justamente isso que fez o historiador Antônio Torres Montenegro quando utilizou três relatos escritos sobre as Ligas Camponesas antes de 1964 para “inserirmo-nos num campo de disputa” da “problemática da luta pela terra *hoje*”.⁵ A história do atentado contra Jôfre foi representada de várias maneiras, muitas delas mais orientadas pelas necessida-

des do autor do que pelos fatos. Esta narrativa depende das ponderações cuidadosas de documentos e de fatos relembrados, muitos deles indisponíveis aos pesquisadores anteriores.⁶

Os problemas encontrados na documentação da tentativa de matar Jôfre revelam os desafios de se fazer uma história social rural numa nação em desenvolvimento como o Brasil. A análise dos problemas é importante aqui, dada a explosão de popularidade da arte, como observa o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, vendo como história oral tem se tornada ferramenta de pesquisa para uma multiplicidade de cientistas, todos dedicados a derrubar a história oficial da classe dominante.⁷ Alguns desses problemas são compartilhados por todos os pesquisadores que confiam na história oral, ou qualquer outro tipo de registro, quanto a isso, já que quase todos os textos começam como fontes orais, como apontou o historiador e analista da técnica, o italiano Alessandro Portelli. Quanto mais se depende da memória dos informantes mais a explicação de um evento se altera em direção à lenda. “A memória manipula os detalhes factuais e a seqüência cronológica”, escreve Portelli. Para ele, essa manipulação produz uma nova ordem de detalhes “simbólico... psicológico... e formal”, que pode criar uma história imediatamente mais profunda e reveladora do que os relatos baseados somente em registros escritos. “A discrepância entre o fato e a memória acentuam, irrevogavelmente, o valor das fontes orais como documentos históricos”, escreveu Portelli, concluindo uma análise do atentado contra Luigi Trastulli, um trabalhador italiano morto pela polícia em 1949.⁸

Diferentemente de Trastulli, Jôfre sobreviveu para contar a história de sua própria morte, adicionando traçados interessantes à história, atenuando algumas de suas qualidades místicas e tornando complexo o tema, do bem versus o mal, tipicamente associado à luta dos pobres, da zona rural, pelo controle da terra. Acredito que essas complexidades revelam verdades sobre o Brasil e ajudam a demonstrar o valor e a utilidade das fontes misturadas e os modos de análises.

À medida que Jôfre existe na literatura histórica, ele veio a se tornar o símbolo do “lavrador líder autêntico” na descrição de Moraes, um defensor destemido do pobre da zona rural, que é do, pelo e para o povo. Essa imagem foi concretizada na maioria das explicações contemporâneas de seu atentado e a imagem poderia ter permanecido dessa forma não tivesse Jôfre sobrevivido para contar sua própria história. Em 1988, com uma simultaneidade misteriosa, vários pesquisadores independentes (inclusive eu) “descobriram” Jôfre vivo quando todos o davam como morto, já que nunca apareceu de novo na imprensa depois de ser encarcerado em 1973 por “atividades terroristas” pelo *Departamento Estadual de Ordem Polícia e Social do Estado de São Paulo* (DEOPS).⁹

Para mim, o reaparecimento repentino de Jôfre, em sua própria história, abalou o ícone deixado pelas fontes contemporâneas, bem como os tratamentos históricos que dependiam deles. Aí estava o Che Guevara, vamos dizer, pronto para uma entrevista ao vivo. A memória coletiva dessa história tinha sido preservada como uma memória histórica, mas agora, trinta anos depois, o sujeito emergiu surpreendentemente para participar na formação de sua própria história. Era quase demasiado para se tolerar e alguns daqueles que o tinham historicizado recusaram-se, naturalmente, a reconsiderar suas análises. Assoberto, eu desisti da história, apenas para, cautelosamente, abordá-la, novamente, uma década depois.

A historiadora Susan Crane desafiou, recentemente, os estudiosos a “escrever o retorno do indivíduo na memória coletiva”. O reaparecimento de Jôfre e sua participação ativa na história de sua vida é uma personificação literal desse desafio dela. A contribuição dele expande o discurso histórico e muda a forma como pensamos sobre o papel do camponês na história brasileira. Mas a memória pode ser falha e, como reconhece Crane, há um perigo de deixar “a subjetividade fugir ao controle”.¹⁰ A memória de Jôfre adiciona a história, mas não é história. Nas múltiplas narrativas sobre o atentado de Jôfre que seguem, podemos encontrar o complemento de seu relato e de outros, das memórias coletiva e histórica, trazendo um discernimento estimulante para aqueles que usam a lenda do atentado contra Jôfre em sua luta para democratizar o Brasil.

Os primeiros relatos do atentado

A primeira narrativa do atentado vem do próprio Jôfre. Em 06 de agosto, a manhã seguinte ao atentado, um repórter não identificado do jornal *Última Hora* encontrou Jôfre no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e ajudou levá-lo ao Hospital das Clínicas. No caminho, Jôfre contou a história da suposta tentativa de homicídio contra sua vida, o “atentado”. Esse termo legal (significando “ato criminoso”, de um lado, e uma “tentativa de assassinato”, de outro), rapidamente, tornou-se a palavra de referência mais usada para descrever o incidente. Apesar das admitidas dificuldades de comunicação com Jôfre, devido ao ferimento em sua boca, o repórter parafraseou Jôfre quando recontou que os homens armados (jagunços) de vários latifundiários vinham, há longo tempo, perseguindo-o, especialmente, “um conhecido apenas por ‘Silva’, elemento perigoso e temido na região por ser autor de vários crimes bárbaros”.¹¹

Daqui em diante, a história tomou a forma de uma longa citação, interrompida por lembranças ocasionais do contexto da entrevista, enfatizando, principalmente, o papel do jornal em acompanhar o Jôfre até o hospital. Dada sua importância como primeira versão, aqui está reproduzido o depoimento inteiro:

Esse indivíduo [“Silva”] capanga de Zico Diniz [José de Carvalho Diniz, o pecuarista acusado do tormento dos camponeses da região] - disse Jôfre - pernoitou em Santa Fé do Sul para me matar. Ganhou um pacote de notas de mil para levar avante o atentado.

- Era meio-dia de ontem quando eu ia dirigir-me à estação para vir a São Paulo, a fim de participar da concentração contra a carestia. Desde as 9 horas percebi que ‘Silva’ me seguia para pôr fim à minha vida. Sempre desarmado, alertei meus companheiros e amigos das intenções do jagunço.

- Pretendia tomar o ônibus para ir à Estação. Mas diante da insistência de um conhecido meu amigo Antonio Pinto da Silva e eu entramos no automóvel que nos esperava, de propriedade desse conhecido. Estávamos na parte traseira.

- ‘Silva’, então - continua acercou-se do carro como se nada pretendesse. De repente, antes que o auto arrancasse para fugirmos ao atentado, ‘Silva’ puxou do revolver e gritou:

- Você vai morrer aí mesmo.

E, apontou a arma em direção a meu peito. Abaixei-me e ele disparou rápido, atingindo-me na boca. Antonio Pinto saiu pela porta oposta como um raio e eu o segui, tomando mais um balaço pelas costas, ‘Silva’, então, disparou mais uma vez contra mim, errando o tiro. O jagunço voltou-se logo contra meu amigo, atirando duas vezes sem acertar. Estabeleceu-se confusão e consegui refugiar-me na casa próxima. ‘Silva’ então fugiu.

Daqui, houve uma interrupção prolongada no depoimento. Ora, o repórter relata as observações de dois “agricultores” que acompanharam Jôfre até a capital, Antonio Pinto e Benedito Miler [mas tarde, identificado pelo sobrenome Mille]. Quando a notícia “do atentado” se espalhou, Pinto relatou à reportagem, “correu o boato, em toda a região, que Jôfre fôra assassinado por jagunços”. Muitos simpatizantes foram até a clínica onde o Jôfre foi levado para pronto socorro. Falou Pinto,

- Eram centenas de lavradores, irados com as injustiças praticadas no sertão, que desejavam fazer justiça pelas próprias mãos.

Foi o próprio Jôfre que conseguiu restaurar a calma da massa unida em revolta frente a clínica. Levantou-se de sua cama de campanha para acalmá-los, disse Pinto ao *Última Hora*, e a maioria retornou para suas lavouras.

Na clínica, Jôfre não se sentiu seguro ou bem atendido. Ninguém tinha condições de remover a bala de sua boca e correu o rumor de que sua vida estava, ainda, em perigo, que outro pistoleiro tinha tentado completar o serviço que “Silva” tinha estragado. Agora, Jôfre voltou a narrar os eventos na reportagem: - *Já recebemos comunicação de que não só ‘Silva’ mas outros jagunços receberam a missão de matar-me. É esta a segunda tentativa. Na terceira, dizem eles, o ‘serviço’ será completo.*

Por isso, alguns companheiros permaneceram para ficar de olho aberto, enquanto estavam sendo feitos os arranjos para o transporte. No dia seguinte, por volta das 7 horas, um avião chegou para levar Jôfre, Pinto e Miler embora. A última citação da entrevista foi aqui inserida na narrativa:

- Nossa Associação de Lavradores, apenas porque defende os direitos dos plantadores e cultivadores de terras, está sempre sob a mira dos prepotentes. Sua opressão chegou ao máximo e os lavradores estão a ponto de explodir em revolta.

A manchete na primeira página atraiu os leitores para a história: “LIDER LAVRADOR (FUZILADO) SOBREVIVE! EXCLUSIVO!” Numa grande foto abaixo da manchete, um desgredado, mas confiante Jôfre, olha para a câmera enquanto dois homens, cada um segurando-o debaixo do braço, ajudam-no a caminhar. Dentro do jornal, a manchete é repetida, dessa vez com o subtítulo curto que dizia: “Jagunços não conseguiram eliminar o ‘Fidel Castro’ do sertão”. O subtítulo lembra, em parte, o resumo da história que acompanhou a foto na primeira página, “Visado pelo ódio virulento do latifúndio, o ‘Fidel Castro’ do sertão, que se constituiu em líder combativo dos interesses dos pequenos lavradores de Santa Fé do Sul, enfrentando corajosamente a cobiça, a prepotência e a ira dos poderosos do campo, foi pela segunda vez alvo de brutal atentado por parte de um jagunço pago pelos latifundiários”.

No curso dos próximos dez dias, o *Última Hora* cobriu a história quase todos os dias, enfatizando o resolutivo comprometimento de Jôfre com a luta dos camponeses e contribuindo para pressionar as autoridades a resolver o sofrimento dos seguidores de Jôfre. Nessa série de artigos claramente simpatizantes, a identidade de Jôfre como um destemido defensor do pobre rural e vítima de homens inescrupulosos, empregados de repreensíveis latifundiários, teve efeito de uma clareza bíblica, um Davi ferido em sua batalha contra Golias.¹²

Uma pequena notícia sobre o ataque em 07 de agosto confirmou, num jornal mais renomado e conservador, O Estado de S. Paulo, o esqueleto das amplas descrições da narrativa de Jôfre, sem nomear o assaltante.¹³ Sob o título “Dirigente rural baleado por jagunço”, o Estadão relatou que “o lavrador Jôfre Correia Neto, dirigente de um grupo de trabalhadores rurais”, tinha sido internado no Hospital das Clínicas depois de ser “baleado por um jagunço do fazendeiro Zico Diniz”, pouco antes de partir para São Paulo para “tratar de interesses de seus companheiros”. Ao invés de chamar Jôfre de o “Fidel Castro do Sertão”, o Estadão refere-se a ele como “capitão” (entre aspas - a saudação preferida de Jôfre), descrevendo-o como o chefe de um movimento de “um numeroso grupo de ‘posseiros’ aos grandes proprietários da região”. Nessa versão, dizia-se que “o líder camponês se encontrava no automóvel que o levaria a São José do Rio Preto” quando

“o jagunço se aproximou e desferiu dois tiros no interior do veículo, atingindo Jofre na região bucal e na coxa”. Também relata que as duas balas foram removidas no dia anterior pelos médicos do Hospital das Clínicas. O artigo acrescenta a história de uma estadia de uma noite em São José do Rio Preto, onde ele foi “medicado”, antes de voar para São Paulo, na manhã de 06 de agosto. Mas, disse que o “criminoso” atirou mais vezes sem acertar o Jôfre e “escapou, sendo entretanto reconhecido por alguns dos companheiros da vítima”. Apesar do trecho breve, a história não apenas acrescenta novos detalhes, que levantam dúvidas para o atento leitor, mas fortalece alguns aspectos-chaves da narrativa do Última Hora, especialmente no sentido de que um porta-voz dos pobres tinha sido vítima de atrasados proprietários poderosos da região.

A correspondência entre essas duas histórias revela bastante sobre a época. A referência a Fidel Castro faz-nos lembrar como uma pequena força revolucionária, baseado na zona rural, tinha acabado de tomar o poder, naquele janeiro, em Cuba. O *Última Hora* presumiu, evidentemente, que os leitores seriam atraídos para a sugestão de que o Brasil tinha seu próprio Fidel. O *Última Hora* tinha sido fundado nos anos de 1950 e seu editor-proprietário, Samuel Wainer, era um jornalista brigão, que devia muito do sucesso de seu jornal a uma aliança com o antigo ditador e presidente Getúlio Vargas (morto em 1954) e seu PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Em acentuado contraste, *O Estado de S. Paulo*, fundado no século XIX, pertenceu ao Júlio de Mesquita Filho, que teve raízes fortes na facção dos agricultores capitalistas da classe predominante. Mesmo assim, o *Estado* conferia credibilidade à história de vitimização e capacidade de recuperação do Capitão Jôfre.

Não apenas Jôfre, mas os “líderes camponeses”, nacional e internacionalmente, tinham se tornado atores no palco da história no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960. Cuba é um caso apropriado, Vietnam outro, e, agora, outro estava no Nordeste do Brasil, onde, em 1959, acreditava-se que as “Ligas Camponesas”, lideradas pelo advogado e político Francisco Julião, ganhavam a expropriação e a distribuição das terras de um antigo engenho de açúcar.¹⁴ No contexto da Guerra Fria, os camponeses mobilizaram-se para serem ouvidos por todo o mundo, com os comunistas assumindo sua causa e os capitalistas esboçando seus projetos de reforma para abafar sua ira. Dessa forma, havia uma convergência de interesses no assunto, caracterizada por uma concordância geral sobre as fontes do descontentamento do camponês (por exemplo, exploração pelos proprietários ruins) e a aguda divergência nas soluções (por exemplo, expropriação de propriedade mantida pelos investidores estrangeiros e seus aliados versus melhorias nas pesquisas agrícolas e políticas de câmbio). Essas circunstâncias aumentaram a atenção da mídia para a causa de Jôfre.¹⁵

Talvez devido às edições anteriores do *Estado de S. Paulo* terem sido mais acessíveis que os do diário *Última Hora*, o curto artigo do *Estadão* tinha servido mais aos analistas como uma fonte primária principal que a própria narrativa de Jôfre, que não tivesse sido uma parte de qualquer outro estudo. Como se pode notar acima, a reportagem do *Estado* manteve as características essenciais do noticiário sobre Jôfre do *Última Hora*. Em ambas as histórias, o atirador foi apresentado como um pistoleiro contratado pelo fazendeiro Zico Diniz para atacar Jôfre, um líder popular de um movimento camponês. Embora tanto os relatos atuais quanto os mais anteriores do atentado - incluindo as próprias lembranças de Jôfre - negassem a veracidade dessa simples versão, essa história em branco e preto do bem contra o mal, do heroísmo de um humilde contra a covardia do poderoso, resistiu como o relato mais convincente do evento.

O tiro: Relatos novos

A objetividade dos relatos contemporâneos do tiro começou a desvanecer imediatamente. Curiosamente, o nevoeiro encobriu o que parecia ter sido a menos variável das questões: a natureza dos ferimentos de Jôfre. Todas as fontes concordavam que uma bala tinha atingido-o na boca e se alojado ali. Questões surgiram sobre um segundo e um terceiro ferimentos e a cirurgia para remover as balas. Logo depois do atentado, Jôfre falou apenas sobre a bala na sua boca, mas *O Estado de S. Paulo* relatou que uma segunda bala fora removida de sua coxa no dia seguinte ao acontecimento. Naquele mesmo dia, o *Última Hora* apresentou o relato de uma testemunha ocular de que Jôfre tinha recebido um tiro em sua coxa (“na região ilíaca”) e que a operação estava ainda para acontecer. De fato, ainda em 15 de agosto, o *Última Hora* noticiou que:

Jôfre recupera as forças no Hospital das Clínicas, preparando-se para uma intervenção cirúrgica. Conforme noticiamos, o ‘Fidel Castro’ sertanejo foi baleado por um dos capangas de Zico Diniz, latifundiário que quer expulsar cerca de oitocentas famílias de suas terras, a fim de transformá-la em pasto. Jôfre está com três balaços no corpo. Um na garganta e os outros nas nádegas.

Assim, o jornal sugeriu não apenas novos alvos, mas a idéia de que nenhuma bala tinha sido, ainda, removida de seu corpo. Muitos anos mais tarde, o próprio Jôfre me contou a mesma coisa que já tinha dito ao Nazareth dos Reis, um mestrando em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Segundo o próprio Jôfre, ele tinha sido baleado na virilha e que uma bala permanecia alojada em sua boca, prejudicando-lhe falar claramente. A partir das perspectivas políticas e históricas, se Jôfre foi atingido na coxa ou nas nádegas pouco importa. Mas, a falta de objetividade num tal assunto concreto

levanta questões fundamentais sobre a confiabilidade das explicações apresentadas pela imprensa em domínios mais abstratos, tais como quem ou o que deveria ser responsável pelo crime.¹⁶

Outras questões interessantes foram levantadas por Benedito Barbosa Mille, um pe-dreiro (não um agricultor, como o *UH* tinha originalmente noticiado), que acompanhou o ferido Jôfre a São Paulo e descreveu-se como uma testemunha ocular do atentado. O *Última Hora* publicou em um bloco seu relato no dia 07 de agosto, dois dias depois do incidente.¹⁷

Eu estava trabalhando a poucos metros do local, tendo observado à distancia, as cenas - disse ele, acrescentando: Mas, a história toda, com seus antecedentes, foi o próprio Jôfre que me contou com o testemunho de Antonio Pinto, também vítima da sanha do jagunço 'Silva'. Esse mesmo indivíduo, uns dias antes, havia levado o meu amigo a uma cilada, deixando-o à mercê de 10 homens sanguinários. Jôfre, contudo, dessa conseguiu escapar, com o que deixou o tal 'Silva' em má situação. Quarta-feira, por volta de 11 horas e 30 minutos, Jofrinho chegou a Santa Fé com a intenção de se dirigir a São Paulo, em companhia de Antonio Pinto, onde deveria participar da concentração contra a carestia, no próximo dia 7, representando a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, que preside. Ali, encontrou-se com o assassino, que lhe pediu não o inculpasse pelo sucedido anteriormente. 'Sou seu amigo, Jôfre' - disse ele. - 'Quando o levei à fazenda, não sabia que eles pretendiam matá-lo'. Depois dessas palavras, devolveu ao meu amigo 500 cruzeiros referentes a uma dívida entre os dois e convidou-o a ir até a estação em seu carro. Jôfre tentou recusar, mas acabou aceitando a carona. Antes de chegar à estação da estrada de ferro, 'Silva' parou o veículo defronte a um bar, convidando os que estavam em sua companhia a tomar uma cachaça. Como estava próxima a hora do trem passar, Jôfre recusou. Vendo que seria inútil levá-lo, 'Silva' sacou do revólver e, a menos de um metro de distância, disparou contra o rosto do lavrador, atingindo-o bem dentro da boca.

Fugindo à ameaça de outro disparo, Jofre abriu a porta do carro, lado direito. Mas, antes que saísse do alcance da arma, levou outro tiro, na região ilíaca. O assassino saiu em sua perseguição; contudo, seu amigo descobriu Antonio Pinto nas proximidades, e chamou-o para dar cabo também do companheiro de Jofre, que em ziguezague, aproveitando-se da distração, conseguiu entrar numa residência. Antonio Pinto conseguiu também fugir. Banhado em sangue, Jôfre Correia foi levado ao Hospital, numa charrete.

As pessoas que se inteiraram da agressão - prossegue o sr. Benedito Mille - trataram logo de procurar a Polícia, a fim de conseguir proteção para Jôfre, uma vez que vários jagunços ameaçavam invadir o Hospital para 'acabar o serviço'. A Delegacia estava deserta, como se os policiais soubessem previamente do que iria suceder. Mais tarde, umas três horas depois do crime, apareceram dois 'praças' dispostos a iniciar a busca dos assassinos. Segundo fui informado, os soldados saíram para o lado oposto a que 'Silva' e o companheiro se dirigiram. Estes ainda se encontraram, devidamente protegidos, na casa do administrador de Zico Diniz [...].

Impressa como palavras ditas por Mille, a história difere de maneira significativa do relato claro de Jôfre sobre o ocorrido. Por um lado, a forma de contar é bastante diferente. Enquanto Jôfre é apresentado contando uma história linear em parágrafos curtos, usando sentenças simples e informativas, a massa da declaração de Mille é condensada em um parágrafo de sentenças complexas e inclui dois *flashbacks* significativos. Ela contém, também, vários elementos novos, incluindo um sentido, inteiramente novo, de um relacionamento estabelecido entre o atirador e a vítima. Mille se oferece como uma testemunha de primeira mão, contudo supera o que ele pudesse ter realmente visto ao enfatizar as perspectivas de outros de “como foi dito”.

A alegação de Mille sobre o envolvimento do “administrador” de Diniz, ao invés do próprio Diniz, recebeu uma corroboração num artigo de 1º de setembro no *Estado de S. Paulo*. Perto do fim dessa longa e indefinida reportagem sobre a disputa de terra em Santa Fé, o *Estado* noticiou que o emissário do governador do estado tinha avisado aos administradores-arrendatários de Diniz que não seria mais tolerada violência contra os camponeses. De acordo com o artigo, os administradores eram Joaquim Nogueira e José Lira Marin, especialmente o primeiro que se envolveu com o desmatamento da área desde 1953, em um momento queimando as casas dos posseiros para expulsá-los. Foram eles que “subarrendaram a área sob seu controle a um total (segundo eles próprios) de 480 famílias, cada uma [com] pequenos lotes de 1 a 6 alqueires”. Foram Nogueira e Marin que estavam “acusados como mandantes do atentado contra o lavrador Jôfre [...]”. Eles tinham contratado com Diniz desbravar 16.000 hectares da terra bruta, prometendo torná-las pastagem para gado.¹⁸

Enquanto Diniz sustentava não saber nada sobre os métodos deles, Nogueira era um desbravador de terra bem conhecido, cujo método era sublocar a terra para indivíduos e famílias de lavradores. Trabalhando com base em contratos verbais de um a três anos, esses camponeses derrubavam árvores, limpavam as moitas cerradas, aravam a terra e plantavam as lavouras. Eles não recebiam pagamento, mas o uso temporário da terra e qualquer pequeno proveito da venda que suas colheitas produziam. Jôfre tinha se tornado o líder desses arrendatários secundários, quando Nogueira passou a botá-los para fora da terra antes que suas colheitas se realizassem.

Assim, no espaço de duas semanas do atentado, poucos aspectos do evento pareciam tão sólidos quanto eram quando a narrativa de Jôfre foi noticiada inicialmente no *Última Hora*. Quase tudo sobre o evento, de onde ele foi atingido e quantos tiros foram disparados, a quem e o que foi responsável pelo crime, estava já em dúvida. Embora o relato original de Jôfre, de natureza linear e objetiva, sugerisse que o repórter tomou liberdades em parafrasear seus comentários, ele permanece como narrativa seminal para esta análise.

A versão de Mille é baseada, em parte, no que Jôfre lhe contou, histórias que ele, aparentemente, escolheu não contar ao repórter do *Última Hora*. Porque a história de Mille foi, de alguma forma, estruturada pelos discernimentos de Jôfre, não devia nos surpreender que ela se constrói sobre a narrativa de Jôfre associando Silva com Zico Diniz, confirmando-o como o pistoleiro, e relatando a intenção de Jôfre ir para São Paulo de trem. Jôfre é, ainda, retratado como um líder camponês atacado por um latifundiário bandido. Mas, as diferenças entre os relatos de Jôfre e Mille - idéias divergentes sobre quem era Silva, o que aconteceu naquele dia e por que atiraram em Jôfre - torna difícil, para nós, aceitar a história de Jôfre sem maior análise. Um historiador cuidadoso teria que provar essas diferenças antes de tirar conclusões sobre o acontecimento.

Memórias de amigos e inimigos

Dada uma concordância universal sobre o nome do assassino, torna-se uma surpresa encontrar tantas informações conflituosas sobre sua identidade. A narrativa inicial de Jôfre deixa pouca dúvida que ele sabia de Silva, mas as observações de Mille acrescentam a noção de que os dois homens tinham um relacionamento. A partir do momento em que Jôfre evocou Silva como “capanga de Zico Diniz”, parece improvável que ele, alguma vez, confiaria nele. E, no entanto, no relato mais complicado de Mille, fala-se de Jôfre ter emprestado a Silva, pelo menos, Cr\$ 500 e ter aceitado duas malfadadas caronas para ciladas, uma após a outra. Então, quem era esse pistoleiro?

Os registros da polícia dão o nome real de “Silva” como Sinésio Silva, sem o “da” que quase sempre acompanha o sobrenome Silva, e o apelido de “Silva Preto”. Descrito por todos como “preto” ou “Negro,” ele veio para Santa Fé do estado nordeste da Bahia, uma área destacada de população afro-brasileira, e a origem de muitos novos emigrantes para as regiões de frente agrícola do estado de São Paulo. Ele pode ter sido pequeno em estatura, pois várias fontes colocam o diminutivo “inho” em seu nome e acrescentam-no a outras palavras usadas para descrevê-lo, tais como “baianinho” e “negrinho”. É, também, bastante provável que o diminutivo tivesse menos a ver com sua estatura do que seu *status* na cultura brasileira. Como em muitas culturas, o diminutivo pode conotar afeto, mas é duvidoso que esse foi seu único significado em Santa Fé. Tendo um apelido como “negrinho esperto”, numa sociedade onde o racismo é sempre presente e, continuamente, negado, isso sugere que Silva encaixava-se nos transigentes estereótipos racistas. O fato de que tantos de seus apelidos enfatizam sua cor sugere, também, que essa era uma característica distinta em Santa Fé do Sul e que, como um descendente de escravos afro-brasileiros, que a classe patronal esperava dele um comportamento deferencial.¹⁹

Não se sabe com certeza quando, por que e como Silva Preto veio para Santa Fé do Sul. Inicialmente, Jôfre afirmou que Silva era um “jagunço”. Mas, com suas observações sobre dinheiro emprestado, episódios de bebida, e compartilhar percurso de carro, o depoimento de Mille lançou bastante dúvida sobre a relação entre o pistoleiro e sua vítima. Em sua memória de 1997, Jôfre abandonou sua versão originária e reforçou aspectos da versão do Mille.²⁰ Respondendo a uma questão sobre a possibilidade de motivos políticos para o atentado, o Jôfre me falou:

Quem arrumou isso [o atentado], estou lhe dizendo, sei de fonte limpa, foi buscar o cara na Bahia, sei tudo direitinho e todo mundo sabe, foi Joaquim Nogueira [...]. E como eu era mascate, o cara apareceu como mascate vendendo coisas para vim se infiltrar comigo para eu ensinar as zonas do comercio.

Neste contexto, ele alegou que Silva foi contratado e trazido para a área não pelo Diniz, mas pelo Nogueira. Invés de ser um conhecido matador, Silva Preto era como o próprio Jôfre, um vendedor ambulante. Esses são os dois temas principais da resposta. O primeiro, Jôfre dá para entender que ficou sabendo depois do evento “de fonte limpa”, assim aumentando sua credibilidade como documento histórico para o ouvinte. O segundo é algo que Jôfre sabia de primeira mão, da época, e assim sendo, é algo que ele escondeu até 40 anos depois do evento. Neste contexto, tentando explicar as contradições das versões, Jôfre confirmou seu curioso relacionamento com o pistoleiro, indicando que Silva Preto foi uma espécie de agente secreto, enviado para espiar no movimento camponês e intimidar ou matar seu líder.

Entrevistado em 1987 por Reis, a memória de Joaquim Nogueira sobre o evento empresta ainda mais veracidade à história de Mille. Ele descreve Silva não como um pistoleiro, mas como “um sujeito até muito bem educado; sujeito muito bonzinho, que andava mascateando, um baianinho”. Silva vendia mercadorias para os camponeses subarrendatários na terra disputada e Nogueira sustenta tê-lo encontrado ele lá. Finalmente, um testemunho importante vem de José Correia de Lira, um dos homens braço-direito de Jôfre em Santa Fé. Lira disse que ele conhecia Silva, que Silva morava na cidade, vendia mercadorias no campo e tinha relações de amizade com os membros do grupo de camponeses rebeldes. “Ele andava assim com a gente: ‘Ah! Estou do lado do Capitão! Tô do lado de vocês!’”. Entrevistado vinte anos depois do acontecimento, o tom de Lira era de desdém para com Silva. Para Lira, o ataque de Silva a Jôfre provou que ele era um espião da polícia. “A polícia andava abraçado com Silva!” disse Lira. Somando-se ao mistério, Silva desapareceu depois do crime, ainda que, o Lira, em seu depoimento de 1987, sustentasse saber que ele tinha recebido terras na Bahia do tenente de Nogueira, o João Cotrim, em pagamento ao atentado.²¹

Embora a identidade de Silva permaneça obscura, ela era, claramente, mais complexa do que aquela apresentada por Jôfre no dia seguinte ao atentado. A coisa surpreendente é que a literatura secundária do acontecimento ignora esse assunto ou apresenta uma versão simples, muito parecida com o relato original de Jôfre. Vera Chaia, cuja dissertação de mestrado de 1980, orientada pelo sociólogo José de Souza Martins, examina o conflito em Santa Fé, escreveu que Jôfre sofreu tiro duas vezes por “um jagunço”, provavelmente um entre vários “marginais que eram contratados [pelo Diniz] para emergências”. Luiz Noboru Muramatsu, outro estudante de mestrado da Universidade de São Paulo, escreveu, em 1984, que “um jagunço a mando de Zico Diniz [...] tentou matar Jôfre”. Em 1988, o *Jornal de Santa Fé* publicou uma história revisitando o conflito da terra, recordando que “Jôfre sofreu um atentado a bala. [...] praticado por um jagunço de Zico Diniz”. Somente Reis explorou a idéia, primeiramente revelada por Mille, de que Silva tinha trabalhado para Nogueira. “Quem atirou, todos sabiam”, escreveu Reis, “foi ‘Silva Preto’, um baianinho que andava mascateando ali pelo Bosque. Era muito amigo do Sr. Nogueira”. Para garantir este último ponto, o próprio Nogueira é citado dizendo: “Num era jagunço de jeito nenhum. Um sujeito muito bem educado; sujeito muito bonzinho, assim. Eu achava ele bom. Isso de jagunço, não. Isso aí foi conversa!” Entretanto, a familiaridade de Nogueira com Silva, e o próprio papel de Nogueira como uma pessoa diretamente responsável pelo beneficiamento da terra de Diniz, empresta credibilidade ao argumento de que *se* Silva fosse um pistoleiro contratado, ele não seria um homem de Diniz, mas de Nogueira. Mais que isso, ele não seria um escudeiro de lorde feudal, como foi visto o latifundiário, mas um assassino contratado por um capitalista.²²

Os eventos daquele dia causaram ainda mais questionamentos sobre a identidade de Silva como assassino profissional. Se ele fosse um matador profissional, como Jôfre invocou e a maioria dos relatos secundários concluiu, ele não seria um muito bom, nem desafortunado. Ter atirado num homem, com um.38, duas ou três vezes de uma distância próxima, atingindo-o na face sem matar a vítima, parece um resultado altamente improvável para alguém com uma reputação de cometer “crimes bárbaros”, como foi representado pelo *Última Hora*. De acordo com a história original de Jôfre, apenas suas manobras rápidas salvaram-no de ser morto. A história de Mille é similar, embora a ação evasiva de Jôfre é mesmo mais fabulosa quando se considera que Silva foi suposto de estar exatamente no carro com Jôfre quando ele começou a atirar com sua arma. Essas histórias dependem muito da crença do ouvinte nos milagres e justiça transcendente.

Outra versão da época faz referência, especificamente, à qualidade miraculosa da sobrevivência de Jôfre. Foi um poema, de 1961, escrito por outro homem braço-direito de Jôfre, o notável Olímpio Pereira Machado. Publicado na *Revista Brasiliense*, um

periódico de esquerda editado pelo renomado historiador Caio Prado Jr., o “Poema da Terra” era uma balada épica de umas dez páginas de comprimento.²³ Embora Machado não reivindicasse ter visto o tiro, seu poema provou ter muita influência ao acrescentar uma imagem que nunca tinha sido colocada em cena antes. Nele, Machado localizou o atentado fisicamente “em frente da” Associação de Lavradores e Trabalhadores da Agricultura de Santa Fé do Sul, a organização que Jôfre, Machado, Lira e centenas de outros tinham fundado justamente poucas semanas antes da tentativa de assassinato. Machado escreveu :

Jôfre viu-se perseguido
Na frente da Associação
Que defendia a classe pobre
Contra a usura do patrão
Foi alvo logo da intriga
Que tramava o tubarão

Acostumados ao domínio
Sistema de escravidão
Estranhavam o combate
E o dever da Associação
E avançaram contra essa
Com artimanha e traição

Procuravam matar Jôfre
Que por milagre escapou
Foi um jagunço mandado
Dois tiros lhe desfechou
E a Associação nesse dia
Com seu sangue Batizou!

Embora o poema de Machado não explicita o lugar do tiro em frente ao escritório da associação (uma escrivania numa pequena pensão, em Rubinéia, um vilarejo nas cercanias de Santa Fé), esses versos criavam essa impressão para alguns leitores.

Desde então, Chaia, Maramatsu e o *Jornal de Santa Fé* colocaram o incidente do tiro lá ao invés de na avenida central em Santa Fé. Por exemplo, a Chaia escreveu que: “O atentado ocorreu quando na frente da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, preparava-se para tomar um carro que o levaria a São Paulo [...]. Foi baleado por um jagunço que desferiu dois tiros no interior do carro, atingindo-o na região bucal e na coxa”.²⁴ A versão do Machado foi tão influente que o próprio Jôfre confundiu o lugar do atentado contra ele. Em 1999, durante a filmagem do documentário *A Guerra do Capim* (2001), para conhecer o local do atentado, o Jôfre nos levou até a Praça da Bíblia em Santa Fé onde foi comemorada a colocação da pedra-fundamental da construção da sede da

associação em novembro de 1959.²⁵ Na memória do Jôfre, então, o tiro ocorreu nem mesmo em frente da associação que existia em Rubinéia, mas em um lugar que concretizou para ele o simbolismo do poema. Na verdade, o prédio que eventualmente foi construído, em consequência parcial da luta dos camponeses liderada por Jôfre, foi a sede do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, que foi fundado em 1963 em um lugar distante da praça, e sem a participação do Jôfre. Percebemos aqui uma manifestação da memória do Jôfre querer revigorar sua história de luta com as qualidades inscritas pelo Machado.

O primeiro sinal que algo estava errado com a impressão do poema do Machado apareceu nos anexos da dissertação de Reis. Quando Reis formulou a questão para Nogueira, afirmando que o tiro ocorreu “em frente do sindicato”, o informante interrompeu-o, exclamando, “Não, não tem isso! Ele levou um tiro lá [...] na Avenida”. A sedução óbvia da lenda - o lutador da classe derrubado à bala nos degraus do salão do sindicato - pode continuar a ter um apelo mais forte, comparativamente, do que a menos colorida e bem-documentada verdade de então. Essa história de mal-contados lembra-nos as instâncias similares de rumores que correram, de fúria assassina, no relato de Sider, da greve de “Pão e Rosas” entre as tecedeiras de Lawrence.²⁶

Talvez a verdade mais frustrante a documentar é o que ocorreu, precisamente, naquele dia. Os relatos mais detalhados permanecem os de Jôfre e Mille. Entre eles, a mais extraordinária diferença é encontrada no relacionamento entre Silva e Jôfre. A história de Jôfre deixa a impressão de que Silva aproximou-se do carro do lado de fora e atirou nele enquanto estava sentado no banco de trás. Na história de Mille, Silva parece ser o que ofereceu a Jôfre uma carona. Ligando as informações das duas histórias, é fácil imaginar Silva virando-se no assento dianteiro para atirar em Jôfre no banco traseiro. Há também a questão de uma troca entre os homens: de dinheiro e palavras. A versão de Mille ganha credibilidade com o tempo. Em 1997, o próprio Jôfre confirmou sua relação com Silva, dizendo que “apareceu como mascate [...] para eu ensinar as zonas do comércio”.

Se apenas pudéssemos ouvir as perspectivas de mais duas testemunhas adicionais: Antonio Pinto e “o” motorista. De todos os grandes silêncios desse evento, o de Pinto é o mais inexplicável. Como confidente e parceiro de Jôfre, que o acompanhou até o hospital em São Paulo, parece lógico que ele teria garantido entrevistas para todos aqueles que ouvissem. No entanto, não surgiu nenhum relato além de suas observações iniciais, citadas acima. A voz do motorista, entretanto, quebra o silêncio, indiretamente, de maneiras interessantes. Em sua narrativa inicial, Jôfre sinalizou um relacionamento especial com o motorista: “diante da insistência de um conhecido meu, amigo Antonio Pinto da Silva e eu entramos no automóvel [...] de propriedade desse conhecido”. Quem foi o associado

que insistiu? Onde estava o Silva nesta conversa? A única pista vem do relato de Mille, onde uma referência ambígua sugere que o carro era do próprio Silva. Será que o homem fosse o motorista de Silva? Teria sido Silva o associado que insistiu em dar uma carona a Jôfre? Seria possível que Jôfre e Pinto entrassem num carro ocupado por *dois* alegados pistoleiros? Foi o mesmo motorista que o levou a uma armadilha não muito tempo antes? Naquela época, mesmo como hoje em dia, dificilmente teria sido um camponês sócio do Jôfre com renda suficientemente segura para possuir um carro.

Analisando a primeira fala de Jôfre e o relato publicado dois dias depois do tiro, no Estadão, não existe uma relação entre o motorista e ‘Silva’. Jôfre lembrou o momento assim: “‘Silva’, então - continua, acercou-se do carro como se nada pretendesse. De repente, antes que o auto arrancasse para fugirmos ao atentado, ‘Silva’ puxou do revólver [...]”. Para o repórter do *Estado de S. Paulo*, era o carro que os levaria não até o estação de trem de Santa Fé, mas para o aeroporto em São José de Rio Preto, horas e horas mais distante. “[O] líder camponês se encontrava no automóvel que o levaria a São José do Rio Preto quando - relatou o jornal - o jagunço se aproximou e desferiu dois tiros no interior do veículo”. Nas duas versões, o Silva está fora, não dentro do carro. A versão de Mille, o suposto testemunha ocular, é totalmente diferente. O Silva veio conversar com Jôfre e além de pedir desculpas e devolver dinheiro emprestado, “convidou-o a ir até a estação em seu carro. Jôfre tenta recusar, mas acabou aceitando a carona” disse Mille. Agora, parado em frente de um bar, Jôfre conseguiu recusar o convite do Silva para tomar um drinque. Neste momento, “vendo que seria inútil levá-lo mais perto da estação, ‘Silva’ sacou do revólver e, a menos de um metro de distância, disparou contra o rosto do lavrador”. A narrativa de Mille não deixa dúvidas - era o carro de Silva. Mas, quem estava no volante?

Mais informações podem ser coletadas dos investigadores de polícia enviados para examinar o caso.²⁷ Em seu breve relatório, de 18 de agosto, o motorista é identificado como Manoel Espigarra, “quem dirigiu aqueles envolvidos no evento”. Sem resposta para essa questão, o relatório continua:

[...] nenhuma discussão ocorreu no momento da agressão, o indicado [Silva] disse para a vítima que parasse de contar histórias a seu respeito e que não era covarde, ato contínuo pegando Jôfre pela cabeça disparou-lhe um tiro a queima-roupa na boca, tendo ele, motorista, aberto a porta do carro e procurado fugir para não se envolver no caso.

O relato termina com esse episódio e Espigarra desaparece da história até Jôfre, mais tarde, ressuscitá-lo em suas recordações. Como sugerido por esse excerto, o relatório dos investigadores tem um objetivo, de personalizar e assim despolitizar o atentado: de ocultar sua qualidade de luta classista e destacar sua qualidade de briga pessoal. O testemunho de segunda mão de Espigarra dá peso à idéia de que Jôfre e Silva conhe-

ciam um ao outro e acrescenta um detalhe curioso sobre o desdém de Jôfre para com o pistoleiro. Aparentemente, Silva pensava que Jôfre contara histórias disparatadas sobre ele. É esse o porquê Silva tinha Jôfre em mira?

Em entrevistas dirigidas a Jôfre, 23 anos depois do evento, o papel do motorista e sua cumplicidade no crime cresceram significativamente.²⁸ Enquanto Jôfre nunca mencionara o nome do homem, Espigarra tornou-se um dos personagens chaves no complô para matá-lo. Provocado pelas questões do Nazareth dos Reis, outros indivíduos apareceram no relato do Jôfre:

O Dr. Nuno da Gama Lobo, eu deixo de expressar bem a minha realidade pra ele porque [...] os advogado, e que pode fala do CANALHA DELE, se bom ou se não!²⁹ Eu tenho a minha opinião por que... Pra mim, o irmão dele é que cercou o carro; e que pediu pra deixa o cara ir até a Estação, que nos ia embarca para ir ate SP. E ai o cara boto o joelho na frente. O motorista da época tava combinado com o cara. O motorista parou no lugar certo, parou no lugar dele me atirar. O rapazinho deu o sinal - o irmão do Dr. Nuno da Gama Lobo -para ele parar. Ele falou: ‘ Não!’ - tudo isso eu notei - Falou: ‘Não! E o irmão do Dr. Nuno da Gama Lobo! Você acha?’ Fale: ‘Oi! gente, eu num quero porque esse moço já fez uma armação ai.. Num gosto de historia com ele! E aquele sujeito tá...’ Não!! Rapaz, ele é direito’ -ele falou - ‘Ele vai responder pelo crime que ele fez; casa com filha do nosso companheiro pedreiro, que ele tinha desonrado ela!’ E eu falei: ‘Oi, ele num tá muito especial da minha mão, não! Eu num gosto! Mas, em todo caso, vocês querem parar, parar!’ Parou. Foi o tempo do cara chegar, bota o joelho onde tem um portãozinho assim. Trinta e oito! A bala que eu tenho alojada aqui, pode tira radiografia, os medico prova que e trinta e oito.

Então, o cara me deu um tiro dentro da boca! O outro ele foi da no coração, mas quando o Zé Correia e mais um outro, e eu corri pro lado de fora, o tiro, conforme eu levantei no carro, baixei o corpo assim para sair pela porta do carro, acertou aqui na popa e parou aqui em baixo da virilha.³⁰

Colocando de lado, momentaneamente, a informação desvinculada ao motorista, Jôfre adiciona à história uma conversa elaborada com ênfase no papel do motorista, ao parar para o atirador, apesar dos desejos expressos de Jôfre. Isso, também, fortalece a idéia de que Jôfre tinha considerável conhecimento de Silva, bem como a sensação que ele afirmava dele ameaçá-lo. O que foi, uma vez, a insistência do motorista em dar-lhe uma carona transforma-se, agora, em sua insistência de parar na cena do crime, de conduzi-lo para uma armadilha.

Em sua memória do acontecimento, gravado em 1997, Jôfre implica o motorista diretamente.³¹ “O motorista também estava de acordo com ele [Joaquim Nogueira], participando do crime”. Nesse relato, Jôfre recorda uma conversa diferente com o homem. “Porque eu falei: ‘Motorista, toca o carro que esse homem vai me atirar’” e ele não tocou.

Ele disse que tinha que tomar alguma coisa. “Eu falei: ‘Você não pode fazer isso, que esse rapaz está a fim de me matar. Vamos embora!’”. Quando eu lhe perguntei: *O que o tiro significou para você?* Jôfre respondeu,

Para mim significava que eles queiram me matar. E eu saí com um cabo, amigo meu, que me escoltava, me jogou uma arma na mão e eu não falava porque eu estava com uma bala na língua, os dentes quebrados, e o motorista safado que me levou, ele não recebeu não. Ele falou: “Depois eu vou falar com você o que você vai receber”. Ele sumiu até do lugar. E eu tinha avisado ele: “Oi, depois nos vamos acertar, nos dois” (não dava para falar bem, mas ele me entendeu) porque ele foi o causador, ele e aquele filho do Nuno que sumiu. Filho, sobrinho, neto, sei lá, era uma coisa assim. Eles foram o causador disso.

A sutil discordância sobre a parada do carro desapareceu de sua memória. Agora o motorista é mostrado como contra-mandante de uma ordem direta de Jôfre para não parar. Ele se tornava um co-conspirador e co-pistoleiro, que ameaçava “pegar” Jôfre numa outra hora. Mais que isso, um Jôfre ferido, mas armado ameaçava vingança, não a Silva ou Nogueira, mas ao motorista. Esta é a chave: Jôfre tem em mira o traidor não o atirador. Em comparação com o motorista, que se apresentava como um amigo, Silva estava apenas fazendo seu trabalho como pistoleiro de Nogueira, inimigo do movimento orientado por Jôfre.

A vingança supera, gradualmente, a punição como *leitmotiv* das lembranças de Jôfre. Inicialmente, a ênfase de sua narrativa estava no engano ao aceitar a carona indicada por “um associado”. Duas décadas mais tarde, ele quase se culpa por deixar o motorista parar. Já na entrevista de 1997, o próprio Jôfre define a intenção do acontecimento como vingança. Apesar de nunca ter existido registro dele perseguindo o motorista para pagar a ameaça da qual se lembrava, acontece agora, na oportunidade que ele tem para influenciar o registro histórico, uma forma sutil de vingança. A responsabilidade do próprio tiro mudou a partir da decisão de Jôfre de aceitar a carona ao invés de pegar ônibus, de falhar em impedir o motorista de parar, para a traição efetiva do motorista. Os elementos anteriores não desapareceram. Simbolicamente falando, Jôfre toma controle do acontecimento ao mostrar como ele podia tê-lo impedido tomando melhores decisões, ficando vigilante. Mas ele sugere, também, que o pior perigo vem dos inimigos dentro dos próprios meios: o sócio, o motorista e o Silva próprio. Esse fator é mais difícil de controlar. Jôfre chega ao topo por sua contra-ameaça. Agora, ele próprio, armado e perigoso, impede-os de completarem o serviço e leva ambos, o motorista e Silva Preto, a desaparecerem de cena e, desse modo, da história. O Jôfre tentou finalizar sua territorialização da história em 1999

com a afirmação de que o atentado aconteceu no terreno da sede da associação camponesa, o embrião do STR de Santa Fé. A luta dele era a luta justa de quem trabalha na terra, uma luta que se institucionalizou num órgão corporativista.

Relatos oficial e partidário

Além do motorista, outro novo personagem apareceu na narrativa do Jôfre, notavelmente Nuno e seu parente ou parentes, descritos várias vezes. Esses indivíduos acrescentam novas camadas à questão do motivo, de porque Silva atirou em Jôfre. Oficialmente, Nuno simbolizava uma das três explicações que compunham uma investigação policial inconcludente do tiro. Essas hipóteses podem ser encontradas no memorando, em 17 de agosto de 1959, que o agente do DEOPS, Tasso de Oliveira, escreveu para seus superiores em relação a uma investigação de quatro dias em Santa Fé.³² No relatório, Oliveira sugeriu que Nuno e o prefeito de Santa Fé contrataram Silva para matar Jôfre, porque eles se sentiam politicamente ameaçados pela sua crescente popularidade. Oliveira ofereceu isso como sua terceira hipótese e nós devíamos retornar à noção de uma conspiração política após discussão dos primeiros dois motivos que ele delineou.

A segunda hipótese de Oliveira tinha Silva atirando em Jôfre por ordem de Diniz ou um de seus administradores. Essa teoria, que melhor se encaixa na imagem popular, recebe apoio nas anotações que o Paulo Emílio Vanzolini gravou em seu diário. Logo após o tiro, Vanzolini, o zoólogo e sambista paulista, foi o enviado especial do Governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto para resolver o conflito de terras em Santa Fé. Durante sua estadia na região em agosto e setembro de 1959, Vanzolini tomou notas do boato sobre Silva, incluindo a idéia de que ele “bebeu um litro e meio de conhaque para criar coragem de atirar, e errou o tiro a poucos passos” por causa da bebedeira. Recordando suas atividades nessa noite de 18 de setembro de 1959, Vanzolini fez a seguinte observação em seu diário:

Tonico [Antonio] Barbosa [que trabalhava diretamente para Diniz] acabou de contar o caso do Jôfre: 1) o preto levou um tiro nas costas; 2) Cotrim pagou 8 ou 9 contos de hospital; 3) o preto quem sabe para agradar Cotrim, fez o serviço [...]. Quanto ao dinheiro que o negro tinha, ele veio de um negócio de troca de arroz. Bela história!

Talvez, para encobrir seu padrão, Barbosa atribuiu o tiro a uma, aparentemente circunstancial, compensação entre Silva (“o preto”) e Cotrim, o empreendedor que trabalhava com Nogueira. Muitas das pessoas na associação de camponeses realmente tratavam com Cotrim, ao invés de Nogueira ou Diniz. Contudo, em seu diário, Vanzolini não questiona ou leva mais em conta a alegação de responsabilidade embutida nesta “bela história”.³³ Ainda que ele se encontrasse freqüentemente com Oliveira, o policial respon-

sável, nenhuma versão oficial, nem qualquer outra representação pública das autoridades relatavam a idéia de que Diniz ou seus agentes tinham sido os mentores por trás do tiro em Jôfre.

As autoridades favoreceram, claramente, a primeira hipótese de Oliveira, na qual o crime foi reduzido a um confronto entre dois personagens ofensivos.³⁴ Em essência, essa foi a teoria que Nogueira apresentou a Reis, em 1987: que Silva atirou em Jôfre por razões pessoais, talvez briga por uma mulher. Em seu relatório, os investigadores do DEOPS relataram que o Silva tinha estado num bar com o Ivone, o irmão de Dr. Nuno, quando declarou que “iria procurar Jôfre a fim de que o mesmo saldasse uma dívida, e caso ele não o fizesse ele (Silva) o mataria”. O relato contemporâneo de Oliveira também enfatizou uma dívida só que citou como prova o depoimento de uma prostituta: “Silva teria dito a uma meretriz, horas antes do crime, que estava a procura de Jôfre para acertar uma conta, de ‘qualquer forma,’ exibindo, então, um revólver”. O papel de uma prostituta voltou no motivo que Nogueira deu ao Silva 20 anos depois do crime, só que agora era o Jôfre que estava com dinheiro. “O negrinho arrumou uma loirinha”, Nogueira contou a Reis. “O Jôfre conversou ela e ela acompanhou ele, por que o negrinho não tinha dinheiro e Jôfre tinha”. Silva reclamou disso para o seu amigo Nogueira e o arrendatário contou a Reis que na hora falou assim para Silva: “‘Não, rapaz! Vai e dá um tiro dentro da boca dele!’ Ele foi e atirou!”. Em seguida, Nogueira se libera de qualquer culpa pelo crime: “Mas mandei assim por farra minha mesmo. Por brincadeira. O nego foi e atirou...”

Inconsistências e contradições tornam as histórias dos investigadores, Oliveira e Nogueira, difíceis de se aceitar sem maior análise. Desde que eles saíram da classe dominante com que Jôfre se confrontava, eles precisavam ser considerados inclinados contra ele. A mensagem atrás deles é clara: o tiro não estava baseado em política, conflito de classe ou ideologia, ele era simplesmente um “assunto pessoal” entre dois homens de caráter questionável. O primeiro exemplo disso é a forma com que Nogueira, que pode muito bem ter ordenado o assassinato mal sucedido, argumenta que era uma “farra minha”, quando ele disse para Silva se vingar de Jôfre, dando-lhe um tiro na boca. Essa explicação embrulha o acontecimento como uma desavença entre dois indivíduos, sem qualquer significado simbólico ou político. Pelo menos, é isso o que os interlocutores desejavam que o público e os historiadores acreditassem porque, para eles, o crescimento do movimento de Jôfre simbolizava, também, uma perda do controle, algo que eles não podiam admitir.

A campanha deles para descartar o atentado influenciou, rapidamente, a forma com que o caso foi tratado pela imprensa conservadora e oficial. O conservador *Estado de S. Paulo* parou de noticiar sobre Silva e concentrou-se, ao invés disso, em menosprezar a vítima. Uma série de reportagens sobre os problemas em Santa Fé não fazia menção ao

atentado, no entanto, incluía uma lista completa - direta dos arquivos da polícia - do boletim de ocorrência de Jôfre, mostrando que ele tinha sido detido antes por vagabundagem, quebra de braço e coisas assim.³⁵

No final das contas, a investigação policial chegou a uma paralisação. Nenhuma acusação foi levantada contra Silva, Cotrim, Nogueira ou Diniz, enquanto Jôfre foi retido e enjaulado sob pretexto de que seu comportamento ameaçava violar a lei de segurança nacional contra a agitação social.³⁶ Exceto pelo milagre da sobrevivência de Jôfre, sua morte teria caído numa longa lista de assassinatos impunes de ativistas do trabalho rural, um padrão que começou muito antes da disputa em Santa Fé e continua até os dias atuais. Com a evidente conspiração do representante do governo, escolhido meticulosamente pelo Secretário de Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira, a polícia estadual e a justiça e o apoio da grande imprensa, a oligarquia rural, confrontada pelos camponeses de Santa Fé, tentou, nitidamente, riscar o atentado de importância para suprimir o quase martírio de Jôfre e restaurar o controle.

Nesse meio tempo, por outro lado, os aliados de Jôfre procuravam embrulhar o tiro, tanto quanto possível, com simbolismo e significância para atrair a simpatia do público e desmoralizar Diniz e os demais “latifundiários”. O atentado tornou-se uma oportunidade para documentar injustiça e desigualdade no campo e relevar a necessidade da luta organizada. Para o PCB, ele também proporcionou a chance de enfatizar o papel da liderança do partido na zona rural, pois Jôfre permaneceu um membro leal do partido até sua morte em junho de 2002. Na época, reportagens sobre ele apareciam, regularmente, até o golpe militar de estado de 1964, nos jornais do PCB, tais como o *Terra Livre* e o *Novos Rumos*.

A pressão gerada pelo sensacionalismo do tiro em Jôfre nos tablóides do PCB, bem como nos diários populistas como o *Última Hora*, mobilizou o governador a enviar um emissário especial (Vanzolini) à região para resolver o conflito. Em meados de setembro, muitos arrendatários tinham aceitado contratos lavrados e outros tinham deixado Santa Fé, aceitando indenizações - em dinheiro ou sacos de sementes de arroz vencidas - para as perdas que tiveram. Depois da saída de Vanzolini, um comentarista de *Novos Rumos* colocou o incidente do tiro no clímax da luta dos arrendatários contra o fazendeiro:³⁷

As terras tinham sido arrendadas verbalmente conforme a tradição imposta pelos senhores feudais. Mas Zico, acobertado pelo Juiz de Direito e pelo Delegado de Polícia, resolveu desrespeitar o contrato e encarregar seus capangas de expulsar os lavradores das terras. Toda a sorte de violências foi cometida contra os trabalhadores e suas famílias. O líder dos lavradores, Jôfre Correia Neto, foi covardemente alvejado a tiros de revólver tendo sido hospitalizado em estado grave. Mas todos os recursos utilizados

contra os arrendatários resultaram inúteis. A luta dos lavradores foi vitoriosa graças a sua organização e a solidariedade dos sindicatos operários, e de várias personalidades que se colocaram ao seu lado.

Como diria o tempo, o PCB celebrou, prematuramente, a vitória dos camponeses. O PCB colocou em destaque a militância do Jôfre enquanto ele estava na frente da luta dos camponeses pela justiça, arriscando sua vida e liberdade por essa causa tão séria. Como no ensaio de *Novos Rumos*, brevemente citado acima, a cobertura do PCB nunca explicou ou analisou, a fundo, os detalhes do atentado ou da disputa. Ao invés disso, o partido colocou o acontecimento em categorias que se adequavam a sua análise parcial da questão agrária no Brasil, com seus restinhos feudais e presente imperialista.³⁸

Retornando à teoria da conspiração política formulada por alguns, incluindo o agente do DEOPS, Tasso de Oliveira, podemos ver que as acusações contra Nuno se originam, parcialmente, de insinuações políticas da história de Jôfre. Enquanto Jôfre nunca apresentou candidatura para um cargo público, ele fazia campanha para o candidato a prefeito, Deraldo da Silva Prado, e para o candidato à presidência do Brasil, Marechal Henrique Lott, que tinha apoio do PCB. No curso dessas campanhas, tanto Lott quanto Prado estiveram presentes na cerimônia de fundação da associação de trabalhadores rurais. Prado doou materiais de escritório para o grupo e o jornal de Nuno cobriu as atividades e celebrou a eleição de Jôfre como presidente da associação. Jôfre relembra essas relações íntimas na negação da credibilidade das acusações. Em 1997, ele alegou que Prado “era comunista, e ele não faria isto [...], ele era nosso companheiro”. Nessa mesma entrevista, ele descreve Nuno como “um traidor”, mas também, afirma que não foi Nuno quem ordenou que o matassem. A polícia não ofereceu evidência de apoiar essa linha de investigação, exceto para observar que Silva passou a noite anterior ao atentado bebendo com Ivone, irmão de Nuno, algo corroborado pela polícia.³⁹

Nas recordações posteriores de Jôfre sobre o acontecimento, Ivone aparece como cúmplice de Silva no crime. O papel dele na história cresceu em importância, quando o tempo passou. Isso pode ter sido devido a algumas perguntas que Reis fez a Jôfre em 1988. Ele queria que Jôfre comentasse sobre uma organização que o advogado tinha construído para competir com a associação de Jôfre. Chamada de “Legião da Enxada”, a organização combinava com os clubes sociais de tradição Católica e seus “círculos operários”, organizados para abafar o conflito de classes e provocar harmonia social. Mas quando Reis fez sua terceira pergunta sobre Nuno, enfatizando a legião, Jôfre respondeu: “Nunca tomemos conhecimento desse movimento dele”. Isso parece bastante duvidoso já

que a legião foi fundada em Santa Rita d'Oeste, uma das agrovilas mais importantes no conflito com Diniz. Foi formada em 15 de novembro de 1959, uma época em que Jôfre estava de volta na região.⁴⁰

Apesar da aparente ignorância de Jôfre sobre a região, essa e outras ameaças da associação de arrendatários tornaram-se parte do folclore que explicava porque Jôfre tinha sido baleado. Machado relaciona o tiro em Jôfre como esforço para suprimir a associação em seu "Poema da Terra". Esse deve ser o subtexto para sua referência a Jôfre como recebendo o tiro "na frente da associação". Um poema anterior de Machado, "A Associação de Santa Fé" torna essa conexão mais explícita. Publicado no jornal *Terra Livre* no segundo semestre de 1959, o poema de Machado, inclui os seguintes versos:

Arriscando mesmo a vida
Nesta entidade nascente

Que se batizou com sangue
De Jôfre - seu presidente.

Todos conhecem a traição
Do criminoso atentado
Quando Jôfre destemido
Nas ruas foi baleado

Nós sabemos que isso tudo
Era ódio à Associação
Pois ela não interessa
Para o grande, o tubarão

Aqui está um *leitmotiv* político específico para esse crime, um que se constrói sobre o fato de que Jôfre estava no negócio político, quando recebeu o tiro e afirma que deve ter sido um relacionamento causal entre a fundação da associação, em 14 de junho de 1959, e o ataque a seu presidente em 6 de agosto.⁴¹

Na manhã do dia 6, Jôfre não estava apenas em caminho para uma disputa política, mas, como relata o DEOPS, Jôfre fora escalonado para discursar numa "reunião extraordinária" do clandestino PUI - Pacto de Unidade Intersindical, controlado pelos comunistas, durante sua visita a São Paulo.⁴² Através de Jôfre, a associação de arrendatários tinha desenvolvido contatos com uma vasta rede de apoio a grupos, bem como da imprensa nacional. Esses contatos atraíram atenção crítica para o problema dos arrendatários, ajudou Jôfre a ser estrela da mídia e pode tê-lo elevado a alvo de um assassinato. Ao estabelecer uma ligação entre o tiro de Jôfre e a associação ("Nesta entidade nascente / Que

se batizou com sangue / De Jôfre”), Machado trouxe atenção à associação como rebento imortal do quase-mártir corajoso. Com toda probabilidade, essa atenção contribuiu para a longevidade da organização.

A idéia de Machado de uma ligação entre o tiro de Jôfre e a associação apareceu no relatório de 17 de agosto, de Oliveira.⁴³ Ironicamente, Oliveira não via a supressão da associação como um motivo para o tiro em Jôfre. Ao invés disso, ele usava o tiro em Jôfre para encorajar seus superiores a autorizar o encerramento das atividades da associação, não importava a que custo, assim para evitar mais incidentes caóticos.

É necessário - creio - que se ponha cobro a essa situação, que dia a dia mais se agrava. É preciso que esses lavradores sejam esclarecidos de que não serão possuidores das terras pertencentes ao Sr. José de Carvalho Diniz, como promete constantemente o malandro Jôfre Corrêa Netto, dissolvendo-se a Associação. Essa providencia - estou certo - só se fará com medidas drásticas, talvez com violências; as medidas paliativas até agora tomadas, somente contribuirão para agravar a situação e implicarão em maiores dificuldades futuras.

Dessa forma, o agente do DEOPS fixou o fechamento da associação como uma medida de carinho frente às dificuldades dos camponeses manipulados por malandros. Como as figuras de autoridade em outros lugares, Oliveira apresentou o Estado como um pai austero, ansioso para proteger os interesses dos cidadãos inocentes, ao tomar o controle da situação. Os líderes da associação de arrendatários ameaçavam a ordem, criando esperanças falsas e perturbando a tranquilidade do campo. Machado e outros militantes levantaram a atenção para a possibilidade de fazer da associação um bode expiatório, protegendo-a através da simpatia pública para Jôfre, representando-o como o primeiro alvo dos “aproveitadores” da campanha fraudulenta para destruir seu rebento: o movimento arrendatário. Em outras palavras, o relatório de Oliveira prova que os instintos políticos do Machado foram certos.

Nossa análise do fato deixa insolúvel a identidade completa do atirador, exatamente o que aconteceu naquele momento e o motivo exato de dar um tiro em Jôfre. Silva podia ter sido um pistoleiro contratado, um mascate viajante, um companheiro de bebedeiras de Jôfre, ou todas essas coisas. Podia ser que Jôfre tenha recebido o tiro enquanto viajava no carro de Silva, o carro de um cúmplice, ou um de seus associados. O motorista podia ter parado para uma conversa ou comandar uma armadilha, ou porque ele não tinha outra escolha. Jôfre e Silva podiam, ou não, ter trocado palavras e dinheiro, antes que Silva atirasse de duas a cinco vezes, atingindo Jôfre de duas a três vezes. Jôfre podia ter uma arma ou estar desarmado. Ele podia ter recebido o tiro devido a uma dívida, uma mulher, ou uma ofensa. Ele podia ter recebido um tiro para eliminá-lo como uma ameaça política ou concorrente. Ou, ele podia ter recebido o tiro para silenciar uma voz militante, intimidar

os arrendatários e derrubar o movimento camponês. Quanto mais investigamos a evidência, mais confusas se tornam as respostas para essas perguntas. E, ainda, como vimos, as respostas mais resistentes estão diretamente em descrever Silva como um pistoleiro contratado para matar Jôfre para enfraquecer, senão acabar, com o movimento camponês em Santa Fé. Os próprios militantes contaram esta história e os estudantes e pesquisadores simpatizantes da causa dos trabalhadores rurais explicaram-na com mais detalhes, às vezes sem fundo empírico.

Conclusão: Reconstrução do acontecimento

Meu objetivo não é desconstruir o heróico Jôfre, mas, ao invés disso, examinar similaridades e diferenças reveladoras entre as várias versões do atentado para entender melhor o desafio que temos na reconstrução da história da perspectiva camponesa. Isto é, onde o trabalho de Portelli e outros analistas pós-modernos dão importância àqueles que estão interessados em movimentos sociais e nas lutas extraordinárias das pessoas comuns. Em décadas passadas, os historiadores enfatizaram o racional sobre o irracional ao confrontar mitos, tais como aqueles associados com bandidos sociais. Ao desmistificar os mitos, os historiadores geralmente procuravam libertar-nos da falsa consciência. O que aconteceria, se nós também considerássemos os mitos como um “componente fundamental do pensamento humano”, como algo sólido, não importa quanto impreciso, nos quais as pessoas reais se baseiam? O que aconteceria se nós olhássemos para os relatos de memórias, para ver o que é que faz as pessoas acreditarem em tais histórias e agirem com base em algo que os historiadores reconhecem como falso? Este trabalho coloca ambas as perguntas sobre a história do tiro em Jôfre Corrêa Neto.⁴⁴

A durabilidade dos relatos iniciais mostra o poder do imaginário popular no Brasil. Para os simpatizantes, a história é imediatamente satisfatória como uma confirmação das relações de classe brasileiras, do conflito entre latifundiário e camponês; até gratificante, dado a maior resistência do lado camponês. Sua veracidade é confirmada pela evidência repetida da violência rural e o constante ultraje da impunidade dos donos de terra. O abuso de força privada pela minoria poderosa e a má vontade do Estado em proteger a maioria é tão antiga quanto a história brasileira. A grande afluência de atenção internacional dada ao assassinato de Chico Mendes, o sindicalista seringueiro morto em 1988, apontou a natureza excepcional do julgamento contra o proprietário culpado. Em contraste, dezoito trabalhadores rurais massacrados pela polícia em abril de 1996 não viram, todavia, seus assassinos processados, apesar da onda de atenção da mídia, e a certa identificação daqueles responsáveis. Então, a imagem de Davi e Golias do tiro de Jôfre persiste devida, em parte, a suposições realísticas dos brasileiros terem a violência rural e a necessidade de superar o legado de impunidade.⁴⁵

A versão simples do tiro de Jôfre pode ser a única que se pode esperar persistir devido à natureza mutável da memória social e a instabilidade corrosiva da vida entre os pobres rurais do Brasil. O padrão de vida migrante seguido por quase todos os trabalhadores rurais, hoje, teve raízes na era da militância de Jôfre. Enquanto o próprio Jôfre adotou um estilo de vida itinerante, a maioria dos trabalhadores rurais logo se encontraria seguindo seu líder como resultado de um mesmo padrão de exploração que a associação de arrendatários de Santa Fé tentava resistir. A necessidade de permanecer móvel para encontrar trabalho ou terra devoluta produziu na comunidade uma realidade enganosa e dificultava a construção de uma cultura camponesa coerente - com sua habilidade de cultivar a memória coletiva - no Brasil. Hoje, os estudiosos parecem ser aqueles mantendo a história viva como um exemplo da resistência camponesa em face de uma classe governante ligada a interesses da terra. Não é necessário olhar mais longe que um livro de 1989 sobre movimentos sociais rurais no Brasil, publicado por uma organização popular dedicada em colocar tais histórias “à disposição dos trabalhadores rurais”, para encontrar a versão simples do tiro em Jôfre. É claro que, principalmente, a vida migratória à qual os pobres rurais estão condenados e os hábitos de distorção comuns à memória coletiva tornam difícil manter um relato completo de uma história viva. Tudo o que tem uma chance de permanecer é a essência mística, um provérbio, se você o desejar.⁴⁶

Muito se tem escrito sobre a memória nos anos recentes, para ajudar a fazer sentido o reaparecimento de Jôfre na sua própria história. O problema aqui é duplo: por um lado, a memória de Jôfre desafia relatos documentados; por outro lado, a evidência acumulada desafia a memória de Jôfre. Um terceiro nível de complexidade é adicionado à mistura, quando Jôfre é visto a contradizer-se ao interpretar a história em 1959, 1988 e 1997. Devido a tais inconsistências, nossa primeira inclinação é suspeitar da memória. E, no entanto, como o psicólogo Daniel Schacter escreve, “há boas razões para se acreditar que nossas memórias dos contornos mais amplos de nossas vidas são, fundamentalmente precisas”. Podemos mesclar essa descoberta com a fé de Portelli na história oral como um refúgio de mitos significativos. Alguns concluem dessas idéias que nenhum “texto” é mais válido do que outro qualquer ou que a história, como o historiador francês Pierre Nora escreve, “assedia a memória, deformando e transformando-a, penetrando e petrificando-a”. Mas, no caso do tiro em Jôfre, memória e história não se opõem uma a outra, elas interagem e se enriquecem mutuamente. Os historiadores, se profissionais ou ocasionais, têm um papel a representar na pesagem da evidência e no descobrimento do relato mais preciso e significativo.⁴⁷

A melhor versão do tiro em Jôfre aceitaria a ambigüidade de fontes conflituosas como uma oportunidade de provar o incidente em sua interpretação mais precisa. Por

exemplo, Silva e Jôfre tiveram, provavelmente, um relacionamento. A aproximação íntima do atirador e da vítima nos diz mais sobre a realidade brasileira do que uma imagem dos dois como lutadores de classes. Aqui estavam dois vendedores, dois homens que viviam de seus próprios punhos, um dos quais se tornou um porta-voz para os camponeses arrendatários, enquanto o outro se tornou, talvez, por apenas um momento, um agente dos interesses latifundiários. Sob essa luz, os dois provavelmente interagiram, eles podem ter emprestado dinheiro um ao outro e encontrado um com o outro na companhia de prostitutas. Uma competição sutil podia ter levado cada um deles a denegrir o outro pessoalmente ou em particular. O próprio Nogueira podia ter tomado vantagem da tensão entre eles e encorajado Silva a atirar em Jôfre.

O papel de Nogueira no atentado é outro aspecto da história deixado de fora nas narrativas originais, ainda que a história faça muito mais sentido, quando sua participação é incluída. Na história da expansão agrícola no Brasil, há milhares de intermediários como Nogueira e Cotrim. Eles estavam lá para formar pastos para Diniz ao menor custo possível. Diniz podia ter sido envolvido, mas é muito mais provável que ele não soubesse nada de Silva e só um pouquinho sobre Jôfre. Ao culpar Diniz, o PCB podia caluniar os latifundiários do Brasil e seus métodos feudais, mas julgou mal a natureza fundamentalmente capitalista da agricultura de São Paulo. Sem dúvida, há uma impressionante ironia na demonização persistente dos comunistas dos “senhores feudais” no Brasil, quando seus naturais inimigos-capitalistas ideológicos estavam todos ao redor deles, praticando acumulação primitiva através da renda da terra. Previsões políticas, que se provaram inadequadas no final, levaram-nos a procurar alianças com “capitalistas progressivos”. Grandes agropecuaristas como Diniz, que nem se aliariam com eles nem tratariam seus trabalhadores de modo correto, agruparam-se, relutantes, no campo do inimigo feudal. Nesse meio tempo, a crítica marxista - que raros comunistas fez - teria enfatizado como o motivo do lucro levou Diniz a contratar empreiteiros como Nogueira e Nogueira subempreiteiros como Cotrim e Silva para aumentar as receitas e minimizar os custos e sua responsabilidade social.

Entre as muitas razões apresentadas para explicar porque Silva atirou em Jôfre, poderíamos encontrar a compatibilidade entre vários motivos. Silva podia ter usado um conflito pessoal entre ele e Jôfre para ficar irado o suficiente para executar o crime. Sua ira e a disponibilidade podiam ter servido aos interesses de Nogueira em apagar Jôfre, que tinha, sem dúvida, se tornado importuno e cujas conexões a militantes urbanos, à imprensa e políticos ameaçavam trazer-lhe um escrutínio indesejável para suas operações em Santa Fé. O Barbosa, tenente de Diniz, revelou para Vanzolini justamente esta ligação de motivos pessoais de Silva com a vontade do Nogueira e Cotrim para restabelecerem

seu controle. O agente do DEOPS, Oliveira, revelou que o próprio tiro em Jôfre criou uma desculpa para as autoridades, para assumir um controle maior da região. De fato, a luta pelo controle da terra parece ser o assunto central que motivou o crime.

As várias memórias de Jôfre do evento provaram ser extraordinariamente poderosas. Mesmo embora a notícia do *Última Hora* com o primeiro testemunho do Jôfre não tenha sido parte do registro nacional até a publicação deste artigo, suas características essenciais encontraram um caminho para entrar na memória coletiva através da breve reportagem publicada no *Estado de S. Paulo*. A força de suas entrevistas de 1988 e 1997 dependeu, em grande parte, da existência de relatos que corroboraram. Com outras fontes em mãos, as memórias de Jôfre expandiram a discussão de participantes e motivos, e fortaleceram suspeitas sobre os papéis de Nogueira e Silva. A riqueza de suas memórias se estendeu para além dos fatos “certificáveis”. Suas entrevistas enfatizaram os “erros” que o levaram para dentro da armadilha de Silva, “chances erradas” que não têm representação em qualquer outra fonte e, no entanto, parecem carregadas de significado. Como os militantes comunistas estudados por Portelli na Itália, o Capitão Jôfre afirma seu controle sobre a história em seus depoimentos, ligando o atentado à sua falha de ser cauteloso e agir de acordo. “Culpar ‘nosso’ lado pela ‘falta de justiça’ na história significa, antes de mais nada, que ainda é nosso lado que faz a história”, escreve Portelli.⁴⁸ A memória de Jôfre coloca-o no lugar do motorista, como se estivesse oferecendo à esquerda ainda uma outra chance de reviver as coisas. É mais que uma coincidência que Jôfre planejou essas versões numa época em que a ideologia e o partido a que ele devotou sua vida estavam em decadência e ameaçados de extinção. Que hora melhor para revisar táticas e estratégias falhas? Pouco escolarizado como é, o Jôfre conseguiu chegar à nossa porta, até no exterior, alçando ainda a bandeira do Comunismo para ensinar seus ignorantes alunos professores como contar sua história.

Nenhuma dessas memórias alteram o apelo do ambiente lendário do tiro em Jôfre. Em seus fundamentos, a história captura muito do que é verdadeiro sobre as relações sociais rurais no Brasil, embora deixe, para trás, muito do que é também verdadeiro. Para dizer que alguém chamado Jôfre arriscou sua vida para ajudar os camponeses a permanecerem na terra é motivo de comemoração para os que acreditam no povo, na luta de classes. Mas ela não arma as gerações seguintes, como toda a informação que a história contém, assim a versão simples rouba a posteridade. Mantendo nossa fé na utilidade da pesquisa histórica, aplicando-a na análise crítica da evidência de todas as perspectivas possíveis, o tiro em Jôfre mostra um legado fortalecedor e revelador.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Traduzida por Sônia Maria, revisado pelo autor em maio de 2008.

** GVSU - Universidade Estadual Grand Valley (EUA) e Professor colaborador na UNESP - Presidente Prudente. Email: cliff.a.welch@gmail.com

¹ As principais versões sobre a carreira de Jôfre como líder camponês são: Clodomir Santos de MORAES, *The Peasant Leagues of Brazil*, In: *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*, Rodolfo Stavenhagen, editor, New York: Doubleday, pp. 453-501, 1970; Vera Lucia M. CHAIA, *Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul*, São Paulo, 1959-1969, dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1980; José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981; Luiz Noburu MURAMATSU, *Revoltas do capim: movimentos sociais agrários do oeste paulista, 1959-1970*, dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1984; Leonilde Sérvalo de MEDEIROS, *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, pp. 42-45; Nazareth dos REIS, *Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara d'Oeste, 2 vols.*, dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990; e Vera CHAIA, *Santa Fé do Sul: A luta dos arrendatários*, *Cadernos AEL* 7, 1997, pp. 11-49. No texto a seguir, essas fontes secundárias são confrontadas com várias fontes primárias.

² Outras abordagens minhas, disponíveis em português, ora do viés cinemático, ora biográfico, podem ser encontradas em *A guerra do capim* (Grass war!). VHS, 34 m, Nova Iorque: The Cinema Guild, 2001; Capitão Jôfre, o Fidel Castro do sertão paulista. *JST - Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, v.23, n. 244, set. de 2004, p.14, e Jôfre CORRÊA NETTO, *Capitão camponês*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

³ Moraes, Peasant Leagues, 841. Para cobertura contemporânea ver, por exemplo, Interior paulista em pé de guerra: surge um 'Fidel Castro' sertanejo! *Última Hora*, São Paulo, 16 de maio de 1959, nº 1.

⁴ Gerald M. SIDER. *Cleansing History: Lawrence, Massachusetts, the Strike of Four Loaves of Bread and No Roses, and the Anthropology of Working-class Consciousness*. *Radical History Review*, Nova Iorque, n. 65, 1996, p. 48-83.

⁵ Antônio Torres MONTENEGRO. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História*, São Paulo, nº 29, tomo 2, p. 391-416, julho/dez. 2004.

⁶ As novas evidências usadas aqui incluem reportagens contemporâneas encontradas nos jornais *Última Hora* (Rio de Janeiro) e *Terra Livre* (São Paulo), relatórios policiais, os cadernos do mediador Paulo Vanzolini, documentos e entrevistas conduzidas com participantes em 1988 e 1997

⁷ José Carlos Sebe Bom MEIHY. *Manual de História oral*, 4a, São Paulo: Edições Loyola, 2002.

⁸ Citações de Alessandro PORTELLI. *The Death of Luigi Trastulli: Memory and the Event*" In: PORTELLI, *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. New York: State University of New York Press, 1991, p. 1-26. Sobre mito e análise pós-moderna ver *The Myths We Live By*, Raphael SAMUEL and Paul THOMPSON (orgs). New York: Routledge, 1990.

⁹ Sobre a prisão de Jôfre ver: Jundiá prende Jôfre Correia, *O Estado de São Paulo*, 1973. P. 18. Desconhecido para mim, Jôfre tinha sido entrevistado, em maio de 1988, por Dos Reis e um repórter do *Jornal de Santa Fé do Sul*. Eu fui apresentado a ele em Ribeirão Preto, em agosto do mesmo ano. Chaia relata que Jôfre apareceu na casa dela sem avisar, em 1989, quando eles se encontraram pela primeira vez. (Quando eu e Dra. Chaia nos conhecemos pela primeira vez em 1988, a professora foi muito generosa com sua pesquisa; me passou, também, sua presunção que Jôfre estivesse morto em 1973.) Surpreendentemente, esse encontro, revelado na sua única publicação sobre os eventos (1997), não teve impacto aparente no seu pensamento. O artigo, representando a primeira exposição pública de sua pesquisa de dissertação de mestrado (1980), não incluiu nenhuma citação ou percepção explícitas de seu encontro com Jôfre. Ver, "Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários." Sobre memória coletiva e histórica ver AHR Forum: *History and Memory, American Historical Review*, pp. 1372-1412, dez., 1997, especialmente Susan A. CRANE, *Writing the Individual Back into Collective Memory*, pp. 1372-1385 e Daniel JAMES, *Meatpackers, Peonists, and Collective Memory: A view from the South*, pp. 1404-1412. (Meus agradecimentos a John

French pelo artigo de Chaia e a Barbara Weinstein pela referência no AHR.)

¹⁰ Crane, “Writing the Individual Back In”, p. 1372 e 1383.

¹¹ Aparentemente, esta observação sobre Silva era do repórter. O depoimento a seguir foi representado como se fosse um depoimento nas próprias palavras do Jôfre. Ver Líder lavrador (fuzilado) sobrevive: jagunços não conseguiram eliminar o ‘Fidel Castro’ do sertão, *Última Hora*, São Paulo, 2ª ed., 6 de Agosto de 1959, p. 1 & 6.

¹² Acompanhamento das histórias incluídas: Santa Fé em pé de guerra. Líder do sertão vai voltar para defender 2 mil camponeses. ‘Fidel Castro’ sobrevive e a luta continuará. *Última Hora*, p. 1, 4 & 6, 7 de agosto de 1959; Deputados prometem a Jôfre no HC: lavradores serão donos das terras-projeito na Assembléia expropriando latifúndios. *ÚH*, p 1 & 3, 8 de agosto de 1959; Intervenção pessoal do governador para resolver litígio de Santa Fé, *ÚH*, p. 6, 13 de agosto de 1959; e Jôfre não teme ameaças: voltará ao sertão para continuar a luta-líder camponês recupera forças no HC. *Última Hora*, p. 3, 15 de agosto de 1959.

¹³ Dirigente rural baleado por jagunço. OESP, p. 11, 7 de agosto de 1959.

¹⁴ Para Julião, Mesquita e Wainer, ver registros sob os nomes no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983, editado por Israel Bloch e Alzira Alves de Abreu, 4 vols, Rio de Janeiro: FINEP, 1984 e o artigo “Estado de São Paulo, O”, da autoria de Carlos Eduardo LEAL e Vicente SAUL, na versão on-line do dicionário: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5860_1.asp. Acesso em 12 de maio de 2008.

¹⁵ Outras coberturas de correntes dominantes do conflito de Santa Fé incluíam Na greve do capim-colonião: enxada vai virar metralhadora, uma história na revista semanal *O Cruzeiro*, em 15 de agosto de 1959, e os noticiários regulares no rádio, que era, certamente, a mídia mais importante no Brasil naquela época. Jornais comunistas (controlados pelo PCB) cobriram a história extensivamente, especialmente o *Terra Livre*, um tablóide mensal produzido para apoiar o trabalho dos militantes do PCB na zona rural, *Novos Rumos*, o jornal semanal do PCB e a *Revista Brasiliense*, uma publicação autônoma do comunista e acadêmico Caio Prado Júnior.

¹⁶ Fernando PEREIRA. Desfaz a ação do governo a tensão reinante em Santa Fé. *OESP*, p. 46, 1 de setembro de 1959 e do *Última Hora*: Santa Fé em pé de guerra e Jôfre não teme ameaças. Nazareth dos REIS entrevista com Jôfre Corrêa Neto, 12 de maio de 1988, Santa Fé do Sul, transcrito no Terceiro Relatório de Bolsa, vol. 2, PUC- São Paulo, agosto de 1989, 59. (A seguir, citado como Entrevista do Jôfre, 1988) Cliff WELCH. Anotações de campo: Jôfre. 24 de agosto de 1988, de posse do autor.

¹⁷ Santa Fé em pé de guerra.

¹⁸ Pereira, Desfaz a ação. “Os lavradores não tem líderes. Os dirigentes da Ass de Lav de SFS parecem desamparados e confessam, mesmo a sua incapacidade para orientar o movimento. Durante a reunião um destes dirigentes, em nome dos demais, defendeu a proposta do governo, mas não conseguiu convencer os seus liderados. A aceitação da proposta decorreu do trabalho dos dirigentes sindicais, particularmente do presidente do Pacto (PIU) José Chediack, e do presidente da ULTAB, Pedro Duarte. Estes líderes dirigiram a reunião, do primeiro ao último instante, e souberam convencer os lavradores que, a princípio, não se conformavam em abandonar a terra que haviam preparado, na hora de plantar” (tinha chegado na quinta feira e a reunião da assembléia foi na tarde de sexta feira).

¹⁹ Tasso de Oliveira ao Diretor, Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DE-OPS-ESP), 17 de Agosto de 1959, em Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), Locador nº. 50-Z-764-46. (A seguir, citado como Oliveira ao Diretor.)

²⁰ Entrevista de Jôfre, 1997.

²¹ Joaquim NOGUEIRA, entrevistada por Nazareth dos Reis (Santa Fé do Sul, 7 de setembro de 1987) e transcrito em REIS, Relatório. p. 79 (A seguir, citado como Entrevista de Nogueira, 1987). José Correia de Lira, entrevistado pelo Nazareth dos Reis (Santa Clara d’ Oeste, 18 de março de 1989) e transcrito em REIS, Relatório, 127 (A seguir, Entrevista de Lira, 1989).

²² CHAIA, *Os conflitos*, p. 68 e *Santa Fé do Sul: A luta dos arrendatários*, p. 18; MURAMATSU, *As revoltas*, p. 159; *A Operação ‘Arranca Capim’*, *O Jornal de Santa Fé do Sul*, 24 de Junho de 1988, n.p.; e REIS, *Tensões sociais*, p. 195-196. Por volta de 1997, o próprio Jôfre chegou à conclusão de que Nogueira estava, pelo menos parcialmente, por detrás do tiroteio: “Quem arranhou isso, estou lhe dizendo, pois eu sei disso de uma fonte limpa, quem foi buscar [Silva] na Bahia, eu sei com certeza e todo mundo sabe isso,

foi Joaquim Nogueira.” Há motivo para duvidar da certeza de Jôfre, uma vez que ele não se recordava, quando debitou a Nogueira o crime numa data anterior. Na época em que ele fez essa afirmação, ele tinha lido e discutido a tese de Reis e isso pode ter influenciado seu pensamento sobre a questão. Entrevista de Jôfre, 1997.

²³ Olímpio Pereira MACHADO, Poema da terra, *Revista Brasileira* n° 36, pp. 190-196, julho/agosto de 1961.

²⁴ CHAIA. *Os conflitos*. p. 67.

²⁵ WELCH e PERRINE. *A Guerra do Capim*.

²⁶ Entrevista de Nogueira, 1987, p. 77 e SIDER, *Limpendo a História*.

²⁷ Investigadores 805-1574-1858, Investigação sobre tentativa de homicídio em que foi vítima JÔFRE CORREIA NETO, na cidade de Santa Fé do Sul. (18 de Agosto de 1959) DEOPS-ESP, APESP, 50-Z-764-78. (A seguir, citado como Investigação sobre tentativa.)

²⁸ Entrevista de Jôfre, 1988, p.58.

²⁹ O nome completo do Dr. Nuno da Gama Lobo era Nuno Lobo Gama D’Eça. Um advogado e consultor do Prefeito de Santa Fé do Sul, Deraldo da Silva Prado, que também publicava O Santa Fé, um jornal semanal da região.

³⁰ Z  Correia é o José Correia de Lira. Lira afirma não ter estado com J fre naquele dia devido a doença. Uma vez que a referência de J fre é a única a colocá-lo em cena, a explicao de Lira é, provavelmente, mais confiável. “E daquela vez daquele tiro que o Silva deu no J fre. Aquilo ali, eu ia esta junto com J fre! Era eu, mas tinha doença, eu não pude ir.”, ele contou a REIS em 1989. “Eu era um dos que iam, na maioria das vezes, com J fre para São Paulo. era eu que ia mais o J fre para São Paulo. São tem uma coisa: si eu tivesse ido, não tinha sido dado daquele jeito. Não Senhor! Não é que eu ia matar ninguém, não senhor! São fez covardia: um homem sozinho pegar o outro e bota e atira! Ah! Que e isso gente? Bota o revolver na boca e estoura, e o outro ai?!” No caso, Lira parece culpar o Pinto por não conseguir defender o J fre Entrevista de Lira, 112.

³¹ Entrevista de J fre, 1997, p. 10, 51-52.

³² Oliveira ao Diretor.

³³ Citao da bebedeira de Silva   do “Relatório de trabalho de Paulo E. Vanzolini, apresentado ao governador do Estado de São Paulo, Carlos A. de Carvalho Pinto” em CHAIA, *Os conflitos*, p. 68. “Diário da Segunda Viagem a Sta F  do Sul, 16 a 30, IX, 59” (Fotocópia de posse do autor), p. 11-12. (Fico agradecido   Chaia por me fornecer, generosamente, esse documento.)

³⁴ A seguir, as versões foram tiradas de Investigao sobre tentativa, Oliveira ao Diretor e Entrevista de Nogueira, p. 78.

³⁵ Ver Como se formou o núcleo de agitao social na zona de Santa Fé do Sul OESP n.p. (5 de agosto de 1960). A série apareceu aproximadamente dois meses depois da “prisão preventiva” de J fre, em Jales, em 2 de junho.

³⁶ Serviço Secreto: J fre Corrêa Neto. DOPS-ESP (25 de Junho de 1965), *Brasil: Nunca Mais*, Box 144, vol. 11, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP-Universidade de Campinas, São Paulo, p. 1875. (A seguir, citado como Serviço Secreto.) Várias fontes, incluindo o relato do Serviço Secreto, alegam que sua prisão foi precipitada, pelo crescimento da resistência dos colonos arrendatários em seguida a seu retorno para Santa Fé em maio. Ver também Terra Livre (Junho de 1960), 3; Terra Livre (Julho de 1960), 1; “Declara-se a polícia capaz de manter a ordem em S. F  do Sul,” *OESP*, p. 20 (7 de agosto de 1960).

³⁷ Latifundiário perdeu a ‘Guerra do Capim. *Novos Rumos*, n.p., 25 de setembro - 1  de outubro de 1959.

³⁸ Em 6 de agosto, o dia que o J fre ferido chegou a São Paulo, um comitê do PCB encarregado de supervisionar a campanha rural do PCB concluiu que Zico Diniz tinha ordenado o tiro em J fre e que o governo era, em parte, responsável por ter falhado em resolver, mais cedo, os problemas dos camponeses. Eles concordaram em usar o incidente para fazer pressão sobre o poder legislativo do estado e sobre o governador para intervirem no caso. Eles também adotaram uma “palavra de ordem” - “responder aos atentados, queimando as fazendas e não poupando sequer um p  de  rvore. Será violência contra violência

” - intencionada para evitar mais violências com uma ameaça de violência. Esse pode ser um relato exagerado, uma vez que vem de um espião do DEOPS, que observou a reunião do comitê. Entretanto, não há registro aqui ou em outras fontes de um interesse do PCB em investigar o acontecimento. Ver Reunião da ‘Secção do Campo’ do Comitê Estadual de São Paulo, do PCB, para tratar de assuntos relacionados com o atentado sofrido por Jôfre Correia Neto (7 August 1959), DOPS-ESP, ASEP, 50-Z-764-37.

³⁹ Entrevista de Jôfre, 1997 e Investigadores sobre tentativa.

⁴⁰ Entrevista de Jôfre, 1988, p. 35 e Serviço Secreto. Ver também Notícias do interior: Santa Fé do Sul elege prefeito apoiado pelas forças populares. *Jornal Notícias de Hoje*, 13 de janeiro de 1959. Uma breve história da região é REIS, *Tensões sociais*, pp. 112-122.

⁴¹ A pedra fundamental do edifício da associação foi, cerimoniosamente, assentada em novembro de 1959. Para o poema, ver Olímpio Pereira MACHADO. *Associação de Santa Fé*. Terra Livre, Junho de 1960, p. 3.

⁴² Do PIU ver, Reunião do Pacto de Unidade Intersindical, para tratar de assuntos vários. (5 de agosto de 1959), DOPS-ESP, APESP, 50-Z-764-34.

⁴³ Agente do DOPS, Tasso de Oliveira, que passou *quarto* dias em Santa Fé, acompanhando o atentado à Jôfre, argumentou que a conexão Comunista da associação tinha sido explorada por Jôfre para tornar toda controvérsia entre um trabalhador e seu patrão numa “revolução” na imprensa. Em Oliveira ao Diretor.

⁴⁴ Para exemplos da desmistificação do mito, ver Eric J. HOBBSAWN. *Bandits*. Review. Ed. New York: Pantheon, 1981 e Linda LEWIN. *The Oligarchical Limitations of Social Banditry in Brazil: The Case of the ‘Good’ Thief Antônio Silvino*. *Past and Present*, Londres, n. 82, pp. 116-146, fevereiro de 1979. Para as citações, ver SAMUEL e THOMPSON, Introduction. In: *The Myths We Live By*, pp. 1-22.

⁴⁵ Sobre Mendes, ver Andrew REVKIN, *The Burning Season: The Murder of Chico Mendes and the Fight for the Amazon Rain Forest*. Review ed. Boston: Houghton Mifflin Co., 1992. Sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, os protestos do Movimento dos Sem Terra ver José SARAMAGO. Introdução In: Sebastião SALGADO. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 9-13. Sobre os problemas gerais de impunidade ver, por exemplo, Medeiros, *História*, Passim; Biorn MAYBURY-LEWIS, *The Politics of the Possible: The Brazilian Rural Worker’s Trade Union Movement, 1964-1985*, *Philadelphia*: Imprensa Universidade Temple, 1994 e MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, *Assassinatos no Campo: crime e impunidade, 1964-1986*, 2a ed. rev. São Paulo, Global, 1987.

⁴⁶ Para uma reformulação recente dos acontecimentos de Santa Fé, ver MEDEIROS, *História*, pp. 42-43. O livro foi publicado pela Federação de Agências de Assistência Social e Educacional (FASE) com a intenção de ser “o primeiro de uma série de livros sobre a zona rural, que a FASE pretende publicar e colocar à disposição dos trabalhadores rurais e seus assessores, mas que será, também, de interesse para todos aqueles que acreditam que é possível mudar nossa sociedade”.

⁴⁷ Daniel L. SCHACTER, *Searching for Memory: The Brain, the Mind, and the Past*. New York: Basic Books, 1996, p. 84. Nora citada em CRANE, *Writing the Individual Back In*, p. 1379.

⁴⁸ Allesandro PORTELLI, *Uchronic Dreams: Working-Class Memory and Possible Worlds*. In: SAMUEL e THOMPSON. *The Myths We Live By*, p. 155.

ANUNCIANDO A CIVILIZAÇÃO: IMPRENSA, COMÉRCIO E MODERNIDADE FIN-DE-SIÈCLE EM DIAMANTINA E JUIZ DE FORA, MG

*James William Goodwin Junior**

Resumo

A *Belle Époque* difundiu idéias e conceitos sobre progresso e civilização, tendo no espaço urbano sua síntese mais visível, notadamente em países economicamente periféricos. A imprensa teve papel destacado na propagação desses conceitos urbanos, com ênfase sobre o comportamento dos cidadãos. Das diferentes seções dos jornais, as páginas de anúncios eram vitrines de papel: produtos, valores e hábitos relacionados a essa nova vivência estavam ali estampados. Diamantina e Juiz de Fora, cidades-pólo em Minas Gerais, geograficamente distantes e economicamente distintas, permitem avaliar a relação entre o discurso comum da “cidade civilizada”, e suas interações com as realidades urbanas regionais.

Palavras-chave

Imprensa; anúncios; Belle Époque; Diamantina, MG; Juiz de Fora, MG.

Abstract

The Belle Époque period set forth notions and concepts about progress and civilization, urban space being its most visible synthesis, mainly in underdeveloped countries. The press played a distinguished role propagating these urban concepts, emphasizing the city dwellers' behavior. Among the different sections of newspapers, the ads pages were store windows: goods, values and habits related to this new life were stamped there. Diamantina and Juiz de Fora, “regional capitals” within Minas Gerais, geographically distant and economically distinct, allow us to evaluate the relation between the common speech regarding the “civilized city”, and its interactions with regional urban reality.

Keywords

Press, ads, Belle Époque; Diamantina, MG; Juiz de Fora, MG.

1. *Imprensa e espaço urbano: vitrines da expansão capitalista*

Durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, as principais nações capitalistas do mundo criaram uma nova Modernidade, assentada no progresso tecnológico e na produção industrial. Esta “bela época” se materializou em apetrechos e máquinas, em idéias e teorias, em estilos de vida e comportamentos. Via-se o mundo de outras formas, através da lente de uma máquina fotográfica ou da janela de uma locomotiva em movimento. A História adquiria um sentido, o do progresso inexorável, que deveria unificar todo o planeta sob a égide da civilização burguesa ocidental.

A imprensa adquiriu um papel destacado nesse processo. Os jornais não eram novidade, mas novas máquinas tipográficas e fontes de energia baratearam e difundiram a presença da imprensa pelo mundo, especialmente onde as elites locais procuravam alinhar-se ao compasso do capitalismo global. Produto dessa expansão modernizante tornou-se também produtora e participante dela, muitas vezes difundindo os valores e as práticas burguesas. Aqueles que escreviam nas redações dos jornais sentiam-se irmanados por compartilharem da e partilharem a civilização. Assim, à semelhança da “cidade das letras” formada pelas elites cultas da América Espanhola, estudada por Angel Rama, surgiu uma “cidade de papel”, daqueles que comungavam idéias e conceitos sobre o mundo, a civilização, o progresso - e a cidade.¹

O espaço urbano deveria ser um dos principais espaços de visibilidade, apresentando, como nas vitrines que surgiam nos novos centros urbanos, os sinais visíveis da civilização: saneamento, aparelhos urbanos, equipamentos tecnológicos; o comportamento de seus habitantes, as práticas e os hábitos alinhados à cultura burguesa. A imprensa produzida pelas elites cultas locais chamou a si a responsabilidade de ser “missionária” e “guardiã” da civilização: a ela caberia interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos para que a cidade se modernizasse.

Como em outros lugares do Brasil, em Minas Gerais as elites urbanas buscaram adequar suas cidades às novas exigências da “Modernidade”. As redações tornaram-se focos organizadores e disseminadores de conceitos, valores e práticas identificados com a modernidade industrial, o comércio liberal, os costumes burgueses, a ética capitalista do trabalho. Nas páginas dos jornais, os *homens de imprensa* deixaram suas impressões, nos tipos sobre o papel, numa leitura específica sobre o ambiente urbano - uma tentativa de transformar a realidade concreta de suas cidades numa representação da cidade moderna e civilizada.

Joseph Rykwert lembra que os gregos, “que usavam a palavra polis para a cidade, empregavam o mesmo termo para designar um jogo de tabuleiro com dados que, assim

como o gamão, depende da interação entre o acaso e a regra”.² Na versão brasileira desse jogo, não deve ser motivo de espanto que desde os tempos coloniais, “os limites entre ruas e casas quase sempre surgissem segundo a vontade de seus habitantes”, conforme mostra Paulo Garcez Marins.³ Ambos os autores apontam para as relações de poder presentes no tecido urbano, moldando-o e sendo moldadas nele e por ele. A imprensa é abordada, aqui, como parte desse jogo, uma instituição atuante nessas relações de poder que constituem a cidade.

A atuação se dá nos jornais, redigidos por homens (e à época, poucas mulheres). Para percebê-la, é preciso ler o que era publicado, conhecer o conjunto de idéias com que dialogavam, bem como a realidade urbana na qual viviam. Os jornais são lidos, hoje, em arquivos; mas devemos lê-los como à época de sua publicação: levantando os olhos para ver, além, a cidade em que eram publicados. Isto significa um duplo movimento: a leitura minuciosa dos periódicos, desde os editoriais aos anúncios, para poder traçar um perfil do jornal; e o estudo sobre o período e suas idéias hegemônicas, além da história das cidades escolhidas.

A pesquisa bibliográfica ambienta e instrumentaliza o historiador para melhor avaliar e interpretar os textos impressos; mas é neles que encontramos o discurso construído pelos *homens de imprensa*, a representação de cidade moderna que publicam, as relações estabelecidas entre as idéias gerais e a particularidade de cada local. É na leitura dos jornais que enxergamos, também, os limites dessa cidade, seja da (in)eficácia de sua implementação, seja nos parâmetros de inclusão/exclusão estabelecidos. Lembrando que essa não é uma cidade “real”, nem uma cidade “falsa”: é uma representação da cidade, entre muitas possíveis. Outrossim, uma representação poderosa, pelo lugar social a partir do qual é produzida, pelo peso que possui sobre o restante da população citadina.

A escolha de Diamantina e Juiz de Fora se justifica por serem ambas pólos regionais das muitas Minas Gerais. Diamantina, antigo arraial do Tijuco, área de mineração de diamantes desde os tempos coloniais, viveu séria crise econômica a partir da década de 1870, com a queda dos preços de diamantes, pela descoberta de jazidas na África do Sul, e a queda dos preços do algodão, devida à recuperação das plantações do Sul dos Estados Unidos. Tal quadro exigiu a busca de alternativas para a sobrevivência urbana - uma crise que gerou expectativas de mudanças. Juiz de Fora, de urbanização recente, já sob a influência da modernidade industrial, vivia à época seu apogeu econômico, como a maior e mais rica cidade de Minas Gerais. Planejamento urbano, equipamentos tecnológicos, indústrias, todos os sinais visíveis da civilização pareciam existir ali. Em ambas, a imprensa chamou a si a mesma tarefa multifacetada: ensinar o que era uma cidade moderna; denunciar o que não cabia em tal espaço urbano; apontar os melhores caminhos para

construir a civilização e convencer todos os habitantes de que esta cidade representava o bem comum - que sua representação de cidade deveria ser a cidade de todos.⁴

No período da chamada *Belle Époque*, os jornais tornaram-se, ao mesmo tempo, portadores e componentes da modernidade. Em artigos, assinados ou não, notícias comentadas, os redatores expunham as suas idéias, definiam conceitos, apregoavam novos hábitos, valores e comportamentos. Para além deles, porém, nas últimas páginas do periódico, o papel e a tinta mesclavam-se para anunciar a modernidade.⁵

2. Um “*esplêndido e colossal sortimento*”

Os anúncios, assim como os textos pagos, eram uma das fontes de arrecadação da publicação. Era comum encontrar, periodicamente, tabelas anunciando o preço dos anúncios, bem como as regras para sua publicação. O jornal *O Jequitinhonha* publicou uma delas em 13 de julho de 1906; logo abaixo do título, e antes dos valores estabelecidos, o aviso: “acceita anúncios e publicações a pedido, a juízo da redacção, pela tabella seguinte”. O que não deixa dúvidas quanto à pertinência de examinarmos os anúncios como parte do discurso “civilizatório” da imprensa- são pagos, mas são aceitos “a juízo da redacção”, devem estar de acordo com o espírito do periódico, não podendo afrontar os valores e as propostas dos seus redatores. Os termos são variados, mas a mensagem é comum a vários jornais: a redação seleciona aquilo que é publicado, mesmo nas páginas comerciais. Os anúncios publicados são, ainda que de forma parcial e indireta, fruto de escolhas da redação; logo, é perfeitamente plausível lê-los como parte de um discurso sobre a cidade que os homens de imprensa queriam construir - ou, no caso, vender. E a mensagem era clara: na cidade moderna há de tudo, e há algo para cada um. “Quem visitar os armazéns da casa do 1º. BARATEIRO ficará admirado com o esplêndido e colossal sortimento que acaba de receber e com os preços porque vende!” (*A Idéa Nova*, 02/04/1911)

Este completo e variado sortimento era apresentado, através de anúncios e propagandas, normalmente na última página do jornal - que, na maioria dos títulos aqui trabalhados, era a quarta página. Nos jornais juiz-foranos era muito comum que os anúncios ocupassem parte da terceira página também, chegando às vezes a tomá-la por completo. Ali, como em Diamantina, encontramos ainda algumas notas e anúncios espalhados pelo “corpo principal” do jornal, até mesmo na primeira página. A distribuição dos textos era por colunas, indo de alto a baixo das páginas ou, quando muito, dividindo a primeira página ao meio, com as notícias e artigos acima, e um folhetim abaixo. Esta organização espacial ocasionava quebras no texto, que eram ocupadas por pequenos *sueltos*, os

versos de poesia, galhofa ou propaganda política; mas também por anúncios e observações ligeiras sobre produtos e serviços. Uma característica técnica que era utilizada conforme as necessidades e os interesses da redação.

Já as páginas de anúncios não seguiam a rígida estruturação em colunas do restante do periódico; ali era um espaço aberto à criatividade dos tipógrafos, limitada apenas pelo espaço, pelos equipamentos disponíveis e, supomos, pelo orçamento do serviço encomendado. Desta forma, encontramos anúncios como que esparramados por toda a página; outras vezes, nem mesmo a orientação vertical do jornal era respeitada, obrigando o leitor a virar o jornal para ler o que estava publicado. A criatividade dos tipógrafos contornava os problemas de espaço, fazendo o possível para diversificar os anúncios, mesmo diante de limitações técnicas, como a evidente escassez de clichês variados em Diamantina, onde vários anúncios diferentes utilizavam imagens semelhantes - algumas das quais, inclusive, podiam ser encontradas em jornais publicados em outras cidades.

Os anúncios são uma maneira de vender produtos, anunciar eventos, noticiar situações comerciais, e neste sentido parecem dizer respeito apenas à relação de compra e venda, ao mercado. Entretanto, é fundamental perceber que as relações econômicas ultrapassam a mera realização dos negócios: a economia é parte constitutiva da cultura de uma comunidade, e o comércio reflete, mas também age sobre, a comunidade. Os anúncios são negócios em andamento, ou por se realizar; são também, um modo de vida a se revelar, prioridades, desejos e possibilidades estampadas nas páginas dos jornais.

Por isso mesmo, a interferência da Redação nem sempre se resumia a aceitar, ou não, anunciar um produto ou serviço. Algumas vezes, havia um esforço a mais, como neste exemplo, publicado na primeira página de um jornal juiz-forano: “Na secção competente publicamos um annuncio da New-York Life Insurance Company, uma das mais importantes, senão a mais importante sociedade de seguros no mundo”. (*Jornal do Commercio*, 01/01/1906)

Oito dias depois, o jornal voltou a tratar da companhia, publicando um resumo do seu balanço: “estes algarismos dispensam qualquer reclame à poderosa empreza, incontestavelmente a primeira do mundo” (*Jornal do Commercio*, 09/01/1906). Outras vezes, a alusão a empresas comerciais se mesclava a comentários sobre o ambiente de negócios na cidade. É o que vemos neste artigo, a propósito da casa B. Penna e C., de Christovam Andrade, Gama & Comp., e da drogaria Silva & irmãos, em Juiz de Fora:

O Commercio // O pessimismo exaggera o estado de desanimo do commercio em geral; parece-nos, porém, que a nossa cidade não definha nessa apathia de que tanto se queixam outras praças. // Juiz de Fôra não está, felizmente, em decadencia como muitos espiritos timidos e desanimados suppõem, pois uma cidade em que todos trabalham,

sem descanso, nas letras, nas industrias, no commercio e na lavoura não pode decahir. // O nosso commercio não está descrente nos esforços de seu trabalho quotidiano, e a prova está nos sortimentos que varias casas têm feito para as festas do Natal. (*Pharol*, 23/12/1900)

Também em Diamantina, o jornal *A Idéa Nova* defendia os princípios do comércio - e a ação poderosa das páginas de anúncios dos jornais:

Crise commercial // Haverá nesta cidade a propalada crise commercial? // Não existe absolutamente. Si muitos comerciantes pouco vendem é porque são teimosos e não querem se convencer de uma verdade já conhecida no mundo inteiro: “o annuncio é a alma do commercio. Quem não annuncia não vende”. (*A Idéa Nova*, 23/10/1910)

Vários são os aspectos do comércio local registrados nessas páginas: anúncios de produtos e serviços, e também editais e notícias referentes a regulações comerciais, como esta “*dissolução de sociedade*”:

Joaquim Affonso da Silva Ribeiro e Vicente Affonso, abaixo assignados, dissolverão muito amigavelmente a sociedade commercial que tinham e girava nesta cidade sob a firma de *Vicente Affonso & C.^a*, ficando do dia 20 de Abril p. p. em diante, todo activo e passivo da mesma firma a cargo e responsabilidade do sócio Vicente Affonso. // Diamantina, 5 de Maio de 1887. // Joaquim Affonso da Silva Ribeiro // Vicente Affonso (*Sete de Setembro*, 12/05/1887)

Numa cidade como Diamantina, ponto de passagem obrigatória para diversas outras localidades do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, a oferta de pousos era regular, como o do “*Hotel Mourão*”, na central Rua da Quitanda, com “tratamento e serviços compatíveis com os recursos desta cidade” (*O Município* de 09/04/1897).

Algumas vezes, mais do que os produtos, o nome das empresas comerciais era o elemento a ser comercializado. A inauguração da Casa Clark foi saudada, na imprensa juiz-forana, como evidência da inclusão da cidade no roteiro do progresso e da moda:

Casa Clark // De mais um elemento de progresso, no que se relacione á sua já intensa e movimentada vida commercial, se exorna desde hontem Juiz de Fôra. // É que foi inaugurada, á rua Halfeld, 165, a filial da importante “Casa Clark”, sobejamente conhecida em todo o Brasil pela excellencia dos artigos que põe á venda. (*Diario Mercantil*, 09/08/1912)

Mas a ênfase maior dos anúncios recaía, geralmente, sobre as casas comerciais e suas promoções, como a “*Casa Xadrez Azul*”, cuja liquidação (ou “queima”) foi anunciada durante semanas em Diamantina (ver, por exemplo, *O Jequitinhonha*, 09/04/1905). Também eram bem destacados os anúncios de produtos e serviços; um conjunto publicado na quarta página do jornal *Pharol*, revela-nos um pouco da diversidade étnico-cultural presente na praça mercantil de Juiz de Fora:

Casa Mascotte // Calil Ahougi // O Primeiro Barateiro.
Au Bom Marché // Calil José Nader.
Portland Cement [vendido por] Depositarios: Dias Garcia & C.
Salão Francez [de] Jeronimo Graziani.
Fabrica de Ladrilhos e Mosaicos em Cimento [de] Francisco Notaroberto. (*Pharol*, 25/01/1904)

Alguns produtos podiam ser encontrados em anúncios nas duas cidades, como a cerveja:

CERVEJA NACIONAL // Encontra-se no negocio de Delfim Rollim (travessa da rua do Carmo). Cerveja Nacional a 500 rs. a garrafa. (*Sete de Setembro*, 12/03/1887)
O acreditado fabricante de cerveja nesta cidade, sr. Carlos Stiebler, nos presenteou com duas caixas da sua boa cerveja. // Muito agradecemos, desejando prosperidade ao seu importante estabelecimento. (*Pharol*, 03/01/1900)⁶

Outros tipos de produtos eram mais facilmente encontrados numa cidade que na outra, embora seja possível perceber um padrão comum, como por exemplo, a preocupação com o embelezamento das pessoas e dos ambientes - revelada em Diamantina pelo anúncio da “fabrica de flores artificiaes de Quita Motta [...] preços ao alcance de todos” (*O Município*, 19/12/1901); ou em Juiz de Fora, pela “fabrica de ladrilhos de Pantaleone Arcuri & Spinelli, constructores”, na qual “emprega-se cimento de superior qualidade” e “produz-se mais de quarenta variedades. Cores vivas e inalteráveis” (*Jornal do Commercio*, 01/01/1906).

Os anúncios de maquinário e equipamentos, por exemplo, são mais comuns em Juiz de Fora do que em Diamantina. O que não significa que no Antigo Tijuco não fossem anunciados instrumentos que possibilitassem às pessoas trabalhar no ritmo do progresso, como as máquinas de costura Singer, em cuja loja eram ministradas aulas para melhor utilizá-las. Além da garantia de dez anos e de condições especiais para a aquisição, a loja local garantia o abastecimento de tudo quanto fosse necessário para “o perfeito funcionamento das machinas” as quais, “em vista da perfeição e rapidez com que executam qualquer trabalho de costura e bordado constitue[m] uma verdadeira economia domestica” (*O Município*, 13/05/1911).

Em Juiz de Fora, há uma maior diversidade de ferramentas e maquinário em exibição nos anúncios dos jornais - enxadas (“*Enxadas Brilhante - superior aço garantido*”), máquinas de escrever (“*Monarch Typewriter*”, de Syracuse, EUA), pregos e ferragens, descascadores de arroz, balanças etc. Tais máquinas serviriam a vários propósitos, tanto no ambiente urbano quanto na zona rural, que poderia assim abastecer a cidade de forma mais condizente com o espírito progressista, que os homens de imprensa buscavam associar à localidade.

Outros equipamentos e maquinários se faziam presentes, de forma indireta, nos anúncios de serviços. Como o da tipografia “Brazil”, à rua Halfeld, 70, cujo dono, Hermann Erhardt, parece ter-se aproveitado de suas ligações germânicas para incrementar o negócio:

Typographia Brazil // de Hermann Erhardt // Grande estabelecimento typographico movido a electricidade // Secções do estabelecimento que se acham em plena actividade: // Fabrica de livros em branco // Deposito de typos da acreditada fabrica de // J. John Söhne (de Hamburgo) // Representante da grande e afamada fabrica de machinas typographicas // A. Hogenforst, de Leipzig // Unica depositaria da tinta PELIKAN do fabricante Günther Wagner // de Hannover e Viena (*Diario Mercantil*, 23/01/1912)

Produtos e serviços ligados à área cultural são ofertados em ambas as cidades, embora haja uma diferença na quantidade e na qualidade. Juiz de Fora aparenta ter um mercado consumidor maior e mais consolidado para papelarias, artigos de escrita e livrarias. Uma das que mais se destacou no início do século XX foi a Livraria Bulcão, tanto pelos anúncios diversificados quanto pelo apoio das redações, especialmente do *Jornal do Commercio*, que publicava seus anúncios com regularidade:

A Livraria Bulcão, que de dia para dia vae se tornando mais procurada pela sua já numerosa freguezia, acaba de receber uma escolhida remessa de livros de escriptores brasileiros e portuguezes. // Chamamos a attenção dos amigos das bellas-lettras para esse sortimento. (*Jornal do Commercio*, 09/01/1906)

LIVROS // Didacticos adoptados nas escolas publicas e particulares, academias e escolas normaes. Romances dos melhores escriptores nacionaes e estrangeiros, teatro, trovadores de diversos autores, poesias, contos e historietas infantis. Aceita qualquer encomenda de livros por modica commissão. // Livraria Bulcão - Rua Halfeld, n. 131 (*Jornal do Commercio*, 24/01/1906)

Os jornais de Diamantina também ofertavam serviços na área cultural, especialmente aulas particulares. Havia professores de música (piano, violino e outros instrumentos), matemática, corte e costura, e línguas em geral. Num mesmo dia, *A Idéa Nova* publicou dois anúncios diferentes, de professores que se propunham a ensinar: um, a língua da erudição tradicional, outro, a língua da modernidade que se consolidava:

Ensino de Latim // Sebastião Corrêa Rabello dá lições de latim em um dos salões da E. Normal, para o 1°, 2° e 3° anno. // As aulas começarão ao meio dia, gastando-se uma hora com cada turma. // Mensalidade 10\$000 / 2 filhos da mesma familia 15\$000 / Tres 20\$000

Moses Paula can be meeted at his house in whatever hour of the day, in order to teach the english tongue to how may have want of it. // Moyzês de Paula pode ser encontrado em sua casa a qualquer hora do dia, para ensinar a lingua inglesa a quem della houver mister. (*A Idéa Nova*, 15/06/1906)

O ideal de “modernidade” se manifestava também através de novos hábitos, ligados à consolidação de tecnologias e de profissionais a elas vinculados. A fotografia é um bom exemplo desse tipo de produto, que trazia todo um novo comportamento junto com sua utilização, reforçando uma identidade progressista e civilizada:

Acham-se expostas nas vitrinas da casa Ramos, Guerra, Araujo & Companhia algumas boas photographias tiradas pelo habil photographo amator sr. João Waldemar Ribeiro. (*A Idéa Nova*, 03/07/1910)⁷
Photographia Paris // Atelier Artistico // Machinas e moveis modernos // Cartões postaes com photographia // preço moderado (*Diario Mercantil*, 23/01/1912)⁸

Lugar central na idéia de modernidade, como vimos, era ocupado pela medicina. A difusão de um certo cientificismo medicinal levou à oferta de remédios para todos os males, como o “oleo de ovo, do pharmaceutico Barbosa Leite”, cura certa contra a caspa (*Jornal do Commercio*, 09/01/1906), também vendido em Diamantina (ver, por exemplo, *A Idéa Nova*, 01/03/1908), ou a

CURA DA OPILAÇÃO // (Amarellão) // Em 20 dias // pelo DOCHMIDCIDA // de // MOTTA JUNIOR // Medicamento approvedo pela inspectorio de Hygiene Federal

N. B. - É falso o medicamento que não trazer a firma do autor, em chancellia, na tarja que fecha cada caixinha. // Depósitos: Silva Gomes & C. - Rua de S. Pedro, 22 e 24 - Rio de Janeiro. Em São Paulo: nas Drogarias de Baruel e Amarante. (*A Idéa Nova*, 24/03/1907)

A atenção à caixinha, e a importância da referência oficial, eram distinções que garantiam ser aquele um produto de qualidade, cientificamente aprovado. Num mundo em que a farmacopéia incluía soluções caseiras, e que a medicina lutava para consolidar seu lugar face às práticas tradicionais, a diferença entre um remédio confiável e uma enganação resumia-se, muitas vezes, à apresentação do produto. Já os anúncios oferecendo serviços médicos eram publicados em menor quantidade que os anúncios de farmácias e remédios, em ambas as cidades:

Dr. J. Corrêa de Bittencourt // Oculista // Está em Juiz de Fora, onde demora-se dous mezes no exercicio de sua especialidade, o dr. Corrêa de Bittencourt, oculista no Rio de Janeiro, antigo chefe de clinica dos professores Wecker e Panas em Paris e Hirschberg em Berlim. Com 16 annos de pratica da especialidade. // Consultorio Hotel Rio de Janeiro // Juiz de Fóra 30-3 (*Pharol*, 12/01/1900)

Dr. Antonio Motta // Medico-Operador // Cirurgião da S. Casa de Caridade // desta cidade// Consultas: das 6 ás 9 da manhã em sua residencia á Rua da Quitanda, sendo gratuitamente aos pobres. // Attende aos chamados para fóra da cidade, mediante 20\$ por legua contando-se separadamente ida e volta (*A Idéa Nova*, 04/04/1909)

Este último é um dos poucos anúncios de médicos com uma maior elaboração gráfica.⁹ Médicos, oculistas e dentistas geralmente apresentavam-se através de textos secos, com as informações necessárias e um ar de sobriedade. O mesmo não ocorria com os remédios e farmácias: havia anúncios para todos os gostos, com tipos e clichês variados.

Os anúncios de remédios incorporavam o conceito de progresso como uma força irreversível, inexorável, e positiva, apresentando-os como uma prova palpável das melhorias que a civilização trazia à vida das pessoas:

Tudo é Variavel // Acabou-se o Imperio, veio a Republica, desapareceu o seculo 19, e chegou o XX e vae caminhando em conceito, augmentando diariamente a procura dos especificos preparados pharmaceuticos de Luiz Carlos, que desde 1883 tem feito milhares de vidros e todos têm sido consumidos pela humanidade soffredora. // Vende-se na Drogeria Baruel & C. - Deposito em Juiz de Fora - PHARMACIA BARROS, no Rio de Janeiro, Silva Gomes e Comp. (*Pharol*, 25/01/1904)

Associar os produtos ao progresso da cidade transformava-os em um “sinal visível de civilização”, junto com os bondes, a energia elétrica, a infra-estrutura urbana, a ferrovia. Foi o que fez esta confeitaria de Juiz de Fora, ao anunciar sua inauguração:

CONFETARIA // Rua Halfeld 10 // Pontes Junior & Comp.; atendendo a uma das mais palpitantes necessidades desta florescente cidade, que com razão é denominada - sala de visitas da província de Minas -, acabam de montar uma confeitaria [...] (*Pharol*, 26/01/1886)

O uso explícito do progresso como ferramenta para vender produtos era mais comum nos anúncios de Juiz de Fora, quer pela sua proximidade do Rio de Janeiro - de onde provinham alguns anúncios, aparentemente já prontos -, quer por efetivamente vivenciar um desenvolvimento econômico maior que Diamantina. Alguns aspectos, porém, são comuns às duas cidades, como a localização dos anúncios, a mistura entre propaganda e reportagem, e mesmo os tipos de produtos que eram anunciados. Uma análise numérica dos anúncios publicados em ambas as cidades ajuda-nos a melhor visualizar o perfil dessa seção dos jornais.

3. Novos produtos para novos tempos: Diamantina e Juiz de Fora, MG

Uma das características da imprensa diamantinense era a descontinuidade: diferentes periódicos iniciaram sua publicação entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX; apenas o *Pão de Santo Antonio* teve uma duração maior, até 1936 - e mesmo assim, com tiragem semanal.¹⁰ A imprensa em Juiz de Fora vivia outras circunstâncias: possuía diários bem estruturados economicamente, que atravessaram décadas. Desta forma, para que a comparação numérica tivesse uma base de dados mais coesa, foi

feito um recorte reduzido: os anos de 1902 a 1907 concentraram a maior coincidência de publicações entre as duas cidades, no período aqui proposto. Em Diamantina, circulavam cinco títulos de jornais; em Juiz de Fora, dois diários, de grupos políticos antagônicos, foram selecionados. O perfil quantitativo dos anúncios, portanto, baseou-se naquilo que foi publicado durante esses cinco anos. Esta limitação não compromete o resultado encontrado, já que seu objetivo é exemplificar, pontualmente, algumas características mais gerais dos anúncios e suas mensagens nas duas cidades.

Da mesma forma, o registro de todas as incidências de um determinado anúncio, ou de um produto anunciado - que poderia subsidiar um estudo sobre a sua permanência no mercado, por exemplo -, não é necessário ao nosso objetivo: listar a variedade de produtos anunciados. Tendo em vista o volume da documentação e o caráter repetitivo dos anúncios, a opção foi registrar o *primeiro anúncio*, isto é, a primeira vez que um determinado anúncio - de produto, casa comercial etc. - aparece publicado num determinado jornal (entendido como título). Como era comum um mesmo anúncio apresentar vários produtos, o registro foi múltiplo: cada novo produto foi contado como um “primeiro anúncio”. Assim, no período convencionado, foram registrados, para Diamantina, 351 anúncios; para Juiz de Fora, 1412.

Esses *primeiros anúncios* foram divididos em categorias temáticas, organizando a informação e, ao mesmo tempo, já estabelecendo alguns parâmetros para sua leitura.¹¹ Foram ordenados conforme a soma dos anúncios nas duas cidades; as diferenças entre elas são comentadas em cada categoria específica:

A) SECOS E MOLHADOS / COMÉRCIO

A categoria com maior índice de registros, pouco mais de 40% do total (709 de 1763). Aqui foram agrupados todos os anúncios de casas comerciais, de suas liquidações e promoções. Foram registrados muitos anúncios relativos a gêneros alimentícios, como farinha de trigo e manteiga, bem como as tabelas com os preços correntes no mercado. As bebidas também eram regularmente anunciadas: cervejas, como a *Germânia* de Juiz de Fora, anunciada em Diamantina (*O Norte*, 16/05/1907); vinhos, como o fabricado pelo Seminário diamantinense, encontrado em todos os jornais locais; e mesmo suco de uva, vendido em Juiz de Fora (*O Pharol*, 02/05/1905) - talvez utilizado nas celebrações eucarísticas dos metodistas, tradicionalmente abstêmios.¹²

A variedade de produtos era muito grande em ambas as cidades, mas bem maior em Juiz de Fora. Não apenas há mais produtos sendo vendidos, como há mais casas comerciais anunciando seus serviços. Se em Diamantina, por exemplo, há poucos anúncios sobre açougues e carnes, em Juiz de Fora há vários, inclusive alguns específicos, como o

de salame italiano (*Jornal do Commercio*, 03/11/1903), ou com serviços especializados, como a entrega em domicílio (*Jornal do Commercio*, 26/12/1905). Outras mercadorias ligadas ao ambiente doméstico são anunciadas em ambas as cidades, como pedras decorativas, velas etc. Também produtos ligados à limpeza doméstica e pessoal, como vasouras, inseticidas, sabão em barra, sabonetes, perfumaria - desde tintura para cabelos em Diamantina (*O Jequitinhonha*, 30/04/1906) a dentifício em Juiz de Fora (*O Pharol*, 17/01/1905).

Produtos ligados à saúde, aliás, aparecem com regularidade. Em Juiz de Fora, há uma boa quantidade e variedade de produtos anunciados, como o uso de cinturões elétricos para melhorar o estado geral do corpo (*O Pharol*, 17/06/1902); alguns contam com a cumplicidade do leitor, respeitando as convenções sociais da época, como o *remédio para damas* (*Jornal do Commercio*, 28/07/1903). Em Diamantina, os anúncios sobre remédios ocorrem em menor quantidade neste período, e se assemelham aos de Juiz de Fora: “*água inglesa*”, “*oleo de ovo*”, elixires vários. Há um investimento claro na divulgação das farmácias como instituições confiáveis em termos científicos, e confortáveis em termos de serviços:

Pharmacia Leite // Acaba de ser installada na rua Direita, nesta cidade, a Pharmacia Leite, de propriedade de nosso algo Pharmaceutico Jose Leite de Almeida, que attenderá com o maximo escrupulo todas as prescripções medicas, a qualquer hora do dia e da noite, fazendo-se entrega dos remedios a domicilio, estando o seu estabelecimento caprichosamente montado. // Gratos pela participação (*O Operario*, 25/05/1907)¹³

O mercado imobiliário também se fazia presente nos anúncios de jornais. Em ambas as cidades encontramos imóveis urbanos, à venda e para aluguel; entretanto, em Juiz de Fora parecia haver um maior dinamismo, tanto pelo maior número de anúncios, quanto pela diversidade dos negócios, que incluíam residências, consultórios, e até mesmo ofertas em outras cidades, como imóveis à venda em Belo Horizonte, a recém-inaugurada capital do estado, ou a venda de um “*palacete*” em São João d’El-Rey (*O Pharol*, 05/05/1903 e 15/03/1904, respectivamente).

Os dados desta categoria temática parecem indicar que a imprensa estava consolidada como anunciante de casas comerciais e de produtos, especificamente aqueles que se vendiam nas lojas anunciadas - e que anunciavam. A diferença entre Juiz de Fora e Diamantina, tanto em número quanto em diversidade, aponta para duas características das cidades em questão. Primeira, o maior dinamismo econômico de Juiz de Fora, onde circulava maior riqueza e havia um maior número de habitantes, gerando um potencial mercado consumidor muito maior. Segunda, a maior expansão da imprensa como espaço de anúncio e comércio em Juiz de Fora; pelo seu menor tamanho, em número de habitantes e

em número de casas comerciais, o funcionamento do mercado em Diamantina certamente dependia muito mais das relações pessoais entre lojas e consumidores, e da divulgação pessoal dos produtos e mercadorias, do que da publicação de anúncios em jornais.

Tais conclusões gerais servem, creio eu, para explicar algumas características dos anúncios diamantineses e juiz-foranos, presentes em todas as outras categorias temáticas.

B) SERVIÇOS

Esta categoria concentrou a segunda maior incidência de anúncios, 462, pouco mais de um quarto do total. Nela estão arrolados as ofertas de emprego e os serviços cotidianos, tais como alfaiates e costureiras, pedreiros, sapateiros, seleiros, barbeiros, ourives; anúncios de escritórios, padarias, loterias, dentistas, médicos. Alguns serviços mais sofisticados, como a remessa de dinheiro para a Itália, disponível à crescente comunidade imigrante em Juiz de Fora (*O Pharol*, 17/05/1904). Transportavam-se também mercadorias e pessoas por frete ou viagem, dentro da cidade, na zona rural ou entre localidades; aos viajantes, anunciavam-se pousadas e hotéis.

Alguns anúncios, como os de fotógrafo, aglutinavam vários tipos de serviços diferentes, neste caso, ligados à imagem: estúdios fotográficos, a venda de equipamentos (máquinas especialmente, mas também álbuns e outros), confecção e venda de cartões de visitas e postais - elementos muito em voga como lembranças de viagem, como cartões postais para envio, ou mesmo como lembranças familiares, sempre ligados a uma idéia de modernidade - quer em Juiz de Fora, quer em Diamantina, onde era utilizada também para preservar imagens de práticas tradicionais.¹⁴

Como seria de se esperar, pelo que vimos até aqui, uma diversidade maior de serviços era anunciada em Juiz de Fora, ainda mais quando consideramos as ofertas de emprego: ama de leite, cozinheiro, engenheiro, engraxate, mecânico, prático em farmácia etc. Até mesmo os presos anunciavam seus serviços, como empalhadores ou para reprodução de fotografias (*Jornal do Commercio*, 21/08 e 18/09/1906, respectivamente). Percebe-se a importância que era dada à nacionalidade como elemento de distinção, com claras conotações raciais: a parteira anunciava, entre seus dotes, ser italiana; uma oferta de serviço para criada dava preferência a alemãs ou portuguesas; outra ainda exigia bons modos, entre 10 e 12 anos, e que fosse branca (*O Pharol*, 14/01, 01/07 e 05/08/1902, respectivamente).

Em Diamantina quase não há ofertas de empregos especificadas nos jornais, embora alguns sapateiros e seleiros, bem como engenheiros, médicos e outros profissionais qualificados anunciassem seus serviços. Talvez porque a contratação de profissionais não

necessitasse, ali, da mediação da imprensa. Mas outros anúncios sugeriam características dos serviços locais, que também incluíam o anúncio através dos jornais, quiçá visando viajantes ou forasteiros: banhos frios eram oferecidos, a 200 réis, na Travessa do Motta, no centro da cidade, tradicional área de prostituição (*O Norte*, 12/01/1907).

Este tipo de serviço, em Juiz de Fora, era oferecido por um *estabelecimento hydro-therapico*, que anunciava *banhos geraes frios, mornos ou quentes* a 1\$000 e 1\$500; *banhos de ducha* a 2\$000 e 2\$500, com a possibilidade de uma assinatura para dez banhos mornos a 10\$000. Ali, os banhos eram ofertados como “*medicamentosos*” (*O Pharol*, 01/12/1903, 05/01/1904).

C) EDUCAÇÃO E CULTURA

Terceiro maior grupo de anúncios (108) inclui as livrarias, os livros, revistas, almanaques e folhinhas, alguns dos quais com caráter nitidamente religioso, como imagens de santos e orações. As próprias coleções de jornais eram vendidas: em 05/08/1902, *O Pharol* anunciava a coleção de junho de 1901 a junho de 1902, encadernada.¹⁵

Apesar da grande diferença numérica em relação às categorias anteriores (responsáveis por praticamente dois terços do total), estes anúncios deixam perceber a formação de um mercado regular para produtos ligados à área cultural. Cartões, tinteiros, objetos de papelaria eram presença regular nas páginas finais dos jornais. Havia uma variedade razoável de professores particulares anunciando seus serviços, o que talvez indique - além da tibieza do sistema escolar regular - uma busca pela melhoria do conhecimento. Encontramos anúncios de professores particulares de aritmética, geografia, caligrafia, pintura, desenho. A música ocupava lugar especial, com anúncios de professores de bandolim, violino, piano. Tanto em Diamantina quanto em Juiz de Fora, casas comerciais aceitavam encomendas de pianos, afinadores anunciavam seus préstimos, e gramofones eram vendidos. Também partituras eram anunciadas, e alguns se ofereciam para ensiná-las.

O gosto pela leitura e a formação cultural incluía as línguas estrangeiras. Em Diamantina, havia professores particulares anunciando aulas de português, francês, inglês, latim, e até uma professora especializada no ensino para moças (*O Jequitinhonha*, 03/02/1905); em Juiz de Fora, ensinava-se ainda o italiano, vendiam-se manuais de Esperanto, e um curso de línguas estrangeiras anunciava na cidade, o “*Curso Berlitz de idiomas*” (*Jornal do Commercio*, 03/07/1906).

As escolas regulares também publicavam seus anúncios, como os colégios católicos de Nossa Senhora das Dores, em Diamantina, e o Colégio Stella Matutina, em Juiz de Fora, ou o Colégio Americano Granbery, da Igreja Metodista. Algumas escolas de outras localidades, especialmente do Rio de Janeiro, anunciavam nas páginas mineiras, com

maior intensidade em Juiz de Fora - certamente reflexo da proximidade em relação à capital nacional. Esses anúncios corroboram o que já foi afirmado acima: havia uma busca, da parte das elites locais, por uma educação que refletisse seus anseios de “civilização” e “progresso”. Anseios que encontravam na imprensa, não apenas um espaço para sua propaganda, mas uma aliada na busca de sua realização.

Também a cultura mais ligada às camadas populares encontrava seu lugar nas páginas de anúncios dos jornais. Esta era uma estratégia regular de divulgação dos espetáculos de teatro, cinema e circo. Se às vezes as cidades atravessavam tediosos períodos sem atrações especiais, por outras ocorria a coincidência de espetáculos, como em junho de 1902 em Juiz de Fora, quando eram anunciados - em ambos os jornais aqui analisados - dois circos ao mesmo tempo na cidade (*Jornal do Commercio e O Pharol*, 10/06/1902). Esses espetáculos tinham mesmo caráter errante e incerto, como exemplifica o cancelamento das apresentações de um “*cinematographo*” em Diamantina, anunciado ao longo do mês de junho de 1906 n’*O Jequitinhonha*.

Aqui, um detalhe: o período de inverno era o favorito para esses espetáculos ao ar livre ou em grandes espaços, por ser um tempo de seca. Já os eventos em espaços fechados, como teatros e bailes, ocorriam ao longo de todo o ano, ainda que as chuvas pudessem prejudicar o atendimento dos frequentadores. O que não parecia ser problema para os bailes carnavalescos e as *sociedades carnavalescas* que iam se formando em ambas as cidades, numa tentativa de *polir* esta manifestação cultural.¹⁶

D) VESTUÁRIO E TECIDOS

Nesta categoria temática foram arrolados os anúncios ligados ao vestuário e aos acessórios de vestimenta, como chapéus, bolsas, sapatos; e ainda anúncios de fábricas de tecidos e casas comerciais especializadas na venda de panos e linhas. Os números mostram a diferença entre as duas cidades, ao menos quanto ao uso dos anúncios de jornais. Em Diamantina, os anúncios ligados a “Educação e Cultura” eram em número duas vezes maior que os desta categoria. Já em Juiz de Fora, os anúncios de “Vestuário e Tecidos” têm, na verdade, uma pequena vantagem numérica sobre aqueles da categoria anterior.

Isto aponta para algumas características das duas cidades. A industrialização brasileira vivia, no período abordado neste trabalho, um momento de expansão e consolidação, capitaneado exatamente pelas fábricas têxteis. Juiz de Fora, que à época já ostentava o epíteto de “*Manchester mineira*”, em alusão à cidade britânica, concentrava o maior parque industrial têxtil de Minas Gerais, e um dos principais do Brasil à época. Diamantina, por outro lado, possuía algumas poucas e pequenas indústrias têxteis na cidade e na região em torno, como Biribiry ou Gouveia. Boa parte dos tecidos ainda era importada de outras

regiões, e distribuída pelas grandes casas comerciais, como a Casa Motta & Cia., que se autodenominava o *Grande Empório do Norte* (ver, por exemplo, anúncio publicado n’*O Município*, 07/09/1895). Tais casas nem sempre publicavam anúncios em separado para vestuário, já que o próprio nome da casa já remetia a esses produtos - e outros mais. Outra razão para isso poderia ser a menor demanda do mercado consumidor local, formado por menos habitantes, numa cidade com condições financeiras menos favorecidas; podemos considerar, talvez, que se conservassem em Diamantina tradições antigas do norte-nordeste de Minas, com as mulheres costurando as vestimentas dos seus familiares. Em Juiz de Fora, há uma maior insistência na relação entre as roupas feitas, o mercado da moda “civilizado”, que remetia principalmente à França; porém, mesmo ali, percebemos indícios da produção doméstica de vestuário - tudo isso exemplarmente condensado no anúncio da “*Á La Parizienne*”, uma “*casa especial*” de roupas para senhoras e crianças, e também artigos para confecção de roupas (*O Pharol*, 31/10/1905).

E) EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIO

Esta categoria inclui anúncios de artigos e máquinas de todo tipo: de costura, de escrever, fotográficas; de uso agrícola, como despoldadores e engenhos; ou de uso urbano e industrial, como automóveis e motores. Também inclui os anúncios de armas e munição, e de material de construção, como ferragens, cimento etc. Como seria de esperar, era grande a diferença entre as cidades, quanto à variedade de produtos anunciados. Em Juiz de Fora, os equipamentos ofertados cobriam várias áreas de atuação: graxa lubrificante, pólvora, carvão e coque; máquinas desnatadeiras, despoldadoras e alambiques; tornos, machados mecânicos, funilaria, motores a vapor; tipografia, máquinas de escrever, de costura, para fazer massa (macarrão e afins); latas para conservas, fogões; carrinhos de mão, carruagens e carroças; automóveis. Armas e munições também eram vendidas em Diamantina, onde os anúncios se referiam mais a ferragens, enxadas e algumas outras ferramentas; ocasionalmente uma máquina de escrever ou de fotografar, e equipamentos dentários ou médicos à venda por algum profissional local.

Aqui, nesta categoria de anúncios, fica evidente o peso que a maior industrialização juiz-forana tem sobre o uso da imprensa para divulgar o progresso tecnológico. Até porque, nos jornais diamantinenses, há um número muito maior de anúncios na categoria abaixo (39) do que nesta (11).

F) AGROPECUÁRIA

Em ambas as cidades, os animais desempenhavam importante papel, principalmente no transporte de pessoas e mercadorias. Mas a distribuição dos anúncios ajuda a perceber

as diferenças entre elas: o abastecimento de Diamantina, por exemplo, dependia exclusivamente das mulas conduzidas pelos tropeiros. O que explica que, se levarmos em conta apenas os anúncios ali publicados, esta categoria temática seja quase quatro vezes maior que a anterior - o que não deixa dúvidas sobre a importância dos animais no perfil econômico da região.

Quase metade dos anúncios nesta categoria (17 dos 39) referia-se a animais à venda, para alugar, perdidos ou furtados, principalmente cavalos, mulas e burros. Praticamente um quarto dos anúncios (10) oferecia cocheiras e pastos para abrigo dos animais - demanda criada pelo grande volume de tropas a frequentar a cidade. Talvez de forma surpreendente, a imprensa era usada com regularidade para a venda de sítios, fazendas e chácaras (6 anúncios). Embora em pequena quantidade, também insumos agrícolas, como sementes, formicidas e bernicidas eram ofertados nos jornais (4 anúncios). Por último, os equipamentos para animais, como arreios, ferraduras e selas (2) - que talvez dispensassem ofertas específicas na imprensa, por comporem o sortimento das casas comerciais, ou pelas relações tradicionais de compra e venda. Ainda assim, reforçam a predominância local dos animais de montaria e carga nesta categoria temática.

Em Juiz de Fora, os anúncios apontavam para outras prioridades do mercado - pelo menos, daquele que se apresentava nas páginas impressas. Os insumos agrícolas eram tema de pouco mais de um terço dos anúncios desta categoria (28 em 73). Entre os anúncios ligados a animais (24), metade versava sobre furtos e perdas, metade sobre venda - principalmente vacas, cabras e porcos, outra diferença em relação a Diamantina. Venda e aluguel de imóveis rurais foram tema de 14 anúncios. Os poucos anúncios ligados aos equipamentos para animais (5 anúncios) e aos pastos e cocheiras (2) apontam para a diminuição de sua importância local, ao menos no mercado impresso.

G) DIVERSOS

Para esta categoria foram destinados todos os anúncios esporádicos ou que ocorreram uma única vez, como a venda de sinos de 100 a 250 kg (*Jornal do Comercio*, 02/08/1904) e especiais, como aqueles relativos a quermesses e festas beneficentes; produtos e serviços ligados à realização de eleições, como o envio de carteira de eleitor pelo correio (serviço anunciado n' *A Estrella Polar* durante o ano de 1906); impostos e editais; estatutos de organizações, como a Sociedade Beneficente de Diamantina etc.

A tabela abaixo, que apresenta os números absolutos dos anúncios, divididos conforme as categorias temáticas, ajuda-nos a ter uma visão mais abrangente de cada jornal, em cada cidade:

TABELA 1 - *Categorias Temáticas de anúncios por jornal e cidade (números absolutos)*

	A Estrella Polar	O Jequitinhonha	O Norte	A Idea Nova	Cidade Diamantina	Diamantina*	Jornal do Commercio	O Pharol	Juiz de Fora
A	24	38	30	22	3	118	334	257	591
B	22	38	22	19	6	110	204	148	352
C	8	16	13	3	0	40	62	68	130
D	6	7	4	2	0	19	74	60	134
E	3	6	0	2	0	11	71	55	126
F	7	17	7	7	4	39	48	25	73
G	1	9	4	0	0	14	4	2	6
<i>Total</i>	71	131	80	55	10	351	797	615	1412

* A soma total inclui os anúncios dos jornais *Pão de Santo Antônio* (1) e *O Município* (3), que apresentaram anúncios em apenas uma categoria temática.

A enorme diferença de volume entre a imprensa juiz-forana e a diamantinense tende a dificultar a comparação; a fim de minorar essa distorção, a tabela abaixo apresenta os mesmos dados, em termos percentuais:

TABELA 2 - *Categorias Temáticas de anúncios por jornal e cidade (porcentagem)*

	A Estrella Polar	O Jequitinhonha	O Norte	A Idea Nova	Cidade Diamantina	Diamantina*	Jornal do Commercio	O Pharol	Juiz de Fora
A	34	29	37,5	40	30	42	42	42	42
B	31	29	27,5	34,5	60	26,5	26	24	25
C	11	12	16	5,5	0	8	8	11	9
D	8,5	5	5	3,5	0	9	9	9,7	9,5
E	4	5	0	3,54	0	9	9	9	9
F	10	13	9	13	10	5	6	4	5
G	1,5	7	5	0	0	0,5	0,5	0,3	0,5

* Os jornais *Pão de Santo Antônio* e *O Município* não foram incluídos, por apresentarem anúncios em apenas uma tabela.

Apenas três categorias apresentam diferenças percentuais na distribuição dos anúncios, e mesmo assim muito pequenas; todas as outras são exatamente iguais no peso proporcional a cada cidade. A maior diferença fica por conta da categoria de “Anúncios de Serviços” que, em Diamantina, tem um peso 1,5% maior do que a mesma categoria em Juiz de Fora. Em compensação, os anúncios ligados a “Educação e Cultura” têm, na “Atenas de Minas” (Juiz de Fora), um peso 1% maior do que na “Atenas do Norte” (Diamantina). Os anúncios de “Vestuários e Tecidos” têm meio ponto percentual de peso a mais na industrializada “Manchester Mineira”; mas, surpreendentemente, há uma proporcionalidade no peso dos anúncios sobre “Equipamentos e Maquinário” - embora, como vimos acima, haja uma diferença qualitativa no que é anunciado em cada cidade.

O que esses dados apontam é uma relação muito próxima no uso da imprensa como forma de anunciar produtos e serviços, em ambas as cidades. Apesar das diferenças concretas no espaço cultural, nas atividades disponíveis, no nível e na qualidade de ensino, na regularidade dos eventos e na relação com as tradições, os homens de imprensa procuravam construir, em ambas as cidades, um ambiente voltado para a cultura e o progresso. E através de artigos, notícias e anúncios, trabalhavam vigorosamente para adequar os habitantes a essa cidade civilizada e polida.

4. *Imprensa, comércio e modernidade*

Ao arfar das caldeiras, no mover das impressoras, os *homens de imprensa* em Diamantina e Juiz de Fora deixaram no papel suas impressões, sua representação de uma cidade moderna, da tecnologia e do progresso. Através dos anúncios, abriram espaço para produtos e serviços, ligados a uma nova sociabilidade, novos hábitos de higiene e consumo, novas demandas geradas pela civilização moderna. Buscavam atender, também, às necessidades tradicionais, dentro de uma lógica, também esta, moderna - negócios eram negócios, e os anúncios eram parte do negócio da imprensa.

Nessas páginas encontramos estampadas, também, as diferenças entre as duas cidades, quanto à quantidade e à variedade de produtos ofertados: mais animais em Diamantina, maior número de máquinas em Juiz de Fora; maior diversidade de serviços e empregos em Juiz de Fora, mais professores particulares em Diamantina. Apesar de características tão diferentes, a análise proporcional revelou um perfil comum a ambas, quanto aos anúncios. Podemos interpretar esse fato de duas formas, não excludentes. Primeiro, a existência de uma postura comum aos *homens de imprensa* que comandavam as redações, acolhendo e escolhendo os anúncios a serem publicados, a partir de um conjunto de idéias sobre a civilização e a civilidade. Em ambas as cidades, eles acreditavam vender a idéia de que a “cidade civilizada” tinha de tudo, e algo para cada um. Assim, num aspecto geral, todos compartilhavam de conceitos e expectativas comuns quanto ao que deveria ser útil e necessário à vida moderna, numa cidade idem.

Outra forma de entender a proximidade dos anúncios em cidades tão distantes, geográfica e economicamente, tem a ver com o meio utilizado para anunciá-los: a imprensa. Ao mesmo tempo em que anunciava a modernidade, a imprensa era também parte desse movimento. Logo, podemos supor que havia uma associação entre os produtos anunciados, e sua difusão pelo meio impresso - ser encontrado no jornal era uma chancela, uma forma de confirmar o caráter moderno, civilizado, do que se queria vender e anunciar. A imprensa seria, então, o espaço para o que era associado ao progresso, deixando de fora dela, talvez, outros objetos e relações de consumo, como sugerido acima. Mais uma vez,

ganha importância a existência de uma idéia comum, ainda que difusa, sobre a modernidade; a partir dessa idéia comum, não devemos estranhar que haja uma proximidade no uso que era feito da imprensa, nas duas cidades, para anunciar e difundir a civilidade moderna.

Possibilidades que abrem novas perguntas, amostras que precisam ser ampliadas, comparações que podem abarcar outras cidades. Os anúncios publicados nos jornais de Diamantina e Juiz de Fora permitem-nos indagar sobre o cotidiano, sobre as mudanças nos valores, sobre o impacto dessas novidades sobre aqueles que as consumiam - e também sobre o caráter excludente dessa nova cidade que se vendia nas páginas impressas, nas quais nem todos têm o mesmo espaço, e o consumo passa a ser uma marca distintiva de pertencimento à civilização e ao progresso.

Em tempos de superexposição à propaganda, de des-polis-tização da cidade, reduzindo os cidadãos a consumidores, um olhar sobre a atuação da imprensa no fim-de-século passado pode nos ajudar a problematizar as nossas cidades, a nossa imprensa, e a forma como anunciamos os valores da nossa civilização.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Professor Doutor em História Social - USP. Professor de História, CEFET-MG. E-mail: jamesg@uai.com.br

¹ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

² RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 5.

³ MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 44.

⁴ Para efeito de comparação, o censo de 1890 registrava 42.414 pessoas em Diamantina, e 74.136 em Juiz de Fora; a população total de Minas Gerais era de 3.184.099. Cf. PUNTONI, Pedro (coord.); DOLHNICKOFF, Miriam. *Os Recenseamentos Gerais do Brasil no Século XIX: 1872 e 1890*. São Paulo: CEBRAP, 2002. [disponível em www.cebrap.org.br/Recenseamentos]

⁵ Os jornais diamantinenses, *A Estrella Polar, Cidade Diamantina, Idéia Nova, O Jequitinhonha, O Município, O Norte, O Operário, Pão de Santo Antônio, Sete de Setembro*. Encontram-se no Acervo Soter Couto, sob a guarda do Centro de Pesquisa da UEMG/FEVALE, e na Biblioteca Antônio Torres - IPHAN; em Diamantina, MG. Os juiz-foranos. *Diário Mercantil, Jornal do Commercio, O Pharol* encontram-se no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, MG.

⁶ O jornal *O Pharol* publicou, em 17 de novembro de 1886, artigo comentando os reflexos da guerra comercial entre França e Alemanha sobre as cervejas de Juiz de Fora, feitas à moda germânica.

⁷ Para a biografia de um dos principais fotógrafos de Diamantina na primeira metade do século XX, ver ALKMIM, Paulo Francisco Flecha de. Chichico Alkmim: um retrato retocado. IN: SOUZA, Flander de; FRANÇA, Verônica Alkmim (orgs.). *O olhar eterno de Chichico Alkmim*. Belo Horizonte: Editora B, 2005, p. 99-105.

⁸ Para uma análise de anúncios sobre fotógrafos em Juiz de Fora, ver CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A fotografia através de anúncios de jornais. Juiz de Fora (1887-1910). Locus: *Revista de História*. Juiz de Fora, NHR/Departamento de História/AHUFJF/EDUFJ, vol. 6, nº 1, 2000, pp. 127-146.

⁹ O clichê utilizado mostra um homem sobre uma escada, colando um cartaz na parede. No espaço do cartaz, está impresso o anúncio. Este mesmo clichê foi usado para anunciar outros produtos, e parece ter circulado por redações de diferentes cidades no período.

¹⁰ Em 1936, José Augusto Neves alterou o nome do periódico para *Voz de Diamantina*; sobrevivendo ao seu redator, foi publicado até 1980. Após nova paralisação, voltou a ser publicado em 2001.

¹¹ Esta metodologia inspira-se na leitura de publicações intelectuais no Brasil do fim do século XIX realizada em SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹² Juiz de Fora foi a primeira cidade mineira a receber missões protestantes dos Estados Unidos. A Igreja Metodista fundou sua congregação inicial em 1884, e o Colégio Americano Granbery, em 1890.

¹³ No período posterior a 1908, houve um incremento nos anúncios de remédios na imprensa diamantinense, inclusive no aspecto gráfico; para o período 1900-1914, ver GOODWIN Jr., James William. Novos produtos para novos tempos: anúncios em jornais diamantinenses, 1900-1914. In: *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, UFMG/CEDEPLAR, 2004. CD-ROM.; ver também PAIXÃO, Luiz Andrés Ribeiro. A Publicidade e a formação da Sociedade de Consumo em Minas: notas sobre a Economia do Consumo. IN: CEDEPLAR. *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2002. CD ROM. Em Belo Horizonte, em período correlato (1897-1926), os remédios eram o produto com maior incidência de “primeiros anúncios”; cf. VALENTE, Polyana. Um completo e variado sortimento: a cidade através dos anúncios de jornais. In: SOARES, Astréia; GONÇALVES, Múcio Tosta (orgs). *Iniciação Científica Newton Paiva 2004-2005*. Belo Horizonte: Editora Newton Paiva, 2006, pp. 105-117. Para anúncios no Brasil em geral, ver GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade (org.). *E os preços eram commodos...* Anúncios de jornais brasileiros - século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH- USP, 2000.

¹⁴ Sobre a relação fotografia / modernidade / tradição ver, por exemplo, BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (História & Reflexões). Para o caso específico de Diamantina, ver as imagens em SOUZA; FRANÇA, op. cit.

¹⁵ Em Diamantina, alguns anos mais tarde, o jornal *A Idéia Nova* publicou um anúncio de venda de toda a coleção do próprio jornal (17/09/1911).

¹⁶ Há uma boa bibliografia sobre as tentativas de “civilizar” as festas carnavalescas no período. Ver, por exemplo, PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

DEL AUGE ALGODONERO AL LIDERAZGO POLÍTICO. UNA UTOPIA PERIODÍSTICA CHAQUEÑA (1906-1922)

Adelaida Sagarra Gamazo*

Resumo

A precária sociedade colonizadora do Território Nacional de Chaco aspirava converter-se em Estado e participar da vida nacional, a partir de suas possibilidades algodoeiras. Os “chaqueños” do início do século XX viam na história estado-unidense a referência de um futuro promissor para o Chaco. Este artigo apresenta reflexões a partir de informações sobre os Estados Unidos, publicadas no semanário de resistência *El Colono*, entre 1906-1922, que sempre partia da perspectiva de sua transformação de colônia agrária em potência mundial.

Palavras-chave

Chaco; *El Colono*; Estados Unidos; Territórios Nacionais; Algodão.

Abstract

*The precarious society colonizing the territory of Chaco Province aspired to become and participate in national life, from its potential cotton. The residents of the Chaco the beginning of XX saw American history as a reference point to a promising future for the Chaco. This article presents some thoughts about the information on which the United States was published in the weekly *El Colono*, Resistance (1906-1922) always from the perspective of its transformation from agrarian colonies in to a world power.*

Keywords

Chaco; El Colono; The United States; National Territories; Cotton.

El siglo XIX latinoamericano - también argentino - es apasionante, controvertido y convulso. Fue el tiempo de establecimiento y consolidación como expresión política de los Estados del Caudillismo, del Liberalismo y de los Regímenes Positivistas de Seguridad, Orden y Progreso. Los principios inspiradores de estos sistemas se vieron interferidos por las oscilaciones entre el centralismo o el federalismo como fórmulas republicanas. Natalio Botana considera que en Argentina “la hegemonía gubernamental se unifica, las decisiones se irradian desde la capital federal”,¹ mientras las Provincias interiores y aún más los territorios estaban supeditados a las decisiones de la clase política porteña.

¿Cómo se percibieron estas realidades? De forma muy diferente en el gran Buenos Aires que en las pequeñas ciudades provincianas. Afortunadamente, los acontecimientos del XIX pueden seguirse a través de los periódicos. Según Julio Montero “la existencia de periódicos y su difusión creciente se consideran signos de avance de la civilización”² estableciéndose un paralelismo entre revolución industrial, revolución liberal y revolución informativa, o más exactamente la divulgación masiva de periódicos. A la hora de analizar los sucesos la difusión de la prensa hace posible una diversificación a veces dramática entre realidad y relato, entre opinión pública y opinión publicada. Hay que discernir que sucede, que se cuenta, cómo, desde quien para quien y para qué. Se trata de dirimir desde la ciencia histórica como un proceso llega gracias a la prensa a consolidarse en el imaginario personal, social e incluso en el discurso de identidad nacional. Es importante además encontrar el método para valorar la prensa como fuente para la historia ya que si esta es un vector de opinión social que recoge con inmediatez las variaciones y toma el pulso a la sociedad en el día a día, hay que objetivar su carga connotativa, cotejando con otras fuentes, desmitificando sus imágenes y contextualizando su información o su performance en un tejido social concreto y un momento histórico determinado. Para este artículo, el contexto social fue una ciudadanía heterogénea, inmigrante y procedente de los cuatro puntos cardinales, que - sin tener todos los derechos civiles reconocidos al ser territorianos - vieron desplomarse su sueño de prosperidad y liderazgo político - esta sería la coyuntura histórica - con la terrible crisis chaqueña de 1921.

1. *“Dios está en todas partes, pero despacha en Buenos Aires”*

O al menos eso te dicen cuando llegas al Chaco, en el Nordeste argentino, para explicar lo dificultoso de algunos trámites. En la Argentina finisecular - desde 1884 - las 14 provincias existentes se vieron flanqueadas por la organización unitaria de nueve “territorios nacionales”, en una fórmula federal mixta, entre ellos el Chaco.³ En una nación que contaba con 4.044.911 habitantes en 1895, casi 8.000.000 en 1914 - el 30% inmigrantes - que en 1930 acogía 6.000.000 de europeos, la configuración de los territorios era una

fórmula adecuada para ampliar la regionalización, resolver la cuestión de la distribución demográfica para optimizar las posibilidades económicas, explotar los recursos y desplazar la frontera interior. Argentina quería realmente coincidir consigo misma. Aunque para los territorios recién creados el federalismo era como el oxígeno para respirar; a otros sectores no les resultaba tan beneficioso; por eso, esta realidad provincial y esta aspiración territorial sufrieron los embates *de una impugnación cuyo epicentro estuvo en la provincia de Buenos Aires y en la capital federal*.⁴

Alain Rouquié escribe que *los maestros de la utopía argentina pretendieron insertar a su país en el concierto de naciones civilizadas trayendo Europa a América, inspirados por el éxito fascinante de los Estados Unidos de Norteamérica, que en menos de un siglo gracias al flujo de hombres y de capitales edificaron una poderosa nación agrícola e industrial*.⁵ En el pretendido nuevo dinamismo de la economía nacional la expansión territorial hacia el interior era esencial. Según datos recogidos por Rouquié, entre 1895 y 1903 la superficie cultivada aumentó de 4,9 a 10,6 millones de hectáreas; en 1922 alcanzó los 22 millones. Además del crecimiento del sector primario, el del comercio argentino por los circuitos mundiales se explica por la diversificación de la economía rural, el incremento incesante de cereales y vino, así como la explotación y exportación de productos cárnicos - desde la invención de los frigoríficos - y cueros. Entre 1900 y 1909 las exportaciones se triplicaron y desde 1904 la mitad del valor de las mismas correspondía a la ganadería y la agricultura. El PIB creció casi un 5% anual entre 1860 y 1914.

Thomas Skidmore y Peter Smith aportan una imagen social de este proceso. El crecimiento de las exportaciones coincidió con una inmigración “aluvial”, como plasmación de un principio sociopolítico que Juan Bautista Alberdi formuló con su célebre frase *gobernar es poblar*.⁶ La riqueza generada por el trigo y la carne tuvo relación directa con “la figura del play boy argentino que se convirtió en un distintivo de la sociedad de la moda europea: un joven latino gastador que perseguía con gallardía la elegancia”.⁷ Un ejemplo literario de hombre rioplatense que triunfa en la vieja pero *charmante* sociedad parisina sería Aureliano Romero, en *El viento de la tarde*⁸ de Jean D’Ormesson. Poco tiene que ver esta imagen con el colono rural chaqueño - “tano”, “gallego”, “turco” o centroeuropo - que por entonces comenzaba a desbravar la tierra con sus manos. Los primeros años del XX fueron también de expansión social: se consolidaron la articulación del movimiento obrero y el surgimiento de las clases medias. Estos cambios en el tejido social permitieron reformas: si en 1912 el sufragio se amplió a grandes sectores de población, en 1916 el Partido Radical e Hipólito Yrigoyen lograron la Presidencia de la República. Para entonces el 30% de la población argentina había nacido fuera del país; en Estados Unidos solo el 13%.

Sin embargo la pujanza de la Argentina tenía sus sombras. El contraste entre la europeizada capital cosmopolita, densamente poblada, y el casi despoblado y tosco interior ganadero era enorme: *mientras que la prosperidad bendecía las Pampas y Buenos Aires, las partes del interior se estancaban. (...) el interior había luchado para evitar su muerte a manos de Buenos Aires. Perdió, y el precio de su derrota fue la pobreza.*⁹ Pero incluso los que arraigaban en la gran ciudad y su próspera sociedad, se insertaban en una región económica dependiente del sistema mundial, y que fluctuaba con él. Es significativo que entre el comienzo de siglo y el jueves negro de 1929 el 35% de las inversiones en activo fijo correspondían al capital inglés, francés y alemán.

2. Los discursos de “Argentinidad”, la modernización económica y la frontera interior

En las décadas de fines del XIX y comienzos del XX el imaginario colectivo argentino pretendía consolidarse en la construcción de la identidad nacional. La Argentinidad, la imagen que el pueblo debía tener de sí mismo fue minuciosamente forzada desde la clase política a partir de la antropología, el folklore o la etnohistoria pretendidamente autóctonos. Se trataba de mediatizar lo anterior en aras del futuro de una nación llamada al liderazgo. No hay espacio en este artículo más que para una breve mención, pero como contexto histórico y cultural es esencial reflejarlo, para desmarcar el discurso chaqueño de argentinidad de los argumentos oficiales. En este contexto se entienden los planteamientos sobre los ancestros en la Patagonia; las proclamas eugenésicas, y el más razonable de la modernización económica.

Navarro, Salgado y Azar han analizado “la invención del Patagón Antiguo” a raíz del hallazgo de 80 cráneos y múltiples utensilios en la Patagonia por Francisco P. Moreno, y su posterior estudio por Moreno y Hermann Burmeister.¹⁰ A partir de 1880, el Patagón Antiguo - raza dolococéfala quizá más antigua que habitó el suelo argentino -¹¹ sirvió “a la razón política de construir un discurso sobre los orígenes míticos de una nación que a fines del siglo XIX se sentía llamada al liderazgo continental, mostrando los mejores frutos del progreso entendido como ideología y como proceso material.”¹² Instrumentalizar la ciencia y/o la historia a nadie entonces parecía resultarle peligroso por poco ético.

Respecto al discurso y/o prácticas eugenésicas Vallejo y Miranda escriben refiriéndose a la construcción de la ciudadanía: *El mismo sector que a fines del siglo XIX se sirvió del darwinismo social para invocar la superioridad del hombre blanco durante el exterminio indígena, décadas más tarde buscó en la eugenesia galtoniana amparo científico para intervenir sobre el factor central de conflictos identificado con la emigración masiva.*¹³ El peligro de la otredad del indígena deja paso a la otredad del emigrante. Francis Galton¹⁴ pensó en aplicar la selección “natural” ser humano para la optimización étnica,

proponiendo estrategias de eugenesia, en Argentina de la mano de Juan Vucetich y otros. Las repercusiones del movimiento eugenésico no tardaron en llegar. En Argentina, una aplicación fue la selección de emigrantes: en 1919 se consideraba *la única inmigración deseable a la iletrada proveniente de regiones agrícolas*.¹⁵

En la documentación chaqueña manejada nadie hace discursos ancestrales ni eugenésicos. La visión de futuro que tienen los colonos era más bien economicista, se explica por su condición fronteriza y se aproxima al discurso de racionalidad económica. Un ejemplo de trayectoria provinciana emergente - y similar a la potencial del Chaco - fue la explotación azucarera tucumana, caso estudiado por José Antonio Sánchez Román.¹⁶ *Entre 1860 y 1914, Argentina, gracias a las exportaciones agropecuarias, logró integrarse exitosamente en el mercado mundial. El país creció a una tasa del 6,1% anual entre 1850 y 1912 (...). Dicho crecimiento era solo comparable al de otras naciones con frontera abierta como los Estados Unidos o Australia.*¹⁷ Desde su industria del azúcar, impulsada por las elites, el apoyo de entidades financieras y el dirigismo del gobierno, Tucumán colmaba en 1914 - con su 90% sobre la total producción nacional - la industria cañera. Un aspecto singular de su estrategia fue que se concentró en el mercado interno. *Esto hace que su caso sea más parecido al de Morelos en México o Louisiana en los Estados Unidos,*¹⁸ y se aparte en cambio de las provincias argentinas del Interior - Noroeste, Oeste y Nordeste - como el Chaco que, en general, no se incorporaron al progreso de las costeras y permanecieron relativamente atrasadas. Tucumán - como Mendoza - fue una excepción.

Porque existía una frontera interior; a mediados del XIX el 50% de los territorios indígenas en la Patagonia, la Pampa o el Chaco no estaban sometidos o integrados en la vida nacional. Mónica Quijada describe el trazado humano de una segunda frontera interior que circundaba lo que será el Territorio Nacional del Chaco, reducto de gran número de indígenas que lograron mantener su autonomía hasta comienzos del siglo XX. Ahora bien, la frontera no era exactamente una línea de separación sino un *mundo de criollos, indígenas y mestizos cruzado por múltiples líneas de interacción, aculturación e injerencias recíprocas*.¹⁹ En un análisis de la cuestión Silva Fleitas concluye como en Argentina la expansión de las industrias nacionales y la creación de condiciones adecuadas para el dominio del capital industrial *estuvo vinculada con las campañas militares al Chaco, la Pampa y la Patagonia*.²⁰ Su objetivo principal fue el logro de mano de obra barata. Según esta autora, hacia 1910 hay en el nordeste *un contingente de población indígena proletarizada*. En Jujuy trabajan Wiches y Chiriguano, mientras en el Chaco son sobre todo los Tobas quienes sacan adelante los ingenios azucareros. En 1924, cuando

el algodón empieza a despegar el Gobierno Territorial dictó una orden prohibiendo a los indios chaqueños abandonar la zafra para que el algodón no despoblara los ingenios y la producción azucarera no disminuyera.

3. La regionalización del Chaco

Chaco en guaraní significa desierto; en quechua *Caza de animales con cerco de gente*. Su historia constituye uno de los grandes temas de la historia regional argentina.²¹ La llanura chaqueña es un plano inclinado de unos 600 kilómetros, y una altura sobre el nivel del mar que oscila entre los 50 metros en la falla de los ríos Paraná y Paraguay hasta 350 metros en el borde este. Es un territorio que se suele caracterizar como Chaco semiárido y Chaco árido, creciendo la aridez de este a oeste. Las formaciones vegetales son leñosas y coriáceas; la pampa húmeda se limita a las riberas de los ríos, y más allá sabanas y un sotobosque intrincado. Las especies vegetales adaptadas a este rigor son el quebracho, el urunday, el lapacho, el palo borracho, el algarrobo y otras, todas ellas de aprovechamiento industrial. Es un área de importante ganadería extensiva. La red hidrográfica apenas existe, ya que la aridez seca el caudal de los pequeños ríos que discurren por la superficie territorial.

La región constituyó, durante mucho tiempo, un grave problema. Ni los españoles de los siglos XVI y XVII, ni las misiones jesuíticas a mediados del siglo XVIII lograron asentar allí sus reales de manera definitiva, ni aculturar a los indios Mataco, Mocoví, Vilela, Pilagá y Toba. En 1872 se nombró el primer gobernador del Chaco. Dos años después, se establecieron 4 cantones en la costa del Paraná y en 1875 una comisión exploradora se encargó de elegir los lugares y trazar los pueblos y colonias en Timbó, Las Toscas y San Fernando, una antigua misión, germen de Resistencia, capital chaqueña desde 1884. Por la Ley de Colonización, se concretó en 1877 el envío de agricultores europeos a poblar Resistencia en 1878, Avellaneda en 1879 y Las Toscas en 1880. En la Colonia Resistencia unas 250 personas abrían la ruta de otras tantas que previsiblemente iban a llegar; efectivamente, el 19 de enero de 1879 arribó un nutrido contingente, en su mayoría tanos trentinos. Otro grupo reforzó el doblamiento en 1880. Hasta llegaron colonos norteamericanos, que crearon la colonia *Nueva California* 35 leguas al sur de Resistencia.

En 1884 el gobierno central de Buenos Aires, dividió la zona en el Chaco y Formosa con sus demarcaciones político-administrativas actuales. Una incipiente vida política y unas primeras bases económicas comenzaban en Colonia San Fernando, donde funcionaba un aserradero de las Compañías Madereras Vatry y Cerf, con sierras circulares y perpendiculares y dos máquinas de vapor, para la dinamización económica chaqueña vendiendo madera en Buenos Aires y Europa. Siguiendo un cierto criterio “civilizador”

pero sobre todo de rentabilidad, en él emplearon hasta cien Mocovíes. Después de la Primera Guerra Mundial empezó el auge del algodón que aunque parecía prometedor y base de una carrera hasta la preeminencia nacional, sólo duró hasta los años 50. Un año después, se alcanzó el ansiado status provincial.

En los informes previos a la fundación de las colonias hay referencias a los Estados Unidos. Se pretendía establecer un cierto paralelismo entre las situaciones con que los colonos desbravadores se iban a encontrar en territorio chaqueño, el talante con que debían resolverlas y el ejemplo antecedente de los pioneros americanos. Así, se mencionan los avances territoriales hacia el oeste, la adaptación y ¡patriotismo! de los inmigrantes, el “problema indio”, la gallardía de los pobladores y su perfil audaz y voluntarioso, etc. Además, el optimismo económico rezumaba: *los productos del Chaco pertenecen al número de las más valiosas mercancías del mundo y una vez cultivado el fértil suelo rivalizará con el Paraguay y La Habana en tabaco y azúcar; con el Brasil en Café; con la Louisiana en algodón y con la India en arroz y añil.*²²

La configuración del territorio y su regionalización política y económica exigieron - además del trabajo de los pobladores, la profesionalización de la gestión pública y el nombramiento de siete gobernadores entre 1872 y 1884. El primero, Julio de Vedia, escribió que en Resistencia *más de ochocientos colonos europeos cultivan la tierra con ardor.*²³ Lucio Mansilla también fue expresivo en su informe de mayo de 1879: *el algodón es espontáneo y el tabaco por la escelencia (sic.) de su color y aroma es riquísimo, tanto que fue honrosamente premiado en la última exposición de Filadelfia.*²⁴ El gobernador Fotheringham, comunicó a Buenos Aires - cuando el Chaco y Formosa se separaron - que el territorio chaqueño llegaría a ser una colonia próspera: más de dos tercios de una superficie de 14.000 hectáreas, con un valor de 30.000 pesos nacionales estaban ocupadas; había plantaciones valiosas y una cabaña ganadera de más de 10.000 cabezas; dos molinos de vapor, varios hornos de ladrillos, una destilería y diversos establecimientos industriales a pequeña escala.²⁵

El amplio espacio de la nueva gobernación presentaba a las autoridades el reto de las comunicaciones e infraestructuras. A poca de distancia de Resistencia se había habilitado, en la orilla del Paraná, en 1878 el Puerto fluvial de Barranqueras, o Puerto Juárez Celma. Desde allí operaban las compañías de Nicolás Mihanovich, la Sociedad Marina Mercantil Argentina y la Empresa Domingo Barthe.²⁶ Además de pasajeros, según María Emilia Pérez en 1928 se transportaron más de 83.000 toneladas de extracto de quebracho, postes, durmientes, balas - rollizas y tortas - de algodón; semillas de algodón, lino, sisal - fibra de pita - y tártago o ricino; maíz, alfalfa, cereales, tabaco y arroz; jabón en pasta, vino, yerba mate, azúcar, madera, leña y subproductos ganaderos.²⁷ El puerto de Barranqueras co-

nectaba desde 1904 con la capital chaqueña a través del llamado “Trencito Dodero”. Por la Ley 5559 de Fomento de los Territorios Nacionales se tendió el Ferrocarril siguiendo el Paraná. La población chaqueña crecía: según el Prof. Mari en 1914 ascendía a 46.274 habitantes, 110.000 en 1925 y 214.160 en 1934.²⁸ Y su prosperidad pecuaria también: en 1914 las cifras oficiales de la cabaña chaqueña ascendían a 77.929 cabezas de ganado vacuno, 30.094 de ovino y 11.961 de caprino.²⁹

Nelly Estela González ha estudiado con detenimiento los años de gobierno de Martín Goitía, de auténtico despegue regional: se cultivaba caña, maíz y algodón - que durante los *Años Veinte* fue el producto sobre el que pivotaba toda la región económica chaqueña - así como cítricos: doce millones de naranjas vendidas en Rosario y Buenos Aires en 1908.³⁰ Funcionaban a pleno rendimiento tres ingenios - Svea, Vicentini y las Palmas -; este último llegó a facturar 3.000 toneladas de azúcar y de 200.000 a 300.000 litros de alcohol. Otro rubro chaqueño en alza era por entonces la explotación del tanino, esencial por su aplicación en el curtido del cuero. La extracción taninera corría a cargo de diferentes empresas, como *Las Palmas*, *la Forestal*, *La Industrial del Chaco* y *Quebrachos Fusionados*. A principios de siglo XX la actividad taninera iniciada en Santa Fe penetró en el Chaco; se produjo una explotación indiscriminada por parte de algunas compañías, como la inglesa La Forestal. La crisis del tanino dejó tras de sí un bosque degradado y más de 50.000 personas sin trabajo. En la Fábrica Liguria se producía, refinaba y envasaba el aceite. El henequén³¹ - una fibra vegetal - era un producto emergente desde que en 1878 se empacaba con la empacadora *McCormik*. La *Internacional Harvester C^o* de Chicago era la henequenera número uno desde 1905. Aunque los tipos más valorados en los mercados internacionales eran el Yucateco y el Manila de Filipinas, los colonos chaqueños no se arredraron y cultivaron su henequén para fabricar sacos.

Estas actividades precisaban fondos y reservas, y la población requería atención - sanitaria y académica - así que el sector servicios se fue configurando durante los años de gobierno del eficaz Goitía. En 1905 el Banco Nacional de Argentina abrió su sucursal en Resistencia; dos años después el alumbrado público de queroseno fue sustituido por el eléctrico; y en 1908 se instituyó en el Chaco la primera *Escuela de Enseñanza especializada*, en la Colonia Benítez, con el pomposo nombre de *Escuela Forestal y de Cultivos Industriales*. Para entonces había ya dos Hospitales, el *Hospital Mixto de Resistencia* y el *Hospital Regional para el Territorio del Chaco*. Los chaqueños parecían poder soñar con una prosperidad estable, garantía de un futuro político de mayor influencia.

4. Fábricas, millonarios, algodón y automóviles

La dinamización económica, demográfica y social del Chaco se generaba cuando las manufacturas que los Estados Unidos colocaban en los circuitos internacionales suponían ya un 30% del total. En aquella era de acero, máquinas y electricidad, los vecinos del Norte eran la imagen emblemática del desarrollo posible y de una pujanza que aparecía a los ojos latinoamericanos sin límite en su ascenso. *Como compendio de la nueva América industrial aparecía la desparramada y humeante ciudad de Pittsburg, con sus hornos de carbón y altos hornos, sus bosques de chimeneas de fábricas, sus nuevos millonarios y su población inmigrante y políglota.*³² Que fuera una referencia inevitable no quiere decir que los diferentes tejidos sociales de América Latina tuvieran respecto a Estados Unidos la misma perspectiva. La intervención estadounidense en la Independencia de Panamá, supuso una llamada de atención para Brasil, Chile y Argentina, tres grandes países en buenas condiciones para ejercer su soberanía, que - como Halperín Donghi plantea - a partir de 1902, formaron una especie de “Alianza informal”,³³ que los USA no vieron con hostilidad. La Gran Guerra sacudió la estabilidad del orden internacional y desbarató algunas de las iniciativas de los países del Sur, fortaleciendo en cambio a los Estados Unidos. Los *gringos* hicieron avanzar muy rápidamente sus influencias en América Latina entre la Gran Guerra y la Depresión que siguió al crack del 29: *Brasil y aun Uruguay y Argentina iban a sufrir también su impacto.*³⁴ El fin de la era del ferrocarril trajo el comienzo de la era de la automoción; la deuda externa dejó de contarse en libras para computarse en dólares...y aunque en los años treinta Argentina todavía pedía asesoramiento de expertos economistas en Gran Bretaña “las misiones técnico financieras norteamericanas eran ya visitantes habituales”.³⁵

Y así entramos en la materia de este artículo: analizar la imagen que los Estados Unidos tenían en el Territorio Nacional del Chaco. Marisa Moroni, que ha estudiado el Territorio Pampeano, escribe como las distancias permitieron a los medios locales *capitalizar un papel central no sólo como soporte para la difusión, sino también como campo intelectual de producción de representaciones políticas, sociales y culturales desarrolladas en el ámbito local y en el nacional.*³⁶ Esto parece claro en la utopía algodonera chaqueña creada en buena parte por el Semanario *El Colono*. Ana Rosa Suárez Argüello ha publicado un estudio sobre visiones periodísticas mexicanas, *Una punzante visión de los EE. UU. La Prensa Mexicana después del 47,*³⁷ tras la Guerra y la Anexión de Tejas. Concluye que la prensa liberal - *El Monitor Republicano* y *El Siglo XIX* por ejemplo - planteaba la imitación como una cuestión de supervivencia; la prensa conservadora, especialmente *El Universal* advirtió el peligro imperialista, reivindicó la mexicanidad y animó a la

exigencia de “distinguirse” de los Estados Unidos. Ambas tendencias confluían en un punto: “adoptar las herramientas de la modernidad, sin imitar por eso las otras características de los señores del Nuevo Mundo”.³⁸ Determinar qué se planteó en el caso chaqueño y desde un único medio, el semanario *El Colono*, es el objeto de este artículo.

5. *El Semanario El Colono*

Marta Sánchez de Larramendy ha analizado concienzudamente los orígenes del periodismo chaqueño hasta la transformación del Territorio en Provincia en 1951, desde que el gobernador Uruburu promovió en 1875 el periódico oficial *El Chaco*.³⁹ El semanario *El Colono* - prácticamente el total de sus lectores lo eran - aparecía los jueves y se intitulaba *Periódico de interés general de todos y para todos*; en el encabezamiento se añadía “Avisos y Reclame Convencional”. Se distribuía por todo el Territorio, si bien fuera de Resistencia era preciso pagar por adelantado. Fundado, dirigido y administrado por Emilio Rodríguez Román,⁴⁰ salió por vez primera el jueves 5 de abril de 1906. La edición se hacía en la cercana Corrientes - a 22 kilómetros de Resistencia - en la imprenta Provenir; ya en 1921 comenzó a imprimirse en la imprenta chaqueña de Estanislao Dupuys. Su formato era de dos grandes páginas a cinco columnas.

En la Biblioteca de la Escuela Benjamín Zorrilla se conserva una colección casi completa de *El Colono*,⁴¹ desaparecido el 2 de junio de 1922 debido a que su director, Lynch Arribálzaga - lo era desde el 23 de marzo- fue nombrado Secretario de la Municipalidad, y Emilio Rodríguez Román estaba enfermo. El semanario tenía varias secciones: “Editorial”, “Informaciones diversas”; “Del Interior del Chaco”; “Municipalidad”; “Sociales”; “Telegramas”, “Indicador” que publicaba la cotización del oro, de la moneda, nómina de autoridades territoriales y dirección de oficinas públicas; “Las Tareas Agrícolas” en que el Agrónomo Ricardo Campolieti, informaba sobre cultivos, fertilizantes, técnicas de optimización de rendimientos agrarios, y consejos útiles. En “Guía de Comercio e Industria del Territorio” se publicaban los comercios con sus respectivos domicilios y productos. Las noticias nacionales eran escasas; en cambio, se incluyeron las internacionales relacionadas con las colectividades radicadas en el Territorio. También se editaba publicidad, incluso en primera plana.

Rodríguez Román, solicitó la colaboración de todos los chaqueños para exponer problemas y proponer soluciones y manifestar las diversas inquietudes. Expuso no tener compromisos políticos, y realmente, *El Colono* fue independiente. Con lenguaje culto e impecable presentación, defendió con coraje las aspiraciones de los habitantes del Territorio, ignorados por las autoridades nacionales que designaban gobernadores que no conocían ni la región, ni sus pobladores y necesidades, y sólo ocupaban el cargo, en la mayoría de los casos, en beneficio propio o de sus partidos.

6. *De colonias agrarias a potencias emergentes: los EE.UU. y El Chaco*

Durante una estancia de investigación y docencia en Resistencia⁴² pude estudiar los 823 ejemplares conservados del Colono recavando referencias y noticias sobre los Estados Unidos. Encontré un interesante material, disperso en todas las secciones de 101 números, desde 1906 hasta 1922, excepto 1920 en que El Colono - sin que haya explicación - no se editó. En este periódico de "interés general" hay bastantes referencias a los Estados Unidos desde un ángulo de análisis interesante: aquellas trece pequeñas sociedades agropecuarias y coloniales del XVIII habían llegado a ser la gran potencia emergente a comienzos del XX. Los colonos chaqueños eran bien conscientes de su economía agropecuaria y de ser un perdido - y casi olvidado - Territorio Nacional en el interior. A aquellos pioneros con dificultades reales para sobrevivir primero y prosperar después no les faltaba una visión optimista de sus posibilidades: como aquellos colonos nortños de lengua inglesa y cultura heterogénea no estaban dispuestos a aceptar otros límites que los impuestos desde fuera; era preciso aspirar a todo para llegar a ser algo. Y la primera aspiración era la provincialización. Para ello, y como primer desafío contaban con poder convertir en real su potencial algodonero. Tras la profusión de noticias sobre plagas, maquinaria, insecticidas, datos del mercado americano e internacional algodonero, loas a veces *tragicómicas* a la riqueza chaqueña y argentina late un discurso utópico, autóctono y atípico de argentinidad: el sueño de un liderazgo político ejercido desde un Chaco próspero - que se adivinaba en el pasado estadounidense como indicador de un futuro paralelo - proyectado en toda la República y desde la supremacía de los "*yanquis del sur*" - o sea, los argentinos - en los niveles de decisión con trascendencia en las estrategias de ámbito internacional.

Los Estados Unidos de Sudamérica contra la langosta

La gran República del Norte, *la nación práctica por excelencia y de tan aguda visión que parece pronosticar a distancia el porvenir de otros estados (...) verá surgir una potencia que irá lejos comercialmente y su espíritu de realidad positivista le lleva a estrechar lazos amistosos que hacen honor a su fama de nación previsora.*⁴³ Enrique Lynch Arribálzaga había realizado un estudio de medios para combatir la terrible plaga de langosta en Argentina, Paraguay, Uruguay y Brasil: *ya que en teoría la América del Sud copia tanto de los Estados Unidos, aquí tiene una oportunidad para demostrar buen sentido práctico; en lugar de buscar enemigos en cada vecino, apuntarse a combatir el enemigo común realizando un acto de buen gobierno: los Estados Unidos de Sudamérica contra la langosta*⁴⁴. El algodón peligraba precisamente en un momento en que por

este cultivo los Estados Unidos *se han fijado en nuestra región, que es la que mayores peligros ofrece para hacerles competencia en el futuro*.⁴⁵ La “autoestima algodонера” se presentaba a través de algunos datos: de cada 1000 Kg. de algodón norteamericano solo 140 igualan “al nuestro” en calidad y de los doce millones de balas que producen, apenas 1.680.000 pueden rivalizar en calidad y precio con las balas chaqueñas. En ningún caso se explica cómo comprobar la veracidad de esa información ni si los criterios de calidad empleados fueron los habituales de longitud de fibra tras el desmotado, índice de uniformidad, resistencia, grosor y madurez, y elongación o elasticidad.

Además, según el vicecónsul argentino en Washington, Juan Atwell, “los estados subtropicales de Estados Unidos han producido en 1908 algodón por un valor mayor de un millón de pesos-oro y han tenido que importar para completar su producción otros productos subtropicales hasta un monto de 600 millones pesos-oro. En USA la mano de obra es cara, como la tierra, que está necesitada de fertilizantes. En el Chaco las tierras son de aluvión, hay una red de transportes fluvial y ferroviaria modesta pero eficaz, y en ese momento - 1909 - exportamos más trigo que Estados Unidos, cuando hace 25 años los chaqueños importábamos harina norteamericana”.⁴⁶ Las tornas parecían empezar a cambiar. En los actos conmemorativos del I Centenario de la Independencia, Atwell pronunció un discurso que El Colono llamó *yanqui* en el que planteó como los estados del sur por su riqueza agrícola eran los más prósperos y por eso, desde Washington hasta el predecesor de *todos los presidentes y todos los congresos respondieron a la política de los estados del sur donde se producían el tabaco, la caña de azúcar y sobre todo el algodón, que se pasaba a Inglaterra, dónde se transformaba en géneros para suplir las necesidades del mundo entero*.⁴⁷

La información se completaba con datos sobre la cotización del producto *lanzadera* del Chaco. El 2 de marzo de 1913, en Barcelona, la libra de algodón argentino se vendía a 11.82 centavos de dólar, 1,47 por encima de la libra de algodón *Middling* de USA - *Strict Middling, Middling y Low Middling* eran entonces las mejores calidades. Los empresarios vinculados a la industria textil catalana “aseguran estar preocupados por el agro *yanqui*, buscando alternativas y los informes técnicos de Barcelona aseguran que el algodón argentino es equiparable por su calidad al mejor *Fully Good*”.⁴⁸ El Dr. Horace E. Stockbridge cedió al Colono una traducción de su artículo en *Southern Ruralist* de Atlanta - cuyo Editor Mr. Cobb llegó a ser Presidente de los Agricultores Editores de Atlanta - acerca de una eficazísima cosechadora,⁴⁹ que optimizaría los recursos humanos, haciendo evolucionar las técnicas agrarias hacia rendimientos competitivos.

Pero llegó la Gran Guerra...

Y a partir de ese momento, el Panamericanismo, el Sussex y los submarinos alemanes, el extracto de quebracho, maíz, lino, trigo, cueros y tanino y el intervencionismo USA en México desplazaron al algodón de entre las noticias; lógicamente el semanario convirtió las preocupaciones de los ciudadanos en su temática habitual; hasta que el 21 de febrero de 1918 reapareció en un artículo titulado “la oruga del algodón”, al ser un problema percibido como tremenda amenaza. Se trataba de una plaga de *Heliothis (Helicoverpa) Armigera*. ¿El remedio? Que los gorriones se las comieran. *El Colono* investigó sobre casos similares de especies erradicadas por otras que equilibraron así el ecosistema, por ejemplo, en Salt Lake City en el caso de los mormones. La Revista norteamericana *Nueva Tierra* presentaba el relato de una plaga de grillos negros que se abatieron insaciablemente sobre las cosechas de los seguidores de Joseph Smith cuando se asentaron en Utah. El primer año perdieron todo, y el segundo, estuvieron a punto, si no hubiera sido por una inmensa bandada de Gaviotas Franklin que depredó a los grillos.

El 23 de mayo de 1918 reaparecía establemente la información sobre el algodón: *Necesitan algodón: España cuyas fábricas de tejidos se paralizaron por falta de materia prima hasta conseguir de Estados Unidos que permitieran la provisión siquiera fuera limitada.*⁵⁰ Enrique Lynch publicaba su informe sobre la cuestión de las orugas: *desgraciadamente no se aprovechó la larga experiencia adquirida por los Estados Unidos para lo cual habría bastado clasificar el insecto (...) y aplicarle los mismos métodos de extirpación.*⁵¹ Se investigó; se encontraron algunos insecticidas y se aplicaron. Una semana después se sugería la solución: la aplicación seca del *verde de París*, a través de un dispositivo que comprendía una varilla de madera con dos bolsitas de tela de Osnaburgo en los extremos, para tamizar el ingrediente. Para Lynch era importante no olvidar que los EE.UU. tenían la mayor producción algodnora del mundo - de 4 a 6 millones de toneladas anuales entre 1899 y 1905 - defendiéndose de las plagas con derivados del arsénio: *verde de París* o *aceto-arsénico de cobre*: el *verde de Scheele* o *arsenito de cobre*, el *arsenito de cal*, *arsenito* y *arseniato de plomo*. Un chaqueño, Fernández Cea, se ofrecía a proveer 2.500 Kg. de *verde de París* a 3.90 pesos el Kg. Y como el Paraíso de los Insecticidas - así podía definir cualquier colono en Resistencia a la inmensa nación del Norte - era también el de las máquinas se destacaba una “Nueva máquina de cosechar algodón” empleada en USA. Aquel país tenía patentados, según el reportero, más de 2.000 inventos para la misma función. Trabajando diez horas al día la máquina arranca 5.000 libras de algodón; *hace pues el trabajo de 35 hombres y lo hace sin desperdicio.*⁵²

Las estrategias agrarias chaqueñas

Sin embargo, era preciso algo netamente humano, el estudio de las estrategias, ya que si la producción algodonera aumentaba en exceso, el algodón podría depreciarse, a menos que los cultivadores se ocuparan de constituir en Resistencia una “Bolsa del Algodón” que les pusiera a cubierto de la ambición de los acopiadores; así se evitaría el peligro y “sería esta Bolsa Chaqueña la que regularía los precios del algodón argentino y no la de Nueva York que nada tiene que hacer con el algodón del Chaco”.⁵³ En 1909 una comisión de expertos norteamericanos que visitó el Territorio informó a su gobierno de cómo era la única región capaz de competir con la zona algodonera de EE. UU.: “ya se pronosticó el porvenir”.⁵⁴ El problema estaba en que la cotización del algodón se fijaba en la Bolsa de Nueva York y a los agricultores chaqueños se les pagaba el kg. de algodón de 0.30 a 0.43 pesos, cuando lo legal habría sido una tarifa de 0.61. Desde Presidente Roque Sáez Peña, una población del interior, se pedía a la Bolsa de Comercio de Resistencia que se planteara fiscalizar las fluctuaciones del precio del algodón autónomamente para el mercado argentino y desde los intereses chaqueños. En el II Congreso de Agricultores del Chaco se tomaron decisiones significativas: en la tercera sesión se fijó el precio 50 pesos m/n (moneda nacional) por cada mil kg. de algodón en bruto entregados, en fardos estandarizados de 450 kg. de los cuales 226 eran de fibra; además se sugirió la plantación de *middling* y se recordó que en Europa y Estados Unidos la demanda no se expresaba en kg. sino en fardos de 500 dm³ equivalentes a más o menos 227 kg. Sin perder ocasión, se insistía en la creación de una Bolsa del Algodón en Resistencia⁵⁵ como logro vital.

Una cuestión que se suscitó dos semanas después -se iniciaba la toma de conciencia de los agricultores chaqueños- fue la táctica de rotación y selección de las semillas: en el Chaco se utilizaban la *Excelsior de Moore*, *Peterkin*, *Improved Fruit*, *Peerles*, *Russell* y *Louisiana*: se consideraba que la mejor era esta última, en su tipo Chaco.⁵⁶ Pero el peligro de abaratar los procesos era que no siempre se calculaban las consecuencias: efectivamente, en Estados Unidos se emplearon durante algún tiempo semillas que empobrecían vertiginosamente el terreno; así, la producción descendió a una octava parte, el suelo quedó depauperado y el precio de la tierra subió un dólar por acre (de 4.046 m²). Otra posibilidad era la alternancia en una misma tierra de cultivos diversos: dos años de algodón y un tercero de caupí (cow-pea), una legumbre similar al poroto comestible, que regenera la tierra. En Alabama, con esa rotación trienal la cosecha de algodón el primer año post-caupí creció un 83%; en Arkansas, un 59 %. Otra opción experimentada positivamente en EE. UU. fue la rotación algodón-maíz con caupí entre líneas - y avena o trigo con caupí en los rastros, modalidad que quizá se podría adoptar y adaptar con buenos rendimientos.

En junio del 19 la cosecha en los Estados del Sur de USA, especialmente Carolina se perdió por lluvias torrenciales; Barcelona se había quedado sin proveedores y parecía una oportunidad óptima para los productores chaqueños pero “*algún listo argentino*” el año anterior engañó a los hilanderos catalanes vendiéndoles fardos que no contenían algodón sino tierra: cuando los empresarios del sector textil pretendieron exigir responsabilidades, el supuesto vendedor en Argentina resultó ser un fantasma y nadie respondió por él. Así que, oportunidades y oportunistas fortuitos a un lado, había que trabajar las estrategias. La mecanización se consolidaba en el horizonte del agricultor chaqueño, o argentino en general, en aras a una rentabilidad y una competencia en los circuitos algodoneros del mercado internacional. Así en El Colono se empezaron a ver anuncios: “Todo agricultor del algodón puede desmotarlo él mismo y conseguir mejor precio por su cosecha. Acabamos de recibir un nuevo cargamento de las renombradas desmotadoras de algodón *Eagle*;⁵⁷ la *International Machinery Co* no sólo vendía en el mercado argentino sino que instaló una sucursal en la calle Perú esquina a Venezuela, en Buenos Aires. Y como el marketing formaba parte de la estrategia algodonera había propaganda chaqueña; gracias a un breve de publicidad podemos situar una fábrica desmotadora de algodón, Algodonera Argentina, en la Avenida Alberdi de Resistencia, con una oficina porteña, en la Avenida de Mayo n° 963.⁵⁸

El Colono comenzó a informar sobre la Conferencia Mundial Algodonera el 16 de octubre de 1919, insertando un artículo de agencia de Nueva York del día 9: “más de 30 naciones de todas las ramas del comercio del algodón, transportes e intereses bancarios estarán (...): Brasil, Argentina, Uruguay, Chile, Perú, Colombia, Ecuador, México, Inglaterra, Canadá, Polonia, Finlandia, Francia, Suiza, Italia, España, Portugal, Checoslovaquia, Bélgica, Holanda, Suecia, Noruega, Dinamarca, India, China, Japón, Persia y los Estados Unidos”. La Compañía General de Fósforos en el Chaco encomendó a Gaspar de Nicola y Olindo Prati, dos ‘tanos’, que instalaran una sección dedicada a la explotación algodonera en el camino de Resistencia a Barranqueras junto a la Refinería de Aceite Liguria: además de por el dato de situación y gestores de la fábrica, el breve relato es interesante porque en él se hace referencia a la crisis del valioso textil.⁵⁹ Ello no impidió a la redacción del semanario seguir hablando del futuro algodonero del Chaco e insertar un informe de Mr. George Brady: el algodón crece; el centro neurálgico de la industria algodonera argentina es Resistencia, capital del Territorio Nacional del Chaco, donde en 1920 se organizó la Federación de las Sociedades Agrícolas del Chaco, para “dar ímpetu al cultivo” entre otras cosas, a través de las Escuelas Agrarias. Por otro lado, en este informe aparece por primera vez una referencia a la población autóctona: “aún no se han podido conseguir resultados prácticos empleando los brazos del indígena”.⁶⁰

En el año 20 se cultivaron 24.000 hectáreas: la producción varió entre 1-3 toneladas métricas de semillas de algodón por cada una, cotizándose la tonelada métrica de semilla a 1.200 pesos en Buenos Aires. El flete fluvial desde Barranqueras al puerto de Buenos Aires era de 29 pesos/tonelada. En Resistencia había - sigue el descriptivo Brady - dos fábricas desmotadoras, de firmas alemanas, y otras dos con equipos americanos; una de ellas, la de Fósforo. La semilla mejor es la tipo Chaco de origen *Louisiana* adaptada: otras se han ensayado - *Texas Word, Russell, Dixon* y *Georgia* - pero su rendimiento no es comparable. La previsión arriesgada que hacía el experto George Brady era de un crecimiento del 75% para el 21 sobre el rendimiento algodonnero de 1920; multiplicando por siete lo obtenido en 1916... Al fin, una conclusión: si Argentina va a desarrollar al máximo como parece la industria de textiles “bien harían los americanos fabricantes de maquinarias y equipos para la industria de textiles si prestasen especial atención a este mercado para su futura expansión”.⁶¹

EL CHACO NECESITA AUXILIO

Las aguas fuera de madre del Río Bermejo y el Teuco se llevaron por delante la prosperidad chaqueña: ahogaron la cabaña ganadera; además las 23.000 hectáreas de algodón rindieron solo 15.000 toneladas a causa de las terribles heladas; las fábricas de extracto de quebracho se cerraron, mientras se disolvían las Sociedades que habían sustentado las de azúcar Svea en Colonia Benítez y Lutecia de Puerto Vicentini; el ingenio de las Palmas perdió la zafra por huelga de los trabajadores; las desmotadoras se paralizaron por falta de capital en el circuito. En resumen, “el Chaco necesita auxilio”.⁶² El Colono siguió ofreciendo sugerencias de nuevos cultivos a sus lectores a lo largo del año. Como auxilio por la vía de las alternativas y partiendo de un supuesto estudio de Mr. Joseph B. Alston,⁶³ Director General de la *Fibre Plant Co* de Nueva York las dos primeras posibilidades de especies a explotar que se mencionaron fueron la bromelia silvestre y el yute. Después, Bernabé García Navarro, botánico argentino, inició una larga crónica durante semanas; sus primeras sugerencias fueron la fibra de Caranday, cáñamo, sisal de agave, magüey, luego, caraguatá e ibirá, después, el palo borracho, ortiga brava y chaguar y para finalizar, el henequén.

Por último, criticó la política agraria del gobierno argentino, porque el problema no estaba en que los cultivadores y colonos pudieran adaptar nuevas plantas, o cultivar con vistas a una explotación industrial plantas autóctonas estudiando la manera de optimizar el rendimiento, si no en que “los gobiernos de los países civilizados (...) se preocupan no solamente dentro del país sino fuera, buscando los medios de cimentar la riqueza pública, como nos lo muestra con evidentes ejemplos la gran República del Norte”⁶⁴ cuyo

Departamento de Agricultura disponía de un fondo de 800 millones de dólares y una transacción anual de 25. En USA había - según García Navarro - “diez mil plantas de todos los rincones del mundo en proceso de adaptación para la explotación: esta es la forma como se preocupan dichos estados americanos y europeos de la marcha de la producción y comercio de sus riquezas”.⁶⁵

Otra forma de encarar la crisis era sembrar la mitad, para encarecer el algodón como también se apresuró a publicar el semanario de Rodríguez Román.⁶⁶ De hecho, los Estados Unidos habían reducido preventivamente su producción algodonera en espera de que - tras el fin de la guerra - el mercado alemán se recuperara: incluso parecían dispuestos a prestar varios cientos de millones de dólares como una inversión restauradora de su propio circuito algodonero⁶⁷ que se completaba con la reanudación del ritmo normal de las hilanderías y fábricas de tejidos en España, Bélgica e Inglaterra. Las noticias algodoneras fueron escasas en septiembre: sólo se reflejan las fluctuaciones de precios de la libra; en Nueva York a 16,60 centavos la libra; siete días más tarde ha subido a 20,30 centavos mientras en Liverpool se cotizaba a 12.40 peniques: tres semanas después, a 21.10 centavos 14.58 peniques. La tendencia al alza parecía irse consolidando.⁶⁸

7. A modo de conclusión

Lo que presento a la consideración de los lectores es realmente un estudio de opinión publicada; sabemos hacia dónde quiso la redacción de *El Colono* llevar a los chaqueños; ignoramos en cambio qué pensaban estos, es decir, no tengo - ciñéndome a *El Colono* como fuente - forma de completar el circuito de interacción entre el tejido social y el discurso periodístico. La sección que podría proporcionar datos más significativos en este sentido, Cartas al Director, no refleja críticas, conformidad, contraposición, alternativas... ¿Hay que hablar de pasividad? Antes de precipitar esa conclusión hay que atemperar el juicio con otras cuestiones y la primera es que realmente no se cuanta gente leía el periódico y por eso, qué tanto por ciento de la sociedad tenía o podía opción a disentir o afirmar. Además, los lectores serían tan heterogéneos que probablemente habría que plantear varias opiniones públicas frente a una sola opinión publicada.

Ante la falta de discrepancia habría que considerar - al menos hipotéticamente - que los chaqueños asumieron esa posible trayectoria desde el auge algodonero a la provincialización y el liderazgo. Me parece más que probable que los colonos se centraran en la prosperidad agraria pero, sobre todo, para sobrevivir, para arraigar, para asegurar una calidad mínima de vida familiar y una estabilidad social, y lograr en un segundo momento la plenitud de derechos civiles o la ciudadanía plena al convertirse en provincia. Incluso podríamos plantearnos desde este contexto si realmente *El Colono* creía en aquella

versión chaqueña del sueño americano a la que inducía a sus lectores. Sin dar una respuesta desde el siglo XXI, conociendo lo sucedido, sino en el momento histórico y el contexto social chaqueños pienso que sí. En un tiempo como la Belle Époque, en el que Occidente llegó a creer no ya en idealismos utópicos sino en apreciaciones contra la experiencia - la civilización y el progreso han llevado al hombre a superar la guerra y dirimir sus conflictos razonablemente - todo diseño utópico era creíble.

Pero llegó la Gran Guerra que hizo saltar el sueño europeo de paz: gases, aviones, trincheras prolongadas en el tiempo, centímetros de tierra que costaron miles de vida, cifras dramáticas nunca barajadas hasta entonces consternaron a las sociedades y fueron un terrible despertar. El sueño había sido realmente eso, *un sueño*. El derrumbamiento de los caducos y anquilosados Imperios centrales dejó paso a un nuevo imperialismo emergente: quizá con cierto aire de nuevos ricos los Estados Unidos asumieron un nuevo papel en la Comunidad de Naciones. Por otro lado, aunque en Argentina - como en el Chaco - había oriundos de los países de ambos lados de la contienda, que en muchos casos mantenían lazos familiares y/o afectivos con sus sociedades de origen, la guerra trajo beneficios económicos y cierta prosperidad ya que el Nuevo Mundo funcionó durante cuatro años como proveedor del Viejo Mundo, colapsado por la confrontación bélica.

Quizá esta circunstancia atenuó el realismo o pudo enraizar la utopía argentina y la chaqueña en una formulación antigua que se percibe en la literatura política del siglo XVI de la colonización española, desde los escritos de Hernán Cortés hasta la minuciosa legislación de Felipe II: la corrupción europea era ya inevitable, sólo se podía tratar de aminorar; América representaba la posibilidad de construir desde cero y, por eso, de forma novedosa y evidente, evitando esa degradación. Por otro lado, en la mentalidad pragmática, industrial, basada en el progreso, la eficiencia y el rendimiento eran parámetros esenciales. La edad multicentenaria de algunas potencias europeas les podía parecer vejez; la consolidación de sus estructuras, anquilosamiento. En cambio, los países americanos estaban dispuestos a irrumpir en la escena internacional para variar el futuro y la historia en su favor: tendían en su juventud, sus nuevas ideas, el desenfado de esgrimir que “todo es posible mientras no se demuestre lo contrario”. Los desafíos podían ser, simplemente, peldaños. Quizá estaban, sin duda se sentían a un paso de cumplir el sueño que el Libertador Simón Bolívar describió en su carta de Jamaica “Hemos subido a representar en el teatro político la grande escena que nos corresponde como poseedores de la mitad del mundo”. La prensa - por su inmediatez y oportunismo - se identificaba mejor con esta nueva mentalidad que los tratados polvorientos en sus anaqueles carcomidos.

Pero el auge algodonero como trampolín para la provincialización y desde esta al liderazgo político dentro de Argentina y hasta donde pudieran llegar los *yanquis del sur*

era una utopía. Y no solo visto desde hoy, sino por cómo *El Colono* lo planteó: sus únicas estrategias fueron agrarias y una tímida sugerencia de gestión, la creación de una Bolsa Algodonera propia. Desde luego, es preciso recordar que me ha limitado a utilizar una única fuente, y quizá otras recogieron acciones políticas complementarias, por eso mis conclusiones son parciales, pero por los argumentos y planteamientos leídos en *El Colono* se concluye que no hubo un diseño de proyecto coherente sino un impulso abstracto y por eso, un tanto ciego: no hay indicaciones o señales entre el desde dónde y el hasta dónde. Era más bien un ambiente de euforia que un itinerario constructivo. Saquemos adelante el algodón implicaba hablar de semillas, maquinaria, insecticidas, calidades de fibre, etc. Quizá desde los gobernadores y la municipalidad alguien estuviera procurando vincular esos esfuerzos agrarios a la expresión política de una ciudadanía - la chaqueña - que se iba consolidando; quizá no. Nada leyeron al respecto los colonos de Resistencia y el Chaco en el semanario, y por eso tampoco yo. Algunos imponderables - climatología, malas cosechas, variaciones del mercado- y otros ponderables - presión porteña, circuito económico dependiente, heterogeneidad demográfica chaqueña - rompieron la mítica secuencia “liderazgo económico emergente = liderazgo político posible”, dieron al traste con la versión chaqueña del sueño americano. En todo caso, este puñado de colonos multiculturales que querían convertirse en ciudadanos chaqueños expresando su soberanía en una estructura provincial desde su talante pionero nos legaron una interesante experiencia: no hay más limitaciones que las que una sociedad - o una persona - se imponga a sí misma. Esta es la conclusión, bien real, de unos años de lucha por la utopía: los chaqueños lo intentaron, aunque no lo logran.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Professora Doutora Área de Historia de América. Universidad de Burgos. (España).

¹ Vid. BOTANA, Natalio R. “El federalismo liberal en Argentina: 1852-1930” en CARMAGNANI, Marcello (Coord.). *Federalismos latinoamericanos*: México, Brasil, Argentina. México: FCE, 1996. Pp. 224-263, P. 239.

² Vid. MONTERO DÍAZ, Julio. “Aparición y desarrollo de la prensa de masas “ en Paredes, Javier (coord). *Historia del Mundo Contemporáneo. Siglos XIX y XX*. Barcelona: Ariel, 2004. Pp. 275-296. P. 275.

³ Vid. BOTANA, (1) P. 241.

⁴ Vid. BOTANA (1). P. 241.

⁵ Vid. ROUQUIÉ, Alain. *Poder Militar y sociedad política en la Argentina*. Tomo I (Hasta 1943). Buenos Aires: Ed. EMECÉ, 1996, P. 30.

⁶ Vid. BASES y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. Buenos Aires, Eudeba: 1966, P. 78.

- ⁷ Vid. SKIDMORE, Thomas. SMITH, Peter. *Historia Contemporánea de América Latina*. América Latina en el siglo XX. Barcelona: Crítica, 1996.
- ⁸ Vid. D'ORMESSON, Jean. *El viento de la tarde*. Barcelona: Destino, 1987.
- ⁹ Vid. SKIDMORE, - SMITH (7), P. 87.
- ¹⁰ Vid. NAVARRO FLORIA, Pedro-SALGADO, Leonardo- AZAR, Pablo. "El Patagón Antiguo y la construcción discursiva de un pasado nacional remoto" en *Revista de Indias*. vol. LXIV. n. 231. Madrid: CSIC, 2004, Pp.405-424.
- ¹¹ Vid. NAVARRO- SALGADO- AZAR (10) P. 410.
- ¹² Vid. NAVARRO- SALGADO- AZAR (10) P. 423.
- ¹³ Vid. VALLEJO, Gustavo- MIRANDA, Marisa. "Los saberes del poder: eugenesia y biotipología en la Argentina del siglo XX" en *Revista de Indias*. vol. LXIV, n. 231. Madrid: CSIC, 2004. Pp.425-443, P. 428.
- ¹⁴ Sir Francis Galton. 1822-1911. Científico británico con un amplio espectro de intereses. Realizó la mayoría de sus investigaciones por su cuenta. Galton contribuyó a diferentes áreas de la ciencia. Primo de Darwin y buen conocedor de sus teorías, aplicó sus principios al estudio del ser humano y de las diferencias individuales. La institucionalización de la eugenesia acaeció a partir del Congreso de Londres de 1912.
- ¹⁵ Vid. VALLEJO-MIRANDA (13), P. 430.
- ¹⁶ Vid. SÁNCHEZ ROMÁN, José Antonio. "La Industria azucarera en Argentina (1860-1914). El mercado interno en una economía exportadora" en *Revista de Indias*. vol. LXV. n. 233, Madrid: CSIC, 2005, Pp.147-171.
- ¹⁷ Vid. SÁNCHEZ ROMÁN. (16), P. 148.
- ¹⁸ Vid. SÁNCHEZ ROMÁN. (16), P. 147.
- ¹⁹ Vid. QUIJADA, Mónica. "La ciudadanización del "Indio Bárbaro". Políticas oficiales y oficiosas hacia la población indígena de la Pampa y la Patagonia.1870-1920" en *Revista de Indias*. vol. LIX. n. 217, Madrid: CSIC, 1999: 675-704. P. 677.
- ²⁰ Vid. SILVA FLEITAS, María. "El pensamiento político y social de la elite azucarera del Nordeste argentino 1910-1930" en *Revista de Indias*, vol. LVI. n. 206. Madrid: CSIC, 1996: 167-198. P. 183
- ²¹ Vid. FOSTER, Enrique. OBLIGADO, Manuel y SEELSTRANG, Arturo. *Memorias e informes de la primera gobernación del Chaco (1872-1884)*. Resistencia, Instituto de Investigación de Geografía e Historia, IIGHI, 1977. P.7.
- ²² Vid. FOSTER, OBLIGADO, y SEELSTRANG (21), P. 109.
- ²³ Vid. FOSTER, OBLIGADO, y SEELSTRANG (21), P. 163.
- ²⁴ Vid. FOSTER, OBLIGADO y SEELSTRANG (21), P. 165.
- ²⁵ Vid. FOSTER, OBLIGADO y SEELSTRANG (21), P. 199.
- ²⁶ Vid. PÉREZ, María Emilia. "La navegación fluvial y el sistema portuario en Chaco y Formosa entre 1880 y 1960" en *Cuadernos de Geohistoria Regional*, n. 28. *Resistencia*, IIGHI, 1993: 5-28, P. 28.
- ²⁷ Vid. PÉREZ (26), P. 28.
- ²⁸ Vid. MARI, Óscar Ernesto. *La Administración territorial (1910-1940)*. Dependencia, servicios y seguridad en el Territorio Nacional del Chaco en Décimo Segundo Encuentro de Geohistoria Regional. *Resistencia*, IIGHI, 1992: 223-235. P. 227.
- ²⁹ Vid. SCHALLER, Enrique, "La ocupación del Chaco occidental árido" en Decimosegundo encuentro de Geohistoria Regional. Instituto reinvestigaciones Neohistóricas. *Resistencia*, 1992, P. 302.
- ³⁰ Vid. GONZÁLEZ, Nelly Estela. "El gobierno de Martín Goitia (1905-1908)" en Décimo Segundo Encuentro de Geohistoria Regional. *Resistencia*, IIGHI, 1992: 151-159. P. 153.
- ³¹ Vid. BELLINGERI, Marco. "La Racionalidad esclavista de la producción henequenera en Yucatán (1880-1914)" en Carmagnani, Marcello, Hernández Chávez, Alicia- Romano, Ruggiero (coord). *Para una Historia de América III*. Los nudos (2). México, FCE, 1999, vol. 2: Pp. 221-227.
- ³² Vid. JONES, Maldwyn. *Historia de los Estados Unidos*. 1697-1992. Barcelona, Cátedra, 1995, Pp.275.
- ³³ Vid. HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madrid, Alianza Editorial, 1998, Pp.292.

³⁴ Vid. HALPERÍN DONGHI, (33), P. 292.

³⁵ Vid. HALPERÍN DONGHI, (33), P. 293.

³⁶ Vid. MORONI, Marisa. “El delicado equilibrio entre la ley y el orden en la etapa de nacionalización...” en Revista Complutense de Historia de América, vol. 31, Madrid, 2005: 177-191, P. 187.

³⁷ Vid. SUÁREZ ARGÜELLO, Ana Rosa. “Una punzante visión de los EE. UU. La Prensa Mexicana después del 47” en Blancarte, Roberto (Comp.), Cultura e Identidad Nacional. México: FCE, 1994: 73-104.

³⁸ Vid. SUÁREZ ARGÜELLO (37), P. 100.

³⁹ *El Correo del Chaco* fue el primer periódico de Resistencia, fundado en 1878. En 1882 aparecieron Colonia Resistencia, dirigida por Tessier, y *La Opinión. Estampa Chaqueña* fue la primera revista ilustrada de la zona. En 1891 aparecieron *La Revista del Chaco*, y un periódico satírico *El Chucho*. En 1893 circularon *La Veleta* y *El Porvenir*. Se fundó *El Avisador del Chaco* en 1899; *El Chaco* entre 1901 y 1905. En 1904, por pocos meses, el semanario *Punto y Coma*. El 5 de abril de *El Colono*, que convivió con *El Láitigo* y *Nueva Época*, *El Imparcial*, *Luz del Norte* (1908) portavoz de la Masonería, *El Pueblo*, *El Industrial*, *El Obrero* - órgano socialista -, *Chaco*, *El Progreso*, *La Resistencia*, *El Orden*, *Defensa Regional*, *El Constitucional*, de la Unión Cívica Radical, en 1911 y *La Verdad*, del partido Socialista, en 1914. Los dos grandes diarios de Resistencia fueron *La Voz del Chaco* (1915-1943) y *El Territorio* (1919-1989).

⁴⁰ Nació en Alcalá de los Gazules (Cádiz) el 28 de agosto de 1872. Perteneció a la primera inmigración española del Chaco, al llegar con su familia en 1889. Fue colono agrícola, representando a la clase productora extranjera que impulsó el progreso territorial. Trabajó en la farmacia del Hospital Regional y fue propietario de la “Botica La Salud”. Secretario de la Federación de Sociedades Agrícolas y Ganaderas del Chaco y del Consejo Municipal de Resistencia. Fue vicecónsul de la República del Paraguay. Murió el 19 de agosto de 1922.

⁴¹ Los números 1 al 840, del 5 de abril de 1906 al 29 de mayo de 1922. Faltan los ejemplares desde el 29-XII-1921 al 23-III-1922 y del 17 -IV al 29 -V-1922.

⁴² Dentro del Programa Intercampus E/AI de la AECI en agosto-septiembre de 1995.

⁴³ EL COLONO, 18/04/1907.

⁴⁴ EL COLONO, 18/04/1907.

⁴⁵ EL COLONO, 11/11/1908.

⁴⁶ EL COLONO, 03/02/1909.

⁴⁷ EL COLONO, 26/05/1910.

⁴⁸ EL COLONO, 28/08/1913.

⁴⁹ EL COLONO, 12/02/1914.

⁵⁰ EL COLONO, 23/05/1918.

⁵¹ EL COLONO, 20/06/1918.

⁵² EL COLONO, 11/07/1918.

⁵³ EL COLONO, 02/01/1919.

⁵⁴ EL COLONO, 24/04/1919.

⁵⁵ EL COLONO, 01/05/1919.

⁵⁶ EL COLONO, 15/05/1919.

⁵⁷ EL COLONO, 07/08/1919.

⁵⁸ EL COLONO, 04/09/1919.

⁵⁹ EL COLONO, 03/02/1921.

⁶⁰ EL COLONO, 03/02/1921.

⁶¹ EL COLONO, 03/02/1921.

⁶² EL COLONO, 28/04/1921.

⁶³ EL COLONO, 28/04/1921; 16/06/1921; 23/06/1921; 30/06/1921 y 21/07/1921.

⁶⁴ EL COLONO, 23/06/1921.

⁶⁵ EL COLONO, 16/06/1921.

⁶⁶ EL COLONO, 09/06/1921.

⁶⁷ EL COLONO, 28/07/1921.

⁶⁸ Las fluctuaciones de precios pueden verse en EL COLONO, 01/09/1921; 08/09/1921 y 29/09/1921.

THE RIO NEWS DE A. J. LAMOUREUX: UM JORNAL ABOLICIONISTA CARIOCA DE UM NORTE-AMERICANO*

*Antonio Penalves Rocha***

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar os fundamentos intelectuais do abolicionismo do *Rio News*, as suas idéias sobre como fazer a abolição e o seu projeto de reorganização da sociedade brasileira depois da abolição.

Palavras-chave

A. J. Lamoureux; *The Rio News*;
abolição da escravidão no Brasil.

Abstract

This article has the purpose of presenting the intellectual foundations of the abolitionism of The Rio News, its ideas on how to bring about abolition and its project of reorganization of the Brazilian society after abolition.

Keywords

*A. J. Lamoureux; The Rio News;
abolition of slavery in Brazil.*

Nos fins de 1887, as fugas de escravos das fazendas de São Paulo se intensificaram a ponto de alguns contemporâneos estimarem que milhares de fugitivos caminhavam pelas estradas do interior da província rumo à capital ou a Santos. Desnorteada com a proporção do movimento e torturada pelo pesadelo de encontrar a senzala vazia ao amanhecer, a maioria dos fazendeiros limitava-se a exigir mais apoio militar e policial do governo central, ou do provincial, para manter a ordem.

Por outro lado, uma minoria tomou providências para enfrentar a situação. Uns, principalmente grandes cafeicultores, tentaram reter os escravos nas fazendas por meio de um contrato de trabalho que previa a continuidade da escravidão durante alguns anos e a libertação depois desse período, e outros poucos recorreram à truculência.

Entre os casos de violência ocorreu um episódio revelador da sobrevida no Brasil das discórdias sobre a escravidão que haviam arrastado os Estados Unidos à Guerra Civil no início da década de 1860. De fato, dois fazendeiros norte-americanos de Penha do Rio do Peixe (atualmente Itapira) - James O. Warne e John J. Klink -, que estiveram nas fileiras do exército confederado, teriam incitado os fazendeiros brasileiros das vizinhanças a ajustar contas com Joaquim Firmino, o delegado de polícia local. A alegação dos ex-confederados era de que corria “sangue de barata” nas veias dos donos de escravos brasileiros, pois, em nenhum lugar do mundo era tolerado que um delegado abrigasse fugitivos, ou se recusasse a ir ao enalço deles por ser favorável ao movimento abolicionista.

Em consequência disso, no dia 11 de fevereiro de 1888, a casa do delegado foi assaltada por aproximadamente cento e quarenta pessoas, obviamente os fazendeiros e seus capangas, sob o pretexto de procurar fugitivos escondidos. Durante o assalto, Joaquim Firmino foi morto a sangue frio diante da mulher e dos filhos.

Como era de se esperar, foi aberta uma investigação, e trinta e duas pessoas foram indiciadas pelo assassinato. Em julho do mesmo ano, todas foram levadas a julgamento, e o júri as absolveu.

Pressupondo que esses norte-americanos estiveram à testa do assalto e que agiram em conformidade com as convicções escravistas dos confederados, pode-se dizer que, inversamente, uma boa amostra do liberalismo unionista norte-americano também marcava presença no Brasil dos anos 1880 no *The Rio News*, um periódico publicado por Andrew Jackson Lamoureux.

A propósito, o crime de Penha do Rio do Peixe foi matéria desse jornal nas suas edições de 24 de fevereiro e de 15 de julho de 1888. No primeiro artigo, Lamoureux denunciou a “atrocidade selvagem” do crime; no segundo, tratou da convivência da justiça brasileira com os fazendeiros, que se tornava clara na impunidade dos assassinos, e avaliou o significado do episódio na abolição.

Quanto à participação dos norte-americanos, em primeiro lugar, Lamoureux observou que não contariam com a ajuda ou com a solidariedade dos compatriotas, já que eles tinham se naturalizado brasileiros e, além do mais, todos já estavam exaustos com o “deramamento de sangue durante vigência da instituição da escravidão”. Considerou também a hipótese de que os fazendeiros de Penha do Rio do Peixe ardilosamente os teriam transformado em bois de piranha; mas, concluiu, como os norte-americanos realmente participaram do crime e, como “sabiam muito bem o que estavam fazendo”, só restava assistir ao desfecho da tragédia.

De todo modo, Lamoureux denunciou o absurdo do emprego da violência naquelas circunstâncias e, ao mesmo tempo, sugeriu uma pena para os assassinos:

Tendo o governo e as leis ao seu lado, certamente os fazendeiros não precisavam recorrer às armas a fim de proteger a assim chamada propriedade. Os abolicionistas não ameaçaram suas vidas, tampouco interferiram em quaisquer dos seus interesses sobre a propriedade, exceto sobre a escravidão. O conluio e o assassinato deliberado de um oficial da polícia acusado de abolicionista é, portanto, nem mais nem menos, um homicídio - e assim deve ser tratado. Se há alguma justiça no Brasil, todos os homens que participaram do crime devem ser mandados para Fernando de Noronha para o resto das suas vidas.¹

Quanto ao resultado do julgamento dos criminosos, encarou a absolvição com naturalidade:

O processo dos assassinos de Joaquim Firmino foi, desde o princípio, uma questão secundária no espírito público. Ninguém jamais, por um momento sequer, acreditou que os réus seriam condenados, pois ninguém jamais ouviu falar que um crime como esse penalizasse um fazendeiro. Por isso, não houve surpresa quando, no último dia 7, o júri anunciou a decisão unânime de que nenhum dos 32 homens indiciados era culpado pelo homicídio.²

Procurou também examinar o significado do episódio na abolição. Assim sendo, considerou que o assassinato do delegado “selou o destino da escravidão em São Paulo”. Pois, embora já não conseguissem fazer os escravos voltarem ao trabalho pelos “canais legais regulares”, os fazendeiros contavam com apoio político e militar do Império e da província e com a simpatia dos “moderados”, que oscilavam entre a desaprovação e uma certa aprovação da ação abolicionista de estimular a fuga, porque, de uma só vez, temiam uma insurreição e desejavam acelerar a emancipação. Mas, não fosse o crime de Penha do Rio do Peixe, essa “classe de homens moderados” provavelmente teria ficado ao lado dos donos de escravos; contudo, a partir do assassinato de Joaquim Firmino, os fazendeiros perderam irremediavelmente

as simpatias dos moderados em todos os lugares, e o governo considerou impossível conter a maré de indignação popular contra os autores e cúmplices de um crime tão monstruoso. Depois daquela data, a resistência organizada contra a propaganda da abolição quase desapareceu na província, libertações voluntárias cresceram rapidamente, e o fim da escravidão se tornou uma questão de poucos meses. Qual foi a influência desse acidente no ato final de 13 de maio, ninguém jamais poderá determinar; igualmente, ninguém pode questionar que ele ajudou a eliminar o apoio aos donos de escravos, a paralisar a ação oficial, a aumentar a atividade das sociedades abolicionistas, a acelerar as manumissões voluntárias, e por todos esses meios, a preparar o caminho do 13 de maio.³

Essa amostra do jornalismo de Lamoureux parece ser suficiente para justificar o fato de o *The Rio News* merecer atenção; com efeito, esse periódico se envolveu com as questões nacionais brasileiras da década de 1880, sobretudo com a principal delas - a abolição - e suas posições sempre foram marcadamente consistentes, como se verá adiante. Além do mais, por ser escrito em inglês, o *Rio News* serviu de ponte para os contatos internacionais dos abolicionistas brasileiros, como, por exemplo, no caso da ligação entre Joaquim Nabuco e a *British and Foreign Anti-Slavery Society*, a mais conhecida sociedade antiescravista da segunda metade do século XIX. Aliás, o *Anti-Slavery Reporter*, o órgão de imprensa dessa associação britânica, usou, durante toda a década de 1880, o *The Rio News* como fonte de informações sobre o curso da abolição brasileira, tanto que fez mais de uma centena de referências ao periódico carioca neste período.

Pouco se sabe sobre a biografia de A. J. Lamoureux (1850-1928), exceto que nasceu em Michigan, estudou na Universidade de Cornell, mas abandonou os estudos por questões de saúde e, na década de 1870, começou a trabalhar na imprensa. Em 1877, mudou-se para o Rio de Janeiro e ligou-se ao *Rio News*. Em 1879, quando houve a retomada dos debates parlamentares sobre a abolição, o jornal estava sob a direção de O. C. James e Andrew Jackson Lamoureux. A partir de 1882, no entanto, Lamoureux tornou-se seu único proprietário e editor e, logo depois, em 1883, fundou uma editora - a *Typographia Aldina* -, que publicou, por exemplo, livros de André Rebouças, de Joaquim Nabuco, de Rui Barbosa e um *Handbook of Rio de Janeiro* (1887) de sua própria autoria.⁴

O *Rio News* era um jornal que circulava na capital do Império desde abril de 1874, publicado três vezes por mês - nos dias 5, 15 e 24. No que diz respeito à sua composição, reproduzia notícias de outros jornais, comentadas pelo editor, analisava o andamento dos negócios brasileiros e platinos, publicava um resumo dos assuntos tratados no Senado e na Câmara numa coluna intitulada “Sessão Parlamentar”, listava a chegada e partida de navios estrangeiros, fretes e carregamentos, preços e cotações oficiais, reproduzia os registros diários da Associação Comercial sobre o café e fornecia outras “informações

necessárias para a correta avaliação do comércio brasileiro”. Como no Brasil os seus leitores eram majoritariamente britânicos, às vezes noticiava casamentos entre eles e até mesmo de partidas de críquete.

Na década de 1880, em regra, a primeira e a última páginas foram reservadas à propaganda. Sendo assim, da segunda página em diante se encontra o editorial, dividido em diversos itens relativos aos diferentes temas que haviam sido noticiados pelos grandes jornais nacionais e estrangeiros. As páginas subseqüentes continham colunas que resumiam notícias, originalmente publicadas por quaisquer outros jornais, sobre a capital do Império, províncias, ferrovias, região platina e sessões do Legislativo. Finalmente, as últimas páginas eram dedicadas à publicação dos dados sobre negócios e sobre a chegada e partida de navios.

No que diz respeito à sua linha editorial, o jornal sempre reivindicou reformas políticas que aprimorassem a feição liberal do Império, entre as quais dava destaque à separação entre o Estado e a Igreja, atuando, por isso mesmo, como porta-voz de uma exigência dos seus leitores evangélicos.

Sua oposição à escravidão foi assumida com todas as letras a partir de 1879, e, daí em diante, o periódico publicou regularmente, ou comentou nos editoriais, fatos relativos aos debates parlamentares sobre escravidão, imigração e sobre o andamento do movimento abolicionista. Usualmente reproduzia e examinava notícias extraídas de outros jornais sobre sevícias brutais praticadas contra escravos e reações de escravos à violência - revoltas localizadas, ou assassinatos de senhores e de feitores.

Além de se dirigir aos anglo-saxões que aqui residiam, o periódico se destinava principalmente à orientação de negociantes estrangeiros no Brasil e na região platina. Esse caráter mercantil do periódico era admitido literalmente pelo editor, que o retratava como “um jornal comercial, cujos interesses são idênticos aos da classe que representamos”.⁵ A propósito, essa frase aparece num editorial intitulado “A Questão Chinesa” que critica o projeto do governo de empregar *coolies* chineses no Brasil sob a alegação de que poderiam ser escravizados e, concomitantemente, expõe a razão do antiescravismo do jornal: por ter os mesmos interesses que os comerciantes, o jornal considerava a escravidão como o maior empecilho à prosperidade do país.

Outros editoriais, no entanto, deixam claro que o seu antiescravismo não se baseava somente em argumentos econômicos, mas também em argumentos humanitários. Numa carta de setembro de 1888, endereçada por Lamoureux a Joaquim Nabuco, acha-se uma síntese dessas duas linhas de argumentação: “[para mim] a abolição era simplesmente uma questão de princípio; era um ato de justiça abstrata e de economia política sadia”.⁶

Num editorial sobre o sexagésimo terceiro aniversário da Independência do Brasil encontra-se também uma crítica de Lamoureux à deformação que a escravidão causava à vida política, na medida em que determinava uma distribuição injusta dos “direitos e privilégios do homem”. Essa crítica exhibe a sua opinião de que o governo do Império favorecia unicamente os “interesses egoístas e mercenários de uma única classe privilegiada”, adjetivada pelo editor de “devassa e reacionária”.⁷ E o Grito do Ipiranga serviu para a denúncia do que o jornal considerava como uma deformação do Estado: segundo Lamoureux, na proclamação de D. Pedro - “independência ou morte” - “o único direito assegurado ao escravo é o da morte”. Por isso, argumentava que a Independência só se concretizaria quando a nação adotasse o “maior de todos os princípios políticos - o de que o objetivo do governo é assegurar o maior bem ao maior número”.⁸

Os seus argumentos humanitários contra a escravidão, sintetizados no princípio de “justiça abstrata”, se apoiavam numa forma de direito natural de fundo cristão, cujo princípio era o de que Deus concedera a liberdade ao homem ao criá-lo à Sua imagem e semelhança. Desse modo, implicitamente adotava a fórmula da crítica religiosa da escravidão dos evangélicos, que tinha a escravidão na conta de um pecado aos olhos de Deus.

Isso pode ser comprovado no mesmo editorial sobre o aniversário da Independência. Seu pano de fundo era uma notícia: os vereadores do Rio de Janeiro tinham feito uma subscrição pública destinada à concessão de alforrias a fim de comemorar o aniversário da Independência, e o dinheiro arrecadado permitiu a compra de 159 escravos, libertados no dia 7 de setembro de 1885. Lamoureux considerou a ação meritória, mas também a caracterizou como inconcebível, porque pressupunha a existência de um preço para a liberdade humana, quando, na verdade, ela era “um direito que o Todo Poderoso havia dado aos homens juntamente com a respiração”.⁹

Num outro editorial, cujo assunto é a concessão de títulos de nobreza para fazendeiros que libertassem seus escravos, encontra-se um argumento análogo. O *Rio News* não fazia objeção alguma a que um hipotético Sr. João Manoel da Costa recebesse também o hipotético título de Barão de Massambuca porque libertou escravos. Mas, opunha-se ao estabelecimento de qualquer condição “para a restituição da liberdade a um ser feito à imagem de Deus, cujo único crime é, ao que parece, o de descender de africanos livres, retirados à força dos seus países de origem”.¹⁰

Mas, depois da abolição, como alguns deputados continuavam reivindicando o direito à indenização pela perda dos escravos, Lamoureux relacionou novamente a incompatibilidade entre escravidão e direito natural, desta vez em termos laicos e radicais:

a escravidão é um roubo, e o escravo faz parte da uma propriedade roubada - se bem que esta expressão esteja sujeita à objeção para descrevê-la. Roubado de sua liberdade, que é um direito inerente a todos indivíduos, o escravo tem o direito incontestável de recuperá-la em qualquer época e lugar e por todos os meios. E como ela lhe pertence por direito natural, podendo ser recobrada a qualquer momento pela força ou por astúcia, não pertence logicamente a mais ninguém. Por isso, nenhum valor pode ser atribuído a um escravo e, portanto, nenhuma indenização pode ser reclamada. Além do mais, não há código civilizado de leis em vigor que reconheça direitos adquiridos sobre a propriedade adquirida por roubo.¹¹

A denúncia aos maus-tratos infligidos aos escravos era o objeto privilegiado da sua crítica, pois deixava às escâncaras a habitual “tagarelice de tolo sobre a humanidade da escravidão brasileira”.¹² Aliás, essa frase encerra um editorial sobre um episódio de “brutalidade selvagem” contra escravos. Em 1886, na cidade de Paraíba do Sul, situada na província do Rio de Janeiro, cinco escravos haviam sido presos sob a acusação de terem matado o feitor. Por determinação judicial, um deles foi condenado à prisão perpétua e cada um dos demais a trezentas chicotadas. Esses últimos, depois terem sido chicoteados durante três dias seguidos, foram obrigados a voltar a pé para a fazenda. Dois morreram no meio do caminho, e os outros desmaiaram e foram transportados num carro de boi. Quando a imprensa do Rio de Janeiro divulgou o episódio, Dantas pediu providências ao Ministro da Justiça sobre o caso e, assim, o açoite oficial se tornou tema de debate no Senado. Em poucos dias, os senadores aprovaram a lei que extinguiu o açoite oficial, e, em seguida, os deputados a sancionaram.

De toda maneira, o *Rio News* relatou inúmeros casos como esse, e um artigo que publicou em 1882, reproduzido em anexo no fim deste texto, comprova a sua posição sobre a questão.

De mais a mais, Lamoureux considerava a escravidão como um obstáculo ao acesso do Brasil à civilização, como se vê numa passagem do editorial acima citado sobre a alforria de escravos num aniversário da Independência do Brasil. A comemoração desse aniversário seria adequada mediante a comprovação de que houve no Brasil, a partir de 1822, um efetivo avanço “de liberdade política e pessoal, de desenvolvimento comercial e industrial, de segurança à vida e à propriedade, de ilustração, de progresso e de refinamento”. Pelo resultado dessa espécie de balanço, os brasileiros poderiam avaliar se o 7 de setembro assinalou “o alvorecer de uma nova vida política, dentro da qual teria surgido uma civilização mais elevada que a anterior”, ou apenas “uma separação política”.

Infere-se daí que, para Lamoureux, primeiro, os elementos constitutivos de um grau mais elevado de civilização são a liberdade política e pessoal, o desenvolvimento comercial e industrial, etc. e, segundo, esses elementos constituem um conjunto articulado

que corresponde a uma “civilização mais elevada” que a colonial. De qualquer maneira, está implícito na observação que o sistema constituído por eles jamais estaria em vigor enquanto houvesse o emprego da escravidão, dado que uma grande parte da população não goza das “liberdades política e pessoal” e da “segurança à vida e à propriedade”. Inversamente, a condição para o acesso ao grau mais alto de civilização era a de que todos os homens fossem proprietários de si mesmos, ou seja, Lamoureux apoiava-se num dos pilares do pensamento de John Locke, adotado do século XVIII em diante como fundamento do direito natural.

Obviamente esse arrazoado sobre o atraso da civilização no Brasil é de caráter normativo na medida em que prescreve o fim da escravidão como meio de aprimoramento nacional. A prova disso está numa crítica feita por Lamoureux a “um escritor engenhoso”, que publicara um artigo em *O Cruzeiro* a respeito das vantagens econômicas do trabalho escravo sobre o trabalho livre, “provadas” por um cálculo comparativo. Sobre o artigo, Lamoureux considerou inútil discutir a questão nesses termos; mas, a fim de “lançar mais luz sobre a questão”, fez uma pergunta que contém em si mesma sua resposta: “por que entre os países que empregam trabalho livre e os que empregam o trabalho escravo os resultados finais estão sempre a favor dos primeiros?”¹³ Ou seja, se “a liberdade política e a pessoal” e “a segurança à vida e à propriedade” forem garantidas pelo Estado, seus pares inseparáveis - “desenvolvimento comercial e industrial”, “ilustração” e “progresso” e “refinamento” - automaticamente estarão em ação.

Enfim, nessa noção de civilização, escorada pela crítica humanitária, econômica e política da escravidão, residia um ideal de sociedade constituída apenas por homens livres. Assim sendo, em nome do bem comum, Lamoureux cobrava do Estado a abolição imediata, criticando, por isso mesmo, o emprego do dinheiro público para indenizar donos de escravos e a política gradualista de emancipação do Império, posta em prática, a partir de 1871, pela Lei do Ventre Livre. E a luta contra a escravidão era, no fim das contas, uma luta política entre dois grupos: de um lado estavam os “elementos reacionários e não-progressistas de um Brasil colonial e escravista” e do outro “os espíritos liberais e progressistas de uma civilização mais moderna e ilustrada”.¹⁴

No que diz respeito à política gradualista, alertava os leitores sobre os perigos relativos à revolta de escravos durante a sua execução. Entre os editoriais que se referiram aos riscos de revolta, três merecem destaque porque expõem não só as opiniões do jornal sobre este assunto como também sobre todas as questões que diziam respeito ao como fazer a abolição, afora destacarem a questão do medo na sociedade escravista.

Em 5 de abril de 1881, saiu o primeiro editorial do jornal sobre o perigo da revolta de escravos. O seu pretexto foi uma notícia dada por *O Cruzeiro*, segundo a qual havia

sido descoberto um plano de escravos para ocupar a estação Boa Vista num ramal da ferrovia Pedro II, no Vale do Paraíba. Dezoito soldados de Barra do Piraí e mais cinco de Barra Mansa foram enviados ao local e ocuparam a estação. Mas, os soldados “devem ter apreciado a excursão e provavelmente desejarão que o susto se repita nalguma outra localidade”, pois nada aconteceu.

O caso teve origem num “sobressalto absurdo e infundado”, que não deveria provocar intranqüilidade, uma vez que, segundo o *Rio News*, é muito pequena a possibilidade de ocorrer no Brasil um levante organizado de escravos. Ocorriam efetivamente ações de rebeldia individual dos escravos por meio de fugas, ou de assassinatos de feitores e de senhores, cujas origens residiam no “desejo pessoal de vingança, ou de liberdade”.

O medo da revolta, porém, era improcedente, pois as condições dos escravos nas áreas rurais eram “adversas a qualquer ação organizada”; “a dispersão da população escrava, a comunicação limitada entre as localidades vizinhas, o tempo excessivo de trabalho, as restrições impostas à liberdade do escravo e a condição degradante e apática em que encontram...” impediam ações coletivas. Por outro lado, ainda segundo o mesmo editorial, “sobressaltos periódicos” são típicos do período de decadência da escravidão, e os fazendeiros brasileiros não ficarão imunes a eles. À medida que aumentam os “sentimentos antiescravistas”, os senhores começam a crer que os escravos serão incitados à revolta ou passarão a exigir a liberdade pela força; consideram, portanto, o movimento pela emancipação como ameaça à destruição da ordem estabelecida por semear a discórdia na sociedade.

Além do mais, o aumento do medo dos senhores é proporcional ao declínio do poder e da influência que sempre exerceram, e a este declínio corresponde também proporcionalmente o crescimento do poder dos cativos. Mais ainda, a redução do “prestígio da escravidão”, diante das primeiras manifestações emancipacionistas, diminui obrigatoriamente a “força moral do governo para protegê-la”. E, o medo, um mal inerente à escravidão, por ser “um produto genuíno das crueldades e fraquezas dos que vivem do trabalho forçado”, expande-se com todas essas mudanças, mesmo que “as circunstâncias externas não o justifiquem”. Desse modo, os donos de escravos do Brasil deverão colher “todos os frutos amargos da execrável instituição”.¹⁵

Cerca de cinco anos mais tarde, o *Rio News* de 5 de janeiro de 1886 trouxe novamente esse assunto à baila. Se, em 1881, considerara a revolta de escravos como uma possibilidade muito remota, em 1886 expôs suas preocupações com o estado latente da revolta, opôs-se frontalmente a ela e propôs medidas preventivas para evitá-la.

O editorial que veicula isso tudo se inicia com uma declaração: “os donos de escravos de várias partes da província de São Paulo podem se congratular por terem se livrado de uma catástrofe”. Em seguida, em vez de narrar um fato que fundamentaria essa observação, apresentou os principais itens do programa abolicionista do jornal: indignado com as injustiças cometidas contra uma “raça escravizada”, reafirmou a necessidade da abolição pacífica imediata e declarou ser contra a “vitória da emancipação por meio do sangue e fogo de uma insurreição servil”, um “terrível instrumento de libertação”, que ainda “ameaça se concretizar nalguns lugares do país”.

Depois de ter feito essa pequena introdução, que passa ao leitor a impressão de pre-nunciar um episódio muito grave, apresentou o fato a ser comentado. Poucos dias antes, um fazendeiro de Mogi Mirim ouvira por acaso escravos cochichando e suspeitara que uma maquinação estava em curso. Esses “escravos foram imediatamente presos, e, com o emprego do *bacalhau*, logo foi obtida uma confissão dessas criaturas desamparadas”: de fato, estavam preparando uma revolta que irromperia nas vésperas do Natal. Logo depois, soube-se também que escravos de oito fazendas dos arredores, dispostos a lutar resolutamente pela liberdade, entraram em combinação para se revoltar na mesma data.

A polícia foi imediatamente avisada, soldados de São Paulo foram enviados ao local e a revolta foi evitada. Simultaneamente, houve notícias de insurreições, todas na véspera do Natal, em diversos outros lugares da região - Casa Branca, Penha do Rio do Peixe, Limeira e S. Carlos.

Em vista disso, Lamoureux concluiu que tinha havido uma “ação concertada entre os escravos, o que até aqui tinha sido considerado impossível”, antecipando “incalculáveis perigos no futuro”. Esse era um mau sinal, pois apesar de os fazendeiros tomarem uma série de precauções para impedir que os escravos de diferentes fazendas se comunicassem seja pela concessão de folga em dias diferentes, seja pela estrita vigilância, ainda assim “os escravos em São Paulo encontraram meios de agir em uníssono”. De todo modo, “os fazendeiros não estão insensíveis aos perigos que os rondam”, tanto mais que havia uma demanda de tropas para esses lugares, e “uma força considerável foi enviada imediatamente desta capital àquela província”.

A essa altura do editorial, Lamoureux lembrou aos seus leitores que já os havia alertado sobre os “perigos inerentes à situação atual”. No entanto, diferentemente do editorial anterior, procurou identificar o porquê dos perigos. Estavam ligados a dois fatores: primeiro, à grande quantidade de libertos na população brasileira, que gozam dos mesmos “privilégios dos cidadãos brancos”; segundo, do descontentamento da população escrava com a lentidão da libertação pelas vias legais, que o editor estimou em “uma para cada duzentos escravos”, um número que “deve inevitavelmente ser superado pela morte da maioria, antes que a liberdade seja conquistada”.

A condição dos libertos lhes tem assegurado a conquista de “vantagens materiais” e, em consequência, os que estão no cativeiro supervalorizam a liberdade na ânsia de adquirir os mesmos privilégios. Essa ansiedade se torna mais acentuada pela má distribuição do Fundo de Emancipação e deve causar “sentimentos de desespero”. Dentro desse quadro, surge a tendência à união e à revolta, “um perigo que aumenta a cada ano que passa”. Para desativar essa bomba-relógio, o *Rio News* propunha duas providências: a abolição imediata e medidas apropriadas para vincular os ex-escravos à terra, pois esses homens estão mais bem preparados para o trabalho na lavoura “que qualquer outra raça que possa ser trazida ao país”.¹⁶

Mais ou menos um ano e meio depois, em julho de 1887, o *Rio News* comentou que “proeminentes” fazendeiros de São Paulo estavam fazendo frente ao problema das fugas mediante a libertação condicional dos escravos, ou seja, concediam a liberdade em troca da prestação de serviços por mais dois ou três anos. Mantendo a coerência com suas observações anteriores sobre o temor dos senhores, Lamoureux fez o seguinte comentário a esse procedimento: “à primeira vista, esse parece ser um caso genuíno de emancipação, mas quando se tem conhecimento dos fatos verifica-se que resulta tão somente do medo”.¹⁷

De todo modo, como se sabe hoje em dia, a essa altura dos acontecimentos a abolição havia se tornado uma necessidade para que o Estado voltasse a assumir o controle da ordem social.

Ainda como parte integrante do seu programa abolicionista, em junho de 1886, o *Rio News* dedicou um editorial à questão do destino de cerca de um milhão de homens que seriam libertados com a abolição da escravidão. Para o jornal, esse era um “um problema sério da organização social do Brasil, que deveria ser estudado e resolvido”, embora ainda não tivesse sido objeto da atenção de “nenhum ministro, senador, deputado nem publicista”. Prevalencia a opinião difusa de que os ex-escravos ocupariam algum lugar na cadeia produtiva, isto é, de que a questão se resolveria por si mesma. De qualquer maneira, os fazendeiros não pensavam em empregá-los, e estavam confiantes de que a imigração supriria a demanda de força de trabalho da grande lavoura, ou, noutros termos, de que os imigrantes substituiriam os escravos.

Presumia-se que os ex-escravos afluíam às cidades. Contudo, para Lamoureux, esse afluxo agravaria um problema: elas já estavam repletas de ociosos e mendigos e não poderiam oferecer-lhes trabalho tampouco amparo. Os libertos também não poderiam viver à beira das estradas, nem se estabelecer em terras que não lhes pertenciam. Por outro lado, precisavam ser alimentados, vestidos e abrigados, e a caridade não poderia atender nem

sequer a uma pequena fração das suas necessidades básicas. E caso as coisas prosseguissem desse modo, os libertos aumentariam a multidão de desocupados, cujo número, aliás, era exageradamente superior ao dos trabalhadores empregados.

O editor calculava que, excetuando os escravos, os trabalhadores com emprego representavam por volta de um quarto da população brasileira, constituída por cerca de doze milhões de almas. Assim, o número de ociosos pobres era “simplesmente inacreditável”, e esses homens tinham trabalho somente durante “menos que uma semana por ano”. A maioria vivia “nas terras de proprietários semifeudais, que lhes forneciam proteção e aos quais estavam sempre prontos para prestar incondicionalmente quaisquer serviços, exceto o do trabalho braçal”. Eram “ignorantes grosseiros, apáticos irremediáveis e retrógrados” e compunham o grosso das “classes criminosas”.

Qual seria o resultado do acréscimo de um milhão de recém-libertados, “igualmente ignorantes e desamparados”, a esse segmento de desocupados? Para Lamoureux, seria nada menos que “a revolução e a anarquia latentes”. Restava saber, portanto, como seria resolvida uma questão repleta de perigos como essa. Mas, em vez de prescrever categoricamente soluções, o jornal deixou a questão em aberto, como se elas devessem ser encontradas por aqueles que haviam criado o problema, apresentando, no entanto, sugestões por meio de perguntas. No recrutamento de trabalhadores livres, esses homens não deveriam ser os primeiros da fila? Na medida do possível, não seria um dever moral torná-los trabalhadores pagos nas fazendas e oferecer-lhes terra em termos mais favoráveis que aos estrangeiros? Por esse caminho, quando todas necessidades deles tivessem sido atendidas, o governo poderia “adequadamente usar recursos para encorajar a imigração, desde que as indústrias agrícolas do país efetivamente a requeiram”.¹⁸

O *Rio News* foi uma das poucas vozes do Brasil da década de 1880 a se levantar contra a política de imigração européia posta em prática pelo Império. Por um lado, atribuía-lhe uma feição discriminatória, pois prolongaria a escravidão; por outro, denunciava a ausência de medidas institucionais de proteção aos imigrantes. Um editorial de janeiro de 1887 sintetiza os termos da acusação: Lamoureux criticou a política do Ministério da Agricultura de financiar apenas as passagens dos europeus que viessem trabalhar nas fazendas, permitindo que só comesçassem a pagar o financiamento depois de se instalarem nos locais de trabalho com um contrato assinado. Além disso, essa política era injusta porque não contemplava os imigrantes que tencionavam comprar terras, ou exercer algum “trabalho industrial”. E, para piorar a situação, o ministro era parte interessada na sua implementação.

De fato, Antonio Prado e membros da sua família, todos grandes fazendeiros de café, iniciaram a experiência de empregar imigrantes sob contrato nas suas terras e estavam

agenciando trabalhadores imigrantes para outros fazendeiros de São Paulo. Em vista disso tudo, segundo o *Rio News*, esses homens “estão interessados somente em conseguir trabalhadores, não cidadãos”, e a recusa de financiamento aos demais era uma medida “avessa à política que os economistas consideram a mais adequada a um país novo. E é mais uma prova da afirmação de que o Brasil não quer sangue novo e novos cidadãos, mas sim uma classe de meros trabalhadores”.

Em resumo, para o *Rio News*, a política de imigração não só “nada acrescenta à riqueza e à energia do país” como também contribui, em curto prazo, para a preservação da escravidão, “um sistema reacionário em decomposição”. Ainda conforme o periódico, o país estava repleto de escravos e semi-escravos: por que não utilizá-los? “E tendo terras desocupadas que podem ser cultivadas por milhares de pequenos produtores, por que não encorajar os imigrantes a ocupá-las e cultivá-las?”¹⁹

Quanto à denúncia de que o país estava institucionalmente despreparado para receber os imigrantes, Lamoureux apontava a inexistência de uma política de demarcação de terras ou de lotes para que fossem assentados, denunciava a lei de locação de serviços, que possibilitava a prisão por quebra de contrato, e pleiteava a institucionalização do casamento, dos registros civis e da secularização dos cemitérios.²⁰

A mentalidade dos fazendeiros era também uma ameaça aos imigrantes. Pois, não havia garantiria alguma de que os fazendeiros deixariam de aplicar aos imigrantes o mesmo tratamento dado aos escravos. Num editorial de 1887, a respeito de um fazendeiro “de cor” ter matado libertos de Paraíba do Sul, o editor escreveu que

é bom que a província do Rio de Janeiro não esteja empenhada em atrair imigrantes. Ela parece estar perto do último lugar desse mundo de Deus onde um imigrante pode esperar unicamente maus-tratos [...]. Se um fazendeiro pode espancar até a morte um brasileiro, que a lei reconhece como homem livre, que proteção poderá ter um estrangeiro?²¹

Em suma, a abolição idealizada pelo *Rio News* promoveria a transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil por meio de uma seqüência de providências: em primeiro lugar, o Estado decretaria a abolição imediata sem indenizar os donos de escravos; em segundo, os ex-escravos seriam os substitutos naturais dos escravos e, finalmente, só haveria estímulos à imigração de trabalhadores europeus se os braços dos ex-escravos fossem insuficientes para atender as necessidades da produção.

Esse projeto era, portanto, radicalmente diferente da política que estava em curso desde 1871. De fato, a política abolicionista do Império promovia simultaneamente a abolição gradual com indenização e o estímulo à imigração de trabalhadores europeus; quanto aos ex-escravos, era omissa, pois deixaria os futuros libertos à sua própria sorte, assim como já deixava os alforriados. E isso tudo ocorria porque toda a política relativa à

organização e reorganização do trabalho destinava-se a beneficiar os interesses dominantes. Em consequência, o Estado conservava a escravidão pela lentidão da emancipação, ao mesmo tempo que fortalecia o *status quo* por meio do incentivo à vinda de trabalhadores europeus. E, assim, colocava a sociedade em risco: no momento da sua aplicação, essa política aumentava as chances de revolta de escravos devido ao descontentamento que provocava por não oferecer garantias de libertação dentro de um período de tempo razoável; depois da abolição, representaria a latência da revolução e da anarquia, porque os ex-escravos engrossariam a gigantesca fileira dos pobres desocupados.

Dessa forma, com um antiescravismo baseado na noção de aprimoramento da civilização pelo trabalho livre, Lamoureux se opunha ao encaminhamento que o Estado brasileiro dava à questão da abolição. Concomitantemente, submetia ao julgamento dos seus leitores um projeto que implantaria no Brasil uma ordem social, política e econômica, modelada por preceitos democráticos e liberais, semelhante à dos países da Europa Ocidental, bem como medidas para protegê-la contra “classes perigosas”. *Grosso modo*, trata-se de um projeto que tem parentesco com o da fase radical da Reconstrução nos Estados Unidos.

O *Rio News* não fazia restrição a qualquer que fosse o método de ação adotado pelos diversos abolicionistas brasileiros. O editorial sobre a abolição, publicado no dia 15 de maio de 1888, é bastante esclarecedor a esse respeito. De acordo com esse texto, o processo concluído dois dias antes foi de “natureza notavelmente popular” e chegou ao cabo com “as influências e os movimentos populares”.

Mas, não deveria ser subestimado o trabalho de “homens como Dantas, José Bonifácio, Nabuco e outros do Senado e da Câmara, que realizaram a missão de despertar o interesse popular pela questão e de educar a consciência popular para que uma classe oprimida obtivesse justiça”. De qualquer maneira, não fosse pela ação dos “líderes populares e das entidades não vinculadas ao parlamento, meses, ou talvez anos, se passariam antes que houvesse a quebra das cadeias da escravidão por uma penada de uma mão feminina”.

A partir dessas considerações preliminares, Lamoureux apresentou os protagonistas da abolição. No início, o movimento contou com a atuação dos jangadeiros do Ceará, e mais recentemente com a de Antonio Bento, “o John Brown da emancipação brasileira”, que tomou a iniciativa de organizar “um movimento clandestino” em São Paulo para ajudar os escravos a fugirem das fazendas. Essas fugas “colocaram os fazendeiros [...] diante da opção de providenciar trabalhadores livres e libertar seus escravos, ou então de ficar sem sequer um trabalhador”.²²

Lamoureux assinalou também a importância de Antonio Prado, que, pressentindo o dilema criado pela ação de Antonio Bento, “começou a empregar colonos e obteve tanto sucesso que logo se tornou um caloroso advogado da substituição do trabalho escravo pelo livre”. Em fins de 1887, ainda de acordo com o mesmo editorial, a quantidade de fugitivos das fazendas de São Paulo era tão grande que

a imigração não conseguia suprir a demanda de trabalhadores, e os fazendeiros foram compelidos a negociar a liberdade futura e o trabalho remunerado com seus próprios escravos, recorrendo inclusive à intermediação de Antonio Bento²³ para contratar fugitivos a salários justos.

E as fugas levaram a uma redução brutal da população cativa de São Paulo, que, de um total de mais de cem mil²⁴ escravos, decaiu “em meses” a quarenta mil. A partir daí, o movimento propagou-se pelas províncias vizinhas...²⁵

Há três aspectos desse balanço do movimento abolicionista que merecem ser assinalados.

Primeiro, ao caracterizar o movimento abolicionista brasileiro como de “natureza popular”, certamente Lamoureux estava se referindo à sua “natureza social”, ou seja, a um movimento da sociedade civil, haja vista suas críticas à imobilidade do Estado em relação à questão da emancipação, finalmente alterada pela pressão de “influências e movimentos populares”.

Segundo, nem nesse texto, tampouco em qualquer outro, Lamoureux emitiu juízos de valor sobre os diferentes métodos de ação adotados pelos protagonistas da abolição. Tanto é assim que esse editorial coloca com naturalidade Antonio Bento e Antonio Prado lado a lado, cada um atuando à sua maneira para realizar um objetivo comum - a abolição da escravidão.

Ao que tudo indica, essa indiferença de Lamoureux em relação à questão resultava da sua experiência de vida, a de quem viveu durante a Guerra Civil norte-americana e “viu essa mesma controvérsia [da escravidão] em seu próprio país ser resolvida por meio de uma das mais terríveis guerras dos tempos modernos”.²⁶ Diante da guerra, os métodos de ação para pôr fim à escravidão constituíam uma questão menor, pois abolicionistas não causam guerra. Além do mais, a época em que Lamoureux vivia tornava-se um posto de observação privilegiado para um abolicionista, na medida em que lhe permitia pôr em perspectiva histórica todas as abolições ocorridas na América. E com as informações coletadas, não teria dificuldades para constatar que em todos os lugares o Estado não só deu a última palavra sobre a abolição da escravidão como também submeteu os ex-escravos aos fundamentos sociais e econômicos, relativos à hierarquia social e à propriedade, que presidiam a ordem anterior.

Terceiro, excetuando Joaquim Nabuco, o *Rio News* nem sempre e invariavelmente deu o mesmo destaque aos abolicionistas citados nesse editorial. Antonio Prado só recebeu bastante atenção depois de 1887, quando passou a defender a abolição no Senado,²⁷ e Antonio Bento só foi descoberto pelo jornal em 1888, sendo seu nome citado apenas duas vezes antes da abolição; aliás, na última citação, em 15 de maio, foi qualificado como “um obscuro advogado de São Paulo”. É verdade que José Bonifácio, que morreu em 1886, e Dantas freqüentavam suas páginas há mais tempo que Prado e Bento devido à atuação abolicionista de ambos no Senado; sobretudo Dantas, que, como Presidente do Conselho de Ministros, encaminhou ao Legislativo um projeto de reforma da lei de emancipação em 1885, e apresentou dois projetos de abolição no Senado, respectivamente em 1886 e em 1887.

De qualquer maneira, nenhum deles recebeu a mesma atenção do *Rio News* que Joaquim Nabuco. Com efeito, o jornal apresentou a maioria dos episódios que compuseram a trajetória da sua vida pública desde 5 de setembro de 1879, quando noticiou a denúncia que Nabuco fez na Câmara contra a escravização de libertos pela Morro Velho, até 27 de agosto de 1888, quando Lamoureux publicou a carta de agradecimento pela homenagem que fora prestada a ele, a Angelo Agostini e a Antonio Bento por políticos abolicionistas e pela Confederação Abolicionista; aliás, nessa data, a Confederação continuava sob a presidência de João Clapp, um descendente de confederados que migraram para o Brasil.

ANEXO

“A Escravidão brasileira”²⁸

O correspondente de Paris do *Jornal do Comércio* nos informa que, no dia 11 último, o *Nord de Bruxelas* publicou um longo artigo sobre a escravidão brasileira. O *Nord*, vale a pena dizer, é um dos jornais belgas que tem se empenhado com zelo, talvez desinteressadamente, em espalhar o que o correspondente chamou de “propaganda brasileira”.²⁹ Pode-se supor que o artigo em questão tenha sido escrito por um estrangeiro desinteressado, ou, alternativamente, por um brasileiro interessado, mas o fato é que o *Jornal do Comércio*, tanto pelo seu correspondente de Paris quanto pelo seu editor do Rio louva o escritor e recomenda suas afirmações.

Por ora, nada temos a dizer sobre o Imperador, a quem o artigo atribui o atual movimento pela emancipação e a própria lei da emancipação, que é julgada pela alta qualidade dos seus objetivos e resultados. Quando, no entanto, o público europeu é informado de que o tratamento dado a todos os escravos brasileiros não pode ser comparado com o que foi descrito por Harriet Beecher Stone em *A Cabana do Pai Tomás* a respeito do trata-

mento dos escravos no sul dos EUA, porque os primeiros são bem tratados, gozam comparativamente de mais liberdade e têm mais privilégios assegurados, estamos propensos a acreditar que essa desprezível propaganda foi muito longe. Os abolicionistas brasileiros não são Dons Quixotes lutando contra moinhos de ventos; eles têm, de sobra, justos motivos para denunciar esse grande crime contra a humanidade. Aqueles que dizem que a escravidão é mais branda e mais humana neste país do que foi a dos Estados Unidos, ou são grosseiramente ignorantes, ou mentem deliberadamente - e a evidência favorece a esta última suposição.

Estamos entre os que se opuseram à escravidão americana em todas as suas formas e manifestações, mas nunca acreditamos que as cenas pintadas por Sra. Harriet Beecher Stowe fossem comuns a todas as fazendas, nem mesmo a uma pequena proporção delas. Sempre acreditamos que a maioria, a grande maioria dos agricultores americanos, tratou seus escravos bem e com consideração. Seus interesses exigiam esse tratamento, mesmo que não tivessem outro motivo. Admitido isso, resta o fato de que muitos deles maltrataram cruel e brutalmente seus escravos - e justamente este grupo forneceu ao movimento pela abolição muito da sua força e do seu ímpeto. Falar dos direitos inerentes de liberdade, como fazemos, demanda exemplos, como os que se encontram em *A Cabana do Pai Tomás*, para estimular homens a agir, e é exatamente isso que o trabalho da Sra. Harriet Stowe fez com muita nobreza.

Até agora, *A Cabana do Pai Tomás* da escravidão brasileira não foi escrito, mas quando for não faltarão eventos para abarrotá-lo com horrores que Sra. Harriet Stowe jamais sonhou. Reiteradamente tem sido dito que a escravidão brasileira é mais branda e humana que sua correspondente do norte, e milhares de pessoas crêem nessa história. Como é difícil provar essa afirmação, não hesitamos em denunciar essa história como falsa em todos os sentidos. Humana! - não há, e nunca houve, sequer uma partícula de humanidade na escravidão brasileira! Certamente a escravidão americana era cruel, mas parece benigna perto dessa servidão degradada do Brasil! Pense no garoto escravo Jerônimo, de Pelotas - açoitado até a morte! Pense na garota escrava Mônica, de Niterói - exatamente do outro lado da baía onde está esta capital - espancada até ser reduzida a uma massa de carne ferida! Pense no escravo Miguel de Souza, da Paraíba, açoitado à exaustão, depois torturado até a morte com sal, cebola e tabaco que foram esfregados no seu corpo dilacerado, e, por fim, despejaram soda cáustica na boca do cadáver para parecer que era um caso de suicídio!. Pense na escrava Petronilha, desta mesma cidade, de propriedade de um Barão, apelando à polícia por proteção ainda no mês passado com um cepo e uma argola de ferro nos seus tornozelos! Pense no infeliz escravo de Campos, que, noutro dia, rasgou seu pescoço com os dedos para fugir das misérias futuras! Pense naquele outro

infeliz miserável de Pernambuco do ano passado, um escravo fugitivo que foi capturado, abrindo seu intestino com as mãos para escapar da punição e da futura servidão! Pense nas “novenas” - os nove dias de dilaceramento das costas pelo açoite! Pense nos suicídios diários de escravos em todo o Império! Pense nos instrumentos de tortura, cujo número e engenho se igualam aos da inquisição medieval. Pense em tudo isso - e então considere a escravidão brasileira como branda e humana. Pergunte aos que viajam pelas províncias quantos estropiados viram! Pergunte-lhes quantas canções escravas ouviram, e quantos rostos felizes e contentes viram!

Na escravidão americana havia um espírito de contentamento irrefletido e de felicidade entre os escravos, o que a instituição brasileira jamais conheceu. Não somos defensores da escravidão americana, nem mesmo sob qualquer pretexto, mas ficamos insatisfeitos ao vê-la ainda mais degradada, ao vê-la classificada abaixo dessa monstruosa iniquidade da servidão, que os ministros e legisladores brasileiros agora defendem muito afetuosamente contra denúncias justas e contra a extinção imediata.

Antes de ir muito longe com essa propaganda, o editor do Nord ganharia mais se fosse informado sobre os fatos relativos à questão. Não será difícil para ele obter dados que poderia tratar - e fatos que abrirão os olhos dos seus leitores para o verdadeiro caráter desse crime sem limites. A escravidão não pode ser branda e humana, menos ainda ser justa - e o editor do Nord sabe disso. Mesmo que suas afirmações fossem verdadeiras, nunca deveriam insistir em justificar um mal que tem arrastado regularmente esta nação para sua morte. Não há desculpa justa para o crime; e ninguém deve ser sacrificado.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007

Notas

* Doutor e professor da Universidade de São Paulo.

** A maior parte do material utilizado neste texto foi extraído do Capítulo II da Parte I de uma tese de Livre-Docência por mim defendida na FFLCH-USP em 2007, intitulada *Abolicionistas brasileiros e ingleses - a coligação entre a British and Foreign Anti-Slavery Society e Joaquim Nabuco*.

¹ The Rio News, 24 de fevereiro de 1888, p.3.

² Id., 15 de julho de 1888, p.2.

³ Id. Ibid.

⁴ Respectivamente, *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos* (1883), Henry George - *Nacionalização do solo: apreciação da propaganda para abolição do monopólio territorial na Inglaterra e Martial Law; Its Constitution, Limits And Effects, Application Made To The Federal Supreme Court For Habeas Corpus, On Be Half Of The Persons Arrested In Virtue Of Decrees Of April, 10 And 12 (1892)*.

⁵ The Rio News., 5 de agosto de 1881, p. 1.

⁶ Id., 5 de setembro de 1888, p.2.

⁷ Id., 15 de junho de 1886, p. 2.

⁸ Id., 15 de setembro de 1885, p. 2.

⁹ Id. *ibid.*

¹⁰ Id., 24 de outubro de 1887, p. 2.

¹¹ Id. 5 de julho de 1888, p. 2.

¹² Id., 5 de agosto 1886, p. 3.

¹³ Id., 5 de fevereiro de 1882, p. 4.

¹⁴ Id., 5 de janeiro de 1888, p. 2.

¹⁵ Id., 5 de abril de 1881, p. 4.

¹⁶ Id., 5 de janeiro 1886, p. 2.

¹⁷ Id., 15 de julho de 1887, p. 2.

¹⁸ Id., 24 de junho de 1886, pp. 2-3

¹⁹ Id., 15 de janeiro de 1887, p. 2.

²⁰ Id., 24 de junho de 1886, p. 2.

²¹ Id., 24 de outubro de 1887, p. 3.

²² Nesse editorial não há referência alguma a Luiz Gama, que, no entanto, era respeitado pelo *Rio News*, tanto que ao noticiar sua morte, ocorrida em 24 de agosto de 1882, apresentou alguns dados da sua biografia e o considerou como “notável abolicionista” e “campeão dos direitos da sua raça”. Id. 5 de setembro de 1882, p.5.

²³ Na edição de 5 de fevereiro de 1888, o *Rio News* noticiou pela primeira vez que Antonio Bento estava intermediando contratos entre fugitivos e fazendeiros.

²⁴ Segundo o próprio jornal, em 1887, 107 329 escravos haviam sido registrados na província. Id., 15 de julho de 1887, p. 4.

²⁵ The Rio News., 15 de maio de 1888, p. 2.

²⁶ Id., 5 de setembro de 1888, p.2.

²⁷ Em 1886, quando Antonio Prado assumiu o Ministério da Agricultura do recém-empossado Gabinete Cotegepe, Lamoureux fez o seguinte comentário: “o novo ministro da agricultura é um dos mais progressistas agricultores de São Paulo e amigo entusiasta de uma política mais liberal de imigração. Infelizmente, entretanto, é igualmente amigo da política conservadora de manter a escravidão o quanto mais for possível e indenizar os fazendeiros até o último centavo”. Id., 24 de agosto 1885, p. 2. Cerca de um depois, mudou de opinião: “A posição recentemente assumida pelo mais novo senador de São Paulo, o ex-ministro Antonio Prado, sobre a questão da emancipação não só faz jus à sua inteligência e coragem como também mostra sua grande sagacidade. O senador Prado nunca esteve entre os pró-escravistas intransigentes do país, mas sua associação com um Gabinete decididamente pró-escravista e as opiniões extremistas advogadas por um jornal que lhe pertence [O Correio Paulistano] nos fizeram crer que a emancipação nunca receberia dele nenhuma ajuda prática”. Id., 24 de setembro 1887, p. 2.

²⁸ Esse artigo foi publicado pelo The Rio News de 15 de dezembro de 1882, p. 2. Todos os casos de escravos seveiciados aqui referidos já haviam sido denunciados um a um por Lamoureux.

²⁹ Possivelmente esta era uma ironia do editor. Pois, na mesma página encontra-se um outro artigo que apresenta uma lista dos jornais estrangeiros que eram pagos pelo Império para fazer propaganda do Brasil, principalmente, da brandura da escravidão brasileira. Dois jornais belgas apareceram na lista: o Nord e o Independence Belge.

MEIO ANJO - MEIO DEMÔNIO: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA IMPRENSA OPERÁRIA*

Ângela Maria Roberti Martins**
Maria Izilda Santos de Matos***

Resumo

Este artigo buscará discutir as representações do feminino sob a perspectiva de gênero, a partir da imprensa operária dos inícios do século XX (1900-1924), particularmente a imprensa de tendência anarquista. Estes periódicos tinham intenções não apenas de informar, mas criticar e divulgar as análises e questões de seus articulistas, feitas com preocupação claramente opinativa, que recorriam a comentários e a avaliações a fim de alcançar os efeitos de convencimento. Assim, repletos de opiniões e posições, estes periódicos encontravam-se permeados de valores, constituindo um campo de tensões no qual surgiram referências variadas ao feminino, destas algumas serão focalizadas neste artigo: a operária lutadora, a esposa-mãe vitimizada, a criada explorada, a beata virtuosa, a donzela ingênua, a freira transgressora e a concubina sensual-ousada.

Palavras-chave

Gênero; mulher; imprensa; libertário; A Lanterna; A Plebe.

Abstract

This article discusses the representations of women from the perspective of gender, taken from the worker's press of the early XXth. century (1900-1924), particularly from the press of anarchist tendency. These journals were intended not only to inform, but to criticize and to disseminate the analysis and issues of their journalists, written with obvious concern of imposing their own opinions, comments and evaluations in order to reach a convincing result. Therefor, full of opinions and positions, these newspaper were permeated by values, constituting a field of tensions, in which a variety of references to the female gender arose; some of these will be focused in this article: the fighting worker, the victimized wife-mother, the exploited maid, the devout woman, the naive maiden, the transgressing nun, and the sensual-daring concubine.

Keywords

Gender; woman; press; anarchist tendency; A Lanterna; A Plebe.

A produção historiográfica sobre a perspectiva de gênero tem crescido e tomado vigor, incluindo abordagens, temáticas e conteúdos variados. Neste processo, enfrentou-se o desafio de rever mitos e estereótipos, descortinando esferas de influências e recuperando os testemunhos e representações do feminino, sem esquecer suas relações com o masculino.

Este artigo buscará discutir as representações do feminino sob a perspectiva de gênero, a partir da imprensa operária dos inícios do século XX (1900-1924), particularmente a imprensa de tendência anarquista.¹ Estes periódicos tinham intenções não apenas de informar, mas criticar e divulgar as análises e questões de seus articulistas, feitas com preocupação claramente opinativa, que recorriam a comentários e a avaliações a fim de alcançar os efeitos de convencimento.

Assim, repletos de opiniões e posições, estes periódicos encontravam-se permeados de valores, constituindo um campo de tensões no qual surgiram referências variadas ao feminino, destas algumas serão focalizadas neste artigo: a operária lutadora, a esposa-mãe vitimizada, a criada explorada, a beata virtuosa, a donzela ingênua, a freira transgressora e a concubina sensual-ousada.

Operária: vítima e lutadora

Na imprensa libertária as representações do feminino assumem múltiplos sentidos, as operárias eram representadas como “bravas”, “companheiras de luta”, ora como “frágeis e incapazes” e “indefesas”. Em 1919 a *Plebe* noticiava:

União das Costureiras de Carregação. Eis uma notícia animadora e que vai ferir em cheio a consciência de muitos operários: as costureiras acabam de se constituir em associação. No último domingo, essas escravizadas realizaram uma concorrida reunião na rua da Quitanda, 4, e aí deliberaram defender os seus interesses das garras vampíricas dos patrões que enriquecem à custa de seu suor e do seu sacrifício, orientando-se pelos métodos de ação própria, devidamente congregada, e acabando desse modo com o regime de chaleirismo até agora usado na sua classe.

Quer dizer: as costureiras, conscientes da sua dignidade e do seu valor, decidiram-se a ser mulheres, na verdadeira acepção do termo, e não manequins manejados pela vontade de seus algozes. Ergueram a frente com altivez e à exploração disseram que já não eram escravas passivas e submissas. Belo gesto!

Magnífico exemplo! Homens, operários dissociados: Se acaso vos envergonhardes de ver essas raparigas, irmãs nossas no sofrimento e na miséria, adiantando-se a vós na marcha pela emancipação, vinde também fundar, robustecer as vossas agrupações.²

A condição das operárias era definida como de “miserável”, “de desumana miséria”, de “fome e sofrimento”, de ruína pelo trabalho excessivo, em contraponto ao enriquecimento, lucros grandiosos e luxo do patronato, “cujos negócios crescem dia a dia”. As

trabalhadoras foram identificadas como “exploradas”, “oprimidas”, “servas”, “escravas”, aparecendo uma polarização num vocabulário duplo e dirigido num sentido mais moral do que econômico: explorada X explorador, oprimida X opressor, serva X senhor.

As representações textuais, num primeiro momento, identificavam as mulheres como apáticas, mas destacavam a sua capacidade latente para a luta, dessa forma, buscava-se a ampliação das adesões. Contendo a denúncia à exploração, fazia-se acompanhar da exaltação à luta operária, traduzida pela presença constante de verbos como “lutar”, “combater”, “guerrear”, “reivindicar” e “participar”. Procurando conclamar as operárias à resistência, exaltavam-na como “causa justa”, “sagrada”, apontando-lhes a necessidade de superar a passividade.

O trabalho das mulheres era tachado de “tortura”, “excessivo”, “escravidão”, prejudicial a sua saúde, a prole e a moralidade. A fábrica apontada como “presídio”, enquanto ao salário atribuíam os adjetivos, “deplorável”, “magro”, “mediocre”, “insuficiente”.

O discurso buscava sensibilizar os leitores para a questão, sendo as representações do feminino constituídas em oposição à dos patrões, estes foram o centro dos ataques, com expressões desqualificadoras, como “sanguessugas”, “vilíssimos ladrões”, “desumanos”, “cúpidos assassinos”, “abutres”, “algozes”, “atrozes”, “parasitas” e “vampiros”. As ações patronais eram identificadas com o “sugar” (o sangue), “explorar”, “roubar” (o tempo, a saúde, a energia física, as horas de sono e descanso das operárias).

Mãe e esposa dedicada e oprimida

Na gravura intitulada *A carestia da vida* (publicada em 18 de maio de 1912, em *A Lanterna*) ressalta-se na posição central, a presença do vigário obeso, sentado à mesa degustando uma farta refeição servida por uma criada. Ele observava insensível uma mulher que irrompia na sala acompanhada de duas crianças.

Entre eles travou-se um diálogo, reproduzido na legenda: “- Sr. Vigário [dizia a mulher], meu marido está doente e eu tenho em casa apenas 4\$... Tudo está tão caro...”; respondia o sacerdote “- Dê-me você 3\$ que eu, por caridade, direi por ele uma missa que lhe assegurará a bem aventurança eterna...”.

A CARESTIA DA VIDA³



- Sr. Vigário, meu marido está doente e eu tenho em casa apenas 4\$... Tudo está tão caro...

- Dê-me você 3\$ que eu, por caridade, direi por ele uma missa que lhe assegurará a bem aventurança eterna...

Na imagem, pode-se observar a presença de duas mulheres: a mãe-esposa-dona-de-casa e a criada. A primeira “uma dona-de-casa insignificante, negligenciada e negligenciável, oprimida e humilhada, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar...”,⁴ foi representada abatida e curvada, magra, desprovida de beleza e mal vestida; mas revelando cuidado com os filhos e a preocupação com o marido, companheira em todos os momentos, inclusive nos de dificuldade e de doença, vitimizada frente à situação de miséria e doença, sendo ainda ludibriada pelo religioso.

A outra mulher, mais jovem - a criada de servir, impecavelmente vestida como tal, colocava à mesa a farta refeição do clérigo. Ela também aparece como subalterna na função de serviços domésticos, atividade que absorvia um amplo contingente de trabalhadoras, sendo as mulheres identificadas como hábeis para estas tarefas.

A imagem-texto, em tom satírico de denúncia, descrevia os vícios e a abundância do clero, e, simultaneamente, reforçava os papéis tradicionais da mulher. Focalizava as questões da carestia que, no ano de 1912, atingiu o país mobilizando amplos setores do movimento operário. Greves, manifestações e a constituição da *Liga Popular Contra a Carestia da Vida* foram organizadas na capital paulista para denunciar e protestar contra “... o estado de miséria em que se encontra o povo pela crescente carestia da vida...

tudo encareceu, todos os preços do que é de necessidade primordial à vida sofreram uma rápida e exorbitante elevação, sem que os salários tivessem o competente aumento...”, noticiava *A Lanterna*, incitando os trabalhadores à ação.⁵

Nesta imagem e na que a sucede, as denúncias contra o clero e a Igreja fundiam-se com as contra o Estado e o capitalismo, uma vez que apontavam à precária situação econômica e moral dos trabalhadores. A alta do custo de vida, as necessidades dos despossuídos, a exploração do trabalhador, a fé e a submissão da população emergiam no discurso crítico dos anarquistas, somando-se a denúncia da exploração e da opressão particularmente das mulheres.

Através das gravuras, as representações imagéticas e textuais que as constituíam reforçavam os ideais libertários e anticlericais, além de apontar a ingenuidade das mulheres, sua vulnerabilidade à religião e seus representantes, “denuncia-se a Igreja como causadora da ignorância feminina”.⁶

Observando-se as imagens presentes na imprensa libertária, percebe-se o uso da sátira, eixo privilegiado de argumentação na luta, particularmente nas ações anticlericais. No uso das charges marcadas pela objetividade, tinha-se a intenção de dessacralizar, degradar e aviltar pelo riso, que, assim, adquiria sentido de combate.⁷

O REINO DO CÉU⁸



- É assim, ajudando aos pobres e santos ministros da Igreja, que ganharás o reino do céu...

A cena encontra-se dominada por uma figura grotesca, a do clérigo, destacado em primeiro plano usando as tradicionais vestes litúrgicas. O desenho caricatural exagerava as características físicas do religioso, transformando-o em uma figura obesa, corpulenta de riso malicioso, com mãos e pés desproporcionais. Os traços do nariz e dos pés faziam com que lembrasse um palhaço, indicando a inversão da postura sacerdotal.

À sua direita encontrava-se a mulher, abatida e de ar humilde, com duas crianças, uma no colo e outra agarrada a sua saia, em uma atitude visível de medo, insegurança e carência. A mulher (esposa-mãe) estava colocando na mão direita do padre uma moeda, reforçando a mensagem irônica da legenda: “- É assim, ajudando aos pobres e santos ministros da Igreja, que ganharás o reino do céu...”.

Através da postura do religioso, seus traços físicos e fala criticava-se a tradição da Igreja, segundo a qual o dízimo e as doações à Igreja eram formas de expiação dos pecados, facilitando os laços entre o céu e a terra, sob a intermediação do clero.

Quanto à representação feminina, mostrava-se submissa frente ao clero, com a cabeça baixa e o olhar para o chão, além de crédula e inocente sem perceber as verdadeiras intenções do religioso. A presença dos filhos, no colo e junto à saia, demonstra sua identificação com a maternidade, ressaltando a “[...] importância de seu cuidado direto e permanente com os filhos [...]”, “guardiã do lar”, responsável pela família, zelosa, frágil, submissa, passiva e austera.⁹

Em toda uma série de gravuras o clero sempre aparecia como interesseiro e avarento, vinculado à cobiça imoderada que o impelia a obter lucro material ou pecuniário do exercício das suas atividades sacerdotais. Gravitando em torno da avareza, outros “pecados capitais” emergiam nas estampas, sobretudo a gula, cujas raízes, segundo a teologia cristã, encontrava-se no corpo e que por meio de uma relação de interdependência ativava outros vícios.

Estas gravuras, assim como as outras, tinham uma importante função pedagógica: colocar em evidência a avareza dos religiosos, mobilizar o leitor/observador acerca da falsa moral dos clérigos, discutir as questões dos interesses da igreja. Recorrendo à sátira e ao riso fazia-se alusão ao vício da avareza, representando o clero envolvido na defesa dos seus interesses e a mulher como sua vítima principal. Questionando os comportamentos dos religiosos longe dos ensinamentos e das finalidades espirituais, mas próximo dos vícios, como a avareza, contrariando os compromissos assumidos no plano religioso.¹⁰

Beata virtuosa e a freira:

Os periódicos escarneciam não só o culto católico que valorizava a bênção como sinal sagrado intermediado pelo serviço religioso, como também da crença popular no poder da água-benta, considerada milagrosa, capaz de eliminar as impurezas e as doenças.

A estampa, publicada n'A *Lanterna* em 14 de maio de 1910, ironicamente, anunciava:

A VERDADEIRA ÁGUA MILAGROSA SÓ NA CASA DEUS & FILHO

*...Endireita a espinhela caída,
Extrai callos, reduz fielmões, prolonga a vida,
Marca a roupa, e sem damno algum e sem fedor
Torna o cabelo e a barba á primitiva cor.*



Todos a Casa Deus & Filho! Ao Bazar da Fé! Grande redução de preços!¹¹

A representação focaliza a beata e a freira, envolta no hábito, que lhe conferia identidade religiosa, percebe-se o rosto envelhecido e as mãos que seguravam o frasco com o “elemento sagrado”. Ela se preparava para prover a velha beata, austeramente vestida de preto, da água santificada.

A força da imagem encontrava-se pautada em uma associação de idéias, na qual o efeito claro-escuro do grafismo e a falta de beleza das mulheres eram recursos de expressão para melhor marcar o obscurantismo das concepções e práticas religiosas. Nestas representações femininas estavam implícitas, ainda, emoção, passividade e irracionalidade, próprias de quem acreditava no poder que o clero se atribuía de santificar a água pela palavra e pelo gesto.

Ambas as mulheres foram representadas sob uma aparência pudica e virtuosa, revelando a associação da mulher envelhecida, desprovida de beleza, ofuscada pela doutrina religiosa, que reforçava sua sujeição.

Mulheres casadas e solteiras: seduzidas

As páginas d'*A Plebe* e d'*A Lanterna* abordavam a devassidão do clero, denunciando a sedução de mulheres casadas e solteiras, a perseguição aos jovens seminaristas e a relação com as freiras. Segundo o ex-sacerdote Dom Bigliazzim, quando o padre não estava recitando o ofício ou celebrando a missa, passava o tempo “[...] em divertimentos, em orgias e na ociosidade; visitava os prostíbulos, se vivia na cidade; mantinha concubinas que achava na pessoa de pobres filhas do povo ou de senhoras ricas”.¹²

Baseando-se na imagem emblemática do padre devasso que seduzia donzelas e jovens senhoras casadas, a gravura apresentada a seguir indica como a intervenção da Igreja na sexualidade conjugal era objeto de reflexão entre os libertários. A estampa circulou n'*A Lanterna* em 22 de janeiro de 1910, com o título “contra a pornografia”:

CONTRA A PORNOGRAFIA



- No confessionário deves contar-me tudo o que se der na noite de núpcias...¹³

Na cena proposta, uma jovem nubente conversava com o clérigo, que lhe dava a seguinte orientação: “- No confessional deves contar-me tudo o que se der na noite de núpcias...”. A moça e o sacerdote são os únicos elementos constitutivos da imagem, mas, por si só, a relação existente entre ambos era bastante significativa. A donzela é representada com traços delicados, sobriamente vestida, com os cabelos contidos sob um lenço, tendo o semblante passivo, exprimindo pureza e inocência.

No religioso, explorava-se a imagem corpulenta e bruta referenciando a gula e a luxúria, representações que invertiam/subvertiam a função sacerdotal, sendo o confessor “vítima” da sua própria armadilha - a confissão cristã -, seduzido pelo discurso que ele mesmo incitava - prática sexual, prazeres, desejos, pensamentos - e, de censor, transformava-se em “pecador” à medida que se entregava aos deleites da carne, reais e imaginários.¹⁴ Aos olhos da imprensa libertária, era repugnante e infame, que se aproveitava do dispositivo da confissão e da ingenuidade, bem como da credulidade, para se imiscuir na intimidade dos casais e das famílias.

Os periódicos denunciavam a confissão um instrumento de opressão e dominação, contrário à liberdade por sujeitar e expor o(a) confidente ao confessor, os libertários, certamente, percebiam neste dispositivo uma forte relação de poder que conferia ao sacerdote condições para aconselhar, influenciar, avaliar, julgar, punir e perdoar.

Concubina sensual e Companheira ousada

Para além das representações da beata virtuosa e da donzela, no conjunto das gravuras que circularam nos periódicos destacam-se outras temáticas centradas nas questões da sexualidade.

Denunciando as investidas sexuais do clero, gravura d’*A Lanterna*, veiculada na edição de 19 de fevereiro de 1910, fazia alusão à quebra do celibato e à constituição de famílias chefiadas por padres, cuja “[...] odiosa missão [era] desonrar donzelas, seduzir casadas, enganar viúvas e perverter o sacrossanto lar da família num prostíbulo”.¹⁵

AS ALEGRIAS DO LAR



E ainda há quem diga que os padres não constituem família...¹⁶

Esta estampa plena de significados, presentes no próprio título, *As alegrias do lar*, reforçado pela conjunção da imagem à frase denúncia: *E ainda há quem diga que os padres não constituem família...* apresentava a questão de famílias constituídas por clérigos através de concubinatos e com filhos ilegítimos.

Entre os componentes centrais da gravura destaca-se o padre limpando e cuidando do bebê no seu colo, de certa forma contrariando as práticas estabelecidas, já que estas eram funções tradicionalmente femininas. No contra ponto, rodeada de objetos de perfumaria, a imagem feminina encontrava-se diante do toucador, lavando as mãos numa bacia diante do espelho.

Num primeiro plano se destaca a figura feminina, ela porta um vestido sensual adornado com corações, babados e laços, modelando o corpo curvilíneo e revelando o contorno dos seios, deixando os ombros, colo e parte das pernas descobertos. A representação feminina é explicitamente sensual, que pela ousadia, poderia ter a intenção de aproximar a imagem de uma meretriz cheia de encantos sedutores.

O gato, no chão junto a outros objetos, completava a cena “doméstica” que retratava o cotidiano da intimidade da “família”, compondo um cenário que explicita simultaneamente um ambiente familiar e sensual, lócus dedicado aos prazeres da carne; um lar proibido, já que o padre quebrara a obrigatoriedade do celibato.

A representação destacava o comportamento contraditório e hipócrita dos clérigos aos princípios que apregoavam e deviam praticar. A representação feminina é identificada com a tentação, associando a mulher ao pecado da carne, à perdição e luxúria.¹⁷ O olhar malicioso que a jovem dirigia ao leitor/observador e as formas exuberantes do seu corpo induziam a uma indicação com o desejo, com o proibido, com a tentação, referenciando Eva.

Ainda que a intenção dos articulistas fosse atingir o clero, tratando de forma direta e objetiva a transgressão sexual, a imagem implicitamente reproduz a representação feminina da sensualidade, reforçando o caráter sedutor e “perigoso” das mulheres.

Freiras transgressoras

Para os libertários, o celibato era um princípio contrário à natureza humana, que contribuía para a ocorrência de diversas transgressões, uma vez que o próprio clero o desrespeitava. O discurso da denúncia destacava que mesmo impedidos pelo sistema clerical, padres e freiras mantinham relações sexuais, procriando e constituindo família. A idéia não era só desmoralizar o clero, mas criticar a moral cristã que apregoava e limitava a sexualidade dentro dos padrões da família regulamentada e disciplinada pelo casamento civil e religioso.

As práticas do clero foram motivo de outras representações publicadas nos periódicos, como a que fez referência à festa profana do carnaval, dedicada a diferentes sortes de diversões, inversões, folias e folguedos. Na gravura, o padre e a freira preparavam-se para os festejos:

VIVA O CARNAVAL!



Folguemos, na santa paz do senhor!¹⁸

Compunham a figuração um padre e uma freira; ele estava de pé no meio da cena, expressando um riso franco, até mesmo malicioso, em uma clara manifestação de prazer. Em seus braços, segurava e embalava a freira, suas mãos tocavam o corpo feminino: as nádegas e o seio esquerdo.

Ela, olhando na direção do padre, esboçava receptivamente um sorriso nos lábios. As pernas, embora cobertas por meias pretas, estavam fora das vestes até a altura dos joelhos e apresentavam uma espécie de movimento insinuante. Vale observar a mistura do sagrado e do profano nas vestes da freira: na parte superior, o hábito tradicional, fechado até o pescoço, e a cruz da cristandade no peito; na parte inferior, saias e babados lembravam os trajes de uma corista.

Complementando a cena, a ironia militante destacava as evidentes transgressões do clero como sugeria a legenda, mencionando claramente a sua concupiscência e desejos de desfrutar os prazeres da carne, ao invés das tristezas, continências da quaresma e dos

retiros nos momentos da folia carnavalesca. O recurso da ironia provocava a franca desqualificação das representações apresentadas.¹⁹

Uma outra estampa, publicada n'A *Lanterna* em 04 de fevereiro de 1911, fazia novas investidas maliciosas contra o clero, salientando, mais uma vez, a hipocrisia da virtude da castidade diante das tentações da carne. Na legenda, a fala do religioso reforçava a mensagem da própria ilustração: *E pretendem que sejamos santos diante dessas tentações... Valha-me, ó S. Faustino...*²⁰

TENTAÇÃO



- E pretendem que sejamos santos diante destas tentações...
Valha-me ó S. Faustino!...²¹

Ocupando a maior parte da cena, a figura caricata do clérigo observava desejoso uma mulher bela, elegante e sensual que estava à sua frente. O eclesiástico teve suas características físicas exageradas, marcadas pela fealdade, como antítese do bem e expressão do mal²². A obesidade, a ausência do pescoço, o riso maledicente e marcado pela falta de dentes não eram apenas um insulto²³, mas evidenciavam o comportamento contraditório dos clérigos, reduzindo-os a patifes, criando uma imagem grotesca que deveria provocar injúria e riso.²⁴

A mulher foi representada bela e sedutora e irresistível aos olhares masculinos. “A mulher que atrai e repele. Abrigo... [e] abismo sem fundo. Lareira calorosa [e] armadilha

que encerra e mutila. O corpo da mulher é um mistério; seu sexo aniquila o homem no prazer, emascula-o. Ela é voragem, abismo insondável, emboscada...”²⁵

O vestido e o chapéu encobriam e sugeriam os encantos femininos, também presentes na beleza do rosto e nas formas sinuosas do corpo. Contudo, esta mulher foi contemplada com o dom de seduzir e com o espírito de dissimular, colocando os homens em perigo e gerando desconfianças. Dela emanavam as mais belas e terríveis promessas, recompensas dos jogos eróticos, revelando a “[...] força de um imaginário marcadamente masculino”²⁶

As representações sensuais do feminino encontram-se presentes em várias outras gravuras publicizadas na imprensa libertária; no entanto, eram atualizadas de acordo com a intenção dos militantes e à luz dos acontecimentos da época.

Nas representações em que a mulher era associada à Eva, designava, quase sempre, a concupiscência e desejos libidinosos. Consciente ou inconscientemente, as gravuras associavam as representações do feminino à tentação, ao pecado, desqualificando as mulheres que se tornavam amantes ou concubinas dos clérigos. Com essa mesma intenção, a estampa apresentada a seguir, publicada n’A *Lanterna* em 15 de julho de 1911, tratava com sarcasmo a pretensa castidade dos sacerdotes:



Sacrificando a Christo e a Virgem Maria... Sacrificando a Baccho e a Venus.²⁷

Esta gravura mangava com as referências cristãs e mitológicas, mostrando o clérigo em sua ambivalência: espiritual-carnal; religioso-humano. No primeiro plano, trajando vestes litúrgicas e exprimindo um conteúdo moral-simbólico, o sacerdote aparecia celebrando a missa no altar cercado por objetos sagrados. Em contrapartida, na calada da noite, se libertava das renúncias impostas pela Igreja e atendia seus impulsos carnavais.

Ao seu lado destacava-se a parceira do jogo proibido, revelando beleza física nas formas e trajes sensuais, acrescentando a flor no cabelo. A alusão a Baco e a Vênus (deuses associados aos prazeres da vida, como o vinho e o amor) fazia-se presente na legenda e também figura do padre, que em uma das mãos levantava um copo, como que brindando a Baco, e com a outra envolvia o corpo feminino, tocando-lhe o seio. A cena criada reforça uma atmosfera de licenciosidade que, segundo os libertários, cercava o cotidiano dos religiosos.

Destacava-se nas imagens chargísticas a inversão/subversão das regras da vida religiosa, valorizando a força erótica, colocando o clero diante do que seria considerado inusitado, e, por isso mesmo, deflagrando o riso e atingindo o objetivo da denúncia.²⁸ Fazia parte das estratégias utilizadas pelos periódicos para provocar o desprezo para com os clérigos, escarnecendo suas fraquezas, ridicularizando seus vícios e contradições.

Finalizando, cumpre observar o amplo potencial das gravuras e textos publicados na imprensa anarquista que possibilita recuperar diferentes maneiras de ver, sentir e representar, expressando tradições, intenções e tensões, descortinando sonhos e desejos, significados afetivos, culturais e políticos, mas que principalmente visavam mobilizar, conscientizar e promover o engajamento na busca da transformação da sociedade.

No que se refere às representações femininas (re)produzidas pelos libertários, foi possível perceber que se encontravam permeadas de tensões e conflitos, antagonismos e ambivalências, explicitando a mulher de forma variada e difusa, mantendo, no entanto, uma tendência em direção ao “mitema da alteridade”: meio anjo e meio demônio, mas sempre mulher!²⁹

Na complexidade de tentar explicar as representações femininas (re)produzidas na imprensa libertária, cabe destacar o sentido de denúncia e de cooptação do elemento feminino para a causa anticlerical e libertária. Os articulistas acusavam a milenar hostilidade e desconfiança da Igreja em relação à mulher, bem como o seu interesse em mantê-la sob eterna vigilância por considerá-la crédula, vulnerável, não apenas física, mas moralmente.

Ainda que os libertários tivessem a intenção de denunciar as relações e transformar os papéis tradicionalmente atribuídos aos gêneros, na composição das imagens (textuais

e gráficas), a mulher operária ou devota, religiosa ou leiga, na qualidade de mãe e esposa foi representada como responsável e destinada aos cuidados dos filhos, do marido, do lar e das funções domésticas.

Agraciada com a arte da sedução e com o espírito da dissimulação, tanto a leiga quanto a religiosa, encarnaram a mulher sedutora, instável e perigosa, no entanto, permanecem “... submissas, dependentes, porcelanas do homem, incapazes de um pensamento racional e, conseqüentemente, de dirigirem suas próprias vidas”,³⁰ uma vez que em raramente nas estampas a mulher apareceu em uma posição mais ativa.

Os periódicos revelaram tradicionais representações femininas, indicando a circularidade destas referências simbólicas enraizadas no imaginário, certo “eterno feminino”, que revelava o peso dos poderes contidos nas representações de gênero.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Para o presente artigo foram priorizados na análise *A Lanterna* (folha anti clerical e libertária, fundada (SP 1901-04) e dirigida por Benjamin Mota; reaberta (1909-16) sob a direção de Edgar Leuenroth) e *A Plebe* (1917-35, também dirigida por Edgard Leuenroth, não teve circulação regular em todo este período, devido as apreensões, escassez de recursos e destruição de equipamentos). Estes periódicos foram selecionados por possuírem amplo e variado material iconográfico e textual rico em representações.

** Doutora em história pela PUC/SP, professora do ISERJ e UNIGRANRIO.

E-mail: angelaroberti@uol.com.br

*** Doutora em história pela USP e professora titular da PUC/SP.

E-mail: mismatos@puccsp.br

¹ *A Plebe*. São Paulo, 19/4/1919.

² *A Lanterna*. São Paulo, 18 de maio de 1912. p.1.

³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.172.

⁴ *A Lanterna*. São Paulo, 15 de junho de 1912, p.3.

⁵ RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbrri e o anarquismo contemporâneo*, São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p. 108.

⁶ MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 499.

⁷ *A Lanterna*. São Paulo, 28 de out. de 1916. p.1.

⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp.74-84.

⁹ AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.188.

¹⁰ *A Lanterna*. São Paulo, 14 de maio de 1910. p.1.

¹¹ *A Lanterna*. São Paulo, 19 mar. 1910. p.3.

¹² *A Lanterna*. São Paulo, 22 de jan. de 1910. p.2.

¹³ LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. In: VAINFAS, Ronaldo. *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, pp.67-88.

¹⁴ *A Lanterna*. São Paulo, 22 de abr. de 1911, p.2.

- ¹⁵ *A Lanterna*. São Paulo, 19 de fev. de 1910, p.1.
- ¹⁶ DUBY, Georges. *Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.41.
- ¹⁷ *A Lanterna*. São Paulo, 5 de fev. de 1910, p.1.
- ¹⁸ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 178.
- ¹⁹ A referência a Fustino Consoni era bastante significativa. Segundo a matéria publicada n’*A Lanterna* em 21 de fevereiro de 1911, Consoni era “o miserável satyro, assassino e mystificador, chefe supremo do bando de criminosos que se aceita no Orfanato sinistro do Ypiranga”. A alusão a Consoni na gravura apresentada a seguir, na qual o clérigo se via profundamente perturbado diante de uma mulher atraente que o estimulava, era uma crítica ferina que decorria da onda de “assassinatos, defloramentos, estupros, espancamentos, maus tratos” que ocorriam no Orfanato Christovam Colombo. Entre os crimes, destacava-se o caso de estupro seguido de morte de Idalina de Oliveira, órfã de 10 anos. Faustino Consoni, diretor do orfanato, era acusado de assassiná-la “com pancadas de pá na cabeça”. Sobre o assunto, consultar: *A Lanterna*. São Paulo: edições de janeiro e fevereiro de 1911.
- ²⁰ *A Lanterna*. São Paulo, 04 de fev. de 1911, p.1.
- ²¹ MINOIS, Georges. Op. cit., 2003. p.298-299.
- ²² FISCHLER, Claude. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT’ANA, Denise Bernuzzi de. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, pp.69-79.
- ²³ FERREIRA, Jerusa Pires. “Alto” / “Baixo”. O grotesco corporal e a medida do corpo. In: Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Corpo e cultura. n.25, Dezembro de 2002, pp.397-406.
- ²⁴ PERROT, Michelle. De Marianne a Lulu: As imagens da mulher. In: SANT’ANA, Denise Bernuzzi de. Op. cit., 1995, pp.163-182.
- ²⁵ DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Imagens da mulher*. Porto: Afrontamento, 1992, pp.18-21.
- ²⁶ *A Lanterna*. São Paulo, 15 de jul. de 1911, p.1.
- ²⁷ Mikhail Bakhtin fala da carnavalização pela ambigüidade da proposta, pela inversão dos códigos vigentes, pelo riso e pelo inusitado. Sobre o assunto, consultar: BAKHITIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.
- ²⁸ Idéia tomada a Corinne Booker-Mesana quando analisa a personagem Carmen, o arquétipo da mulher fatal e sua antítese. BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998, pp.146-149.
- ²⁹ RAGO, Margareth. Op. cit., 1985, p.82.

IMPrensa, CINEMA E MEMÓRIA. OS FILMES *LAMARCA* E *O QUE É ISSO COMPANHEIRO?* NA FOLHA DE S. PAULO, N' O ESTADO DE S. PAULO E NO JORNAL DO BRASIL*

Marco Alexandre de Aguiar**

Resumo

O artigo analisa a repercussão dos filmes *Lamarca* (1994) e *O que é isso companheiro?* (1997) em três grandes jornais, a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Os dois filmes foram lançados numa mesma conjuntura, ou seja, dentro da denominada retomada do cinema brasileiro. Além disso, abordam uma mesma temática, ou seja, a atuação dos grupos guerrilheiros durante a ditadura militar. Com a análise dos jornais realizamos uma reflexão sobre questões relacionadas à disputa pela memória em relação ao período focado nos filmes. Podemos perceber que na fase democrática, durante a década de noventa do século passado, tanto os militares, como seus opositores estavam atentos a defender posições em relação ao período ditatorial.

Palavras-chave

Cinema; guerrilha; jornal impresso; memória.

Abstract

*This text analyzes the repercussion caused by the films *Lamarca* (1994) and *O que é isso companheiro?* (1997) in three major newspapers, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. Both films were released under the same circumstance, the “retomada do cinema brasileiro” (“retake of the Brazilian cinema”, or just “retake”). They also discuss the same subject - the action of guerrilla groups during the military dictatorship. Based on the newspapers approach, we present herein some reflection over questions about the dispute for the memory related to the period shown in the films. We conclude that during democracy (90 decade of last century) the military, as well as those opposed to them, were defending their positions towards the dictatorship period.*

Keywords

Cinema; Guerrilla; Press; Memory.

O sociólogo alemão Jürgen Habermas, em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, desenvolve reflexões sobre o conceito de opinião pública. Ao contrário de um pensamento ingênuo, o conceito de opinião pública não se refere a uma disputa entre todos os cidadãos da sociedade a respeito de valores, posicionamentos políticos, econômicos e ideológicos. Na realidade, temos o seguinte: “a disponibilidade despertada nos consumidores é mediada pela falsa consciência de que eles, como pessoas privadas que pensam, contribuam de um modo responsável na formação da opinião pública”.¹ Dessa maneira, fica evidente que a disputa ideológica na sociedade contemporânea apresenta-se de forma desigual. Os detentores de televisão, rádio, jornais e outros possuem um grande poder de influenciar a sociedade. Assim consideramos pertinente a opção de analisarmos a repercussão dos filmes *Lamarca*² e *O que é isso companheiro?*³ nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Dentro da análise enfatizamos questões referentes à disputa pela memória em relação à atuação dos grupos guerrilheiros na época da ditadura militar (1964-1985).

1) *Adolescentes e polêmica com ex-guerrilheiro na repercussão do filme Lamarca no jornal Folha de S. Paulo.*

Em 1994, o filme *Lamarca* é lançado e poderíamos refletir sobre as razões do espaço dado pelo jornal *Folha de S. Paulo* a este evento cultural, sem perder de vista que todo jornal realiza uma seleção das suas notícias com claros interesses, e não de forma aleatória. No livro *Juventude de papel - Representação juvenil na imprensa contemporânea*, Ana Cristina Teodoro da Silva aponta os critérios de seleção do jornal *Folha de S. Paulo*: “1) Ineditismo 2) *Improbabilidade* 3) *Interesse*, 4) *Apelo* (curiosidade); 5) *Empatia* (identificação com a situação da notícia)”.⁴

Analisando a conjuntura do momento do lançamento do filme, nos deparamos com uma péssima fase do cinema nacional. Nesta situação, um filme com uma produção cuidada representava ineditismo e despertava a curiosidade. Principalmente se levarmos em conta a história do filme, retratando um personagem e um período polêmicos. Dentre os vários locais do jornal onde apareceu a cobertura do filme, temos *Folhateen*, caderno da *Folha de S. Paulo* destinado ao público jovem. O adolescente normalmente possui certa dose de rebeldia, que, de forma genérica, poderia levar a uma empatia pelo filme, já que Carlos Lamarca e os grupos guerrilheiros são identificados pela postura de contestação. Neste sentido, podemos perceber como natural o espaço dado no *Folhateen* à divulgação do filme de Sérgio Resende.

Não podemos esquecer que o público jovem constitui-se num segmento consumidor importante. A criação do *Folhateen* e as grandes transformações pelas quais passou

visavam à conquista deste público. Todavia, o jornal não está preocupado com todos os jovens. No livro de Ana Cristina Teodoro da Silva percebe-se a criação de uma identidade imaginária realizada pelo jornal em relação ao *teen*, um jovem de classe média e com problemas e questões específicas. Consideraram natural os pais resolverem uma situação em que eles são abordados pela polícia sem carta de motorista ou sentir “vergonha” de ser virgem.⁵ Na pesquisa realizada, encontramos o seguinte procedimento realizado pelo *Folhateen*: selecionaram seis jovens e exibiram o filme e depois colheram seus depoimentos. Selecionamos um trecho para análise, onde há um depoimento de uma jovem:

Quem acredita que os teens não conhecem a história recente do país se engana. ‘Eu já conhecia a história do Lamarca, e acho que ele só não é mais conhecido porque foi uma pessoa que tentou, mas infelizmente não conseguiu’, diz Paula.⁶

A frase “Quem acredita que os teens não conhecem a história recente do país se engana” apresenta uma generalização a partir de depoimentos de apenas seis jovens. Sabemos dos altos índices de analfabetismo no Brasil e do fraco desempenho escolar dos nossos alunos. Essa questão nos leva a pensar nas considerações de Ciro Marcondes Filho, quando afirma que a produção de notícias tende a levar à passividade, à eliminação da contradição, a uma desvinculação com a realidade.⁷ Se levarmos em consideração a afirmação do *Folhateen*, por que nos preocuparemos com a qualidade da nossa educação?

Em outra matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, deparamo-nos com uma polêmica envolvendo o jornalista Marcelo Rubens Paiva e o ex-guerrilheiro Celso Lungaretti. Marcelo Rubens Paiva, em Polícia Militar conta a história pela metade,⁸ criticava a iniciativa da Polícia Militar de São Paulo de realizar um filme para se contrapor à versão de Lamarca. Por não gostar da produção de Sérgio Resende, a Polícia Militar resolveu fazer Alberto Mendes Júnior, a *História de um Herói*, onde glorifica do tenente assassinado pelo grupo de Lamarca. Na ótica de Marcelo Rubens Paiva, a polícia tentou transformar um fiasco do Exército brasileiro numa glória. No relato (sua família possuía terras no Vale do Ribeira onde houve o confronto entre Exército e grupo guerrilheiro), temos uma referência à “delação” de Celso Lungaretti para os militares, sobre a área de campo dos guerrilheiros. O ex-guerrilheiro ficou ressentido com esta afirmação e escreveu um artigo contestando Marcelo Rubens Paiva, gerando uma polêmica. Marcelo Rubens Paiva escreveu outro artigo e então o jornal *Folha de S. Paulo* resolveu terminar com a polêmica de uma maneira considerada democrática: os dois debatedores teriam uma última oportunidade para escrever, e os dois artigos seriam publicados numa mesma edição. Neste dia temos a seguinte observação do jornal:

Com os dois artigos publicados nesta página, encerra-se a polêmica. O “Novo Manual de Redação” da Folha recomenda que “a maneira correta de encerrar uma polêmica é avisar as partes de que terão apenas mais uma oportunidade e igual número de linhas para se manifestar, e publicar essas manifestações lado a lado”.⁹

Ao trabalharmos com essa polêmica, levantamos algumas questões: 1) No total de artigos, tivemos três para Marcelo Rubens Paiva e dois para Celso Lungaretti. 2) Na edição do final da polêmica, em que saíram os dois artigos, percebemos que Marcelo Rubens Paiva leu o artigo de Celso Lungaretti e o contrário não ocorreu. Esse procedimento mostra que o jornal não primou pelo caráter “democrático exibido no seu Manual de Redação”. 3) Utilizando-se do conceito de indústria cultural, que analisa a transformação de um objeto cultural em mercadoria, podemos ver um certo vazio nesta polêmica, com o intuito de vender jornais. Respeitando a situação trágica vivida por Celso Lungaretti, que entregou a área de campo sob intensa tortura e sofrimento, não podemos deixar de reconhecer que a “delação” existiu. Ele mesmo reconhece que apontou uma área que pensava estar desativada. Entretanto, os militares, cruzando informações, conseguiram descobrir a verdadeira área. Além disso, temos o livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha* (o diretor Sérgio Resende baseou-se nele para fazer o filme *Lamarca*), que é de 1980 e há referência à delação de Celso Lungaretti.¹⁰

Ainda sobre esta polêmica, acabamos nos deparando com uma aproximação, ou seja, temos uma mesma preocupação em relação ao filme *Lamarca*, por parte de duas pessoas que estavam em lados radicalmente opostos no período focado, o ex-guerrilheiro Celso Lungaretti e o general Nilton Cerqueira. Celso Lungaretti, em seu último artigo, faz várias críticas a Carlos Lamarca ao afirmar que: “A atual tentativa de reabilitar Lamarca me assusta: jovens acabarão morrendo por causa disto”.¹¹ Ou seja, temos uma preocupação com o filme *Lamarca* parecida com a do general Nilton Cerqueira, que afirma: “é perigoso falar nesse assunto, pois a juventude pode ter uma visão errada deste desertor”.¹²

2) “*General pobre*” necessitando de cachê. Repercussões do filme *Lamarca* n’O Estado de S. Paulo

Dos três jornais analisados neste artigo, *O Estado de S. Paulo* foi o que apresentou uma menor quantidade de artigos sobre o filme *Lamarca*. Uma possível explicação para essa questão está no caráter conservador desse jornal, pouco propenso a dar espaço para um filme com perfil esquerdista. O primeiro espaço dado pelo jornal a respeito do filme apresentou o seguinte título: *Lula vê e diz gostar de “Lamarca”* (04/ 05/94). No artigo de Luiz Zanin Oricchio, há o posicionamento do então candidato à presidência da República. Lula achou interessante o filme por colocar uma versão diferente da apresentada durante a

ditadura, entretanto considerou “muito militaristas” os métodos de Lamarca. De maneira implícita, podemos perceber uma pergunta feita para Lula: “O candidato que tenta se desfazer da imagem de radical, não teme que a sua presença na pré-estréia pode lhe trazer prejuízo eleitoral”.¹³

No dia 06/05/94, deparamo-nos com a página de maior espaço dado à repercussão do filme *Lamarca*. Na primeira página do Caderno 2, temos entrevistas com o general Nilton Cerqueira e o cineasta Sérgio Resende, além de uma crítica sobre o filme e fotos do general Nilton Cerqueira e de Paulo Betti como Lamarca, em cena do filme. Na entrevista de Nilton Cerqueira, fica clara a condenação ao filme, mesmo sem ter assistido. Baseiam-se as suas colocações em “informações de outras pessoas”. Neste período, o general era presidente do Clube Militar do Rio de Janeiro e candidato a deputado federal pelo Partido Progressista.

No início da entrevista, o general utiliza um discurso bastante recorrente.

Defende o nacionalismo, afirmando que quem realizou o filme cometeu um crime contra a nação. Depois, enfatiza a “carência de valores espirituais do nosso tempo”, recebendo agora um filme que transforma um assassino em herói. Por sua vez, o colunista do jornal, Luiz Zanin Oricchio, faz duas perguntas muito comuns a respeito de filmes de reconstituição histórica, tentando verificar se o filme mostrou os acontecimentos tal qual eles aconteceram. Essa postura fica evidente na seguinte pergunta: “No filme é mostrado um conflito de comando entre o senhor e o delegado Sérgio Paranhos Fleury durante a caçada a Lamarca. Isso corresponde à verdade?”.

O general nega tal conflito, argumentando que Fleury era seu subordinado. Até esse momento da entrevista, havia uma “certa normalidade”. Contudo, esta foi quebrada com uma resposta dada pelo general Nilton Cerqueira, a um pedido do jornalista para ele fazer uma reconstituição da morte de Carlos Lamarca. A surpreendente resposta, seguida de contra-respostas é a seguinte:

- De graça?
- Como assim? O senhor cobraria cachê para dar uma versão dos fatos?
- Sou um homem pobre, não vou dar de graça uma informação. O seu fotógrafo já veio aqui, tirou fotos e eu não ganhei nada.

É difícil saber qual das duas afirmações é mais esdrúxula, se a vontade de ganhar um cachê para prestar um depoimento de cunho histórico ou a afirmação de um general se considerar um homem pobre num país onde um enorme contingente da população ganha salários irrisórios.

Infelizmente, esse posicionamento não se constitui numa característica única de Nilton Cerqueira. Em 1999, a TV Cultura produziu um documentário intitulado *Anistia 20*

anos, fazendo um balanço retrospectivo sobre a luta pela anistia e seus desdobramentos. Nele, tivemos uma entrevista com o deputado federal Nilmário Miranda (PT-MG). Havia uma discussão sobre a questão da abertura de arquivos sobre o período da ditadura militar. O jornalista Heródoto Barbeiro abordava a abertura do arquivo do DOPS para a consulta pública. Nilmário Miranda ressaltou que arquivos do DOI-CODI, da OBAN e outros continuam fechados e talvez eles contenham pistas sobre desaparecidos. No decorrer da entrevista, Nilmário mencionou um militar que tinha a prática de vender arquivos:

O Curió, aquele que participou da morte de tantas pessoas. Ele fala para quem quiser ouvir, que ele tem arquivo, mas ele quer vender e ninguém vai comprar arquivo de Curió.¹⁴

Nilmário concluiu que “Curió” guarda arquivo como um trunfo. Caso precise, ele ameaça que possui arquivos, e assim como nesse caso, existem outros arquivos pessoais. Gostaríamos ainda de colocar mais uma questão sobre esse programa da TV Cultura. Na abertura, Heródoto Barbeiro afirma que a lei de anistia de 1979 perdoou os dois lados, mas perdoar não significa esquecer. Há uma ênfase na importância de certos episódios continuarem “vivos em nossa memória” para que eles não se repitam nunca mais.

A entrevista de Nilton Cerqueira é precedida por um texto de apresentação sobre o filme *Lamarca*, com a visão de que o cinema nacional precisa de uma boa polêmica para reconquistar o espaço social perdido. Neste sentido e em outros, o filme de Sérgio Rensende é visto com o potencial de recuperar o público para o cinema tupiniquim. Quanto à questão da polêmica, temos o seguinte: “Lamarca já chega às telas sob o fogo do Grupo Guararapes, de militares da reserva, que distribui manifesto contra a exibição”.

O Grupo Guararapes, formado por militares da reserva possui um site na internet.¹⁵ Neste encontramos a justificativa da criação do Grupo, em 1991, ou seja, o fato do governo estar levando o país para o caos e estar abarrotado de elementos esquerdistas.

No artigo do jornal *O Estado de S. Paulo*, há o desejo de Nilton Cerqueira e consequentemente do Grupo Guararapes de tentar com uma liminar da justiça proibir a exibição do filme *Lamarca*. Essa resistência dos militares a certos filmes brasileiros que apresentem versões contrárias à dos militares, sobre questões em que são protagonistas, acontece desde o início do cinema no Brasil. O importante crítico de cinema, Paulo Emílio de Sales Gomes, em seu livro *Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento*, enfoca um filme de 1912, que nem chegou a ser exibido devido a uma proibição da Marinha de Guerra. O filme focalizava a vida do cabo João Candido, líder da rebelião dos marinheiros contra o uso da chibata como punição.¹⁶

A última matéria aqui analisada sobre o filme *Lamarca* é do jornalista Eugênio Bucci. No artigo ‘Lamarca’ tira cinema nacional do exílio’ (14/05/97, Caderno 2), há uma

discussão inicial sobre a situação do crítico de cinema no Brasil, que vive uma espécie de ostracismo em seu próprio país já que, como praticamente não havia filmes brasileiros, restava aos críticos escrever sobre filmes estrangeiros. Eugênio Bucci cita Paulo Emílio de Sales Gomes, para demonstrar a importância do cinema nacional. Enfocou a questão da seguinte maneira: “Para quem gosta de cinema, a presença de filmes nacionais é tão necessária quanto o ar. São neles que você se mede, que você se vê, se reflete, se encontra - e se critica”.¹⁷

Bucci comemora a existência do filme *Lamarca*, entretanto a maior parte do artigo é focada em dois pontos: a questão já abordada da crítica e uma minibiografia de Carlos Lamarca, restando pouco espaço para a análise do filme em si.

3) Historiadores debatem o filme Lamarca no Jornal do Brasil.

A primeira matéria do *Jornal do Brasil*¹⁸ sobre o lançamento do filme *Lamarca* é do dia 01/05/94, na Revista de Domingo. Com a autoria de Luciana Burlamaqui e Sérgio Garcia, começa enfocando uma cena marcante do filme, em que o personagem Lamarca afirmava não sair do Brasil, apesar dos constantes pedidos de companheiros que estavam preocupados com a vida do líder guerrilheiro. O texto possui um enfoque maior no ator Paulo Betti, que apontou a preocupação de tentar uma aprimorada reconstituição física de Carlos Lamarca. Dessa maneira, fez exercícios para enrijecer os músculos e uma dieta em que emagreceu 15 Kg. Preocupou-se até em estudar o tipo de caligrafia do capitão guerrilheiro. Essa postura possui bastante ligação com a linha cinematográfica clássica, onde há uma busca de naturalidade e de precisão.

O ator Paulo Betti se caracterizou nos anos 90 por uma postura de esquerda. Condenou artistas que apoiaram Fernando Collor de Melo e sempre declarou seu voto a Lula. Neste artigo do *Jornal do Brasil*, entretanto, está mais ponderado. Afirmou que se arrependeu da condenação aos artistas que apoiaram Collor e que sofreu uma certa decepção em seu contato com o Partido dos Trabalhadores. Ele apresentou projetos na área cultural e de acordo com seu depoimento, estes projetos não teriam emplacado, mesmo assim manteve a declaração de voto a Lula.

Como o filme *Lamarca* aborda a história recente do país, tivemos pessoas, que, participaram diretamente dos acontecimentos, procuradas pelos jornais para dar entrevista. Esse foi o caso de João Salgado, que em 1994 possuía negócios na área farmacêutica e no início dos anos 70 optou pela luta armada e participou de atividades junto com Carlos Lamarca. Com o codinome Fio, no filme de Sérgio Resende, é o que possuía mais moderação e tentou várias vezes tirar Carlos Lamarca do país. Na entrevista dada ao *Jornal do Brasil* no dia 08/05/1994, João Salgado relata fatos, faz alguns paralelos e vários elogios

ao filme. O ex-guerrilheiro considerou a representação humanista de Lamarca satisfatória. Em relação ao caso do professor que participou do grupo guerrilheiro temos a seguinte colocação: “O filme mostra bem isso no caso do professor, que estava conosco na Bahia, tinha problemas com bebida e o Lamarca não deixou que os militantes o matassem”.¹⁹

O *Jornal do Brasil* usou uma estratégia parecida com a do jornal *Folha de S. Paulo*, a de reunir adolescentes, exibir o filme e fazer questionamentos. Contudo, analisando a frase “Mesmo sem ter a menor idéia da história de Lamarca, os adolescentes demonstraram grande interesse pelo filme”,²⁰ temos um posicionamento contrário ao da *Folha de S. Paulo*, que apresentou a visão de que os jovens conhecem a história recente do Brasil.

Além desta entrevista com o ex-guerrilheiro João Salgado e a matéria sobre a visão dos adolescentes, temos um artigo onde três historiadores discutem o filme: Denise Rollemberg, René Dreyfuss e Daniel Aarão Reis Filho. O debate entre os historiadores apresentou um consenso. *Lamarca* foi considerado o melhor filme sobre o período autoritário. René Dreyfuss apresentou menos críticas, enquanto Reis Filho e Rollemberg sentiram falta de uma maior contextualização. Na visão destes, as pessoas que nunca estudaram ou viveram o período consideraram a trajetória de Carlos Lamarca totalmente absurda. Na visão de Reis Filho, que também foi guerrilheiro na época da ditadura, o filme ficou excessivamente focado na figura de Lamarca. Denise Rollemberg reconhece que o movimento guerrilheiro ficou isolado da sociedade, mas afirma: “Mas ali no filme só aparece a VPR e o MR-8 e eram 44 organizações diferentes fazendo a luta armada. O filme não foi capaz de mostrar isso, aponta a historiadora”.²¹

Se por um lado podemos reconhecer que uma maior contextualização seria interessante, por outro, desejar que o filme enfocasse quarenta e quatro organizações diferentes é querer exigir demais de uma obra que se passa em torno de duas horas.

Outra questão discutida entre os historiadores, e já enfocada na entrevista com Sérgio Resende, é sobre o heroísmo de Carlos Lamarca. Na ótica de Denise Rollemberg, temos a seguinte consideração: “A meu ver não é um bom caminho reescrever esta história retomando a figura do herói. Devemos recuperar a história sem a preocupação do mito”.

A historiadora considera que a história oficial já se constituiu com heróis e repetir o mesmo procedimento para colocar uma nova versão não seria pertinente. René Dreyfuss não considera que o filme *Lamarca* construiu uma visão de herói para Carlos Lamarca, enquanto Daniel Aarão Reis Filho enfatiza que a visão das pessoas na época da ditadura não era de que estavam fazendo sacrifícios; elas se consideravam iluminadas e se consideravam como uma vanguarda, ou seja, “salvadores da pátria”.

Retomando as matérias sobre o filme *Lamarca* no *Jornal do Brasil*, no dia 10/06/1994,

há o espaço do leitor, onde encontramos um apaixonado pelo filme e pela recuperação do cinema nacional. Em relação a *Lamarca*, teceu as seguintes considerações:

O filme é uma obra de arte, é um filme forte na linha do neo-realismo italiano. As imagens do interior nordestino são um soco no estômago do pequeno-burguês metido a protagonista do ‘milagre brasileiro’.²²

Essa visão apresenta uma percepção limitada, já que o filme de Sérgio Resende não apresenta características do neo-realismo. Este buscava um realismo cru, sem efeitos de luz, em preto em branco, com atores amadores e de preferência o próprio povo atuando. No filme *Lamarca* existiu um pequeno papel realizado por um sertanejo, mas predominantemente há atores profissionais e em algumas cenas existe um efeito de luz aprimorado.

Ao analisar o artigo *Imagens brasileiras percorrem o mundo*, de 26/08/1994, fica evidente a influência da tradição do Cinema Novo nos festivais:

Este ano, porém, marca a volta da cinematografia tupiniquim às grandes mostras do mundo, eventos em que se destaca desde os anos 60, quando o chamado Cinema Novo se internacionalizou.²³

Em 1994, além de *Terceira Margem do Rio*, temos vários filmes participando de festivais, como *Mil e uma* (Susana Moraes), *Veja esta canção* (Cacá Diegues) e *Lamarca* (Sérgio Resende), filme apresentado como tendo sucesso no mercado interno e saindo em busca de novos horizontes.

Sobre essa questão de festivais e Cinema Novo, analisamos o artigo “A onda do Cinema Novo na França foi uma invenção da crítica?”, de Alexandre Figueirôa, publicado nos *Estudos Socine de Cinema*, Ano III.²⁴ Neste, há a visão de que o Cinema Novo teve grande sucesso na França, por que seus filmes se encaixavam no perfil desejado pela crítica cinematográfica, principalmente da revista *Cahiers du Cinéma*. Os críticos deste periódico buscavam, além de maior politização, uma estética cinematográfica que rompesse com a dominante, uma vez que estava interessada em divulgar os filmes franceses. Na visão de Alexandre Figueirôa, essa tradição de “julgamento cinematográfico” continua perdurando. Ele menciona o caso de um artigo do crítico francês Bill Krohn (publicado em 1988), que esteve no Brasil durante o Festival Internacional de Cinema no Rio de Janeiro, em que realizou uma análise dos novos filmes. Na ótica deste crítico, os filmes faziam uma espécie de traição aos pressupostos do Cinema Novo. Alexandre Figueirôa considera esse comportamento superficial, porque a crítica francesa acabou criando uma visão dogmática em relação ao cinema brasileiro, que desqualifica qualquer filme que não apresente as principais características cinemanovistas.

Na matéria *Cinema é trabalho*, do *Jornal do Brasil*, a discussão sobre a importância

da presença de filmes brasileiros em festivais internacionais continua. Numa entrevista com o diretor Cacá Diegues, há o reconhecimento da importância dos festivais, mas também há uma preocupação que possui uma certa relação com o posicionamento de Alexandre Figueirôa. O diretor de *Bye bye Brasil* afirma: “Não podemos transformar os festivais internacionais em juízes que orientam o que é bom e o que não é bom no cinema brasileiro”.²⁵

Essa grande preocupação com os festivais, por um lado, apresenta pertinência, já que a cultura possui uma dimensão universal; por outro nos remete a um sentimento colonialista, já que sentimos a necessidade de reconhecimento pelos europeus, ou seja, “pelos civilizados”. A crítica de Cacá Diegues vai contra essa mentalidade. Evidentemente, essa questão não se restringe apenas ao cinema. Cacá Diegues termina o artigo fazendo uma defesa intransigente da diversidade do cinema brasileiro: “Fico arrepiado quando alguém diz na imprensa que a saída para o cinema nacional é só o filme comercial, ou só o filme de autor, ou só o filme experimental”.

4) O que é isso companheiro? na Folha de S. Paulo. *Absolvição da ditadura?*

O lançamento de *O que é isso companheiro?* (01/05/1997) causou grande impacto, principalmente entre aqueles que participaram do seqüestro. Alguns deles consideraram que o filme apresentou uma “visão distorcida da história”, com eufemismo em relação à ditadura. Um grupo de intelectuais, jornalistas e ex-guerrilheiros escreveram vários artigos, e estes foram reunidos no livro *Versões e Ficções: o Seqüestro da História*,²⁶ em que a tônica principal é de contestação ao filme.

Nesse livro, o historiador carioca e ex-guerrilheiro Daniel Aarão Reis Filho, no artigo Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60, considera que os livros *O que é isso companheiro?* (Fernando Gabeira) e *1968: o ano que não terminou* (Zuenir Ventura) são “memórias bem-humoradas” sobre a ditadura. Na visão de Reis Filho, estes livros apresentam um tom de conciliação, de não enfrentamento das questões, e obtiveram sucesso porque a maioria da sociedade brasileira desejava esse discurso. O livro *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós, apresenta um contraponto ao livro de Gabeira, pois apresenta com muito mais ênfase a questão da dor e do sofrimento, para aqueles que partiram para a opção radical da luta armada.²⁷

Muitas das críticas realizadas ao filme *O que é isso companheiro?* foram respondidas por Bruno Barreto em nome de tratar-se de uma obra de ficção, e não de um documentário. Essa questão apresenta uma grande complexidade. Não podemos considerar que um documentário necessariamente é mais fiel à realidade do que uma obra de ficção. Tanto o documentário como uma obra ficcional apresenta uma visão de mundo que é

construída elaborando seleções. Arlindo Machado enfocou essa questão em seu artigo *O filme-ensaio*.²⁸ Neste, fica demonstrado que um desenho pode construir uma reflexão mais aprofundada sobre a sociedade do que um documentário.

No dia do lançamento do filme de Barreto (01/05/97), o jornal *Folha de S. Paulo* publicou “Ex-militante diz que filme é ‘leviano’”, em que Marcelo Coelho faz uma entrevista com Paulo de Tarso Venceslau, ex-guerrilheiro participante do seqüestro do embaixador norte-americano. Na visão deste, o filme “tem muitas infidelidades históricas, motivadas ‘ou por preguiça intelectual ou por uma opção ideológica de preservar a ditadura.’”²⁹

Há contestações de ordem factual, como a de que a repressão não sabia exatamente o local da casa onde estavam os guerrilheiros, e quanto à cena em que os militares perseguem os guerrilheiros e são contidos por um outro grupo de militares, Paulo de Tarso afirmou: “Mostra-se a repressão contendo seus ‘radicais’ e preocupada com a integridade de Elbrick, temendo um tiroteio. No fundo, é como se a ditadura tivesse salvado o Elbrick”.

Outra participante do seqüestro a se posicionar, Vera Sílvia Magalhães, também demonstrou seu repúdio ao filme. Na matéria ‘O Que É Isso, Companheiro?’ traz polêmica e quer Oscar, de Cristina Grillo, além de contestar a cena em que a personagem Renée “se entrega ao segurança do embaixador norte-americano”, afirma:

Todos nós somos apresentados como pessoas estúpidas, quase bárbaras, enquanto o torturador é humanizado. Isso me incomoda. Quem foi torturada fui eu, não foi o senhor Bruno Barreto.³⁰

Uma questão bastante discutida nos artigos dos jornais é a iniciativa de familiares do operário Virgílio Gomes da Silva (codinome Jonas), de mover ação indenizatória contra Bruno Barreto, com alegação de que o filme apresentou um Jonas violento e autoritário, que não corresponderia ao “Jonas real” (Editoria Ilustrada, 17/05/97). O fato desagradou parte da esquerda brasileira; dentre muitas outras pessoas, Susana do Amaral (Presidente da Comissão de Familiares de Desaparecidos em 1997) e Franklin Martins (Jornalista e ex-guerrilheiro. Atualmente ocupa um ministério do governo Lula). Em uma cena do filme, o personagem Jonas ameaça de morte os companheiros que não obedecerem à sua ordem. Essa questão gerou tanta polêmica que Lucy Barreto reconheceu que “foi um erro chamar aquele personagem de ‘Jonas’”.³¹

Fernando de Barros e Silva, na matéria “Cineastas brincam de TV na tela grande” (TV Folha, 29/06/97), possui uma visão bastante crítica, não só em relação ao filme *O que é isso companheiro?*, como a filmes deste período (*Pequeno Dicionário Amoroso e Tieta*). Em essência, seu ponto de vista mostra que muitos filmes estavam utilizando-se

da linguagem televisiva no cinema. O objetivo dessa estratégia consiste em ficar mais próximo do gosto médio formado pelo padrão televisivo. Na ótica de Fernando de Barros e Silva, isso é de um empobrecimento tremendo.³²

Dentro dessa linha de raciocínio, o antropólogo Ruben George Oliven, em seu artigo “Cultura e Modernidade no Brasil”, faz referência aos lobbies profissionais para que filmes como *O Quatrilho* e *O que é isso Companheiro?* fossem premiados.³³ Assim, podemos refletir sobre o quanto a sociedade está impregnada pela preocupação mercantil. Naturalmente, entendemos que um filme, ou seja, uma mercadoria, possua preocupação de retorno financeiro. A nossa preocupação vai no sentido de que dentro de um festival, um filme devesse ser premiado devido às suas qualidades artísticas, e não através de um lobby.

Contrariando a maioria das matérias do jornal *Folha de S. Paulo*, que possuem um tom bastante crítico em relação ao filme “O que é isso companheiro?”, temos “Esquerda, volver!”, de Marcos Augusto Gonçalves (11/05/97). Aqui, a ênfase é a denúncia do caráter autoritário de parte da esquerda, que censuraria o filme se pudesse. A questão levantada sobre o personagem Jonas é relativizada por Marcos Gonçalves, com a afirmação de que realmente, em determinadas situações, companheiros da esquerda foram eliminados por deslizamentos cometidos. Faz questão também de recordar que os militantes revolucionários não lutavam em nome da democracia, mas sim pela revolução marxista-leninista.

O sociólogo Marcelo Ridenti, em seu livro “O Fantasma da Revolução Brasileira”,³⁴ analisa a intenção dos revolucionários de lutar pelo marxismo-leninismo, como afirma Marcos Augusto Gonçalves. Ridenti critica a idéia que justifica a atuação dos grupos guerrilheiros devido ao golpe militar de 1964 e a conseqüente derrubada da democracia. Na visão deste autor, o rompimento da institucionalidade teve influência, mas não foi decisivo. O desejo de fazer uma revolução já existia antes de 1964 e o essencial do projeto revolucionário, influenciado pela Revolução Cubana de 1959, apontava para o socialismo. Entretanto, não se pode utilizar a existência do desejo de se fazer a revolução antes de 1964, nem as pequenas tentativas de guerrilha existentes no governo de João Goulart como justificativa para o golpe de 1964, porque estas foram irrisórias.

5) *Repercussão do filme O que é isso companheiro? no jornal O Estado de S. Paulo.*

O crítico de cinema do jornal *O Estado de S. Paulo*, Luiz Zanin Oricchio escreveu “Luta armada chega às telas em forma de thriller político” (18/04/97). No início, há uma caracterização do gênero cinematográfico do filme como thriller político. Neste sentido, Luiz Zanin Oricchio considera que o filme atingiu plenamente seu objetivo, uma vez que ele cria tensão e passa verossimilhança. Entretanto, considera que o filme pode ser julga-

do como reflexão ideológica e fica claro que ele separa as duas coisas de forma bastante enfática. Cita algumas cenas que considera problemáticas, e elogia a cena final, em que a personagem Maria chega de cadeira de rodas ao aeroporto.

A jornalista e socióloga Helena Salen escreveu “Filme fica em débito com a verdade histórica”.³⁵ No geral, há elogios à parte técnica do filme, mas critica a colocação de Bruno Barreto de que o filme seria uma interpretação ficcional da realidade. Em sua visão, deveria haver mais respeito à figura dos guerrilheiros, principalmente porque o filme opta por manter o nome das pessoas que realmente participaram do seqüestro. Sua visão se encaixa nas críticas gerais que o filme recebeu por parte do grupo de intelectuais que escreveu o livro “Versões e Ficções: O Seqüestro da História”, ou seja, a caracterização do operário Jonas apresentou um personagem muito autoritário, torturadores que não possuíam crise de consciência. Os guerrilheiros são colocados como idiotas, quando, na ótica de Helena Salen, alguns dos que pegaram em armas constituíam-se nas “melhores cabeças” daquela geração.

Entre as matérias publicadas em *O Estado de S. Paulo*, a que contou com maior espaço foi a entrevista com o historiador Daniel Aarão Reis Filho, “Ficção é Julgada Sob as Lentes da História” (01/05/97, dia do lançamento do filme). No início da entrevista, realizada por Helena Salem, o ex-guerrilheiro abordou várias questões sobre o seqüestro em si e depois discutiu questões relacionadas ao filme. Na primeira parte, existe a informação de que Gabeira não era o único a falar inglês e ficou sabendo do seqüestro no dia; não foi ele quem escreveu o manifesto divulgado pela imprensa no momento do seqüestro. Na segunda parte, Daniel Aarão Reis Filho considera que Fernando Gabeira fez uma leitura interessante do papel do torturador, porque mostra a tortura como calculada e pensada por analistas que não faziam a tortura. A crítica de Daniel é que o diretor do filme fez uma leitura rápida desta questão e concluiu a entrevista afirmando que o mais importante não são as questões factuais, mas sim a construção da memória em relação a este período. Em sua ótica, o filme faz uma “absolvição da ditadura” e considera essa mentalidade perigosa porque pode contribuir para um desprezo pela democracia.

Apesar de considerar a parte factual menos importante, o historiador carioca e muitos outros que criticaram o filme fizeram questão de “corrigir cenas do filme”. Isso acontece, não só pelo envolvimento pessoal daqueles que participaram da ação do seqüestro, mas também porque é difícil, quando se assiste a um filme de reconstituição histórica, não fazer a seguinte pergunta: será que a história exibida no filme correspondeu à realidade? Mesmo sabendo que todo filme é uma construção e uma interpretação do real, que toda recepção é condicionada pela visão de mundo do receptor, mesmo assim nos questionamos: será que foi assim?

Em um programa da TVE Brasil (Rio de Janeiro) chamado *Cadernos de Cinema*,

foram exibidos dois curtas-metragens: um sobre a morte de Mariguella e outro sobre Vladimir Herzog. Depois da exibição dos filmes, houve um debate, em que o diretor do filme sobre Vladimir Herzog afirmou que apesar do conceito de verdade estar bastante relativizado, de toda a crítica à visão positivista de verdade absoluta, ainda assim as pessoas fazem o tradicional questionamento: será que “as coisas” aconteceram realmente da maneira como mostrou o filme? O historiador francês Marc Ferro, em seu livro *A História Viggiada*, aborda as diversas maneiras de considerar um filme histórico, e apresenta a seguinte consideração:

A mais comum, herdada da tradição erudita, consiste em verificar se a reconstituição é precisa, se os soldados franceses de 1914 não estão usando capacete, erroneamente, visto que só começaram a usá-lo a partir de 1916.³⁶

No dia do lançamento do filme *O que é isso companheiro?*, tivemos mais três textos a respeito. Carlos Alberto Mattos, em “Bruno Barreto mostra sua visão da guerrilha”, há a caracterização do filme como “cinema de verdade”. Aqui, o grande mérito do filme é ser “comunicativo” e de não desejar uma síntese do Brasil em duas horas. Mas o mais interessante desta matéria é o questionamento que ele faz sobre o tipo de cinema que desejamos:

Será que estaremos preparados para ver a história do nosso tempo convertida aos padrões do cinema de gênero internacional? Ou preferimos vê-la tratada com a inflamação e a “autenticidade” herdadas do Cinema Novo? Queremos a qualidade do selo Barreto ou rejeitamo-la como emblema de rendição à eficácia industrial do cinema das grandes corporações?³⁷

Outra reportagem sobre o filme é uma entrevista de uma participante do seqüestro do embaixador norte-americano. Em “Ex-militante inspira personagens femininas”, temos o depoimento de Vera Sílvia Magalhães a Helena Salem. Antes da entrevista, há uma apresentação da trajetória de Vera Sílvia. Em 1997, ela estava com 49 anos e é descrita como uma economista de bem com a vida. Em seu depoimento, há uma vinculação do pensamento dos guerrilheiros com os questionamentos comportamentais daquele período:

Mas nós pensávamos também em romper com os preconceitos da família, com os casamentos formais - a gente se casava, mas não era uma coisa formal - queríamos romper com a virgindade.³⁸

A cena que mais polêmica rendeu em relação a Vera Sílvia é aquela em que a personagem Renée insinua-se para o segurança da embaixada e “acaba dormindo com este para conseguir informações”. Vera Sílvia argumenta que isso não aconteceu, houve um flerte e nada mais. Isso gerou uma certa indignação entre os companheiros que participaram do seqüestro. Outra cena do filme, indicativa de melodrama, é aquela em que o personagem

Paulo está prestes a matar o embaixador e a “companheira Maria” avisa, na última hora, que os militares haviam concordado com as exigências. Na visão da ex-guerrilheira, o principal legado deixado pela sua geração foi a bravura e a determinação: “Acho que deixamos legados éticos, estéticos, que você tem de lutar contra o Lancelot de espada na mão”.

6) Um filme de direita ou de esquerda? Um questionamento nas páginas do Jornal do Brasil

Habermas, ao abordar a história da imprensa, reflete sobre a enorme influência da publicidade na constituição dos jornais e a educação das crianças e adultos como consumidores, com a estimulação de certos valores. No seu livro “Mudanças Estruturais no conceito da esfera pública”, há uma análise sobre a repercussão do incremento comercial na imprensa:

A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas - ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública.³⁹

No livro “Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética”, de Bernardo Kucinski, há uma reflexão sobre o papel da imprensa na sociedade contemporânea.⁴⁰ Em sua ótica, a imprensa brasileira, desde a redemocratização, tem divulgado um posicionamento homogêneo e unitário, e no governo de Fernando Henrique Cardoso, consolidou-se uma prática favorável ao neoliberalismo, onde aqueles jornalistas que tentassem resistir a esta tendência teriam seus empregos “cassados”. Kucinski considera que, na época da ditadura, diferentemente de nossos dias, havia uma pluralidade de posicionamentos e uma imprensa alternativa crítica, como *Pasquim*, *Opinião* e *Movimento*. Neste sentido, consideramos importante uma reflexão e análise sobre a repercussão dos filmes na imprensa, para termos uma postura crítica frente a ela.

Na repercussão do filme *O que é isso, companheiro?*, no *Jornal do Brasil*, existe a matéria “Cinema brasileiro invade Berlim”, de Pedro Butcher (07/02/97). Nesta, há uma empolgação com o fato de o Brasil participar no Festival depois de muito tempo de ausência do cinema brasileiro:

Além de *O que é isso, companheiro?*, oito produções nacionais estarão sendo exibidas pela primeira vez na Alemanha durante o Fórum de Cinema Jovem, uma importante seção do festival dedicada a cinematografias em ascensão.⁴¹

Depois da proclamação do resultado do Festival, mesmo sem a vitória de *O que é isso companheiro?*, a avaliação de Pedro Butcher a respeito da participação brasileira foi positiva. Muitos filmes conseguiram contratos para exibição na Europa e *O que é isso companheiro?*, também nos Estados Unidos e no Canadá (distribuição da Miramax).

Em *Torcida silenciosa* na redação do 'JB' (18/04/1997), Pedro Butcher, conta episódios do momento do seqüestro do embaixador norte-americano, quando a redação do *Jornal do Brasil* transformou-se num ponto de contato com os guerrilheiros. O crítico de cinema enfoca a participação do jornalista Bartolomeu Brito, que ficou responsável por buscar a lista dos presos políticos que deveriam ser soltos em troca da vida do embaixador. A lista estava num banheiro de um bar em Copacabana. Além dessa questão, há uma relacionada à participação de Fernando Gabeira:

Das telefonistas que recebiam as chamadas misteriosas até o editor chefe, Alberto Dines, já se imaginava a possível participação do ex-chefe do departamento de pesquisa, Fernando Gabeira.⁴²

Analisando mais uma matéria escrita por Pedro Butcher, com o título "Ditadura militar e ideologia ficam debaixo do tapete" (19/04/1997), existe o posicionamento de que o filme *O que é isso companheiro?* não é uma revisão crítica do período, mas sim uma dramatização de elementos humanos e particulares. Dessa maneira, considera: "O primeiro ganho desta opção é a possibilidade de comunicação imediata com a juventude que não conhece o peso de uma militância política".⁴³

Essa é uma visão que acredita em filmes que permitem uma fácil assimilação do público, ao contrário de filmes que possuem uma maior dificuldade de compreensão. Ismail Xavier, em *O Cinema Brasileiro Moderno*, classifica Bruno Barreto como cineasta que busca referências já estabelecidas e produz um cinema "de mercado", ao contrário de Glauber Rocha, Júlio Bressane, Rogério Sganzerla, entre outros, que se preocupavam em fazer filmes que eles consideravam interessantes, independente das questões do mercado e do público.⁴⁴ Entretanto, dentro da trajetória do Cinema Novo, houve uma preocupação de se fazer filmes mais direcionados ao grande público; mas Ismail Xavier considera que este objetivo ficou muito mais no âmbito de discurso, de uma carta de intenção, do que efetivamente na realização.

Na ótica de Pedro Butcher *O que é isso companheiro?* possui muitos acertos, mas uma crítica realizada consiste na questão de afirmar que não dá para enxergar a motivação dos jovens guerrilheiros para fazer a revolução. Ele afirma:

Onde está a motivação política daqueles jovens? A decisão de pegar em armas pelo país surge na tela esvaziada, sem ideologia, quase como um ato irresponsável de garotos mimados.

Existem algumas cenas em que ocorre a justificativa para partir para a luta armada, como as primeiras do filme, quando os estudantes estão discutindo a situação política do país, ou quando o personagem Paulo sai para comprar pizzas e encontra com Artur e há um diálogo entre os dois. Entretanto, esses diálogos são caricatos.

O jornalista Newton Carlos (19/05/97) fez uma comparação entre *O que é isso companheiro?* e filmes de outros países da América Latina sobre as respectivas ditaduras militares. O primeiro filme mencionado é o argentino *A História Oficial*, depois há o chileno *Amnésia*. O próprio título já apresenta o direcionamento do filme, ou seja, não podemos esquecer as arbitrariedades ocorridas. O posicionamento de Newton Carlos fica claro nas seguintes considerações:

Não se trata de thriller de exportação, com diálogos em inglês. O fato é que aquele deserto poeirento, ressequido, lugar de cão, dependência do inferno pinochetista é a cara da ditadura que martirizou os chilenos de 73 a 89.⁴⁵

O ex-guerrilheiro César Benjamin escreveu “Cinema na era do `marketing” (19/05/97), onde há uma crítica parecida com a de Newton Carlos, mas muito mais contundente:

mostra que o cinema brasileiro evoluiu muito, principalmente no marketing. Profissionalismo, seriedade e talento, escassos na concepção do filme, transbordam na operação publicitária que o cerca.⁴⁶

Na ótica de César Benjamin, encontramos aquela crítica, muito divulgada, de que o personagem do Jonas apresenta-se rude e autoritário, enquanto Paulo (“Fernando Gabeira”) seria inteligente, culto e educado. Na abordagem sobre Jonas, sobrou uma farpa para Fernando Gabeira. Ao comentar sobre a trajetória de Virgílio Gomes da Silva, temos essa visão:

militante respeitado e digno, de longa trajetória, trucidado na Operação Bandeirantes; não teve chance de escrever livro contando suas façanhas nem creio que viesse a ter interesse nisso.

Um dos maiores atores do cinema nacional, José Wilker, se posicionou a respeito do Oscar, no texto “A Miramax e o imenso índio triste” (04/11/97). Começa enfocando um dos temas mais caros do período, ou seja, a globalização e o desejo dos brasileiros de se inspirarem nos americanos. O antropólogo Ruben George Oliven, no artigo “Cultura e Modernidade no Brasil, analisa a dicotomia existente na nossa história, de momentos em que queremos ser europeus ou norte-americanos e momentos de nacionalismo.⁴⁷ A década de 90 do século passado apresenta-se como um momento de internacionalização e de pouco nacionalismo. José Wilker se revolta contra isso e afirma: “Agora, globalizando, o

país toma uma atitude e corre, balançando o rabinho, para saber o que é que os irmãos de lá acham de suas decisões”.⁴⁸

Wilker, apesar de reconhecer que o filme *O que é isso companheiro?* é interessante, considera que ele segue os ditames do mercado internacional e não vê com bons olhos esse condicionamento. “Basta fazer filmes que a Tia Miramax goste. Talvez fosse o caso de mandar o roteiro para ela, antes de rodar. Se ela gostar, a gente filma. Senão, para que perder tempo?”.

Nas matérias escritas sobre as chances de *O que é isso companheiro?* ganhar o Oscar, estava o fato do filme ter sido exibido nos Estados Unidos por uma grande distribuidora, enquanto isso não havia ocorrido com os filmes concorrentes. Entretanto, isso não foi suficiente para a vitória, já que os holandeses ganharam a estatueta, com o filme *Karakter*. Como *Central do Brasil* havia recebido recentemente o Urso de Ouro no Festival de Berlim, criou-se uma expectativa de que o filme de Walter Salles pudesse conseguir a proeza que tanto *O quatrilho*, como *O que é isso companheiro?* não conseguiram.

Considerações finais

Na pesquisa realizada com os jornais, constatamos como o filme *Lamarca* produziu polêmica. A iniciativa da Polícia Militar de São Paulo de fazer um filme para se contrapor à versão de *Lamarca*, bem como a vontade do general Nilton Cerqueira de tentar impedir a exibição, mostram como, na fase democrática, os militares estão atentos em colocar suas visões de mundo em relação ao período ditatorial. A preocupação do general, a de que os jovens ao assistir *Lamarca* pudessem se transformar em guerrilheiros, possui um viés ingênuo. Essa visão segue a teoria mimética no cinema, ou seja, considera que ao observar a representação de qualquer ato transgressivo, o espectador tende a imitá-lo.

Além dessa dimensão, evidencia-se “nesse episódio” uma clara disputa com as esquerdas, numa contraposição aberta à versão apresentada sobre *Lamarca* e seu papel naquele processo de contestação do regime militar. A preocupação é definir quem detém a legitimidade sobre as ações que decorreram no período e em nome de qual causa a luta armada foi travada e, também, quem eram os inimigos e traidores da Pátria. Na concepção desse grupo de militares certamente *Lamarca* não é o exemplo a ser seguido.

Dentro dessa perspectiva, devemos refletir sobre a importância que o cinema possui na divulgação da memória. O invento dos irmãos Lumière apresenta um caráter lúdico e possui grande poder de sedução, interferindo fortemente no imaginário. Como grande parte do público tende a dar muita credibilidade aos filmes de reconstituição histórica, torna-se necessário considerar que a tortura e os conflitos deste período foram bem mais

intensos do que o filme *O que é isso companheiro?* apresenta.

Além disso, devido à linguagem cinematográfica adotada, há uma grande preocupação com o suspense para manter a atenção do espectador, mas ao mesmo tempo ocorre uma despolitização das questões em foco. Essa característica do filme está relacionada com o contexto histórico em que se inseria, ou seja, um período de predomínio do neoliberalismo, em que o debate político não era valorizado. Ao contrário, havia uma valorização do pragmatismo, onde questões de ordem política, filosófica ou existencial não apresentavam pertinência.

Naturalmente, também o filme *O que é isso companheiro?* reflete o posicionamento político do diretor Bruno Barreto, que considera o engajamento partidário ou ideológico um estorvo para a atividade criativa. Isso fica claro, no depoimento do cineasta que está no livro de Lúcia Nagib, *O cinema da retomada*:

Não tenho muito respeito por artistas politicamente engajados, que têm um discurso ideológico, acho isso extremamente pobre e limitador.⁴⁹

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Este artigo é um resumo do terceiro capítulo da minha tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em história e sociedade da Unesp de Assis, em janeiro de 2008 (*A Disputa pela memória: os filmes Lamarca e O que é isso companheiro?*).

** Professor doutor da UNIFAC. E-mail: ma-aguiar@uol.com.br

¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 228.

² *Lamarca*. Direção: Sérgio Rezende. Produção: Mariza Leão e José Joffly. Intérpretes: Paulo Betti, Carla Camurati, José de Abreu, Deborah Evelin, Eliezer de Almeida, Ernani Moraes, Roberto Bomtempo. Roteiro: Alfredo Oroz e Sérgio Rezende. Baseado no livro Lamarca, o capitão da guerrilha, de Emiliano José e Oldack Miranda (130 min). Rio de Janeiro, 1994. Sinopse: O filme focaliza o último ano da vida de Carlos Lamarca (1971), e através de flash-backs, mostra a sua história. Trata-se de uma interpretação da história verídica da vida do personagem. O capitão Carlos Lamarca, um dos melhores atiradores do exército brasileiro, rebela-se contra os militares no poder e adere à guerrilha de esquerda. Transforma-se num revolucionário, que sonhava com um país livre de injustiças, opressões e misérias.

³ *O que é isso companheiro?* Direção: Bruno Barreto. Produção: Lucy Barreto e Luis Carlos Barreto. Intérpretes: Alan Arkin, Fernanda Torres, Pedro Cardoso, Luis Fernando Guimarães, Cláudia Abreu, Nelson Dantas, Matheus Natchergaele, Maurício Gonçalves, Caio Junqueira, Selton Mello, Du Moscovis, Carolinne Kava, Fernanda Montenegro, Lulu Santos, Milton Gonçalves, Othon Bastos. Roteiro: Leopoldo Serran. Baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira (105 min) Rio de Janeiro, 1997. Sinopse: Trata-se da história do sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrik ocorrido em Setembro de 1969. O sequestro é realizado por um grupo de jovens, pertencentes ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) que se une a outro grupo guerrilheiro Aliança Libertadora Nacional (ALN). Os guerrilheiros condicionam a soltura do embaixador, à leitura de um manifesto nos principais meios de comunicação no

horário nobre e a libertação de quinze companheiros presos.

⁴ SILVA, Ana Cristina Teodoro. *Juventude de papel* - representação juvenil na imprensa contemporânea. Maringá: EDUEM, 1999, p. 75.

⁵ *Ibidem*, p. 98.

⁶ LEMOS, Antonina. Jovens aprendem com ‘Lamarca’. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 mai, 1994. Folhateen.

⁷ MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia*. São Paulo: Ática, 1986.

⁸ PAIVA, Marcelo Rubens Paiva. Polícia Militar conta a história pela metade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jun. 1994. Ilustrada.

⁹ Manual define fim de polêmica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 08 ago. 1994. Ilustrada.

¹⁰ JOSÉ, Emiliano, MIRANDA, Oldack. *Lamarca, o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980, p. 70.

¹¹ LUNGARETTI, Celso. Lamarca não serve para substituir Luis Carlos Prestes como mito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 08 ago, 1994, Ilustrada.

¹² ESCÓSSIA, Fernanda. Justiça nega pedido de apreensão de Lamarca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 13 mai, 1994, Ilustrada.

¹³ ORICCHIO, Luiz Zanin. Lula vê e diz gostar de “Lamarca”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 04 mai, 1994, Caderno 2.

¹⁴ Anistia 20 anos. São Paulo: *TV Cultura*. 1999.

¹⁵ <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/index.asp>.

¹⁶ GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 35.

¹⁷ BUCCI, Eugênio. Lamarca tira cinema nacional do exílio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai, 94, Caderno 2.

¹⁸ BURLAMAQUI, Luciana, GARCIA, Sérgio. Revista de Domingo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 mai, 94.

¹⁹ REIS, Paulo. Guerrilheiro relata época. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 08 mai, 1994, Caderno B.

²⁰ REIS, Paulo. Jovens se emocionam. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 08 mai, 1994, Caderno B.

²¹ SUKMAN, Hugo. Historiadores discutem o filme Lamarca. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 08 mai, 1994, Caderno B.

²² MORIER Luiz. Lamarca obra de arte para leitor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 10 jun, 1994, Caderno B.

²³ SALEM, Helena. Imagens brasileiras percorrem o mundo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 26 ago, 1994. Caderno B.

²⁴ FIGUEIRÔA, Alexandre. A onda do Cinema Novo na França foi uma invenção da crítica? *Estudos Soci-nes de Cinema*, Ano III / Organizado FABRIS, Mariarosaria, [et alii]. - Porto Alegre: Sulina, 2003.

²⁵ ALMEIDA, Carlos Helí. Cinema é trabalho. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 03 set. 1994. Caderno B.

²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e Ficções: o Seqüestro da História*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

²⁷ TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

²⁸ MACHADO, Arlindo - O filme ensaio. *Anais. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2003, Belo Horizonte, MG.

²⁹ COELHO, Marcelo. Ex-militante diz que filme é “leviano”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 01 mai, 1997, Ilustrada.

³⁰ GRILLO, Cristina. ‘O Que É Isso, Companheiro?’ traz polêmica e quer Oscar. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 01 mai, 1997, Ilustrada.

³¹ NEGROMONTE, Marcelo. Produtora de ‘O Que É Isso...’ admite erro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo: 06 jun, 1997, Ilustrada.

³² BARROS E SILVA, Fernando de. Cineastas brincam de TV na tela grande. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun, 1997, TV Folha.

- ³³ OLIVEN, Ruben George. Cultura e Modernidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*. vol.15, n. 2. São Paulo, Abril/junho, 2001.
- ³⁴ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. p. 63
- ³⁵ SALEM, Helena. Filme fica em débito com a verdade histórica. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 18 abril, 1997, Caderno 2.
- ³⁶ FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- ³⁷ MATTOS, Carlos Alberto. Bruno Barreto mostra sua visão da guerrilha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 01 mai, 1997, Caderno 2.
- ³⁸ SALEM, Helena. Ex-militante inspira personagens femininas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 01 mai, 1997, Caderno 2.
- ³⁹ HABERMAS, op. cit., p. 218.
- ⁴⁰ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: editora da UNESP, 2005.
- ⁴¹ BUTCHER, Pedro. Cinema brasileiro invade Berlim. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 07 fev, 1997, Caderno B.
- ⁴² BUTCHER, Pedro. Torcida silenciosa na redação do 'JB'. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 abr, 1997, Caderno B.
- ⁴³ _____ Ditadura militar e ideologia ficam debaixo do tapete. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 abr, 1997.
- ⁴⁴ XAVIER, Ismail. *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- ⁴⁵ CARLOS, Newton. Dívida. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 19 mai, 1997, Caderno B.
- ⁴⁶ BENJAMIN, César. Cinema na era do 'marketing'. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 19 mai, 1997, Caderno B.
- ⁴⁷ OLIVEN, op. cit., p. 5.
- ⁴⁸ WILKER, José. A Miramax e o imenso índio triste. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: 19 mai, 1997, Caderno B.
- ⁵⁰ NAGIB, Lúcia. *O cinema da retomada*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 93.

OLAVO BILAC E LIMA BARRETO, JORNALISTAS

*Ricardo Luiz de Souza**

Resumo

Lima Barreto e Olavo Bilac foram intelectuais que dedicaram-se, ao longo de suas vidas, à atividade jornalística e, a partir daí, efetuaram uma reflexão não apenas sobre a sociedade na qual viveram como, também, sobre a própria imprensa. Meu objetivo é, a partir de uma análise comparativa, estudar alguns aspectos da análise frequentemente crítica por eles produzida a respeito de algumas características da imprensa brasileira no início do século XX.

Palavras-chave

Olavo Bilac; Lima Barreto; Jornalismo brasileiro; Brasil (início do século XX).

Abstract

Lima Barreto and Olavo Bilac had been intellectuals who had dedicated, throughout their lives, to journalistic activity and, from there, had not only effected a reflection on the society in which had lived as, also, on the proper press. My objective is, from a comparative analysis, to study some aspects of the frequent critical analysis for them produced regarding some characteristics of the Brazilian press in the beginning of the century XX.

Keywords

Olavo Bilac; Lima Barreto; Brazilian journalism; Brazil (beginning of XXth. century).

I

As imagens que ficaram e que circulam de Olavo Bilac e de Lima Barreto são, respectivamente, a do poeta parnasiano e consagrado, obsessivamente preocupado com a forma e alheio à realidade que o cerca, de um lado, e do romancista e contista realista e marginalizado, um tanto desleixado quanto a forma e preocupado em descrever e transformar a realidade que o cerca e em tomar o partido dos humildes e dos excluídos, escrevendo a partir da perspectiva dos subúrbios nos quais sempre viveu, de outro. Ambas as imagens contêm uma parcela evidente de verdade, mas são estereótipos, e como todo estereótipo, simplificam o retrato dos personagens em questão e terminam por dificultar a compreensão de ambos.

Estudar e contrastar a produção jornalística de Bilac e Barreto significa ir além das imagens que deles ficaram, nuançando-as e buscando dotá-las de maior complexidade. Significa, também, abordar alguns aspectos da imprensa brasileira das primeiras décadas do século XX a partir da visão de dois intelectuais que dela participaram; dois intelectuais tão distantes em diversos aspectos, mas próximos, ao mesmo tempo, na importância por eles atribuída à atividade jornalística e na visão crítica, amarga, da imprensa da qual ambos fizeram parte.

Bilac e Barreto pertenceram a uma boemia intelectual carioca que teve na figura de Emilio de Meneses - poeta pouco relevante e uma figura folclórica, acima de tudo - um representante típico e, dessa boemia dos cafés e restaurantes Bilac foi o representante bem sucedido e Lima Barreto o *outsider*, enquanto, em outra parte do circuito intelectual tivemos a “*boemia dourada*” dos salões; uma boemia bem pensante, bem situada, bem aceita”.¹ De qualquer forma, referindo-se ao “culto à bebedeira” que marcou a geração literária carioca do início do século XX, Lustosa² lembra ter a Brahma confeccionado cartazes nos quais escritores como Olavo Bilac bebiam canecas de cerveja. Já Barreto - bebedor trágico, morto pela bebida - passou a vida fazendo a ronda dos botecos de subúrbio e mais de uma vez esteve internado em hospícios em consequência de suas bebedeiras, com ele próprio definindo as diferenças: “*O burguês bebe champanha; o herói bebe aguardente*”.³

As relações entre ambos, contudo, são cordiais, como prova um bilhete enviado por Bilac a Barreto, no qual o primeiro - buscando usar a influência que sua posição de intelectual bem sucedido lhe confere para ajudar o colega marginalizado - narra seus esforços para auxiliar a publicação de um livro de Barreto pela Editora Francisco Alves:

Falei hoje ao Alves, que me disse: ‘Em princípio, a coisa está feita; mas não pode ser feita já, senão daqui a alguns meses’. Insisti. mas em vão. Desculpe o fracasso da boa vontade do seu muito admirador.⁴

A trajetória de ambos segue, igualmente, rumos radicalmente diversos. Barreto jamais conseguiu ser aceito efetivamente pelo público ou pelas elites intelectuais de seu tempo, ao passo que o sucesso de Bilac foi precoce. Em 1888, aos vinte e três anos, ele torna-se celebridade nacional ao publicar *Poesias*, seu primeiro livro e livro de extraordinário sucesso, alcançando, portanto, uma popularidade que um de seus biógrafos traduz em termos das paródias que, no período, são feitas em torno de seus versos:

As paródias repontam em todos os tons, dentro de pouco tempo com insistência. Os versos, que se prestam às paródias, alcançam facilmente a popularidade: Olavo Bilac conhece-a com rapidez.⁵

Firmando-se rapidamente - instantaneamente, quase - como poeta, Bilac, em momento algum de sua trajetória, limitou-se à poesia. Em conversa com Coelho Neto em 1886, ele afirma, segundo Jorge, não trabalhar em nenhum jornal por considerar “*a imprensa uma indústria intelectual, pois quem entra no jornalismo com idéias originais acaba retalhando-as para o consumo diário*”.⁶

Mas ele muda rapidamente de opinião definindo-se desde cedo como jornalista e desde cedo, também, defendendo a criação de uma ética profissional para seu ofício.⁷

Na conciliação sistemática das atividades artística e jornalística, Bilac é um legítimo representante de sua geração, definida por ele, em relação à imprensa, como pioneira: “*A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho*”.⁸

E ao discursar em um banquete a ele oferecido em 1907, Bilac acentua a postura participante adotada pelos intelectuais de sua geração: “*Assim, não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e, sendo ‘homens de letras’, não deixamos de ser homens*”.⁹

Ao mesmo tempo, as dificuldades a serem enfrentadas são enormes, e nem todos as suportam. Assim, em 1890, Bilac refere-se a um poeta que, após viver na mendicância, havia sido recolhido ao Asilo de Mendicidade, e explica porque não escreve seu nome:

Depois, o caso é vulgar: um moço que a mania das letras inutiliza - quantos não têm havido, vitimados pela mesma doença? Falta-lhes a vontade de ganhar dinheiro com outra profissão, que não seja a das letras. Ora, os editores não existem, e os jornais são poucos.¹⁰

Sua perspectiva sofre, contudo, uma rotação. A atividade literária no Brasil abandonou, segundo Bilac, a situação marginal à qual estava relegada quando ele próprio iniciou sua atividade, com ele descrevendo tal mudança em crônica publicada em 1894:

Ser poeta já não é, como era há bem pouco tempo- ai! De nós que começamos há dez anos!- uma profissão desprezível, como a de jogador de roleta ou a de chefe de bordel. E é justo que dessa geração, cujos esforços principiam a ser aplaudidos e pagos na devida conta, se espere a glória maior da literatura brasileira.¹¹

Três anos depois, contudo, a perspectiva é novamente sombria, com ele definindo como limitadíssimo o público leitor no Brasil, embora ressalte: “*Mas a nossa vida literária, ignorada como é, se desenvolve e prospera, na sombra*”¹².

Por situarem-se na sombra, contudo, os escritores brasileiros vivem, como Bilac constata em crônica publicada em 1897, no pior dos mundos:

Abandonada do público, a classe não tem como reagir contra os editores que a exploram. Porque a impressão de livros, se não dá cousa nenhuma ao autor, sempre dá alguma cousa ao editor, sujeito esperto que não perde nunca, porque tem modos vários de impingir a sua fazenda.¹³

E o número extremamente limitado de leitores sempre foi visto por ele como um problema crucial para artistas e jornalistas. Em 1908, Bilac calcula o número de leitores dos jornais diários cariocas como muito inferior a cem mil¹⁴. Ele explica as causas deste número reduzido de leitores:

No Rio de Janeiro, a grande massa dos trabalhadores braçais é composta de homens que não sabem ler: Se toda essa gente estivesse iniciada nos mistérios da letra de forma, os jornais teriam uma clientela vastíssima.¹⁵

E acentua:

É vergonhoso, é humilhante, é horroroso dizer que o Brasil é uma terra de analfabetos. Mas que lhe havemos de fazer, se isso é um flagrante, uma evidente, uma escandalosa verdade?¹⁶

É preciso evitarmos com todo cuidado o estabelecimento de uma falsa dicotomia entre o Bilac poeta e o Bilac jornalista, com o primeiro vendo com desprezo a atividade exercida pelo segundo. E para evitar que tal dicotomia se estabeleça, tomemos a advertência de Dimas em relação ao jornalismo bilaqueano:

Engana-se redondamente quem imaginá-lo dilacerado entre a decantada superioridade do exercício poético e o suposto rebaixamento da faina em redação. Engana-se redondamente quem imaginá-lo atribuindo escalas de valor diferente ao fado poético e à missão jornalística.¹⁷

Trata-se, afinal, de diferentes tarefas e diferentes percursos - ambos igualmente válidos, e cada um relacionado a determinada área. Na perspectiva bilaqueana, segundo Dimas,

cabia ao jornalista estabelecer outro tipo de autoridade que não o conferido pelo prestígio poético precoce, cuja tendência natural, naquele contexto, tendia a identificá-lo com o convívio folgazão e descompromissado das musas, sempre disponíveis.¹⁸

A harmonia entre ambas as atividades é indiretamente ressaltada por Bilac em uma de suas conferências, quando ele ressalta: “*Já não há aristocracia na terra, nem de sangue, nem de espírito, nem de nascimento, nem de profissões. Todas as profissões se confundem, irmanadas num só dever, que é o dever de ser útil*”.¹⁹

E tal harmonia é consolidada, ainda, pelo fato dele possuir uma visão bastante pragmática do dinheiro, que o leva a acentuar, um tanto ironicamente, em conferência proferida sobre o tema: “*Há quem diga que o homem rico não é independente, porque é o escravo da sua riqueza...Será! Mas, em todo o caso, antes ser escravo da riqueza que da miséria*”.²⁰

E que o leva a mencionar, ainda, os “*superiores contentamentos morais que só a sua posse vos pode dar*”.²¹

Por outro lado, Bilac diferencia com precisão atividade artística e jornalística e confere, ao terreno da arte, uma nobreza que o jornalismo desconhece (embora o jornalismo também possua sua nobreza específica, o que inviabiliza a construção de uma escala de valores). Dessa forma, em discurso de recepção a Eduardo Prado na Academia Brasileira de Letras, ele defende uma tese assim descrita por Rodrigues:

A ABL era o recanto onde, com a criação de uma linhagem literária brasileira, os literatos contribuiriam para a definição de nossa nacionalidade e, ao mesmo tempo, sua entrada para a civilização, uma vez que a arte era aquele cume que distinguia os povos avançados daqueles ainda em formação.²²

Não se trata, portanto, de menosprezar a atividade jornalística, mas de conceder à arte sua grandeza específica, e ele não seria parnasiano se assim não o fizesse. Concedendo-a, ao mesmo tempo, Bilac acentua, em 1901, um clima de decadência artística, afirmando que “*em arte, em bom gosto, em educação, nós temos andado como os caranguejos per-nudos- para trás*”.²³

O desenvolvimento da imprensa não significa uma forma de engrandecimento cultural, e a imprensa tem, inclusive, dificuldade em reconhecer a grandeza específica da esfera artística. Enaltecendo, por exemplo, a Exposição de Belas Artes, Bilac acentua a incompreensão geral da imprensa perante a arte: “*Já os jornais disseram que a Exposição é podre. Velha mania*”.²⁴

Se a missão jornalística é por ele valorizada, e se a atividade jornalística por ele desenvolvida não é colocada em um plano rebaixado, indigno, em relação a sua obra poética, Bilac deplora a degradação imposta ao escritor pela atividade jornalística:

Tanto abusamos das palavras, tanto deformamos o sentido delas, tanto barateamos o louvor, tão impensadamente distribuimos a censura, que vamos ficando reduzidos a simples máquinas de escrever, - de teclado dócil, obediente ao toque de todo o mundo... Cada um de nós não passa de uma Remington aperfeiçoada.²⁵

Ele é um crítico incisivo, igualmente, das condições que cercam, no Brasil, o desenvolvimento da imprensa, acentuando o ritmo frenético, comercial de sua atividade jornalística:

Um cronista vive sempre no apuro dos empresários que, tendo pouco pessoal e pouco dinheiro, têm de servir ao público peças de grande espetáculo, exigindo volumosas massas corais e movimentos extraordinários de comparsaria.²⁶

Trata-se, portanto, de atividade a ser exercida sob constante pressão, o que leva João do Rio, por exemplo, a buscar descobrir as causas do que chama de desespero de produção para as gazetas, e a responder: “*Dificuldades pecuniárias? Talvez. Mas decerto, fatal, irresistível, orgânica, a permanente vontade de se ver impresso, falado, discutido, citado*”.²⁷ E a descrever, também, o que considera ser o clima imperante no jornalismo de sua época:

Inveja, maledicência, calúnia, o horror, e o interesse relativamente fraco diante da gula voraz de fora, querendo o jornal, para agente de todas as suas pretensões.²⁸

Assim como João do Rio, Bilac nega à investigação jornalística tal como realizada no Brasil qualquer caráter ético, e questiona em relação a um caso relatado pela imprensa da época:

Com que direito a imprensa e a polícia, coligadas, levantam os cortinados de um leito, para mostrar, dentro dele, à multidão embasbacada a gente que lá está ocupada em fazer cousas que pela sua alta e sagrada importância se querem bem escondidas?²⁹

Por outro lado, relatos jornalísticos não são, para Bilac, dignos de confiança, com o público não parecendo merecer coisa melhor:

Quando é assassinado um homem, este jornal vem dizer que lhe coseram o corpo a facadas, aquele que o asfixiaram, aquele outro que lhe estouraram o crânio a tiros de revólver. Ora, o público tem pressa: como há de perder tempo em procurar a verdade dentro desse acervo de contradições e de divergências?³⁰

A relação perversa entre imprensa e público - uma alimentando os vícios do outro, é, em outra crônica, ainda mais enfatizada:

Desgraçadamente, a imprensa, nestas épocas agitadas e turvas, não é sempre um sacerdócio: é muitas vezes uma indústria, que só pode medrar graças ao escândalo e a blasfêmia. O público é exigente: quer todos os dias um assunto palpitante e novo que o apaixone, que lhe sacuda os nervos, que lhe estimule o apetite.³¹

A imprensa não é, no Brasil, um sacerdócio, mas deveria ser. Ideal e realidade situam-se em terrenos opostos. E, em outra crônica, ele afirma, como se fosse um consolo: “*O que vale é que o Escândalo é uma criatura de fôlego curto. Tanto se esgoela e com tanto furor se sacode, que cansa depressa, e dorme, ao atordoamento dos seus próprios excessos*”.³²

Bilac ironiza, ainda: “*ela, a onipotente imprensa, está convencida de que nada de bom ou nada de mau se faz no mundo, que não dependa da sua soberana incontestável influência*”.³³

Uma influência, contudo, que ele próprio não vacila em reconhecer: “*Nas democracias modernas, o Jornal é o Quarto Poder, um poder tão forte como os outros e mais tirânico e temível do que eles. O estadista é escravo do Jornal*”.³⁴ Este, por fim, é assim definido: “*Um jornal é um organismo extraordinário e até absurdo, formado de vários órgãos diferentes, que se conjugam mas se contradizem*”.³⁵

Se a imprensa tem, portanto, uma missão importante e útil a cumprir- e essa é a crença de Bilac- a imprensa brasileira não a cumpre, pauta-se pelo sensacionalismo, não oferece aos profissionais que nela trabalham condições dignas de trabalho, não atua no sentido de elevar o melancólico nível cultural da população brasileira e surge, aos olhos do autor, ao mesmo tempo como cúmplice e vítima dessa situação. Bilac é, em síntese, um crítico radical da imprensa de sua época, ao mesmo tempo em que reconhece, enquanto jornalista, a dignidade de seu ofício. Em suas críticas, por fim, ele situa-se em terreno contíguo ao ocupado por Lima Barreto, e retoma algumas das críticas formuladas, em outra época e em outro contexto, por Honoré de Balzac. E voltar um pouco mais no tempo, viajar até Paris, acompanhar e sintetizar as críticas balzaqueanas pode ajudar, por sua vez, a esclarecer aspectos da atividade jornalística de Olavo Bilac e Lima Barreto.

II

Em *Ilusões Perdidas*, Balzac narra a trajetória de Lucien de Rubempré, poeta provinciano que, mudando para Paris, transforma-se em jornalista sucessivamente consagrado e arruinado, voltando, então, para sua cidade natal. A narrativa de um rito de passagem, da condição de artista para a condição de jornalista; uma passagem do sublime para o sórdido, com Balzac registrando a perda da inocência do personagem quando este ainda residia na província: “*Luciano mordeu a maçã do luxo aristocrático e da glória*”.³⁶

Lucien situa-se entre duas alternativas, ambas expressas por conselhos diferentes. Uma leva à consagração a partir do isolamento e da dedicação à arte: “*A sociedade o desdenha, desdenhe a sociedade. Refugie-se numa mansarda, faça obras-primas, alcance um poder qualquer, e verá o mundo a seus pés*”.³⁷

A alternativa, afinal adotada pelo personagem, passa pelo jornalismo e leva à corrupção do artista: “*Não resistirias à constante alternativa de prazer de trabalho de que é feita a vida dos jornalistas, e resistir é o fundamento da virtude*”.³⁸

Balzac faz, em *Ilusões perdidas*, uma crítica sem atenuantes e sem idealizações do jornalismo, embora ele próprio tenha passado sua vida às voltas com a imprensa, seja como autor, seja como empresário sem sucesso. Ele define o jornalismo como “*uma grande catapulta posta em movimento por pequenos ódios*”.³⁹

E sua ascensão é descrita por Balzac como uma doença terrível: “*A chaga é incurável, será cada vez mais maligna, cada vez mais insolente; e quanto maior for o mal, mais há de ser tolerado, até o dia em que a confusão se fará nos jornais, pela sua abundância, como na Babilônia*”.⁴⁰

Há, na imprensa, uma divisão de trabalho assim definida por Lousteau, um dos jornalistas venais que povoam o romance: “*Os proprietários de jornais são empreiteiros, e nós pedreiros*”.⁴¹ Já Vignon, outro jornalista, assim define seu meio de vida: “*O jornal em vez de ser um sacerdócio, tornou-se um meio para os partidos, e de um meio passou a ser um negócio. Não tem fé nem lei*”.⁴² E Vernou, um terceiro jornalista, situa, por fim, sua própria atividade:

Você liga então importância às coisas que escreve? Mas nós somos negociantes de frases e vivemos de nosso comércio. Quando você quiser fazer uma grande e bela obra, um livro, enfim, poderá colocar nele os seus pensamentos, sua alma, amá-lo, defendê-lo; mas artigos, lidos hoje e amanhã esquecidos, esses não valem a meus olhos senão aquilo que por eles nos pagam.⁴³

Balzac antecipa algumas das críticas feitas por Olavo Bilac e Lima Barreto à imprensa brasileira de sua época, e Rubempré possui evidentes semelhanças com Isaías Caminha, personagem de Lima Barreto. Sinalizá-las ajuda a compreensão do personagem de Barreto, e compreendê-lo é indispensável para compreendermos como este analisa a imprensa brasileira.

Balzac incluiu um “de” indevido em seu nome para assumir uma linhagem aristocrática que não lhe cabia, como assinala um de seus biógrafos:

A despeito de todas as suas fantasias genealógicas, o pai de Balzac nasceu camponês, e sua conhecida excentricidade tendia a frustrar os esforços da esposa para parecer respeitável.⁴⁴

Lucien adota a mesma atitude mas é sempre lembrado - e nos momentos mais inconvenientes - de suas origens plebéias, assim como Isaías Caminha enfrenta, como seu criador enfrentou, preconceitos derivados do fato dele ser um mulato de origens humildes. E Lucien sonha com Paris como Isaías sonha com o Rio de Janeiro: “*Paris e seus*

esplendores, Paris, que se apresenta a todas as imaginações provincianas como um Eldorado, apareceu-lhe com seu vestido de ouro, a cabeça cingida de pedrarias régias, os braços abertos aos talentos”.⁴⁵

A crítica ao caráter excessivamente pessoal de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* - a constatação de sua condição de *roman à clé* - é feita já quando de seu lançamento e, nessa época, Barreto se defende: “*Caso o livro consiga viver, dentro de curto prazo ninguém mais se lembrará de apontar tal ou qual pessoa conhecida como sendo tal ou qual personagem*”.⁴⁶

E enquanto Bilac foi consagrado já em sua estréia, o primeiro romance de Barreto deparou-se com a hostilidade e o silêncio. Se ao servir de modelo para a redação descrita no livro, o *Correio da Manhã*, por exemplo, é descrito de forma tão ácida no romance, o jornal ignora seu lançamento, o que Barreto anota sem ressentimentos: “*No Correio sou excomungado; e é justo*”.⁴⁷

Idealizando, ainda enquanto autor inédito, a elaboração de um romance sobre a escravidão que jamais seria escrito, Barreto divaga: “*Ah! Se eu alcanço realizar essa idéia, que glória também! Enorme, extraordinária e- quem sabe?- uma fama européia*”.⁴⁸

Mas quando *Recordações do escrivão Isaías Caminha* enfim é publicado, a realidade, evidentemente, é outra. Barbosa (2002, p. 221) descreve a reação ao romance e a correspondente decepção de seu autor:

Em lugar da glória literária, sentiu-se dominado por invencível sentimento de frustração porque não houve o debate esperado. A crítica não se escandalizara. Uns silenciaram. Outros até elogiaram o volume. Os jornais, de um modo geral, não tomaram conhecimento da estréia do escritor, que criticava acrememente por vezes pessoas e hábitos da imprensa. Era decepcionante.⁴⁹

Mulato e de origem humilde, as condições de nascimento de Isaías o marcariam, como assinala Silveira, mesmo no caso de uma hipotética ascensão social:

Mas a antiga situação na qual estava inserido não seria de todo esquecida, o que o faria se sentir estranho em sua própria terra, mesmo porque o espaço de ação desses sujeitos, na maioria das vezes restritos, inviabilizava a sua inserção em outros círculos de relacionamento.⁵⁰

E Caminha, como Lucien, sonha em esquecer e superar suas origens:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente.⁵¹

Mas, ao mesmo tempo, ele descreve seu isolamento em relação aos meios literários, que é também o isolamento de Barreto:

Não sou propriamente um literato, não me inscrevi nos registros da Livraria Garnier, do Rio, nunca vesti casaca e os grandes jornais da Capital ainda não me aclamaram como tal.⁵²

E o personagem descreve o comportamento da imprensa perante autores como ele: “*Os livros nas redações têm a mais desgraçada sorte se não são recomendados e apadri-nhados convenientemente*”.⁵³ Agindo assim, jornalistas, na perspectiva de Caminha que é a perspectiva de Barreto,

impedem com a sua crítica hostil o advento de talentos e obras, açambarcam as livra-rias, os teatros, as revistas, desacreditando a nossa provável capacidade de fazer alguma coisa digna com as suas obras ligeiras e mercantis.⁵⁴

Assim como Balzac estabelece uma hierarquia no interior do jornal entre empresá-rios e jornalistas, definidos como pedreiros, Barreto descreve a figura do diretor de um jornal perante seus funcionários:

Ninguém mais sábio e poderoso do que ele na Terra. Todos têm por ele um santo terror e medo de cair da sua graça, e isto dá-se desde o contínuo até o redator competente em literatura e cousas internacionais.⁵⁵

Já entre os funcionários, o clima é de ódio: “*De seção para seção, a guerra era terrível. A revisão dizia que a redação era analfabeta; a tipografia acusava ambas de incompetentes; e até a impressão que não lia nem via originais tinha uma opinião desfa-vorável sobre todas três*”.⁵⁶

Na definição que um personagem faz da imprensa, encontramos retratado o pensa-mento de Barreto:

um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe a força e a essencial ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade.⁵⁷

O autor a define, ainda: “*Era a Imprensa, a Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição*”.⁵⁸ E a imprensa carioca caracteriza-se, segundo Barreto, pela ho-mogeneidade: “*Guiados pelas mesmas leis, obedecendo quase a um único critério, todos eles se parecem; e lido um, estão lidos todos*”.⁵⁹

Assim como Bilac, por outro lado, Barreto estabelece um nítido contraste entre o caráter venal da imprensa brasileira e a nobre missão que caberia a ela desempenhar. A partir desse contraste, Floc, literato que mantém uma coluna no jornal descrito por Barreto, é acusado, afinal, de não manter perante a arte a mesma postura do autor: “*Confundia arte, literatura, pensamento com distrações de salão; não lhes sentia o grande fundo natural, o que pode haver de grandioso na função da Arte*”.⁶⁰

E é a existência deste contraste que leva Caminha a terminar sua trajetória no Rio de Janeiro mergulhado na mais profunda desilusão, voltando, como Lucien o faz, para sua província natal:

Além do mecanismo jornalístico, que tão de perto eu via funcionar, a política, as letras, as artes, o saber- tudo o que tinha suposto até aí grande e elevado, ficava apoucado e achincalhado.⁶¹

Há, por fim, em *Triste*, um dos poemas de Cruz e Souza que compõem as *Evocações*, um de seus livros de poemas em prosa, um trecho que descreve a ânsia do poeta por uma ascensão mística que pode ser vista, também, como a expressão da ânsia do poeta negro por uma ascensão social inatingível:

e as sete mil portas tremendamente fechadas a sete mil profundas chaves, seguras, nunca se abrirão, e as sete mil misteriosas portas mudas não cederão nunca, nunca, nunca!

São estas portas hermeticamente fechadas na sociedade carioca e no universo intelectual de seu tempo que movem a frustração de Isaías Caminha e a indignação de Lima Barreto, expressa com tanta ênfase em suas obras de ficção e em seus textos jornalísticos. Referindo-se a *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Figueiredo acentua: “A base comercial da imprensa é desvendada, no texto literário, pela organização de situações no jornalismo, como um intrincado e complexo mercado intelectual”.⁶² E, ainda, segundo Figueiredo,

desenhados no romance como traços de caricatura, os integrantes do jornal têm em comum o deslocamento, isto é, há uma discordância entre a imagem que apresentam aos outros, pela atividade exercida, e aquilo que de fato são.⁶³

A imprensa é criticada por Barreto por ser uma atividade comercial preocupada não em retratar e transformar a realidade, mas apenas e tão somente em auferir lucros, e seus participantes são condenados por não possuírem a autenticidade necessária para o exercício de suas funções. Ao fazer tais críticas, Barreto mantém-se fiel a ideais que nortearam toda sua obra, e que ele sustentou de forma intransigente ao longo de sua vida, com Osman Lins acentuando o idealismo do autor: “Lima Barreto não combate em benefício próprio; os preconceitos e as injustiças despertam sua ira pelos que não são, e não pelo fato de atingirem a ele”.⁶⁴

A sociedade brasileira, porém, trai e nega os ideais do autor. Descrevendo a fictícia Bruzundanga - paródia amarga do Brasil -, Barreto acentua: “A sociedade de Bruzundanga mata os seus talentos, não porque os desdenhe, mas porque os quer idiotamente mundanos, cheios de empregos, como enfeites de sala banal”.⁶⁵ Ele descreve os autores que ali vivem:

Não há como discutir com eles, porque todos se guiam por idéias feitas, receitas de julgamento e nunca se aventuram a examinar por si qualquer questão, preferindo resolvê-las por generalizações quase sempre recebidas de segunda ou terceira mão, diluídas e desfiguradas pelas sucessivas passagens de uma cabeça para outra cabeça.⁶⁶

E referindo-se à ilha de Java para, mais uma, vez, falar do Brasil, Barreto afirma:

Lá, a literatura não é uma atividade intelectual imposta ao indivíduo, determinada nele, por uma maneira muito sua e própria de seu feito mensal; para os javanezes, é, nada mais, nada menos, que um jogo de prendas, uma sorte de sala, podendo esta ser cara ou barata.⁶⁷

Podemos definir como eixos da crítica de Barreto à cultura brasileira a valorização excessiva da figura do doutor e o alheamento dos intelectuais perante a realidade. Em relação ao primeiro eixo, temos a crítica feita por ele à idéia de criação de uma universidade no Rio de Janeiro, que o leva a afirmar: “*A nossa superstição doutoral admite abusões que, bem examinadas, são de fazer rir*”.⁶⁸ E temos um registro feito com amargura: “*Um doutor, para a nossa gente de poucas letras, deve saber tudo, ser muito inteligente, etc., etc.*”.⁶⁹ Barreto, por fim, acusa o povo de prestigiar seus “*algozes doutorais*”.⁷⁰

Já o segundo eixo é estruturado a partir da crítica a autores consagrados. Em relação a Coelho Neto, ele afirma preferir deixar “*a Grécia clássica bem sossegadinha, no seu sepulcro milenar*”.⁷¹ E define a literatura de Coelho Neto como “*puramente contemplativa, estilizante, sem cogitações outras que não as da arte ou poesia, consagrada ao círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro*”.⁷²

Machado de Assis, por sua vez, é definido como “*um homem de sala, amoroso das coisas delicadas, sem uma grande, larga e ativa visão da humanidade e da Arte*”.⁷³ Finalmente, tal alheamento expressa-se, para o autor, em um academicismo e em um beletismo estereis por ele ironizadas: “*Não há um ano, não há dia, em que não se funde nestes brasis uma academia de letras*”.⁷⁴

A crítica do autor à imprensa pode ser entendida como uma extensão à crítica da cultura brasileira por ele formulada. Ele ressalta, por exemplo, a indiferença dos jornalistas perante a questão social, e afirma: “*Eles gabam os altíssimos salários que os operários tentam tirar, mas nenhum quer ser o operário que os vence*”.⁷⁵ Uma postura que reflete a alienação comum às elites intelectuais das quais os jornalistas fazem parte. E mencionando um jornalista, ele o define: “*Tartufo e jornalista, o que é uma e mesma coisa*”.⁷⁶

Ele próprio foi, por outro lado, jornalista, tendo colaborado para diversos jornais e revistas, sempre de pequena expressão, ao longo de toda sua carreira intelectual. Como jornalista, ele escreveu vasta obra só reunida em livro após sua morte, além de *Triste fim de Policarpo Quaresma* ter sido publicado em folhetins pelo *Jornal do Comércio*, soando

como uma queixa de quem sempre se sentiu e foi incompreendido, portanto, a seguinte constatação: “*O povo é avesso a guardar os nomes dos autores, mesmo os dos romances, folhetins que custam dias e dias de leitura. A obra é tudo, para o pequeno povo; o autor, nada*”.⁷⁷

Apesar disso, ele mesmo recusa o rótulo, posicionando-se perante a atividade jornalística em carta escrita em 1921: “*Não sou propriamente um jornalista; e, antes, tenho exprimido o meu pensamento, bem ou mal, em livros*”.⁷⁸

E ele já acentuava, em carta escrita quinze anos antes, sua incompatibilidade com a atividade jornalística: “*Não tenho hábito, ou antes falta-me capacidade para diariamente fazer ‘coisas’ espirituosas. Meu espírito é moroso, trabalha com pachorra e vagar*”.⁷⁹

Mesmo em seu último ano de vida, contudo, Barreto mantém sua atividade jornalística, descrita por Barbosa:

A verdade é que não deixa de colaborar uma semana sequer numa e noutra revista, sendo que, na *Careta*, há de comparecer sempre com mais de um trabalho- crônica, artigo ou simples comentário- com a sua assinatura por inteiro ou com os pseudônimos já conhecidos: L.B., Flick, Jamegão e tantos outros.⁸⁰

Cury define as crônicas barretianas como “*o instrumento mais direto de um posicionamento mais explicitamente ético*”, e explica por que isso ocorreu:

Primeiramente porque não sofreram o ‘boicote’ imposto à divulgação dos polêmicos romances do escritor. Em segundo lugar porque atingem mais do que esses últimos à camada popular cuja visão e defesa ele procura assumir.⁸¹

Barreto soube ainda, segundo Santiago, utilizar os recursos da imprensa para a elaboração de sua obra de ficção, transformando “*os processos estilísticos da imprensa em recurso para uma estética popular do romance*”.⁸² Da mesma forma, Resende acentua o desaparecimento de “*limites precisos entre o literário e o jornalístico*” na obra de Barreto, ressaltando:

Essa é uma postura decisiva, já que introduz recursos que serão consagrados no momento posterior, o Modernismo, num momento em que a recepção ainda estava despreparada para absorvê-lo.⁸³

E o próprio autor acentua tal utilização, respondendo a críticos que o acusam de empregar processos jornalísticos em seus romances, e afirmando:

Poderia responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas mesmos que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que sejam para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam.⁸⁴

De maneira idêntica à forma como os jornalistas de *Ilusões perdidas* se descrevem, Barreto assim descreve a maneira como um dos personagens de *Numa e a ninfa*, proprietário de um jornal, vê sua atividade: “Encarava todo o debate jornalístico como objeto de comércio ou indústria e estendera esse critério aos casos políticos, às pretensões de qualquer natureza”.⁸⁵ A partir daí, Barreto, escrevendo em 1915, ironiza a oposição feita ao governo pelos jornais: “bem curioso notar, na leitura dos jornais, a forma de sua atual oposição. Todos eles estão, mas nenhum o está completamente”.⁸⁶

Já em relação aos jornais interioranos, ele acentua: “O aspecto predominante neles é a paixão política. Nenhum deixa de ter na sua localidade, no seu lugarejo, na sua cidadezinha, um ídolo a que constantemente incensa”.⁸⁷

E ainda, a atividade jornalística é definida por Barreto como instrumento de ascensão social, e utilizada como tal, por exemplo, por um dos personagens de *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

Na bajulação e nas manobras para subir, tinha verdadeiramente gênio. Não se limitava ao soneto, ao discurso; buscava outros meios, outros processos. Um dos que servia, eram as publicações nas folhas diárias.⁸⁸

Oportunismo, venalidade e carreirismo são, portanto, os atributos que Barreto confere à imprensa de sua época, o que não justificaria, contudo, ataques à sua liberdade, e quando estes ocorrem, o autor mostra-se crítico e vigilante, acentuando quando a edição de um jornal é apreendida pelo governo: “o que se deve indagar primeiro é se todo o ataque a um jornal ou à sua liberdade de circulação não é uma ameaça aos outros”.⁸⁹

Como acentua Pereira, Lima Barreto, assim como muitos intelectuais desse início de século, vêem a imprensa como “um nocivo elemento de dominação e alienação, uma máquina de fazer dinheiro às custas da ignorância da população”.⁹⁰

Tal situação é agravada, ainda, pelo domínio que alguns poucos órgãos exercem sobre o mercado. De fato, segundo ele, os grandes jornais dominam a imprensa carioca, o que, para Barreto, é um mal que o leva a lastimar:

Até hoje uma grande revista não se pôde manter, e as pequenas que aparecem, têm de levar uma vida precária e contrafeita, pois o público não as compra e não as toma a sério.⁹¹

Gera-se, então, uma situação de virtual monopólio, vista por ele como entrave à liberdade de expressão, o que o leva a buscar alternativas. Segundo Machado, “a necessidade de comunicar idéias com liberdade, de expressão justifica a criação da revista *Floreal*, vista por Lima Barreto como uma forma de manter independência”.⁹²

Mas *Floreal* durou apenas quatro números, editados em 1907, sendo que o segundo número, por exemplo, saiu com uma tiragem de 82 exemplares, superior ainda ao primeiro.

A iniciativa reflete, por sua vez, a situação marginal de Barreto perante os grandes jornais e sua situação de excluído em relação aos canais de consagração literária, o que o leva a defender sua igualdade em relação aos escritores que a eles tiveram acesso, argumentando que “*se me meto, como agora, entre eles, é por ser as letras uma república onde todos devem ser iguais*”.⁹³ E o que o leva, ainda, a acentuar: “*Se não disponho do Correio da Manhã ou do O Jornal para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance*”.⁹⁴

Se Barreto manteve-se à margem da grande imprensa de sua época, ele não vacilou em participar de revistas cuja linha editorial fosse condizente com suas idéias. Assim, ele transformou *Floreal* em espaço para a difusão de ideias anarquistas, escreveu artigos para *A Lanterna*, de Edgar Leuenroth e foi colaborador de *Vida*, revista anarquista.⁹⁵ Barreto define assim a feição de *Floreal*:

uma revista individualista, em que cada um poderá pelas suas páginas, com a responsabilidade de sua assinatura, manifestar as suas intuições, dizer os seus julgamentos, quaisquer que sejam.⁹⁶

Zilly define um período da vida do autor que funciona como divisor de águas: “*Lima Barreto atingiu o ápice de sua criatividade em 1911, um período em que ainda não tinha capitulado diante da cachaça, ainda se importava com sua imagem pública e burilava e aperfeiçoava seus textos. Quase todas as suas obras posteriores foram concebidas e em grande parte escritas nesse período*”.⁹⁷

Mergulhado, portanto, em um declínio que seria interrompido apenas por sua morte, em 1915, Barreto descreve em tons sombrios sua trajetória: “*Desgraçado nascimento tive eu! Cheio de aptidões, de boas qualidades, de grandes e poderosos defeitos, passei a vida sem ter feito nada*”.⁹⁸ Conclui, ainda, após mais uma internação, que “*esta vida não vale nada, todas as posições falham e todas as precauções para um grande futuro são vãs*”.⁹⁹ E o personagem que narra o inacabado *Cemitério dos vivos* é, como tantos outros, autobiográfico, principalmente na descrição que faz de si próprio:

Moço, eu não podia apelar para a minha mocidade; ilustrado, não podia fazer valer a minha ilustração; educado, era tomado por um vagabundo por todo o mundo e sofria as maiores humilhações.¹⁰⁰

A forma escolhida por Barreto para protestar contra a marginalização por ele imposta é acentuá-la, recusando, por exemplo, qualquer forma de convenção ligada à boa aparência. Segundo Barbosa, “*ele, que se incluía na parte proscrita da população, fazia questão de aparecer sujo e mal vestido na Rua do Ouvidor*”.¹⁰¹ E Barreto ressalta em uma frase sua posição marginal nos círculos intelectuais cariocas: “*Raramente vou ao teatro, embora às vezes passe noites inteiras a perambular pelas ruas e botequins*”.¹⁰²

A crítica do autor às elites intelectuais esclarece, portanto, sua crítica à imprensa, mas Barreto vai além em sua contestação, condena nestes termos a burguesia brasileira:

A nossa plutocracia, como a de todos os países, perdeu a única justificação de sua existência como alta classe, mais ou menos viciosa e privilegiada, que era a de educadora das massas, propulsora do seu alevantamento moral, artístico e social.¹⁰³

Mas, ao mesmo tempo, ele tem evidente dificuldade em encontrar alternativas. Mesmo ao criticar o processo de modernização excludente vivido pelo Rio de Janeiro, muitos intelectuais cariocas, segundo Engel¹⁰⁴ manifestam sua descrença perante a capacidade de organização do povo da cidade, o que termina por consolidar o processo de exclusão. E é esta precisamente a contradição vivenciada pelo autor. Por outro lado, Barreto batizou sua casa de Vila Quilombo, mas sua morte simboliza a contradição que perpassou sua vida e sua obra: “*Morreu na ‘Vila Quilombo’, sintomaticamente abraçado a um exemplar da Revue des Deux Mondes, veículo das novidades literárias e artísticas européias*”.¹⁰⁵

Conclusão

Olavo Bilac e Lima Barreto viram a imprensa como um meio a ser utilizado para a implantação de reformas que ambos reputavam indispensáveis à sociedade brasileira. Não a renegaram, portanto, como meio de expressão; pelo contrário, utilizaram-se dela de forma contínua. Ao mesmo tempo, foram críticos incisivos da imprensa da qual participaram, deplorando o que consideravam ser a distância imensa entre a missão por ela a ser exercida e a prática cotidiana do jornalismo. Nenhum dos dois foi jornalista por formação, e sim, artistas que derivaram para a atividade jornalística, vivenciando e exemplificando os impasses e contradições inerentes a tal trânsito.

Recebido em julho/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Doutor e Professor da UNIFEMM (Sete Lagoas, MG).

¹ MARTINS, Rubens de Oliveira. Belle Époque literária e modernismo: Oswald de Andrade, intelectual entre dois mundos. In: *Sociedade & Estado*, vol. XV, nº 2. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1986. p. 262

² LUSTOSA, Isabel. *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 205

³ BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira, 1951. p. 131

⁴ BARRETO, Lima. *Correspondência*. São Paulo: Brasiliense, 1956a, v. I. p. 129

⁵ PONTES, Eloy. *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, v. I. p. 80

⁶ JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1963. p. 77

⁷ DIMAS, Antonio (Org.). *Olavo Bilac, jornalista: crônicas*. São Paulo: Imprensa/EDUSP/Editora da UNICAMP, 2006, v. III. p. 50

⁸ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 577

⁹ JORGE, op. Cit. p. 303

¹⁰ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 27

¹¹ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 71

¹² DIMAS, op. Cit. v. I. p. 213

¹³ DIMAS, op. Cit. v. II. p. 47

¹⁴ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 865

¹⁵ DIMAS, op. Cit. v. II. p. 113

¹⁶ DIMAS, op. Cit. v. II. p. 86

¹⁷ DIMAS, op. Cit. v. III. p. 53

¹⁸ DIMAS, op. Cit. v. III. p. 124

¹⁹ BILAC, Olavo. *Conferências literárias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930, p. 250

²⁰ BILAC, op. Cit. p. 237

²¹ BILAC, op. Cit. p. 246

²² RODRIGUES, João Paulo de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: editora da UNICAMP, 2001, p. 109

²³ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 439

²⁴ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 368

²⁵ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 264

²⁶ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 295

²⁷ RIO, João do. *Vida vertiginosa* (Org. João Carlos Rodrigues). São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 69

²⁸ RIO, João do, op. Cit. p. 160

²⁹ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 335

³⁰ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 396

³¹ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 531

³² DIMAS, op. Cit. v. I. p. 852

³³ DIMAS, op. Cit. v. II. p. 256

³⁴ DIMAS, op. Cit. v. I. p. 356

³⁵ DIMAS, op. Cit. v. II. p. 101

³⁶ BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 42

³⁷ BALZAC, op. Cit. p. 106

³⁸ BALZAC, op. Cit. p. 129

³⁹ BALZAC, op. Cit. p. 187

⁴⁰ BALZAC, op. Cit. p. 176

⁴¹ BALZAC, op. Cit. p. 141

⁴² BALZAC, op. Cit. p. 175

⁴³ BALZAC, op. Cit. p. 206

- ⁴⁴ ROBB, Graham. *Balzac: uma biografia*. São Paulo: companhia das Letras, 1995. p. 45
- ⁴⁵ BALZAC, op. Cit. p. 84
- ⁴⁶ BARRETO, Lima. *Correspondência*. op. Cit. , v. I. p. 198
- ⁴⁷ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Mérito, 1953. p. 127
- ⁴⁸ BARRETO, Lima, op. Cit. p. 48
- ⁴⁹ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 221
- ⁵⁰ SILVEIRA, Cristiane da. *Entre a história e a literatura: a identidade nacional em Lima Barreto*. História: Questões e Debates, n. 44, p. 115-145. Curitiba: UFPR, 2006. p. 135
- ⁵¹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1984. p. 230
- ⁵² BARRETO, op. Cit. p. 17
- ⁵³ BARRETO, op. Cit. p. 117
- ⁵⁴ BARRETO, op. Cit. p. 118
- ⁵⁵ BARRETO, op. Cit. p. 74
- ⁵⁶ BARRETO, op. Cit. p. 84
- ⁵⁷ BARRETO, op. Cit. p. 70
- ⁵⁸ BARRETO, op. Cit. p. 84
- ⁵⁹ BARRETO, op. Cit. p. 86
- ⁶⁰ BARRETO, op. Cit. p. 84
- ⁶¹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. op. Cit. p. 129
- ⁶² FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p. 40
- ⁶³ FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 174
- ⁶⁴ LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976. p. 25
- ⁶⁵ BARRETO, Lima. *Bruzundangas*. São Paulo: Mérito, 1952. p. 91
- ⁶⁶ BARRETO, Lima. *Bruzundangas*. op. Cit. p. 20
- ⁶⁷ BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. op. Cit. p. 229
- ⁶⁸ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 120
- ⁶⁹ BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Mérito, 1953. p. 22
- ⁷⁰ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. op. Cit. p. 240
- ⁷¹ BARRETO, Lima. *Marginália*. op. Cit. p. 163
- ⁷² BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 77
- ⁷³ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. op. Cit. p. 41
- ⁷⁴ BARRETO, Lima. *Marginália*. op. Cit. p. 135
- ⁷⁵ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. op. Cit. p. 216
- ⁷⁶ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. op. Cit. p. 66
- ⁷⁷ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1986. p. 51
- ⁷⁸ BARRETO, Lima. *Correspondência*. op. Cit. v. II. p. 144
- ⁷⁹ BARRETO, Lima. *Correspondência*. op. Cit. v. II. p. 156
- ⁸⁰ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. op. Cit. p. 351
- ⁸¹ CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no Reino do Janbom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981. pp. 155-156
- ⁸² SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 89
- ⁸³ RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro/Campinas: Editora UFRJ/Editora UNICAMP, 1993. p. 80
- ⁸⁴ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Mérito, 1953
- ⁸⁵ BARRETO, Lima. *Numa e a ninfa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1989. p. 33
- ⁸⁶ BARRETO, Lima. *Bruzundangas*. op. Cit. p. 20
- ⁸⁷ BARRETO, Lima. *Bruzundangas*. op. Cit. p. 254
- ⁸⁸ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. op. Cit. p. 45
- ⁸⁹ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. op. Cit. p. 255

- ⁹⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Sobre confetes, chuteiras e cadáveres*: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. In: Projeto História, n. 14, p. 231-241 São Paulo: PUC-SP, 1997. p. 236
- ⁹¹ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. op. Cit. p. 156
- ⁹² MACHADO, Maria Cristina. Gonzaga de Sá, um flanêur com “pés-de-chumbo”: cidade e modernidade em Lima Barreto. In: *Sociedade e Estado*, v. XIII. n. , p. 189-223. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1998. p. 219
- ⁹³ BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*. op. Cit. p. 34
- ⁹⁴ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. op. Cit. p. 32
- ⁹⁵ KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 107
- ⁹⁶ BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. op. Cit. p. 182
- ⁹⁷ ZILLY, Berthold. A pátria entre paródia, utopia e melancolia. *Estudos*: sociedade e agricultura, n. 20, p. 45-80. Rio de Janeiro: CPPA/Mauad, 2003. p. 56
- ⁹⁸ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. op. Cit. p. 119
- ⁹⁹ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. op. Cit. p. 91
- ¹⁰⁰ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. op. Cit. p. 256
- ¹⁰¹ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. op. Cit. p. 318
- ¹⁰² BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. op. Cit. p. 163
- ¹⁰³ BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. op. Cit. p. 108
- ¹⁰⁴ ENGEL, Magali Gouveia. *Modernidade, dominação e resistência*: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. In: Tempo, n. 17, p. 53-78 Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 59
- ¹⁰⁵ SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros*: identidade, povo e memória no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 156

IMPrensa FEMININA, REVISTA FEMININA. A IMPrensa FEMININA NO BRASIL

*Sandra Lúcia Lopes Lima**

Resumo

A Revista Feminina foi uma das mais importantes publicações para mulheres no Brasil do início do séc. XX. Fundada por uma mulher, tinha o objetivo de oferecer recreação, mas sua principal intenção era educar as mulheres para os papéis de esposa e mãe, os mais importantes de suas vidas, através de mensagens moralizadoras que conduziam ao comportamento desejado.

Palavras-chave

Imprensa Feminina. Revista Feminina. Mulher. Esposa. Mãe.

Abstract

The Feminine Magazine was one of the most important publications for women in Brazil at the beginning of the 20th Century. Created by a woman to offer entertainment, its main intention was to educate women to be wives and mothers, the most important roles of their lives, through moralising messages that would lead them to a desirable behavior.

Keywords

Female Press. Feminine Magazine. Women. Wife. Mother.

O reconhecimento da imprensa como importante fonte histórica tem nos apresentado com a possibilidade de resgatar momentos passados do cenário da nossa vida cotidiana. A imprensa registra, comenta, forma opiniões, distrai; através de suas palavras e imagens reencontramos valores e comportamentos perdidos. A consciência dessa riqueza documental fez aumentar a quantidade de estudos que usam a imprensa como suporte; desses olhares, porém, são em menor número os que se voltam a uma modalidade presente desde o início do séc. XIX: a imprensa feminina.

Dulcília Buitoni, uma das pioneiras no estudo desse gênero jornalístico entre nós, em seu livro *Mulher de papel*, fez uma importante e rica retrospectiva da trajetória das publicações para público feminino, mostrando que já na primeira metade do séc. XIX, após a tardia introdução da imprensa no Brasil, surgiram periódicos voltados para as mulheres, em atitudes de corajoso desafio ao alto grau de analfabetismo da sociedade brasileira, especialmente desse grupo.

Dulcília identificou *O Espelho Diamantino*, editado no Rio de Janeiro, em 1827, como o provável primeiro periódico feminino brasileiro; o *Correio das Modas*, de 1839, também carioca, disputaria o pioneirismo das publicações para mulheres. Mas a imprensa feminina do séc. XIX não se restringiu ao Rio de Janeiro e, em 1831, em Recife, foi lançado *O Espelho das Brasileiras*, seguido de várias outras publicações do gênero, muitas vezes de efêmera duração. Preocupavam-se basicamente com moda e literatura.

Na segunda metade do séc. XIX, a imprensa se desenvolveu e estreitou seus laços com a literatura; grandes escritores, como José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis tiveram suas obras publicadas nos jornais, sob a forma de folhetins, que estimulavam sonhos e fantasias de homens e mulheres, envolvidos em suas tramas amorosas.

A ilustração também passou a ser mais utilizada, graças a desenhistas como Henrique Fleiuss (*Semana Ilustrada* - 1860) e Ângelo Agostini (*Revista Ilustrada* - 1876).

É nesse momento que surgem “alguns periódicos audaciosos editados por mulheres”,¹ entre eles o *Jornal das Senhoras*, de responsabilidade de Joana Paula Manso de Noronha, que a partir de 1852, “parece ter sido um dos primeiros a contar com mulheres na redação”.² Conseguiu ultrapassar os limites da moda e da literatura, ousando tímidos protestos contra a maneira possessiva com que os homens tratavam suas mulheres. Denunciava que

...para a maioria dos homens, o casamento era apenas um meio de satisfazer um desejo, um capricho, ou simplesmente mudar de estado. Ou assegurar a sua fortuna. Daí o homem poder dizer “minha mulher” com a mesma entonação de voz com que diz “meu cavalo, minhas botas, etc.”, pois tudo são trastes de seu uso.³

Apesar da ousada contestação, para a época, a atitude das mulheres diante da publicação do *Jornal das Senhoras* era de timidez, inclusive das próprias colaboradoras, que procuravam manter o anonimato.

Até a autora da seção de modas mostrava-se muito temerosa de um possível ridículo e, admitindo que lhe faltasse a coragem da editora, requereu seu anonimato fosse mantido.⁴

Esse temor não impediu o aparecimento de novas publicações críticas à condição feminina. Em 1862, também no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres, com instrução secundária, fundou *O Belo Sexo*. Mais críticas quanto ao tipo de atuação social da mulher, que, segundo elas, conduzia ao tédio e solidão de uma vida improdutiva, que as privava de uma instrução mais profunda para conduzi-las ao casamento. Corajosamente,

elas se opunham a um mundo que as mantinha ocupadas com a invenção de novas modas ou lhes proporcionava tantas reuniões para estafá-las a falar dos outros em vez de trabalhar por todos.⁵

As responsáveis por “O Belo Sexo” reuniam-se uma vez por semana para discutir as matérias a serem publicadas, e já não se mantinham no anonimato, expressando-se mais livremente, o que não lhes poupou críticas e oposições. “*Dúvidas das próprias mulheres somaram-se a restrições e pressões sociais para impedir o desenvolvimento de uma consciência feminista*”.⁶

Apesar disso, o final do século XIX assistiu a várias outras publicações femininas: *O Domingo*, de responsabilidade de Violante Atabalipa de Bivar e Velasco (Rio de Janeiro-1874); o *Eco das Damas*, lançada por Amélia Carolina da Silva Couto (Rio de Janeiro-1879); *A Família*, editada por Josefina Álvares de Azevedo (Rio de Janeiro-1889). Em Minas Gerais, a partir de 1873, começou a circular *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha Motta Diniz.

June E. Hahner, que estudou essas publicações da imprensa feminina, refere-se ao pouco destaque que elas têm merecido por parte de estudiosos da imprensa e dos movimentos feministas. Lembra que essas mulheres, através de seus jornais, procuravam despertar as demais para o desenvolvimento de um potencial sufocado e desconhecido. Acreditavam na educação como instrumento mais eficaz para libertar a mulher da opressão que vinha sofrendo há séculos. Algumas tiveram idéias avançadas para a época.

Josefina Álvares de Azevedo, por exemplo, foi das “*mais vigorosas das vozes femininas surgidas nas décadas de 1880-1890*” (7). Rebelou-se contra a tirânica dominação do homem, “*sempre um déspota*”, e questionou “*se nas qualidades da mulher reside a superioridade do casal por que é que, à simples seleção do sexo, se há de conceder atributos de autoridade?*”.⁸

As idéias de Josefina de Azevedo avançaram na defesa da lei do divórcio, que permitiria a dissolução legal de casamentos já desfeitos por acordos mútuos.

Essas publicações críticas e conscientizadas da dominação masculina, porém, não foram as dominantes no gênero. À medida que se caminhava para o final do século, elas rareavam e eram substituídas por outras, mais amenas, com títulos

com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todos metáforas da figura feminina: A Camélia, A Violeta, O Lírio, A Crisálida, A Borboleta, O Beija-Flor, A Esmeralda, A Grinalda, O Leque, O Espelho, Primavera...⁹

No séc. XX, as transformações que afetaram a sociedade brasileira, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo crescimento urbano, aumento da população e de suas camadas médias, melhoria no nível de instrução, entre outras modificações, refletiram-se na modernização da imprensa. Surgiu a grande imprensa, com maiores tiragens, sustentadas pela publicidade. Intensificou-se o hábito de leitura de jornais e revistas, conforme comprova o aumento das publicações.

Em 1912, São Paulo detinha o primeiro lugar nacional quanto ao número de periódicos publicados (incluindo o Distrito Federal na comparação)... Entre 1911 e 1929 praticamente dobrou o número de jornais diários de São Paulo, atingindo um total de 66, superior à circulação em qualquer outro estado da federação e representando o dobro dos que eram publicados no Distrito Federal...¹⁰

Além dos jornais, as revistas também passaram a ter maior número de leitores, aparecendo novas publicações.

Já havia público para revistas mundanas, ricas e luxuosas que, favorecidas pelo desenvolvimento das artes gráficas, apresentavam belas ilustrações e até fotografias...¹¹

Essas revistas já voltavam sua atenção para o público feminino, incluindo matérias ou seções supostamente de interesse feminino. Assim faziam a *Revista da Semana* (Rio de Janeiro-1901), que tinha uma seção intitulada *Cartas de Mulher*; *Fon-Fon* (Rio de Janeiro -1907) e *Cigarra* (São Paulo-1914), que embora não fossem concebidas como revistas especificamente para público feminino, traziam informações dirigidas às mulheres.

As opções de leitura feminina eram, na época, A *Cigarra*, A *Senhorita*, basicamente moda e penteados, e A *Vida Galante*, revista semanal ilustrada. Havia ainda a *Revista Ilustrada*, com seções femininas bastante procuradas.¹²

As mulheres ganhavam espaço nas matérias e propagandas das revistas de maior circulação, mas não tinham, então, uma publicação que a elas se dedicasse exclusivamente. Esse espaço veio a ser preenchido pela *Revista Feminina*.

A criação de uma revista “sã e moral”

A *Revista Feminina*, publicação “escrita” e dirigida por mulheres, inteiramente voltada ao público feminino, criada no início do séc. XX (1914-1936), não foi uma iniciativa pioneira na imprensa brasileira. Corajosas precursoras, mais ousadas em suas denúncias ou conformadas com a condição que a sociedade lhes impunha, já haviam aberto caminho. No entanto, a *Revista Feminina* veio ocupar um espaço importante no variado e numeroso universo de publicações de revistas da época.

“Não havia uma revista para mulher, então minha mãe, incentivada também pelo irmão, Cláudio de Souza, membro da Academia Brasileira de Letras, e por meu pai, fundou a Revista Feminina...”

No começo era um jornaleco, saíram uns três exemplares como jornaleco, com o nome de A Luta Moderna; depois mudaram o nome para “Revista Feminina”. Acharam mais apropriado. Aí já tomou a forma de uma revista.

Ela nasceu em Mogi das Cruzes; naquela ocasião mamãe morava em Mogi das Cruzes, mas logo mudou-se para São Paulo, e numa garagem de nossa residência, na alameda Gleite, ela foi tomando corpo, foi se difundindo, com um corpo de colaboradores do que havia de melhor aqui.¹³

A *Revista Feminina* deve sua existência à determinação e perseverança de Virgilina Salles de Souza, que assim definiu seus propósitos:

nossa revista representa um gesto abnegado de altruísmo. Criamo-la pela necessidade premente de que se ressentia o nosso meio de uma leitura sã e moral e que, ao lado da parte recreativa e literária, colaborasse eficaz e diretamente na educação doméstica e na orientação do espírito feminino. Não tivemos, não temos e não teremos nenhuma pretensão descabida; nosso esforço é modesto e humilde; não pretende ensinar nem reformar; o que pretende é apenas colaborar, na medida de suas forças, para a educação feminina.¹⁴

Antes de lançar o primeiro número da *Luta Moderna*, Virgilina pacientemente organizou um arquivo com mais de 60.000 endereços de pessoas residentes em todo o Brasil a quem pudesse interessar sua publicação, e, com uma tiragem de 30.000 exemplares, distribuídos gratuitamente até o nº. 7, procurou angariar assinaturas para continuar a circular. Isso só foi possível graças a sua ligação com uma indústria de produtos de beleza que produzia a tintura para cabelo Petalina e o creme Dermina, de propriedade do irmão, que além de literato, era médico, e que criara a fórmula desses produtos, anunciados através da revista.

O trabalho de “semeadura” de leitores conseguiu pouco mais de mil assinaturas, o que não era suficiente para manter a publicação.

Alma de lutadora, Virgilina de Souza Salles, longe de desanimar, atirou-se com mais força à luta, disposta a vencer a todo transe...Corajosa, saiu então a correr as casas de comércio e angariar anúncios, saltando por sobre todos os preconceitos e vencendo sua natural repugnância, criada como fora no conforto e abastança, com os olhos apenas fitos no seu ideal, que era a implantação definitiva da imprensa feminina no Brasil.¹⁵

A posição social de Virgilina, pertencente a tradicional família paulista, facilitou a penetração da revista entre a elite, e a influência de seu irmão nos meios literários garantiu-lhe a colaboração de intelectuais como Menotti del Picchia, Olavo Bilac, Coelho Neto, Afonso Arinos, Amadeu Amaral. Havia também colaboradoras como Júlia Lopes de Almeida, Francisca Júlia da Silva, Dra. Alzira Reis, Priscila Duarte de Almeida, Laurita de Lacerda e várias outras. “*A revista era lida por mulheres de uma classe mais alta, da classe melhor; mulheres de fazendeiros, professoras, mulheres de delegados, prefeitos*”.¹⁶

Era distribuída através de assinaturas, apoiando-se em representantes, as “*embaixatrizes*”, leitoras de maior projeção social, que a recebiam e divulgavam. Em 1915, a revista vendia em torno de 15.000 exemplares; em 1918 chegou a 20/25.000. “*Essas tiragens eram muito significativas no mercado editorial de então, quando boas revistas em média 10.000 exemplares*”.¹⁷

Difundida praticamente em todo o Brasil, em 1924, abriu uma sucursal no Rio de Janeiro. O editorial de fevereiro desse ano dava-lhe as boas vindas nos seguintes termos:

A Revista Feminina está de mudança para o Rio, ou antes, estabeleceu na capital morada definitiva e, sem sair de seu berço paulista, fixou entre nós os seus penates com a sucursal recentemente iniciada.¹⁸

Assim, a revista levava sua “*moralizadora influência*” ao Rio de Janeiro e de lá passava também a congregar as mulheres “*na mesma obra de solidariedade, de patriotismo e de progresso*”.

A morte prematura de sua fundadora, em 1918, foi um impacto que parecia ameaçar sua sobrevivência, mas seus ideais tiveram continuidade com o marido, o irmão e a filha, Avelina, que se recorda daquele momento difícil:

Eu comecei a trabalhar na revista em 25, 26. Eu era muito novinha, tinha saído interna do Colégio Sion. Minha mãe havia falecido em 1918. Sua morte foi muito sentida... Meu pai continuou a revista, depois eu, ajudando ele, até que me casei... Meu pai não quis vender o nome da revista, quis continuar com nossos princípios, porque era um ideal da família.¹⁹

Depois da morte de sua fundadora, em 1920, dirigindo-se “Às *Senhoras Brasileiras*”, a *Revista Feminina* referendava seus ideais:

A fundadora desta revista, a saudosa Virgilina de Souza Salles, propôs-se trabalhar pelo progresso moral da mulher patriciã, para o levantamento de seu nível intelectual, para a libertar das peias que a trazem embaraçada, para lhe fornecer elementos de luta na conquista da vida, para guiá-la pelo caminho que as mulheres européias e norte-americanas já estão atualmente pisando com firmeza e segurança.²⁰

A revista reforçava constantemente seus ideais altruístas a favor da mulher e frisava não se tratar de uma publicação comercial, que visasse a lucros, por isso fazia constantes apelos às leitoras para que compartilhassem de seus ideais e colaborassem conseguindo novas assinaturas.

De todo o Brasil têm as nossas leitoras acompanhado a disseminação que procuramos dar à nossa revista, do Amazonas ao Prata, desfraldando-a como a bandeira de uma cruzada para que, à sua sombra se venham alistar, confiantes, todos os espíritos femininos que queiram acompanhar-nos na missão, por todos os títulos nobilitante e simpática, da intensificação da cultura feminina.

Temos o orgulho de dizer, pelas manifestações escritas que diariamente nos chegam, que conseguimos manter uma publicação de moral insuspeita e de boas letras, que se tornou a verdadeira leitura do lar, numa época em que da imprensa tão mal uso se faz. É uma satisfação, porém, puramente moral. Em três anos de luta, a Empresa Feminina Brasileira só tem tido prejuízos com a sua publicação, prejuízos que o preço sempre crescente do papel vai, de número a número, tornando mais difícil de sanar.

No entanto, com um ligeiro esforço de cada uma de nossas leitoras, a nossa situação poderia tornar-se próspera!...Bastaria que cada uma delas nos enviasse uma nova assinatura. É um esforço mínimo, quase inapreciável, em favor de uma causa comum. O que pedimos não é para nós.

O aumento de nossas rendas será todo aplicado em favor da própria revista, que procuraremos melhorar, aumentando o número de páginas, multiplicando suas seções domésticas...

Nenhuma de nós trabalha com o fito de remuneração ou de lucro. 'Trabalhamos todas por um ideal' ...²¹

Colocando-se na condição de instrumento de uma luta por nobres ideais, realizadora de uma cruzada, Virgilina justificava seu trabalho como isento de qualquer retorno pessoal, numa época em que “não ficava bem” às mulheres, principalmente das camadas mais altas, ganharem dinheiro com atividades até então reservadas ao homem.

Mamãe teve muita dificuldade em empenhar-se nesse trabalho, porque havia, naquela ocasião, em 1914, uma aversão à mulher trabalhando fora do lar. Dentro da própria família de quatrocentões, não admitiam que ela fizesse isso. Mas mamãe foi adiante!²²

A própria revista, porém, em 1918, após a morte de Virgilina, ao publicar o discurso pronunciado em sua homenagem, no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, esclarecia que:

Com a existência já relativamente longa da Revista Feminina, que se acha no quinto ano de sua publicação, e já perfeitamente consolidada do ponto de vista material, pode-se considerar uma realidade a imprensa feminina no Brasil. Seu corpo de redação, bem como muitas de suas colaboradoras, recebem salário fixo, o que implica o jornalismo feminino como profissão. Sua fundadora, durante seus últimos anos de vida, viveu de seu jornal, fazendo dele profissão exclusiva, o que implica a existência do jornalismo feminino como profissão.²³

A morte de Virgilina não afetou as características da revista, nem diminuiu sua circulação; a figura da fundadora, com seus ideais, serviram de suporte para a continuação de seu trabalho. A própria revista anunciava que:

Sua obra continuará, felizmente, amparada e dirigida pelas suas companheiras de cruzada, que dela recebem o legado de sua fé e de sua abnegação.²⁴

Assim, três meses após seu desaparecimento, a revista publicava uma foto dos exemplares do mês, expostos publicamente...

20 ou 25.000, como provamos concretamente... para evidência dos céticos... Com a colaboração de nossas patricias, a Revista Feminina chegou a ser uma das revistas de maior circulação de todo o Brasil...²⁵

O universo das páginas da Revista Feminina

Compatibilizando-se com os ideais de Virgilina de oferecer uma leitura “*sã e moral*”, “*recreativa e literária*”, que colaborasse para a “*educação doméstica e a orientação do espírito feminino*”, a *Revista Feminina* era variada em seus assuntos, limitando-os, porém, ao que poderia se integrar ao “*mundo da mulher*”.

Suas capas coloridas eram sempre muito bonitas, com figuras de mulher em poses românticas, mas recatadas, muitas vezes com crianças, a anunciar o alvo principal de suas mensagens: esposas e mães.

As matérias, determinadas pelos interesses que se circunscreviam ao limitado espaço privado, de domínio feminino, tratavam, entre outros assuntos, de moda, decoração do lar, saúde, culinária, educação dos filhos, pequenos contos, poesias ou peças de teatro especialmente escritas para a revista, além de conselhos e “curiosidades culturais”. O tratamento dado aos assuntos, porém, seguia os ideais propostos por sua fundadora, não deixando despercebida a acentuada importância do universo da Igreja Católica; a partir de 1920, a revista trazia em seu cabeçalho a informação de que “*Sua Eminência o*

Cardeal Arcoverde afirma que a Revista Feminina é redigida com elevação de sentimentos e largueza de vistas”.

Assim, os assuntos eram tratados quase sempre sob um prisma normativo que se harmonizava com os princípios morais e a ética de comportamento preconizados pela Igreja. Temas aparentemente banais, como a moda, eram enquadrados num tratamento específico que lhes dava um caráter crítico e doutrinário. Ao lado da descrição de formas e tecidos vinham também conselhos ”úteis” sobre atitudes inconvenientes a serem evitadas:

As toilettes atuais continuam a caracterizar-se, como as da estação passada, pela largura sobre as cadeiras, o que se obtém por meio de apanhados arranjados com arte”...

Os tecidos preferidos são o brocado de seda e ouro ou prata, o veludo, os tules de seda, as gazes vaporosas, em meios tons encantadores...

Sempre a Igreja Católica reprovou os arrebiques, o excesso de enfeites, o luxo exagerado e estonteador que, como na velha Roma, pagã e dissoluta, visava unicamente fins sensuais e desmoralizadores...

Importa distinguir: uma coisa é a estética no vestir, a arte de aformosear-se, e a outra é a falta de pudor nos trajes adotados”...²⁶

As observações sobre a necessidade de recato na escolha das roupas é constantemente frisada, pois a mulher “*cada vez mais vai entremostrando, de uma forma alarmante, encantos que deveriam ficar ocultos*”...²⁷.

A culinária também tinha um destaque especial, ganhando, a partir de 1916, uma seção própria: “O menu de meu marido”, cujo título já sugeria o objetivo de ajudar a preparar refeições gostosas e variadas para o marido. A revista não deixava de expressar também sua crítica ao desinteresse das jovens por essa atividade tão importante para a família. Em 1920, através de um artigo denominado “Rumo à cozinha”, a revista denunciava que:

As mocinhas de hoje, quanto ouvem falar em panelas e quitutes, franzem o beíço, como se lhes propusessem um aviltamento... O fato de existirem cozinheiras que se pagam e que trabalham como animais de carga não exime a boa esposa de ser, pelo menos, a diretora espiritual da cozinha...

Preocupadas com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta do lar... A vida exterior, desperdiçada em banalidades, é um criminoso esbanjamento de energia...

Por que desprezar a cozinha? É naquele laboratório que se prepara o verdadeiro elixir da saúde... Dela depende a saúde como a enfermidade, a alegria como o mau humor.²⁸

A valorização da prática da culinária fazia parte do conjunto de elementos em torno dos quais centravam-se as mensagens da *Revista Feminina*: a manutenção da família, e consequentemente o bem-estar do marido. Esse bem-estar envolvia a necessidade de um lar bem decorado, capaz de

prender as tentações que vêm de fora, reter em casa os que procuram o repouso, a distração, o esquecimento da tarefa de cada dia, e que, se não se sentirem bem portas adentro, irão dispersar, nos clubes ou na rua o transbordamento de sua expansão de afetuosidade.²⁹

Vale destacar em tais conselhos não só a forma apresentada para valorizar a decoração do lar, mas o fato de ser uma matéria publicitária, pois no final informava-se que o aconchego desejado para o lar era conseguido com o mobiliário vendido no Mappin Store.

Além dos assuntos consagrados no mundo feminino, como beleza e culinária, a *Revista Feminina* preocupava-se também com o lazer de suas leitoras. Para isso, publicava grande variedade de poemas, contos e pequenas peças de teatro, com a colaboração de renomados escritores nacionais, destacando-se o teatrólogo Cláudio de Souza, irmão da fundadora da revista, além de algumas traduções de obras estrangeiras.

Essa literatura era marcada por mensagens de acentuado fundo moral, compatível com o ideário da revista, e que, provavelmente, de forma até mais eficaz que os demais recursos, atingia o pensamento das leitoras. Os contos e pequenas peças de teatro constituem-se em importante elemento para análise dos valores defendidos pela revista. Valorizavam o sacrifício, a abnegação, a renúncia, ao mesmo tempo em que enalteciam a importância do casamento e sublimavam a maternidade.

A lealdade e fidelidade ao marido deviam ser guardadas, mesmo após sua morte; é o que revela uma pequena crônica sobre a viuvez:

“Viúva”... Eis a palavra mais triste... Para a mísera que sobreviveu, nada mais resta senão a solidade, o isolamento, o vácuo... Quanto mais firme era o braço que a sustentava, mais querido o ser que viveu ao seu lado...

Já não o vê, já não lhe ouve a voz, aquela voz de timbre meigo e ao mesmo tempo severo...

Passam-se os anos... e a viúva não cessa de visitar aquele santuário. Os filhos cresceram, casaram-se, afastaram-se, mas o lugar que ele ocupava nunca será ocupado por ninguém...³⁰

O casamento era considerado o acontecimento mais importante de uma mulher, e devia se sobrepor a qualquer outra aspiração, principalmente se esta se incluísse entre as que, preconceituosamente, eram consideradas “*indignas de uma moça direita*”.

No conto “A noite de estréia”, uma jovem costureira tinha ambições de entrar para o teatro e conheceu um músico. ... “parecia uma loucura que uma moça honesta renunciava à vida pacífica de seu lar e à profissão tão rendosa em troca de uma existência sempre incerta e tão acidentada”.³¹

Ao conseguir uma chance de se apresentar, o maestro maldosamente mudara o tom da orquestra, levando-a ao fracasso e pondo fim à ambicionada carreira, mas o jovem músico viera a seu encontro, afirmando que a queria “na paz humilde de tua casa, na alegria íntima da família, perfumada pela tua graça e sem receio de que alguém me venha roubar o teu afeto”.³²

Diante de tal “compensação”, a jovem agradeceu ao maestro “o grande favor que lhe devo”,³³ e esqueceu-se de suas antigas pretensões.

A maternidade é tema constante de contos e crônicas, e não faltam mães pobres invejadas por amigas ricas e poderosas, pois “não há riqueza que compense a falta de filhos”. A revista não perde a oportunidade de ressaltar, através da literatura, a importância da amamentação e de a mãe abandonar sua vida social para se dedicar exclusivamente aos filhos. Um dos recursos de que lança mão é a culpa das mães por situações sérias e irreversíveis, como acidentes ou morte de filhos, em decorrência de sua pouca dedicação, da outorga de cuidados a babás ou de uma simples ida ao teatro.

Os trabalhos literários publicados pela *Revista Feminina* constituem-se, por si só, em importante elemento para a recuperação do seu ideário, coerente com o pensamento manifestado nas outras seções. Além dos contos, poemas, peças de teatro, crônicas que publicava em suas páginas, a *Revista Feminina* era responsável por obras que indicava e vendia, assim como pela manutenção de uma biblioteca, que punha à disposição das leitoras. Segundo testemunho de D. Avelina: “A Biblioteca da revista era muito escolhida. Publicou um livro de receitas, de contos infantis, que se chamava “Nova Seiva”, e assim uma infinidade de coisas”.³⁴ Incentivava também a participação das leitoras, e em 1918, criou uma nova seção, O Jardim Fechado,

reservado às assinantes que queiram publicar assuntos como moda, contos, cozinha, higiene doméstica, conselhos práticos, versos com certa gravidade e algum estilo. A colaboração excessivamente frívola será desprezada.³⁵

Um assunto de interesse feminino, tratado com extrema discrição, era a saúde. Além dos inúmeros anúncios de remédios que se apresentavam como soluções para a maioria dos problemas femininos, a revista oferecia “consultas”, através de cartas, numa seção chamada “Consultório Médico”. O sucesso da seção nos leva a pensar nas barreiras que o pudor e a timidez criavam, dificultando a consulta direta ao médico.

Ainda na diretriz de “auxiliar” a leitora, a revista orientava a elaboração de trabalhos manuais, principalmente de agulha, que serviriam para ocupar seus momentos de lazer e ao mesmo tempo poderiam se constituir em objetos úteis para o lar, ou até mesmo numa forma de ganhar algum dinheiro, sem ter que sair de casa. A publicação criou uma exposição permanente, para onde os trabalhos podiam ser enviados a fim de serem vendidos, “*sem o mais leve lucro para nós, unicamente cobiçosos de auxiliar a todas no seu aperfeiçoamento artístico, na útil ocupação de seu tempo*”.³⁶ Dizia Avelina a respeito dessa iniciativa da revista:

Todas as pessoas que quisessem podiam mandar seus trabalhos para a revista. Isso era para ajudar a mulher. Como a mulher não podia trabalhar, às vezes muito necessitada, mandava rendas do norte, lindíssimas toalhas; a revista vendia e só tirava uma pequena comissão para sustentar as despesas da exposição. A revista estabelecia também concursos e vinham trabalhos muito bonitos.

A exposição era perene, constante. Uma de suas freqüentadoras era a Baronesa de Araripe, com sua bengala; vinha sempre comprar as coisas. Havia trabalhos do Brasil inteiro. “Naquela época a mulher trabalhava muito em bordados”.³⁷

Outro setor a que se voltava a revista, cumprindo o propósito de “*eleva o nível das leitoras*”, eram as matérias “culturais”, sobre os mais curiosos e variados assuntos. Algumas tratavam de usos e costumes de povos distantes e “exóticos”, como “A arte das cicatrizes”,³⁸ que falava sobre povos africanos que se enfeitavam fazendo cicatrizes; “O sono das gueixas”,³⁹ que mostrava como eram feitos seus sofisticados penteados e como eram conservados por vários dias; ou “A origem da máscara”,⁴⁰ que reconstituía o uso desse adereço através dos tempos e povos.

As matérias culturais não esqueciam os assuntos que pudessem interessar mais diretamente à mulher, como “O casamento entre as diversas raças. Costumes, ritos e tradições”,⁴² ou “Uma aldeia de mulheres: costumes interessantes”,⁴³ sobre a ilha de S. Balandran que, segundo a “fábula”, era governada por mulheres, muito antes que

o moderno feminismo houvesse amenizado e divertido a vida masculina com a irrequieta e pernóstica coorte de sufragistas, cujos excessos, seja dito a passagem, comprometem, senão afogam, a simpática causa da emancipação da mulher.⁴⁴

Parte da atenção da revista dirigia-se a “conselhos” e “receitas” de comportamento, que visavam a orientar as leitoras a desempenharem adequadamente os papéis de esposa e mãe. Assim, seguiram-se, entre 1917 e 1918, artigos com sugestivos títulos: “Como a esposa consegue dar felicidade ao marido”, “Como a esposa consegue atrair o amor do marido”, “Qualidades práticas da esposa”, “Qualidades morais da esposa”, “Aprender a ser mãe”, etc.

Na seção Vida feminina, a revista revelava sua face feminista, segundo seu conceito de feminismo “não revolucionário”; informava sobre as campanhas sufragistas, as conquistas femininas nos vários países, os congressos feministas nacionais e internacionais.

Um importante papel, desde a fundação da revista, foi ocupado pela propaganda. Reunida no início e no fim de cada número, não se intercalava nem invadia seus textos; anunciava produtos de beleza, remédios, casas comerciais, modistas e automóveis, mas os produtos eram colocados sob triagem para que não se tornassem incompatíveis com o espírito da revista. Segundo o periódico,

procuramos sempre evitar os anúncios no texto e somos forçados a recusar, por escrúpulo, certos anúncios cuja leitura não nos parece próprio a senhoras e senhoritas.⁴⁵

Assim, a propaganda também era submetida ao mesmo critério de seleção das matérias; muitas vezes era sutilmente inserida em meio a longos textos sobre moda, decoração, ou algum depoimento pessoal, em que aparece sob a forma de “conselho”: é o caso das propagandas do Mappin Store ou mesmo de uma companhia de seguros, que se vale da experiência de uma viúva para aconselhar as outras mulheres a fazerem seus maridos comprarem apólices de seguro de vida.

A linguagem utilizada pela *Revista Feminina* variava da coloquial e amistosa, com que tratava as leitoras com a intimidade de amiga, especialmente no caso de pedidos de novas assinaturas, à cerimoniosa, formal, quando se referia às “senhoras leitoras” em campanhas de fundo moral, quando demonstrava a dignidade e o respeito a seu público. O tom impositivo era sempre evitado, pois não se compatibilizava com o tratamento adequado a quem se propõe a orientar, instruir, fazer companhia, oferecer distração. O papel de amiga, aliás, era sempre reforçado, para merecer maior confiança das leitoras, e como tal preservava sua sede aberta à visitação, como uma casa, pronta a receber as amigas para um chá. Mantinha a biblioteca à disposição, e os trabalhos manuais em exposição.

A revista se apresentava como uma amiga, sempre pronta a ajudar, mas com muita discrição; apesar de receber grande quantidade de correspondência, pedindo conselhos, as respostas eram enviadas particularmente, ao contrário do que já faziam outras revistas na época. Não mantinha uma seção de “consultório sentimental”, preferindo garantir a individualidade dos conselhos. Segundo D. Avelina:

A revista tinha uma correspondência muito grande com todas as embaixatrizes. Elas faziam da revista uma conselheira, escreviam contando seus problemas e eu respondia, tanto que eu me conservei assim apagada porque elas pensavam que Avelina de Souza Salles era uma senhora e eu era uma mocinha. Eu me sentia até acanhada. Logo no começo eu não respondia   correspondência, mas daí a uns dois ou três anos eu fui assumindo. Essa correspondência era particular, não saía da revista.⁴⁶

Como amiga de suas leitoras, a revista preocupava-se com sua formação, com o desenvolvimento das aptidões necessárias para o bom desempenho dos seus papéis básicos: esposa e mãe. Seu preparo, contudo, não implicava na necessidade de integrá-la no mundo exterior ao lar, portanto a revista não informava o que acontecia à sua volta. Manteve-se à parte de fatos políticos, como sucessões presidenciais, de movimentos sociais, como greves, de problemas econômicos e mesmo manifestações artísticas, com a Semana de Arte Moderna. Nem mesmo a revolução de 1924, que abalou a vida da cidade, foi mencionada, merecendo apenas as desculpas pela interrupção de sua publicação devido aos

acontecimentos desenrolados nesta capital que, pela leitura dos jornais, nossas boas amigas estarão científicadas...⁴⁷

Assim, dividia-se a imprensa: aos jornais masculinos, a informação, os acontecimentos diários, o mundo real; à Revista Feminina, o mundo fechado pelos muros do lar, os padrões de comportamento, os valores ideais. Essas duas realidades, que se tentava separar, inevitavelmente se encontravam, nas próprias propostas da revista, quando sugeria maior participação da mulher na sociedade, na defesa do voto feminino, nos protestos contra os crimes praticados contra mulheres.

Apesar dessas aparentes contradições, a revista era muito bem aceita por suas leitoras, que viam suas mensagens corresponderem às suas expectativas; o aumento constante nas vendas e a prontidão com que respondiam aos apelos de conseguir novas assinaturas são eloqüentes testemunhos que confirmam as palavras de Avelina: “A revista era muito querida”.⁴⁸

A colaboradora Ana Rita Malheiros

O caráter assumido pela *Revista Feminina*, em sua proposta editorial, era de se constituir numa revista “*de mulheres para mulheres*”, numa conversa coloquial entre amigas. Fundada e dirigida por mulheres, tinha nesses elementos seu principal argumento para garantir a confiança das leitoras. As opiniões masculinas chegavam não como normas impositivas, mas como “*colaborações voluntariamente aceitas*”.

A voz mais alta da revista, que falava em tom mais incisivo e melhor refletia seu pensamento, estava em suas crônicas, que abriam cada edição, sempre muito bem escritas, voltadas para o assunto de maior interesse no momento. Essas crônicas, que funcionavam como um editorial, eram o principal instrumento de crítica, defesa, reivindicação, protesto ou enaltecimento do assunto em foco no mês. Elas foram assinadas, até junho de 1922, por Ana Rita Malheiros.

O sucesso da escritora despertou grande curiosidade em torno de sua pessoa, e sobre ela a revista publicou uma história tão romântica quanto fantasiosa:

Ana Rita Malheiros, tão formosa de corpo quanto de espírito, teve da natureza todas as graças que uma mulher pode desejar, inclusive a fortuna. Nascida nesta capital, em 1886, hoje, pois, com 34 anos, causou-se aos 18 anos com o Dr. Ricardo Malheiros, cujas condições de fortuna, aliadas às que possuía sua noiva, fizeram com que a vida do casal transcorresse em viagens de recreio, com uma longa estadia em S. Petersburgo, onde foram recebidos na corte.

Numa viagem ao Oriente, na passagem pelo Tibet, o Dr. Ricardo adoeceu gravemente e veio a falecer mais tarde, de volta a Paris, do terrível mal que contraíra: um derrame pleural. Faleceu o Dr. Ricardo em seu castelo de Vaux-Cresson, tendo estado sua esposa a seu lado sem descanso, em perpétua vigília, durante muitos meses, até a hora de sua morte.

O Dr. Ricardo era um fino espírito de atleta e foi grande amigo de Eduardo Prado e Eça de Queiroz. Foi no ambiente de Paris, com o convívio de um círculo só de escritores e artistas que Ana Rita Malheiros formou a sua delicada educação literária, sem nunca perder, como se vê em suas crônicas, o seu espírito de nacionalismo, o que raramente acontece com nossos patrícios que vão à Europa...

Logo após a morte do marido, Ana Rita, que o idolatrava, e com ele se ligara por uma paixão violenta, regressou ao Brasil, liquidou diversos assuntos e foi se internar numa fazenda de uma tia, não em Mato Grosso, mas em Goiás, onde não chega a estrada de ferro e onde, conforme disse ela em uma de suas crônicas, “vivo a colher em cada arbusto de meu jardim, em cada árvore do meu pomar a flor e o fruto de minha saudade”. Moça e formosa, só mesmo um grande amor podia levá-la a sepultar-se assim em vida quando todos os êxitos a esperam numa grande capital...

Uma boa notícia podemos dar às nossas leitoras. Ana Rita parece disposta a atender aos inúmeros pedidos de seus amigos e abandonar seu exílio de 10 anos e mudar-se para o Rio de Janeiro, para uma sua propriedade na Tijuca.⁴⁹

Essas informações sobre Ana Rita Malheiros foram publicadas “*por ocasião de seu aniversário*”, graças à “*indiscrição de uma amiga*”. Suas crônicas realmente faziam tanto sucesso que Coelho Neto,

o maior de nossos pensadores vivos... transcreveu (uma delas) em sua bela revista”, observando que “é uma página de prova lapidar... Ana Rita Malheiros, que vive nos confins de Mato Grosso pode disputar com as mais belas e perfumadas flores do nosso jardim literário...”⁵⁰

A ligação de Ana com Virgilina foi narrada pela primeira na crônica que se seguiu ao falecimento da fundadora da revista, em julho de 1918:

Lembro-me ainda da primeira vez em que ela me falou de seu sonho, de seu grande sonho. Estávamos em Caxambu, sentadas no canto do salão de jogos do Palace Hotel... conversamos, falamos da imprensa feminina na Europa e América do Norte e foi

quando ela me confiou seu plano, seu programa, seu sonho... Prometi-lhe desde então minha colaboração, que pouco vale, e nestes 5 anos passados esforcei-me por acompanhá-la na sua nobre, imensa e abnegada missão...⁵¹

Assim, Ana Rita Malheiros tornou-se principal expressão da *Revista Feminina*, sua porta-voz, quem melhor traduzia seu pensamento. Suas crônicas eram marcadas por acentuado nacionalismo, moralismo e feminismo “não revolucionário”, como aliás toda a revista. Esse nacionalismo apresentava-se sob diferentes formas, desde um espírito militarista, mais marcante no período da guerra, mas igualmente em época de paz, quando fazia a defesa do serviço militar obrigatório; conclamava as mulheres a se inscreverem na Cruz Vermelha e elogiava a participação da mulher brasileira na guerra. Outra expressão de seu nacionalismo era a crítica às influências estrangeiras na moda, hábitos e vocabulário, invadindo a vida social.

Uma das feições mais caracteristicamente acentuadas de nossa vida social é sua tendência para a introdução de usos e costumes exóticos... Criou-se um novo tipo de brasileira. É a mulher que se supre de alta elegância, que se veste pelos mais desabusados figurinos que adotam as mundanas de além-mar, que abandonam seus filhos à direção atroz de amas inglesas, que se fazem tratar de “Madame”, que pela manhã reclamam seu “petit-déjeuner”, que não dispensam o “five o’clock tea”, que habitam um “set” elegante, no qual se joga “foot-ball” às 4 horas, o “bridge” à noite, e o “flirt” em todas aquelas horas e mais nas que lhe são intermediárias.⁵²

A crônica de março de 1920 é ilustrativa do binômio defendido pela articulista: nacionalismo e tradição:

Quando estive há tempos em São Paulo, numa festa de alta elegância, para a qual fui gentilmente convidada, e na qual se apresentava a melhor gema da boa e velha nobreza paulista, e muitos que em negócios e operações de aventura ganharam mais nobreza que as que trazem aqueles de tradições de moral...⁵³

A valorização da “*melhor gema da boa e velha nobreza paulista*”, ou seja, da “tradição”, em contraposição aos que enriqueceram “*em negócios de aventura*”, ou seja, “os arrivistas”, “novos ricos”, como qualificavam os que se julgavam a elite, continua ao longo de sua narração sobre tal evento social:

... “estava a meu lado uma senhora, de boa e antiga árvore paulista, uma Andrada legítima, que protestava veementemente contra as jovens sem tradição, que se apresentavam cantando ou declamando em francês. Uma delas, cujo pai enriqueceu com armarinho e a mãe, coitada, tem as mãos grossas dos tempos maus, antes de se casar, não podia “amar nossas tradições”, pois “nunca teve tradições, nem sabe o que lá é isso”...⁵⁴

O relato continua acentuando a indignação contra as novidades e estrangeirismos, a contagiarem até as jovens “aristocráticas”, pois que

três jovens, de sangue puro... de gente que vinha das bandeiras, da velha raça de Amador Bueno... sangue de primeira, que se agarra à terra, ao anunciarem os versos, também em francês, que iam ser declamados, provocaram tamanha indignação na velha senhora que esta se retirou, a tempo de não ouvir a orquestra de “latas velhas, buzinas de automóvel, apitos e mugidos (jazz bundle, parece que é assim que se chama a monstruosidade) romper numa música de hospício, de alucinados, de doidos varridos, enquanto os pares enlaçados iniciaram as danças, uma das danças dos criminosos de Paris e dos bandidos do Far-West americano...”⁵⁵

A crônica de Ana Rita Malheiros revela a identificação entre os ideais da revista e os da elite agrária, que reage às influências estrangeiras, aos “sem tradições” e se considera herdeira do “sangue puro” da “velha raça de Amador Bueno”.

Como representante desse grupo, Ana Rita Malheiros preocupava-se, acima de tudo, com as ameaças à moral que contaminavam a sociedade através do cinema, teatro, moda, e não se cansava de alertar as leitoras para suas responsabilidades de mãe:

Nos tempos que correm, com a licenciosidade dos costumes e da moda feminina, exagerada até o impudor, os crimes contra a segurança da honra e da honestidade das famílias só pelas mães podem ser evitados. Elas são as únicas responsáveis pelo desenhamamento de suas filhas.⁵⁶

Era nas crônicas de Ana Rita Malheiros, ainda, que se encontravam os principais campos de luta a favor dos direitos da mulher e do voto feminino, e os mais veementes protestos contra os crimes praticados contra mulheres. Os assuntos políticos geralmente estavam ausentes, com exceção de veladas críticas à República, que nos fazem pensar em resquícios de simpatia pela monarquia, além de alguns “alertas” contra o perigo de ideologias anti-cristãs, como o Bolchevismo:

Um dos artigos do credo bolchevista, que acabará por tornar-se lei, é o da socialização da mulher, isto é, da entrega da mulher a quem a desejar. Outro declara que a vida é matéria e se deve reger pelos instintos do mais forte, e que religiões, seus apóstolos, sua moral, devem ser queimados, como bíblias falsas, na praça pública da emancipação das consciências, de onde deve ser riscado o nome de Deus...
...Mas onde estão as sociedades católicas do mundo todo que permitem esse espetáculo de degradação moral? Que esperam para se erguer contra essa ignomínia?⁵⁷

Ana Rita Malheiros foi assim a líder da cruzada da *Revista Feminina* em defesa da moral, da religião, da tradição, do nacionalismo, dos deveres da esposa e mãe. Através dela, a revista criticava, enaltecia, advertia, reivindicava. Sua cultura e seu estilo literário, consagrados por figuras respeitáveis na época, eram motivo de orgulho da revista, um ideal reverenciado pelas leitoras e um testemunho da capacidade intelectual da mulher, ainda tão desacreditada na época. Sua vida, em meio a paixão e sofrimento, riqueza e renúncia, mistério e fama, preenchia perfeitamente os requisitos fantasiosos do imaginário das leitoras.

Ana era respeitada, suas palavras mereciam a consideração do público, compartilhando com este a defesa dos valores tradicionais. A revista estimulava sua mitificação, reforçando a receptividade das mensagens; igualando-se às leitoras, como mulher, e ao mesmo tempo diferenciando-se, pela sua cultura e inteligência: era a voz mais alta, a líder de campanha e críticas.

Malheiros seria o símbolo feminino dos ideais da revista... *se fosse realmente uma mulher*. Ana, na verdade, era o pseudônimo sob o qual se expressava Cláudio de Souza, irmão de Virgilina, médico, teatrólogo, membro da Academia Brasileira de Letras. O segredo, tão bem guardado, nunca chegou ao conhecimento do público. Avelina, em seu depoimento, confirmou o uso do pseudônimo:

Era um pseudônimo sim, mas ninguém sabia. Ele usava o pseudônimo porque queria valorizar a mulher, era a mulher falando, “de mulher para mulher”, mas nunca ninguém soube...⁵⁸

A identificação Ana Rita Malheiros/Cláudio de Souza não é uma ligação “de mulher para mulher”, mas uma ruptura; não se trata de uma porta-voz das mulheres, mas de um homem falando pelas mulheres, sob outra ótica da realidade.

A figura de Cláudio de Souza, como Ana Rita Malheiros, dá-lhe uma importância maior do que a desejada pelos que pretendem ver a *Revista Feminina* como uma realização só de mulheres. Sua projeção literária favoreceu a participação de colaboradores importantes; sua indústria de produtos de beleza sustentou a revista nos primeiros números, e nunca deixou de estar presente em sua publicidade; sua vida de viagens por Europa, Grécia, Turquia, Síria, Palestina, Egito, Polo Norte e Polo Sul, Japão e Estados Unidos⁵⁹ não só inspirou a vida “aventureira” de Ana Rita Malheiros, como, com certeza, trouxe à revista curiosas informações culturais.

Cláudio de Souza adquire, na figura de Ana Rita Malheiros, a condição de principal articulador do pensamento da revista, dosando as reivindicações, valorizando papéis tradicionais e modelos de conduta marcados pela submissão. Com a morte de Virgilina, apenas quatro anos após a fundação da revista, esta não se descaracteriza, apesar de Avelina, continuadora de sua obra, ser ainda “*muito novinha, recém-saída interna do colégio Sion*”.⁶⁰ A revista sobreviveu coerente com “os ideais de sua fundadora”. Ana Rita Malheiros/Cláudio de Souza teve sua responsabilidade nisso.

Acompanhando as crônicas de Ana, podemos seguir as causas defendidas pela revista; através dela, a revista empreendia campanhas e mostrava sua face feminista, coerente com sua concepção de preservação e não de rupturas.

E entre a mitificação de papéis e as cruzadas moralizadoras, a leitora podia encontrar, na *Revista Feminina*, os modelos para o bom desempenho de sua missão social de mulher.

ANEXO - “A BELLEZA FEMININA”

“Toda mulher deve ser bella na medida do possível. A belleza feminina não é apenas um factor importante da felicidade conjugal.

A formosura da mulher é também um beneficio social. Quanto mais bella mais forte é a mulher. As sociedades onde as mulheres teem mais influencia são as mais delicadas, as mais benévolas, as mais humanitárias, as menos materialistas. A arte deve tudo à mulher. É difficil saber se foi à esculptura grega que immortalisou as mulheres da Grécia ou se foram às mulheres servindo-se de modelos que a immortalisaram.

A arte só se inspira na belleza, e a belleza da mulher foi e sempre há de ser a força que mais agita os destinos humanos.

A mulher não tem a obrigação de ser bella, mas tem o dever de zelar os seus encantos como o homem tem o dever de zelar a sua energia, a sua força e a sua actividade.

Dirão nossas leitoras, não é a belleza condição indispensável à existência da mulher, e nem deve a belleza constituir a sua única, a sua absorvente finalidade na vida.

De acordo. Mas a belleza é sempre um beneficio que longe de prejudicar a virtude, a enfeita e adorna.

Nem todas as mulheres são bellas, mas na mulher há sempre qualquer cousa bella, que convem cuidar, preservar dos estragos do tempo e da ruína precoce.

Uma mulher completamente bella é rara assim como é rara uma mulher completamente feia. Pode-se crear a belleza, no sorriso, no olhar, na attitude, no gesto, na voz. A expressão é uma segunda belleza. Frequentemente se vêem mulheres pouco bonitas que conseguem ser fascinadoras.

Não só a belleza se aperfeiçoa e desenvolve, mas ás vezes se adquire.

A mulher que quer ser bella ou parecer bella a primeira cousa a aconselhar, é que trate de sua saúde.

Toda a doença é inimiga da belleza.

A belleza também adocece, também tem as suas enfermidades.

Mulher, se queres ser bonita, tens que ser saudável.

Uma mulher doentia, pallida, frágil, pode inspirar a *sympathia*, um sentimento de ternura, uma *affeição* passageira.

Mas nada pode substituir o poder dominador, a influencia suggestiva da saúde, o magnetismo mediante da alegria.

A saúde attrahe, fascina, provoca o amor. Um rosto lindo, mas exprimindo dor, apenas causa dó.

Pode parecer uma revelação de cruel egoísmo esta predilecção pela saúde. Mas é natural e legitima. O Mundo é dos que teem saúde”.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

SEXO LACRADO: O CONTROLE POLÍTICO NO JORNALISMO ERÓTICO (1964-82)

*Valmir Costa**

Resumo

Numa relação da moral acerca do erotismo e da pornografia para homens, mulheres e gays, este trabalho mostra os procedimentos da sociedade e do governo brasileiro para controlar o sexo no jornalismo no período militar.

Palavras-chave

História do Jornalismo; Revista; Legislação; Erotismo; Pornografia

Abstract

In a relation of moral concerning the erotism and of the pornography for men, women and gays, this work shows the procedures of the society and the Brazilian government to control the sex in the journalism in the military period.

Keywords

Journalism History; Magazine; Legislation; Erotism; Pornography.

Vem do final do século XIX o aparecimento de magazines com apelo sexual no Brasil ainda na época do Império. Eram consideradas revistas do “gênero alegre” e, mais adiante, “galantes”. Muito embora tenham sofrido retaliações sociais e religiosas por conta da moral, muitas delas circularam até o Governo Vargas, quando ele outorgou a constituição de 1937. Assim, do Governo Provisório ao Estado Novo (1937-45) Vargas legalizava seu controle nos meios de comunicação, como por exemplo, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 27 de dezembro de 1939. No ano seguinte, entrava em vigor a *Lei n.º. 2.848*, ou seja, o novo *Código Penal*. No Capítulo VI, *Do Ultraje Público ao Pudor*, previa a pena a “ato obsceno” e a “escrito ou objeto obsceno”.

Data desse período o desaparecimento gradativo das revistas “galantes” do mercado, embora não tenha se atido especificamente a publicações de cunho erótico. No entanto, o controle político do regime militar se debruçou sobre o tema e criou leis específicas para coibir o sexo na imprensa. Em 31 de março de 1964 é dado o golpe militar, quando uma junta depôs João Goulart (1918-1976) e o presidente da Câmara Paschoal Ranieri Mazzilli (1910-1975) assume a presidência. O *Ato Institucional n.º. 1* (AI-1), de 09 de abril, foi o documento pioneiro na censura. Mesmo assim, em 1966, era lançada a *Fair-play: a revista do homem*, da Editora Efecê do Rio de Janeiro, ressurgindo um novo jornalismo erótico no Brasil.

A *Fayplay* foi a primeira a apresentar mulheres seminuas - com fotos de silhuetas, dorsos de perfil e penumbras - na forma moderna de revista. Em 30 de agosto de 1966, o governo baixou a *Lei n.º. 5.089* proibindo a impressão e a circulação de publicações que tivessem crimes, terror ou violências como temas, dirigidas a crianças e adolescentes. As infrações seriam julgadas de acordo com a *Lei n.º. 2.083* (Lei de Imprensa), de 12 de novembro de 1953, de acordo com o artigo que tratava de crime à moral pública e aos bons costumes.¹ Com a Constituição de 1967, a liberdade de imprensa era assegurada no seu Artigo 150, mas com algumas ressalvas:

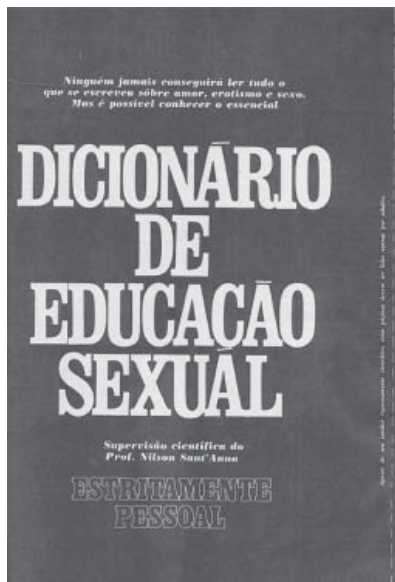
Parágrafo 8º - A publicação de livros, jornais e periódicos independe da licença de autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classes.

Entretanto, o Ministério da Justiça (MJ) tentava reformular a *Lei n.º. 2.083*, alegando julgar as infrações e abusos em virtude da liberdade da imprensa.² Prova de tal desconforto do MJ foi a censura feita à revista *Realidade*, da Editora Abril. Ao lançar seu 10º número, em janeiro de 1967, a publicação apresentou a edição especial *A Mulher Brasileira Hoje*, sobre a evolução do comportamento feminino. Apresentou as chamadas de capa: “*Pesquisa: O que elas pensam e querem*”, “*Confissões de uma moça livre*”, “*Ciência: O*

corpo feminino”, “*Eu me orgulho de ser mãe solteira*”, “*Por que a mulher é superior*” e “*Assista a um parto até o fim*”.³

Alegaram que o conteúdo da publicação ofendia a moral e os bons costumes, a infância e a juventude. Os organismos públicos respaldaram-se no Artigo 53 da *Lei n.º. 2.083* que dizia: “*A educação sexual compete aos pais, não a estranhos*”. Em 09 de fevereiro de 1967, foi aprovada a *Lei n.º. 5.250* (Lei de Imprensa). Em 13 de dezembro de 1968, foi homologado o *Ato Institucional n.º. 5* (AI-5). Em nome da ordem nacional, em 21 de outubro de 1969, o *Decreto-lei n.º. 1.004* instituía o novo Código Penal, com referências aos meios de comunicação, mas sem se referir a publicações eróticas. Já em maio daquele ano, era lançada a revista *Ele Ela*, da Bloch Editores, editada por jornalista Carlos Heitor Cony.

O magazine tinha a proposta de abordar o envolvimento do homem e da mulher, pensamento evidenciado na capa: “*Êle Ela uma revista para ler a dois*”. Trazia as chamadas “*É hora de aprender: Tudo sôbre o corpo da mulher, Brasil 1969: O casamento ainda se usa, Um caderno fechado: Dicionário de Educação Sexual*”, que dizia: “*Ninguém jamais conseguirá ler tudo o que se escreveu sôbre sexo. Mas é possível conhecer o essencial. Dicionário de Educação Sexual - supervisão científica do Prof. Nelson Sant’Anna*”.⁴ A diretoria da Bloch foi convocada ao gabinete do comandante da região leste do Rio de Janeiro, do Ministério da Guerra. Seu segundo número foi reavaliado, repaginado e reimpresso. O ‘*Dicionário de Educação Sexual*’ mudou para ‘*Dicionário de Educação Sentimental*’. No 5º número, a *Ele Ela* teve que ter o *layout* aprovado pelo Ministério da Guerra. Entre outras formas de censura, o lema “*uma revista para ler a dois*” da *Ele Ela* foi alijado da capa, pois era um convite à libidinagem.⁵



Capa da edição nº 09 da *Ele Ela*, de janeiro de 1970, e o encarte do *Dicionário de Educação Sexual* da mesma edição com pontilhados fechados e o aviso: “Apesar do seu caráter rigorosamente científico, estas páginas devem ser lidas apenas por adultos”.

Ainda em 1969, a Junta Militar, composta pelo general Lira Tavares (1905-1998), almirante Augusto Rademaker (1905-1985) e pelo brigadeiro Márcio de Souza Mello (1906-1991), modificou a *Lei de Imprensa* e a *Lei de Segurança Nacional*. Já em 17 de outubro a *Emenda Constitucional n.º 1* alterou o Art. 150, parágrafo 8 da *Constituição*. A nova redação pregava que:

Art. 150 - A publicação de livros e periódicos não depende da licença da autoridade. Não serão, porém toleradas a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.⁶

Alegando excessos, o presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) baixou, em 26 de janeiro de 1970, o *Decreto-lei n.º 1.077* para reprimir abusos de publicações e exteriorizações obscenas a quaisquer meios de comunicação:

Artigo 1º - Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, quaisquer que sejam os meios de comunicação.

O texto foi ratificado pelo presidente do Senado João Cleofas (1898-1987), pelo *Decreto Legislativo n.º. 34*, de 27 de maio de 1970. Segundo os censores, tais meios de comunicação obedeciam a um plano subversivo, e punham em risco a “segurança nacional”. Outros setores, como o Exército, apoiaram a lei. Segundo os “objetivos nacionais permanentes” da Escola Superior de Guerra, “a pornografia se encontrava a serviço de interesses políticos de subversão, pois levava à destruição dos padrões morais vigentes”.⁷ Representantes do clero e algumas organizações civis apoiaram a iniciativa do governo.

Por sua vez, o chefe do Serviço de Censura Federal Wilson Aguiar lançou a idéia de elaborar um manual de consulta, ou seja, uma espécie de autocensura por parte desses periódicos. Segundo ele, seria elaborado de acordo com “uma doutrina de censura que deveria ser elástica na medida da evolução dos costumes”.⁸ Não bastasse o *Decreto-lei 1.077*, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1914-1991) baixou a *Portaria II-B*, em 06 de fevereiro de 1970, que obrigava a verificação prévia de matérias ofensivas à moral e aos bons costumes. Tal atribuição era de responsabilidade dos delegados regionais da Polícia Federal. As editoras deveriam enviar três exemplares de revistas e livros para averiguação. Os livros teriam um prazo de 20 dias e as revistas dois dias para serem liberados.

O material considerado obsceno era enviado ao ministro da Justiça para julgamento final.⁹ Danton Jobim (1906-1978), presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), encaminhou nota de protesto ao ministro Buzaid, assim como Austregésilo de Athayde (1898-1993), presidente da Associação Brasileira de Letras (ABL), e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em 21 de fevereiro, o ministro Buzaid respondeu em nota que “a portaria contra a licenciosidade não atingirá, de nenhum modo, as publicações não-pornográficas”. Posteriormente, apresentou uma nova instrução, respaldando o que prometera:

Art. 1º - Para os fins da *Portaria II-B*, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes.

Para assegurar o controle nas revistas sobre sexo, o diretor-geral do Departamento da Polícia Federal, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque (1915-1990), em 17 de março de 1970, baixou a *Portaria n.º. 219*. Seu artigo 1º afirmava:

Art. 1º - As publicações periódicas, ilustradas ou não, que contenham matéria que exteriorize manifestação de temas eróticos de crimes de violência, aventura amorosa, horror, ou de humorismo picante, destinadas a se comunicar com um público adulto, só poderão ser distribuídas aos postos de venda, ou encaminhadas aos seus assinantes, embaladas em material opaco, resistente e hermeticamente fechado.

O documento também previa a inscrição “*Proibida a Venda a Menores de 18 Anos de Idade*” e que não seriam “*toleradas quaisquer publicações que contenham matéria pornográfica, libidinosa, obscena, ou sadomasoquista*”. A venda dos exemplares só poderia ser feita em livrarias e bancas de jornais em recintos fechados ou por assinaturas. Além do mais, que os editores, importadores ou responsáveis eram obrigados a requerer o registro dos títulos no Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Em 26 de maio de 1970, o chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Wilson Aguiar baixava a *Portaria n.º 26* para cumprir o que rezava a *Portaria n.º 219*. Enfim, liberou, restringiu e proibiu a circulação de algumas revistas.

De acordo com a *Portaria n.º 26*, essas revistas receberam códigos de registro. As que eram rotuladas por “ES” só poderiam ser vendidas em livrarias, estabelecimentos especializados e bancas de jornal, situadas em recinto fechado ou por assinaturas, concedidas a pessoas maiores de idade. A determinação deveria ser cumprida pelas revistas *Bachelor, Sir, Modern Man, Mr, Buccanear, Swank, Man’s Pleasure, Fiesta e Lark, Fiesta, Dally Girl*. Já as que receberam o rótulo “E”, “EV”, “HE”, “PM”, “EPM” ou “HM”. Eram vendidas em qualquer ponto de distribuição, mas deveriam cumprir o Artigo 1º e o Parágrafo 1º da *Portaria n.º 219*.

Esta deliberação cabia às revistas *Girl Illustrated, Karen, Dandy, Trusam, Figure e Pose, Linda, Albe, Jô, Sua, Tic, Naja, Alowa, Ninfa, Cat, ST, Mulher em Prêto e Branco (Pôster), Voga, OO Sex e Aple, Parede, Carnival, Lui, Moi; Garôtas e Piadas, As Mais Quentes Piadas da Edrel, Almanaque de Seleções de Piadas e Almanaque de Piadas Edrel, Blá-Blá-Blá e A Crítica, “M”, ER e Wochen End, Almanaque para Rir e Divertir e Piadas Populares, Special Jane e Playmen, New Girl, Fairplay, Playboy, Top-Sex, Gargalhada, Ria-Já e Salão de Barbeiro*. (sic)



Revista *Blá Blá Blá* n.º 11, de novembro de 1970, quando já apresentava as normas dadas pela censura militar de acordo com as instruções da *Portaria n.º 26* com o código de aprovação “RP 31/EV”.

Já as femininas receberam o rótulo de registro “A”, “AA”, “VAM” e “AAS” também deveriam obedecer ao artigo 1º e o parágrafo primeiro, da *Portaria n.º 219*, como a *Sonho, Romântica, Sentimental, Grande Hotel e Ternura, Destino, Amor e Romance Moderno, Targo, Amiga, Contigo, Capricho, Noturno, Supernovelas Capricho e Ilusão*. Mas o que significariam esses códigos dos censores? Difícil de saber porque toda censura é arbitrária e dá poucas ou nenhuma explicação. Enfim, uma norma, um enunciado afirmativo e negativo e ponto final! De acordo com o parágrafo segundo da *Portaria n.º 219*, foram vetadas de circular as revistas *Man to Man, Ace, The Swinger, Debonair e All Man, Rogue, Sunbathing, Jaguar, Gent e Dude, Duke, Cavalcaos, Fling, Cabaret e Tiger, Dapper, e Sure*.

Todas eram estrangeiras e algumas voltadas para o público homossexual. Em 16 de abril de 1973, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal Nilo Caneppe Silva

baixava a *Portaria n.º 209*. Ela abolia o uso de embalagem opaca, resistente e fechada nas revistas, como ordenava a *Portaria n.º 219*, cujo objetivo era evitar o acesso de menores às revistas. Desfazia-se o artigo 1º da *Portaria n.º 219*. O que parecia uma flexibilidade da censura não era. Tratava-se apenas uma forma de evitar a circulação das revistas com registros proibidos que circulavam ilegalmente com a rocambolesca forma da embalagem opaca. Vejamos alguns pontos do documento legal:

Art. 4º - Não serão toleradas as publicações que contenham matérias contrárias à moral e aos bons costumes e o registro, nesse caso, não será concedido.

Art. 6º - Fica abolido o uso de embalagem em material opaco, resistente e hermeticamente fechado, que se destinava a evitar o acesso de menores às publicações a eles proibidas.

Em 5 de fevereiro de 1976, o *Última Hora* de São Paulo lança a *Coluna do Meio* para os gays, que era escrita diariamente por Celso Curi. A coluna tinha personagens fictícios como *Dodô Darling*, *Izildinha (a Sabichona)*, *Baby Portland* e *Marocha Martinez* e a seção *Correio Elegante*, na qual os leitores procuravam pessoas para amizade e “algo mais”. Além disso, a seção *Hoje Tem Colírio* com foto e informações de um belo homem. O Ministério Público de São Paulo apresentou denúncia contra Curi como incurso no artigo 17 (ofender a moral e os bons costumes) da *Lei n.º 5.250* (Lei de Imprensa). O superintendente do Departamento Regional de São Paulo acusara a coluna de promover a licença de costumes e o homossexualismo especificamente.

Na Coluna do Meio, cujo nome não deixa dúvidas quanto ao assunto tratado, o homossexualismo, que é claramente exaltado, defendendo-se abertamente as uniões anormais entre seres do mesmo sexo, chegando inclusive a promovê-las na seção *Correio Elegante*.¹⁰

Coluna do Meio de 17 de fevereiro de 1976, página 11, do jornal *Última Hora*, destacando o ator Mário Gomes, que estava “*Abalando as Estruturas*”. O texto dizia: “*Mário Gomes com seu belo par de olhos claros e jeitinho de criança, está, não só abalando as estruturas dos mais fracos, como também dos mais fortes: a direção da Globo, por exemplo.*”

Assuntos do envolvimento entre homem e mulher também ganharam destaque na edição n.º 342 da *Veja* de 13 de agosto de 1975. Pela primeira vez o tema sexo aparece em sua capa, sob o aval da ciência, com a chamada “*A Ciência do Sexo*”. Apresentava a foto dos rostos em close de um homem e uma mulher. No início de 1977, o diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), Rogério Nunes, do Departamento de Polícia Federal (DPF), enviou uma circular às redações das revistas. Alegava que a

DCDP recebia várias reclamações de autoridades públicas e entidades particulares contra “as publicações que apresentavam apelos eróticos, ilustradas com fotografias de mulheres desnudas, em posições luxuriosas, acintosamente expostas nos logradouros públicos”.¹¹ Em virtude das reclamações, Rogério Nunes alegou:

[...] Como é atribuição deste órgão verificar previamente livros e periódicos, para fim previsto no Decreto-lei nº. 1.077 (censura prévia), fica estabelecido que nas revistas masculinas destinadas ao público em geral não serão permitidas fotografias que fixem”:
a) Atos sexuais; **b)** Nádegas completamente nuas; **c)** Região púbica descoberta e desprovida de sunga, tanga, biquíni ou qualquer peça do vestuário; **d)** Modelos em poses lascivas; **e)** Relacionamentos homossexuais; **f)** Indumentárias transparentes, permitindo visualizar partes íntimas do corpo.¹²

Ora, como a revista poderia ser dirigida ao público masculino e ao público em geral? A medida causou indignação nas redações. Para completar, proibia seios totalmente à mostra com orientações pormenorizadas. “*A exposição deve abranger um seio apenas, estando o outro visível ou não, mediante qualquer recurso técnico (tecido, espuma de sabão, flanco, corte, escurecimento etc.)*”.¹³ Quanto às nádegas, a circular dizia: “*a exposição deve ser diluída através dos recursos técnicos supracitados ou outros equivalentes*”.¹⁴ As ordens eram repassadas pelo chefe da Censura Federal de São Paulo, José Vieira Madeira, identificado como Doutor Madeira.

Era ele quem fazia a censura prévia de textos e fotos e passava as ordens vindas de Brasília, como por exemplo, em ocorrência de palavrão nos textos. Ao que ele dizia: “*Está merecendo atenção especial do Ministério da Justiça e deve ser eliminado, mesmo que aparentemente haja ‘encaixe’ dentro da situação focalizada*”.¹⁵ Depois de levantadas as contradições da circular, as revistas poderiam mostrar apenas um seio por ensaio de nu fotográfico. A medida virou chacota nas redações das revistas como “*cota de um seio só*”. Neste rebuliço, surgia a nova *Portaria 1.563*, expedida pela diretoria-geral do Departamento da Polícia Federal, em 19 de dezembro de 1977, ratificando as exigências da *Portaria 209*:

Art. 1º - As revistas devem apresentar, para verificação prévia, a matéria a ser divulgada, só poderão ser distribuídas aos postos de venda ou encaminhadas aos seus assinantes, embaladas em material plástico resistente, hermeticamente fechado, em que conste, em uma das faces, a inscrição: “*VENDA PROIBIDA PARA MENORES DE 18 ANOS*”.

Parágrafo único: Os exemplares distribuídos ou expostos à venda ou ao público em desacordo com o estabelecido nesta portaria ou apresentados em embalagens com sinais evidentes de violação, ficam sujeitos a apreensão.

Tal medida entrou em vigor em 1º de janeiro de 1978. Já em 10 de abril de 1979, é publicada, pelo diretor-geral de Polícia Federal Moacyr Coelho, a *Portaria n.º. 319*. A norma previa que as revistas fossem vendidas em embalagens plásticas fechadas, “sem serem opacas”, como dizia:

Art. 1º - A circulação e a venda, no território nacional, de livros e impressos que exteriorizem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes, só poderão ser feitas se os mesmos estiverem embalados em material plástico resistente, hermeticamente fechado, em que conste em uma das faces a inscrição “VENDA PROIBIDA PARA MENORES DE 18 ANOS”.

Revogava-se então, o artigo 6º da *Portaria n.º. 209*, de 16 de abril de 1973, que abolia embalagens opacas, resistentes e hermeticamente fechadas. As revistas só poderiam ser vendidas em livrarias e editoras e “vedada sua exposição e venda em bancas de jornais e revistas”. Em 28 de agosto de 1979, acaba a censura no país e é decretada a *Lei da Anistia* (Lei n.º. 6.683), assinada pelo presidente João Baptista Figueiredo (1918-1999). Mesmo com a anistia, o Departamento de Censura Federal ainda exercia seu controle aos meios de comunicação no que dizia respeito à moral e aos bons costumes.¹⁶

Em 1980, são liberados os nus frontais nas revistas masculinas. A capa de abril com a atriz Lucélia Santos foi o marco da *Playboy*. No mesmo mês, a *Status* lançava seu n.º 69, numa alusão mais que pertinente à posição sexual. “*Grátis um baralho para você comemorar com Status o n.º. 69*”, dizia sua capa.¹⁷ Todas as cartas do baralho com fotos de mulher pelada. Sobre a proeza, chamava o leitor a ver “*As melhores mulheres, agora sem censura*”. Já a *Ele Ela* n.º. 133, de maio, anunciava na sua capa “*sem censura*”, as “*garotas sensacionais Zélia Toledo, Roberta, Mônica*”.¹⁸

No mesmo mês, a *Playboy* também chamava os leitores para a novidade do nu total. “*Playboy realiza mais um desejo seu: as aeromoças como você sempre sonhou: completamente nuas*” e “*a pedidos a volta triunfante das favoritas dos leitores, agora sem censura*”.¹⁹ Segundo Lapeiz, a *Ele Ela* foi quem primeiro publicou o nu frontal, esgotando sua edição em 48 horas e multiplicando sua edição mensal de 170 mil para 420 mil exemplares. Justamente na edição de agosto de 1980, a *Ele Ela* destacava tal feito, anunciando “*Tiragem desta edição RECORDE: 420.000 exemplares*”.²⁰

A ausência da censura era festejada também na sua edição n.º. 137, de setembro: “*4 gatas sem censura*”.²¹ A *Status*, também destacava o nu completo na edição de outubro dizendo: “*Esta é Cristina, a verdadeira morena brasileira (de corpo inteiro a partir da página 58)*”.²² Assim, mais uma onda de repressão do sexo no jornalismo de revista foi vencida. Em 16 de junho de 1982, o Departamento da Polícia Federal revoga as *Portarias n.º. 209, 1.563 e 319* com a publicação da *Portaria n.º. 577*. No entanto, com ressalvas:

II - Os responsáveis pelas publicações que divulguem temas considerados contrários à moral e aos bons costumes, bem como, atentem contra a segurança nacional e os direitos e garantias individuais, serão penalizados, pelos abusos cometidos, nos termos da legislação vigente. (Moacyr Coelho)

Ele Ela, nº. 133, de maio de 1980, quando enaltecia a liberação do nu frontal com um “*sem censura*” e, alardeando o fim da censura, a *Playboy*, de maio de 1980, com as mulheres “*completamente nuas*”.

Conclusão

Depois desses acontecimentos muito aconteceu com as publicações que tratam de sexo numa dicotomia nos gêneros. Para Foucault, “de um modo geral, todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal)”.²³ Vê-se que em toda a vigilância por parte do Estado, num quadriculamento social com homens hedonistas, mulheres promíscuas, homossexuais pervertidos. Daí, toda normatização moral e jurídica. No que incorreu o dispositivo de mais uma portaria e mais outra, mais outra.

Tantas quantas fossem possíveis para evitar a disseminação da “peste”, como abaliza Foucault. Segundo ele, as cerimônias, os rituais, as marcas pelas quais se manifesta no soberano o mais-poder são inúteis. Há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio, a diferença. Pouco importa quem exerce o poder. “Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a máquina”.²⁴ Era em nome da vigilância de atos, exposição, desenho, pintura, distribuição ou qualquer objeto obsceno que o discurso repressor se propagava. Ora, mas o que seria obsceno?

Segundo Havelock Ellis, obsceno é uma corruptela do vocábulo *scena*, e seu significado literal é “fora de cena”, ou seja, aquilo que não se apresenta normalmente na vida cotidiana. “Cometer uma obscenidade é colocar em cena algo que deveria estar fora dela. É transgredir. Nessa ambigüidade (ou ambivalência) - fora de cena/dentro de cena - se funda o conceito de obsceno”.²⁵ Enfim, o proibido não-dito ou mal-dito pelos censores a todo tempo estava ali no discurso: o sexo.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Jornalista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciências da Comunicação em Jornalismo e Linguagem pela ECA/USP e doutor em Ciências da Comunicação na área de Estudo dos Meios e da Produção Mediática pela ECA/USP. Foi professor de jornalismo das Faculdades Integradas Rio Branco (Firb) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisador na área de jornalismo e sexualidade, relações de gênero, comportamento, filosofia e história do jornalismo.

¹ COSTELLA, Antônio F.. O Controle da Informação no Brasil. Petrópolis: Vozes Limitada, 1970, p. 134.

² *Ibid.*, p. 136.

³ Realidade, nº. 10, janeiro de 1967.

⁴ Ele Ela, maio de 1969.

⁵ CONY, Carlos Heitor (2000). Para Não Dizer que Não Falei Contra a Censura. Observatório da Imprensa, 26 de novembro de 2000. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/atualiza/artigos/qtv261120005.htm>. Acessado em 13 de abril de 2003.

⁶ MATTOS, Sérgio (1996). O Controle nos Meios de Comunicação: a história da censura no Brasil. Salvador, Edufba. <http://www.sergiomattos.com.br>. Acessado em 24 de abril de 2001.

⁷ Costella, op. cit. p. 143.

⁸ *Ibid.*, p. 144.

⁹ *Ibid.*, pp. 144-145.

¹⁰ Lampião, nº 0, 1978, p. 6-8

¹¹ SIMÕES, Inimá. Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 194.

¹² *Ibid.*, p. 194.

¹³ *Ibid.*, p. 194.

¹⁴ *Ibid.*, p. 194.

¹⁵ Censura Temia que Erotismo Derrubasse Ditadura Militar. Deontologia Jornalística. Gazeta Mercantil de 03 de agosto de 2001. <http://www.deontologijornalistica.hpg.ig.com.br/texto6.htm>. Acessado em 24 de setembro de 2005.

¹⁶ O Departamento seria extinto com a promulgação da Constituição de 1988. Em junho de 1998, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, foi extinto o cargo de censor.

¹⁷ Status, nº. 69, abril de 1980.

¹⁸ Ele Ela, maio de 1980.

¹⁹ Playboy, maio de 1980.

²⁰ LAPEIZ, Sandra Maria e MORAES, Eliane Robert. O que é Pornografia. São Paulo, Brasiliense. 1984, pp. 69-70.

²¹ Durante a pesquisa, não encontrei as edições nº 131 e nº 132 de março e abril de 1980 da Ele Ela para constatar a afirmação de Lapeiz (1984: 69-70) sobre o primeiro nu frontal atribuído à Ele Ela. Inclusive o aumento da tiragem mensal de 170 mil para 420 mil da Ele Ela só aconteceu no nº 136, de agosto de 1980.

²² Status, outubro de 1980.

²³ FOUCAULT, Michel. Vigia e Punir. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 165.

²⁴ *Ibid.*, p. 167.

²⁵ Apud ABREU, Nuno Cesar. Olhar Pornô: a representação do obsceno no cinema. Campinas: Mercado de Letras, 1996, p. 18

NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA

*Heloisa de Faria Cruz**
*Maria do Rosário da Cunha Peixoto***

Resumo

O artigo problematiza usos correntes que historiadores fazem da imprensa como fonte de pesquisa e propõe avançar na discussão de um repertório de procedimentos teórico-metodológicos para o seu tratamento. Entendendo a imprensa como força social ativa propõe a reflexão sobre sua historicidade a cada conjuntura estudada. Sugere um roteiro e procedimentos metodológicos que busquem articular a análise de qualquer jornal ou material da imprensa periódica que se estude ao campo de lutas sociais no interior do quais se constituem e atuam.

Palavras-chave

Imprensa e história; Imprensa como fonte; imprensa e linguagem; História da Imprensa

Abstract

This article raises questions about the current uses of the press as a source of research by historians and aims to advance the discussion about theoretical and methodological procedures in its treatment. Looking at the press as an active social force suggests a careful analysis of its historical nature in each frame of study. The article suggests some methodological procedures as a way to bind the analysis of any newspaper or others publishing materials at study to the field of social struggle within which it is build up and acts.

Keywords

Press and History; Press as a historical source; Press and language; Newspaper History

A importância crucial dos meios de comunicação na atualidade faz da reflexão sobre a comunicação social um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Sistemas de satélites e cabos, novas tecnologias e redes de informação, a comunicação sem fio e digital, televisão aberta e a cabo, rádio, computador, celular, jornais, revistas, sites blogs, emails, chats, torpedos, sinalizam o grande emaranhado de tecnologias, artefatos e mensagens que invadem nosso cotidiano configurando as redes de comunicação e informação que se organizam na atualidade e que se impõem para a reflexão nas diferentes áreas de pesquisa e ensino.

Particularmente em relação à imprensa, é fácil constatar que seu uso, faz algum tempo, encontra-se disseminado nos ambientes de trabalho das ciências sociais e das humanidades. Nas diversos campos de pesquisa, da comunicação à semiótica, da crítica literária à educação, a imprensa aparece como fonte e também como objeto de pesquisa. Nos diversos níveis de ensino e em diversas áreas, a imprensa transforma-se, de forma crescente, em suporte didático-pedagógico na sala de aula. Professores de português e literatura buscam em textos da imprensa um espaço para aprendizagem de uma norma escrita mais viva e atual do que a dos clássicos; na geografia busca-se uma compreensão do espaço mundial globalizado mais atualizada, nas ciências sociais os temas do tempo presente.

Também na área da História, no ensino e na investigação sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da Imprensa hoje está cada vez mais generalizada. E, sem dúvida, tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade. Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar.

Tais deslocamentos em relação às perspectivas teórico-metodológicas, – ao ampliar o universo das fontes históricas, e ao colocar a habilidade em lidar criticamente com as mesmas no centro da formação do professor/pesquisador de história, – vêm ganhando terreno e, para além de penetrarem nas discussões mais acadêmicas nos cursos de graduação e pós-graduação, tornam-se visíveis inclusive nos parâmetros e diretrizes curriculares para o ensino básico.

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, propostos pelo MEC em 1998, indicam que:

“Metodologias diversas foram sendo introduzidas, redefinindo o papel da documentação. A objetividade do documento – aquele que fala por si mesmo – se contrapôs sua subjetividade – produto construído e pertencente a uma determinada história. Os docu-

mentos deixaram de ser considerados apenas o alicerce da construção histórica, sendo eles mesmos entendidos como parte dessa construção em todos seus momentos e articulações. Passou a existir a preocupação em localizar o lugar de onde falam os autores dos documentos, seus interesses, estratégias, intenções e técnicas. Na transposição do conhecimento histórico para o nível médio, é de fundamental importância o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, análise, contextualização e interpretação das diversas fontes e testemunhos das épocas passadas - e também do presente. Nesse exercício, deve-se levar em conta os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e suportes através dos quais se expressam¹⁷.

Assim também, as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação de História, ao discutir as transformações da área e seus desdobramentos para o ensino na graduação, propõe a manutenção da especificidade da área, cuja definição se daria:

“pela forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época”¹⁸

Embora ainda permeados por termos tais como *transposição do conhecimento, competências e habilidades* que denotam uma compreensão ainda bastante hierarquizada da relação entre o saber histórico e o ensino, tais parâmetros e diretrizes avançam significativamente nas proposições sobre fontes históricas e sobre a formação do historiador.

Assim, é neste processo de ampliação de nossa compreensão sobre as fontes que os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente a imprensa como documento de pesquisa e material didático para o ensino. Nesse período, a imprensa periódica, seja nas suas variedades históricas e de veículos, grandes jornais diários, jornais regionais e locais, revistas nacionais, revistas de variedades, culturais, especializadas ou militantes, gibis, jornais alternativos ou de humor; seja em suas diferentes partes e seções, como editoriais, noticiário corrente, carta de leitores, seção comercial, artigos assinados; ou ainda, nos diversos gêneros e linguagens que se articulam nos veículos, como artigo de fundo ou editorial, a notícia e a reportagem, as crônicas, críticas e ensaios, as cartas e pequenos comentários, a fotografia, o desenho e a charge, o classificado e o anúncio comercial - tem sido amplamente utilizada na pesquisa acadêmica e no ensino de história.

A questão é: se temos avançado na diversificação dos materiais com os quais trabalhamos, e neste movimento temos incorporado fortemente a imprensa em nossas pesquisas e atividades de ensino, parece que temos avançado pouco naquela outra dimensão de que falam os parâmetros e diretrizes, ou seja, na formação específica que prepare os

profissionais da área para o trabalho de crítica histórica desses materiais. A dificuldade maior parece ser a de que, com relação à imprensa, diferentemente de outros materiais tais como depoimentos orais e a fotografia, temos conversado pouco sobre procedimentos teórico-metodológicos.

“Manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana”, “material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” são alguns dos qualificativos sobre a utilidade da imprensa para a pesquisa histórica que se espalham pelos trabalhos e que, de certo modo, têm contribuído para naturalizar certas formas de uso. Quando estes materiais são utilizados como fontes em nossas atividades de pesquisa e ensino, na maioria das vezes, a sensação que fica é a de que aparecem como objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem. Uma avaliação mais próxima indica que, para além das advertências introdutórias sobre o caráter ideológico do discurso da imprensa, de seu comprometimento com os interesses imediatos de proprietários e anunciantes, temos avançado pouco na discussão e afirmação de um repertório de procedimentos metodológicos para o seu tratamento.

No uso corrente em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa. Assim, por exemplo, notícias sobre os movimentos sociais ou sobre greves veiculadas por algum jornal da grande imprensa ou revista semanal no período da ditadura, são dali deslocadas e imediatamente articuladas à produção de uma narrativa sobre como ocorriam os movimentos naquele período.

Consideramos importante indicar as preocupações que nos motivaram a escrever este artigo: a prática profissional de lidar com a formação de pesquisadores e professores e com os desafios do ensino e pesquisa em história, continuamente, nos levou à indagação sobre usos que os historiadores fazem da imprensa em seu trabalho no cotidiano de sua oficina e a propor contribuições para este percurso.

I. Imprensa, Capitalismo e História Social

Como indicado anteriormente, a imprensa, nas suas diversas formas contemporâneas, aparece como um artefato corriqueiro em nossa vida cotidiana. O problema é que a busca por explicações sobre o fato de a imprensa haver se tornado uma instituição central da vida moderna muito freqüentemente traduz-se numa visão da história da imprensa que procura as origens e os traços gerais de sua evolução.

Nesta versão, a história da imprensa é contada numa perspectiva linear que parece traçar uma reta de continuidade que une Gutenberg aos grandes conglomerados jornalísticos do presente. E mais: contada desse modo, a história da imprensa e dos meios de comunicação apresenta-se como momento derivado e paralelo, quando não, meramente acessório da grande história política ou social de nosso tempo.

Questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e da lutas por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica.³ Propomos que é no interior de um processo histórico, que a cada desafio reinventou o mercado como centro da vida social e, que sob a égide do capital costura a hegemonia burguesa sobre os modos de vida, é que se pode indagar sobre a especificidade histórica de suas diversas temporalidades: desde os impactos da prensa de Gutenberg e dos primeiros jornais modernos na formação de uma esfera civil pública nas sociedades burguesas emergentes⁴ até o processo de concentração dos meios de comunicação que vêm formando poderosos conglomerados midiáticos, com enorme poder econômico e político, decisivos para o atrofamento do espaço público e democrático na contemporaneidade.

É claro que esta perspectiva teórica de considerar a imprensa em sua historicidade, não perdendo de vista suas articulações mais amplas com a história do capitalismo se estabelece como princípio norteador e ponto de partida da pesquisa.

Não se trata, convém repetir, de numa perspectiva linear, pensar a história da imprensa como um longo percurso em direção a um tempo mais democrático e, portanto, a uma gradativa e inexorável ampliação da esfera pública, pois o tempo longo dessa história se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura. Metodologicamente, também não se trata de a cada análise de uma publicação específica voltar às origens ou as linhas gerais da articulação da imprensa ao processo de formação da sociedade burguesa. Implica, sim, em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social.

II. Imprensa, Linguagem e Fonte

Como lembramos anteriormente, entre nós, já vai longe o tempo em que uma compreensão positivista das evidências descartava a imprensa como fonte “fidedigna” e a olhava com desconfiança questionando sobre sua parcialidade e engajamento. De há muito, acertamos que o passado não nos lega testemunhos neutros e objetivos e que todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui.

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Como indica Raymond Williams em seu artigo sobre a imprensa popular inglesa, uma abordagem corrente entre nós historiadores, cientistas sociais e estudiosos da comunicação é aquela que faz da história da imprensa um campo isolado, que se referencia a si mesmo, sem buscar as conexões e vínculos não só com a história de outras formas de comunicação, mas também com a história social mais ampla como, por exemplo, os movimentos políticos e sociais, as conjunturas e processos econômicos, e os movimentos e formações culturais às quais as formas históricas da imprensa se articulam de modo mais específico.⁵ Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. Também não se trata de ir atrás de uma representação do mundo que se articula fora do veículo e aí se clarifica, ou mesmo, de buscar uma ideologia construída pela classe dominante e que aí ganha visibilidade. Como propõe Laura Maciel trata-se, em primeiro lugar, de “em nossa prática de pesquisa não [tomar a imprensa] como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais.”⁶ Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não

só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito freqüentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos⁷. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o *fazer imprensa* a cada momento histórico.

Indique-se também que jornais e revistas tais como os conhecemos são artefatos da modernidade e, no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas.

Neste ponto interessa destacar que na configuração histórica assumida pela Imprensa, em diferentes conjunturas e com articulações históricas diversas, desde o século XIX, agindo como força ativa na constituição dos processos de hegemonia social, os jornais e revistas atuam:

- No fomento á adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação;
- Na articulação, divulgação e disseminação de projetos, idéias, valores, comportamentos, etc.;
- Na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social;
- Pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento;
- No alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade ;
- Na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo;
- Na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas.

Os aspectos acima discriminados apontam para a abrangência do campo de ação da imprensa, afirmam a força de sua intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural na sociedade moderna. Em decorrência nos advertem contra visão reducionista da imprensa como mero instrumento de comunicação e evidenciam a importância

de empreendemos a crítica ao tratamento teórico e metodológico que lhe vem sendo dado pela grande maioria das atividades pedagógicas e de pesquisa, inclusive na oficina do historiador. Percorrer o caminho inverso, aceitando o desafio de produzir uma análise que busque surpreendê-la na complexidade de suas articulações e desfazer o mito de sua objetividade, supõe uma atitude crítica frente à memória por ela instituída e fazer emergir de nossos trabalhos outras experiências, vozes e interpretações, que dêem visibilidade a outras histórias e memórias. Retomando as preocupações que nos motivaram a escrever este artigo, propomos como contribuição para este percurso uma espécie de roteiro de análise.

III Conversas sobre imprensa: desconstruindo mitos

Como indicado acima, a primeira coisa é lembrar que os materiais da imprensa não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico no decorrer de toda pesquisa desde a definição do tema à redação do texto final. A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

Uma primeira lembrança é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa - um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta na hemeroteca, cartas aos leitores - sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas à como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição?

Qualquer proposta de atividade de pesquisa com a imprensa - realizar o que denominamos sondagem inicial, análise preliminar ou exploratória de fontes com vistas a elaborar um projeto de pesquisa, proceder à análise mais aprofundada do conjunto documental já delimitado, fazer a escolha de referências para a redação final, - implica na observação

de alguns procedimentos articulados entre si, que, compondo um percurso de análise, não devem ser confundidos com um modelo composto por fases progressivas.

A. Identificação do Periódico

Seja na preparação de uma unidade trabalho em sala de aula, seja na definição de um tema de projeto para monografia ou TCC, dissertação de mestrado ou tese de doutorado, a aproximação inicial com a imprensa pode se dado por vários caminhos. Às vezes somos atraídos por uma notícia esparsa, uma referência a um jornal ou uma revista feita por um autor ou mesmo uma indicação de um professor ou orientador.

Neste primeiro momento (e em todo o transcorrer da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua *sensibilidade de leitura* frente à materialidade histórica por ela assumida. Antes é preciso organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, o que implica em anotar seu título, subtítulo, datas limites de publicação, periodicidade e a classificação de acesso na instituição ou acervo em que se desenvolve a pesquisa. Já este processo inicial de identificação pode nos fornecer inúmeras pistas sobre a proposta geral da publicação. Títulos e subtítulos funcionam como “manchetes”, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No que se refere às publicações de maior circulação e estrutura que denominamos grande imprensa, os títulos para além de indicarem uma pretensão quanto a sua autoridade e representatividade - em nome de quem ou de quais setores fala - geralmente indicam também uma pretensão de abrangência. Assim sabemos que ao assumir o título de *Jornal do Brasil* o jornal carioca, quando foi lançado, por estar falando da então capital federal, anunciava uma pretensão editorial de, ao constituir-se como porta voz da sociedade civil e articulador de questões nacionais, atingir uma repercussão em todo o país. Diferentemente, o *Diário de São Paulo*, já de início, assume falar para e na defesa dos paulistas.

Na imprensa mais especializada, as ligações entre títulos e subtítulos e o projeto editorial geralmente são mais diretas. Exemplos deste procedimento podem ser percebidos seja na imprensa operária em títulos como *A voz do Trabalhador*, *O Amigo do Povo*, *O Grito dos Pobres*, *O Trabalhador Gráfico*, *Tribuna Metalúrgica*, *O Sindiquim*; ou na imprensa feminina, *Revista Feminina*, *Mensageira*, *Cláudia*; ou na imprensa negra, *A Raça*, *Voz Da Raça*, *Fala Negão Fala Mulher*; ou ainda na de humor, *O Diabo Coxo*, *A Manha*, *A Tesoura*, entre outras. Assim também os subtítulos, na maioria das vezes trazem indicações valiosas sobre quem fala e para quem almeja falar determinada publicação - jornal dedicado ao belo sexo, jornal das famílias, jornal da construção civil, - e, também, sobre a natureza do conteúdo que pretende articular em seu projeto - folha literária, semanário

científico, noticioso e de humor, jornal de notícias. Desta maneira, seja na pesquisa em um único periódico, seja em um conjunto de publicações de uma época, o pesquisador consegue inúmeras pistas para sua reflexão sobre aquelas fontes já no relacionamento de títulos e subtítulos e na indagação sobre os significados que anunciam.

B. O Projeto Gráfico/Editorial

Ao iniciar sua análise, folheando alguns números estratégicos do jornal ou revista, é importante atentar para a composição do projeto gráfico/editorial daquela publicação.

A análise do projeto gráfico volta-se para a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico como, por exemplo, a localização e extensão que ocupam, as funções editoriais a elas atribuídas e por elas desempenhadas, seus modos de articulação e expressão:

- as capas e primeiras páginas: funcionam como vitrine da publicação que, por meio de “chamadas” de matérias, fotos, manchetes e slogans, indicam ênfase em determinados temas e questões;
- partes e cadernos: propõem uma diferenciação, hierarquização e ângulos de abordagem dos conteúdos
- cadernos especiais e suplementos: indicam a emergência de ou novos campos temáticos, a secundarização de conteúdos ou ainda a abertura de espaço para interesses de grupos específicos;
- edições comemorativas: indicam movimentos explícitos de produção e atualização de memórias;
- seções diversas: editoriais, parte noticiosa e reportagens, artigos da redação, carta de leitores, anúncios denotam uma articulação específica dos “conteúdos” ao projeto gráfico/editorial;
- colunas fixas assinadas: geralmente identificam a recorrência de uma ótica e abordagem e/ou privilegiamento de temas e de vozes autorizadas;
- manchetes, colunagem, frisos, legendas: organizam e destacam conteúdos e propõem uma maneira de ler;
- Iconografia: ilustrações, fotos, caricaturas, charges, desenhos, gráficos que, buscando traduzir a posição editorial em outra linguagem, podem reforçar, complementar, extrapolar e, por vezes, entrar em tensão com a abordagem da parte textual.
- principais anunciantes, publicidade e seus espaços: indicam a articulação da publicação com determinados interesses empresariais e comerciais naquela conjuntura.

Com esta primeira leitura e com a sensibilidade que estas questões encaminham, trata-se também de olhar para algumas outras dimensões da publicação, relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem, a saber:

- proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico. Aqui não se trata de uma análise meramente formal que identifica nomes de proprietários e de principais anunciantes, pois entendemos que o processo de constituição de tais grupos enquanto grupos editoriais não é exterior, nem anterior ao movimento de produção do próprio periódico. É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. Essa compreensão torna pertinente perguntar *quem fala* e com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças. Permite também refletir sobre a configuração interna de poder da empresa, relações de hierarquia, colaboração e mando entre proprietários e trabalhadores da imprensa;
- condições técnicas: tecnologias de produção e impressão, organização da redação e sucursais, e serviços de apoio que remetem às condições técnicas de produção da publicação;
- tiragem, preço e formas de venda e distribuição: levam à análise sobre as formas de distribuição e ao âmbito de circulação da publicação. Aqui a análise volta-se para a discussão dos públicos leitores, espaços sociais e redes de comunicação que se constituem na atuação do periódico.

Há de se ter o cuidado de não transformar este estudo e os números sobre tiragens e preços em dados formais e quantitativos. Assim, por exemplo, se uma grande tiragem geralmente indica uma publicação com penetração significativa e forte estrutura comercial, uma tiragem menor não identifica imediatamente uma publicação com fragilidade comercial, podendo ser indício de sua especialização ou de sua atuação num âmbito social mais delimitado e restrito.

O estudo dos públicos leitores remete aos sujeitos e ao campo de sentidos, no qual atuam: leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de forças. Indique-se que a análise dos públicos leitores, assim concebida, não se confunde com o estudo individual do leitor ou da leitura. Indícios e pistas fornecidas pelas tiragens e formas de distribuição do jornal, se articuladas às indagações sobre as marcas da presença dos interesses, valores e perspectivas desses grupos na configuração

do projeto editorial, remetem ao diálogo constante com o universo social e ao campo de forças constituído pelo público leitor. Este diálogo ocorre num campo de pressões recíprocas: no mesmo movimento, a imprensa busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor. Este, por sua vez, constitui uma das pressões constantes a que está sujeita qualquer publicação e que, portanto, incide sobre seu projeto editorial.

- espaços de distribuição e circulação do jornal ou revista, estados, cidades, bairros, bancas, clubes de leitura, lista de assinantes, sindicatos, escolas, permitem problematizar os ambientes e usos sociais destes periódicos e as redes de comunicação que propõe e ajudam a conduzir.

B-1 Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político

No aprofundamento da compreensão do projeto editorial do periódico, isto é, no estudo de sua atuação na conjuntura trata-se de verticalizar a análise, o que implica, forçosamente, numa leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica. Mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado. Trata-se de desenvolver uma *sensibilidade de leitura* que, superando a barreira da ideologia da objetividade e da imparcialidade, surpreenda posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura. Nessa perspectiva, situa-se o cuidado de não lidar com caracterizações generalizantes - tal jornal é liberal-conservador, o outro é populista - construindo categorias estáticas que atravessam toda a história de uma determinada publicação, por vezes abarcando séculos, como é o caso da qualificação de liberal-conservador atribuída ao jornal *O Estado de São Paulo*, obstruindo a compreensão histórica dos significados de uma posição liberal-conservadora em cada momento ou conjuntura histórica das lutas sociais.

Nas conjunturas em estudo, a identificação de campanhas gerais e posições políticas defendidas pelo periódico, assim como de questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública remetem a correlação de forças e ao campo das lutas sociais do momento. Trata-se, no entanto, de enfrentar a discussão sobre as mesmas, de forma articulada e simultânea, visando à apreensão do processo de intervenção da publicação naquela conjuntura. Por considerá-las dimensões articuladas da composição do projeto editorial, a indicação destas questões como aspectos da análise tem como objetivo tão somente facilitar o caminho da leitura teórico-metodológica da publicação em estudo.

Assim destacamos:

- intervenções na agenda pública - questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza para a agenda pública indicam o movimento político e posicionamentos na conjuntura, a costura de alinhamentos sociais e políticos, a negociação de pactos, indicam também como o periódico delimita o mundo e constitui e mobiliza para uma leitura de realidade;
- campanhas gerais e posições políticas explícitas – remetem ao campo mais imediato e explícito, por vezes mais localizado e temático, das intervenções e mobilizações propostas pelo veículo.

No movimento de construção de seu projeto editorial, cabe afinal indagar de que modo o periódico constrói sua perspectiva histórica, propõe um diagnóstico da realidade social em um dado processo e conjuntura, como se posiciona no campo da memória social, isto é, de que forma e com que referências articula passado/presente/futuro. Como concebe o tempo e o periodiza? A partir de que lugar social propõe marcos, datação e calendário social? Que expectativas coloca para o tempo que virá? Indica o que deve ser preservado do passado, e o que deve ser relegado modificado ou esquecido?

IV ROTEIRO DE ANÁLISE DA IMPRENSA PERIÓDICA

Na análise de “conteúdos” os itens a seguir devem ser considerados como dimensões simultâneas e articuladas, não sendo tomados como etapas que possam sugerir hierarquização e seqüenciação.

I. Identificação do Periódico

Título:

Subtítulo:

Datas-Limites da publicação:

Periodicidade:

Classificação na Instituição:

II. Projeto Gráfico/Editorial

A. Projeto Gráfico

Propõe indagar sobre a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico; as formas de hierarquização, relacionamento e ênfase dos temas e conteúdos; a localização e extensão das seções e partes, as funções editoriais

a elas atribuídas e por elas desempenhadas assim como seus modos de articulação e expressão:

Capas e Primeiras Páginas

Partes e Cadernos

Cadernos Especiais e Suplementos

Edições Comemorativas

Seções:

Colunas Fixas e Assinadas

Iconografia: ilustrações, charges, desenhos, gráficos

Manchetes, Legendas, Colunagem e Frisos

Anúncios e Publicidade

B. Produção e Distribuição

Propõe indagar sobre algumas outras dimensões da publicação relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem. Os grupos produtores remetem às forças sociais que conduzem a publicação e suas condições de produção. A análise das referências sobre circulação e distribuição propõe a reflexão sobre públicos leitores e redes de comunicação.

B.1. Grupos Produtores

Proprietários, Diretores, redatores e colaboradores

Condições Técnicas: tecnologias de produção e impressão, organização da redação e sucursais e serviços de apoio

B.2. Circulação e Distribuição

Tiragem, Preço e Formas de Venda e Distribuição

Espaços de Circulação e Distribuição

I. Projeto Editorial: Movimentação e Posicionamento Político na Conjuntura

Propõe o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio de uma leitura mais detida e cuidadosa de seus “conteúdos”, problematizando o movimento do jornal enquanto força ativa - atenta às questões, sujeitos sociais, espaços e temas que prioriza na agenda pública - naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.

- Intervenções na Agenda Pública
- Principais Temas e Campanhas Gerais
- Posicionamentos Políticos Explícitos
- Perspectiva Histórica; Construção de Temporalidade; constituição de Sujeitos Sociais, proposta de alinhamentos e negociação de pactos políticos.

A análise proposta nos procedimentos e roteiro aqui apresentados coloca ênfase na leitura e problematização da própria publicação selecionada na pesquisa. Diferentemente de abordagens correntes na análise da imprensa que iniciam sua aproximação a estes materiais com questões exteriores à publicação, nossa proposta remete a um enfrentamento que se inicia no jornal e o tem como ponto de partida para a compreensão da conjuntura. Nos procedimentos propostos naquela visão de análise privilegiam-se indagações e explicações formuladas fora do jornal ou revista, remetendo a um contexto pronto, que lhes é anterior e exterior ou que se apresenta como pano de fundo da análise da publicação. Neste movimento concretiza-se, nos procedimentos metodológicos, a postura teórica que faz da imprensa um momento derivado, expressão ou reflexo de uma realidade já dada.

Ao iniciarmos a análise pela publicação, propõe-se justamente apreender seu espaço de articulação na configuração de uma determinada conjuntura e os fios que a remetem para outras dimensões e que constituem a historicidade daquele tempo - a historicidade da publicação e da conjuntura simultaneamente. O estudo da imprensa, assim como de quaisquer outros materiais selecionados pelo historiador, não se esgota nela mesma e requer o diálogo com outras fontes que colocam em cena outros sujeitos ou práticas sociais, outras dimensões daquela temporalidade. Como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sob normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa. Fontes como a legislação geral sobre direitos de comunicação e expressão, sobre propriedade e controle dos meios de comunicação, sobre classificação de conteúdos, censura, direito de imagem e responsabilidade editorial além de ajudar a ampliar a visibilidade dos fatores que compõem a cena histórica, podem, é claro, ajudar a aprofundar a compreensão da atuação do jornal ou revista. Como indica Darnton, o primeiro espaço de constituição e diálogo de uma publicação é o próprio campo da imprensa, no qual o órgão tece alianças, enfrenta disputas e constitui identidade⁸. Assim o recurso a outras publicações da imprensa periódica - outros jornais da grande imprensa quando a análise recai sobre um órgão da grande imprensa, ou de campos que lhe fazem oposição, neste caso, por exemplo, a imprensa alternativa ou sindical - constitui referências para a percepção do campo maior das disputas e da rede de comunicação no interior da qual aquela publicação atua.

Como indicou Williams anteriormente, não se pode fazer da história da imprensa um campo isolado, que se referencia a si mesmo.⁹ Em cada caso é a problemática de pesquisa que sugere a busca das conexões e vínculos não só com a história de outras formas de comunicação, mas também com a história social mais ampla. Não se trata de em qualquer tema e a cada momento propor uma análise que esgote todos os aspectos da realidade daquele tempo. Não se trata, pois, de querer saber tudo sobre tudo, ou tudo sobre alguma coisa. Na busca do aprofundamento da análise da conjuntura, a ampliação do corpo documental da pesquisa para outras fontes possibilita o diálogo com outras forças e práticas sociais do período em estudo.

A escolha de qual direção aprofundar na pesquisa - se mais diretamente a configuração do sistema político e partidário, se a dinâmica dos movimentos sociais, ou se os movimentos alternativos da cultura, ou as políticas econômicas e as relações internacionais - depende da problemática construída pelo pesquisador no percurso de toda a investigação desde a delimitação do projeto até a redação dos resultados.

O repertório de procedimentos aqui proposto têm preferencialmente em foco as publicações da chamada grande imprensa, - jornais, revistas e outros - que quase sempre têm fortes estruturas empresariais, grandes tiragens e visibilidade pública. Não se trata, no entanto, de reforçar posições difundidas no campo da história da Imprensa que privilegia quase que exclusivamente o estudo da chamada grande imprensa, e que neste movimento ignora, desqualifica ou secundariza o estudo da imprensa que não é grande.

A compreensão é a de que trazer o estudo da imprensa para o campo da História Social implica também em reconhecer o hegemônico com um processo em movimento o qual põe em causa a disputa em torno do popular. O campo da cultura é visto por Stuart Hall como o campo privilegiado de disputas, no qual a hegemonia burguesa se constitui, por essa razão, espaço privilegiado para tratar os limites dos conceitos de “cultura” e de “popular”. Depois de desconstruir o conceito pejorativo de “popular”, segundo o qual as classes populares aparecem passivas, facilmente manipuláveis ou, ainda, segundo o qual práticas e objetos são “populares” no sentido de que as massas os realizam, assimilam, consomem, Hall rejeita, igualmente, a noção de cultura popular como manifestações puras ou autênticas de uma tradição que sobrevive e da qual o povo é guardião. Associado ao termo cultura, o adjetivo popular refere-se à aliança de classes e de forças que constituem o campo dos oprimidos. Constituir-se em força contra o bloco no poder é, para o autor, a abertura histórica pela qual se pode constituir uma cultura genuinamente popular. Nesse caso o que conta, na perspectiva do autor, é a luta de classes na cultura ou em torno dela. Trata-se de buscar entender o processo por meio do qual as relações de dominação e subordinação - mutáveis e irregulares - são articuladas.¹⁰

Nesse caso, são aspectos da cultura popular os periódicos feitos por grupos ou classes que, *apesar* da padronização de culturas e modos de vida, querem na contracorrente das culturas e viveres dominantes, expressar seus próprios anseios com sua própria linguagem, e, desse modo se constituem como sujeitos. A imprensa que não é grande - local, regional, alternativa, popular, de resistência, nanica, radical - articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais. Ao lidar com estes procedimentos sugerimos que sejam articulados à problemática proposta e às formas históricas da imprensa no interior do campo de luta social no qual se engendram, seja ela a grande imprensa, a imprensa local ou regional, ou imprensa popular.

As perspectivas, teórica e política, que nos situam no tempo histórico do presente, têm como horizonte a crítica às versões autorizadas e o desafio de trazer à cena histórica a articulação de “*outras histórias*” que encontram nesse campo da imprensa espaço privilegiado para sua construção. Enfim, como já dissemos em outra ocasião:

trata-se de afirmar que o debate historiográfico que propomos deverá produzir memórias, dotando-as da mesma força do esquecimento ao qual estiveram relegadas, e dotar sua interpretação histórica de possibilidades de transformação deste presente no sentido da realização da utopia.¹¹

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

*

**

¹ Parecer do CNE/CES 492/2001.

² Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Graduação e História. MEC. 1998.

³ Para o desenvolvimento da perspectiva que concebe a imprensa no interior da história social como prática social ativa tem sido de grande importância as propostas dos trabalhos reunidos na coletânea *Revolução Impressa: A Imprensa na França 1775-1800*, organizada por Daniel Roche e Robert Darton. Logo na introdução da coletânea Darton enfatiza esta concepção quando propõe discutir a imprensa como ingrediente e força ativa na história na luta pelo domínio da opinião pública.

⁴ JURGEN, Habermans. *Mudança Estrutural da Esfera Publica: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁵ RAYMOND, Williams. The Press and Popular Culture: na historical perspective. In BOYCE, G, CURRAN, J. e WINGATE, P. (orgs). *Newspaper History*. London: Constable, 1978. Traduzido para este número da revista.

⁶ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In FENELON, Déa et ali. *Muitas Memórias, Outras Histórias*, São Paulo: Olho d'água, 2004. Pág.15.

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo:

EDUC/FAPESP/Arquivo do Estado, 2000.

⁸ DARTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Ver especialmente o capítulo5 “Jornalismo: toda notícia que couber agente publica”. Pp. 70/97.

⁹ WILLIAMS, Raymond. Op. cit..

¹⁰ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

¹¹ FENELON, Déa Ribeiro et alli. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo, Olho D'água, 2000. P.3.

VARRENDO A IMPRENSA: A ASCENSÃO DE JÂNIO QUADROS E O PERIODISMO PAULISTANO (1947-1951)

*Felipe Santos Magalhães**

Resumo

Pensado primordialmente como louco, esdrúxulo, esquisito e marcado pela renúncia, Jânio da Silva Quadros construiu uma rápida ascensão na política brasileira. Em apenas 13 anos saiu de uma simples vereança por um partido pequeno em São Paulo e chegou à Presidência da República apoiado pela UDN. Ao invés de se atribuir características pejorativas ao personagem, a intenção aqui é pensar sua trajetória política entre 1948 e 1951, onde através da construção de personagens e atento aos discursos do periodismo paulistano, Jânio Quadros mostrou uma imensa sensibilidade política e se aproveitou das fragilidades do um sistema político brasileiro entre 1945 e 1964.

Palavras-chave

São Paulo; Jânio Quadros; Imprensa; Política; Poder Legislativo.

Abstract

Primarily considered an insane, an extravagant and odd person, marked by his resignation, Jânio da Silva Quadros built a quick ascension in Brazilian politics. In just 13 years he emerged from a simple councilman, in a small party in São Paulo, and arrived to the Republic Presidency, supported by UDN. Instead of attributing pejorative characteristics to his person, our intention here is to think about his political trajectory between 1948 and 1951. In this period, through the construction of characters and the attention given to the discourses from São Paulo journalism, Jânio Quadros showed an immense political sensitiveness and took advantages of the Brazilian political system fragilities between 1945 and 1964.

Keywords

São Paulo; Jânio Quadros; Pres; Politics; Legislative Department.

Jânio da Silva Quadros construiu uma carreira política poucas vezes vista. No período entre 1947 e 1960, elegeu-se sucessivamente como vereador (São Paulo/SP), deputado estadual (SP), prefeito (São Paulo/SP), governador (SP), deputado federal (PR) e Presidente da República, sem perder nenhuma disputa. No entanto, quando se fala em Jânio, o primeiro evento a ser citado é o da renúncia. Em relação à política brasileira este fato ganhou contornos dramáticos e nos manuais de história é sempre comentado como o fato de maior destaque e relevância na sua trajetória.

Minha proposta é deixar de lado, por instantes, a renúncia e pensar como Jânio iniciou o processo de construção de sua figura política. Esta proposta se articula ao objetivo fundamental deste artigo; discutir como nos primeiros anos de sua trajetória política, Jânio assentou as bases principais do personagem que chegaria à Presidência da República em 1960. Para isto, se utilizou de um aliado fundamental: a imprensa periodista paulistana. Neste sentido, nosso período histórico se restringe ao período entre 1947 e 1951, quando passou pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).

Jânio Quadros era natural do antigo Estado do Mato Grosso, tendo nascido na cidade de Campo Grande em 25 de janeiro de 1917, coincidentemente o mesmo dia da fundação de São Paulo¹. Ainda menino, com apenas 1 ano de idade, mudou-se junto com sua família para Curitiba, onde realizou os estudos primários no Ginásio Paranaense². Gabriel Quadros, pai de Jânio, era médico e conseguiu empregar-se junto à Diretoria de Saúde Pública do Paraná. Com o triunfo do movimento de 30, transferiu-se com toda a família para a capital paulista, em virtude de ter lutado contra os revolucionários e ter sido demitido do cargo³. Após algumas idas e vindas do Dr. Gabriel e de sua família pela capital e pelo interior paulista, acabaram retornando à cidade de São Paulo e fixando, nesta, residência em definitivo. Mesmo com estas mudanças, o menino Jânio prosseguia seus estudos, e em 1933 foi matriculado no Colégio Arquidiocesano, onde já havia estudado anteriormente, e aí terminou o “curso de Humanidades”⁴.

Em 1935, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no famoso Largo de São Francisco. Este espaço se constituía num dos mais politizados da capital paulistana, principalmente pela presença do Centro Acadêmico XI de Agosto, responsável por grande série de atividades acadêmicas, das quais Jânio participou de muitas⁵. Em 1939, Jânio bacharelou-se em Direito pela tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, passando a atuar como advogado logo em seguida, pois montara um pequeno escritório de advocacia no centro de São Paulo⁶. Também passou a lecionar Português e Geografia⁷, nos “*renomados*” colégios Dante Alighieri e Vera Cruz⁸.

Após a queda do Estado Novo e a volta da normalidade à vida político-partidária brasileira, com a reorganização dos partidos ocorrida em 1945, Jânio filiou-se à UDN através do comitê de Vila Mariana. Como a legenda lhe foi negada para concorrer a vereador nas eleições municipais de 1947, para a formação da CMSP, optou por filiar-se ao PDC onde conseguiu candidatar-se⁹.

Contando com o apoio e o incentivo dos seus alunos do Dante Alighieri¹⁰ e dos pais deles disputou uma vaga na CMSP (CMSP) nas eleições de 1947, obtendo o número de votos suficientes para levar-lhe ao seu objetivo. Entre 1948 e 1950, Jânio exerceu seu mandato que, à princípio, só terminaria em 1951, mas renunciou ao cargo e tornou-se o deputado estadual mais votado de São Paulo.

A maior parte da produção acadêmica preocupada com o tema priorizou destacar os aspectos psicológicos e pitorescos do personagem ao invés de investigar as razões pelas quais Jânio Quadros teria passado como um meteoro pela política brasileira. Quero dizer que o foco não é o personagem em si, mas a relação estabelecida entre ele, os eleitores, a imprensa e o sistema político-partidário por exemplo. Um dos objetivos deste artigo é contribuir no sentido de oferecer novas possibilidades para o estudo da figura janista, através do início de sua carreira, onde entende-se já haver a presença dos traços singulares que o caracterizariam mais tarde.

Jânio representou um dos personagens mais visíveis dentro do período 1945-1964, sabendo trabalhar de forma eficaz sua imagem, através de uma pretendida identificação com as camadas trabalhadoras e parte da classe média conservadora paulistana, procurando opor-se firmemente ao tipo de político estampado claramente na figura de Adhemar de Barros, identificado como corrupto. É geralmente visto pelo senso comum, como um político tresloucado que se aproximava muito do esdrúxulo e do ridículo. Vários trabalhos que contemplam o tema se utilizam destes aspectos para lhe fazer referência. Acredita-se ter a historiografia dado maior ênfase a estes aspectos e relegado a segundo plano o processo de construção da figura janista.

O modo pelo qual Jânio pensava e tratava a política, geralmente, não foi trabalhado, como se ele não tivesse idéias de como a coisa pública deveria ser gerida. Pode-se afirmar que a maior parte dos historiadores e cientistas políticos inseridos nesta discussão caiu na velha visão liberal da ilusão do povo com a figura do Messias. Na maior parte das vezes deixou-se de levar em consideração que este político representou interesses de diferentes grupos sociais de São Paulo, fossem moradores do centro ou da periferia.

Vou trazer dois exemplos de como Jânio foi pensado. Francisco Iglésias em *Trajeto Político do Brasil*¹¹, onde na introdução afirma ter buscado *um texto a ser lido por qualquer pessoa culta, a ser citado também como um trabalho especializado com síntese*

de nível acadêmico¹², faz um estudo sobre história política do Brasil, com a periodização entre 1500 e 1964. Dedicou um item sobre a passagem de Jânio pela política brasileira, intitulado-o de “O fenômeno Jânio Quadros”. Inicia esta parte do livro, assinalando que o procedimento político e a personalidade de Jânio são de impossível separação e que sua passagem pelos cargos eletivos sempre foram tumultuadas¹³. Ao fim de sua breve análise, afirma:

Talvez se tenha dedicado espaço demais a período tão curto: o motivo está na singularidade, marcada, mais que qualquer outra, pelo perfil psicológico do personagem, que venceu com traço mais negativo que positivo a vida nacional.¹⁴ [grifos meus]

Maria Victoria Benevides em *O governo Jânio Quadros*¹⁵ faz uma análise privilegiando a passagem de nosso personagem pelo Palácio do Planalto. Ressaltam-se os seus aspectos personalistas, traduzidos em autoritarismo, o bonapartismo janista¹⁶ e trabalha-se com a idéia segundo a qual a “*vassoura teria aberto o caminho para a espada*”, identificando na renúncia a abertura do processo que culminou com o golpe de 1964.

Deve-se, também, ressaltar a existência de trabalhos que optaram por levar a discussão em torno do tema Jânio Quadros para outros aspectos e não apenas ressaltar os traços psicológicos e pitorescos de um agente político. Vera Chaia em *A liderança política de Jânio Quadros*¹⁷ apresenta uma obra que surge como indicação aonde foi dada maior relevância ao tema. Neste estudo, exclusivamente dedicado a Jânio Quadros, encontra-se uma análise consistente sobre vários aspectos, abordando todas as suas passagens pelos cargos eletivos que ocupou, dando atenção à várias facetas das idéias janistas sobre política e administração pública. Traz uma importante abordagem para este tema, jogando luzes novas sobre o personagem.

No contato com a bibliografia, principalmente a voltada para o mundo acadêmico, constata-se a existência de uma concordância ampla no sentido de apontar que Jânio somente conseguiu sua cadeira de vereador na CMSP, graças à cassação dos mandatos dos candidatos comunistas. Todavia, ao contrário do afirmado e reafirmado diversas vezes pela literatura acadêmica, Jânio Quadros foi eleito vereador em 1947 de modo direto, ou seja, a cassação dos vereadores eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) não abriu nenhuma cadeira no parlamento paulistano como se pensara. Nos dizeres de Maria Victoria Benevides temos que: *Em 1947, suplente de vereador pela legenda do Partido Democrata Cristão, assume o mandato devido à cassação dos candidatos do Partido Comunista, então colocado na ilegalidade.*¹⁸

Assim como Benevides, Jorge Miguel Mayer & Cesar Benjamin¹⁹, Francisco Iglesias²⁰ e Vera Chaia²¹ insistiram nesta idéia. Ao acompanhar-se a imprensa periódica paulistana na época da eleição, percebe-se que a Câmara Municipal seria composta por 45

vereadores. Após a divulgação dos resultados finais do pleito do dia 9 de novembro de 1947, ficaria assim composta a Câmara por partidos políticos:

Composição da CMSP após a diplomação dos vereadores eleitos no pleito de 9 de novembro de 1947

PARTIDOS	Nº de vereadores
PST	15
PSP	8
UDN	6
PSD	4
PTB	3
PDC	3
PR	3
Frente Trabalhista Popular ²²	2
PSB	1

FONTE: *Diário Oficial do Estado de S. Paulo*²³

Jânio concorreu pelo Partido Democrata Cristão (PDC) que havia conseguido três cadeiras no Parlamento local. O vereador mais votado, dentro do partido, foi Valério Giuli com 2.326 sufrágios, em segundo lugar veio Jânio Quadros com 1.707 e em terceiro lugar, Miguel Franchini Neto com 1.587²⁴. Portanto, a cadeira de Jânio já estava assegurada após a apuração dos votos, tanto que no dia 26 de novembro foi diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP)²⁵, junto com todos os outros eleitos.

Contudo, neste mesmo ano, o registro do PCB²⁶ havia sido cassado em 10 de maio, mas os políticos eleitos por esta legenda continuaram a exercer seus mandatos até 07 de janeiro de 1948, quando o Congresso Nacional votou a cassação dos mandatos dos políticos eleitos filiados ao Partidão²⁷. O Partido Social Trabalhista (PST) foi o maior vitorioso na eleição para a composição da CMSP, tendo conquistado quinze cadeiras no parlamento. Através do voto direto, o PST adquiriu o direito de ocupar 1/3 da Câmara, quase o dobro de assentos, oito, do partido do governador Adhemar de Barros, o Partido Social Popular (PSP).

Segundo pode ser observado tanto na imprensa oficial, quanto na não-oficial, no dia 26 de novembro de 1947 foram divulgados pela Comissão Apuradora das eleições os resultados finais do pleito municipal de nove do corrente, assim como as votações finais de todos os candidatos. Proclamados os vereadores eleitos, passou-se à diplomação²⁸.

Às vésperas de se instalar a 1ª Legislatura da CMSP, o Tribunal Superior Eleitoral cassou os mandatos dos vereadores eleitos, e já diplomados, pelo PST, tornando nulos os votos concedidos ao partido e deixando 15 vagas em aberto. Desta forma, o PSP saiu como o grande beneficiário desta decisão, conseguindo fazer a maioria dentro da Casa,

pulando de nove para dezessete vereadores. Após a cassação ficou da seguinte forma composta a Câmara:

*Composição da CMSP após a cassação dos mandatos
dos vereadores eleitos pelo PST*

PARTIDOS	Nº de vereadores
PSP	17
UDN	7
PSD	5
PTB	4
PDC	4
PR	3
Frente Trabalhista Popular	3
PSB	2

FONTE: *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*²⁹

Já na edição de 22 de novembro de 1947, o *Diário Oficial* trazia a lista dos vereadores eleitos por partido e a votação final recebida por cada um deles. Nesta, percebe-se que o PDC elegera três candidatos, sendo Jânio o segundo colocado dentro da legenda, ficando atrás apenas de Valério Giuli. Quatro dias após esta divulgação Jânio Quadros foi diplomado vereador pelo TRE/SP, em sessão realizada no dia 26 de novembro, noticiada pelos periódicos não-oficiais no dia seguinte e pelo *Diário Oficial* no dia 28. Portanto, Jânio já havia recebido o seu diploma de vereador, um mês antes dos mandatos dos edis comunistas terem sido cassados pelo TSE.

Jânio chegou à Câmara Municipal de São Paulo sem ser uma das figuras mais conhecidas ou que tivesse um grande partido por trás para auxiliá-lo. Em três anos de mandato, conseguiu reverter este quadro e elegeu-se como o deputado estadual recordista de votos no estado de São Paulo. Esta posição alcançada logo na eleição seguinte não surgiu à toa. Durante seu mandato de vereador foi o recordista de proposições, somando-se indicações, requerimentos e projetos de lei. É importante perceber que a maior parte de suas sugestões vinha sob a forma destes dois últimos. Tomando como base o ano de 1949, foi formulado o seguinte quadro³⁰:

A Participação de Jânio na CMSP

PROPOSIÇÕES INDICAÇÕES	CÂMARA	JÂNIO QUADROS	%
	3180	200	6,3
REQUERIMENTOS	1640	340	27,3
PROJETOS	430	50	11,5
TOTAL		590	11,2

FONTE: *Anais da Câmara Municipal de São Paulo* (1949)

Levando-se em consideração que para a 1ª Legislatura da CMSP foram escolhidos 45 vereadores, é possível constatar que sua participação, através da apresentação de sugestões, supera em muito a dos demais, pois Jânio Quadros foi capaz de responder por mais de 11% do total das proposições apresentadas, não havendo nenhum outro vereador deste período capaz de ultrapassar este número.

Esta participação ativa na CMSP servia para mostrar a existência de um político diferente dos outros políticos, cujo interesse fundamental não seria se locupletar com o poder. Em função disto foi capaz de construir a imagem de homem sério, honesto e trabalhador. Esta imagem estaria distanciada daquela mais comumente conhecida pelo periodismo paulistano e pelos eleitores.

Foi a partir da sua participação na Câmara, através da apresentação de um personagem capaz de encarnar vários tipos, cujo poder de sedução sobre o eleitorado paulistano era extremamente forte, que Jânio conquistou a posição de candidato a deputado estadual recordista de votos.

Chegar até a ALESP só foi possível graças ao trabalho desenvolvido pelo vereador Jânio Quadros. Ora, a marcha da apuração surge como principal dado neste sentido, pois até o momento dos votos dos eleitores da Capital entrarem no somatório parcial, Jânio não aparecia sequer entre os dez primeiros colocados da legenda pela qual havia concorrido, a do PDC.

A partir da entrada destes nas totalizações, sua subida foi meteórica, posto que no primeiro dia desta aparição, já despontava entre os três primeiros colocados dentro do seu partido; quatro dias após a divulgação desta parcial era o líder dentro do PDC e mais quatro dias foram suficientes para a conquista do primeiro lugar geral, posição mantida até o final.

Após a obtenção desta vitória, continuou consolidando sua posição e construindo seus personagens, neste momento, dentro da Assembléia Estadual. É interessante notar a continuidade e a coerência mantidas por Jânio nas suas passagens pelo Legislativo.

Em ambas as Casas, lutou pela equidade da Lei, pelo ideal de justiça para todos, pela tentativa de levar o ideal do bem comum para toda a população através do exercício de cargos político-administrativos, fosse pelo Legislativo, onde ele próprio demonstrava fazê-lo, fosse pelo Executivo, do qual cobrava a mesma atitude.

Pode-se dizer que houve uma preocupação de Jânio com a situação dos municípios do interior, pois apresentou proposições cuja finalidade seria o incremento das atividades agrícolas e industriais, visando a expansão do fortalecimento econômico para outras partes de São Paulo, não estando restrito à Capital ou a poucos municípios.

Entretanto, através do rastreamento da participação janista na ALESP no período 1951-1953, é possível apreender a preponderância de requerimentos e indicações dirigidas ao espaço da cidade de São Paulo e à sua população.

Além disto, continuava a construir os personagens já apresentados na CMSP, reforçando os textos já oferecidos para o deleite do seu público. Continuava a exigir que o Poder Público, através da conduta daqueles que estavam à sua frente, fosse um exemplo de respeito à Lei:

REQUERIMENTO Nº40/51

Requeremos à Mesa providências precisas no sentido de serem concitados os ilustres representantes do povo à rigorosa observância do Código Nacional de Trânsito, que proíbe a circulação de veículos sem licenciamento prévio e a chapa numérica respectiva, exceto nos casos expressos que o mesmo estatuto especifica.

Requeremos, ainda, as medidas necessárias ao recolhimento das chapas confiadas ou usadas pelos ex-deputados, bem como rigoroso cuidado na distribuição e no uso das mesmas chapas pelos membros da presente Legislatura.

Cumpra a esta Assembléia, Sr. Presidente, dar o exemplo do acatamento e do respeito à Lei.³¹

Além desta, outras proposições estavam ligadas a este tema, assim como aquelas ligadas à defesa dos direitos do consumidor, como o Requerimento 34/51³², cujo objetivo seria fiscalizar a atuação de negociantes que aumentavam o preço do amendoim, ou o 53/51³³ onde indagava como estava a situação do processo envolvendo a Comissão Estadual de Preços e os cinemas.

No aspecto político, Jânio reforçou a imagem do eterno opositor do ademarismo e dos “políticos tradicionais”. Lucas Garcez, então governador do Estado, havia conseguido formar a chamada “coligação interpartidária”, da qual quase todas as bancadas faziam parte, com exceção dos deputados do PSB e da maioria dos udenistas³⁴.

Devido a este acordo, o governador - cuja eleição baseou-se na máquina pessepista montada por Adhemar - contava com a maioria dentro da ALESP. Ora, para continuar mostrando a máscara do “opositor”, Jânio como líder do PDC na Assembléia, não poderia firmar nenhum acordo de apoio a Garcez.

Contudo, os outros quatro deputados³⁵ da bancada pedecista vinham constantemente votando a favor do governo. Este fato levou Jânio a pedir a expulsão dos seus correligionários do partido, sob a acusação de colaboração com o ademarismo, assim sendo, a bancada do PDC restringiu-se ao próprio Jânio.

O periodismo da época o auxiliava na construção da imagem de “opositor”, devido às diversas e pesadas críticas dirigidas contra os políticos. Os ataques poderiam vir de

uma forma “bem comportada” como os expostos na *Folha da Manhã*, através de seus editoriais, ou mais ácidos como os publicados em periódicos humorísticos como *O Governador* ou *Moscardo*.

O *Moscardo*, *semanário forte de críticas levianas*, foi fundado em 1926, sob o nome de *Il Moscone*, a troca dos nomes deu-se em virtude da ascensão do fascismo na Itália, para que não houvesse associação entre a revista e os totalitarismos. Os editores da revista pertenciam à colônia italiana radicada em São Paulo e afirmavam: *nada é sagrado para as moscas e para os jornalistas*. O *Moscardo* trazia uma seção intitulada “Tacapetadas”, onde colocava frases com conteúdo de crítica acirrada, onde poucos escapavam da sua mira. A política, poderia ser assim definida: *A Política é a arte de enganar o próximo, em nome da Pátria. A Política é a astúcia de se servir dos homens fazendo-os crer de servi-los*.³⁶ Se a política era assim definida, o mesmo tom seria empregado para qualificar aqueles que a exerciam:

O político é sinônimo de espertalhão, de salafrário, de hipócrita, de ladrão. Isto, naturalmente, sempre representando o povo.
Prefiro morrer de fome do que ser político! Afirma o ingênuo. E morre de fome.
O cabo eleitoral é o capanga da multidão. A multidão é a massa de manobra que serve o estômago do político. O político é o pulgão da elite. A elite são os espertos que souberam tapear com luvas de pelica.³⁷

Nem os eleitores escapavam da ferocidade do humor presente na revista:

O eleitor é o cabrito da política. Vai para o cabresto como o cabrito vai para o matadouro: dando balidos ‘Nós queremos!’ E, ao contrário, fazendo o que querem os outros.
Ninguém quer ser cabrito. Todos querem ser pastores. Mas todos bancam os cabritos iludidos de que estão bancando os pastores.³⁸

A alusão ao quererismo é clara e o tratamento dado ao eleitorado é o de percebê-lo como incapaz de agir e de pensar por si próprio e realizar o que é interessante para os outros.

A metralhadora giratória do *Moscardo* não poupava ninguém, passava pela crítica social aos “novos ricos”, ironizados na figura de *Madame Ricanova*, e tinha no mundo da política o seu assunto predileto. Sob o aviso de que os nomes e os fatos publicados eram todos fictícios e que qualquer semelhança com a grafia de um nome ou com um fato da vida alheia, seria mera coincidência, atingia variados grupos utilizando-se de um humor ferino.

A *Folha da Manhã* por sua própria tradição e visando atingir um público diverso ao deste periódico, trazia críticas menos explícitas e não tão contundentes quanto estas. Às vésperas do pleito para a escolha do vice-governador, era publicado o seguinte texto:

Infelizmente, a vida partidária tem se caracterizado apenas por campanhas de véspera de eleição e preocupações de caráter meramente político. A linha de conduta dos partidos, além de ignorar na sua generalidade os problemas administrativos, que ficam no arbitrio de seus representantes nas Câmaras ou postos executivos, chega mesmo ao absurdo de dificultar o encontro de soluções para as várias facetas do pauperismo brasileiro.

Não é novidade (...) que certas dificuldades econômicas, registradas no país tem a sua origem na intransigência política que os apetites partidários estimulam no cenário nacional. Campanhas eleitorais remotíssimas já justificam manobras (...) manobras, que lançam a apreensão no seio das classes trabalhadoras e prejudicam o ritmo do trabalho. Lavoura, Indústria e Comércio ficam em suspenso, incertos quanto ao rumo dos acontecimentos e angustiados com a falta de perspectivas seguras para o desenvolvimento de suas atividades produtivas. (...) A situação brasileira apresenta aspectos de intranquilidade peculiar e que não são ditadas por circunstâncias irremovíveis, mas, antes por paixões pessoais e de grupos.³⁹

Os ataques aos políticos e à política são constantes, não se restringindo a algumas frases jogadas numa página ou a certos artigos publicados no momento de agitação eleitoral. Parece ocorrer a existência de um clima desfavorável para a classe política no exato instante da volta do país ao Estado de Direito.

Logo no início dos trabalhos da 1ª Legislatura da CMSP, ocorreram debates sobre a fixação dos vencimentos dos vereadores, com a imprensa dando ampla cobertura, e pouco tempo após sobre o período de férias a ser-lhes concedido. Os próprios edis mostraram-se temerosos com relação ao resultado perante a opinião pública, pois poderiam estar corroborando com o julgamento popularesco, segundo o qual, todo o político seria ladrão e não gostaria de trabalhar.

Esta questão gerou bastante polêmica, dividindo-se os opinadores em duas alas; os defensores do trabalho não-remunerado, tornando portanto o ato de legislar tarefa voluntária e os favoráveis ao recebimento dos vencimentos por parte dos edis, haja visto que a maior parte deles seria obrigada a sacrificar parte do seu tempo de trabalho, para desempenhar a função de modo satisfatório.

Com relação a este assunto, a *Folha da Manhã* assumiu posição favorável a que os vereadores recebessem, entretanto fazendo algumas ponderações.

Ao mesmo tempo que se deve assegurar a remuneração dos vereadores, convém adverti-los que, por mais esse motivo, ficarão obrigados ao fiel desempenho dos seus encargos, ou seja, do dever de se aplicarem de corpo e alma, ao estudo dos nossos assuntos locais e à feitura de Leis que realmente atendam às necessidades de São Paulo. Nenhuma escusa mais terão na hipótese de deixarem de produzir por negligência o trabalho que deles se espera.⁴⁰

Mesmo adotando posição favorável aos vencimentos dos vereadores, o periódico volta às críticas quando destaca os valores a serem percebidos, ficando acima, inclusive,

dos salários dos deputados estaduais e federais. Ao final aproveita para fazer uma advertência à Casa, pois em caso de aprovação destes subsídios a própria CMSP estaria se expondo às críticas da opinião pública.

Com relação ao período de férias a serem tiradas em julho, Cid Franco apresentou proposição que foi rejeitada, propondo a não paralisação das atividades da Câmara durante este período, através da assunção provisória das cadeiras dos parlamentares ausentes pelos respectivos suplentes. Referente ao mesmo assunto, Jânio enviou um requerimento à Mesa da CMSP, subscrito por outros vereadores⁴¹, inclusive pelo próprio Cid Franco:

REQUERIMENTO Nº 468/48:

Considerando a proximidade das férias parlamentares, requeremos à Mesa, seja constituída uma comissão de vereadores que permanecerá no município, atenta aos assuntos de interesse geral supervenientes.⁴²

Parecem ter tido razão os vereadores preocupados com a imagem da CMSP. Após a retomada das suas funções no mês de agosto, os parlamentares paulistanos foram repreendidos pela opinião pública, pois entendiam não haver necessidade de tirar-se férias, já que não teriam tido tanto trabalho. Padre Arnaldo (PSP) ocupou a tribuna logo no reinício das atividades, para discursar sobre os comentários maldosos feitos tanto pela imprensa quanto pelos populares, referentes ao fato⁴³.

Como pode ser percebido pela leitura da documentação proveniente tanto da imprensa, quanto dos órgãos do Estado, é possível concluir a existência de um ambiente desfavorável para os que estivessem vivendo no meio político, principalmente aqueles detentores de cargos eletivos.

A *Folha* imputava a maior parte dos males da vida brasileira aos políticos e aos partidos, cujo principal interesse seria saciar seus apetites e desejos através do exercício de cargos, relegando a segundo plano a real concretização das aspirações mais prementes dos cidadãos. Havia a indicação da existência de um certo clima de intranquilidade reinante no país em decorrência da atuação dos “maus” representantes do povo.

A intranquilidade a qual o texto se refere, estaria representada pelo fato do sistema político-partidário inaugurado em 1945 ainda não ter alcançado a estabilização necessária, sendo o principal fator para este ambiente, o fisiologismo daqueles cujo dever principal seria lutar para manter o país longe das ditaduras e dos fascismos, mas preocupavam-se, primeiramente, em ganhar poder dentro do sistema.

Em vista disto toda a vida nacional estaria sendo prejudicada, tanto o operário quanto o industrial, pois o primeiro não teria tranquilidade para exercer sua profissão satisfatoriamente, assim como o outro não arriscaria investir num país cujo destino era marcado antes pelas incertezas, do que pela segurança.

Os nossos líderes políticos têm o dever de inquietar menos o país. Se eles, na sua maioria, não possuem vocação para o exame dos problemas práticos (...), pelo menos não criem obstáculos que procuram acercar-se desses problemas e dar-lhes solução. Não será possível a nenhum governo seguir uma administração segura, nem poderá o povo algum trabalhar com sossego e proveito, se o descontrolado apetite de mando turva o juízo dos dirigentes de partidos e os lança em aventuras cujas conseqüências apenas poderão trazer danos à nacionalidade.”⁴⁴

Alguns fatos poderiam levar o periódico a tomar posicionamento tão drástico diante da classe política brasileira, imputando-lhe todos os males da vida nacional. A política paulista estava vivendo sob a instabilidade devido às tentativas de derrubar o governador Adhemar de Barros. Além deste episódio havia o clima eleitoral para a escolha do vice-governador, para a qual as mais diversas composições foram feitas. Adhemar havia contado com o apoio de Vargas para eleger-se governador em janeiro, aliou-se a Dutra em novembro; Prestes, por sua vez, aliado ao PSP na primeira eleição de 1947, uniu-se a Getúlio contra o ademarismo na segunda, ou seja, o próprio clima de “conchavos” políticos no qual os pleitos estavam envolvidos permitia à opinião pública ter pensamentos desta natureza.

Portanto, foi sob este clima, onde os políticos eram vistos como “*salafrários*” ou “*ladrões*” e a política como a “*arte de enganar o povo*”, que Jânio Quadros passou a apresentar seus personagens, construindo uma figura sedutora aos olhos do eleitorado, cuja desconfiança aumentava progressivamente em relação aos seus representantes.

Com relação a este aspecto, a figura do “opositor” e do “trabalhador” surgiram como principais artifícios no trabalho de dar visibilidade ao ator/vereador/deputado Jânio Quadros. Afirmando-se como um político independente, acima dos interesses pessoais e partidários, cujo principal objetivo seria atender às demandas colocadas pela população, desta forma Jânio começava a ganhar espaço e preparava-se para galgar degraus mais altos.

No entanto, estas não foram as únicas figuras mostradas. Se a atuação política dentro das Casas Legislativas pautava-se pela oposição ao identificado como “*político tradicional*”, sua atuação referente ao “*exame dos problemas práticos*” visava combater alguns males enfrentados pelos paulistas, realizando o trabalho a ser exercido tanto por políticos, como por partidos, segundo a *Folha da Manhã*:

As agremiações políticas, indistintamente, (...) deveriam agitar certos assuntos com frequência como, por exemplo, os relativos ao petróleo, ao trigo, ao leite, à carne e muitos outros que demandam solução. (...) Nada impede que num país como o nosso, onde tudo está por ser resolvido, os partidos ventilassem problemas de magna importância para a nação, dando (...) à sua luta um sentido que (...) não encontramos nas atuais pugnas entre os nossos partidos.⁴⁵

Segundo este posicionamento do periódico pode-se perceber sua apreensão com os problemas que afligiam a população de forma mais direta, que a atingiam nas suas necessidades básicas. Esta tarefa a princípio ficaria a cargo do periodismo direcionado às classes populares⁴⁶, como o *Diário Popular* ou o *Hoje*, mas também foi assumida pela *Folha* e pelo *Estado*.

À primeira vista poder-se-ia imaginar que periódicos como a *Folha da Manhã* e o *Estado de S. Paulo*, dirigidos a um público tipo *quality*⁴⁷, não estariam preocupados em estampar nas suas páginas matérias a respeito de questões relativas ao cotidiano dos paulistanos, como o abastecimento da carne ou do leite, a qualidade dos produtos oferecidos ao consumo público, a não existência de rede de energia elétrica em certos locais ou a alta dos preços dos produtos agrícolas.

Durante um longo período iniciado em meados do ano de 1947 e estendido até o começo de 1948, a *Folha da Manhã* promoveu uma campanha cujo objetivo seria melhorar todo o circuito produtivo existente em torno do leite, desde as condições de saúde do gado leiteiro, passando pela sua produção e terminando na distribuição.

Durante vários meses, foram publicados diariamente pequenos textos alertando a população sobre a qualidade do leite consumido, concitando-os a integrar a luta empreendida pelas *Folhas*. Dia a dia, na última página do caderno de “Economia e Negócios” vinha uma coluna intitulada a “Marcha da Campanha”, informando os benefícios conquistados pelos paulistas na melhoria deste produto. Diariamente a *Folha* trazia pequenos textos em suas páginas pertencentes à “Campanha do Leite”:

Aos Bares, Empórios, Leiterias e Confeitarias

É crime pôr água no leite ou desnatá-lo, e a polícia está prendendo os autores desse crime contra a saúde pública. Segundo determina o Art. 273 do Código Penal, são responsáveis pelas fraudes não apenas o produtor ou o usineiro, mas também quem vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou de qualquer forma entrega ao consumidor público o leite assim adulterado. Como se vê, a lei alcança os distribuidores, os bares, empórios, as leiterias e as confeitarias onde seja encontrado o leite adulterado. Por isso, os estabelecimentos honestos, evitando complicações com a polícia e a justiça, devem exigir de seus fornecedores leite de boa qualidade.⁴⁸

Noutro texto, condenava a falta de higiene dos estábulos:

O Perigo dos Estábulos

Nos arredores da Capital existem estábulos cujas péssimas condições higiênicas desanimam qualquer a tomar o leite que neles é ordenhado. Já temos publicado amplas reportagens fotográficas revelando o perigo que tais focos de infecção constituem para a saúde pública.

Esses estábulos estão condenados pelos Arts. 6 e 26 do Dec. Lei nº 12.123 de 23/08/1941. Dispõe o último desses dispositivos que: ‘O estábulo que não preencher as condições

higiênico-sanitárias recomendáveis, será interdito e os seus animais serão apreendidos.⁷

As autoridades sanitárias estão erradas quando toleram esses estábulos sob o pretexto de que fechá-los importaria em eliminar uma fonte de produção. Essa tolerância é que estimula o desrespeito à Lei por parte daqueles produtores. Para resolver-se o problema do leite, basta fazer uma coisa: cumprir a Lei!⁴⁹

Mas, nem só de leite viviam os paulistanos. Além deste gênero alimentício, outros também entravam na pauta do jornal e na casa dos consumidores. E comer não é a única atividade humana. Para saciar esta necessidade é necessário conseguir recursos materiais e a maioria das pessoas se dedica a atividades produtivas para tal.

Aí surge outra questão bastante abordada pelos periódicos da época, as condições oferecidas aos trabalhadores. Neste sentido não se discutem questões apenas referentes a salários ou o que lhes era oferecido no espaço da fábrica, mas, principalmente, a situação precária na qual vários bairros da capital se encontravam.

São inúmeros os relatos de distritos onde não se encontravam escolas, de ruas onde não havia luz elétrica, calçamento, água encanada, ou uma rede para o escoamento do esgoto residencial. Da mesma forma o sistema de transportes encontrava-se em estado precário, de forma alguma conseguindo responder às necessidades dos habitantes das áreas mais distantes do centro da Capital.

É importante perceber a preocupação mostrada pelo periodismo paulistano com o espaço da cidade na qual circulavam, destacando os seus principais problemas. Mesmo notando-se que na primeira página tanto do *Estado de S. Paulo* quanto da *Folha da Manhã*, havia destaque maior para as questões de Política Internacional, herança do período da Guerra, de forma alguma estes matutinos desprezavam os assuntos relacionados ao bem-estar dos seus leitores.

Portanto, a alta do preço da carne era importante para o *Estadão*, assim como era importante para o *Hoje* discutir a situação precária na qual viviam moradores de certo bairro. Também vale a pena ressaltar a possibilidade oferecida aos leitores de manifestarem-se através de colunas abertas exclusivamente para a exposição de situações, onde de alguma forma a população estivesse sendo prejudicada.

O *Estado de S. Paulo* reservava uma seção chamada “Queixas e Reclamações”. Nesta os leitores manifestavam-se através de cartas no sentido de exigir melhorias para algum serviço público ou denunciar abusos cometidos. Outra seção também era publicada, neste periódico, com o mesmo intuito. Sua publicação não era tão constante quanto a já citada, e possuía um tom mais empolado, próximo ao bacharelismo tão caro à UDN, onde as

argumentações eram mais desenvolvidas, chamada “Colaboração dos Leitores”. Poderia-se diferenciar as duas seções sob a ótica de que a primeira destinava-se a denunciar o problema e a segunda a apresentá-lo e discuti-lo.

Entende-se que a construção da figura janista foi marcada pela falta de nitidez, expressada pela multiplicidade de personagens que o ator/autor encarnava. Quando se trata de mito, ele deve ser entendido na sua porção que tenta mascarar os fatos, dar opacidade à realidade concreta, ou melhor, numa visão metafórica seria como se Jânio utilizasse sua vassoura, para levantar uma densa cortina de poeira, capaz de confundir aqueles que tentassem identificá-lo.

Esta multiplicidade de personagens, o “fiscal do poder público”, o “moralista”, o “operoso”, o “combalido” contribuíam no sentido de não deixar claro qual era sua diretriz ideológica, tanto que por uns era chamado de anti-Cristo, desarticulador da tradicional família brasileira e por outros de liberal e conservador. Raoul Girardet no estudo sobre os mitos políticos fala que:

A partir do momento em que todo mito desse tipo [o salvador] ganha uma certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário onde vêm cruzar-se e embaralhar-se as aspirações e as exigências mais diversas, por vezes, mais contraditórias. (...) Napoleão Bonaparte encarnou ao mesmo tempo a ordem e a aventura, o messianismo revolucionário em marcha e o princípio de autoridade restaurado.⁵⁰

Por seu turno, Jânio quando atuava no Parlamento, encarnava vários personagens que por vezes pareciam ser contraditórios a um olhar menos atento. Aproximou-se do operariado, principalmente, através das melhorias que reivindicava aos bairros periféricos e numa visível luta em defesa dos menos favorecidos pela sorte, como no momento em que se coloca contra um projeto que visava aumentar os salários dos funcionários municipais mais graduados, como os médicos e os engenheiros, deixando de fora do reajuste os “*de baixo*”, como serventes e motoristas.

Entretanto, Jânio não se preocupava apenas com o proletariado. Moradores das áreas centrais da Capital também recebiam a atenção do político, que tentava proibir a exibição de “*películas obscenas*”, a publicação de “*revistas pornográficas*” e dar maior policiamento de costumes para as ruas e feiras, a fim de evitar que senhoras da “boa sociedade paulistana” passassem por situações constrangedoras e vexatórias.

Talvez um dos pontos chave para a constituição da figura política de Jânio Quadros e do seu sucesso junto ao eleitorado de São Paulo, e mais adiante, com o nacional, tenha

sido a preocupação com o espaço da cidade de São Paulo. Vários problemas da cidade, relativos ao cotidiano dos munícipes, cuja resolução seria da responsabilidade do Poder Público sempre estiveram no seu roteiro.

Um dos seus principais personagens foi o administrador e seu principal palco foi o Palácio dos Campos Elíseos. Este lutava pela austeridade econômica, pelo corte de gastos desnecessários, dando especial atenção à moralidade no trato da coisa pública; uma das principais faces deste personagem era a do tecnicista.

Sua representação neste sentido retirou aplausos da platéia, pois conseguiu recuperar as finanças do Estado de São Paulo através de um governo que trouxe para o seu secretariado, técnicos e especialistas em cada área de atuação, diminuindo, desta forma, a participação dos interesses políticos dentro da condução dos negócios do Estado. Varrer significava retirar os corruptos da administração pública, mas também poderia significar a expulsão dos políticos da *res pública*⁵¹.

Para o personagem ter uma caracterização completa, não poderia se esquecer do vestuário, da maquiagem e, em alguns casos, da máscara. Os personagens políticos ligados às classes dominantes, os antagonistas desta trama no seu início, predominavam no cenário político e costumavam apresentar-se elegantemente vestidos, com bem cortados ternos, barbas feitas e/ou bem cuidadas, belos sapatos...

Enfim, um quadro que denotava beleza e elegância, impondo certo ar de respeito frente ao cidadão comum, como se o cargo os distinguisse dos outros mortais. Então, como o protagonista desta trama compôs seu personagem? Caracterizando-se de forma a mostrar o seu não pertencimento ao mesmo grupo social que seus adversários.

Terno? Só tinha um... surrado; barba? Sempre por fazer; cabelos? Sempre despen-teados; calças? “Pescando siri”. Sem contar aquela caspa no ombro, aquele olhar meio esquizofrênico com os óculos, invariavelmente, tortos, as injeções de vitaminas e os famosos sanduíches de mortadela.

Isto Jânio apresentou ao seu público, esta imagem completamente desvirtuada dos padrões tradicionais foi oferecida ao eleitor paulistano. Foi com esta imagem que os setores médios ligados ao proletariado urbano se identificaram e o ajudaram a colocar no mais alto posto da política nacional, em 1960.

Além de sujeira ou repugnância, este personagem, através de sua caracterização, criava uma identidade entre Jânio e boa parte do proletariado paulistano, pois denotava a incapacidade econômica em vestir-se bem de ambos. Acredita-se que também poderia traduzir a escassez de tempo e a sobra de problemas dos moradores da periferia que os impediriam de preocupar-se com tais questões. Viriato de Castro descreve assim o seu biografado:

Eis que, de súbito, aparece no cenário político uma figura quixotesca. Foi no dia 1º de janeiro de 1948, data em que se instalou a Câmara Municipal de S. Paulo. (...) Pois naquele dia, naquela hora, ingressou na Câmara Municipal de S. Paulo um homem magro, alto, de olhos grandes, embaciados, tristes, cabelos compridos, bigodes caídos pela boca, à semelhança do filósofo Nietzsche, mal vestido, exaltado, descabelado, barba sempre por fazer, quase sempre com um capote surrado, para assumir uma cadeira de vereador.⁵²

Jânio compôs um tipo à imagem e semelhança de parte do seu eleitorado, visando extremar as diferenças sociais. O *slogan* de sua campanha para a Prefeitura pode ser um indício para tal consideração: *o tostão contra o milhão*. É importante afirmar que as vitórias de Jânio não se fizeram apenas com o voto da periferia, mas pode-se levantar a hipótese da emergência da figura janista ter ocorrido, em grande medida, por causa deste apoio.

Não pode ser esquecido que na sua eleição como prefeito de São Paulo, saiu vitorioso em todas as áreas geográficas da cidade⁵³. Obteve maior votação percentual nas zonas Norte e Leste, em torno de 73%, mas também foi muito bem votado nas outras três áreas, Centro, Oeste e Sul, ficando com mais de 60% nestas⁵⁴.

É importante deixar claro que Jânio não compôs um personagem direcionado para um único tipo de público, a própria multiplicidade de faces deste permitia sua multiplicação e penetração em várias áreas da cidade, assim como cruzar todos os segmentos sociais, a partir da satisfação dos mais variados desejos e interesses do eleitorado. Nas palavras de René Remond, tem-se, que

O indivíduo engajado na Política, na escolha de um voto, certamente está preocupado em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence. Mas há muito mais que isso. Ele tem convicções, idéias e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade e tudo isto se expressa na política.⁵⁵

Tomando como parâmetro estas observações, pode-se pensar que através da multiplicidade de faces encarnadas pelo personagem Jânio Quadros em vários palcos diferentes, fosse o Parlamento, o Palácio dos Campos Elíseos, ou um palanque em Vila Maria, conseguia reunir em torno de si, uma gama de aspirações de vários grupos sociais, que depositavam nele a expectativa de verem seus desejos satisfeitos e interesses preservados.

Portanto, Jânio buscava encarnar em uma das faces de seu personagem, a imagem do proletariado urbano. Podemos voltar a Girardet e afirmar estar a construção desta figura política vinculada à *marca da história*⁵⁶.

Em tais condições, o herói só poderia ser construído, a partir da adequação entre a personalidade do homem-herói e as necessidades de sua sociedade, isto é, não haveria herói caso ele não correspondesse a estas demandas e expectativas. Existem vários tipos de heróis e salvadores, mas todos só puderam encontrar receptividade porque adequaram-se

às suas realidades. *Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história.*⁵⁷

Esta marca parece-me fundamental para pensar a ascensão de Jânio Quadros na política brasileira, a partir de sua base paulistana. Mais do que atribuir a Jânio a culpa pelo golpe de 1964 ou analisá-lo a partir do pitoresco é necessário pensar a emergência de tal figura em função das debilidades do sistema político-partidário brasileiro e da sintonia encarnada por Jânio com seus eleitores. Não se pode analisar este personagem apenas por aspectos pessoais, mas a partir da relação criada e estabelecida por ele com seus eleitores, seja nas tribunas da CMSP e da ALESP ou do periodismo da capital.

Notas

* Doutor e professor na Universidade Federal do Tocantins. E-mail: felipe.uft@globocom

¹ CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. São Paulo: editado pelo próprio autor, 2ª ed., 1959, p. 33.

² Cf. MAYER, Jorge Miguel & BENJAMIN, Cesar. “QUADROS, Jânio”, in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Funadação Getulio Vargas - Cpdoc / Editora Forente-universitária, 1984, pp 2847-2856. (site: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm>)

³ CASTRO, *Opus cit.*, p. 33.

⁴ *Idem*, p. 31.

⁵ Cf. “QUADROS, Jânio”, in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Opus cit.*, p. 2847.

⁶ *Ibidem*.

⁷ CASTRO, *Opus cit.*, p. 36.

⁸ Cf. “QUADROS, Jânio”, in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, op. cit.* p. 2847.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ CASTRO. *Opus cit.*, p. 38

¹¹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500- 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹² *Idem*, p. 10.

¹³ *Idem*, p. 275.

¹⁴ *Idem*, p. 282.

¹⁵ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2ª ed., São Paulo: Editora Brasileira, 1982.

¹⁶ Inicialmente o termo bonapartismo foi cunhado por Karl Marx em seu texto *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, inspirado pelo golpe de Estado dado por este, transformando-se em Napoleão III. Esta idéia refere-se à concentração de poderes no Executivo, colocando o Legislativo e o Judiciário numa posição secundária. Para o caso janista, Maria Victoria Benevides utilizou-o no sentido de que ele procurava colocar-se acima dos partidos e da sociedade política, baseando seu governo na grande vantagem de votos conquistada no pleito presidencial.

¹⁷ CHAIA, Vera L. Michalany. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

¹⁸ BENEVIDES. *Opus cit.*, p. 12.

¹⁹ BELOCH, Israel e ABREU, Alzira A. de. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro: 1930 - 1983*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984.

- ²⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Historia política de Brasil*. Madri: Editora Mapfre, 1992.
- ²¹ CHAIA. *Opus cit.*, pp. 19-20.
- ²² Frente formada pelo Partido Trabalhista Nacional e pela União Republicana Democrática.
- ²³ Quadro montado a partir de dados colhidos no *Diário Oficial do Estado de S. Paulo*, edições de 22 de novembro de 1947, nº 266, ano 57, pp. 32-33, e de 28 de novembro de 1947, nº 271, ano 57, pp.45-47.
- ²⁴ Cf. *Diário Oficial do Estado de S. Paulo*, as edições de 22 de novembro de 1947, nº 266, ano 57, pp. 32-33, e de 28 de novembro de 1947, nº 271, ano 57, pp.45-47.
- ²⁵ Cf. *Folha da Manhã*, edição de 27 de novembro de 1947.
- ²⁶ Para maiores informações sobre o PCB consultar ABREU, Alzira Alves de & FLAKSMAN, Dora. “Partido Comunista Brasileiro”, in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Opus cit.*, pp. 2490 - 2507.
- ²⁷ Idem, p. 2499. Idem, p. 2499.
- ²⁸ Os resultados finais do pleito de 9 de novembro de 1947 podem ser encontrados na imprensa periódica paulistana, tanto a não oficial quanto a oficial. *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã*, por exemplo, em suas edições de 22 de novembro de 1947, trouxeram os resultados finais do pleito, com os votos de cada candidato e a constituição final da Câmara, inclusive com o número de vereadores eleitos por cada partido. Já o *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, trouxe na sua edição deste mesmo dia, apenas o nome dos candidatos eleitos por cada partido e na edição do dia 28 de novembro publicou a ata de encerramento dos trabalhos da comissão encarregada da apuração final das eleições municipais e a proclamação dos vereadores eleitos, mostrando, inclusive, a listagem dos suplentes por partido.
- ²⁹ No início de cada volume dos *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, as bancadas de todos os partidos estavam relacionadas. Esta totalização pôde ser feita a partir desta informação contida no 1º volume do ano de 1948 dos *Anais*.
- ³⁰ Tabela formulada, pelo autor, a partir do recolhimento de dados nos *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*, ano de 1949. Alguns números foram arredondados, mas sem que esta alteração prejudicasse de modo significativo a tabela.
- ³¹ *Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo*. 2ª sessão ordinária, 16/03/51, caixa 1, pasta 4.
- ³² Idem, ibidem.
- ³³ Idem. 3ª sessão ordinária, em 19/03/51, caixa 1, pasta 5.
- ³⁴ Cf. MAYER, Jorge Miguel & BENJAMIN, Cesar. “BARROS, Ademar de”, in: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Opus cit.*, p. 320.
- ³⁵ Os outros componentes da bancada do PDC na ALESP eram: Yukishigue Tamura, Manuel Vitor, Miguel Petrili e Antonio Fláquer.
- ³⁶ *Moscardo*. Nº 1031, edição de 11/12/48, p. 10-11.
- ³⁷ Ibidem.
- ³⁸ Ibidem.
- ³⁹ Os Partidos e a Administração, in: *Folha da Manhã* (Gazetilha), edição de 02/11/1947, p.6.
- ⁴⁰ Os Partidos e a Administração, in: *Folha da Manhã* (Gazetilha), edição de 02/11/1947, p.6.
- ⁴¹ Esta proposição foi elaborada por Jânio e contou com as assinaturas de José Estefno (PSP), Camilo Ashcar (UDN) e Cid Franco (PSB).
- ⁴² *Anais da Câmara Municipal de São Paulo*. 56ª sessão ordinária, 28/06/48. Vol. 5, p. 2899.
- ⁴³ Idem. 60ª sessão ordinária, 06/08/48. Vol. 5, p. 3104.
- ⁴⁴ Os partidos e a administração, in: *Folha da Manhã*. Op. cit. p. 4.
- ⁴⁵ Os partidos e a administração, in: *Folha da Manhã*. Op. cit. p. 6.
- ⁴⁶ Esta classificação indica que o periódico está direcionado às classes de renda mais baixa. Vide BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica - história da imprensa brasileira* (2 volumes). São Paulo: Ática, 1990, vol. 1, p. 252.
- ⁴⁷ Esta classificação indica que o público alvo de um periódico pertence às classes A e B. Cf. BAHIA, Juarez. *Opus cit.*, p. 252.
- ⁴⁸ *Folha da Manhã*. Este texto foi retirado da edição de 01/11/47, p. 2, podendo também ser visto em várias outras edições anteriores ou posteriores a esta.
- ⁴⁹ Idem, edição de 01/11/47, p. 3. O mesmo texto também aparece em outras edições.

⁵⁰ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*; tradução de Maria L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 72-73.

⁵¹ CHAIA, *Opus cit.*, p. 115.

⁵² CASTRO, *Opus Cit.*, p. 33.

⁵³ No momento da realização da pesquisa empírica, quando visitou-se o TRE/SP foi dito que os dados referentes a esta eleição não estariam disponíveis para consulta. Desta forma, recorrendo-se a outras fontes encontrou-se dados referentes às diversas regiões eleitorais paulistanas em periódicos não-oficiais.

⁵⁴ Apud: CHAIA, *Opus Cit.*, p. 73.

⁵⁵ RÉMOND, Réne. Por que a história política?, tradução de Anne-Marie Milon Oliveira, in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, vol. 7, nº13, 1994, pp 9-19.

⁵⁶ GIRARDET, *Opus Cit.*, p. 80.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 82.

ENTREVISTA

COM A PALAVRA, O EDITOR OSWALDO SICILIANO

*Entrevista a Adilson José Gonçalves**

O mercado livreiro no Brasil é incipiente frente à sua população e as estimativas de outros países. Se na atualidade constatamos a existência de três mil livrarias, o que indicaria um número significativo, haja vista o número de aproximadamente seis mil municípios espalhados por todo o território nacional, no entanto, é pouco expressivo, pois pelo menos metade se confunde com as papelarias ou lojinhas de armarinhos, locais de conveniência, de compra por caderneta, para satisfazer as necessidades mínimas de uma população carente em todos os níveis de existência. A maior concentração de livrarias está na faixa litorânea das regiões sudeste e sul do Brasil mais desenvolvido economicamente, reproduzindo em pleno século XXI as experiências dos intérpretes do Brasil do XIX e início do XX, que apontavam a dualidade entre a faixa litorânea e o interior (ou sertão) na produção cultural. Essa mesma dicotomia permanece no universo do livro.

Edita-se anualmente em torno de 38 mil títulos, número expressivo face ao público consumidor, mas apenas cerca de 10% alcançam sucesso editorial. Situação que aponta para o mercado do livro e dos projetos editoriais como investimento de alto risco. Assim, produzir livros de boa qualidade, de nível intelectual, estéticos e bem editados representa um risco, pois não há perspectiva de retorno.

Os projetos editoriais dizem respeito às demandas ou à criação para determinados nichos da sociedade ou territórios bem específicos de nossas cidades. O fenômeno da indústria cultural voltada para a produção maciça de bens simbólicos é recente e incipiente face aos múltiplos significados em potencial. Os editores, quando almejam o grande público, lidam com a disputa acirrada com as mídias televisiva e radiofônica ou com a concorrência do fenômeno do *best-seller*, isto quando o público é letrado. Raros são os empreendimentos que têm longa trajetória que pouco se anuncia como centenários. Primeiro, porque a história da imprensa e da impressão no Brasil é recente. Não surge com a chegada dos portugueses colonizadores, mas sim com a vinda da família real foragida das ameaças napoleônicas.

Foi com o intuito de dimensionar este cenário do livro na perspectiva dos editores e livreiros que desenvolvemos uma série de entrevistas durante o primeiro semestre de 2007. A proposta fez parte de um projeto que coordenei para celebrar o centenário da Editora *Pensamento/Cultrix*, que contou com a colaboração de uma equipe de pesquisadores e a assistência da Editora e da *Câmara Brasileira do Livro* (CBL). Os dois destaques em termos de abrangência e contribuição para a propostas foram para o presidente da CBL e para o editor Oswaldo Siciliano. Pelo significado que suas palavras expressam sobre o universo do livro, optamos por divulgar a entrevista deste.

* * *

Adilson José Gonçalves - Sr. Oswaldo, por que o ramo de livros e a Siciliano se confundem com o próprio livro? Gostaria que você colocasse como é que começa essa história.

Oswaldo Siciliano - Bom, essa história - *Siciliano* e livros - começa em 1942, quando o meu pai abriu a primeira livraria na Rua Dom José de Barros, n.º 323, esquina com a avenida São João, onde em 1946 eu comecei a trabalhar à noite. E estudava de dia e ia à noite para a livraria. Então esse foi o início da minha atuação no ramo livreiro, em 1946.

AJG - Como era a situação do livro na década de quarenta, em particular em São Paulo?

OS - Na década de quarenta, São Paulo e o Brasil dependiam muito de Portugal. As editoras portuguesas tinham uma presença muito grande no mercado brasileiro, e nós tínhamos poucas editoras. Eu me recordo de, no máximo, cinquenta editoras nacionais que nós trabalhávamos nessa época. E trabalhávamos com um número maior de editoras portuguesas, de sorte que o livro nacional tomou impulso realmente no princípio dos anos setenta. Quando o livro brasileiro conseguiu deslançar, exatamente quando o livro no Brasil conquistava o mercado e aumentava a sua produção, evidentemente Portugal foi perdendo o mercado brasileiro. Tanto é que hoje, o mercado, de 99,9%, é totalmente dominado por editoras brasileiras. A presença das editoras de Portugal ainda se nota, mas de uma maneira bastante restrita. O problema do livro no Brasil, desde que eu me conheço por gente, é que sempre tivemos o problema do preço. Eu me lembro que na década de cinquenta editores como o próprio Dialuas, o José Olympio, o Pongetti e outros que não existem mais alegavam que eles mesmos reconheciam que o preço do livro era alto. Mas pela simples razão das tiragens serem pequenas, como ainda são, e acresce que o poder de consumo do povo brasileiro sempre foi relativamente baixo, e também a questão que perdura até hoje: somos um país que tem uma educação muito pequena. Então a situação do livro brasileiro, tanto no momento, tanto na sua raiz, não difere das da década de quarenta,

cinquenta e sessenta, porque os problemas persistem. Mesmo com a atuação do governo nos últimos vinte anos, a situação do livro no Brasil continua num estágio ainda a desejar, e, evidentemente, nos anos noventa principalmente, com o grande desenvolvimento da tecnologia, da Internet e outras coisas mais, o livro vem sofrendo uma concorrência, porque a juventude, sem dúvida alguma, está dando prioridade a algo onde ela encontra prazer mais imediato do que o prazer que a leitura pode lhe proporcionar. Então a situação do livro no Brasil pouco difere entre hoje e cinquenta anos atrás.

AJG - Se há pouca diferença entre a condição de mercado, a situação do leitor, a condição cultural, educacional e pedagógica do povo, qual é o sentido da ampliação, da dilatação das lojas em determinados lugares?

OS - A verdade é que o livreiro, o editor, nós somos apaixonados pelo livro, nós vivemos por paixão; esta é uma atividade difícil, onde você não obtém resultados imediatos. O resultado de uma editora, de uma livraria é a médio e longo prazo. Mas isso é uma questão de amor, é uma questão de dedicação plena, eu diria até que é um vírus, e não há antibiótico que resolva o nosso problema. Nós nascemos nesse meio e vamos morrer nesse meio. Agora, a verdade é que o Brasil ainda está para ser conquistado, pelas editoras e pelas livrarias. Hoje a venda através da Internet melhora um pouco esse quadro, mas é uma venda fria, uma venda sem amor, sem comunicação.

AJG - Porque o produto livro precisa disso. O papo com o livreiro é importante!

OS - O Brasil é um país - acabou de ser feita uma pesquisa - e está-se atingindo hoje o número de três mil livrarias, mas, diga-se de passagem, que uma grande parte, a metade ou até mais da metade desse número é composta de livrarias muito pequenas, livrarias que têm uma seção de papelaria anexa, mas livrarias, na realidade, o Brasil tem mesmo na faixa litorânea, digamos de cem quilômetros do litoral para o interior, principalmente nas regiões sudeste-sul, onde está concentrado o grande número de livrarias que o Brasil possui. De sorte que o amor por uma atividade, a dedicação que os editores e uma grande parte dos livreiros têm, é como se se amasse a própria vida. Agora, na parte de resultados, nós, por exemplo, nunca pensamos em resultados financeiros. A gente foi trabalhando, foi ampliando e assim como muitos, porque se você pensar em resultados você não faz nada. Mesmo para um editor hoje, editar um livro no Brasil continua sendo um risco; olhando para o lado do retorno é sempre um risco. Você pode editar todos os livros e todos têm um grande valor, todos! Agora poucos são os que dão satisfação aos editores, muito poucos. O Brasil hoje edita uma média de trinta e oito mil títulos por ano. Desses títulos todos, eu acredito que, talvez se 10% desses títulos chegarem com sucesso no mercado acho que é muito até, muito...

AJG - Voltando um pouco no tempo, Sr. Osvaldo, com a fundação da CBL, lá atrás, junto com o Sr. Diaulas... Será que melhorou naquele período e hoje estamos colhendo alguns daqueles frutos na atualidade? O senhor poderia falar sobre aquele período da fundação da Câmara Brasileira do Livro e relacioná-la com os dias de hoje?

OS - Bom, a Câmara Brasileira do Livro foi fundada em 1946 e entre os fundadores está o Sr. Diaulas (inclusive ele foi presidente da CBL no período de 1957 à 1959) e nessa época o Diaulas - vocês devem conhecer de nome o Prêmio Jabuti - conseguiu reunir artistas na ocasião e chegaram à conclusão de criar a estatueta do Prêmio Jabuti. Bem, mas a CBL foi criada porque, como sempre, o livro no Brasil, parece-me, nunca gozou de uma satisfação por parte de ações do governo

AJG - ...nem com o nosso quixotesco Lobato, não é?

OS - Então os editores e os poucos livreiros na década de quarenta, sentindo essa dificuldade - porque havia leis, uma burocracia para a importação de papel, uma taxaço no papel do livro, e era um momento que o país pulsava com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial - então os editores na ocasião sentiam que vinha um desenvolvimento econômico e o Brasil, naquele tempo, se não me falha a memória, tinha 40, 45 milhões de habitantes. E esses editores previam um aumento da população, o desenvolvimento da indústria no Brasil e se preocupavam com o índice de analfabetismo, que ainda era grande... então os editores precisavam se reunir para encontrar soluções, trocar opiniões em favor do desenvolvimento do mercado do livro no Brasil. Na realidade, desde aquela época até hoje, a principal meta da Câmara Brasileira do Livro é a expansão do mercado de livros no Brasil, foi e continua sendo. Naquela ocasião, na década de quarenta e começo dos anos cinqüenta, nós tivemos uma primeira Feira do livro em São Paulo, então você percebe que havia uma preocupação dos editores em fazer algo para que o livro chegasse com maior facilidade ao público. Nós tivemos feiras, naquela época, no Vale do Anhangabaú, na Praça da República. Então a CBL continua hoje tendo os mesmos desafios, em outras proporções evidentemente, mas com os mesmos desafios de quando ela foi criada.

AJG - O que há de diferente?

OS - Por exemplo, naquela ocasião, lutava-se para conseguir a imunidade do livro. Em 2003 a CBL lutou para conseguir a desoneração do PIS-COFINS em cima do livro. Então há uma convergência, os problemas continuam os mesmos. A CBL exerce esse papel, pois temos problemas com a importação do livro, que anteriormente já tivemos e há pouco tempo voltamos a ter, por exigência do Banco Central. Remessas de dinheiro, essas coisas. Os problemas são os mesmos daquele tempo. E a Câmara Brasileira do Livro, já naquela época, enfrentava os problemas, que pouco diferem de hoje, só que hoje os problemas têm uma maior proporção. Universitários, o Brasil tem quase cinco milhões.

Naquela ocasião existiam sete universidades ou faculdades de Medicina, me parece que cinco no Brasil à época. De Direito tinham quatro.

AJG - É como o nosso amigo Cosmo Juvela, da editora Meca, nos falou: antes tínhamos 62 milhões de habitantes e hoje temos 62 milhões de estudantes!

*OS - E o livro hoje, por exemplo... Às vezes o livro de ficção e não-ficção sofre uma interferência do Ministério da Educação. Há pouco tempo o MEC resolveu editar ficção. Criaram lá um concurso e eu como presidente da *Câmara Brasileira do Livro* quis enfrentar o problema e não consegui. Fizeram esse concurso e ganharam dez autores. Daí o Ministério da Educação, sem fazer licitação, sem fazer nada para que os editores, para que a iniciativa privada pudesse competir para publicar os livros, editar os livros... O que faz o MEC? Ele mesmo arruma uma gráfica, uma editora e lançou os livros; sem consultar livreiros, sem nada. Eu então como presidente da CBL entrei em contato com o MEC, mas a pessoa responsável por isso, não consegui falar com ela porque não me atendeu...*

AJG - Referente a isso que o senhor está falando, será que nesse período de expansão nos anos setenta a relação entre os anos de chumbo e editores como Ênio Silveira, Carlos Lacerda, Jacob Ginsburg, Editora Paz e Terra, Alfredo Machado e o próprio Diaula, o Jorge Zahar... Será que estamos precisando hoje de uma nova catástrofe e gente de peso como essas para levantar o livro? Como o senhor vê hoje em dia?

OS - Nós temos gente de peso, como autores, editores e livreiros, mas não temos voz, é muito pouca, lamentavelmente...

AJG - E o que acontece hoje que não conseguimos colocar para fora essa voz, Sr. Oswaldo?

OS - Nós falamos... Eu falei muito durante quatro anos mas ninguém deu ouvidos. As coisas estão determinadas. Você pode até conversar, mas está tudo pré-determinado. É uma liberdade vigiada...

AJG - Essa liberdade vigiada, essa liberdade condicional que vive o mercado de livros, para o livreiro, o editor e o autor, ela diz respeito a uma situação de crise... eternamente. Uma crise estrutural. Se ela vive uma crise permanente, ela vive também uma outra situação: uma tipologia de livros, não de uma tipografia e de um mercado - uma tipologia de livros que tem aceitação e uma tipologia que não tem aceitação. Provavelmente os nossos livreiros, editores e autores estejam à frente do nosso tempo, ou seja, escrevem algo que leve a uma mudança da realidade, mas não interessa muito essa realidade, porque como você mesmo falou, a questão da cultura do povo, da educação do povo, a questão de uma cultura que não é a cultura livresca. Uma cultura da gravidade e da imagética; a imagem de movimento pela TV... Com o quê nós estamos competindo? É com a cultura de massa, com o lobby da cultura de massa...

OS - E é preciso educar essa massa, porque isso vem desde o rádio, talvez desde a Proclamação da República (risos), ou antes. O problema do livro ainda é muito sério no país.

AJG - *Com duzentos anos de Imprensa, nós não temos a liberdade de imprensa no sentido de livremente estar atuando e propor para desenvolver a cultura do livro...*

OS - Veja por exemplo o número de bibliotecas que o Brasil possui, é muito reduzido. Você pega países do primeiro mundo e países até emergentes no momento como o Brasil; os governos dão uma atenção extraordinária à criação, a criação de bibliotecas. Veja o que está acontecendo na Colômbia: agora três governadores do Brasil foram conhecer a revolução na Colômbia e se depararam com um problema: o governo da Colômbia resolveu fazer bibliotecas nos lugares mais violentos das principais cidades, principalmente em Medellín e em Bogotá. Foi uma das armas para ver os jovens voltados para o livro, para um entretenimento sadio, e esse jovem no lugar de ficar um marginal na rua, assaltando, ele fica dentro da biblioteca, mexendo no computador, desenhando e de repente ele pega um livro e aí muda a cabeça. É o que aconteceu na Colômbia, e os três governadores, o do Rio de Janeiro, de Minas e mais outro, que não lembro agora, foram lá para conhecer... O que está acontecendo que a Colômbia melhorou? O índice de criminalidade diminuiu 80% lá.

AJG - *Um caso nosso em particular é Curitiba.*

OS - Tudo bem, mas o que é Curitiba para o Brasil inteiro? O desenvolvimento, o número de bibliotecas hoje na Colômbia demonstra que se lê 5,4 livros por habitante-ano. No Brasil se lê 1,8. Na Colômbia, de dois anos para cá, a população está lendo 5,4 livros. Então, na hora em que o governo realmente ensinar a pescar, porque apenas dar cria vagabundo. Ensinando-se a pescar, aí o livro no Brasil encontrará a sua meta ideal.

AJG - *E dentro desse mercado restrito, desse ambiente contido e controlado, qual é a tendência livresca ou literária ou de projeto editorial? Qual é a tendência dentro da produção e de linha que tem uma aceitação maior e desde quando? Se eu posso dizer que os nossos clássicos são aqueles que se lê em sala de aula, então nós não temos clássicos...*

OS - Bom, há pouco mais de dez anos, digamos há quinze anos, no mercado apareceram os livros de auto-ajuda e foi uma surpresa geral ...

AJG - *Um grande expoente da Pensamento e da Cultrix, já com o Sr. Diaulas lá atrás.*

OS - Exatamente. E há quinze anos isso tomou outro vulto e continua até hoje.

AJG - *Seria essa a razão do sucesso para uma editora como a Pensamento fazer 100 anos? O fato de já ter visto isso lá atrás?*

OS - Talvez. A editora Pensamento descobriu um nicho que atendia a necessida-

de do ser humano já naquela ocasião. “O poder do pensamento positivo”, por exemplo, “Hei de vencer” e outras obras semelhantes e que contribuíram para a Pensamento agora completar 100 anos. E hoje continua esse nicho muito bem colocado no mercado brasileiro. Agora existe um desenvolvimento muito grande no mercado de livros que acompanha esse desenvolvimento da tecnologia, então os livros de Informática hoje têm uma procura, uma demanda muito grande, com o selo Berkeley e outros. Então, na verdade, a população quer saber de literatura em geral. As mulheres, por exemplo, que são as grandes compradoras de livros: 65% das vendas são feitas para mulheres.

AJG - Será que é por isso o sucesso da editora Pensamento, com livros de auto-ajuda, de astrologia, de bruxaria?

OS - Não. Porque, por exemplo, o Almanaque do Pensamento é um sucesso no interior? Eu não conheço agricultor que não compre todo ano o Almanaque do Pensamento, até hoje. A Siciliano, por diversos anos seguidos comprou dez mil exemplares do Almanaque e havia tiragens de quinhentos mil. Então é assim, com toda a situação que o país atravessa eu creio piamente que o livro terá vida longa, não haverá traumas nem vendavais, o livro continua. Agora, nós precisamos pôr mesmo na cabeça da juventude, desses estudantes universitários, esses jovens que têm a felicidade, a sorte de poderem estudar no país, para que eles se achem um pouco mais aos livros, de uma maneira normal, como eles pegam um copo de cerveja...

AJG - Mas quanto ao alto preço do livro? Porque é mais fácil chegar num copo de cerveja do que num livro.

OS - Mas um copo de cerveja desgasta a sua saúde. E na verdade o livro não é caro. Você e eu temos uma receita pequena, que não é justa. Pergunte a um professor... ah! Eu li uma pequena reportagem hoje da Heloísa Helena, que estava dando aulas numa faculdade de Enfermagem, lá em Alagoas e no fim da reportagem ela faz menção aos tristes salários dos professores. Os professores, mais do que você, eu e os outros estudantes todos, necessitam e não têm condições financeiras para comprar um livro que eles precisam. O livro no Brasil acompanha o preço dos Estados Unidos, da França, da Alemanha. É que o nosso poder de aquisição é muito baixo. É só esse o problema. Eu vou lhe dar um exemplo: esse livro o “Código Da Vinci”, no ano passado eu estava na Espanha e entrei numa livraria e vi que em euros na Espanha, o “Código Da Vinci” é mais caro 30% do que aqui no Brasil. É que, o professor daqui deveria receber três vezes mais do que ele recebe. E o salário mínimo deveria ser de mil reais, só que o custo de vida deveria permanecer como está. A primeira coisa que vai aumentar é o custo do metrô. Eu conversei com uma pessoa que chegou dos Estados Unidos ontem, com quem eu tomei um café, e ela disse que ficou andando no metrô em Nova Iorque umas cinco vezes por dia, trocando de estações, com

o mesmo bilhete. Aqui você não vê o carnaval que fizeram, vendendo-se 20 passagens de uma vez só, no lugar de se pagar como lá. Então, não é que o livro seja caro, porque pouca gente sabe quando custa para se produzir um livro...

AJG - Qualquer livrinho simples, vinte mil reais ...

OS - Nós, no Brasil, continuamos com tiragens de quarenta anos atrás: duas mil, três mil, no máximo. Nos Estados Unidos, uma editora, quando edita um livro, 30% da tiragem as bibliotecas compram. Se ela puxa 50 mil exemplares na primeira tiragem, 15 mil ela já vendeu para as bibliotecas e já pagou a edição. Também na Argentina o livro é mais barato porque o governo obriga a usar papel reciclado.

AJG - Todo meio de comunicação na Argentina usa papel reciclado

OS - O problema é que a América Latina é um problema (risos)! A América latina é um problemaço!

AJG - Isso porque seguimos o exemplo da Europa. O livro no Brasil não pode custar o mesmo que na Europa. Talvez seja esse o erro?

OS - Não, o erro é que você ganha dez como editor e deveria ganhar 50. E o autor ganha *nada*, o autor, “coitado” - coitado é força de expressão - essa é uma profissão de dedicação e de amor, porque de amor o homem também vive...

AJG - E hoje esse mercado ainda é dominado - entre aspas - pelos livros de “melhor viver” e o melhor viver não é o melhor em sociedade e na relação com o humanismo? Lá atrás isso também ocorreu, houve determinados momentos em que nós tivemos uma predominância do literário. Hoje o literário foi substituído pelo best-seller como a obra Código Da Vinci. E nós chegamos no mercado latino-americano; nós estamos no México, estamos na Venezuela, na Colômbia, na Argentina, no Uruguai, no Chile... Estamos tendo uma representação significativa lá fora e os autores latino-americanos não têm representação expressiva aqui. É um ou outro, é como se nós virássemos as costas para a América Latina e olhássemos muito para os Estados Unidos e Europa.

OS - É por causa dos negócios, do interesse comercial. Essa é a verdade. É a publicidade que a imprensa do mundo propicia um lucro maior, mais imediato e um resultado que convém.

AJG - E o mercado universitário, o que significa?

OS - Bom, o Brasil hoje possui 102 editoras universitárias, o que é uma maravilha. Só que existe uma deficiência entre elas mesmas, na distribuição, e têm uma distribuição muito pequena nas livrarias. Elas trabalham com elas mesmas. Nós temos hoje editoras em todas as universidades, no norte, no nordeste...

AJG - Nós temos a nossa editora da Universidade Católica de São Paulo e não es-

tamos conseguindo manter as nossas revistas. O custo é impraticável. É uma revista de renome. Há uma demanda internacional pela revista e estamos com dois números sem poder editar porque não temos recursos. A todo o momento é um problema que se apresenta. E se temos a revista editada, não temos como fazer circular.

OS - É, o problema de circulação, do livro e das revistas, ainda é muito sério no Brasil.

AJG - Diga-me uma coisa: a editora *Pensamento*... Qual o significado e a importância da editora *Pensamento/Cultrix* no mercado editorial brasileiro, melhor dizendo, a *Pensamento-Cultrix*?

OS - Eu tenho a impressão que a *Pensamento/Cultrix*, as duas estão numa média entre as 50 maiores editoras do país que produzem constantemente, editando, lançando livros e, portanto têm uma representação muito boa no mercado brasileiro. Eu diria que ela está entre as maiores editoras do Brasil. Mas sabe o que acontece? Vamos dizer que uma editora, vamos dizer a *Pensamento*: se ela lançasse hoje o “Hei de vencer”, imaginemos... estouraria. Mas a *Pensamento* é uma editora que tem um fundo de catálogo muito bom e isso faz com que ela fique numa posição muito boa no mercado, além do que ela está lançando novos livros todos os meses. Em função disso também, a posição da editora é muito boa no mercado. Eu não posso dar uma posição correta, mas, como disse, está entre as 50 maiores.

AJG - O senhor poderia nos falar um pouco sobre a relação do seu pai com o *Diaulas Riedel*? Como era?

OS - A relação do meu pai com o *Diaulas* foi pequena. Eu é que tive uma grande relação com o *Diaulas*. Nós, até os anos sessenta, um pouco mais, comercializávamos os livros da *Pensamento* através da *Catavento*. Acontece que em 1962 a *Siciliano* abriu a sua sexta livraria na cidade de São Paulo. Daí então eu fui conversar com o *Diaulas* lá no Largo São Paulo - ainda era lá - e aí que começa o nosso relacionamento realmente, porque eu conheci o *Diaulas*, para ser bem sincero, em novembro de 1958, num dia 27. O *Diaulas*, juntamente com o Leandro Meloni, aparece numa inauguração, quando nós fizemos uma grande reforma. A loja estava toda nova, na rua Dom José de Barros. E fizemos a inauguração, e o Leandro foi quem trouxe o *Diaulas*. Mas em 1962 nós abrimos nossa sexta livraria na Rua Teodoro Sampaio e nós já tínhamos uma logística: tinha carros para levar os livros para Santo André, São Bernardo, para Osasco. Então eu fui conversar com o *Diaulas* para pleitear uma melhoria nas nossas transações comerciais. E de fato o *Diaulas* entendeu e passamos então a ter condições diferenciadas; deixamos de ser atendidos pela *Catavento* e passamos a trabalhar diretamente com a *Pensamento*. Eliminou-se o intermediário e foi boa para nós e para ele, porque nós estávamos começando uma rede de

livrarias, então o trabalho do intermediário nós fazíamos também. Nós tínhamos também um depósito, tínhamos carros, então fomos aumentando as livrarias. Os negócios com o Diaulas e com todos os editores foram fluindo bem e assim o relacionamento do Diaulas comigo foi um relacionamento diferenciado - diferenciado pela espiritualidade do Diaulas. Quando visitava o Diaulas para falar de qualquer assunto, de repente enveredávamos para assuntos de religião, conversávamos sobre a história do Cristo. Lembro-me muito de conversas, quando nós queríamos saber onde Cristo esteve desde os doze anos de idade; então as nossas conversas sempre tiveram um fundo espiritual. Isso já quando eles (a editora) mudaram do Largo São Paulo para a Liberdade, rua Conselheiro Furtado e a partir dos anos oitenta para a rua Mário Vicente, no Ipiranga. E o nosso relacionamento sempre foi muito suave, muito bom. O Diaulas foi um mestre. Ele era um editor diferente, pela própria linha do que ele editava, ele vivia aquilo que ele editava, e me contava que recebia padres que iam lá conversar com ele sobre esse ou aquele assunto, sobre um livro que ele tinha editado, porque tinha um fundo de espiritualidade elevado, religioso. Os padres iam lá para trocar idéias, discutir, divergir. Além disso, o Diaulas e eu tivemos almoços freqüentes no *Le Casselore*, no Largo do Arouche, e para pagar a conta do almoço, nós apostávamos no *palitinho* (risos) e eu quase sempre perdia... Não sei se ele me tapeava, mas quase sempre ele ganhava, não sei se ele era médium (risos). Não sei lhe falar, mas o nosso relacionamento com o Diaulas, comercial, se diferenciou dentre todos os editores. Era um relacionamento diferente, havia um tratamento entre nós, não sei se porque eu também sou uma pessoa dedicada à religião, mas havia uma facilidade de conversa, de pontos de vista não muito divergentes. E está aí a Dona Terezinha que pode dizer e ser prova disso tudo, sobre as visitas que eu fazia ao Diaulas e dos almoços no *Le Casserole*, e tantas vezes o Leandro esteve conosco. O Diaulas foi um editor que contribuiu muito para o desenvolvimento do livro no Brasil e editou sempre uma linha sadia, em todos os pontos de vista. Se você pega o catálogo dele, tanto da *Pensamento* quanto o da *Cultrix*, você não vai encontrar nada que decepcione. A linha da *Cultrix*, por exemplo, quando ele lançou as grandes biografias, as coleções, todas eram obras diferenciadas e de conteúdo. Ele colaborou muito para o desenvolvimento do mercado de livros, também pela sua maneira de conduzir o negócio; ele não via somente o cifrão, ele tinha prazer em editar coisas de primeira grandeza. Eu, pelo menos, sempre tive um tratamento excelente e nós, quando fomos para o Rio de Janeiro, demos uma expansão muito grande para as obras da *Pensamento* e da *Cultrix* lá. E mesmo quando fomos para outras grandes capitais do Brasil. De sorte que o nosso relacionamento: *Siciliano*, *Pensamento*, *Diaulas* e *Cultrix*; eu considero um relacionamento sadio e benéfico para o livro.

AJG - Hoje o senhor que é um dos livreiros mais antigos de São Paulo. Pode nos

contar um pouco sobre o que é a presença da editora Pensamento-Cultrix na livraria Siciliano?

OS - É curioso. Vamos falar aqui no ABC: a *Siciliano* tem livrarias em Santo André e em São Bernardo, temos quatro livrarias nessa região, e, variando de local, há uma pequena variação na procura dos livros. Agora de uma maneira geral, é muito pequena a diferença que tem nessa loja, localizada aqui em Higienópolis, com uma loja localizada no metrô Tatuapé. Nós temos livraria lá também, além de uma no metrô Santa Cruz. Então não é grande a diferença. O interesse do público é mais ou menos similar com relação à *Pensamento/Cultrix*. A diferença entre ABC e capital é muito pequena. O mesmo que nós vendemos em Fortaleza - nós temos duas livrarias em Fortaleza - lá tem o que tem nessa loja. As livrarias de Fortaleza estão localizadas no Shopping Iguatemi ou como em Salvador...

AJG - *Todo mundo que teve um relacionamento com o Sr. Diaulas absorveu um pouco da forma dele ser. Como é que o senhor absorveu isso e conseguiu colocar essa forma dele ser na Siciliano?*

OS - Não, isso não... O problema entre o Diaulas e mim foi uma questão de encontro espiritual, nisso o nosso relacionamento foi diferente, mesmo porque eu não participava das compras da *Siciliano*. A minha função na *Siciliano* era outra: eu fui um grande *relações* para a *Siciliano*. Eu expandi a *Siciliano*, a minha preocupação era outra. Eu tinha que ter um relacionamento com os editores, diferente do negócio. Era algo gozado, tinha que ter jogo de cintura. Você tendo que se adaptar entre gregos e troianos... É você que tem que se adaptar. E eu me adaptei muito com o Diaulas, como eu já falei, por princípio religioso... Eu estudo religião até hoje, tenho um grupo religioso que se reúne a cada quinze dias, nós estudamos a religião. É por isso que meu relacionamento com o Diaulas foi uma coisa pessoal, eu nunca me envolvi no departamento de compras. Assim como hoje o José Vicente. Na época quando o Diaulas morreu, eu lidava com o Ricardo. Como? Nós íamos almoçar aqui perto e o relacionamento era outro, mas no *palitinho* ele também ganhava e eu entrava bem.

AJG - *O que o senhor achou das publicações da editora Siciliano na área em que ficou famosa a Pensamento?*

OS - Já vendeu bem, mas se chegou a vender metade do que a *Pensamento* vende, foi o máximo.

AJG - *O que da editora Siciliano, em termos de catálogo, atingiu mais o público? E depois: o que atingiu mais os editores e sensibilizou mais os escritores no catálogo da Siciliano?*

OS - Foi literatura em geral e muita coisa do exterior. Editou-se muito pouco autores

nacionais, essa é a verdade. E livros infantis: ainda hoje a *Siciliano* tem uma linha que se chama *Caramelo* e que funciona muito bem esse selo infantil na editora, funciona como estímulo à leitura.

AJG - Vamos voltar agora para uma coisa muito interessante que é quase um enigma para nós que estamos perguntando, porque infelizmente eu não tive o prazer de conhecer o Sr. Diaulas, só o Ricardo Riedel. Assim, é um consenso geral quando todos que fazem um discurso sobre o Sr. Diaulas, como o senhor acabou de falar.. A que se deve essa unanimidade, o que o senhor acha disso? Não teve um discurso que destoasse...

OS - O alto desenvolvimento espiritual como ser humano do Diaulas. Um empresário com um desenvolvimento espiritual e humano elevadíssimo. É assim que eu posso classificar: um empresário do livro, um homem culto e com um sentido de humanidade diferenciado, universalista. Esse foi o homem Diaulas.

AJG - E o homem Diaulas universalista e a cultura brasileira, como podemos correlacionar isso? Pensando num nível da espiritualidade que é afro-brasileira, afro-descendente, que é do caboclo, que é do indígena, ela aparece pouco no catálogo, aparece de forma periférica...

OS - O pai do Diaulas estava voltado para outra linha espiritual, esse era o problema, e com uma convicção plena: “estou bem, estou feliz, vou contribuir para a felicidade dos outros”, era essa linha...

AJG - Agora, qual a mensagem que você gostaria de deixar para nós, enquanto pessoas que estão pesquisando a trajetória de uma editora e desdobrando a trajetória da Imprensa no Brasil?

*OS - Eu acredito que a contribuição da editora *Pensamento*, voltada para o seu segmento editorial é a maior contribuição que ela oferece graciosamente ao desenvolvimento cultural do Brasil...*

AJG - Em termos da história da cultura brasileira, da história da cultura do livro, a grande contribuição é o desenvolvimento espiritual, espiritualista, aos moldes do que ela desenvolve, independente de não cobrir outras tendências?

OS - Ela parece que não está preocupada, digamos assim, com uma possível concorrência de outros meios. Ela está tranqüila, é isso. E foi assim que eu senti desde o primeiro dia em que fui falar com o Diaulas lá no largo São Paulo. Eu cheguei lá a primeira vez, naquele prédio maravilhoso, enorme. Parecia que você estava entrando num templo religioso - infelizmente derrubado pelo prefeito Faria Lima - mas o que vamos fazer... É o “progresso” que destrói e pouco constrói. Então é isso que a editora continua proporcionando à cultura brasileira, voltada para uma linha diferenciada.

AJG - E o Oswaldo Siciliano hoje, falando sobre a editora e sobre a Siciliano?

Com a palavra, o editor Oswaldo Siciliano

OS - Eu, embora esteja aposentado, para mim, são momentos com vocês, momentos de felicidade, de alegria, que me transportaram para as décadas de cinquenta, sessenta, setenta, oitenta... É um momento precioso na minha vida, que inclusive dá até um sentido à minha própria vida.

AJG - Estamos muito felizes por ouvir isso! Muito obrigado!

Autorizada para publicação em outubro/2007.

PESQUISAS

IMPrensa, DITADURA E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DA AUTO-IMAGEM DOS JORNAIS DO GRUPO FOLHA (1978/2004)

Elaine Muniz Pires*

Este texto tem como objetivo contribuir para a compreensão da história da imprensa brasileira na atualidade através do estudo da emergência da Folha de S. Paulo como um dos mais importantes jornais da grande imprensa nacional. Nossa pesquisa se dirige ao estudo da consolidação empresarial do Grupo Folha, suas relações com os governos militares e com a conjuntura das lutas contra a ditadura, pondo em foco a discussão da construção de uma imagem de jornal democrático e independente.

A evidência da imagem que se quer da *Folha de S. Paulo* tem um significado particular na imprensa brasileira, dada a complexidade da história da empresa marcada por diferentes proprietários e defesas políticas diferenciadas. Os principais jornais do conglomerado, as “Folhas”, como são conhecidas as publicações *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, em seus respectivos contextos, nunca gozaram de uma imagem pública bem delineada. Suas imagens variaram no decorrer de suas trajetórias, diferentemente de concorrentes como *O Estado de S. Paulo*, que há algum tempo possui uma imagem reconhecida de jornal conservador e liberal entre o público leitor. As mudanças nas linhas editoriais, as alterações no comando da empresa, os lançamentos, relançamentos e a aquisição de diferentes publicações são alguns dos fatores que contribuíram para a dificuldade encontrada na instituição de uma imagem para a empresa.

O Grupo Folha é formado atualmente pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo*, pela empresa de acesso à internet Universo Online (UOL), pela editora Publifolha, a agência de pesquisas Datafolha, além de outras empresas gráficas e de produção da notícia, como a Folhapress. Suas origens remontam ao 1921, quando do lançamento da *Folha da Noite* por Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo e Artêmio Figueiredo. Esses jornalistas, que trabalhavam n’*O Estado de S. Paulo*, visando criar um jornal que atingisse públicos leitores diferenciados, inauguraram uma publicação vespertina que dava ênfase às reportagens em detri-

mento de artigos, e que continha seções e linguagens diferenciadas. Em 1925, foi lançado o matutino *Folha da Manhã*, com apresentação e linguagem mais próximas da imprensa tradicional, concorrendo diretamente com *O Estado de S. Paulo*.

Segundo os fundadores, as “Folhas” priorizavam uma linguagem simples e a independência em relação a partidos, adotando o jornal opiniões flexíveis de acordo com as necessidades. No entanto, a partir de 1929, a *Folha da Manhã* apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, o que lhe rendeu o empastelamento em outubro de 1930.

As “Folhas” só voltariam a circular em janeiro de 1931, quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa, denominada Empresa Folha da Manhã Ltda. Fazendeiro e comerciante de café, os assuntos relativos à agricultura e à exportação do produto passaram a ser acompanhados de perto e o jornal abriu sucursais no interior. Ao defender a vocação agrária do país e criticar as medidas governamentais voltadas à industrialização, o público alvo deixou de se constituir principalmente de setores da classe média: o jornal voltava-se à elite.

Com o fim do Estado Novo e a volta à democracia, o Brasil conheceu um acelerado processo de industrialização. Enterradas as esperanças dos setores agrários na unificação dos interesses e sua defesa pelo Estado, em 1945 Octaviano vendeu a Empresa Folha da Manhã para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. Os novos proprietários assumiram as redações pretendendo defender a democracia e manter a imparcialidade em relação aos partidos políticos. Em 1949, lançaram mais uma publicação: a *Folha da Tarde*.

Nabantino implementou um processo de reformulação e modernização do jornal: estabeleceu critérios para a confecção da mensagem, inaugurou em 1953 a sede própria da empresa na Alameda Barão de Limeira, centro de São Paulo, e unificou as “Folhas” em 1º de janeiro de 1960 na *Folha de S. Paulo*, que passou a ser a única publicação da empresa. Começou a vigorar, nesse período, a concepção de neutralidade e objetividade jornalística. Porém, o esforço expresso nessas remodelações e a conjuntura econômica nacional não propiciaram o sucesso financeiro da empresa, impelindo Nabantino a vendê-la.

Em agosto de 1962 teve início o período fundamental para constituição do conglomerado. A Empresa Folha da Manhã passou para o controle dos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, encerrado recentemente. Frias era proprietário de empresas de variados ramos como a Estação Rodoviária de São Paulo e a Transaco, especializada na venda de ações diretamente ao público, além de ser um dos maiores granjeiros do país. Caldeira tinha origens na construção civil.

A historiografia produzida sobre o jornal é unânime em afirmar que, pouco íntimos dos meios de comunicação, Frias e Caldeira investiram nos anos 60 e 70 na reorganização

do empreendimento e no saneamento das dívidas através da modernização tecnológica, da renovação do sistema de distribuição de seus produtos e do estabelecimento de uma estratégia de crescimento voltada à aquisição de gráficas e publicações. Nos anos 80, quando a ditadura militar instituída no Brasil em 1964 entrava em seus momentos finais, a empresa remodelou sua estratégia e a *Folha de S. Paulo* tornou-se o jornal de maior circulação no país em 1986, posto mantido até os dias atuais sob o comando de Otávio Frias Filho, filho do principal proprietário do Grupo Folha.

O falecimento de seu pai, Octávio Frias de Oliveira, considerado um dos “barões” da imprensa brasileira, em 29 de abril de 2007, aos 94 anos, marcou uma série de debates sobre o papel da mídia na sociedade brasileira e trouxe à tona questionamentos sobre a imagem criada pelo e para o Grupo Folha nas últimas décadas. Enquanto o proprietário era aclamado como um dos principais responsáveis pelo retorno da democracia ao país na década de 1980 pela maioria das personalidades que lhe renderam homenagens, memórias dissonantes eram reveladas.

Poucos dias após sua morte, Hamilton Octávio de Souza e Vasco Oscar Nunes, jornalistas da Folha entre 1983 e 1986 e de 1970 a 1979 respectivamente, publicaram no portal “Comunique-se” - e posteriormente no site do “Observatório da Imprensa” - suas versões sobre o empresário “*para não deixar que a história seja reescrita conforme os interesses dos poderosos*”. Nunes citou, entre outros exemplos, a censura praticada e os agentes do Departamento de Ordem Política e Social que trabalharam na sede da empresa. E assim definiu Frias:

Frias era, como se diz, um ‘come quieto’, um ‘por dentro, pão bolorento, por fora bela viola’... Qualquer pessoa que o conhecesse o julgava uma ótima pessoa. Cortez, gentil, amigável, fala mansa, um diplomata, um ‘gentleman’. Mas no recôndito do seu egoísmo era um ditador. (Portal Comunique-se, 14/05/2007)

No dia sete de maio de 2007, o jornalista Edgar Olímpio de Souza publicou na “Revista Meio & Mensagem” o texto “Nem tão liberal assim” sobre Octávio Frias de Oliveira. O *box* presente no obituário de Frias rendeu a demissão do editor adjunto da revista, Constâbile Nicoletta, e uma greve na redação. No texto, o jornalista Edgar lembrava críticas do também jornalista Mino Carta às posições da empresa, favoráveis ao golpe de 1964:

O liberal Frias teve, de fato, uma história controversa em suas posições políticas. Logo ao comprar a ‘Folha’, teria feito do jornal um instrumento a serviço da conspiração golpista. Estampava manchetes sensacionalistas contra o ‘perigo comunista’ e assinava editoriais contra ‘a corrupção e a subversão’. Na fase mais aguda da ditadura militar, por exemplo, a ‘Folha da Tarde’, também do grupo, divulgava a morte de terroristas em emboscadas policiais quando estes ainda estavam na prisão. (Revista Meio & Mensagem, 07/05/2007)

Trazendo à tona novas lembranças, até à custa de seus empregos, esses jornalistas revelaram um movimento de contestação da constituição da auto-imagem do principal jornal do Grupo Folha, a *Folha de S. Paulo*, em que a figura do proprietário é apenas a parte mais recente deste processo.

Os questionamentos sobre a *Folha da Tarde* se devem ao fato de que, durante a ditadura militar, enquanto a *Folha de S. Paulo* não explicitava a defesa pelo regime militar em seu conteúdo, a *Folha da Tarde* fazia sua defesa deliberada. A maneira como reproduzia as informações advindas dos órgãos de repressão e o fato de possuir jornalistas policiais levaram a *Folha da Tarde* a ficar conhecida como o “jornal de maior tiragem do país”, em alusão aos “tiras” que trabalhavam na redação, e “diário oficial da OBAN”. Há ainda outras acusações que a empresa enfrenta sobre o período, como a ligação dos proprietários com militares e governantes, o uso de carros por centros de tortura, a linha editorial adotada, a prática da autocensura e os financiamentos concedidos pelo governo.

Essas polêmicas sobre a trajetória da empresa durante a ditadura militar começaram a afetar a imagem do Grupo Folha em 1999, quando publicações demonstraram a preocupação de ajustar as contas com esse passado contraditório. Até esse período, apesar de já existirem questionamentos sobre a temática, a empresa se concentrou em promover uma reformulação editorial de seu jornal carro-chefe, a *Folha de S. Paulo*, e de investir no reforço de uma imagem democrática para o jornal, possível a partir da ampla cobertura da campanha pelas Diretas-já em 1984. Essa imagem se confundia com a do grupo, enquanto que a atuação da *Folha da Tarde* durante a ditadura militar podia prejudicar os lucros e o crescimento de participação da empresa no mercado de comunicação nacional.

Ao nos depararmos com essas obras, que apresentam diversos aspectos de uma mesma história e interpretações produzidas sobre o Grupo Folha durante a ditadura militar brasileira, percebemos a importância da construção da imagem da *Folha de S. Paulo* a partir da década de 1980 e as implicações que as disputas por essas memórias poderiam trazer para a manutenção do prestígio e da vendagem de produtos, de onde deve surgir o interesse da empresa em tornar-se dona de sua história. Essas questões, emergidas através da análise das fontes e da pesquisa bibliográfica, nos levaram a investigar o processo em curso de construção da imagem do principal jornal do Grupo Folha, a *Folha de S. Paulo*, a partir da década de 1980, e os questionamentos sobre a legitimidade de sua auto-imagem, preocupação da empresa nos anos 2000.

A produção de um documento interno em 2004, intitulado *O Regime Militar e a Folha*, reflete a necessidade de reconstrução de uma interpretação sobre a atuação da empresa durante a ditadura militar, questionada naquele contexto (PILAGALLO, Oscar. 15/09/2004). A publicação de trabalhos como *Censura, Imprensa e Estado Autoritário*, de

Maria Aparecida de Aquino (SP: Edusc, 1999), naquele ano, e, em 2000, de *Um Acordo Forçado*, de Anne-Marie Smith (RJ: FGV, 2000), apesar de não se debruçarem especificamente sobre a *Folha de S. Paulo*, apontam o exercício da autocensura no principal jornal do Grupo Folha durante o período de censura à grande imprensa (1969-1975), fato que vai de encontro com a defesa da empresa, até então em voga, de que o jornal resistiu. Em 2004, a publicação de *Cães de Guarda: jornalistas e censores*, de Beatriz Kushnir (SP: Boitempo, 2004), que detalha as relações da *Folha da Tarde* com o regime militar, coroou esse processo de questionamentos, que repercutiu num esforço interno da empresa de resgate e escrita de sua história, buscando a continuidade da construção da auto-imagem da *Folha de S. Paulo* relacionada à defesa de eleições diretas em 1984.

As fontes principais de nosso trabalho concentram-se nas produções da empresa associadas à construção de seu passado e de sua auto-imagem, como as obras a *História da Folha de S. Paulo* (MOTA, Carlos Guilherme. SP: Impres, 1981), *O Brasil em Sobresalto* (PILAGALLO, Oscar. SP: Publifolha, 2002), *Mil Dias* (SILVA, Carlos Eduardo Lins da. SP: Trajetória Cultural, 1988) e o documento interno *O Regime Militar e a Folha*, de 2004. Para o enriquecimento dessa perspectiva, tornou-se necessário abordar também editoriais e reportagens que associam o jornal à Campanha das Diretas-já, os documentos do Projeto Folha, lançados entre 1978 e 1988, e peças publicitárias lançadas entre os anos 80 e 90.

Nosso trabalho se inicia com a análise da atuação da *Folha de S. Paulo* no processo de construção de sua imagem voltada à defesa dos valores democráticos, sobretudo a partir de seu engajamento na Campanha pelas Diretas-já. Para cumprir esse intento, foi necessário o resgate de uma tradição de jornal pluralista e independente dos governos, até então pouco reivindicada pela empresa, e a elaboração de um projeto de jornal que fixasse normas e estilos de produção da notícia.

Em um segundo momento, discutimos como a auto-imagem da Folha continuou a ser reforçada nas décadas de 80 e 90 através de estratégias de marketing e de publicações que rememoravam a participação da Folha na campanha das Diretas-Já, concomitantemente à reformulação do jornal implementada a partir do projeto editorial e do *Manual de Redação*. O novo período, inaugurado principalmente pelo diretor de redação Otávio Frias Filho a partir de 1984, foi marcado pelo anúncio incessante de uma objetividade jornalística e da execução de técnicas de produção da notícia identificadas com a lógica empresarial, em detrimento de uma cultura jornalística em voga até o início dos anos 80 e de um projeto editorial baseado em princípios democráticos proposto por Cláudio Abramo. A adoção da centralização do poder editorial nas mãos do diretor de redação, apesar de contraditória, foi responsável pela continuidade da afirmação de uma imagem relacionada ao processo de redemocratização, definida como estratégia de crescimento comercial.

Por último, analisamos um processo iniciado a partir de 1999, em que produções acadêmicas trouxeram à tona polêmicas relacionadas ao Grupo Folha e suas relações com o regime civil-militar brasileiro. A autocensura praticada pela *Folha de S. Paulo*, o apoio e participação no golpe militar de 1964, o papel conferido à *Folha da Tarde* em relação à repressão e os contatos entre os proprietários do jornal e os militares põem em xeque a imagem construída de defesa democrática. Para tanto, analisamos as produções institucionais a partir de 2001, que não só debatem os questionamentos emergidos, mas propõem respostas e a assunção por parte da empresa de aspectos escusos de sua trajetória, trazendo-lhes significados que permitem a manutenção da imagem em constante construção de jornal democrático para a *Folha de S. Paulo* e o grupo de que faz parte.

A análise que realizamos procurou elucidar as tramas de poder em que estão envolvidos os meios de comunicação, principalmente o seleto grupo de empresas familiares que monopoliza a mídia brasileira e que se consolidou no decorrer da ditadura militar. Entendemos que a grande imprensa é parte integrante e sustentadora da autocracia burguesa em suas mais diversas facetas, em tempos de ditadura e de democracia.

Diferentemente de autores que intitulam o regime político instalado no Brasil entre 1964 e 1985 como autoritarismo, defendemos esse movimento como uma forma bonapartista de autocracia burguesa em que, preocupada com a continuação de sua dominação política, a burguesia procurou unir os estratos conflitantes em torno de um único objetivo: a autodefesa de seus interesses. Não entendemos que existisse uma ameaça real de tomada do aparelho do Estado pelas classes trabalhadoras no governo de João Goulart. Para nós, os setores burgueses se uniram nesse contexto sobretudo diante das pressões sociais emergidas no governo de João Goulart, reflexo de projetos sociais antagônicos implementados, e da resistência de setores proprietários associados ao imperialismo internacional relacionada à aprovação das reformas de base.

Preocupados em manter sua dominação política e econômica, os setores proprietários precisavam unir-se em torno de um ideal comum para seu fortalecimento e para a continuidade do desenvolvimento capitalista. Esse consenso necessário só seria possível através de uma aparente ruptura com a ordem vigente e com a execução de um governo que intensificasse a opressão e a repressão visando o esvaziamento do poder de reação das classes dominadas e de setores divergentes da burguesia. O elo forte dessa cadeia foi representado pelas Forças Armadas, que deram uma nova face ao poder político burguês, aparentando uma ruptura com o modelo anterior, mas continuando a servir aos interesses burgueses indiretamente, de maneira ditatorial, repressiva e opressiva.

Em relação à atuação da imprensa, identificamos sua participação como um dos sustentáculos na conspiração do golpe e para a manutenção do regime militar. A maioria dos veículos de comunicação emitia editoriais e reportagens apontando o “perigo vermelho”

no país, além de participar de encontros para promoção do movimento. Dada a concepção adotada, vemos essa relação como fruto da união dos setores da burguesia, em que está incluída a grande imprensa. Para nós, os veículos de comunicação de propriedade burguesa decidiram promover o golpe militar e legitimar os governos constituídos após 1964 por verem atendidos seus interesses capitalistas e de manutenção de classe no poder.

Como na derrocada do golpe militar de 1964, a mídia teve destacado papel na campanha das Diretas-já. Desde o início do processo de “distensão política”, a maior parte da mídia apoiou a abertura dirigida pelo governo defendendo a transição de maneira ordeira, em consonância com os projetos governamentais, e aproveitando-se das manifestações sociais para sua autopromoção. A *Folha de S. Paulo*, que emergiu como um dos principais jornais do país em 1986, o de maior circulação até os dias atuais, constitui um dos melhores exemplos desse processo e da imbricação/relação entre imprensa e Estado, não assumida. O prestígio e o crescimento em venda alcançados são resultados da remodelação do projeto editorial da empresa e, sobretudo, da construção de uma auto-imagem de jornal realizada a partir da década de 80, que nega a defesa de interesses governamentais pelo Grupo Folha.

A base de sustentação dessa imagem se encontra na rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído na busca da empresa de tornar-se dona de sua história e silenciar questionamentos que possam ferir o prestígio alcançado. Nesse sentido, a empresa resolveu promover obras sobre sua trajetória, inicialmente com a assinatura de historiadores prestigiados, mas posteriormente contando apenas com o método de trabalho jornalístico.

A manutenção a duras custas de uma imagem do jornal e da memória institucional significou e significa para a Folha sua sustentação no mercado jornalístico e a manutenção do lugar alcançado enquanto grupo de mídia. A própria lógica de produção da notícia diretamente relacionada ao mercado e baseada na pretensa objetividade jornalística, inaugurada com o Projeto Folha e o *Manual de Redação*, encontraria grande dificuldade de êxito não fosse a cobertura dada pelo jornal à campanha das Diretas-já. E, por outro lado, a suposta busca da construção da notícia de maneira objetiva e com pouca interferência da opinião do jornalista foi usada para justificar o princípio de independência defendido, construído com uma idéia de distanciamento da empresa em relação ao governo, demonstrado nessa perspectiva em 1984. No entanto, o fato do Grupo Folha defender o fim da ditadura militar significava mais um apoio ao argumento distensionista dos governos militares do que a independência defendida, assim como esse princípio se encontrava ausente em momentos anteriores de seu passado.

O movimento em prol da legitimação da imagem da *Folha de S. Paulo*, iniciado em 1981 ganhou em 1984 um trunfo que garantiu a associação do jornal à independência defendida em relação aos governos. Nesse ano, a ampla cobertura dada à Campanha das Diretas-Já permitiu à empresa reivindicar o título de jornal democrático, mesmo que a decisão de participar das movimentações sociais a favor de eleições presidenciais diretas fizesse parte de uma estratégia acordada com o projeto de “distensão e abertura política” promovido pelos governos militares. Nesse sentido, a ausência de independência foi remodelada pela empresa a favor da imagem que se queria construir do jornal. O próprio conceito de democracia - que para a *Folha de S. Paulo* significava a representação e limitação da participação social nas estruturas do Estado através do voto e admitia na defesa da ordem burguesa a implantação de regimes políticos coercitivos - passa a ser transmitido como sinônimo da independência em relação ao governo, sendo afastadas do debate as ocasiões em que a empresa colaborou, como na promoção do golpe militar de 1964. O papel desempenhado pela *Folha da Tarde*, outro jornal do grupo, durante a ditadura também deixou de integrar a memória da empresa a partir de então, já que a atuação colaboracionista e de defesa explícita das políticas governamentais e da repressão estatal não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, à imagem da própria empresa, que se confunde até os dias atuais com a da *Folha de S. Paulo*.

Com a repercussão inesperada da campanha das Diretas-Já, a empresa implantou ainda em 1984 o Projeto Folha e o *Manual de Redação*, que alteravam a forma de produção da notícia e programavam o investimento maciço em marketing, visando a reforçar a auto-imagem da *Folha de S. Paulo* e aumentar os lucros.

No entanto, a estratégia de utilizar-se da memória para legitimar seu lugar nas estruturas de poder voltou-se contra o Grupo Folha nos anos 2000, quando obras acadêmicas começaram a debater a atuação da *Folha da Tarde* durante a ditadura militar, além de questionar a autocensura empregada pela *Folha de S. Paulo* e as relações dos proprietários do jornal com personagens importantes dos governos militares. A empresa se viu obrigada a fazer um ajuste de contas com seu passado e a reconhecer a *Folha da Tarde* como uma co-irmã da *Folha de S. Paulo*, admitindo que sua trajetória colaboracionista com os governos militares - e sensivelmente ligada aos órgãos de repressão - também integra a história da empresa e contradiz os princípios democráticos e independentes aclamados para a Folha.

Apesar desse processo se realizar partindo da negação da responsabilidade da empresa em todos os questionamentos levantados, a auto-imagem em construção para a *Folha de S. Paulo* e, em extensão, para o Grupo Folha, sofreu um golpe profundo e fez

com que a memória da empresa incorporasse uma leitura sobre as denúncias dirigidas ao grupo, dando-lhes, porém, conotação atenuada e não as reconhecendo enquanto política empresarial.

Essa análise demonstra como a *Folha de S. Paulo* conseguiu alcançar um grande prestígio e tornar-se um dos maiores jornais do país na década de 80, a partir da modelação e fabricação constante de uma auto-imagem para o jornal que não se efetiva ao longo de sua história. Independência em relação aos governos, que às vezes significa também defesa das liberdades democráticas ou da liberdade de empresa, se constitui para a *Folha* como um princípio concreto no plano teórico, já que, de fato, a maior parte da mídia nacional não tem caráter estatal. No entanto, dada sua conformação enquanto uma das esferas do poder burguês que, portanto, defende sua manutenção no comando do Estado e os interesses próprios da imprensa, em várias situações, a imprensa sente a necessidade ou decide simplesmente defender as políticas governamentais. Assim, essa independência não se efetiva na maioria das situações, já que a grande imprensa critica aspectos da política governamental, mas não necessariamente a natureza ou a estrutura do Estado. E os benefícios de manter relações amistosas com os grupos que dominam a máquina estatal são inegáveis, haja vista a consolidação dos meios de comunicação nacionais durante o regime militar. A independência pode ser de fato em relação ao governo, mas não em relação ao Estado, o que implica num mecanismo muito intrincado e de difícil dissociação.

Assim como o restante da mídia, a *Folha* dá exemplos de como essa articulação entre as esferas de poder burguês é estreita. De maneira ainda mais intensa que outros veículos da imprensa escrita, a empresa colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos; apoiou e promoveu o projeto de “distensão e abertura política” a partir do governo Geisel; auxiliou o processo de eleição de Fernando Collor de Mello.

A mensagem que fica deste trabalho é para a reflexão sobre as artimanhas e maneiras como se estrutura o poder da mídia, como integra os desígnios do Estado e como manipula sua função e seu papel, fazendo transparecer uma imagem irreal para a sociedade da maneira como notícia e de sua própria configuração, como alimenta um sentido puramente informativo e recobre com maquiagem as relações concretas e interesses que norteiam sua constituição.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Mestranda do Programa de Estudos Pró-Graduados em História da PUC-SP.

PEDRO LOZANO S.J., UN HISTORIADOR OFICIAL

Josefina G. Cargnel*

Pedro Lozano fue el más prolífico de los nueve cronistas de la provincia jesuítica del Paraguay, designado para relatar la historia de la actuación de los padres en esta gran provincia jesuítica americana. Además de numerosos documentos nos legó cuatro obras históricas de fundamental importancia para el análisis de las sociedades coloniales de la región en las que utilizó los archivos de las provincias.

Mediante becas otorgadas por la Secretaría General de Ciencia y Técnica de la UNNE en Argentina, estamos trabajando desde el año 2005 con este fecundo autor de la Compañía de Jesús, Pedro Lozano (1697-1752). En esta oportunidad nos proponemos hacer una breve presentación de los temas que hemos abordado y las líneas de investigación que surgen a partir de la lectura de las obras de este autor.

La historiografía jesuítica

La historiografía jesuítica ocupa un lugar importante dentro de la historiografía colonial, no solo porque los padres de la Compañía tenían un nivel cultural sobresaliente que hacía muy ricos sus escritos, sino también porque, pese a que llegaron después de las etapas iniciales de la conquista, tuvieron un papel preponderante en la evangelización y la atención espiritual y cultural de estas regiones.

Entre los siglos XVII y XVIII los miembros de la Compañía de Jesús realizaron el mayor aporte al estudio de la historia hispánica. Estos religiosos contaron desde un principio con sus propios cronistas encargados de redactar las Cartas Anuas, una extensa información que cada año era elevada por los Padres Provinciales al General de la Orden, residente en Roma, sobre diversos aspectos de las misiones ubicadas en esta parte

de América. En su constante búsqueda de documentos oficiales y privados, también se ocuparon de la historia civil y sentaron las bases de los estudios posteriores sobre variados temas.

En 1607 los jesuitas dividen la provincia peruana y crean la provincia paraguaya con sede en la ciudad de Córdoba, que comprendía las actuales regiones argentinas, paraguayas, chilenas, brasileras y uruguayas. Desde esta fecha hasta la expulsión en 1767 se suceden nueve cronistas oficiales de la Orden jesuítica, tres de los cuales resultan particularmente importantes por sus obras históricas: Nicolás del Techo, Pedro Lozano y José Guevara.

La relación de las actividades de la Orden, sus trabajos apostólicos y de exploración forman un nutrido grupo de obras que poseen particular importancia en la historiografía, cubriendo este largo período de nuestra historia. Este conjunto abarca tanto la crónica eclesiástica como la vida política y social de los distritos rioplatenses a los que se agregan monografías dedicadas a pueblos indígenas o regiones particulares que enriquecen considerablemente el aporte jesuítico. Estas obras pueden ser ordenadas según el género y el momento en que fueron redactadas de acuerdo con el siguiente criterio: las cartas anuas, las primeras crónicas y testimonios, las historias de la Compañía y la literatura del exilio. (MAEDER, Ernesto. *La historia argentina durante la época hispánica*. Cuestiones preliminares. Cuadernos Docentes. Rcia, IIGHI, 1983:16)

El Autor

La vida de Pedro Lozano dejó escasos rastros documentales, como no fueran aquellos que señalan sus pesquisas en los archivos; sin embargo consta que gozaba entre sus contemporáneos de la reputación de hombre docto y de escritor diligente y erudito, según lo que afirma el padre José Guevara en su “Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán” (In: Pedro Lozano. *Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*. Bs.As: Biblioteca del Río de la Plata, 1873: 1). Los datos más amplios pertenecen a la investigación que realizó Guillermo Furlong S. J. en su obra “Pedro Lozano S. J. y sus Observaciones a Vargas”, donde recogió los estudios anteriores de Andrés Lamas, Rómulo Carbia y Carlos Leonhardt y algunos aportes realizados por Francisco de Aparicio.

Lozano nació en Madrid en 1697; ingresó con catorce años a la Compañía de Jesús en 1711 y profesó en agosto de 1730. Se ignora el año en que llegó a América, pero por algunos datos de la biografía que escribió sobre el padre Julián Lizardi S.J., se establece que arribó al Río de la Plata en 1714. En 1715 vivía en Córdoba, había hecho sus primeros votos y estaba consagrado a los estudios de humanidades o retórica. En 1723 realizó la Tercera Probación, “como un segundo noviciado consagrado sobre todo a la vida espiri-

tual” (FURLONG, Guillermo. *Pedro Lozano y sus Observaciones a Vargas*. Bs. As: Librería del Plata, 1959: 14). Llegó a ser profesor de Filosofía y Teología y fue destinado a Santa Fe desde 1724, donde tuvo a su cargo la congregación de indios y negros. Las ocupaciones que se le asignaron en Santa Fe no eran tan arduas, por lo que Furlong considera que ya en esa época estaba asignado a los trabajos bibliográficos. Sin embargo, plantea el mismo autor, si estaba destinado a los trabajos históricos no se comprende porque vivía en Santa Fe y no en Córdoba, con lo que queda abierto el interrogante.

Estando en Santa Fe realiza la Profesión Solemne y después de una breve estadía en Corrientes y en Asunción, en pleno conflicto con los comuneros paraguayos, fue destinado a Córdoba. A partir de 1730, aparece en el catálogo como “historiographus provinciae” y en adelante no tiene otra ocupación. Realizó numerosos viajes por los territorios del Río de la Plata, Cuyo, Tucumán y las Misiones, pero su residencia fija era Córdoba.

Constan numerosos registros de pedidos de “papeles” y en 1737 se solicitan alumnos para ayudar al padre Lozano, nombrándole dos amanuenses para una historia voluminosa que “va escribiendo”. En 1748 también aparece en los catálogos como confesor en el colegio de Córdoba; este cargo y el de resolutor de casos de conciencia nos dan a conocer que la teología moral era también uno de los fuertes de Lozano.

Falleció en Humahuaca en 1752 en un viaje que realizaba hacia Lima, en el Virreinato del Perú, para reclamar ante el virrey y la audiencia por las consecuencias que tendría para las misiones orientales el Tratado de Límites de 1750, ya que las autoridades de la provincia jesuítica “no conformes con los documentos enviados decidieron enviar a un experto que verbalmente expusiera al virrey y a la audiencia de Charcas las funestas consecuencias del mismo”. (Ibidem: 29)

Podemos encontrar sus obras editas e inéditas en distintos archivos y bibliotecas de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile y España, entre otros lugares. Su producción es muy copiosa de la cual mencionamos la traducción de diversas obras, biografías, informes, alegatos jurídicos y políticos firmados en algunos casos por él mismo y en otros utilizados por sus superiores, como cartas al provincial de la Compañía, cartas anuas, protestas contra producciones de la Audiencia y los ya citados textos referidos al Tratado de Límites, entre los documentos oficiales y también traducciones al castellano de los ejercicios espirituales ignacianos, diccionarios históricos y apuntes para su autobiografía.

Dentro de las obras referidas a la historia colonial, las más importantes son:

Descripción chorográfica del Chaco. Impreso en España en 1733 y posteriormente reeditado por la Universidad del Tucumán en 1940. Esta obra constituye una

descripción del Chaco, siendo la primera obra del descubrimiento y conquista de nuestra región.

Historia de las revoluciones de la provincia del Paraguay. Impreso en Madrid en 1721-1735 en dos tomos, cuya finalidad es responder a las acusaciones contra los jesuitas en el conflicto de los comuneros paraguayos.

Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay. Impreso en Madrid en 1754 - 1755, que fuera encargado por sus superiores para narrar la historia de la Compañía en esta provincia

Historia de la Conquista de las Provincias del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán. Impreso en Buenos Aires en 1873-1875 por Andrés Lamas.

Las obras trabajadas

Hasta el momento hemos trabajado con *La historia de la conquista* y *La historia de la Compañía*. Esperamos poder trabajar en profundidad estas dos obras y las restantes con estudios doctorales que comenzaremos en breve.

Acerca de las obras trabajadas podemos decir que son obras extensas y sumamente relacionadas, ya que a Lozano le habían encargado escribir la historia de las actuaciones de los padres jesuitas en las provincias rioplatenses; esta narración formó *La historia de la Compañía*; sin embargo nuestro autor afirmaba que no podía explicar estos sucesos sin describir antes el “teatro” donde los misioneros se destacaron, escribiendo *La historia de la conquista*. Guillermo Furlong afirmaba que en una de las censuras a este libro se le recomienda a Lozano dividir la obra, que había comenzado como una sola, en dos partes como las conocemos ahora.

La historia de la conquista está compuesta por cinco tomos que tratan las provincias del Paraguay y Río de la Plata, los tres primeros; y la provincia del Tucumán los restantes; editada tardíamente por Andrés Lamas en 1873-75. Los libros abordan distintas temáticas, comenzando con una descripción geográfica y etnográfica de las gobernaciones señalando terreno, ríos, flora, fauna y principalmente los pueblos aborígenes que habitan cada provincia. Se ocupa de la flora y de la fauna apelando constantemente a la creación divina de América y estableciendo comparaciones a partir de la flora y fauna europeas o conocidas por los españoles. Se extiende al tratar de la yerba mate llamándola “hierba del país” y explica detalladamente el uso entre los indígenas, la adopción que hacen los españoles y la forma de cultivo, recolección y venta en las Misiones y los enfrentamientos que esto produce con los vecinos asunceños.

Ocupan un lugar especial en la obra el origen del hombre americano y la prédica de los discípulos en estas provincias; Lozano nos ofrece todas las hipótesis que se habían

formulado hasta la época en la que escribía. Y demostraba a través de las huellas de Santo Tomás esculpidas en las piedras, la presencia de misioneros en América antes del descubrimiento.

En los libros siguientes se ocupa de la historia civil del Río de la Plata hasta el año 1745. Comienza con los primeros viajes de descubrimiento de la zona y continúa el relato con los principales acontecimientos, haciendo hincapié en los políticos, entre estos detalla los sucesos de la fundación de cada una de las ciudades de estas provincias, desde la convocatoria a los vecinos para “fundar”, los sucesos del traslado, la fundación y cuando la documentación se lo permite, Lozano nos ofrece los nombres de los conquistadores o vecinos que se ofrecen para el llamamiento y las designaciones de aquellos que ocuparon los primeros cargos en las nuevas ciudades.

La historia de la Compañía también es una extensa obra compuesta por 8 libros divididos en dos tomos, editada en Madrid en 1754. En esta, Lozano realiza una descripción sumamente detallada de las acciones de los misioneros jesuitas desde la convocatoria de Hernandarias y de Francisco de Victoria, obispo del Tucumán, tanto al provincial peruano, como al provincial brasilero, por considerar que el dominio del guaraní que poseían los misioneros facilitaría la prédica y conversión de los indios guaraníes. Queremos resaltar que dicha narración es sumamente pormenorizada, destacando los trabajos de las misiones de cada uno de los padres, intercalando citas de autores, cartas personales de los protagonistas y Cartas Anuas que son, en los escritos de Lozano, fuentes indiscutibles.

Asimismo hace una breve descripción de la provincia de Chile y la llegada de los misioneros jesuitas a estas zonas. En uno de los libros, dedicado prácticamente a Chile, agrega la descripción de la Cordillera de los Andes asombrado por la altura y “fragosidad” del terreno; expone las características de los indios chilenos y algunas biografías de destacados misioneros chilenos. Del capítulo XI en adelante, vuelve su mirada a las provincias del Tucumán y Paraguay y cuenta la llegada del segundo grupo de misioneros a estas provincias, las actuaciones de los mismos describiendo especialmente los trabajos en las misiones entre infieles y la visita del padre Romero a las distintas residencias de los padres.

Al igual que en los libros anteriores, así como en *La historia de la conquista*, en esta obra se repiten numerosos milagros concedidos por gracia de San Ignacio, distintas advocaciones de la Virgen o Jesús, ya sea alentado a los misioneros en las dificultades, suavizando el carácter de los indios o milagros que se conceden para la conversión de los infieles y para aumentar la devoción entre los pobladores españoles. Esta manifestación

divina se hace presente numerosas veces en este libro, sobre todo en las primeras misiones y en la primera época de conquista donde algunos soldados españoles y pocos sacerdotes deben propagar la fe católica. Es entonces cuando los milagros reconfortan los corazones con apariciones, aliento en las batallas o en las largas caminatas, fuentes de agua, entre otras cosas. Avanzando los siglos, los milagros “se hacen escasos”, dice Lozano.

Avances realizados

Comenzamos a trabajar en la restitución de *La historia de la conquista* a fines de 2004. Esta obra fue separada en 1745 sin razones aparentes y solo se remitió a Europa para que fuera editada la sección correspondiente a *La historia de la Compañía*. De ese manuscrito existían cuatro copias que estaban en Asunción, Argentina, Montevideo y Santiago de Chile. Los dos primeros desaparecieron y entre 1873 y 1875 Andrés Lamas editó en Buenos Aires para su Colección de Obras, Documentos y Noticias del Río de la Plata *La historia de la conquista* de Pedro Lozano sobre la base de un manuscrito obrante en Montevideo conocido como “códice Cabrer” por haber pertenecido a José María Cabrer. En esa época ya se conocía la existencia de otro manuscrito sobre la misma obra que se conserva en el Archivo de Santiago de Chile que había sido comprado en España por Benjamín Vicuña Mackena, quien luego lo había donado al gobierno chileno.

El códice de Santiago de Chile difiere del de Montevideo en los agregados, las correcciones y las anotaciones marginales que el propio Lozano realizó para mejorar su obra. De allí la necesidad de una nueva edición sobre este códice en la cual nos embarcamos con el aliento del doctor Ernesto Maeder, quien había traído una copia microfilmada del manuscrito y la dirección de la doctora María Silvia Leoni.

Este manuscrito fue realizado por varios copistas, está corregido, aumentado, firmado de puño y letra de Lozano y su firma y rúbrica aparecen en varios párrafos dando mayor autenticidad al manuscrito. Tiene notas marginales en toda la obra, correcciones en cuanto a la ubicación de las ciudades y pueblos, fechas y cantidad de habitantes, ya sea indígenas o españoles. También tiene agregados en hojas pegadas al texto con información adicional que reunió el autor después de concluido el manuscrito. No hay grandes diferencias en cuanto al contenido con el manuscrito con el que trabajó Lamas, pero sí tiene insertos en el cuerpo del texto, numeración de párrafos, títulos y subtítulos que hacen más ágil la lectura.

Durante la restitución y el estudio de esta obra en particular y de la bibliografía referida al tema observamos que este libro, pese a que muchos autores remarcaban su utilidad e importancia, nunca había recibido un análisis historiográfico y que todos los estudios sobre el mismo se detienen en la década de 1950. Es poco lo que se ha escrito

sobre Lozano; Lamas, Carbia, Cardozo y, sobre todo Guillermo Furlong, se han dedicado cuidadosamente a la tarea que Lozano realizó con sus escritos, pero estos estudios se detienen en la década de 1950. De allí en adelante nos han sido muy útiles los trabajos de José Mariluz Urquijo y Daisy Rípodas Ardanaz. Pero todos abordan tangencialmente la temática historiográfica en los escritos de los jesuitas, sin hacer análisis de una obra o un autor en particular. Algo similar sucede con respecto a la historiografía jesuítica en general; los padres jesuitas fueron prolíficos pero sus escritos, salvo a la hora de ser rescatados para nuevas ediciones o reediciones, no han sido abordados como objeto historiográfico.

Así nos embarcamos en nuevos trabajos de investigación desde la historia social de la historiografía en los que transformamos a estas fuentes en nuestro objeto de estudio. Nuestro interés radica en poder observar en las obras de Lozano las características de la producción jesuítica, las particularidades del autor, las relaciones entre las obras y una vez cumplida esta etapa, comenzar con la búsqueda documental que nos reflejará las tensiones existentes en el momento dentro y fuera de la Compañía, las influencias o presiones que Lozano recibía, entre otros aspectos para definir el contexto de producción.

Sobre los temas mencionados hemos realizado algunas presentaciones en distintos congresos en Argentina donde pudimos exponer avances de esta investigación. Abordamos la cuestión del citado, ya que Lozano, sobre todo en el primer libro de *La historia de la conquista* hace más de trescientas citas de autores. Hemos detallado las citas, el modo de citar, los autores y los documentos que cita, contextualizándolo en una época donde la producción histórica no estaba reglamentada y no existían, como en la actualidad, normas para el citado. Nos resta realizar ese trabajo con los otros libros de esta obra, aunque a simple vista sabemos que es muy inferior la cantidad de citas; así como observar estas cuestiones en las otras obras de Lozano.

Basándonos en las ideas de Michel de Certeau, quien afirma que no se puede borrar la particularidad del lugar desde donde habla el historiador y el ámbito desde donde investiga, hemos estudiado las principales características, sobre todo de *La historia de la conquista*, como una fuente y como una obra historiográfica; este último nos pareció el análisis más rico a realizar, para convertir a la obra en una “ventana” por la cual mirar diferentes rasgos de la vida y del contexto de este padre jesuita.

Consideramos que la idea del lugar social que de Certeau presenta en la operación historiográfica es fundamental para estudiar la obra de Lozano, al afirmar que toda investigación historiográfica se enlaza con un lugar de producción socioeconómica, política y cultural. Implica un medio de elaboración circunscrito por determinaciones propias. Se halla pues, sometida a presiones, ligada a privilegios, enraizada en una particularidad. Precisamente en función de este lugar “los métodos se establecen, una topografía de inte-

reses se precisa y los expedientes de las cuestiones que vamos a preguntar a los documentos se organiza.” (México: Universidad Iberoamericana, 1993: 69).

En el transcurso de este último año empezamos a realizar las comparaciones entre las obras. Comenzamos por *La historia de la conquista* y *La historia de la Compañía*, ya que creemos que tienen un origen común como mencionábamos. Creemos válido este origen común ya que en el prólogo de *La historia de la Conquista* Lozano afirma que le habían encargado escribir la historia de la provincia jesuítica del Paraguay y considera que debía realizar una introducción describiendo el territorio donde se desarrollaron las “proezas de los jesuitas”.

Comparamos algunos aspectos de forma, las estructuras, la cuestión del citado, la temática trabajada - que es diferente pero se entrelaza constantemente - entre otras cuestiones. Creemos que las diferencias son mínimas y son muchos los elementos en común que existen entre las dos obras. Entre las diferencias señalamos los detalles referentes a una obra editada y sobre todo el tratamiento de la región chilena en *La historia de la Compañía*; sin embargo las similitudes son mas numerosas en cuanto al tratamiento de los temas, a la postura de los jesuitas frente a los otros sacerdotes ya sean regulares o seculares, la providencia que marca todas las acciones de los padres en América y destacamos el excesivo detalle de las biografías y de las tareas de los padres o algunos actores de estas provincias cuyas acciones “*son dignas del recuerdo*”, así como el “olvido” o la falta de tratamiento, propio de la encomiástica, para aquellas prácticas que “se pueden olvidar”. Tampoco podemos dejar de señalar la crítica a aquellas personalidades de la conquista que se enfrentaron con los jesuitas, que aparece en ambas obras.

Si bien algunos autores han criticado a Lozano porque este creía algunas de las fábulas más comunes y porque aquellas cosas “extrañas y maravillosas” de América las presenta indiscutidas, debemos contextualizarlo en una época de descubrimiento donde América es el paraíso divino por conquistar para la fe. En los libros de los padres jesuitas, América se enmarca en la lucha por ganar almas para Dios y sacar a los gentiles de la oscuridad en la que viven, por esto es lógico encontrar la dualidad Dios - Diablo y este representado en animales monstruosos o de tamaño desmedido cuyos oráculos impiden la llegada del Evangelio, lo cual a su vez nos brinda información sobre el imaginario de un religioso español que nos permite nuevas líneas de análisis. Señala Furlong que “su gloria estriba en el hecho de haber sido el primero que abrió una picada a través de la tupida y enmarañada selva de los sucesos facilitando así a la posteridad, la provechosa y placentera oportunidad de recorrer el camino por él esbozado y afirmado con tanto acierto

y halagüeño resultado.”(FURLONG, Guillermo. Op. cit.:5)

Las valoraciones a la producción de Lozano son generalmente positivas y numerosos historiadores hablan sobre la utilidad de las obras de este historiador jesuita. Se ha dicho que “Lozano es para los historiadores argentinos, uruguayos y paraguayos lo que Tácito para los ingleses, César para los franceses y Tito Livio para los italianos. Es nuestro historiador por antonomasia.”(Ibidem: 66-67) Este papel que se ha atribuido forma mas relevante el análisis de su producción.

Recebido em julho/2007; aprovado em outubro/2007.

**IMPrensa E MEDO BRANCO.
A CRIMINALIZAÇÃO DOS PEQUENOS QUILOMBOS
SERGIPANOS (1871/1876)**

Igor Fonsêca de Oliveira*

Grande parte dos historiadores, quando se dedicaram a pesquisar a escravidão no Brasil, privaram-se de estudar as pequenas revoltas escravas e os quilombos menores. Ganham ênfase, assim, apenas as grandes insurreições e os grandes quilombos. Os mocambos e as revoltas que logo foram sufocadas pelo aparelho repressor ficaram durante anos relegados, por serem considerados de menor importância e de pouca contribuição para o processo histórico que se desenrolaria a partir dali.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar noticiário da imprensa e outras atitudes dos grupos sociais dominantes na província de Sergipe D'el Rey, no século XIX, contra essa experiência negra de luta.

De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda (2004), quilombo advém do quimbundo (língua dos bantos de Angola), que significa povoação. E mocambo quer dizer, na mesma língua, cumeeira, que no nordeste brasileiro ficou com o sentido de habitação miserável, cabana.

Em sua obra *A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz*, a historiadora e pesquisadora Maria Nely (Aracaju: J. Andrade, 1997: 112), ao retratar os caminhos para a liberdade na província, defende a importância de se recolocar a denominação *mocambo* no seu verdadeiro contexto. Concordo com a posição da autora e optei neste trabalho por utilizar o termo mocambo ao me referir a tais núcleos de negros fugidos na província sergipana.

O mocambo constitui abrigo, ambiente onde o negro fugido buscaria refúgio. Construído com palhas secas ou materiais achados nas florestas, tomava a forma de um telhado, um cume. Desta maneira, pode-se dizer que o quilombo é uma macro-estrutura, uma confederação de mocambos.

No século XIX, eles estiveram mais presentes em Sergipe, na região fértil da Zona do Cotinguiba, que agrupava não somente o maior número de engenhos, mas também captava uma alta densidade populacional escrava.

Em nota intitulada “Abolição da Escravatura no Brasil”, o *Jornal do Aracaju*, em 27 de dezembro de 1871, fazia referência à matéria publicada no periódico português *Jornal da Noite* acerca da promulgação da lei nº 2040, de 28 de setembro do mesmo ano, apelidada posteriormente de Lei do Ventre Livre.

O Brasil libertou os escravos. O governo propoz, o corpo legislativo aprovou, a nação applaúdio e a história universal registrará em páginas de ouro este immortal triumpho da civilização brasileira, esta glorioza homenagem á liberdade e ao evangelho. (nº 226, p.03)

Muitos foram os jornais estrangeiros que tiveram suas matérias transcritas em periódicos brasileiros, comentando a referida lei: o jornal inglês *Daily-News* escreveu, em 3 de setembro de 1872, que “o jubileu do Império brasileiro foi com muito acerto acolhido por um grande ato de libertação”.(Idem)

O projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados em maio de 1871 desencadeou um amplo debate nacional acerca da reforma da escravatura. Após meses de intensos debates, foi levado à votação, em 27 de setembro de 1871, sendo aprovado no dia seguinte. Pela primeira vez na história negra brasileira, os escravos adquiriam o direito de galgar sua liberdade através do pecúlio, tornavam-se também de condição livre todos de propriedade do Estado.

Porém, os efeitos esperados não foram colhidos de imediato, como a sociedade abolicionista ansiava. Por sua vez, a ineficiência dos fundos de emancipações e da lei em geral faria emergir novos conflitos na sociedade escravista brasileira. A ansiedade explodiu, materializando-se em forma de rebeldia; as fugas e as insurreições tornaram-se cada vez mais parte do cotidiano das províncias. Os asenzalados identificavam as brechas da legislação brasileira; suas interpretações - eivadas pela esperança da libertação - se chocavam com a visão gradual e lenta do abolicionismo brasileiro.

É diante dessa realidade que o então Presidente da Província, Luiz Álvares Azevedo Macedo, reclamou, em 4 de março de 1872, na Assembléia Legislativa local, da falta de segurança individual e de propriedade com que viviam os sergipanos desde a promulgação da lei do Ventre Livre.

Alguns escravos mal aconselhados e imbuídos da idéia de que se acham todos livres do cativo pela lei nº 2040 de 28 de setembro e que não gozam de suas liberdades porque os seus senhores a isso se opõe, se tem refugiado nas matas, e reunidos em quilombos, sabem de vez em quando de seus esconderijos, e pelas povoações e pelas estradas cometem roubos, espancam vítimas de seus latrocínios e já algumas mortes tem cometido. O susto e a desolação tem assaltado o povo, que vê em perigo a sua vida e a sua propriedade, e com instancia se pede ao governo remédio para tão grande mal. (Idem, nº246, 05/05/1872:04)

A partir desse momento, tornaram-se cada vez mais presentes, nas documentações oficiais dos presidentes da província, como também nos jornais, reclamações e notícias sobre o surgimento de quilombos por todo território sergipano. Estes alterariam a realidade pacífica da província - tão aclamada pelos chefes policiais nos relatórios anuais - pois, juntamente com esses núcleos, emergia a Síndrome do Medo Branco e todos os estereótipos que pudessem justificar a coisificação proposta pela sociedade escravista.

O *Jornal do Aracaju* escreveu, em 20 de dezembro de 1871, sobre o estado assustador com que se encontra a cidade de Laranjeiras, devido “a reunião de quilombos nas matas dos engenhos ali próximos”. (Idem, nº 225, 20/12/1871: 02)

A inexistência de praças no corpo policial é apontada como a principal causa da sobrevivência desses núcleos na região. Essa situação

não facilita a adoção de uma medida como exigem as atuais circunstâncias, em consequência de estarem muitas praças em diversas localidades da província, que se acham em idênticas condições. (Ibidem)

Na ocasião, foram expedidas ordens para colocar à disposição do delegado municipal de Laranjeiras uma força da Guarda Nacional para a extinção dos quilombos ali existentes.

Recrutar homens e preparar uma diligência para combater os mocambos não era tarefa das mais fáceis. Muitas vezes, devido à demora e à burocracia nos preparativos, as ordens e as discussões das estratégias a serem empreendidas tinham início em um governo e o real envio das tropas só era realizado em outro.

Uma constante nos relatórios presidenciais da província sergipana era a discussão acerca da caótica situação da Guarda Nacional na província. Em março de 1871, o major comandante do corpo de polícia escreveu sobre a falta de segurança em que se encontrava a província de Sergipe D’el Rey, atribuindo essa realidade à carência de soldados para por fim aos horrorosos fatos produzidos pelos quilombolas.

Os periódicos também reclamavam constantemente dessa falta de segurança. Através do *Jornal do Aracaju*, datado de quatro de fevereiro de 1872, a população tomou conhecimento de um ofício enviado pelo então Secretário de Polícia Joaquim Barbosa Lima ao Presidente Luiz Álvares de Azevedo, em que relatava as dificuldades enfrentadas pelo poder policial no combate à criminalidade na província.

Segundo o ofício do dia 25 de janeiro de 1872, o cidadão José Bernardino fora atacado por 11 salteadores, todos muito bem armados e com montarias, por volta das seis horas da tarde. Esfaqueado e alvejado com um tiro no braço direito, Bernardino fora enviado ao Hospital de Caridade de Laranjeiras, já em estado de convalescença. O Secretário de Polícia ainda lamentava o estado em que se achava esta província, “invasa por criminosos

de outras províncias pelo lado do norte, e perseguida pelos escravos fugidos, que formam quilombos em diversos lugares”. (Idem, n° 225: 02)

Uma vez mais, o medo esteve latente nas folhas do *Jornal do Aracaju* em março de 1872. Neste, a segurança individual e da propriedade encontrava-se ameaçada novamente. O Chefe de Polícia relatava sobre “o terror em que se encontram vários pontos importantes da província”. (Idem, n° 246: 04)

Lembrava da experiência vivenciada pelo cidadão José Bernardino ao se deparar com diversos salteadores nas terras do engenho Cafuz, em Laranjeiras. Na diligência enviada para prender tais criminosos, por pouco o comandante não foi atingido por uma punhalada.

A cidade de Rosário encontrava-se em igual situação, devido ao grande número de fugas e ao medo que estas causavam. Salteadores e escravos fugidos traziam terror à população. Habitantes de prestígio, como o senhor Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, constantemente cobravam providências da autoridade policial local. Segundo o Chefe de Polícia, os bandidos estavam estacionados entre as linhas de Rosário, Pé do Banco, Divina Pastora, Capela, Missão de Japarutuba, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras e Pintos: “Porto da Folha, termo da comarca de Própria, é atualmente o ponto da província, que mais deve prender a atenção da administração da província e da polícia”. (Idem)

Ali, alojaram-se vários criminosos advindos das províncias da Bahia, Alagoas e Sergipe. Montando suas habitações às margens do Rio São Francisco, exatamente na divisa entre as três províncias, conseguiam dispersar-se rapidamente com a chegada das forças repressoras, obrigando assim a haver uma comunicação entre as autoridades destas províncias no intuito de liquidar tal mal.

O Presidente da Bahia disponibilizou, no termo de Jeremoabo, uma força policial com mais de cem praças. O presidente de Alagoas alocou “uma força considerável de mais de 80 praças, dirigidas pelo próprio comandante da polícia”. (Ibidem)

A província sergipana mandou para o termo de Porto de Folha, uma força policial de apenas 18 homens, “comandados pelo distinto capitão Deocleciano Aurélio de Menezes”. (Ibidem)

O governo alagoano emprestou uma companhia contendo 20 praças para auxiliar as forças repressoras de Sergipe.

Discutidos todos os planos e estratégias, e tomadas as devidas providências, as tropas marcharam ao encontro dos criminosos. Na batida, apenas dois homens foram capturados, “um criminoso e um recruta”, este último provavelmente um desertor que se foi unir aos criminosos por temer o recrutamento para os campos de batalha paraguaios.

Após as batidas, o bando voltou a atacar. Desta vez, a vítima foi o guia Pedro, que conduziu as tropas repressoras até ao ponto onde os salteadores estavam alojados.

“Mataram-no barbaramente, fazendo propalar que darão o mesmo destino a todo aquele que servir de guia as forças estacionadas ali”.(Ibidem)

Nos relatos do Secretário de Polícia, ocorreu a aglutinação de homens brancos (foragidos da lei) com escravos fugidos das senzalas nas ações criminosas. Como a fuga representava uma ameaça à ordem escravista, e a partir desse momento eram considerados malfeitores e bandidos, não era incomum que pessoas livres, perseguidas pela justiça se juntassem a esses negros em busca de abrigo e proteção.

Essas alianças eram de suma importância para a manutenção da liberdade. Outros indivíduos se aliaram na dinâmica estabelecida pelos calhambolas. Estes procuravam fixar-se em áreas não muito distantes de locais onde pudessem estabelecer trocas comerciais, conseguindo assim permutar com vendeiros os produtos oriundos dos furtos e saques. Os ranchos eram levantados nos arredores das matas dos engenhos. Essa proximidade, à primeira vista ousada, propiciava uma maior comunicação entre os negros fugidos e os remanescentes das senzalas, dificultando assim a ação das diligências repressoras.

Em março de 1872, o *Jornal do Aracaju* trouxe a seguinte nota a respeito dessas alianças:

A amizade e a proteção que quase todos os escravos dos engenhos votam aos quilombolas são sérios obstáculos: dão não só aviso como guardiã no caso de qualquer emergência, mesmo dentro das senzalas. (Ibidem)

Essa particularidade dos mocambos sergipanos é tida como um dos principais motivos da vitaliciedade e constância desses núcleos na história escrava da província.

Segundo Clóvis Moura e Décio Freitas, os mocambos sergipanos adquiriam caráter predatório,

(...) desenvolviam atividades de guerrilhas, como forma de dar combate aos opressores, e agiam itinerantemente. Para aquisição de comidas, armas e munições - indispensáveis na manutenção da liberdade - assaltavam e saqueavam proprietários e viajantes. (D'ACELINO, Severo. Aracaju: Casa da Cultura AFRO Sergipana, 1994: 04)

A regularidade com que as diligências se embrenhavam nas matas dos engenhos, em busca dos negros aquilombados, fazia com estes vivessem em constante mobilidade, impossibilitando assim o desenvolvimento de uma atividade agrária de subsistência.

A segurança na província, do ponto de vista dominante, encontrava-se abalada. Pedidos de reforços nos destacamentos municipais foram uma constante nos relatórios policiais enviados à presidência da província. Uma parcela da população, amedrontada, assistia perplexa aos crimes que, segundo os documentos oficiais e a Imprensa, sempre tinham como autoria os quilombolas. Estes seriam os principais responsáveis pela falta de segurança individual e de propriedade vivenciada pelos sergipanos.

Uma tristíssima causa vai-se verificando: os escravos assassinam hoje em dia sem o menor motivo, unicamente pelo prazer de terem a deliciosa vida de galés! [...] É isto horrível, mas é verdade. (Jornal do Aracaju, nº 469: 02)

A luta do negro contra a escravidão, todavia, era a luta contra a injustiça e a intolerância de uma sociedade débil. O escravo ferido feria. Agredido, agredia. Suas ações eram facetas de enfrentamento de seu processo de coisificação.

O medo faria com que as autoridades policiais do Império e uma parcela livre da população acompanhassem de perto qualquer boataria de levantes de escravos ou de formação de mocambos. Para esses, os núcleos de escravos fugidos representavam uma grande ameaça à ordem vigente. Assustados, viam ameaçada a sua segurança individual e das suas propriedades. *A Síndrome do Medo* (MOURA, Clóvis. Maceió: EDUFAL, 2001: 115) dominava o psicológico dos escravocratas.

Na manhã do dia 20 de janeiro de 1873 foram avistados em um lugar chamado Patióba, termo de Japarutuba, dentro da casa de uma preta africana, dois quilombolas, um de nome Venceslão e outro de nome Rufino. O primeiro fugira do Engenho Coité e o segundo, do Engenho Bom Jardim, termo do Rosário. Dessa vez, os próprios moradores da localidade se arriscaram na tentativa de capturá-los. Ao realizarem o cerco à casa, os negros perceberam a presença dos civis e evadiram-se rapidamente do local, disparando vários tiros das pistolas que levavam em punho. Uma das pessoas que tentavam capturá-los foi gravemente atingida pelos tiros disparados pelo escravo de nome Venceslão. No dia 30 de março do mesmo ano o *Jornal do Aracaju* trazia a notícia da captura, no termo de Rosário, do Africano Venceslão: “um dos chefes mais temíveis dos quilombolas, e contra quem pesam os crimes de assassinato, roubo e outras tropelias por ele praticadas”. (Jornal do Aracaju, nº 364: 01)

O escravo Rufino, considerado um dos mais perigosos quilombolas sergipanos, se entregou poucos meses depois na casa do seu senhor. Sua rendição teria como causa as constantes diligências empreendidas pelo Tenente João Batista na região. Numa das batidas realizada pelo tenente, foram capturados, nas matas do engenho Periperi Novo e Velho, três escravos fugidos. Mais uma vez, devido ao número de praças existentes, não foi possível realizar mais prisões.

Albano, escravo fugido do major José Ribeiro de Souza, assassinou com tiros o senhor José Victal dos Santos e a esposa deste, no termo de Riachão. O motivo que o levou a cometer tal delito: crer que esse casal estava incumbido de efetuar sua captura. O escravo teria prometido ainda retirar a vida de mais quatro pessoas, residentes na mesma vila. Todas elas estariam incumbidas de capturá-lo.

Não se pôde constatar se o escravo Albano cumpriu essa sua promessa. Porém, mais um homicídio lhe seria atribuído. Cerca de dez dias após ter assassinado o casal Victal, Albano mataria nas imediações do rio Pianhy, na mesma vila, o senhor Manoel Pedro Ferreira.

Mais praças foram requisitados para reforçar o destacamento policial de Riachão, para que assim pudesse obter “eficácia da repressão de semelhantes crimes e da prisão, de seus autores”. (Idem, n° 434:10)

Albano entrou para a lista dos quilombolas mais temidos de toda a província.

Os soldados metiam-se nas matas, enfrentando os perigos e as surpresas que essas podiam proporcionar. Destacaram-se na captura dos quilombolas o tenente Jeremias Roberto de Carvalho, o tenente João Baptista da Rocha e o chefe de polícia Manoel José Júnior. Homens aos quais os periódicos não cansavam de tecer elogios aos seus trabalhos.

O agora capitão João Baptista da Rocha continuaria a realizar importantes capturas por toda a província. Dentre elas, destacou-se a captura do escravo Albano. O capitão, juntamente com alguns paisanos, conseguiu capturá-lo na comarca de Lagarto. Retirava-se da vida “erradia” um dos mais temíveis quilombolas sergipanos. Porém, tantos outros continuavam à solta, espalhando medo e insegurança por toda a província, na perspectiva da imprensa e do governo .

O quilombola João Mulungu é tido por alguns estudiosos sergipanos como o herói da resistência escrava na província sergipana. Ele fugiu no ano de 1868 do Engenho Mulungu, termo de Itabaiana, donde derivaria seu sobrenome. Tinha na ocasião entre 17 e 22 anos de idade. Ao evadir-se da casa do seu senhor, Mulungu, juntamente com os escravos José da Silva e Manuel da Hora, formaram o Rancho Boa Vista, no termo de Capela. Iniciava assim a história de um dos mais temidos quilombolas da província de Sergipe D’el Rey.

Parcela da população sergipana, amedrontada, ouvia o ecoar dos crimes cometidos pelo dito escravo e seu bando. Na madrugada de primeiro para dois de agosto de 1874, o cidadão Fernando Manuel Barbosa, proprietário do engenho Sumbinho, no município de Siriri, juntamente com sua família, presenciou momentos de terror ao ver a casa grande ser saqueada. Na ocasião, o dono do engenho acreditava estar “cercado pelo bandido João Mulungu com sua quadrilha de ladrões”.(Idem, n° 53: 04)

Manuel Barbosa e sua família talvez tivessem a certeza que não sairiam vivos daquele encontro. Certamente, já tinham ouvido relatos dos crimes cometidos pelo negro Mulungu. Dias depois, constatariam que quem estava a realizar tais saques no Engenho Sumbinho era o negro Francisco Correia Dantas Coelho, e não o temido quilombola.

Em julho de 1873, o Chefe de Polícia informou ao presidente o paradeiro de João Mulungu e seu bando. Estes se encontravam “residindo na margem do rio Vasa Barris,

junto ao engenho Itaperoá, do termo de Itaporanga” (Idem, n° 398: 01)

A partir do ano de 1874, quase todos os documentos que trataram de quilombolas referiram-se aos crimes cometidos por João Mulungu e seu grupo.

Em primeiro de fevereiro de 1874, um habitante do município de Divina Pastora, sob o pseudônimo de *O Paciente*, escreveu um ofício à presidência da província e ao Chefe de Polícia, revelando e cobrando providências acerca da falta de segurança em que se encontravam. Seus relatos foram publicados no jornal *A Liberdade* duas semanas depois:

Buscam todos um apoio e ninguém o encontra senão nos próprios recursos, os quais, como é fácil compreender, não podem satisfazer e dar tranqüilidade a população culta e muito laboriosa deste município assas, rico pela uberidade dos seus terrenos e digno de melhor sorte.

É tal a condição anômala do município nestes últimos tempos, que parece trazer a reprodução de outras eras em que a justiça se fazia pelo bacamarte. O município de Divina Pastora se acha na posse do salteador João Mulungu. E nem se presume que há exageração neste dizer, e senão que sejam ouvidos os habitantes deste município e em especial desta vila.

O quilombola João Mulungu acaba de estabelecer sua residência com a terrível quadrilha no seu antigo aposento do Eng° Limeira, após a diligência que em pessoa dirigiu o Snr. Dr. Chefe de Policia para os lados do Rosário do Catete. Não tardou em manifestar-se pelos roubos nas fontes de lavar, pelos furtos de cavalos e bois nos pastos dos engenhos, carneiros, perus e mais criações nos quintais das casas desta vila, e pelas freqüentes fugidas dos escravos que são seus seduzidos e escandalosamente ingressam a quadrilha. O terror, o desanimo, a falta de segurança estão na consciência de todos. (Idem, n° 42: 01)

João Mulungu e seus companheiros não seriam os únicos responsáveis pela falta de segurança em que se encontrava aquele município. *O Paciente* assim se referia:

[...] de tudo isto se procura a causa e só ela encontrada (não há duas opiniões), dizem todos, no Juiz Municipal Dr. Jenuino José Gomes, pela maneira porque tem relaxado o exercício do seu cargo, suas tendências em favor dos criminosos pela impunidade dos crimes e o menosprezo com que são tratados os deveres do seu magistério. (Idem)

Quem duvidasse das suas acusações faria o seguinte questionamento:

A este respeito que fale o testemunho do brioso e honrado capitão Rocha, que aqui já esteve como delegado militar em comissão, cujo nome ainda é abençoado de toda esta população pacífica, qual foi a dificuldade maior com que enfrentou no seu empenho contra os bandidos e se não foi justamente, a autoridade do Sr. Juiz Municipal Dr. Jenuino José Gomes? (Ibidem)

Segundo o depoimento do morador de Divina Pastora, o capitão João Batista lhe confessara que muitas das diligências empenhadas na captura de João Mulungu e outros malfeitores malograriam devido ao aviso que o dito Juiz concedia aos quilombolas.

Como se pode constatar, as acusações feitas contra o Juiz Municipal Dr. Jerônimo eram extremamente sérias e severas. Talvez ciente de que poderia receber retaliações, o reclamante utilizava-se do pseudônimo “*O Paciente*” para manter sua verdadeira identidade preservada. Caso as acusações fossem cabíveis, as retaliações poderiam vir tanto do Juiz Municipal, como dos próprios escravos fugidos.

Mulungu e seu grupo continuariam a disseminar o medo entre os divina-pastorenses. A autoridade policial local informou ao Chefe de Polícia mais alguns crimes que teriam como autores os ditos escravos. Além do que, informou da suspeita de eles serem atacados dentro do próprio quartel do município.

Consta-me que o regente desses malfeitores é o celebre quilombola João Mulungu, e o seu imediato é Manoel Jurema.

Hoje chegou ao meu conhecimento, que aqueles malfeitores esta preparando-se com muitos quilombolas para invadirem esta Vila, prometendo vir até o quartel com seus companheiros atacarem a força, e já tem prevenido dois quilombos com quinze escravos para esse fim; mas não se pôde ainda capturar aquele malfeitor porque todo o movimento que se dá na vila ele no é sabedor, visto ter sócios nesta vila que se prestam a avisarem a ele. (Ofícios expedidos - AG.1.04 - APES. 13 de janeiro de 1876, doc. 05)

Tomando conhecimento dos crimes cometidos pelos escravos na região de Divina Pastora, o capitão João Batista escreveu, em 14 de janeiro de 1876, ao Chefe de Polícia Vicente de Paula oferecendo-se para realizar a captura do negro Mulungu. Com a experiência de já ter no seu currículo a captura de 53 calhambolas, João Batista ainda dizia que tinha “muito prazer em restar este pequeno serviço a minha Província à V. S^a que tanto tem se esforçado para moralidade dela” (Ofícios: escravos - AG.1.04 - APES. 14 de janeiro de 1876, doc. 06).

O novo Juiz Municipal de Divina Pastora, Manoel Cardoso Vieira, mostrou logo estar mais empenhado que seu antecessor em resgatar a segurança individual e da propriedade naquela região, que há tempo se encontrava esquecida. Assim que soube que o negro Mulungu estava no termo de sua jurisdição, dirigiu-se pessoalmente ao Chefe de Polícia, dispondo-se a auxiliá-lo na captura do dito quilombola. Vicente de Paula, chefe de polícia, assim que soube de tal fato, designou que uma diligência, sob a liderança do capitão João Batista, fosse ao encontro dos quilombolas. O encontro dos dois “Joãos” se deu seis dias após o próprio capitão ter-se colocado disposto a combater Mulungu.

De um lado, João Mulungu, que, segundo os documentos oficiais, era o “mais audas, o chefe dos escravos fugidos”. Do outro lado, o capitão João Batista da Rocha, que também, segundo os documentos da época, “era um oficial sempre pronto para as diligências mais arriscadas que a polícia empreende”. Após cinco dias de incessantes batidas às matas dos engenhos da região, o quilombola foi capturado.

Encerravam-se os quase dez anos de “vida erradia” do negro Mulungu. Capturado, o quilombola foi trazido para Aracaju como um troféu.

Por toda parte em que a intrépida escolta passava com o referido escravo, era vitorizada pelo povo em massa que manifestava ainda francamente o seu agradecimento ao Dr. Juiz Municipal de Divina Pastora, ao capitão João Batista da Rocha e ao alferes Marcolino, os quais acompanharam aquele malfeitor até esta capital onde tem sido objeto de curiosidade. (Typ. do Jornal do Aracaju. P. 11. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/000023.html>>. Acesso em 03 fev 2007)

Levado a interrogatório, foi-lhe perguntado qual o motivo da sua fuga. Respondeu ele que

(...) sendo ainda de pouca idade seu senhor o subcarregava de trabalhos superiores as suas forças e castigando-o às vezes sem razão o fazia com rigor, [...] fugir por não suportar mais a maneira porque seu senhor o tratava, já surrando-o já trazendo lhe ao pé uma corrente e sujeitando-o a pesados serviços como o de botar fogo na fornalha; e efetivamente não mais procurou quem o comprasse e sim entranhar-se pelos matos. (SANTOS, Maria Nely. Aracaju: J. Andrade, 1997: 122)

João Mulungu também confessou que preferia ser enforcado em praça pública a ter que retornar para casa de seu senhor.

Para as forças policiais, a captura de Mulungu representava a vitória branca frente às sublevações negras na província. Sua captura gerou tanta euforia entre as autoridades policiais que Vicente de Paula assim escreveu à presidência da província:

Agora tenho a satisfação de dizer a V. Exc. que considero extintos os quilombos. O mais forte elemento de resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se receava, foi capturado [...] (Typ. do Jornal do Aracaju. P. 11. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/000023.html>>. Acesso em 03 fev 2007).

As autoridades da província estavam equivocadas. O aprisionamento de João Mulungu não significou a extinção dos agentes quilombolas das matas da província. Os negros continuariam a fugir e, caçados como animais, mantiveram a disseminação da Síndrome do Medo entre os sergipanos. No combate à resistência negra, continuava o impetuoso João Batista a liderar diligências por toda a região do Cotinguiba. Outros Mulungus estavam à solta!

A luta negra pela liberdade foi uma constante na província de Sergipe D’el Rey. Como modelo de resistência, destacou-se o grande número de fugas do cativo. Contudo, as grandes preocupações das autoridades estavam centradas nas ações dos quilombolas. Os mocambos perdurariam até a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888.

Os negros fugidos da província desenvolveram uma ampla rede informal de comunicação, o que proporcionou a manutenção desses núcleos durante a vigência do regime escravo no território brasileiro.

Os mocambos foram erguidos nos arredores das matas dos engenhos, proporcionando uma maior comunicação entre os assenzalados, fazendo com que muitas das diligências repressoras enviadas para combatê-los os encontrassem abandonados.

Essa rede de comunicação não se restringiu aos escravos que permaneciam nas senzalas: por outro lado, adentraram nesse “campo negro” autoridades locais, senhores de engenho e comerciantes, por temerem serem vítimas dos homicídios praticados. Em Sergipe, os mocambos adquiriram caráter predatório, o que devido a suas ações de rebeldia na manutenção da liberdade fez emergir a Síndrome do Medo.

O fenômeno quilombola em Sergipe, não obteve uma unidade no ato de enfrentamento ao regime escravista, capaz de gerar grandes transformações na relação escravo-senhor. Suas atividades são dimensões do desejo de liberdade e do ódio, nascido e alimentado pelos rigores do cativo e da sua desumana utilização pela economia açucareira.

As atitudes e posturas dos quilombolas muito auxiliaram para que fosse discutida a escravidão e o seu fim.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

IMPrensa E PROTESTANTISMO NO BRASIL (1864-1930)

Micheline Reinaux *

Ao analisar a produção, divulgação e difusão da imprensa protestante no Brasil no período compreendido entre os anos de 1864-1930, procuramos demonstrar os aspectos centrais que decorrem desta pesquisa de doutorado, que consiste no levantamento e na leitura dos materiais concernentes à publicação protestante em território nacional. Tal editoração salienta-se pela pluralidade de formas, incluindo jornais, opúsculos e livros, bem como pela diversidade do público visado. As publicações destinavam-se às crianças, aos jovens e adultos e até mesmo aos estrangeiros residentes em terras brasileiras, almejando uma adesão ampla aos projetos indicados. Havia, também, impressão de material para uso dos convertidos, como as revistas destinadas a serem utilizadas na escola dominical.

No período que iniciamos a abordagem da história da imprensa protestante no Brasil, o catolicismo romano ainda era a religião oficial. Não obstante, devido às relações anglo-portuguesas, os missionários protestantes desfrutaram de relativa liberdade no Império. Já no II Reinado, os missionários dedicaram-se a dar publicidade por meio da imprensa às suas idéias. Inicialmente, eles compraram espaços em jornais seculares, editando colunas nas quais divulgavam suas confissões religiosas. Ainda neste período, já dão início à própria editoração, publicando jornais confessionais, folhetos e livros (AZEVEDO, 1996: 154).

Diante disto, podemos inquirir de que modo a imprensa foi utilizada para difusão do pensamento e das crenças protestantes pela sociedade brasileira. Dada a importância da editoração para a divulgação do protestantismo, convém elucidar as estratégias das quais os missionários e convertidos lançaram mão para divulgar suas publicações. Procuramos demonstrar a intensidade com que os missionários e membros de confissões protestantes no Brasil apostaram na influência e eficácia da palavra imprensa para difundir o pensamento religioso protestante no Brasil, de meados do Segundo Reinado ao final da Primeira República.

Como afirma Israel B. de Azevedo, “a história da editoração evangélica se confunde com a história do próprio protestantismo brasileiro” (AZEVEDO, 1996: 154). Em seu livro sobre a formação do pensamento batista no Brasil, Azevedo nos informa que já no ano de 1915 o catálogo da publicadora batista contava com 104 livros e 53 folhetos (Ibidem: 198).

São inúmeros os relatos entusiasmados dos missionários sobre a distribuição de textos impressos, utilizados como forma de divulgação da fé reformada. A fala do missionário batista Bagby ressalta a importância creditada à produção e à distribuição destes folhetos:

Nossa influência parece estar sempre aumentando. Muitos estão lendo os tratados e folhetos que distribuimos. Os sacerdotes nos denunciam publicamente, e advertiram o povo contra a assistência aos nossos cultos, apesar disto eles vêm. (Apud: REILY, 2003: 149-150)

Segundo o autor de um dos principais livros sobre a história da denominação batista no Brasil, “a escassez da literatura religiosa produzida pelos catholicos no Brasil [oferecia] aos evangelicos uma oportunidade extraordinaria”. O mesmo autor informa que os missionários “pioneiros reconheceram este facto e começaram immediatamente a publicar folhetos e livros para explicar ao povo as doutrinas baptistas”. Pois, conforme o mesmo, teria “que haver o periodo de propaganda antes do estabelecimento de qualquer instituição social” (CRABTREE, 1937: 121).

Com o intuito de desenvolver o trabalho da imprensa de sua denominação, os presbiterianos, por sua vez, fundaram no ano de 1883 a Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos, que tinha como objetivo arrecadar fundos para a publicação, pois, segundo Eduardo Carlos Pereira, seu idealizador:

Ninguém, por certo, nega as grandes vantagens de pequenos folhetos na disseminação das verdades religiosas entre o povo. Ora, sendo manifesta a falta, em português, de pequenos tratados que, de uma maneira concisa, clara e edificante, anunciem aos pobres o Evangelho, pareceu-nos de uma conveniência intuitiva a criação de uma sociedade que, [...], pode, todavia, [...], fortalecer-se, de maneira a opor, no futuro, uma barreira eficaz a essa literatura corruptora que alaga infelizmente as diversas camadas de nossa sociedade. (FERREIRA, 1992, vol. II: 206)

A pesquisa revelou que havia um circuito de produção desses títulos, que incluía editores estrangeiros, de Portugal, EUA e Inglaterra. Vários dos títulos distribuídos no Brasil pelos missionários eram editados em Lisboa, Nova York e Londres. Essa prática, porém, de recorrer a tipografias do outro lado do Atlântico não era exclusiva dos missionários protestantes, sendo corrente entre publicadores laicos.

As editoras brasileiras, na segunda metade do século XIX, quando começou a existir público para a literatura, e ainda bastante limitado, mandavam imprimir no exterior, em Portugal, na França, na Alemanha. Essa norma entrou pelo século XX adentro. A impressão de livros aqui era exceção e não regra. (SODRÉ, 1999: 242)

Disponemos de várias referências de livros e folhetos distribuídos no Brasil mas editados em Lisboa, tais como os seguintes títulos:

A cruz de Miguel Lorio. Lisboa: Typographia e Litographia de A. E. Barata, 1897.

O caminho de Deus para a paz. Lisboa: Typ. Luso-Britannica, 1877.

O capitão de navios e seu grumete - Historia Verdadeira. Lisboa: Livraria Evangelica, 1916. (Centro de Documentação e História Rev. Vicente Themudo Lessa - I Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo - Catedral Evangélica. Todos as citações documentais são deste acervo, salvo quando indicado de outra fonte)

Se ampliarmos a análise para a circulação desta literatura confessional, percebemos que seu alcance mostra-se muito mais largo, abrangendo várias regiões de língua portuguesa. Temos evidência desta amplitude de circulação pelas indicações, em alguns dos folhetos, de que os depósitos de literatura protestante localizavam-se nas seguintes cidades: “Depósitos em Portugal - Lisboa, Porto, Funchal, Ponta Delgada. África: S. Vicente de Cabo Verde, G.H. Agnew - Inhambane [Moçambique]. Brazil - Rio de Janeiro”.

Vários outros folhetos eram editados nos EUA, como demonstra a seguinte referência de um dos folhetos: “Robert T. Grant, Box 830, Los Angeles, Califórnia. J.S. Taylor, Bible Truth Tract Depot, 524 8th S.T. Oakland, California”. E outros ainda na Inglaterra, como *As cartas de São Pedro*. Londres: *The Scripture Gift Mission*, 15, Strand, W.C.

Além da variedade na origem dos exemplares dados à divulgação pelos protestantes, há sinais de que se dirigia, igualmente, a um público linguisticamente diversificado. É o que se depreende da existência e divulgação no Brasil de títulos como *Las Cartas de Pablo á los gálatas, efesios, filipenses, colosenses, tesalonicenses, Timoteo, Tito y Filemon e Il Camino Perduto*, que revelam, a nosso ver, a preocupação também com os imigrantes estrangeiros que chegavam ao Brasil em grande número durante a Primeira República.

Denota, igualmente, um significativo paralelo com a imprensa secular, pois, segundo nos informa Heloisa de F. Cruz, no final do século XIX a imprensa paulistana “assume um caráter plurilinguístico, [...] inúmeras publicações são editadas em italiano, espanhol, alemão, francês e sírio” (CRUZ, 2000: 121). Os missionários viram, provavelmente, nestes grupos uma oportunidade de evangelização, porém sabiam que suas publicações em português não os atingiriam. Entende-se, portanto, as edições em seus idiomas pátrios.

Entre os títulos publicados no Brasil, nem todos eram editados por gráficas ligadas aos missionários. Alguns textos tinham sua impressão e edição encomendada à editoras comerciais, como a Tipografia Universal Laemmert, a segunda mais importante da Corte,

cujos proprietários eram os protestantes Eduard e Heinrich Laemmert. Esta editora publicou o primeiro número do jornal (1864) *Imprensa Evangélica* (SANTOS, 2006: 41). Duas décadas depois, os mesmos editores deram à prensa o opúsculo *A minha conversão*.

Deve-se notar que os próprios folhetos eram veículos de divulgação da literatura protestante e da atuação dos missionários e convertidos. Na última páginas dos folhetos era comum encontrar os nomes de outros livros e folhetos e como adquiri-los:

A Sociedade de Tractados já publicou os seguintes folhetos:

No. 1. O culto dos sanctos e dos anjos.....	\$200
No. 2. O único advogado dos peccadores.....	\$100
No. 3. O culto das imagens.....	\$200
No. 4. Um brado de alarme.....	\$100
No. 5. Trabalho e Economia ou a fidelidade de Deus.....	\$100

Quem quiser alguns destes folhetos, poderá dirigir-se ao Thesoureiro da Sociedade, Manoel José Rodrigues da Costa, rua dos Andradas n. 31, ou por carta à Caixa de Correio n. 14 - São Paulo.

Em maços de 10 exemplares vende-se com abatimento de 20% (PEREIRA, Eduardo Carlos. *A Lingua*. SP: Sociedade Brasileira de Tractados Evangelicos. 1890).

Da mesma forma, os folhetos traziam indicações de locais onde havia igrejas protestantes e os horários de culto. Os endereços incluíam capitais e cidades do interior do Brasil como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Maceió, “Paraíba do Norte”, Campinas, Botucatu, Sorocaba, Jaú, Rio Claro, Araraquara, Lavras, Lorena, Nova Friburgo e, segundo a fonte, ainda mais de duzentas outras localidades (PORTER, Thomas J. *Deos é caridade*. no. 15. SP: Typ. da Sociedade Brasileira de Tractados Evangelicos, 1892).

Das dezenas de títulos de livros divulgados no Brasil, um em especial merece particular atenção. Primeiramente, por se tratar de um livro escrito por uma mulher, Sarah Kalley, esposa do missionário e médico Robert Kalley, ambos de origem britânica, os quais fundaram a Igreja Evangélica Fluminense. Além disso, por ter sido aprovado, no final do ano de 1880, pelos membros do Conselho de Instrução Pública para ser utilizado nas escolas públicas (CARDOSO, 2005: 14). *A alegria do lar* teve sua primeira edição no Brasil em 1866. No ano de 1894 este livro encontrava-se em sua quinta edição em Portugal. Nos primeiros anos do século XX esta obra teve seus capítulos publicados no jornal *O Christão*, periódico da denominação congregacional no Brasil (Ibidem: 15).

Outros títulos publicados tiveram origem nas polêmicas travadas na imprensa entre os missionários protestantes, políticos e/ou jornalistas e as autoridades da igreja católica. Discussões que, sustentadas por meio de artigos, duravam meses. Citaremos um destes títulos vindos à luz no Recife.

Em 1895, nas páginas do *Jornal do Recife*, o missionário Entzminger publicou respostas aos artigos do padre João M. de Melo, cujos artigos contra as Bíblias protestantes saíram no periódico católico *Era Nova*. O conjunto dos artigos do missionário resultou no título *Haverá Bíblias Falsas? Ou Resposta ao Sr. Conego João Machado de Melo* (ETZMINGER, 1896; NASCIMENTO, 1966: 127-128).¹⁵

O mesmo tipo de debate verificou-se na imprensa religiosa paulistana ainda no século XIX. Pelo lado católico, saíram artigos acusando os protestantes de divulgarem Bíblias falsas. A reação dos mesmos veio de A. Pedro de Cerqueira Leite, que publicou vários artigos na *Imprensa Evangélica*, depois reunidos no opúsculo *As Bíblias Falsificadas, Resposta a uma velha Pastoral*.

No que diz respeito à distribuição das publicações protestantes, podemos dizer que, de forma análoga aos vendedores ambulantes na França e na Alemanha, nos primórdios da Reforma, no Brasil os colportores desempenharam a difícil tarefa de distribuir literatura religiosa, incluindo Bíblias, Novos Testamentos, livros e folhetos pelas capitais e sertões do país. Os colportores enviavam relatórios, publicados na imprensa protestante, nos quais informavam seu itinerário pelo interior e o resultado de suas andanças. Foi o caso de Manoel Canuto Alves que, em suas viagens entre os estados de Pernambuco e Paraíba, em 1922, declara ter viajado “541 leguas; fiz visitas especiaes em 296 casas; falei com 1.727 pessoas; vendi 410 Bíblias; 762 Testamentos, 747 Evangelhos; 1664 Tratados” (Norte Evangelico, 10 de fevereiro de 1923. Ano XVI, N. 4: 1).

A grande maioria dos missionários protestantes que vieram ao Brasil era oriunda dos EUA, país cujos primeiros periódicos datam do século XVIII, os quais foram responsáveis pelo crescimento da imprensa naquele país (FEBVRE; MARTIN, 1992: 306). Desta maneira, indivíduos procedentes de uma região habituada há mais de um século à circulação de jornais utilizaram desde cedo no Brasil os periódicos como estratégia de propaganda de sua religião.

Conseqüentemente, além de publicarem folhetos, panfletos, livros e de divulgarem artigos na imprensa laica, as denominações protestantes contaram com seus próprios jornais, alguns dos quais já mencionamos. Já em 1864 a denominação presbiteriana publica seu primeiro jornal no Brasil. A *Imprensa Evangelica* foi também o primeiro jornal protestante na América Latina.

Em 1886, os metodistas publicam o seu primeiro periódico, cujo título era *O Metodista Católico*, vindo a se chamar, pouco depois, *Expositor Cristão*. Segundo relatos dos metodistas, na tentativa de minimizar as despesas com publicações por meio de gráficas comerciais, aquela denominação resolveu fundar sua própria editora em 1894.

O jornal mais importante, ainda hoje em circulação, da denominação batista foi fundado em 1901, chamando-se *O Jornal Batista*. Este não foi, contudo, o primeiro jornal

batista no Brasil, pois houve um anterior, denominado *A Nova Vida - este jornal era publicado inicialmente pelo missionário Z. C. Taylor, com o nome de Echo da Verdade-*, editado na Bahia, e um outro ainda, *As Boas Novas*, publicado em Campos (RJ). Na Bahia, estabeleceu-se uma tipografia que foi comprada com uma contribuição no valor de US\$ 1.000 pela Junta de Missões de Richmond (CRABTREE, 1937: 188). Por outro lado, a tipografia de Campos foi adquirida por iniciativa exclusiva do pastor Ginsburg, como afirma no seu relatório do ano de 1894: “por esforço particular e sem qualquer auxilio de fóra, montámos uma pequena typographia” (Ibidem, loc. cit.).

Com o intuito de uniformizar o trabalho editorial batista no Brasil, voltado à missão e ao público que já professava a confissão batista, os missionários resolveram fundir as duas tipografias, a de Campos e a da Bahia, no ano de 1900. Porém, no início da Casa Editora Batista, resultado daquela fusão, esta era formada apenas por um escritório e uma redação. Primeiramente, no entanto, *O Jornal Batista* foi impresso na tipografia de um inglês; depois foi impresso nas oficinas da denominação presbiteriana e, por fim, pela imprensa metodista até o ano de 1906, quando os batistas adquiriram suas novas oficinas tipográficas (CRABTREE, 1937: 190).

Dentre os objetivos d’*O Jornal Batista* estava “dar ás crianças alguma leitura intelligivel e instructiva” (CRABTREE, 1937: 193). Assim sendo, havia uma secção do jornal dedicado ao publico infantil. Dois anos depois, em 1903, é lançado *O Infantil*, um periódico exclusivamente voltado para as crianças, onde “nas primeiras duas paginas continham historietas e gravuras para interessar e instruir as crianças, e nas outras duas havia exposições simples das lições da escola dominical”. Este periódico chegou a tiragem de 18 a 20 mil exemplares por ano (Ibidem: 19). Os jovens também recebiam atenção especial por parte dos missionários. A denominação trazia uma página de seu jornal “consagrada aos estudos da mocidade” (PLAMPIN, 1982:, 186).

Antes mesmo dos batistas, os presbiterianos, também desde do início de seu trabalho de evangelização através da imprensa, valorizaram a formação das crianças. Como podemos perceber já no seu primeiro jornal *A Imprensa Evangelica*, quando o redator afirma que: “confessadamente a instrucção domestica é cousa de primeira importancia (...) Julgamos prestar um grande serviço offerecendo em cada numero da Imprensa Evangelica um artigo que possa indicar um methodo conviniente para a satisfação deste dever”.

No início do ano de 1865 o mesmo jornal publica uma série intitulada *Breve catechismo para meninos*, uma tradução do inglês. O texto que introduz o catecismo diz: “nós chamamos a atenção dos senhores pais de família para estas doutrinas tão puras e salutarres, e o fazemos com a melhor boa vontade” (IMPRESA Evangelica, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1865. Ano II, no. 07: 8. Centro de Documentação e História Rev. Vicente

Themudo Lessa). Os artigos para crianças ou de histórias que envolvem crianças estão sempre presentes neste jornal, quase sempre acompanhados de gravuras.

Um dos métodos empregados para manutenção desses periódicos eram as assinaturas, “procurando fazer que cada família [crente] seja assignante do Puritano” (DIAS, Gustavo. “Puritano”. Revista das Missões Nacionais. Ano 33, nº 382: 3, Maio, 1920. Seminário Presbiteriano do Norte do Brasil - SPNB). Com este intuito, foram distribuídos aos pastores talões de recibos para estes conseguirem novas assinaturas. As tipografias protestantes também ofereciam ao público, em geral, serviços tipográficos, como os cartões de visita, outra forma de gerar recursos financeiros.

Para conseguir manterem-se economicamente, os periódicos protestantes lançavam mão de uma estratégia presente na imprensa secular: a propaganda. Encontramos no *Jornal Presbiteriano* de circulação no Norte-Nordeste as seguintes propagandas: “Grande Armazém das Dez Portas; a Clínica Cirúrgica e Protética Dentária do cirurgião dentista - Benigno de Barros; a Bella Aurora; o Peitoral da Caboátan e Gayacol; a máquina falante Zon-o-phone; a Caixa Mutua de Pensões Vitalícias; o Café Suisso”; além de alguns anúncios sobre os colégios protestantes. Porém estas propagandas não apareciam com frequência, o que nos permite supor que as propagandas não foram parte significativa da renda dos jornais.

As vendas avulsas, as assinaturas e as propagandas não foram as únicas formas a que a denominação presbiteriana recorreu para garantir, por anos, as publicações de seus periódicos. Apesar do valor irrisório das assinaturas, muitas vezes elas não eram pagas, como pode ser percebido pelo grande número de anúncios pedindo para que os assinantes cumprissem o seu compromisso de saldar os pagamentos atrasados. A insolvência dos assinantes destaca-se na ameaça de cancelamento da entrega do periódico o *Puritano*, que anunciava que “de junho em diante, esse órgão oficial de propaganda evangelica deixará de ser remetido ás pessoas que não reformarem suas assignaturas” (PURITANO, Revista das Missões Nacionais. Ano 33, nº 281: 8, Abril, 1920. SPNB).

A escassa propaganda, que deve ter rendido pouco, não poderia manter a circulação desses órgãos de propaganda. Deste modo, foi decidido que

Tratando-se das finanças do Norte Evangelico, foi resolvido que as Escolas Dominicaes deste Presbyterio levantem durante o anno, duas colletas especiaes para auxiliarem “O Norte Evangélico”, contanto que não seja augmentado o preço da assignatura. No mesmo sentido foi ainda resolvido que o Secretario Permanente escrevessem ás sociedades de senhoras pedindo que ellas levantem uma quantia especial, em cada anno, em beneficio do nosso orgam de propaganda. (LIVRO de Actas do Presbyterio de Pernambuco. Vol. IV: 6-7, 1920. SPNB)

Esta resolução não foi aplicada apenas pela denominação acima citada, pois quando da junção dos antigos jornais batistas do Brasil para a publicação do denominado *O Jornal Batista*, os missionários decidiram pedir a contribuição mensal das igrejas desta denominação espalhadas pelo país (CRABTREE, op. cit.: 189).

No tocante à tiragem destes periódicos, pode-se ter uma idéia pela d'*O Jornal Batista*, de circulação nacional, o qual começou com uma edição de 300 exemplares, o que representava 8,5 batistas por exemplar. Em 1910, chegou a 2.400 exemplares, o que significava 3 batistas por jornal, enquanto a relação em 1928 era de 5,7 convertidos por jornal (AZEVEDO, 1996: 199). Por sua vez, *O Norte Evangélico*, editado pelos presbiterianos em Pernambuco (oito anos após o periódico oficial dos batistas) conta logo de início, em 1909, com 2.000 exemplares, o que indica um aumento significativo na tiragem destes periódicos de confissão protestante. Este número é ainda mais relevante se considerarmos que *O Norte Evangélico* era de abrangência regional (NORTE Evangélico, Garanhuns, 22 de fevereiro de 1909. Seminário Presbiteriano do Norte. SPNB).

No que se refere à divulgação das publicações protestantes, percebemos que os periódicos serviram para a propagação de outros tipos de impressos das denominações. Era comum encontrar anúncios de livros e folhetos (estes mesmos, como já referimos, veículos de propaganda) que poderiam ser comprados ou enviados gratuitamente aos que desejassem, como se lê num anúncio intitulado “Livros Evangélicos”. Neste havia a indicação do local de venda, sede “da A. C. de M. do Recife (Caes do Capibaribe, junto ao Quartel de Bombeiros)”, aos cuidados do Sr. João da Silveira, e dos títulos à venda: “O Espiritismo Analysado, Alma ansiosa, Amigo Invisível, O Clericalismo ou a obra dos jesuítas; Como traser homens a Christo, Comparação de doutrinas, Doutrina Christã, Igreja Romana á Barra de Evangelho, Espiritismo será Christianismo?, É verdadeira a Biblia?, Futuro dos povos catholicos, entre outros” (NORTE Evangélico, Garanhuns, 6 de agosto de 1909. Ano I, no. 24: 4. SPNB).

Mas a publicidade dada a estes impressos não se restringia à presente nos jornais confessionais, pois nos defrontamos com um anúncio divulgando literatura protestante em uma publicação secular extremamente popular: os almanaques. O texto comunicava o envio gratuito a quem solicitasse qualquer dos vários títulos: *O Missionario* (periódico) e os folhetos “Como toda a gente pode viver feliz; Devemos mudar de religião ou conservar a religião de nossos Paes?, O purgatorio O Cura e o Protestante O sapateiro philosopho A assistencia á missa romana S. Pedro nunca foi papa” (Ibid). Portanto, não apenas a imprensa confessional protestante usava de recursos semelhantes aos da imprensa secular como apelava a esta para promover suas publicações.

Entre as formas de tentar estimar o alcance da imprensa incluem-se o volume das tiragens, os relatos dos missionários, os depoimentos dos convertidos e a reação da igreja católica. Infelizmente, as tiragens nem sempre eram reveladas. Igualmente, também até o momento não encontramos qualquer referência de um convertido sobre o papel da imprensa em sua conversão ou vida devocional. Isto nos restringe a basearmos-nos, principalmente, nas informações dos missionários protestantes e na reação católica. Analisando os discursos dos dois pólos, protestantes e católicos, percebemos que o alcance da editoração protestante deve ter sido grande o suficiente para incomodar o clero romano e animar os missionários.

Se, no início, o vultoso investimento financeiro na imprensa partiu dos missionários norte-americanos, ao longo dos anos este investimento passa também a contar com dinheiro nacional. Como podemos ver na busca por novas assinaturas, nos insistentes apelos para que os assinantes pagassem por suas assinaturas atrasadas e pelas campanhas nas igrejas para arrecadação de dinheiro para a manutenção dos jornais protestantes.

Quando questionamos sobre qual o público que os missionários tencionavam alcançar através de suas publicações, podemos seguir o roteiro dos colportores mencionado por Cardoso para a década de 60 do século XIX. Segundo o autor, “o objetivo dos colportores era seguir um planejamento estratégico que alcançasse todas as casas da cidade, não importando o segmento social” (CARDOSO, 2005: 14).

Os missionários procuraram superar as dificuldades devidas ao seu número limitado, recorrendo à disseminação de sua prédica pela imprensa em suas várias vertentes. Lançaram mão dos recursos que a imprensa secular contemporânea utilizava, apostando no poder de persuasão que atribuíam à palavra impressa. O êxito e o devido peso desta imprensa na disseminação das idéias e do pensamento destes missionários e convertidos, porém, são questões que ficam em aberto, pois requerem novas pesquisas.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

CANAL 100 - A TRAJETÓRIA DE UM CINEJORNAL

Paulo Roberto de Azevedo Maia*

Gente bonita, a cidade maravilhosa, os feitos do governo e a apoteótica visão do Maracanã lotado eram alguns dos ingredientes do cinejornal *Canal 100*, o mais importante periódico cinematográfico do Brasil na segunda metade do século XX. Com uma leitura afinada com os interesses do regime militar, o cinejornal levou imagens carregadas de simbolismo político, ao mesmo tempo em que produziu algumas das mais belas imagens do futebol feitas pelo cinema. O texto que segue relata um pouco de pesquisa sobre esse periódico cinematográfico e que deu origem à dissertação *Canal 100 - A trajetória de um cinejornal*.

Nas décadas de 60, 70 e 80 ir ao cinema e assistir o Canal 100 era tarefa prazerosa para muitos. A exibição acontecia por conta da legislação que, a partir do Decreto n.º 21.240 de quatro de abril de 1932, obrigava os cinemas a exibirem os filmes informativos de curta-metragem antes do filme de longa-metragem, motivo principal do espetáculo. Mas o que ficou desse informativo não foi o caráter autoritário que pode transparecer a partir de uma exibição que não acontecia por força do público, mas por conta da burocracia estatal. Assistir as imagens, mostrando um Brasil às vezes muito carioca, enfatizando a sociedade do Rio de Janeiro; ou um país “predestinado ao futuro” com os grandes feitos do governo, num eterno “milagre econômico”; ou mesmo a exibição do desenvolvimento da nação através dos atos políticos dos militares. Tudo isso não era um fardo. Tudo tinha um ar de leveza que era consagrado pelas imagens do futebol enchendo a tela grande e criando uma atmosfera de otimismo, levando as pessoas a acreditar que viviam em um país no qual todos podiam confiar.

A reflexão sobre o *Canal 100* nos levou a imaginar a especificidade de um periódico que se manteve em ação por mais de 25 anos, em um momento em que o tipo de cinema produzido por ele encontrava-se em plena decadência. Sua vitalidade era resultado da ação do Estado, agente financiador, que manteve, com o patrocínio das imagens do futebol, a empresa Carlos Niemeyer Produções até 1985.

Não foi pretensão desse trabalho propor uma análise reforçando a ação ideológica do Estado e o *Canal 100* como instrumento deste. Na realidade, parto do pressuposto de que esse informativo está inserido em uma tradição da cultura política brasileira na medida em que se integrou ao discurso do otimismo proposto pelos militares e praticado desde antes dos generais; aliás, fenômeno de longa duração que na segunda metade do século XX pode ser percebido com mais força nas produções de Jean Mazon, no governo JK e posteriormente, na estratégia montada pelos militares de levar adiante um tipo de propaganda despolitizada, distante dos velhos esquemas do DIP. Os militares investiram em uma campanha civilizatória, de valorização da nação, que começava com a exaltação das belezas naturais, da riqueza humana e das expressões culturais, onde o futebol ganhou destaque.

A necessidade de entender os cinejornais enquanto veículo de comunicação nos levou a explorar algumas questões teóricas como a definição do cinejornalismo e sua relação com a prática jornalística. Grande ênfase foi dada à exploração da história do cinejornalismo no Brasil. A narrativa destacou as primeiras produções da década de 10, passando pela afirmação dessa modalidade cinematográfica em um mercado dominado, em grande parte, pelas produções norte-americanas. Existiu a preocupação de analisar a ação dos cavadores como figuras importantes no desenvolvimento do cinema de atualidades. As décadas de 30 e 40 tiveram como destaque a participação do Estado na produção direta de cinejornais com o *Cinejornal Brasileiro* de Vargas, através do DIP. A década de 50 é a última a ser discutida, na qual a ênfase vai para a produção documental de Jean Mazon e também para a produção do cinema de atualidades, destacando o periódico *Amplavisão*, de Primo Carbonari. Não foi a intenção fazer um retrospecto geral dos cinejornais brasileiros, ao contrário: trata-se de um recorte onde alguns informativos foram levantados e muitos não foram citados.

No final da década de 50, durante o governo JK, surgiram vários cinejornais com o objetivo de cobrir a construção de Brasília; o *Canal 100* era mais um deles, no entanto, a maior parte desses periódicos desapareceu, apenas alguns puderam sobreviver. Essa experiência cinematográfica só foi possível graças à figura do seu produtor e proprietário Carlos Niemeyer. Típico “carioca da gema”, Carlinhos, como era conhecido, virou figura lendária na Zona Sul ao fundar o Clube dos Cafajestes, grupo de amigos boêmios responsáveis, em grande parte, pelo agito da região. Mas apesar de conhecido por ser o rei da noite, Niemeyer teve a grande virada de sua vida ao sair da Força Aérea Brasileira para dedicar-se à carreira de piloto privado, onde tomou contato com Jean Mazon, famoso cineasta criador de numerosos documentários sobre o Brasil. Na Europa, o então fotógrafo ganhou prestígio ao realizar ensaios fotográficos com figuras ilustres da política como

Benito Mussolini e Adolf Hitler. Vale lembrar que esse francês veio para o Brasil na década de 30, por intermédio de Alberto Cavalcanti, documentarista brasileiro de destaque dentro da escola inglesa de documentários (grupo de cineastas responsáveis pela principal produção de cinema documentário na Europa da década de 30; entre os principais documentaristas estão John Grierson, Robert Flaherty e Alberto Cavalcanti). No Brasil, Mazon trabalhou no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e, mais tarde, na revista *O Cruzeiro*. Depois de conhecer a rotina da imprensa brasileira, ele passou a produzir seus próprios documentários, levando imagens das mais variadas regiões do país às telas. O foco central dessas produções era o Brasil e suas belezas, seu caráter alegre e festivo: era a expressão do ufanismo, em um discurso de valorização do sentimento de otimismo.

A ligação de Carlos Niemeyer e Jean Mazon foi significativa. As viagens pelo Brasil, o contato com a realidade interiorana, a exuberância da natureza e, principalmente, o fato de conhecer uma forma de produzir cinema, levou o piloto a abandonar sua carreira nos ares pela incerteza de ser um cineasta em um país subdesenvolvido. Depois de fazer alguns documentários com Jean Mazon, a compra do espólio da empresa Líder Cinematográfica foi o próximo passo rumo a uma modalidade de cinema - o cinejornal - que já na década de 50 não vivia seus melhores dias, afinal, a televisão começava a se tornar popular.

O apoio estatal foi importante para o início das atividades do *Canal 100*, mas ele não foi à única fonte de recursos para as investidas cinematográficas da produtora de Carlos Niemeyer. Muitos filmes de encomenda foram realizados, o que colaborou em muito para viabilidade financeira da empresa.

O posicionamento ideológico do cinejornal foi discutido, numa tentativa de romper com uma certa tradição historiográfica que tem atribuído forte caráter ideológico para esta modalidade de cinema. Filmes por encomenda do IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) feitos pela produtora de Niemeyer foram analisados.

A empresa de Niemeyer se notabilizou por um caráter pluralista, sem posicionamento ideológico claro. Não existia dentro da produtora de Niemeyer um ideal direitista ou esquerdista; o posicionamento ideológico não era uma preocupação. O que prevalecia era o ideal de acumulação de capital, ou seja, o mesmo ideal dos cavadores do início do século XX. Assim, foi possível uma produção que atendesse grupos de tendências diferentes. Um exemplo é a realização do documentário *Os Sem Terra*, que abordava a questão da reforma agrária, a pedido do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e que acontecia ao mesmo tempo em que eram produzidos filmes de conteúdo conservador como *A Boa Empresa*, discurso favorável à boa imagem do patrão, com claro interesse

de ocultar os conflitos nas relações de trabalho, e, ainda, *Asas da Democracia*, uma apologia à Força Aérea Brasileira, ambos encomendados pelo IPÊS - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

O IPÊS era uma organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, fundada em 1961, que desenvolveu intensa propaganda anticomunista através de cursos, conferências públicas e artigos publicados em jornais. Apesar de ser uma instituição de cunho civil, muitos militares faziam parte de seus quadros, a saber: Golbery do Couto e Silva, João Baptista Leopoldo Figueiredo, João José Batista Tubino, Heitor Aquino Herrera, Nelson Reynaldo de Carvalho. Os empresários de destaque eram Israel Klabin, Antônio Gallotti, José Ermírio de Morais e Gilbert Hubert Jr, além de profissionais liberais como Mário Henrique Simonsen, Cândido Mendes, Jorge Oscar de Melo Flores e Paulo Assis Ribeiro. O IPÊS fez dura oposição ao governo Goulart e foi um dos grandes incentivadores do golpe militar de 1964. (CÔRREA, 2005: 26)

Os filmes da produtora de Niemeyer para o IPÊS, produzidos entre 1962 e 1964, tinham o intuito de cultuar os valores capitalistas, católicos e militares e contavam com a direção de Carlos Niemeyer, além da tradicional narração de Cid Moreira, que se tornaria clássica nas edições do *Canal 100*.

A abordagem cinematográfica do *Canal 100* foi, de forma não oficial, condizente com a proposta de leitura do Brasil feita pelo projeto de propaganda política do regime militar, que procurou se distanciar dos tipos clássicos de propaganda. O tom oficial foi abandonado, a atuação do DIP (órgão do governo Vargas durante o Estado Novo, responsável pelo controle, censura e produção cultural no Brasil), ainda mantinha marcas no imaginário popular e o governo sabia da repulsa da população por esse tipo de estratégia oficial de propaganda. Foi necessário encontrar formas diferenciadas de divulgação do seu ideário, amparada em temáticas não oficiais, ou seja, valorizar o clima de otimismo e de alegria do período. Assim foi criado em 1968, no governo do presidente Costa e Silva, a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas), órgão ligado à própria presidência da república e responsável pela propaganda do regime militar. Sua estratégia de propaganda foi elaborar um discurso indireto. Filmes curtos para televisão exaltando a união familiar (*A Boa família*), o sucesso do milagre econômico ou as campanhas cívicas com o famoso catavento verde amarelo, estavam paralelos aos filmes veiculados pelo *Canal 100*, que passou a ser uma revista de variedades, tendo como maior preocupação o entretenimento e a valorização da idéia de um país idílico.

O *Canal 100* participou da divulgação das realizações governamentais de forma velada. O patrocínio dos órgãos governamentais era específico para o futebol, mas o espírito político e atento do produtor Carlos Niemeyer sabia da necessidade de se estabelecer

laços fortes com o governo. Como bom cavador, trazia as imagens do crescimento e do progresso, mas ocultava as reações ao governo. Em todas as edições analisadas não foi possível encontrar nenhuma menção aos movimentos de esquerda. Apesar de haver registros, os estudantes, os movimentos organizados dos trabalhadores e as organizações que fizeram a luta armada não faziam parte da programação do cinejornal.

Para melhor compreender a força do *Canal 100*, foi feita uma análise do cinejornal, primeiro em relação ao seu formato; para isso foi necessário a leitura de algumas edições para compreender a organização interna do cinejornal. As imagens do futebol foram motivo de estudo, já que eram o carro chefe do *Canal 100* e finalizavam todas as edições. Assim, o depoimento de alguns especialistas em fotografia cinematográfica como Kátia Coelho e Walter Carvalho sobre a estética do cinejornal é o marco inicial para a discussão do desenvolvimento de uma narrativa cinematográfica diferenciada sobre o futebol. Se outros periódicos também abordaram o futebol, nenhum conseguiu fazê-lo com tanta poesia quanto a equipe de Niemeyer. Para compreender a plástica das imagens, se fez necessário conhecer as estratégias lingüísticas. A fotografia e a montagem são, brevemente, discutidas numa busca da sua peculiaridade.

A reação positiva dos espectadores às imagens do *Canal 100* era facilitada pela noção de realidade dada pelo conteúdo jornalístico. As imagens da semana, apresentadas como uma revista de variedades, fizeram com que o *Canal 100* se tornasse o grande inovador do cinejornalismo brasileiro. A inovação na forma foi significativa; pela primeira vez um cinejornal deixava a postura séria tradicional, sacralizada pelo Estado Novo, e propunha uma roupagem nova, introduzindo uma série de tópicos variados com uma imagem jovial e leve. Apesar de registrar cenas das grandes manifestações do movimento estudantil como a passeata dos 100 mil, as telas dos cinemas mostravam algo diferente: lá estavam as realizações governamentais, as imagens do Rio de Janeiro, a praia, as belas mulheres e, como não poderia faltar, o futebol.

O futebol foi o tema privilegiado no *Canal 100*, pois, depois de passar pelo noticiário, era esse assunto que finalizava cada edição, trazendo imagens surpreendentes, diferentes daquelas trazidas pelos outros periódicos cinematográficos e da televisão. O Maracanã lotado em dia de Fla-Flu ou o último jogo da seleção brasileira eram de encher os olhos dos espectadores. Um exemplo foi a última partida do técnico João Saldanha no comando da seleção brasileira em 1970. Em um Maracanã quase às escuras foi possível salvar a partida e ver Pelé fazer um gol memorável, graças às lentes de Niemeyer.

Um bom exemplo do que foi o *Canal 100* em termos de imagens do futebol pode ser verificado nas palavras de Nelson Rodrigues ao prever o que seria a cobertura da Copa do Mundo de 1970 no México através do trabalho da equipe de Niemeyer:

O que eu queria dizer é que Carlinhos Niemeyer vai inventar uma nova distância entre o torcedor e o craque, entre o torcedor e o jogo. Não sei se me entendem. Mas vão cessar as fronteiras da tela e a platéia. Imaginem Pelé, em dimensão miguelangesca, em plena cólera do gol. Sua coxa, plástica, elástica, ornamental, enchendo a tela. Tudo que a vitória possa ter de lírico, dramático, delirante, estará esculpido na luz. (RODRIGUES, 1977)

O trabalho de fotografia realizado pelo *Canal 100* deve-se a uma equipe muito bem articulada, mas, precisamente, pelos cinegrafistas Jorge Aguiar, Pompilho Tostes e Walter Torturra. Esse último seria, segundo Walter Carvalho, o grande nome da equipe. Esse pensamento também é compartilhado por Oswaldo Caldeira, que elogia Torturra ao afirmar que: “Havia outros, mas ele era o principal e, na minha opinião e na de muita gente, o maior câmera de futebol de todos os tempos em todo o mundo”. (CALDEIRA, 2005: 49)

Foi a partir da copa do mundo de 1970 que o futebol ganhou seu grande impulso no cinema. Sabemos da importância dessa copa para legitimação e fortalecimento da idéia do “Brasil Maravilha” promovida pelo governo Médici, e as imagens do *Canal 100* reforçavam que “esse é um país que vai pra frente”. Enquanto a televisão mostrava a copa em preto e branco, a equipe de Carlos Niemeyer, com patrocínio da Caixa Econômica Federal, foi ao México e usou de toda a sua técnica para trazer as primeiras imagens coloridas de uma copa do mundo para o Brasil. Com 12 câmaras espalhadas pelo estádio, foi possível visualizar uma outra copa, muito mais poética. O sucesso foi enorme; depois disso não havia quem não conhecesse, no país inteiro, o *Canal 100*.

Segundo Oswaldo Caldeira, o cineasta Joaquim Pedro de Andrade no seu filme *Garrincha, Alegria do Povo* procurou um caminho alternativo e acabou por criar um diálogo com os realizadores do *Canal 100*. Esse diretor, conhecedor e admirador do periódico, teria tentado conseguir cessão das imagens, mas, devido a uma impossibilidade de ordem financeira, não foi possível. A alternativa foi levar a câmera para dentro do campo e explorar novas possibilidades de angulações. As experiências desenvolvidas durante a produção desse documentário resultaram em uma nova forma de filmar o futebol. Caldeira afirma que as inovações de Joaquim Pedro de Andrade acabaram por ser absorvidas pelo *Canal 100*.

As novas posições adotadas a que se refere Caldeira são as câmeras utilizadas, na altura do campo e até mesmo no fosso, não apenas na parte de cima do estádio, na arquibancada. Na cobertura da final do mundial de clubes em que o Santos sagrou-se campeão mundial em 1962, é possível verificar imagens da lateral do campo. Apesar disso, afirmar como faz Oswaldo Caldeira que Carlos Niemeyer passou a adotar as técnicas desenvolvidas por Joaquim Pedro de Andrade parece um pouco especulativo. Para confirmar essa afirmação seria necessário fazer uma leitura atenta de várias edições do *Canal 100* no

período de pré-lançamento de *Garrincha, Alegria do Povo*, o que não conseguimos. É, portanto, pouco seguro validar a afirmação de Caldeira.

As tomadas eram das mais variadas: o close no jogador que acaba de perder o gol ou a cabeceada vista na câmara lenta, onde até as gotas de suor eram registradas; um passeio pela lateral do campo acompanhando o jogador; as várias câmeras espalhadas por todo o estádio. Mas se engana quem pensa que o jogo era o único foco do espetáculo cinematográfico proporcionado pelo *Canal 100*. As imagens da torcida eram grandiosas: gestos, olhares, gritos, enfim toda uma série de expressões capazes de emocionar o público que se tornava parte do espetáculo.

Se o trabalho de composição fotográfica era essencial para o trabalho da equipe de Niemeyer, o mesmo acontecia com o trabalho de montagem. A utilização de recursos de aceleração de cenas visava dar uma maior nitidez às imagens em câmara lenta, fazendo com que cada quadro se valorizasse. Tinha-se uma nova perspectiva do espetáculo futebol, pois, com esses truques, o impossível, na arquibancada ou na televisão, se fazia, ou seja, os detalhes perdidos para o torcedor eram explicitados e as imagens isoladas ou em conjunto transformavam-se em um grande espetáculo.

João Luiz Albuquerque afirmou que as lentes do *Canal 100* eram capazes de salvar uma partida. O que em campo não havia empolgado era trabalhado com uma bem-sucedida montagem e sonoplastia, tornando as tomadas significativas e interessantes.

Futebol e música passavam a fazer parte de um único discurso, pois o que anunciava o início da bola rolando na tela era a música *Na cadência do samba*, de Luiz Bandeira. Ao ouvir “Que bonito é”, o público era tomado por uma profunda emoção, não de levar as lágrimas, mas de fazer o espectador acompanhar cada imagem, cada gesto, cada gol feito ou perdido como um momento de prazer estético único.

O fim do *Canal 100* está vinculado a dois fatores básicos: o primeiro é sua viabilidade financeira sem o auxílio de órgãos federais na medida em que vai ser extinta a obrigatoriedade da exibição dos informativos, o segundo é a própria concorrência da televisão que, em termos de apelo popular, era um investimento muito mais interessante para os patrocinadores.

O modelo de cinejornal começou a demonstrar desgaste já na década de 50. Analisando os jornais da época é possível encontrar críticas à obrigatoriedade dos cinejornais nos cinemas brasileiros. A grande crítica feita pela imprensa é a péssima qualidade técnica, mas também ao próprio formato que passou a ser visto como um estorvo para aos cinéfilos. A cobertura de festas, eventos políticos ou da alta sociedade deixavam de ser um atrativo para o público.

Esse tipo crítica já acontecia no período anterior ao surgimento do *Canal 100*, demonstrando a insatisfação com o modelo de informativo. Afinal, a década de 50 é o período em que a televisão surge, ainda de forma experimental, mas vai se firmar como grande veículo de massas nas décadas seguintes. De qualquer forma, as críticas não param por aí: em 1978 o deputado federal Gerson Camata apresentou, na câmara dos deputados, um projeto de lei visando o fim da obrigatoriedade de exibição dos cinejornais. A atitude do parlamentar vem confirmar o pensamento do jornal *A Rua*, da década de 50, sobre o desgaste dos informativos cinematográficos.

O projeto do deputado Camata causou irritação no meio dos produtores dos filmes de atualidades. Entre todas as vozes que se levantaram para criticar a medida, uma das mais enfáticas foi a do produtor do *Canal 100*, Carlos Niemeyer, que, ao saber da idéia demonstrou indignação.

O primeiro argumento para a manutenção da obrigatoriedade de exibição dos cinejornais dado por Carlos Niemeyer é de caráter sentimental, procurando na preservação do emprego de seus funcionários a razão para a manutenção de suas atividades. Mas a defesa dos informativos ganha mais consistência a partir do momento que os produtores começam a ter, como argumento central, a idéia dos cinejornais como guardiões da memória nacional, afinal, as imagens da história do Brasil do século XX foram registradas e mantidas em película, e que deveria ser, portanto, segundo os produtores dos cinejornais, mantida a produção desses periódicos para continuar prestando esse tipo de serviço social a toda a sociedade brasileira.

O projeto do deputado Gerson Camata não foi aprovado, mas a partir daquele momento a produção dos informativos cinematográficos passou a ter que se preocupar, ainda mais, com a possibilidade de sua extinção. Ao analisar dezenas de roteiros do *Canal 100*, particularmente, dos anos de 1983 e 1984, verificamos uma constante preocupação em valorizar as atividades dos cinejornais, o que podemos confirmar na edição comemorativa dos 90 anos de cinema.

Apesar de defender a produção dos cinejornais com o intuito de garantir a sobrevivência do seu informativo, Carlos Niemeyer não teve como competir com o declínio da popularidade do cinema que, no início da década de 80, começou a sentir a forte concorrência da televisão. Como afirma Vamireh Chacon, o número de salas de cinema fechadas entre 1982 e 1983 foi de aproximadamente 300. Se aliarmos a essa informação o fato do preço do filme virgem ter aumentado em torno de 600%, temos aí uma situação problemática para os produtores brasileiros. O custo dos filmes aumentou e os cinejornais precisaram aumentar sua renda para se manterem, o que, para o *Canal 100*, foi possível até o início de 1986, quando cessou os contratos com as empresas estatais. Era o fim de uma produção de quase de três décadas.

A produção da memória é instrumento estratégico de dominação do ponto de vista político, mas também de mercado dentro de uma tradição liberal. Conservar a imagem de um produto ou de uma empresa é preservá-la e reconhecer seu potencial de permanência dentro da ordem capitalista. É dentro desse prisma que podemos compreender a ação da produtora de Niemeyer. Os caminhos trilhados pela produtora intensificaram uma estratégia de reforço de uma memória coletiva, a partir do resgate da memória individual. Evocando memórias individuais de um grupo, estamos criando, segundo Le Goff, uma memória coletiva, mas, acima de tudo, provocamos as condições para efetiva existência da identidade do seu duplo aspecto, individual e coletivo. A identidade coletiva também é parte do potencial da memória.

A preocupação de Carlos Niemeyer foi, ao término das atividades do *Canal 100*, trazer o velho informativo de volta à atividade. Isso não foi viável, uma vez que o cinema não tinha mais a obrigação legal de exibir os cinejornais. Somente em 1997 foi possível reviver os velhos tempos e algumas edições de um novo *Canal 100* foram para o ar, mas sem vida longa. A falta de patrocínio revelou-se um empecilho para uma produção tão acostumada com o apoio financeiro estatal. A Petrobrás foi a única empresa a patrocinar o *Canal 100* na sua volta, mas o custo de produção não era coberto, já que os filmes eram veiculados sem receber nada dos exibidores: contava apenas com a possibilidade de *merchandising*.

Sem o patrocínio do Estado e sem uma legislação protecionista, ficou clara a necessidade de encontrar novos caminhos para a produção do *Canal 100*. A estratégia tomada foi tentar fazer do arquivo acumulado ao longo de três décadas uma fonte de recursos. Com um acervo de mais de 1.500 horas de filmes gravados, Carlos Niemeyer levou adiante a idéia de utilizar essas imagens em novos documentários.

Ao longo desta pesquisa foi possível refletir sobre a tarefa do historiador e seu papel na sociedade. A cada descoberta, a cada novo material analisado, a cada leitura, tudo fazia com que se concretizasse a idéia do historiador Robert Darton, segundo a qual o historiador não busca o passado apenas pelo prazer de ficar nos arquivos, tomando contato com papel embolorado, mas, através do resgate do passado, livrar os homens de um mundo unidimensional e alargar os horizontes.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

UM COMBATENTE DO LÁPIS EM VIGÍLIA: AS CRÔNICAS DE BELMONTE CONTRA O AUTORITARISMO

Sandra Maret Scovenna*

O objetivo deste texto é apresentar alguns aspectos das crônicas humorísticas de Benedito Carneiro Bastos Barreto (1896-1947), mais conhecido por Belmonte. As referidas crônicas foram publicadas nos anos de 1933 e 1934 no jornal *Folha da Noite* e, em 1935, reunidas e lançadas em livro, pela José Olympio, intitulado *Idéas de João Ninguém*.

A análise da obra de Belmonte é profundamente instigante, pois ela resgata os debates, as angústias e as incertezas político-econômicas dos tumultuados anos 30, quando o mundo ocidental parecia ter virado de “pernas para o ar”: havia os abalos da crise estrutural do Capitalismo e o descrédito perante a democracia liberal, sendo que esta última parecia incapaz de fazer frente ao pauperismo econômico e às pressões dos movimentos operários organizados pelos comunistas e anarquistas. Presenciava-se, também, a rápida ascensão dos fascistas na Europa, que receberam amplo apoio das forças armadas, do empresariado e das classes médias de seus respectivos países.

Este texto apresenta algumas crônicas de Belmonte, salientando características e posicionamentos desse autor. Mas antes de imergir em sua rica produção artística, é necessário apontar a importância de Belmonte para a História da Imprensa Brasileira, mais especificamente para a História da Imprensa de São Paulo.

É imprescindível evocar o nome de Belmonte quando se pensa em história e em imprensa. Trabalhando diariamente, entre 1921 e 1947, na *Folha da Noite* e na *Folha da Manhã*, Belmonte foi notável chargista, caricaturista e cronista. Deixou uma vasta obra. Além do livro de crônicas citado, o artista publicara um outro no ano de 1933: *Assim Falou Juca Pato (Aspectos Divertidos de Uma Confusão Dramática)* (SP: Companhia Editora Nacional, 1933). Também foram lançadas coletâneas de suas charges e caricaturas: *Angústias do Juca Pato* (SP: Casa Editora Rochêa, 1926), *No Reino da Confusão* (SP: Edição da Folha da Manhã, 1939), *Música, Maestro!* (SP: Edição da Folha da Ma-

nhã, 1940), *A Guerra do Juca* (SP: Edição do Autor, 1941), *Caricatura dos Tempos* (SP, Edições Melhoramentos, 1948) e *Nada de Novo* (SP, 1949). Belmonte publicou ainda *No Tempo dos Bandeirantes* (SP: Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1939). Esse ensaio histórico revela um árduo trabalho de pesquisa e uma profunda riqueza de detalhes na descrição do cotidiano dos moradores de São Paulo de antanho.

As qualidades da obra de Belmonte foram sublinhadas por Nelson Werneck Sodré:

[...] Belmonte, Benedito Bastos Barreto procedeu a um levantamento dos costumes paulistas dos três primeiros séculos com um rigor, uma exatidão, uma riqueza informativa que nenhum compêndio substitui. É toda a vida dos bandeirantes, seus hábitos, suas crenças, suas maneiras de encarar a vida, a administração, a coisa pública, a coisa privada, além dos objetos, as armas, os utensílios, as vestes, os ornamentos, a casa, o que comia, como fazia fogo, que Belmonte apresenta, despretensiosamente. (SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. RJ: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Ministério da Educação e Cultura, 1960: 72)

As caricaturas e charges de Belmonte são bem mais conhecidas do que suas crônicas. As primeiras serviram como material para dois álbuns comemorativos sobre o artista: *Belmonte Presente* (SP: Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia - DACH - Comissão de Artes Plásticas - MASP, 1978) e *Belmonte 100 anos* (SP: Editora Senac, 1996). Ambas as obras apresentam uma biografia de Belmonte e uma coletânea de suas charges, com especial destaque para a sua criação mais famosa: o personagem Juca Pato.

Há também dois trabalhos acadêmicos sobre as charges e caricaturas de Belmonte. O primeiro, do professor Marcos Silva, versa sobre a produção dele voltada para a crítica da Segunda Guerra Mundial e para a situação política brasileira, profundamente autoritária (A Guerra de Belmonte: humor gráfico e política no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo [org.], *Segunda Guerra Mundial*. SP: Xamã/FFLCH-USP, 1995). O segundo, bastante interessante também, é o de Andréa de Araújo Nogueira: *Um Juca na Cidade: Representatividade do Personagem Criado por Belmonte na Imprensa Paulista (Folha da Manhã 1925-1927)* (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Artes do Planalto, da Universidade Estadual Paulista. SP: digitado, 1999).



Juca Pato

Folha da Manhã (São Paulo), 29/10/1933, p. 4

Acervo *Folha da Manhã* pertencente ao AESP - Arquivo do Estado de São Paulo.

Veiculado a partir de 1925 nas charges diárias do jornal *Folha da Manhã*, Juca Pato, personagem rabugento, queixoso e amargurado, vivia cansado de ser espoliado pelos grandes monopólios que controlavam os serviços públicos da sua cidade e pelos poderes governamentais. Andréa de Araújo Nogueira sublinha que o personagem urbano de Juca Pato cativou e representou principalmente as camadas intermediárias dos paulistas, em especial aquelas que residiam na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, ocorria um amplo processo de popularização do personagem.

Outro comentário sobre o Belmonte desenhista, anterior àqueles dois, encontra-se na monumental obra de Herman Lima, *História da Caricatura no Brasil* (RJ: José Olympio, 1963, volume IV). Esse extenso e detalhado trabalho sobre os caricaturistas brasileiros dos séculos XIX e XX foi feito por um escritor e pesquisador de qualidade, ainda que ele não estivesse ligado ao corpo docente ou discente de universidades. Nesse sentido, o trabalho de Lima é singular e, justamente por isso, não representa o grupo daqueles que se dispuseram a comemorar e rememorar Belmonte e nem o grupo de pesquisadores ligados às academias de ensino superior.

Por outro lado, não há trabalho que verse sobre as crônicas de Belmonte. Essa ausência é pouco compreensível, pois o artista produziu tantas crônicas quanto as caricaturas e charges. Afinal, ele foi cronista diário do jornal vespertino *Folha da Noite*. Tão mais difícil se torna compreender tal ausência quando fazemos uma leitura atenta dos escritos de Belmonte. Estes são profundamente inteligentes e irônicos. Percebe-se que o artista

mantinha-se informado dos debates científicos, filosóficos e sobre os acontecimentos políticos que se desenrolavam nas primeiras décadas do século passado. Dentre eles, o inconsciente estudado por Sigmund Freud; o pessimismo de Arthur Schopenhauer; o questionamento da condição humana na modernidade, tida como instável e desconfortável por Friedrich Nietzsche; e o recrudescimento de regimes políticos de exceção, desafiadores impiedosos da democracia liberal.

E o mais interessante é que Belmonte, artista autodidata, passava algumas das idéias e conceitos da cultura erudita por meio de suas produções artísticas, mas sem torná-las por causa disso cansativas ou herméticas. Também não é demais informar que Belmonte lia em alemão, francês, inglês e conhecia invejavelmente bem ilustres representantes da literatura universal: as obras de William Shakespeare, as de Eça de Queiroz, as de vários escritores franceses (Ver a crônica “Port-Tarrascon”. In: Belmonte, *Idéas de João Ninguém*. Edição citada, pp.102-104) e a Bíblia (Referências a ela estão bastante presentes em toda a produção artística de Belmonte, dos desenhos humorísticos às crônicas).

As crônicas de Belmonte foram organizadas em um livro titulado *Idéas de João Ninguém*. Ele tem 231 páginas, 59 crônicas (com duas a quatro páginas cada uma), dois contos e 11 ilustrações de sua autoria.

Idéas de João Ninguém é, na verdade, um protesto às mal-disfarçadas tendências autoritárias do governo presidido por Getúlio Vargas. Belmonte vai costurando, por meio de sua grande erudição e de cômicas relações, inúmeras tramas, nas quais o governo brasileiro é comparado com os regimes políticos autoritários anteriores à sua época (ou contemporâneos a ele). Belmonte relaciona o governo brasileiro com o de Mustafá Kemal, com o de Adolf Hitler e com o de Benito Mussolini, todos eles reconhecidos à época como indubitavelmente autoritários. As crônicas, aparentemente saudosistas, são um chamado à retomada da “velha ordem”, ou seja, da democracia liberal.

No Brasil, especialmente em São Paulo, duas propostas de direcionamento político-econômico digladiavam-se: uma era favorável ao governo provisório, que defendia uma maior centralização político-administrativa e um governo pouco liberal e democrático; e a outra, apoiada em sua grande maioria pelo PD (Partido Democrático de São Paulo) e pela imprensa liberal local, almejava, em linhas gerais, o oposto das diretrizes do governo provisório.

Era o liberalismo que agregava os interesses da elite paulista e ele estava marcadamente ligado à democracia:

A democracia almejada fundamentava-se nos seguintes princípios: individualismo, descentralização do poder, representação política através do voto universal, pluripartidarismo, liberdade em todos os níveis. (CAPELATO, Maria Helena, *Os Arautos do Liberalismo*. SP:Editora Brasiliense, 1989. p. 25)

Entretanto, essa democracia liberal tinha limites de classe muito claros, pois as reivindicações dos trabalhadores, no olhar da burguesia paulista, ora ganhavam contornos paternalistas, ora ganhavam contornos ameaçadores e subversivos, que requeriam a ação repressora da polícia.

As crônicas de Belmonte manifestam apreço pelas idéias de autonomia estadual, liberalismo e democracia e, neste sentido, elas corroboram com a visão de mundo da imprensa paulista liberal e do PD. Por outro lado, Belmonte tem uma análise muito pessoal das propostas político-econômicas da época, o que inviabiliza considerá-lo apenas “mais um liberal com as mesmas idéias”.

Em uma das crônicas da *Folha da Noite* do mês de outubro de 1933, “O Jornal e seus Anúncios”, a reconstitucionalização do Brasil é considerada uma “medida salutar” e a democracia liberal é chamada, sem embargo, de “velha fórmula conservadora” (Belmonte, Op. Cit.: 197). Devemos ficar atentos a esta expressão, usada por Belmonte: para a imprensa liberal paulista de oposição (Além da *Folha da Noite* e da *Folha da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Diário de São Paulo*, *Diário Nacional*, *A Gazeta*, *O Correio Paulistano* e outros. Capelato, Op. Cit.: 11-28). Chamar algo ou alguém de conservador não significava desprestigiá-lo. Ao contrário, esta palavra estava relacionada com ponderação e cautela, absolutamente oposta aos “arroubos” do movimento tenentista e ainda mais distante dos propósitos “radicais” dos comunistas, anarquistas ou fascistas. Ser conservador era cerrar fileiras ao lado da democracia liberal. Portanto, também não é de causar estranhamento que os editores do jornal *OESP* assumam-se publicamente, no final da década de 20, como conservadores (CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo, Matutino*. SP: Editora Alfa-Omega, 1980: 105).

Para os liberais paulistas, além das esquerdas e dos Tenentes, Getúlio Vargas e seus companheiros também figuravam como *personae non gratiae*. Os paulistas se sentiram traídos por seu governo (Capelato, Op. Cit.: 33-34), pois os acordos que ele estabeleceu com o Partido Democrático de São Paulo (via Aliança Liberal) não foram respeitados: os paulistas não conquistaram de pronto o poder estadual; o país não adotou uma Constituição antes de 1934 e, por vezes, a imprensa era censurada. Em 1932, o exército rebelde do Estado de São Paulo teve que amargar uma derrota militar para a “dictadura”, o governo provisório. Além do mais, a permanência de Getúlio Vargas em seu cargo público por meio de uma eleição indireta, em julho de 1934, reacendeu as críticas dos liberais, no sentido deles acusarem-no de abusar do poder pessoal.

O governo Vargas caminhava para a estruturação de uma ditadura, haja vista o seu desdém pela Constituição de 1934, poucos meses depois de ela ter sido promulgada

(GOMES, Ângela Maria de Castro. *Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)*. In: História da Civilização Brasileira - Sociedade e política (1930-1964) - volume III. SP: Difusão Européia do Livro, 1984: 73). Ademais, o governo manteve uma relação de respeito com os Integralistas, que, como é sabido, tinham insipiração fascista e eram claramente favoráveis ao autoritarismo. Belmonte, desenhista e cronista incansável do jornal *Folha da Noite*, recusava-se a permanecer em silêncio num período de indagações tão urgentes, quando a democracia liberal parecia suspensa e quase que perdida.

Percebe-se nas crônicas de Belmonte que os inimigos da democracia liberal são desqualificados por chistes, paródias e ironias. O papel destes recursos cômicos é ridicularizar aquele de quem se ri, colocando-o como inferior ao apreciador da obra de arte. Na maior parte das crônicas, nota-se uma ironia profundamente mordaz. Ao mesmo tempo, o humor belmontiano é entrecortado por amarguras ocasionais, sugerindo ao leitor que a realidade é tão desanimadora e complexa que nada mais resta ao homem comum além de resignar-se e rir, ainda que melancolicamente, das desgraças de si mesmo e dos outros.

Em *O Herói Nacional*, a ironia é empregada por Belmonte com brilho e competência. Na ironia,

diz-se algo positivo, pretendendo, ao contrário, expressar algo negativo, oposto ao que foi dito. A ironia revela assim alegoricamente os defeitos daquele (ou daquilo) de que se fala. Ela constitui um dos aspectos da zombaria e nisto está sua comicidade. O fato de o defeito vir a ser definido por meio da qualidade que se lhe opõe, coloca em evidência e realça o próprio defeito. (Vladimir Propp, *Comicidade e Riso*. SP: Editora Ática, 1993: 125)

Após contar a história de Calígula, que na Roma Imperial humilhou os seus governados ao dar para o seu cavalo um cargo político, fazendo dele cônsul, o autor procura reconfortar seu leitor ao argumentar que esse acontecimento já estava distante há mais de mil anos. Na verdade, as palavras de reconforto são assumidas como farsa, pois a ironia empregada logo em seguida as desacredita. É um tanto risível pensar em uma democracia na qual os problemas são resolvidos “a coice”:

E os romanos - coitados! - não tiveram outro remédio senão aplaudir e curvar-se diante do conceituado quadrúpede.

Isso, porém, aconteceu em Roma, há mais de mil annos. E nós, hoje, nestes tempos democráticos em que os governantes podem ser cavallos, mas em que os cavallos, absolutamente, não governam, ficamos, como o poeta, ‘pallidos de espanto’, diante desse povo altivo e bravo que, por força das circunstancias, se via obrigado a reverenciar e a aplaudir um animal. (*O Herói Nacional*. In: Belmonte, Op. Cit.: 125-126)

As referências ao governo brasileiro como uma ditadura (mal) disfarçada e absurda perpassam quase todo o livro. Na crônica *Gleichschaltung*, publicada na *Folha da Noite* em abril de 1934, Belmonte mostra o potencial da sua verve humorística ao traçar relações entre o governo alemão e o brasileiro. O escritor aponta para o crescente autoritarismo e, quase que profeticamente, esboça algumas das características gerais dos regimes totalitários, alicerçados na propaganda política agressiva e na repressão policial que, em um estágio mais avançado, promovem a despersonalização e a destruição da condição humana:

Gleichschaltung é um neologismo criado pelos hitleristas, sem equivalente em nenhuma outra língua, para indicar o movimento histórico do nacional-socialismo no sentido de estandardizar a mentalidade alemã na ideologia racista. Ou, como explica o Sr. Goebbels, ministro da propaganda, ‘...é a transformação nacional-socialista do Estado, do partido e de todas as associações, o desenho dos primeiros contornos de uma situação que será, um dia, a situação normal da Alemanha quando não houver mais que uma opinião, um só partido e uma convicção.’ (Belmonte, Op. Cit.: 35)

[...] ainda assim, parece difícil que o nacional-socialismo consiga esse objectivo temerário antes de duas ou três gerações. Mesmo assim, já a Alemanha poderá vangloriar-se de ter realizado uma África, porque nós, nestas terras morenas onde a jandaia canta nas copas da carnahuba, ainda teremos que passar um vidinha bem apertada durante quatro gerações. (Ibidem)

Todavia, como quatro gerações são gerações de mais, e como o povo brasileiro não terá paciência de esperar tanto tempo para sahir do buraco em que o meteram os salvadores da pátria, pensa-se em instituir por estas bandas um governo forte, afim de que não haja um suicídio colectivo de quarenta milhões de encalacrados. E, para que não haja queixas e reclamações por parte dos afflictos, a força desse governo que nos promettem consistirá em realizar a ‘gleichschaltung’ cabocla, de jeito que todos os quarenta milhões de encalacrados pensem que não são encalacrados ou, se o pensarem, que não digam nada. (Belmonte, Op. Cit.: 36)

Os comentários zombeteiros do autor conduzem-nos a pensar que estandardizar o pensamento de todo um povo é quase que impossível, e a sua tentativa é “temerária”. Ademais, ao dar prosseguimento à sua crônica, Belmonte descreve a *Gleichschaltung* brasileira como uma cópia bufona da alemã, uma farsa patética:

O que se precisa para a estandardização da opinião e da convicção brasileiras, é de um homem que possua forças ocultas - um hypnotizador, por exemplo. Ora, homens desse gênero não nos faltam. Que se invista, pois, um desses magos, de poderes discricionários, para que elle, lançando do Cattete, sobre o vasto território brasileiro, os seus fluidos magnéticos, exclame a todos nós: [...] O commercio navega em ouro! A industria dorme sobre ouro! O povo come ouro! A Inglaterra deve-nos alguns milhões de esterlinos mas vae pagar-nos! A Norte América deve-nos vários milhões de dollares e já nos está pagando! [...]

E assim por diante. Sob a “ação hypnotica do dictador”, todos nos exclamaríamos, em coro:

Perdoemos as dívidas estrangeiras! Já temos ouro de mais! Não queremos mais nada.
E dessa fôrma, com um só pensamento, uma só convicção e um só ideal, o Brasil seria o El-Dorado do mundo.
Salvo disposições em contrario - porque os nossos credores são difíceis de hypnotizar...
(Belmonte, Op. Cit.: 36-37)

Como sempre, as ironias de Belmonte formam as frases mais brilhante de suas crônicas: “salvadores da pátria” que metem os quarenta milhões de brasileiros da época num buraco e pessoas miseráveis que “comem ouro”, entre outras.

Em uma passagem de *A Trombeta de Josaphat*, o riso é desencadeado pela contraposição de adjetivos opostos que evidenciam os desmandos do poder executivo. O exagero das prerrogativas presidenciais é tão visível que Getúlio Vargas assemelha-se aos déspotas coroados do passado:

O caso não deixa, em verdade, de ser estranho, porque o honrado sr. Getúlio Vargas, chefe permanente do governo provisório já declarou que não autorizou a imigração dos vinte mil assyrios, nem deu licença a ninguem para tratar do assumpto.(Belmonte, Op. Cit.: 25)

Há ainda outras crônicas em que o artista relaciona o governo brasileiro com o autoritarismo, o militarismo e, direta ou indiretamente, com o nazi-fascismo europeu (Ver “Port-Tarrascon”, Os Equívocos, Os Camellos, Os Maus Alumnos, Morrer por Morrer, Carta Aberta, entre outras. In: Belmonte, Op. Cit.). Por outro lado, Belmonte satiriza muito pouco os comunistas e anarquistas. Na verdade, a esquerda está quase que ausente em suas crônicas. Os alvos principais do escritor são os governos de inspiração fascista ou simpáticos a essa inspiração.

A AIB - Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932 por Plínio Salgado, viu um crescimento impressionante no número de seus filiados em 1934. No começo desse ano, ela realizou sua primeira conferência na capital do Espírito Santo. Cerca de dois meses depois, sua milícia fez uma demonstração pública, marchando nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, e, no início do ano seguinte, três mil integralistas compareceram ao segundo congresso nacional, em Petrópolis. No final de 1934, o Integralismo tornou-se um movimento político considerável, com cerca de 180 mil membros (LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas*. RJ: Nova Fronteira, 1980: 131-147). E já em 1934-35 o Estado de São Paulo tinha o maior número de municípios integralistas: 173 (Levine, Op. Cit.: 144).

Parte da intelectualidade mostrou-se muito receptiva à AIB: Hélio Viana, historiador; Thiers Martins Moreira, do Ministério da Educação; e Gustavo Barroso, escritor

anti-semita declarado, admitido na Academia Brasileira de Letras em 1932. Todos eles se filiaram ao movimento integralista. E alguns intelectuais, como o escritor Alceu de Amoroso Lima e o sociólogo Artur Neiva, sentiam simpatia pelos integralistas. Segundo Robert Levine, acadêmicos e intelectuais passaram a gravitar ao redor da AIB com mais frequência do que em torno da Frente Popular de Roberto Sissón e de Luís Carlos Prestes. Para o mesmo autor, esta constatação não deve causar surpresa. A elite refinada, produto dos meios conservadores, aceitava melhor o apelo moralista e tradicionalista da AIB do que o da ANL. (Levine, Op. Cit.: 141)

Havia muitas personalidades públicas que, embora não fossem associadas à AIB, apoiavam os seus ideais. Nas Forças Armadas, o movimento conseguiu muitos admiradores: os Generais Góes Monteiro (Ministro da Guerra), Meira de Vasconcelos, Pantaleão Pessoa e Newton Cavalcanti. O torturador e chefe de polícia Filinto Müller também demonstrava muita estima pelo Integralismo (Levine, Op. Cit.: 138-141). Alguns industriais de São Paulo, com receio da agitação trabalhista de esquerda, auxiliavam a AIB financeiramente. Outros eram abertamente favoráveis ao regime fascista italiano. O Conde Francisco Matarazzo, por exemplo, ofereceu um milhão de liras para o Movimento da Juventude Fascista e outro milhão de liras para ajudar a política expansionista de Mussolini, que invadia a Etiópia (Levine, Op. Cit.: 144. Ver também: DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. SP: DIFEL, s/d.: 185-186). Crespi, por sua vez, foi agraciado por Mussolini com a Ordem do Trabalho e, posteriormente, foi feito Comendador da Coroa da Itália (Dean, Op. Cit.: 186).

A imprensa liberal também mostrava-se menos receosa com a AIB e o Fascismo do que com as esquerdas. É certo que os editoriais de *O Estado do São Paulo* e das *Folhas (Folha da Manhã e Folha da Noite)* tendiam a condenar a proposta de modificação brusca defendida por comunistas e fascistas (CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. Op. Cit.: 97-109. Ver também: MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*, SP: IMPRES, 1980: 71-74), ainda que os primeiros, por almejavam a abolição da propriedade privada, despertassem muito mais temor nos liberais.

A maior parte dos editorialistas de *OESP* demonstrava, no início dos anos 30, pouca apreensão com relação ao fascismo. E mesmo depois de 1932, com a criação da AIB, o fascismo nunca se tornou um tema preocupante para eles. Na verdade, o nazi-fascismo desfrutava de uma certa benevolência de *OESP*, que admirava o soerguimento econômico da Alemanha hitlerista e, acima de tudo, via nos regimes de força um instrumento eficaz de combate ao Comunismo (Capelato & Prado, Op. Cit.: 104-104). Em contrapartida, as esquerdas eram os inimigos de toda hora para a grande maioria da imprensa liberal.

Se os membros da AIB não enfrentaram grandes problemas com a imprensa, também não foi muito diferente com o Estado Getulista. Até aproximadamente 1937, a relação entre os integralistas e o governo estava longe de ser complicada; a Lei de Segurança Nacional perseguia duramente as esquerdas, mas pouco importunou a AIB no decorrer de 1935 e 36.

Como colaborador da imprensa liberal paulista, Belmonte foi uma exceção, pois não se importou com os comunistas e anarquistas mas alertou insistentemente a sociedade brasileira para a ameaça da ideologia fascista, que crescia a passos largos em meados dos anos 30. Observador astuto do cenário político europeu, Belmonte captou a potencialidade desumana dos regimes de força. Observador astuto do cenário político brasileiro, o artista percebeu a proximidade entre o governo autoritário de Getúlio Vargas e a AIB, assim como a adesão de muitos intelectuais, jornalistas, empresários e militares ao movimento fascista brasileiro, e não se cansou de denunciá-las, mesmo mediante o risco da censura.

Com seus escritos, Belmonte procurou alertar também aquelas que parecem ter composto a maior parte dos leitores do jornal *Folha da Noite* nos anos 30: as camadas médias urbanas, consideravelmente seduzidas pelo discurso anticomunista dos integralistas (CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Mobilização Popular*. RJ: Paz e Terra, 1978: 102-117).

Entrincheirado em sua mesa de trabalho na *Folha da Noite*, Belmonte, combatente um tanto solitário, ainda que incansável, continuava traçando suas estratégias repletas de palavras ágeis e ironias mordazes. Favorável à democracia, sim; “conservador”, talvez; mas reacionário, jamais.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO DE MÁQUINAS ELÉTRICAS NO AMBIENTE DOMÉSTICO*

Márcia Bomfim de Arruda**

O ambiente doméstico de hoje é repleto de máquinas elétricas que medem as inúmeras atividades que são realizadas de forma rotineira. As práticas alimentares, de higiene, de descanso, de lazer, de contato com o mundo, de sociabilidade constituem-se, muitas vezes, por meio de aparelhos como: refrigerador, fogão, torradeira, exaustor, ventilador, ar condicionado, máquina de lavar louça, máquina de lavar roupa, microondas, batedeira, liquidificador, televisão, telefone, computador, aparelho de som e muitos outros. Mas nem sempre foi assim.

A familiaridade que temos hoje com esses objetos nos impede, muitas vezes, de pensarmos que existe uma história da presença e dos usos das máquinas no ambiente doméstico. Se no ambiente de trabalho, nas fábricas, muita resistência teve que ser vencida para a incorporação das máquinas no processo de produção, como terá sido sua adoção nas atividades domésticas? Que adaptações foram necessárias? Será que houve resistência? Que mudanças de hábitos, comportamentos, pensamentos implicaram na entrada da tecnologia nos lares? De que esses objetos são a materialização?

No Brasil, enquanto o uso das máquinas no ambiente de trabalho - principalmente na fábrica e no espaço público (bondes, automóveis) - mereceu atenção de inúmeros autores, o mesmo não se pode dizer do espaço privado. Que investimentos - técnicos, de *design*, publicitário, políticos - foram feitos para que os eletrodomésticos fossem aceitos nos lares brasileiros?

Muitas respostas surgem para explicar a ampla aceitação desses objetos técnicos: facilidade, comodidade, conforto, menos trabalho, beleza, modernidade. No entanto, aceitar estas respostas significaria naturalizar a existência desses objetos, como se eles fossem o resultado óbvio de um tipo de desenvolvimento tecnológico, cujo fim estaria apenas na satisfação das necessidades humanas. Este é, em parte, o discurso que encontramos nas propagandas de eletrodomésticos e que merece ser problematizado. Cada um desses

objetos que hoje entendemos como fundamental para nossa vida é, de fato, a expressão de necessidades que foram criadas historicamente.

A intenção aqui não será a de tentar responder às inúmeras interrogações que surgem ao eleger os eletrodomésticos como objeto de estudo. Essas perguntas têm o propósito de apontar possibilidades de investigação de um tema que ainda não foi muito explorado no campo da história no Brasil. Portanto, o objetivo será o de problematizar as idéias expressas no próprio *design* dos eletrodomésticos, assim como o discurso da mídia a respeito dos usos desses objetos.

“Encante seu lar com a eletricidade”

Quando se usa o termo eletrodoméstico, como o próprio nome diz, imediatamente vem à mente a imagem de uma infinidade de utensílios domésticos movidos à eletricidade. O dicionário Aurélio (BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. 1999) define o termo como, aparelhos elétricos de uso caseiro e, para o dicionário Houaiss, (HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001) “diz-se de ou utensílio ligado à eletricidade e usado para proporcionar comodidade, lazer ou auxiliar nas tarefas domésticas”. Entretanto, alguns deles podem funcionar movidos por outros meios como querosene, carvão, lenha ou o gás.

Alguns dos eletrodomésticos que conhecemos hoje foram originalmente criados para funcionar com outros combustíveis e, posteriormente, adaptados para a eletricidade. Diferente do que se pode pensar, o uso da eletricidade nos equipamentos domésticos não foi resultado meramente de um avanço do conhecimento científico ou do progresso, idéias que aparecem com frequência nas histórias da tecnologia. (FORTY, Adrian. *Objetos de Desejo - Design e Sociedade desde 1750*, São Paulo: Cosac Naify, 2007: 248)

Na Grã-Bretanha, no final do século XIX, diversificar a demanda por energia elétrica antes utilizada, principalmente, para iluminação, foi uma necessidade das indústrias que produziam esse tipo de energia. A venda de eletricidade apenas para iluminação causava problemas na economia de escala. Como o consumo maior era durante a noite, ao longo do dia a capacidade geradora das usinas ficava ociosa. Não havia como armazenar eletricidade gerada fora do pico e, assim, a demanda desigual era um sério problema para a indústria. Para conseguir lucro e cobrir o alto custo da produção, tornava-se necessário criar outras demandas para a eletricidade que não fossem somente a iluminação e que não ocorresse somente no período noturno (Ibid: 249-250).

No caso da Grã-Bretanha, as empresas de fornecimento de energia fizeram uso de uma intensa publicidade para convencer as pessoas de que a energia elétrica representava modernidade, progresso, positivando sua imagem através da idéia de que traria benefícios

no futuro. As empresas tiveram que enfrentar alguns obstáculos nessa caminhada, rumo a um suposto progresso: o alto preço da eletricidade em comparação com outros tipos de combustível; o fato de que as residências, quando muito, estavam adaptadas apenas para iluminação e não possuíam tomadas; e também o medo, já que a idéia comum identificava a eletricidade a uma força obscura, invisível e letal. (Ibid: 255-256)

Na Grã-Bretanha, “se cada consumidor agisse com instintos econômicos racionais, o crescimento da demanda elétrica entre 1920 e 1939 não teria sido tão grande quanto foi” (Ibid: 260). A eletricidade não era mais eficiente que o gás para cozinhar e aquecer e, ainda custava mais caro, portanto os consumidores que a escolheram deviam ter sido influenciados por outros motivos. Segundo Forty (Ibid), os motivos estavam na publicidade que foi feita apresentando a eletricidade como uma fonte de energia progressista e libertadora com potencial futuro ilimitado e, também, na melhoria do *design* dos eletrodomésticos. A eletricidade só pode ser comercializada efetivamente por meio de seus aparelhos e, para atrair consumidores, estes deveriam ser - ou parecer - tecnologicamente avançados. (Ibid: 260)

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, as empresas de eletricidade tinham controle sobre alguns setores de serviços públicos, como telefones e bondes. Em depoimento de Armando de Moraes Samento, que trabalhou na década de 1930 no Departamento de Promoções das Empresas Elétricas Brasileiras, de propriedade da American Foreign Power, ele afirma que a empresa era acionista controladora de várias empresas de utilidade pública no Brasil, entre elas as do Rio Grande do Sul, da Bahia, de Pernambuco e de empresas de várias cidades do interior de São Paulo. A função de Samento era criar demanda para o aumento de consumo de energia elétrica. Na agência de publicidade que trabalhava, a N. W. Ayer, entre os clientes estava a General Electric e, então, faziam promoção de ferros de engomar e refrigeradores, principalmente. (Samento, 1990: 02)

No final da década de 1930, no Brasil, a empresa Ligth, que atuava na área de energia elétrica incentivava a colocação de tomadas nas residências. O que indica que o consumo de equipamentos elétricos no período encontrava obstáculos de ordem prática. O anúncio da empresa apresentava um desenho onde se podia ver o ambiente de uma sala e um casal procurando tomadas para ligar uma luminária, um ventilador, um aspirador de pó, um fonógrafo (O Cruzeiro, 16/01/1937: 52). Em 1943, um anúncio da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro fazia propaganda de um programa musical de rádio, chamado Ondas Musicais. O anúncio propunha: “Sirva-se da eletricidade” e o programa ia ao ar das 13 às 14 horas (Ibid, 22/05/1943, ano XV, n. 30, capa).

Ao longo do ano de 1946 a General Electric veiculou uma campanha, com vários anúncios que propunham “Encante seu lar com a eletricidade”, e aproveitava para

oferecer, além dos materiais para instalação elétrica que a marca produzia, seus aparelhos domésticos: máquina de lavar pratos, fogão elétrico, cafeteira, assadeira, passadeira portátil, radiador elétrico (ventilador), ferro de engomar, rádio, aspirador de pó, misturador de alimentos (batedeira), cobertor elétrico, torradeira. Um dos anúncios trazia a frase: “Mande os criados elétricos G-E prepararem a primeira refeição da manhã” (Ibid, 09/03/1946: 87).

Por esses indícios podemos pensar que também no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, o consumo de eletricidade nas residências ainda era, essencialmente, para iluminação. O que implicava em prejuízo para as empresas ligadas ao ramo de eletricidade, que necessitavam da diversificação nos usos da energia elétrica e da criação de condições concretas para a expansão dos seus negócios, como instalação de tomadas nas casas.

Os primeiros aparelhos elétricos para uso doméstico que chegaram ao Brasil vinham da Europa e dos Estados Unidos. No início do século XX, apesar dos anúncios na imprensa, o consumo ainda era restrito, o preço alto e o custo para a importação, além das dificuldades no fornecimento de energia elétrica, contribuía para isso. Outros fatores como a ausência nas casas de instalações elétricas, falta de técnicos especializados no conserto desses equipamentos e ainda, o medo da eletricidade, também podem ter influenciado. Nos anos 1940 havia nas revistas avisos dirigidos às donas-de-casa para que tomassem certos cuidados com os aparelhos elétricos, pois podiam causar acidentes e até a morte.

A expansão e a consolidação do uso da eletricidade no espaço doméstico urbano, a partir dos anos 1920, foi rápida. Na década de 1940, nas maiores cidades brasileiras, aproximadamente metade do total das residências urbanas possuíam instalação elétrica. Em boa parte das casas a energia elétrica antecedeu a água encanada e as instalações sanitárias (RJ: Centro de memória da eletricidade no Brasil, 2001: 197-199). Ainda assim, as instalações elétricas serviam, principalmente, para iluminação e não era comum encontrar tomadas nas casas.

Na década de 50, as condições práticas para a produção e consumo de eletrodomésticos no Brasil estavam praticamente criadas. Energia elétrica mais acessível, crediário para incentivar a compra e uma indústria nacional se desenvolvendo rápido. No entanto, esses fatores apenas não eram suficientes para fazer com que fossem consumidos em escalas cada vez maiores. Foi necessária uma mudança de ordem mais profunda, mais sutil, menos fácil de ser percebida. Foi preciso mudar hábitos, comportamentos, um trabalho quase pedagógico e de convencimento de que a vida com esses aparelhos seria mais fácil, mais alegre, mais saudável, mais bonita.

Nesse sentido a publicidade teve um papel fundamental. Ela não apenas tornou os eletrodomésticos conhecidos como também apresentou esses objetos, para além dos seus

aspectos físicos e funcionais, como possibilidades de se ter mais saúde; alimentação saudável; proteção contra doenças; de se respirar ar puro, de se ter menos trabalho com os serviços domésticos; de se ter mais opções de lazer.

Em torno dos eletrodomésticos, a propaganda produziu um ideal de vida doméstica, movida à eletricidade, distante das condições reais em que vivia a grande maioria da população brasileira. O que não impediu que esse ideal fosse ao longo do tempo incorporado, tornando-se uma referência e um modelo para a sociedade.

“Põe na Consul” - eletrodomésticos e mídia

Os avanços técnicos na propaganda de eletrodomésticos ao longo do século XX estão estreitamente ligados à expansão da imprensa, seja escrita, falada ou televisionada. Inclusive, o fato do rádio e da televisão serem, também, eletrodomésticos e se tornarem uma presença constante nas residências, contribuiu grandemente para que a publicidade alcançasse um público maior e mais diversificado.

A imprensa foi largamente utilizada pelos fabricantes de eletrodomésticos estrangeiros e nacionais e teve um papel extremamente importante na criação de um mercado consumidor no país. A escolha do veículo de comunicação pelos anunciantes de eletrodomésticos estava relacionada com o público que queriam atingir.

Os fabricantes de eletrodomésticos fizeram uso dos mais variados meios de comunicação para criar um mercado consumidor para seus produtos. Ouvintes de rádio, telespectadores, platéias de cinema, leitores de revistas e jornais passaram a se deparar constantemente com os anúncios dos mais diversos tipos de eletrodomésticos, das mais diferentes marcas.

Na imprensa escrita, as revistas ilustradas foram amplamente utilizadas para veicular anúncios de eletrodomésticos. Conforme afirma Trusz (Revista eletrônica de História, vol. 1, n. 3, março de 2004: 5), nas primeiras décadas do século XX, esses anúncios, assim como o de automóveis e os de cinema, foram os mais refinados exemplares da evolução das técnicas publicitárias.

Grandes fabricantes de eletrodomésticos como a General Electric e a General Motors (esta última fabricava também automóveis) eram importantes anunciantes na imprensa brasileira. Seus departamentos de propaganda eram os responsáveis, principalmente nos anos 20, pela publicidade dessas empresas. O núcleo de propaganda mais profissional e capacitado da época era o da General Motors (Ângelo, 1990: 25). O modo de fazer propaganda dessas empresas fez escola no Brasil, foram as grandes marcas americanas que trouxeram a técnica norte-americana de propaganda comercial (RAMOS, Ricardo, MARCONDES, Pyr. *200 anos de propaganda no Brasil: do reclame ao cyber anúncio*, SP: Atual, 1985:32).

As empresas estrangeiras de eletrodomésticos e os laboratórios farmacêuticos foram os grandes anunciantes na imprensa do começo do século XX. Além das revistas e dos jornais, a publicidade no rádio também teve sua história ligada às grandes marcas. Em 1932, logo quando o governo brasileiro autorizou a veiculação de publicidade nas programações de rádio, a Sociedade Rádio Philips do Brasil, criada em princípio para ajudar a vender no país os produtos da empresa, levou ao ar o primeiro programa de Ademar Casé. O apresentador, que fez história no rádio, havia sido vendedor de rádios da Philips no Rio de Janeiro.

No programa de Casé foi ao ar o primeiro jingle que se tem notícia, o da padaria Bragança (CASÉ, Rafael. *Programa Casé, o rádio começou aqui*. RJ: Mauad, 1995). Empresas como a Olivetti, General Electric, Semp, Brastemp, Arno, Consul e muitas outras utilizaram o jingle em campanhas publicitárias no rádio. Lâmpadas, rádios fonógrafos, chuveiros, máquinas de datilografia, sorveteira e vários outros eletrodomésticos ganharam jingles cujo objetivo desejável pelas empresas era “um maior índice de retenção na mente do consumidor” (Informativo Consul, agosto de 1974, n.33: 06).

A Consul, na década de 70, contratou músicos consagrados, como Ivan Lins, e grupos como Evinha e os Golden Boys para criar e executar jingles. A contratação de músicos famosos para compor jingles para a Consul era anunciada como uma técnica moderna de publicidade, como um diferencial dos tempos em que “a comunicação auditiva se resumia ao linguajar pernóstico de locutores gritando as excelências de um produto” (Idem).

O jingle de Ivan Lins para a Consul foi intitulado *Esposas felizes*, mesmo tema de uma Campanha publicitária que durou meses e depois foi substituída pela *Crianças contentes*. Conforme os publicitários “se a Consul proporciona felicidade a milhares de esposas e alegria a milhares de crianças, está colaborando para a harmonia da família brasileira. Por isso criamos, como ela, um terceiro anúncio, coroando a Campanha 73: Maridos Tranquilos” (Informativo Consul, julho de 1973, n. 30, p.17).

Vale destacar que nesse período vivia-se no Brasil uma intensa repressão, tortura e perseguição política e, ao mesmo tempo, o chamado “milagre brasileiro”. Milagre que, se por um lado, do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria favoreceu as classes de renda alta e média, por outro, os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos. Sendo que os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizaram-se (Fausto, 2002: 487).

Identificado pelos publicitários como moderno, bonito e sofisticado; fácil de guardar na memória; com uma letra humana que identificava plenamente a natureza do refrigerador Consul e as aspirações do consumidor, o jingle de Evinha e os Golden Boys afirmava:

Você chega em sua casa, encontra um mundo que é só seu. Você põe todo o carinho. No seu lar, no seu lugar, numa casa tão tranqüila, Consul não pode faltar. Sua geladeira Consul. Tranqüilidade é consul. Geladeira é Consul. Tranqüilidade é Consul [...] (Informativo Consul, agosto de 1974, n.33,: 6-7)

Enquanto a violência era institucionalizada no país, a letra da música propunha que a tranqüilidade devia estar no espaço privado do lar e no consumo cada vez maior de bens que ajudariam a criar um mundo alienado de tudo, só seu.

O governo militar, no período pós-1964, contou com o grande avanço das telecomunicações no país. As facilidades de crédito permitiram a um número cada vez maior de brasileiros a aquisição de vários bens como automóveis e, entre os eletrodomésticos, a televisão. A TV Globo foi a grande porta-voz do governo, e a propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira no país. A marchinha *Pra frente Brasil* embalou a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 (Fausto, 2002: 484). A televisão a cores, que chegou em 1973, contribuiu ainda mais para fazer os telespectadores esquecerem a miséria e o atraso do país em termos econômicos e culturais (SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *La Recherche de la beauté*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris VII, Paris, 1994: 502).

A televisão foi implantada no Brasil em 1950 e em pouco tempo tornou-se um dos mais eficientes meios de divulgação publicitária. No entanto, nos seus primórdios, a televisão era vista com desconfiança pelos profissionais da publicidade. Não se dominava a técnica para a produção de comerciais para televisão e ainda não havia uma grande audiência que empolgasse os profissionais do setor.

Implantada a televisão, primeiro em São Paulo, depois Rio de Janeiro (1951), Belo Horizonte (1955) e Porto Alegre (1959), ainda havia dificuldade de comercializar os aparelhos, que eram importados. Somente a partir de 1959 começam a ser fabricados em maior número no Brasil.

Não havia um sistema de redes; problemas de transmissão eram frequentes; o *videotape*, introduzido em 1959 - que permitiu uma difusão limitada para algumas capitais - só começa a ser utilizado mais tarde; a difusão se resumia ao eixo Rio-São Paulo; e, nessa época, o hábito de assistir televisão ainda estava no começo. Por tudo isso se acreditava que a televisão ainda não fosse totalmente compatível com a lógica comercial (ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. SP: Brasiliense, 1991: 47). As empresas fabricantes de eletrodomésticos preferiam anunciar seus produtos no cinema, no rádio e na imprensa escrita.

No início da televisão no Brasil, os profissionais vieram importados do rádio: artistas, cantores, locutores, animadores, apresentadores, músicos, maestros que tinham ex-

periência com platéia, aparições em palcos e auditórios de todo o país. A televisão era então uma espécie de “rádio com imagem” (Branco, Renato Castelo (coord.) *História da Propaganda no Brasil*, SP: T. A. Queiroz, 1990: 242). Talvez por conta disso, patrocinar programas musicais, como fez a Consul nos anos 60, tenha sido uma forma eficaz de tornar mais conhecida sua marca.

O programa patrocinado era o “Rio Hit Parade”, transmitido ao vivo pelo Canal 13 TV-Rio. Músicos de renome apresentavam-se junto a uma orquestra e um coral, produzindo um espetáculo de grande audiência. O sucesso do programa contribuiu para que ele fosse exibido em outras capitais brasileiras como Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Salvador e Brasília. A proposta do programa era “uma música para cada gosto e um intérprete correto para cada música” (GELBCKE, W. *Publicidade, Informativo Consul*, n.11, Joinville, 1966: 11). Esse investimento publicitário teve sucesso fazendo com que, nos anos 60, a marca Consul saltasse do sexto para o primeiro lugar no ranking nacional de vendas de refrigeradores.

A televisão contribuiu grandemente para gravar na mente dos telespectadores a relação entre produto e marca de eletrodomésticos. A campanha *Põe na Consul*, de 1978, tinha o objetivo de promover o nome Consul como sinônimo de geladeira, pois a marca não era muito citada nas pesquisas de opinião. A campanha com o slogan: *Põe na Consul* foi considerada no meio publicitário como um grande sucesso, ganhando vários prêmios. A frase virou expressão popular utilizada em vários contextos, de charges políticas a programas humorísticos na televisão.

Outra marca bem sucedida no mercado e grande investidora em publicidade foi a Brastemp. Quem não se lembra do esquimó puxando seu trenó, parecendo marchar como um soldadinho? Ele aparecia em comerciais de Televisão entre os anos 1960 e 1970, falando em anúncios de rádio, ilustrando propagandas em revistas e informativos internos da Brastemp.

Mas a campanha publicitária de maior sucesso foi a realizada em 1991, com base em pesquisa de opinião de donas-de-casa e conhecida pelo slogan *Não é assim uma Brastemp* (<http://www.multibras.com.br>). O nome original da campanha era *Não tem comparação*, mas se, para o fabricante não havia nenhum produto tão bom quanto o seu, para o consumidor o que contava era o preço. Muitas donas-de-casa entrevistadas, mesmo diante do constrangimento de opinar diante do entrevistador, tinham como certo que, na hora de comprar, o que definia era o preço. E assim nasceu a campanha criada pela empresa de publicidade Talent para a fabricante Brastemp, cujo mote era convencer o consumidor que o conveniente para ele era comprar um eletrodoméstico Brastemp, mesmo que não tivesse recursos para isso. Na propaganda, o ator afirmava que já possuía um eletrodoméstico, mas reconhecia que não era assim nenhum Brastemp.

“Linhas modernas, elegantes e de grande classe”

A imagem freqüente de casais sozinhos ou acompanhados por filhos, presente desde os primeiros anúncios de refrigeradores no início do século XX, indica qual era o público alvo dos fabricantes de eletrodomésticos. Adquirir um refrigerador importado era um luxo para poucos devido ao preço alto. Se a intenção era sempre ampliar o público consumidor, tornava-se necessário buscar argumentos que atingissem o máximo de pessoas. Constituir uma família sempre fez parte dos projetos de vida de grande parte da população. Diferente das pessoas de classe alta, que podiam dispor de recursos em qualquer momento da vida, em geral o homem de classe média casava quando conseguia atingir uma situação financeira estável que lhe permitia sustentar mulher e filhos. Assim, era esse homem que os fabricantes viam como um potencial comprador para os seus produtos.

A publicidade era, em geral, dirigida às mulheres, mas o objetivo era fazer com que elas convencessem os maridos da necessidade em comprar um refrigerador. Para facilitar a compra, surge, nos anos 1950, o crediário; ainda assim, os refrigeradores continuaram a ser um artigo de luxo.

A imagem da família nas propagandas de eletrodomésticos sempre foi uma constante até pelo menos a década de 1970. Propagandas de refrigeradores Brastemp produzidas para a televisão nesse período sugeriam que a compra do refrigerador era uma necessidade a partir do momento em que se casava. A idéia é de que o casamento trazia filhos, a família crescia e tornava-se indispensável a compra ou a troca do refrigerador antigo por um novo e maior. A idéia, inclusive, é que havia um modelo de refrigerador para cada tamanho de família.

Os fabricantes davam aos refrigeradores uma garantia, em geral, de cinco anos, mas eles duravam bem mais que isso. Com uma vida útil relativamente grande, o que fazer para o consumo de refrigeradores crescer? As inovações não eram tão constantes, nem tão radicais a ponto de justificar, para aqueles que já possuíam um refrigerador, a troca por um modelo mais novo. Assim, a propaganda propunha que havia um tamanho de refrigerador para cada tamanho de família ou, se a família crescesse, um refrigerador maior tornava-se necessário.

Nos comerciais para televisão de refrigeradores da Brastemp, quando não era a esposa que convencia o marido da necessidade da compra, era o sogro que intimava o genro a trocar de refrigerador: “ou você troca a geladeira, ou me devolve a filha” e aí entrava a imagem de toda a família em torno do refrigerador Brastemp e ouvia-se a frase “Brastemp 320: a geladeira tamanho família” (Filme publicitário: “Sogro”, agência “Salles Interamericana”, 29/03/1977).

Essa associação entre refrigerador e família é sugerida em várias propagandas da Brastemp. Em uma delas, ao som alegre de músicas que diziam sobre as qualidades do refrigerador, famílias cantavam, gesticulavam, abriam refrigeradores. Ambientadas em diferentes tipos de cozinhas, desde mais modestas com refrigeradores menores em que aparecia apenas o marido e a esposa, sugerindo recém-casados, até mais sofisticadas, amplas, com refrigeradores maiores com marido, esposa e vários filhos.

Em uma dessas propagandas, um cenário é montado com vários refrigeradores em um fundo branco. Entram mulheres, homens, crianças de diferentes idades cantando e correndo. Ao final posicionam-se ao lado dos refrigeradores e em coro cantam: “Deixe sua vida mais alegre, com Brastemp”. Pode-se notar que formam núcleos familiares sugerindo avô-avó, filho-nora, filha-genro e netos (Filme publicitário: “Deixe sua vida mais alegre”, agência “Salles Inter-americana”, produtora “Interteam Produções de Filmes Ltda”, 12/10/1979).

Essa associação entre alegria, prazer e eletrodoméstico, em que imagens do esforço e do árduo trabalho despendido pelas mulheres nos afazeres domésticos nunca são mostradas, é feita pela publicidade pelo menos desde a década de 30. Na década de 60 aparece o apelo à facilidade e ao prazer que os produtos de uso doméstico podiam propiciar àqueles que os utilizavam (SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Op. Cit.: 360). As mulheres nos comerciais para televisão dos anos 1970, assim como nos anúncios em revistas nas décadas anteriores, eram brancas, bonitas, jovens, maquiadas, bem vestidas, alegres.

Os papéis do marido, da esposa e a divisão do trabalho doméstico também são sugeridos. Quando os refrigeradores aparecem no cenário da casa, é sempre na cozinha e associado à mulher. Mesmo quando é o marido que é mostrado ao lado do refrigerador ainda assim é a esposa quem dá a última palavra, é ela que assume a importância em comprar o produto. O homem aparece como o provedor do lar, aquele que deve ser convencido da compra pela esposa que, por sua vez, é quem tem a legitimidade de conhecer as necessidades do lar. Ao final de um comercial, na cena da compra do refrigerador, a mulher dá um grito de felicidade e agradecida abraça e beija o marido (Filme publicitário: “Cerveja”, 01/01/1975).

Sant’Anna, (1994) referindo-se aos programas de televisão nos anos 70, afirma que a imagem do pai de família, nas classes médias de São Paulo, se revela como um reflexo dos contrastes provocados pelo crescimento urbano e pela modernização do país conduzida pelo regime militar. A figura do pai de família era a de um indivíduo obcecado pela ascensão social, com um carro último tipo, que comprava a crédito, angustiado, cansado, endividado, com um desejo insaciável de riqueza e consumo (SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Op. Cit.: 502).

Nos últimos anos da década de 1960, propagandas da Consul na televisão, no rádio e em revistas distribuídas em todo o país faziam essa relação entre refrigerador-casamento-esposa-marido. Os papéis de cada um eram bem definidos: a mulher aparecia agradecendo ao marido a compra do refrigerador, o marido realizando o sonho da esposa, fazendo-a feliz. Grande parte das campanhas era dirigida às mulheres “Uma campanha romântica para atingir a intuição feminina” (Informativo Consul, 1968: 04). Como falavam para as mulheres, essas campanhas destacavam as linhas “modernas”, “elegantes” e de “grande classe” dos modelos de refrigeradores. Os publicitários entendiam que a preocupação com a estética fazia parte do universo feminino.

Colocada em relevo em detrimento da função, a estética dos aparelhos elétricos domésticos aparece na publicidade dos anos 50 e torna-se mais forte na década seguinte. Ligada à evolução das técnicas publicitárias e da opinião pública, a publicidade de eletrodomésticos sofre mudanças com a valorização da forma exterior do objeto mais do que o seu funcionamento ou a sua função (SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Op. Cit.: 369).

Nos refrigeradores, nessa caixa retangular com divisórias, tal qual uma prateleira fechada hermeticamente por uma porta, não há nada inscrito na sua forma que possa ser associado à mulher. O que a publicidade fez de maneira inteligente foi associar o refrigerador a idéias como alimentos frescos, gostosos, saudáveis e, portanto, importantes para a saúde de toda a família. Qualquer dona-de-casa zelosa, e responsável imediatamente sentiria-se compelida a comprar um refrigerador, afinal, era sobre seus ombros que caía a responsabilidade pelo bem-estar da família.

Atributos tecnológicos

Analisando comerciais para televisão da empresa Brastemp, produzidos ao longo da década de 1970, percebemos duas formas diferentes de apresentar os refrigeradores: em uma, o objeto técnico é inserido em um ambiente doméstico, familiar; é apresentado quase como um membro da família; sua importância é atestada por pessoas comuns, donas de casa, maridos, crianças; o apelo é mais emocional, uma associação é feita entre o objeto e a alegria, a felicidade. Na outra, o foco é colocado sobre o objeto e suas qualidades técnicas, quem apresenta é o “especialista”, um técnico, supostamente isento de qualquer subjetividade, fala em nome da ciência, da razão.

Uma série de comerciais de refrigeradores da Brastemp, com fundo escuro, colocando em destaque refrigeradores vazios, eram apresentados por indivíduos vestidos com jalecos brancos, óculos, representando a figura de um técnico. Nesses comerciais, é dado destaque a aspectos dos refrigeradores Brastemp que os concorrentes não teriam: maior espaço interno, resistência, consumo menor de energia, congelador maior (Filme publici-

tário: “congelador/Espaço”, agência “Salles Inter-americana”, produtora “Fathom Filmes Ltda”, 28/08/1978).

Apesar da proposta, no segundo caso, de mostrar a técnica investida no objeto, não se vê a parte traseira, nem o motor, nem o fio que liga o refrigerador à rede elétrica. Em vários comerciais o refrigerador está repleto de comida, o que leva a supor que estaria em funcionamento. No entanto, os gestos necessários a esse funcionamento - colocar o fio na tomada, girar o botão que o liga, não se deixam ver. Um único gesto é mostrado, repetidas vezes, de abrir a porta do refrigerador e que parece fazer a mágica de colocá-lo em funcionamento.

Além dos aspectos mais explorados, o que esses comerciais não mostram ou apenas deixam entrever, torna-se um dado importante - as possibilidades de leitura histórica dos aspectos tecnológicos inscritos nos objetos técnicos, e que não são explicitamente destacados nas propagandas, é referida por Ulpiano T. B. de Meneses (2000:112) em seu artigo “O fogão da Société Anonyme Du Gaz sugestões para uma leitura histórica de imagem publicitária”. Apesar dos atributos tecnológicos serem parcialmente mostrados, estão inscritos na própria imagem dos refrigeradores: a porta grossa que isola o interior do refrigerador, o puxador que deve assegurar uma manipulação adequada, as prateleiras que organizam o espaço, o botão que regula a temperatura, um compartimento separado para congelamento dos alimentos. Cada equipamento desses, e os constantes aperfeiçoamentos que vão sofrendo ao longo do tempo, indica mudanças profundas nos modos de pensar e viver da sociedade.

Refrigeradores vendidos no Brasil nas décadas de 1940 e 50 possuíam trincos que eram uma cópia das maçanetas dos automóveis da época. Os logotipos com a marca dos refrigeradores também foram uma demonstração da identidade estilística que foi transferida dos automóveis para os eletrodomésticos. A caligrafia utilizada no logotipo dos refrigeradores Frigidaire era a mesma dos logotipos da Chevrolet (FRAIHA, Silvia (coord.). *Eletrodomésticos: origens, história e design no Brasil*, RJ: Frahia, 2006: 76). As formas arredondadas que os refrigeradores possuíam eram fruto da tecnologia utilizada na fabricação de automóveis, exemplo do que em *design* ficou conhecido como “streamlining”, ou estilo aerodinâmico.

Representação de tudo que era moderno - e, por consequência, veloz, ágil - o estilo aerodinâmico se fez presente de objetos (automóveis, eletrodomésticos, móveis) até o corpo humano, que teve que se desvencilhar de tudo que significasse menos agilidade e que dificultasse a velocidade de locomoção. Conforme Sant’Anna,

para majorar a saúde acelerar a produtividade, médicos e conselheiros da imprensa logo se apropriaram do ideal do aerodinamismo: principalmente ao decretarem o fim das roupas pesadas, dos espartilhos, chapéus e penteados complicados. Entre as jus-

tificativas, constava o receio de dificultar a agilidade do corpo e sua velocidade de locomoção (SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de Passagem*. SP: Estação Liberdade, 2001: 43).

O estilo aerodinâmico, presente em alguns eletrodomésticos vendidos no Brasil entre as décadas de 1940 e 60, convidava a práticas culinárias e de limpeza mais rápidas e eficientes. A brancura e o acabamento sem emendas dos refrigeradores Coldspot e, também, da primeira geladeira Consul, destacavam qualquer mancha exigindo uma limpeza imediata. “A aparência da geladeira, tal como a de numerosos aparelhos e artefatos, era uma contínua censura aos modos relaxados, uma lição objetiva de limpeza.” (FORTY, Adrian. Op. Cit.: 230)

Por sua vez, a aparência aerodinâmica dos refrigeradores resultou do interesse em diminuir gastos com a produção. A técnica de estampagem utilizada na fabricação de carrocerias de automóveis foi aproveitada nos refrigeradores. Na década de 1930, a tecnologia de dobra e estampagem de chapas exigia que os raios de curvatura das arestas fossem amplos e suaves, pois era mais difícil obter cantos vivos na estocagem. Os cantos arredondados dos refrigeradores, idéia de Raymond Loewy, contratado pela Sears Roebuck para redesenhar a geladeira Coldspot e que havia trabalhado para a indústria automobilística, foi adotado por toda a indústria de refrigeradores (FRAIHA, Silvia. Op. Cit.: 40).

Nos anos 50, paralelamente ao aumento da publicidade de eletrodomésticos - propondo que eles tornariam mais fácil o trabalho doméstico - começam a crescer as exigências sobre as donas-de-casa brasileiras para obterem maior eficiência no lar, como se seus deveres domésticos fizessem parte de uma rotina industrial. A cozinha eficiente era a cozinha americana, na qual a localização do fogão, geladeira e demais eletrodomésticos havia sido pensada para permitir economizar energia e obter maior rapidez no ato de cozinhar. E não era à toa que se sugeria nessa cozinha a presença de um relógio de parede elétrico posicionado em lugar bem visível (Casa e Jardim, Agosto de 1955, n. 16: 35).

O armazenamento de comida e todas as suas implicações nos hábitos alimentares e nas práticas domésticas também sofreu modificações com a utilização de refrigeradores. E os desdobramentos vão mais longe: a televisão e os refrigeradores parecem formar um conjunto com o setor de produção e comercialização de produtos alimentícios, formando uma extensa rede de consumo.

A inauguração da televisão e a produção de geladeiras domésticas no Brasil são apontadas como de imensa relevância na implantação dos supermercados no país.

Uma possibilita a propaganda do novo processo e a outra permite a estocagem de perecíveis no lar, incentivando assim a compra de maiores quantidades em cada visita feita às lojas de alimentação. (BRANCO, Renato Castelo (coord.) *História da Propaganda no Brasil*, SP: T. A. Queiroz, 1990: 279)

A imagem de autonomia, de crianças e adultos se dirigindo até a cozinha, abrindo a porta de um refrigerador para pegar um alimento ou bebida, frequentemente mostrada nas propagandas, trazia a idéia de auto-serviço, *self-service*, tão cara à rede supermercadista criada entre os anos 50 e 60 do século XX no Brasil. A história da implantação dos supermercados no país é cheia de percalços que também contam sobre a criação, nessa época, de novos hábitos na população. Em 1953, quando foi aberto um supermercado de 1.400 m² na rua da Consolação em São Paulo, com o sugestivo nome “Sirva-se”, Jânio Quadros mandou prender os donos porque estavam vendendo em uma mesma loja alimentos secos e perecíveis, o que, no seu entender, ia contra as boas normas de defesa da saúde pública (Ibid. 1990: 281).

A imagem de um dono de supermercado sendo preso por vender alimentos secos e perecíveis no mesmo local, tão estranha aos olhos de hoje, é, no entanto, testemunha de sensibilidades e preocupações que se transformaram em um curto período de tempo. Com a entrada dos equipamentos elétricos nos lares, houve a produção de uma economia dos gestos: de higiene, alimentares, de trabalho, de lazer, de satisfações corporais, de outra ordem daquela quando essas máquinas não faziam parte do ambiente doméstico. Uma experiência nova que passa a ser vivenciada no espaço da casa que é ela, também, uma forma técnica pensada e projetada por engenheiros e arquitetos (BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. Espaço & Debate, n.34, 1991: 42).

Contra-golpe

Em torno dos usos dos eletrodomésticos podemos vislumbrar uma história que não é aquela mais banalizada que busca correspondências ou oposições ou até ameaças entre o homem e a máquina; ou então que toma a máquina como mero instrumento facilitador da vida moderna; ou que busca nas invenções técnicas uma história da evolução humana. É possível problematizar a relação entre homens e máquinas (no caso, eletrodomésticos) entendendo essa relação como produtora de um novo tipo de sociedade.

Analisando a propaganda de eletrodomésticos, podemos encontrar um imaginário em torno desses objetos. Expectativas sobre os benefícios que podiam trazer para a saúde, para o corpo; a utilidade para a dona-de-casa na realização de tarefas domésticas; o conforto que podiam propiciar; a felicidade que trariam; a capacidade de tornarem mais fácil o trabalho. Nas propagandas, os eletrodomésticos eram apresentados como sinônimos de modernidade, progresso, desenvolvimento e avanço tecnológico.

Na prática, esses objetos técnicos precisaram incorporar em seu aspecto físico essas idéias presentes na mídia, se não fosse assim, não seriam aceitos pelos consumidores. Os *designers* de eletrodomésticos conseguiram materializar idéias como limpeza, higiene,

beleza, modernidade, menor trabalho. O estilo aerodinâmico dos eletrodomésticos vendidos no Brasil entre os anos 1940 e 1960 foi um exemplo disso.

Mas sabemos que, de fato, além de tornar mais leve o fardo e poupar tempo nas tarefas domésticas, o que esses aparelhos elétricos fizeram foi tornar possível atingir padrões mais elevados na realização dessas tarefas. O tempo economizado passou a ser gasto fazendo a mesma tarefa - ou outras - com mais frequência e melhor. Nos Estados Unidos e Inglaterra, esses objetos técnicos aumentaram o trabalho, elevando o padrão dos cuidados com a casa (FORTY, Adrian. pp.284-285).

Nos próprios eletrodomésticos, nas suas características técnicas, é possível apreender como a sociedade vive, seus medos e sentimentos. Aspiradores de pó expressam preocupação com a limpeza; exaustores propõem a renovação do ar, que, por sua vez, é visto como determinante para a saúde, assim como, o congelamento de comida que o *freezer* permite, considerado fator de conservação das vitaminas dos alimentos.

A aparência desses objetos também foi pensada para transmitir a impressão de higiene. Nos aspiradores de pó, os mecanismos foram escondidos por invólucros de liga de metal fundido, homogêneos e lustrosos. Os mecanismos continuaram os mesmos, mas o invólucro que brilhava de limpeza escondia as engrenagens sujas da vista. Como diz Forty, “o *design* diz as pessoas o que elas devem pensar sobre a casa e como devem comportar-se dentro dela”. Rádios e radiofones (aparelho de som) criaram um novo tipo de lazer dentro de casa, liquidificadores, batedeiras de bolos, moedores, espremedores, refrigeradores convidavam a práticas culinárias mais rápidas, menos trabalhosas e transformaram os hábitos alimentares. Enceradeiras, aspiradores de pó e exaustores produziram novas percepções e sensibilidades do limpo e do sujo, do saudável e do nocivo.

Ao mesmo tempo, os aspectos físicos desses objetos técnicos dependem do que as pessoas pensam a respeito do que é apropriado e belo no lar. As máquinas de costura são um bom exemplo de como o imaginário social pode influir sobre o *design*. As primeiras máquinas de costura fabricadas nos Estados Unidos, na década de 1850 e oferecidas para uso doméstico, não eram diferentes das usadas nas oficinas e operadas por moças da classe trabalhadora. Não eram consideradas apropriadas para os lares devido a sua aparência industrial. A solução encontrada pelos fabricantes foi criar um modelo exclusivamente doméstico, o que foi feito apenas com o acréscimo de ornamentos e por uma estrutura mais leve. A publicidade ajudou a máquina de costura a ser vendida apresentando-a como sinônimo de economia, além de um bonito objeto de decoração (FORTY, Adrian. Op. Cit.: 132-137).

Os objetos técnicos para uso doméstico não são apenas produtos da sociedade como, também, produzem a sociedade. Por isso, talvez fosse o caso de pensar, como propõe

Flusser (FLUSSER, Vilém. *O Mundo Codificado*. SP: Cosac Naif, 2007: 48-49),⁵⁰ que “as máquinas, por mais estúpidas que sejam, contra-atacam, revidam nossas investidas. Como vão golpear quando se tornarem mais espertas? (...) Esse é um problema do design: como devem ser as máquinas, para que seu contragolpe não nos cause dor? Ou melhor: como deve ser essas máquinas para que o contragolpe nos faça bem?”.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

RESENHAS

PAULO EVARISTO, LEITOR DE SÃO JERÔNIMO

Alfredo Bosi*

ARMS, Don Paulo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. São Paulo: Editora Cosac-Naify, 2007.

É como professor de Literatura e velho amigo dos livros - esses companheiros singulares que só nos falam quando nos dirigimos a eles e ao abrirmos o segredo de suas páginas - que desejo comentar a reedição pela Cosac Naify de um notável trabalho universitário composto por um inveterado amigo dos livros. O que lembramos hoje é a obra com que o estudante de Filosofia e Letras da Sorbonne se doutorou há mais de cinquenta anos: *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Essa tese, vertida para o português em 1993, quando a publicou a editora Imago, intitula-se, no original em francês *La technique du livre d'après Saint Jérôme*.

Qual foi a gênese, a motivação primeira que levou o jovem sacerdote Paulo Evaristo a embrenhar-se na *selva selvaggia* de um dos maiores escritores cristãos de todos os tempos - São Jerônimo -, que costuma ser citado, sobretudo, pela sua versão latina das Escrituras, a *Vulgata*, fonte de quase todo o conhecimento bíblico no Ocidente durante mais de um milênio? É Dom Paulo que nos conta com a sua bela simplicidade franciscana:

No dia de minha profissão religiosa, estava iniciando os vinte anos de vida e me perguntava como faz todo mundo: “que será do meu futuro?”. Nesse momento, me entregaram a carta de meu irmão padre, dizendo “dedique-se à literatura cristã dos primeiros séculos, porque você gosta de latim e grego e o Brasil precisa de informações sobre esta era tão rica e tão desconhecida.

O jovem levita seguiu à risca o conselho do irmão. E atirou-se a um trabalho ingente de pesquisa erudita, que começava simplesmente pela decifração das dez mil colunas dos tomos 22 a 29 da célebre *Patrologia Latina* de Migne, dedicada aos textos dos primeiros cristãos.

O objetivo da tese era descrever com exatidão filológica todo o longo processo de composição da escrita, acionado nos primeiros séculos da era cristã. O que comportava o estudo de uma série de elementos que vão desde o tipo de suporte usado (o papiro, o pergaminho, as

tabuletas de cera com o estilete), até, na outra ponta, aspectos ligados à difusão da obra, passando metodicamente pelas etapas da redação e das várias modalidades da edição. Os cinco capítulos da tese estão ordenados com clareza exemplar: o material, a redação, a edição, a difusão, o livro e os arquivos. A tese inclui uma bibliografia geral sobre o tema, que é um precioso guia para o leitor que deseje prosseguir seus estudos nesse mundo fascinante em que a técnica jamais foi um fim, em si mesma, mas, no caso de Jerônimo, apenas um instrumento apto para transmitir a palavra divina *da revelação* e as palavras humanas *sobre a revelação*.

Não é preciso dizer que, desde as primeiras linhas da tese, o leitor leigo, como eu, em cultura patristica, tem tudo a aprender. Cada parágrafo do pesquisador Paulo Evaristo dá uma informação nova, exata e sempre calçada pela nota erudita ao final de cada capítulo. Tratando, por exemplo, do *papiro*, que serviu de principal suporte à escrita no período em questão, o autor nos lembra a dificuldade de obtê-lo entre os monges do deserto, que se escusavam de escrever pouco por falta da rara planta egípcia. Adiante, esclarece-nos sobre o sentido do termo *charta*, que é a folha de papel-papiro, e não o texto inteiro que se envia a alguém, o qual tinha por nome *epístula*.

Ficamos sabendo que, como nós outros de hoje, São Jerônimo às vezes lançava mão de pedacinhos de folha, as *chartulae*, para rascunhar alguma frase que só depois seria desenvolvida, e confessa modestamente: “Volo in chartulis meis quaslibet ineptias scribere, commentari de scripturis...” [“Quero escrever umas bobagens em minhas fichinhas, comentários sobre as escrituras”]. Mas a ficha, mesmo, era *scheda*, palavra que o italiano conservou, e nela Jerônimo fazia, de fato, os seus rascunhos, isto é, os manuscritos que precedem a redação definitiva. Mas quem continuar lendo o tópico, vê que *schedula* não só vale para rascunho e ficha, como também cobre, às vezes, por metonímia, o texto inteiro. Lembro que, na acepção de lista de anotações, ou agenda, o termo está vivo no inglês *schedule*. Chega, enfim, à obra acabada, o *codex* ou códice, termo consagrado na bibliologia para o “livro” até a invenção da imprensa no século xv. De todo modo, na competição que houve entre o papiro e o pergaminho da tradição bíblica e judaica, é este que acaba vencendo; e da sua durabilidade é testemunho, até hoje, a conservação dos códices medievais.

São Jerônimo aprecia essas membranas tiradas da pele dos carneiros, mas, fiel ao espírito da sua missão de transmitir a Escritura, denuncia no seu comentário a Isaías aqueles que entesouram pergaminhos e os guardam em arcas sem interiorizar as mensagens neles escritas: “Legunt enim Scripturas sed non intelligunt, tenent membranas et Christum, qui in membranis est, perdiderunt” [“Lêem, pois as Escrituras, mas não as compreendem; guardam as membranas, mas perderam a Cristo, que está nas membranas”].

Seria, para mim, um grande prazer acompanhar todos os passos deste livro ao mesmo tempo erudito e ameno. Fiquei apenas com passagens do primeiro capítulo, certo de que a curiosidade vai levar muitos a ler toda a obra.

Gostaria apenas de espicaçar essa natural curiosidade acenando para alguns temas superiormente tratados nos outros capítulos da obra. Dom Paulo estuda a maneira de Jerônimo compor as suas cartas, traduções e comentários: o *ditado* a verdadeiros taquígrafos, que iam velozmente preenchendo tabuinhas de cera, operação que se tornou cada vez mais necessária à medida que o grande escritor foi perdendo a luz dos olhos; os sistemas de sinais que esses taquígrafos e os copistas inventaram; a remuneração que recebiam, os defeitos das cópias; a vitória do *liber-codex* sobre o rolo (*volumen*); os problemas de divulgação dos escritos, os problemas de sua conservação em arquivos etc.

Quero terminar citando mais uma frase de Jerônimo, que vale muito especialmente para entender o espírito da carreira pastoral do seu comentador Dom Paulo Evaristo. O pensamento é este. As letras são belas, mas quando transformadas em um culto, podem impedir o seu devoto de voltar-se para o outro, o pobre, que é a efígie de Cristo padecente: “Tinge-se o pergaminho de cor de púrpura, traçam-se letras com ouro líquido, revestem-se de gemas os livros, mas diante das suas portas, totalmente nu, Cristo está morrendo”. Antevejo nessa pungente reflexão de São Jerônimo o traçado de um longo roteiro que Dom Paulo percorreu intrepidamente: primeiro, abeirando-se da cultura letrada, não por si mesma, mas enquanto estímulo para a ação inteligente; depois, voltando-se, no Brasil, para o pobre, o marginal, o oprimido. Dom Paulo soube, como poucos, ouvir o apelo de Jerônimo. E esta é a razão profunda da homenagem que lhe estamos prestando neste momento.

Recebido em julho/2007; aprovado em outubro/2007.

O CONSENSO MEDIÁTICO

Rosa Maria Vieira*

O consenso forjado - A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, 461p.

De 1985 à década de 1990, o Brasil viveu significativos momentos históricos, pois, nesse período, completou-se a transição política que pôs fim à ditadura militar e teve início o desmonte do modelo desenvolvimentista, gestado a partir da era Vargas. No plano internacional, essa viragem seguiu de perto a derrocada da experiência “do socialismo real” e a crise capitalista de longa duração que pôs em xeque o fordismo keynesiano e abriu caminho à agenda do neoliberalismo e ao novo conjunto de valores éticos e políticos, que colocaram o intervencionismo do Estado e as políticas sociais sob suspeita e afirmaram o primado do mercado na mediação da sociabilidade humana. Foram as profundas mudanças nas bases de acumulação e de regulação social e política do capitalismo, nessa época, que fizeram com que o sistema ganhasse sua feição “flexível” neoliberal.

No contexto brasileiro, o desmonte do desenvolvimentismo e as modificações exigidas pela nova realidade do capitalismo “flexibilizado” impuseram um realinhamento das classes e frações sociais dentro do país, colocando em marcha uma disputa pela hegemonia, que as crises políticas e econômicas da Nova República tão bem expressaram. Nesse cenário de instabilidade política e reacomodação das forças econômicas e das relações de poder, a mídia, de modo geral, e a grande imprensa escrita, em particular, desempenharam papel de fundamental importância no que diz respeito à difusão dos princípios do novo consenso, de modo a pavimentar o caminho para as mudanças que viriam, sobretudo, a partir dos anos 90, durante governo Fernando Henrique Cardoso.

O livro *O Consenso Forjado*, de Francisco Fonseca, trata exatamente dessas questões, propondo-se a instigante tarefa de desvendar a influência político-ideológica da mídia impressa, como formadora de opinião e difusora das idéias que prepararam, durante as duas últimas décadas do século XX, as significativas alterações econômicas pelas quais passou o Brasil e o seu realinhamento no plano internacional, no contexto da mundiali-

zação financeirizada. Produto de rigorosa e exaustiva pesquisa para um doutoramento em Ciência Política, o trabalho não só desincumbiu-se do desafio, como também conseguiu se livrar dos escolhos acadêmicos, pois seu texto claro prende a atenção e facilita o entendimento do leitor interessado no exame das complexas relações entre a empresa jornalística e o processo político nacional mais amplo. Ou seja, este é o caso de um estudo que vem demonstrar que qualidade, rigor científico e clareza podem, perfeitamente, caminhar juntos.

No livro, Fonseca analisa os mais importantes periódicos da grande imprensa brasileira - *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* -, no período que vai de 1985 a 1992, acompanhando quotidianamente (o autor não se vale do recorte amostral) editoriais, cobertura jornalística e artigos, tendo como pressuposto a concepção de que o jornal é uma “instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar linhagens ideológicas”. Em outras palavras, Fonseca toma a imprensa como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, como uma estrutura em que “se mesclam o público e o privado, [em que] os direitos do cidadão se confundem com os do dono do jornal. [Em que] os limites entre um e outro são muito tênues”. A idéia central é tratar os quatro grandes periódicos brasileiros como formadores de opinião, como órgãos que veiculam idéias que poderão, potencialmente, modelar a opinião de seus leitores, “um público mais homogêneo, constituído dos exíguos estratos médio e superior da hierarquia social brasileira” e, por isso, capaz de divulgá-las.

Francisco Fonseca se inspira em Gramsci ao conceber os jornais como *aparelhos privados de hegemonia* e seus leitores como *retransmissores das idéias centrais* que a grande imprensa elabora ou difunde, com o cuidado, no entanto, de não incorrer em automatismos reducionistas. É esse tratamento teórico-conceitual que, orientando sua análise do discurso jornalístico como um produto ideológico, permite-lhe desvendar o processo pelo qual visões de mundo e interesses particulares são apresentados como universais naturalizados, supostamente compartilhados por toda a “nação”.

Na primeira parte do livro, o leitor encontrará um abrangente histórico de um dos embates ideológicos cruciais no século XX: o confronto entre o intervencionismo de matriz keynesiana e o “*ultraliberalismo*”, denominação através da qual Fonseca prefere identificar o ideário neoliberal, em virtude do radicalismo dos pressupostos e da ação de seus partidários. Nesse segmento, apresenta um amplo inventário da resistência “*ultra-liberal*” à hegemonia intervencionista na organização econômica capitalista, no pós-30, notadamente a partir da II Guerra Mundial. Depois de agrupar as idéias-chave do “*ultraliberalismo*” em alguns princípios gerais - defesa da precedência da esfera privada sobre

a pública; desestatização da economia e privatização das empresas estatais; desmontagem do Estado de Bem-estar Social; quebra do pacto corporativo entre capital e trabalho; desregulamentação das relações trabalhistas, comerciais e financeiras; ênfase nas virtudes do livre-mercado e do Estado mínimo, entre outras -, Francisco Fonseca passa em revista os principais ideólogos e escolas do pensamento neoliberal.

No que diz respeito à Escola Austríaca, apesar das referências a Ludwig von Mises e a Walter Lippmann, o foco está direcionado para seu mais expressivo representante, Friedrich von Hayek, responsável pela grande contra-ofensiva neoliberal, que teve como principais instrumentos a *Sociedade Mont Pélerin* (criada na Suíça, em 1947, e que reunia a nata dos defensores do livre mercado, tais como Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Karl Popper, Milton Friedman, entre outros) e o livro *O Caminho da Servidão*, editado em 1944, e que se tornou a referência teórica do “*ultraliberalismo*”, sobretudo porque concebia o Estado intervencionista como supressor das liberdades individuais, comparando “a proteção [social] do Estado à de um **pai arbitrário**”.

Com relação à Escola de Chicago e a Milton Friedman, sua mais significativa expressão intelectual, Fonseca ressalta os princípios básicos da concepção monetarista, difundida pelos trabalhos desse teórico e de seus discípulos; a sua importância para os países que estruturaram sua orientação econômica com base na estabilidade monetária (a começar pela experiência pioneira no Chile, sob a ditadura de Pinochet) e, sobretudo, o modo como são concebidas as políticas públicas sociais. Nesse sentido, lembra que, para Friedman, a “solução da pobreza deveria ser transferida, [...] do Estado à iniciativa privada, ou melhor, à boa vontade e às consciências sensíveis dos **indivíduos altruístas**. Daí a **caridade** ser a recomendação do radicalismo ultraliberal para a sociedade cuidar dos pobres, pois ao mesmo tempo que estes seriam ‘auxiliados’, a liberdade individual estaria garantida. Afinal, ninguém seria obrigado a ajudar os necessitados [o Estado não obrigaria a sociedade como um todo a contribuir com um sistema de benefícios sociais], pois só o faria por livre e espontânea vontade”.

Fonseca não deixa, também, de fazer as necessárias referências à Escola de Virgínia (a *Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy*) responsável pelo *Public Choice* (cuja premissa é a aplicação da metodologia microeconômica neoclássica à análise política, histórica etc.), pelo desenvolvimento da Teoria do Individualismo Metodológico (“que concebe a sociedade, seus movimentos e transformações com base nos indivíduos e por meio deles”) e que tem James Buchanan como sua maior expressão.

Municiado desse instrumental, Francisco Fonseca parte, então, para o segmento mais importante de seu trabalho: a análise de cada um dos quatro periódicos da grande imprensa brasileira, durante a “Nova República”, vasculhando o perfil ideológico-editorial e

identificando o projeto político-econômico subjacente em cada um deles. Nesse segmento, o leitor vai encontrar a análise organizada por recortes temático-cronológicos, através dos quais o autor ordena o material incandescente produzido durante as disputas levadas a efeito entre os diversos atores sociais naquele período: a transição política que fecha o ciclo ditatorial, o temor da hiperinflação e o Plano Cruzado, as eleições e os trabalhos constituintes, a moratória da dívida externa e a eleição presidencial de 1989.

Demonstrando formidável paciência na organização de um vasto material de pesquisa (lembro, mais uma vez, que o autor não trabalha com amostragem) e grande capacidade de análise de discurso, Francisco Fonseca tece, aos poucos, a trama que envolve, numa mesma malha, o perfil ideológico, os projetos e os interesses de cada um dos grandes jornais brasileiros, acompanhando a crônica diária dos temas que empolgaram a sociedade brasileira nas duas últimas décadas do século XX.

Ao longo de mais de 400 páginas de instigante leitura, o leitor se verá confrontado com as teses centrais do autor, entre elas as de que os periódicos da grande imprensa no Brasil, durante os oito anos cobertos pela pesquisa, desempenharam um triplo papel: de “*aparelho privado de hegemonia*”, de empresa jornalística e de “*partido do Capital Global*”. No exercício desses papéis os periódicos, sem exceção, “*simplificaram*” os complexos problemas, reduzindo-os a uma polaridade dicotômica, desqualificando e estigmatizando as vozes contrárias à agenda “*ultraliberal*”. Independentemente da especificidade dos perfis editoriais e ideológicos de cada um dos jornais analisados (“*o liberalismo inconseqüente*” do JB, o “*doutrinarismo*” conservador de OESP, o “*governismo inveterado*” de OG, a volatilidade da FSP), todos eles conjuraram os conflitos de classe, combatendo radicalmente as greves dos trabalhadores, atingidos pelas reformas, em nome de alguns “*valores universais*” - o “*bem comum*”, a “*Nação*”, o “*povo*”, a “*democracia*” -, nem que para isso o apoio à “*minimização do Estado nas relações econômicas*”, tivesse que se acomodar, contraditoriamente, ao apelo à repressão estatal, mediante a aplicação da legislação autocrática herdada do período militar.

Para demonstrar que a grande imprensa brasileira atuou de modo antidemocrático e unilateral, justificando suas posições em termos doutrinários e utilizando-se de seu poder de veto - “*como se a imprensa fosse meramente propriedade particular*” e “*não houvesse obrigações e responsabilidades sociais, a começar pela primordial [...], a informação*”-, Fonseca lembra a negativa de alguns jornais publicarem anúncios pagos de entidades e pessoas que se opunham à agenda “*ultraliberal*”, como foram os casos das recusas do JB de publicar o chamamento à greve geral elaborado pelas Centrais Sindicais, ou de OG de veicular os comunicados do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

A unilateralidade ideológica, o fechamento da grande imprensa ao debate e ao acolhimento às visões alternativas e críticas cobram resposta a uma pergunta essencial: por que os jornais brasileiros aderiram à agenda “*ultraliberal*”, fazendo eco às proposições do *Consenso de Washington*? A resposta de Francisco Fonseca vai direto ao cerne da nossa questão nacional irresoluta: o “descompromisso histórico das elites brasileiras com os projetos nacionais”, a inexistência de “um projeto que pudesse promover a afirmação de uma soberania nacional nos termos dos próprios países capitalistas”. As elites brasileiras executaram o que sua condição historicamente subordinada lhes acenava como o mais imediatamente vantajoso: “a adesão a uma Agenda que implicaria investimentos internacionais, mesmo que a contrapartida fosse a desnacionalização[...], o desemprego, o empobrecimento da sociedade e a renúncia à soberania”.

De meados dos anos 80 à década de 90, a burguesia brasileira, diante da mundialização financeirizada de feição neoliberal, ou “*ultraliberal*”, como quer Francisco Fonseca, renunciou definitivamente ao que, a rigor, nunca fora capaz de constituir ao longo de sua história: um projeto de soberania e desenvolvimento nacional. E a grande imprensa - “poder sem freios nem contrapeso” - cumpriu a função de divulgar a agenda “*ultraliberal*”, procurando mostrar sua inevitável superioridade, contra a qual era toda e qualquer crítica deveria ser vista como resistência ao progresso e à modernidade e, desse modo, abrir caminho ao “*consenso forjado*”.

Os efeitos destrutivos da voragem neoliberal e do pensamento único estão por toda parte e cobram dolorosas faturas sociais. Para aqueles que se preocupam com o alto preço pago pelo Brasil e por toda América Latina e que teimam em construir alternativas generosas à barbárie capitalista contemporânea, o livro de Francisco Fonseca se apresenta, sem dúvida, como um importante instrumento para o debate e para a reflexão transformadora.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.

CIDADE, ESPAÇO SOCIAL E TERRITORIALIDADES URBANAS

Nataniél Dal Moro*

SOUZA, Ana Maria de. *Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: Cuiabá, MT: segunda metade do século XX*. Cuiabá, Entrelinhas/EdU-FMT, 2007.

Durante a maior parte da segunda metade do século XX, em especial até a década de 1980, o Oeste do Brasil foi pensado (acadêmica e politicamente) muito mais como uma região sobre a qual o Leste, industrializado e urbanizado, estendia suas práticas econômicas e seus modelos de gestão e, quase nada, além disso. Pensava-se o Oeste, sobretudo os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste, como um lugar de “espaços vazios” e sem cidades; logo, pensava-se o Oeste como um território que carecia de diversas e contínuas marchas modernizadoras, tal qual a empreendida durante o *boom* econômico da Ditadura Militar, de 1968 a 1973.

Com a criação de programas de Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior (IES), localizadas na Região Centro-Oeste, ainda no início da década de 1970, essa situação começou, mas muito lentamente, a ser alterada.

Embora no ano de 2007 todos os cinco mestrados (UFG, UnB, UFGD, UFMT e UCG) em História da Região Centro-Oeste e os dois doutorados (UnB e UFG) tivessem linhas de pesquisa que contemplassem com grande expressividade a questão e o tema da fronteira, da identidade dos sujeitos que ocupam os espaços e da territorialidade, o que se torna cada vez mais patente é que a cidade - e não mais apenas o campo. O espaço social e o público e as múltiplas e diversas territorialidades humanas passaram a ter, em especial no término da década de 1990 e primeiros anos do século XXI, um campo de destaque nas pesquisas/estudos, tanto individuais como coletivos, realizados nestes Programas de Pós-Graduação em História.

Os temas das publicações de artigos nas Revistas desses Programas também sinalizam esta realidade, assim como a editoração de livros, frutos em grande parte de dissertações e de teses, geralmente viabilizadas por meio de apoio financeiro de fundações, em particular, das estaduais.

A obra intitulada *Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: Cuiabá, MT: segunda metade do século XX*, que teve incentivo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), é um oportuno exemplo desta produção universitária e do fazer histórico que objetiva pensar a cidade e os sujeitos sociais que nela viveram e que transformaram a cidade e, ao mesmo tempo, também foram por ela transformados. Este trabalho é originário de uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2004, no Programa de Pós-Graduação em História, na UFMT.

Com o intuito de compreender as “práticas cotidianas de apropriação dos espaços da cidade” (p. 15), a autora, Ana Maria de Souza, utilizou códigos, leis, falas de autoridades dos poderes públicos e privados e relatos orais provenientes de entrevistas com homens e mulheres pobres que viviam nos espaços sociais da cidade de Cuiabá e, principalmente, reportagens, editoriais e artigos assinados e anônimos publicados em jornais impressos¹ no decorrer da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI.

Estes sujeitos - homens e mulheres pobres -, por sua vez, foram denominados pelas fontes jornalísticas como “migrantes”. As informações obtidas com profissionais ligados com esta realidade, como, por exemplo, jornalistas e funcionários de locais que abrigavam “migrantes” também foram utilizadas para melhor compreender os nexos constitutivos da realidade histórica.

Ana Maria mostrou como os “migrantes”, por ela chamados de “grupos sociais pobres”, se apropriavam de espaços citadinos e como produziam diversos territórios sociais num local que era territorializado por sujeitos que não se enquadravam, de forma alguma, nos *grupos sociais pobres* de Cuiabá, já que compunham, pode-se dizer, a elite dirigente local.

Dialogando com a produção historiográfica, Souza sinalizou que a vinda de “migrantes” para o espaço social da cidade, em Cuiabá, deu-se em razão do fim do *eldorado* que, por sua vez, fez com que a migração, que antes se fixava quase que totalmente na zona rural, passasse a rumar, em boa parte, para as cidades. Essa migração foi vista pelos *grupos sociais (não) pobres*, e largamente difundida nas fontes jornalísticas consultadas, como uma “invasão” do espaço social da cidade por tais sujeitos.

Com essa “invasão”, o espaço em pauta tornou-se (no sentido de ser representado) local de diversos problemas, tais como: ameaça ao padrão privado existente; desintegração da sociedade cuiabana e transfiguração do cotidiano deste espaço social por causa de práticas até então não “tradicionais” e nem aceitáveis, a saber: dormir nas calçadas de praças, pendurar roupas em obras públicas, morar e cozinhar alimentos debaixo de viadutos, dentre outras inúmeras formas de reterritorializar cotidianamente espaços sociais da cidade, tal como se pode visualizar através das ilustrações contidas no item chamado *Galeria de imagens*.

Ademais, Souza externou com muita propriedade como as fontes jornalísticas por ela esmiuçadas pensavam a “circulação de indivíduos e grupos sociais pobres, representados como uma ameaça por não terem um lugar fixo de moradia nem um trabalho regular” (p. 19) e, também, como tais pessoas comuns produziam, circulavam e se apropriavam de alguns espaços sociais da cidade e, não menos, como foram impedidas de (re)territorializar determinados locais deste mesmo espaço citadino, inclusive via ação do poder público, já que foi criada uma polícia comunitária para impedir a presença e as práticas de *grupos sociais pobres* em alguns espaços da cidade de Cuiabá.

Para analisar este corpo documental que se faz perceptível em quatro capítulos e em mais de 15 subitens, a autora dialogou, em sua maioria, com reflexões de estudiosos de origem francesa. Para pensar a (re)territorialização utilizou os escritos de Gilles Deleuze e Félix Guattari; para compreender a apropriação serviu-se das oportunas análises de Roger Chartier; para interpretar as estruturas simbólicas presentes nos textos jornalísticas, que jamais são fruto apenas do abstrato e/ou do pensamento, valeu-se das singulares inferências de Pierre Bourdieu.

Michel de Certeau e Michel Foucault também tiveram seus escritos utilizados com muito proveito, em particular para pensar como os *grupos sociais pobres* burlavam as regras disciplinares impostas pelas autoridades públicas e, não menos, também pelas privadas. Néstor Garcia Canclini, Michael Hardt, Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, José de Souza Martins, Gilberto Velho e Paul Marie Veyne são outros autores utilizados por Ana Maria de Souza com muito acerto.

Souza, no decorrer do seu escrito, historicizou o pensamento que naturalizava, via representações veiculadas, sobretudo por meio das fontes jornalísticas, os *grupos sociais pobres*, como os *trecheiros* e os *grileiros*, e os denominava como sendo sujeitos indisciplinados, imorais, preguiçosos, andarilhos, desocupados, vadios, perigosos, malsãos e violentos. Fez isso, contudo, sem desconsiderar que esta condição é construção histórica de *grupos sociais (não) pobres*.

Em síntese, mostrou uma cidade de Cuiabá plural, constantemente reterritorializada e, no entanto, não deixou de explicitar uma cidade de Cuiabá violenta e excludente - mesmo sem citar literalmente os escritos marxianos -, produto mesmo das ações de diversos sujeitos e de suas muitas formas de fazer histórias, produzir culturas, pois, tal como mencionou Bourdieu,² só se pode existir socialmente quando se é percebido como distinto pelos demais sujeitos históricos.

Tendo em vista isso, é oportuno mencionar que a leitura do livro de Ana Maria de Souza, *Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa: Cuiabá, MT: segunda metade do século XX*, é essencial para todas as pessoas que intentam

compreender de forma mais detalhada e humana alguns dos conflitos existentes entre determinados sujeitos históricos e, também, os caminhos seguidos por tais pessoas, independente de serem elas integrantes dos *grupos sociais pobres* ou não.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP e bolsista da CAPES. Desenvolve tese intitulada: “O pensar da elite sobre o “povo comum”: espaço público e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)”, sob a orientação da Profa. Dra. Yvone Dias Avelino.

¹ Os jornais cuiabanos utilizados como fontes foram: A Gazeta, Folha do Estado, Jornal do Dia, O Estado de Mato Grosso e, sobretudo, Diário de Cuiabá.

² BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. O que falar quer dizer. São Paulo, EDUSP: 1998, p. 112.

NOTÍCIAS DO PROGRAMA

O Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP tem como área de concentração História Social e como eixo temático História e Cultura. Seu funcionamento abriga uma pluralidade significativa de tendências historiográficas e uma diversidade de abordagens presentes no trabalho e na perspectiva de seus alunos e professores. As linhas de pesquisa do Programa - *Cultura e Trabalho*, *Cultura e Cidade*, *Cultura e Representação* e *Cultura e Poder* - objetivam promover a reflexão coletiva e integrada entre docentes e discentes, estimulando o aprofundamento das pesquisas individuais e coletivas, nos núcleos e grupos de estudo.

Neste semestre de 2007 o Programa deu continuidade ao DINTER com a Universidade Federal do Pará, iniciado em 2005.

Atividades dos Núcleos de Pesquisa

Núcleo de Estudos de História Social da Cidade da PUC/SP (NEHSC) coordenado pela Prof.a. Dra. Yvone Dias Avelino contém o *O Grupo de Estudos de História Social da Cidade*.

- 13/03/07 - Evento “Núcleo de Estudos de História Social da Cidade - NEHSC - 15 Anos de História”. Composto de mesas-redondas com participação de palestrantes de variadas Instituições Universitárias.

- 08 e 15/05/07 - Workshop “Linguagens Visuais”, ministrado pelos Professores da Anhembi/Morumbi Dr. Marcelo Flório e Profa. Denise Aquino.

- 23 e 25/05 - X Encontro de Pesquisadores da PUC-SP na Área de Saúde. Apresentação dos trabalhos denominados: “A Morte: Uma Questão de Higiene Pública” e “As Representações Sobre a Criança nas Práticas Discursivas do SPES”.

- 31/05/07 - Palestra denominada “Ser Paulista: Afirmação de Identidades Coletivas no Parque do Ibirapuera”, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo César Garcês Marins (Museu Paulista - USP).

- 05/06 - Evento “Metrópoles, Identidade e Futebol: São Paulo Futebol Clube - Construindo a Hegemonia”. Integrante de Mesa Redonda denominada “Metrópole e Imaginário”.

- 15/06/07 - Evento “Temas Étnico-raciais”, de acordo com a Lei Federal de nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003: Palestra denominada “Quilombos, Remanescentes Urbanos e Bairros Étnicos” ministrada pela Profa. Dra. Carmélia Aparecida S. Miranda (UEBA - Salvador).

- Exposição Fotográfica de Augusto Nazário denominada “Mulheres Negras em São Paulo”

- Mesa Redonda denominada “Vozes e Performances: Mitos, Arte e Estética”, composta por Profa. Dra. Yvone Dias Avelino (PUC-SP), Profa. Dra. Carmélia Aparecida S. Miranda (UEBA - Salvador), Joalice S. Conceição (Doutoranda em Ciências Sociais - PUC-SP) e Nirlene Nepomuceno (Doutoranda em História - PUC-SP).

- 20/06/07 - Mostra Cinematográfica do filme “I Hate São Paulo” de Dardo T. Barros, seguida de Mesa Redonda composta por: Prof. Dr. Sérgio Bicudo Veras (PUC-SP) - Mediador, Dardo T. Barros (Cineasta), Prof. Dr. Douglas Canjani (PUC-SP) e Marcelo Rubens Paiva (Escritor).

- 28/06/07 - Palestra denominada “História e Fotografia: As Comissões Geográficas no Final do Século XIX”, ministrada por Cláudia Moi (Restauradora e Consultora do Memorial do Imigrante).

O *Grupo de Estudos Cultura, Cidade e Trabalho*, cujo nome, a partir de 2006, passou a ser *Núcleo de Estudos Culturais: história, memória e perspectivas do presente* é coordenado pelas professoras doutoras Yara A. Koury e Maria do Rosário Peixoto e compõem-no ainda as professoras doutoras Heloisa de Faria Cruz, Olga Brites e Estefania Fraga. O núcleo organizou as seguintes atividades em 2007:

- Oficina, em quatro módulos, no Curso de Especialização Cultura e Sociedade, do Departamento de História da PUC-SP, em torno do tema “História, Memória e Patrimônio”, quais sejam: 1. “Instituições de custódia, guardiãs da memória”; 2. “Narrativas orais e memórias na investigação histórica”; 3. Desta oficina participaram alunos da especialização e da graduação de História.

Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa: *Viveres e Fazeres na Cidade e no Campo*.

O projeto envolveu, em 2007, cinco doutorandos e cinco mestrados, dos quais quatro (2 doutorandos e 2 mestrados) defenderam suas teses e dissertações no referido ano e um entregará sua dissertação em março de 2008. Os novos doutores e mestres realimentam abordagens e debates iniciados na PUC-SP, na UFMS, campus de Rondonópolis, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli, do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre, MG, na UEB, campus de Caitité. Outros, ainda cursando a Pós-Graduação, são professores da IES na Bahia, Rio de Janeiro, além de outros.

O Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), coordenado pela Prof.a. Dra. Maria Izilda Matos integra pesquisadores, do mestrado, do doutorado e alunos de IC. Atividades promovidas pelo Núcleo:

- Seminário intitulado *Santos: para além do porto do café - Cotidiano e Cultura*. 2007.

O Grupo de Pesquisa *Poderes na Contemporaneidade: tensões, sociabilidades, sensibilidades nos séculos XIX e XX* é coordenado pela Prof. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias e dele fazem parte as professoras Denise Bernuzzi de Sant'Anna e Márcia Mansor D'Alessio e respectivos orientandos.

Atividades realizadas pelo Núcleo:

- Palestra - Professor José Luis Câmara Leme da Universidade Nova Lisboa.

- 21 a 23/05/07 - Encontro. *Guerra Fria, 60 anos depois*. Organização e participação Prof. Dr. Antonio Pedro Tota.

Núcleo de Estudos de História: Trabalho, Ideologia e Poder (TIPO) composto pelo Prof. Dr. Antonio Rago Filho (coordenador) e pela Prof^a Dr^a Vera Lúcia Vieira.

O Núcleo organizou os seguintes eventos:

- 7/07/07 - Colóquio "Antonio Gramsci: História, Cultura e Revolução" com a participação do prof. Dr. Marcos Del Roio (UNESP). Campus Santana, PUC-SP.

- maio/07 - Oficina intitulada "Choros, Tangos e Milongas", com a presença dos historiadores e músicos Henri de Carvalho e Sérgio Estephan. Prof. Dr. Antonio Rago Filho coordenou e foi palestrante (Atelier de Clio - Oficinas de História)

- Palestra do prof. Galeato Gorgatti (Universidade de Milão) sobre "A Itália no século XIX: decênio de preparação: 1848-1859. Coordenação Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

Centro de Estudos de História Latinoamericana (CEHAL), coordenado pela Profª Drª Vera Lúcia Vieira.

Atividades desenvolvidas pelo CEHAL no 1º semestre de 2007:

- 18/05/07- Debate: *Estado de Direito e Violência Institucional*. Integrantes da mesa: Paulo Arantes (prof. Dr. USP); Alfonso Presti (prof. Puc/produtor); Vera Lucia Vieira (prof. Dr. Puc); Vera Malaguti (Prof. Dr. Candido Mendes R.J). Coordenação: Vera Lucia Vieira e Angela Mendes de Almeida (Coordenadoras do OVP-SP).

- 02; 04 e 05/04/07 - Palestra com o título *Musicalidade e literatura renascentista*. Angela Calderazzo (Mestranda PUC/SP) e Alvaro Rinardo Zanoto (Graduando PUC/SP). Coordenação: Vera Lucia Vieira.

Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO/PUCSP), coordenado pela Profª Drª Maria Antonieta Antonacci, realizou os seguintes eventos no 1º semestre de 2007:

- março: Workshop intitulado “Letras e memórias escurecidas”, com Oswaldo de Camargo, jornalista, escritor, liderança do movimento negro nos anos 1970;

- abril: Workshop intitulado “Arte africana” com o Prof. Dr. Kabengele Munanga (Antropologia USP);

- maio: Mini-curso intitulado “Sociedades Coloniais Atlânticas” - Prof. Dr. John Thornton (Universidade de Boston); “Culturas africanas em diáspora” - Profa. Dra. Linda Heywood (Universidade de Boston);

- junho: Palestra intitulada “Genocídio e violência anti-haitianas em São Domingos (1937/38)” com a Profa. Dra. Chantalle Francesca Verna (Universidade da Flórida)

- julho: Curso no COGGEAE sobre “História e culturas africanas” com Prof. Dr. Toyin Falola (Universidade do Texas) atividade financiada pelo Programa e pela FAPESP;

Pesquisador Visitante: prof. Dr. Toyin Falola, da Universidade do Texas, veio com financiamento FAPESP e contou com participação da Casa das Áfricas referente à tradução inglês/portugues;

- Colóquio Internacional “História e historiadores da África Negra: uma homenagem a Joseph Ki-Zerbo”, financiamento do CNPq, da UNIFESP, da Casa das Áfricas, da SEP-PIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial) e do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP, com a colaboração do Centro de Estudos Africanos da USP.

Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro Reis Filho CEDIC

é coordenado pela Proa. Dra. Yara Aun Khoury, do colegiado do Programa.

A Prof.^a Dr.^a Yara Aun Khoury, coordenadora do CEDIC, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2007:

- Nominção, em novembro de 2007, do Arquivo do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR) ao Registro do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, da UNESCO, sob a guarda do Centro de Documentação CEDIC, da PUC-SP. Por meio de trabalho desta mesma natureza, a professora e sua equipe têm construído parcerias com Centros de Documentação e Memória de empresas, movimentos sociais variados, movimentos dos trabalhadores, de áreas profissionais e outras Universidades.

- Como desdobramento do Projeto Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, 1500-1900, a professora tem construído uma rede de relações com IES na área de Medicina, Enfermagem, Assistência Social e Patrimônio Cultural.

- Intercâmbio com Faculdades de Medicina, Enfermagem e Assistência Social.

TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006

Mestrado

Adriano Marangoni

Título: *Histórias em quadrinhos: o herói entre a tradição e o desajuste como síntese da cultura norte-americana (1983-1987).*

Orientadora: Antonio Pedro Tota

Ana Carolina Moreira Ayres

Título: *O ciclo da caapora: uma história da relação entre a RMSP e o Parque Estadual da Cantareira (1963-2005).*

Orientador: Mauricio Broinizi Pereira

Ana Karine Martins Garcia

Título: *A sombra da pobreza na cidade do sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX.*

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Anthoula Fyskatoris

Título: *O varejo de moda na cidade de São Paulo (1910-1940): a democratização da moda e a inserção do consumo de baixa renda.*

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant'Anna

Armando De Melo Servo Constante

Título: *Nas fimbrias da riqueza - comércio de escravos numa economia de abastecimento: Sant'Anna de Mogy das Cruzes (1864-1887).*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Carmen Lucia Rodrigues Alves

Título: *Evangelho segundo o McDonalds: um estudo sobre o processo de produção da fast-food. São Paulo.*

Orientador: Antonio Rago Filho

Celia Aparecida de Souza

Título: *A influência do IDORT na reconfiguração do bloco no poder durante o Estado Vargas entre 1931 e 1937.*

Orientador: Vera Lucia Vieira

Clarissa Bazzanel Barradas

Título: *A desordem criadora: as ambigüidades da Alemanha de Weimar em O gabinete do doutor Calígari.*

Orientadora: Antonio Pedro Tota

Elizabete Maria Espindola

Título: *Cruz e Sousa: modernidade e mobilidade social nas duas ultimas décadas do século XIX.*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Juliana de Castro Pedro

Título: *Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica.*

Orientador: Fernando Torres Londoño

Leandra Domingues Silverio

Título: *Assentamento Emiliano Zapata: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triangulo Mineiro (1990-2005).*

Orientadora: Yara Aun Khoury

Marcio Leopoldo Gomes Bandeira

Título: *Será que ele é?: sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa.*

Orientadora: Denise Bernuzzi de Sant' Anna

Nivea Cristina Lopes Oliveira

Título: *A Vila de São Francisco das Chagas de Taubaté no período de gestação da cafeicultura no Vale do Paraíba vista através da vivencia de uma família urbana, pobre e livre (1765-1830).*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Patricia Cerqueira dos Santos

Título: *A Praça da Matriz: histórias, memórias e experiências de uma intervenção urbana em Itapeverica da Serra - São Paulo 1980-2003.*

Orientadora: Estefania Knotz Canguçu Fraga

Patricia Sadaike

Título: *A construção poética das formas: reflexões sobre as concepções artísticas e políticas de Vilanova Artigas - 1945-1969.*

Orientador: Antonio Rago Filho

Renata Batista de Oliveira

Título: *O escândalo de uma nova perspectiva: trajetória do movimento do rock argentino (1966-1973).*

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Tomaz Esposito Neto

Título: *A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982).*

Orientadora: Mauricio Broinizi Pereira

Vania Vaz

Título: *As benzedeiras da cidade de Irati: suas experiências com o mundo, e o mundo da benzeção.*

Orientadora: Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Virginia Nazaré Rocha Aveiro Dias

Título: *Memórias de um imigrante autodidata: de Aveiro a Ribeirão Pires (1891-1978).*

Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias

Walter Mastrocola Aiello

Título: *Fronteiras do alcoolismo: alcoolismo e saber médico no Rio de Janeiro 1839-1890.*

Orientador: Maria Angélica V. M. Careaga Soler

Doutorado

Afonsina Maria Augusto Moreira

Título: *No norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso.*

Orientadora: Estefania Knotz Canguçu Fraga

Airton Chaves da Rocha

Título: *A reinvenção e representação do seringueiro na cidade de Rio Branco - Acre: (1971-1996).*

Orientador: Maria Antonieta Martinez Antonacci

Amailton Magno Azevedo

Título: *A memória musical de Geraldo Filme: os sambas e as micro-áfricas em São Paulo.*

Orientadora: Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Ana Magna Silva Couto

Título: *Das sobras a indústria da reciclagem: a invenção do lixo na cidade (Uberlândia - MG, 1980 - 2002).*

Orientadora: Yara Aun Khoury

Angela Aparecida Teles

Título: *Cinema e cidade: mobilidade, oralidade e precariedade no cinema de Ozualdo Candeias (1967-92).*

Orientador: Maria do Rosário da Cunha Peixoto

Carmelia Aparecida Silva Miranda

Título: *Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuáçu - BA.*

Orientadora: Yvone Dias Avelino

Jorgetania da Silva Ferreira

Título: *Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas-de-casa no Triângulo Mineiro (1950-2005).*

Orientadora: Heloisa de Faria Cruz

Ione Celeste Jesus de Sousa

Título: *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890.*

Orientador: Maria Antonieta Martinez Antonacci

Marcelo Nascimento Bernardo Da Cunha.

Título: *Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições.*

Orientadora: Maria Antonieta Martinez Antonacci.

Raphael Rodrigues Vieira Filho

Título: *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.*

Orientadora: Marcia Barbosa Mansor D'Alessio

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

REVISTA *Projeto História*.

Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP

1 - A revista Projeto História é temática e seus artigos, resenhas, traduções, entre vistas e pesquisas devem conter reflexões em tomo do tema proposto para cada número.

2 - Todos os textos enviados aos editores da revista Projeto História serão submetidos ao Conselho Editorial e a revista só aceitará trabalhos inéditos.

3 - Os **Artigos** e as **Traduções** devem conter em tomo de 25 (vinte e cinco) laudas e 70 (setenta) toques de 30 (trinta) linhas. As **Resenhas** devem conter 5 (cinco), as **Entrevistas** 15 (quinze) e as **Notícias de Pesquisa**, 10 (dez) laudas.

4 - Autores de artigos brasileiros deverão ter titulação de, no mínimo, doutoramento e quando estrangeiros, a titulação que corresponda a este nível.

5 - Os originais devem ser encaminhados em CD, Programa Word for Windows, com duas cópias impressas, ou por e-mail (histpos@pucsp.br) em nome da Revista Projeto História, caso em que receberá dos editores científicos, a informação do recebimento.

6 - As Traduções devem vir acompanhadas da respectiva autorização do autor do artigo traduzido. Textos em espanhol serão publicados nesta língua.

7 - Cada Artigo deve vir acompanhado de seu título, resumo e palavras chaves em português e inglês (abstract), com aproximadamente 100 palavras e título em inglês.

8 - Referências bibliográficas, no caso dos artigos, devem constar no texto (autor, data, página); notas de rodapé e bibliografia no final do texto (em ordem alfabética).

9 - **Referências bibliográficas, no caso das Notícias de Pesquisa, dispensam fonte e bibliografia, mas se o autor julgar imprescindível colocá-las, devem integrar o corpo do texto.**

10 - Na primeira página do artigo deve constar informação sucinta sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor, em rodapé e indicação em asterisco.

11 - O livro resenhado, sendo nacional, deverá ter sido publicado no máximo até há 4 (quatro) anos; sendo estrangeiro, no máximo até há 5 (cinco) anos.

12 - Cada autor de Artigo, Tradução, Resenha, Entrevista e Notícia de Pesquisa, receberá 01 exemplar da Revista.

13 - Endereço para envio de trabalhos: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Comissão Editorial da Revista Projeto História. Rua Ministro Godói, 969 - ERBM (Edifício Reitor Bandeira de Mello) - 4º andar - sala 4B05 - SP, Capital, Cep 05015-000 -Telefax (55) (011) 3670-8511. Site: <http://www.pucsp/projetohistoria.br>

PROJETO HISTÓRIA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 e o valor do número avulso é de R\$ 30,00.

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no **Banco Bradesco**
- **Ag. 3394-4 - Conta Corrente 1506-7**, para o endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP

PROJETO HISTÓRIA

Rua Monte Alegre, 984 - 4º andar - sala 4E08 - Bloco A - Perdizes

CEP 05014-901 - São Paulo - Brasil. Fone: (55) (11) 3670-8511

Nome

Endereço

Cep Cidade Estado

Fax E-mail

Assinatura

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis - 11, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 , 29, 30, 31, 32,
33, 34 e 35

Vide também no site: www.pucsp.br/projetohistoria

Assinatura Anual: Total

Cheque nº Agência Banco

PRÓXIMOS NÚMEROS

Nº 36 - *Internacionalismo, nacionalismo e ideologias* - janeiro a junho de 2008

- Prazo para entrega de textos: maio de 2008

Nº 37 - *História e religião* - julho a dezembro de 2008

- Prazo para entrega de textos: outubro de 2008

Nº 38 - *Patrimônio e cultura material* - janeiro a junho de 2009

- Prazo para entrega de textos: maio de 2009

Nº 39 - *Violência e poder* - julho a dezembro de 2009

- Prazo para entrega de textos: outubro de 2009